

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST

LONGE DOS MUROS

Uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica  
no contexto da conquista romana (séculos V a III a.C.)

Volume 1: Texto principal

Niterói  
2016

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST

LONGE DOS MUROS

Uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica  
no contexto da conquista romana (séculos V a III a.C.)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutor  
em História.

Orientadora: Prof. Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo

Volume 1: Texto principal

Niterói  
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

**K74 Knust, José Ernesto Moura.**

Longe dos muros: uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica no contexto da conquista romana (século V a III a.C.) / José Ernesto Moura Knust. – 2016.

2 v. (759 f.)

Orientadora: Sônia Regina Rebel de Araújo.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: 262-315.

1. História antiga. 2. Roma (Itália). 3. Camponês. 4. República Romana. 5. Assentamento rural. I. Araújo, Sônia Regina Rebel de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

*Para minha mãe*

## Agradecimentos

O trabalho acadêmico na área de humanas é marcado por longos períodos em que o pesquisador se vê extremamente solitário. Sentado em frente a um monitor e um teclado, o diálogo mais corrente que encontramos é com nossas fontes e nossas referências bibliográficas. Ali produzimos as páginas que depois esperamos que colegas e interessados leiam. Contudo, as ideias que impregnam estas páginas não nascem meramente deste diálogo solitário da escrita. As sementes das ideias são semeadas, cultivadas e muitas vezes colhidas em momentos de diálogo real, com interlocutores que nos inspiram e nos instigam. Estes agradecimentos tentam fazer jus a todos aqueles que desempenharam este papel e me ajudaram a escrever as palavras que formam esta tese.

Há pouco mais de dez anos a professora Sônia Rebel me abordava em um ônibus com destino a Nova Friburgo me perguntando como estavam os meus estudos – eu me tornara há poucos meses monitor do curso de História Antiga na graduação da UFF e ela mostrava interesse em me ajudar nessa empreitada. Soninha me ajudou nessa e em todas as outras empreitadas acadêmicas que vieram depois. Orientou-me em uma pesquisa de Iniciação Científica, na composição da monografia de final de curso, na realização do Mestrado e, por fim, nesta tese. A confiança que a Sônia me devotou ao longo desse processo, me deixando à vontade para tomar minhas decisões e sendo generosa o bastante para me ajudar a sair das armadilhas que eu me metia por conta de algumas dessas decisões, foi fundamental para que eu fosse capaz de escrever esta tese.

Papel central na minha formação acadêmica, intelectual e política também foi desempenhado pelo coletivo reunido em torno do grupo de pesquisas sobre sociedades pré-capitalistas do Niep-Marx, conhecido por Niep-PréK. Desde 2009 mantemos uma dinâmica de trabalho coletivo, ainda que as pesquisas desenvolvidas dentro do grupo tratem de temporalidades e temáticas bastante diversas. A preocupação com a reflexão teórico-política e com o aprimoramento do ofício historiográfico, contudo, sempre funcionaram como nortes comuns que dão ao nosso grupo um caráter coletivo muito forte.

Paulo Pachá foi meu maior interlocutor nesses últimos anos, um quase co-orientador e confidente. Em cafés e almoços quase que semanais, fizemos mais planos acadêmicos e profissionais do que nossas vidas darão conta de realizar, mas isso não diminui o quanto essas conversas foram estimulantes e motivantes. Se Paulo exercia muitas vezes o papel de orientação, Fábio Frizzo exerceu o contínuo papel de arguidor, a

quem nenhuma lasca de inconsistência em um argumento escapava. Isso me obrigou a mais de uma vez ter que refinar um argumento para poder fazer frente às críticas do Fábio, o que sempre fez muito bem às minhas ideias. Gabriel Melo foi a pessoa que me ajudou mais diretamente com a tese, me ajudando na avaliação dos dados produzidos por levantamentos de superfície. Sem a ajuda do Melo para dar conta dessa tarefa, minha pesquisa teria sido muito mais pobre.

Eduardo Daflon e Renato Silva são exemplo de seriedade e comprometimento que pretendo seguir cada vez mais na minha vida profissional. Mário Jorge da Mota Bastos é nossa grande inspiração acadêmica e profissional, mantendo sempre uma postura horizontal na relação com os discentes e de abertura para o diálogo que não é comum encontrar. Álvaro Ferreira, Daniel Tomazine, Deyverson Barbosa, Edilson Menezes, João Cerineu, Lara Pinheiro, Maria Tereza David João e Thiago Magela ajudaram a construir esse ambiente tão estimulante e agradável.

Agradeço muito aos membros da banca, a professora Cláudia Beltrão da Rosa e os professores Fábio Duarte Joly, Deivid Valério Gaia, além do já citado Mário Jorge da Motta Bastos, pela paciência devotada à leitura de um texto demasiadamente extenso – mas não só por isso. Todos eles me ajudaram, antes da banca, na realização da pesquisa em si. Cláudia mais de uma vez me enviou materiais importantes e, assim como Deivid, esteve sempre disposta a conversar comigo sobre minha pesquisa. Fábio tem me ajudado desde a época em que eu era um estudante de graduação que havia recém iniciado uma pesquisa sobre Varrão e descobrira artigos de um doutorando da USP que estudava a escravidão romana. Desde o primeiro e-mail que lhe enviei, a cortesia e a generosidade do Fábio sempre beiraram as raias do inacreditável.

Fábio Joly, junto com a professora Adrienne Baron Tacla, esteve também na minha banca de qualificação. Ambos fizeram arguições extremamente cuidadosas e suas sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento do texto. Fábio pontuou questões conceituais importantes que eu passava ao largo e que busquei dar maior atenção nesse texto. Adrienne me cobrou maior rigor no uso dos dados arqueológicos, o que me levou a uma grande e fundamental reorganização do meu plano de redação que, espero, colocou este texto em outro patamar em termos de metodologia de trabalho.

Ainda no início do doutorado cursei disciplinas que foram importantes para o desenvolvimento de reflexões teórico-metodológicas que embasaram o trabalho aqui desenvolvido. No programa de pós-graduação em História Social da UFRJ, cursei uma disciplina sobre História social da propriedade da terra com a professora Manoela Pedroza

que foi um marco para minha reflexão teórica sobre o problema da questão agrária romana. Com o professor João Leonardo Medeiros, no programa de pós-graduação em Economia da UFF, cursei uma disciplina de leitura do volume 1 de *O Capital* que foi fundamental para a consolidação de minhas reflexões sobre a teoria marxista. Com a minha orientadora, professora Sônia Rebel, no meu programa de pós-graduação, cursei uma disciplina sobre fontes literárias no estudo da História Antiga e Medieval que foi um momento de reflexão basilar para pensar como tratar as fontes escritas estudadas ao longo desta pesquisa. Já em 2014, tive a oportunidade de cursar uma disciplina oferecida na UFF pelo professor visitante Carlos Garcia Mac Gaw, da UNLP e UBA, sobre formas de dependência no mundo antigo clássico, a partir do qual pude desenvolver minhas ideias sobre as formas de trabalho no mundo romano. Além dos professores já citados, é necessário agradecer aos colegas de curso de cada uma dessas disciplinas que, muitas vezes sem nem se dar conta, me inspiraram e me instigaram a refletir sobre diversas questões centrais para minha pesquisa.

Estive por cinco meses estudando no Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra. Este foi um momento crucial para o desenvolvimento não apenas desta pesquisa, mas da minha formação enquanto pesquisador. O professor Robert Witcher, que me recebeu e supervisionou minha estadia em Durham, foi extremamente receptivo, me ajudando em tudo que esteve ao seu alcance para tornar minha estadia a mais produtiva possível. Cursei duas disciplinas que o professor Witcher ministrou enquanto estive lá, uma sobre a arqueologia da Itália Romana ao longo da República e outra sobre a arqueologia do mundo rural romano, que foram pontos de partida para diversas reflexões desenvolvidas nessa pesquisa.

Por diversas vezes ao longo destes quatro anos de pesquisa estive na USP para participar de eventos diversos organizados pelo LEIR-MA. Fui sempre muito bem recebido por todos os integrantes do grupo. Carlos Augusto Machado sempre foi extremamente atencioso e solícito comigo, antes, durante e depois de sua passagem pela USP. Não só sempre me deu boas indicações e sugestões, como me ajudou nos contatos necessários para minha ida à Durham. Norberto Guarinello sempre foi igualmente gentil e simpático. As ideias do Norberto, com quem tive contato tanto pela sua produção bibliográfica quanto pelo nosso contato pessoal, são um dos pontos de partida da elaboração das ideias que apresento nesta tese. A troca de ideias com Gustavo Junqueira, Fábio Morales, Uiran Gebara, Sarah Azevedo e Giberto Franc também foram sempre muito proveitosas. O posto avançado do LEIR na UFOP também me recebeu gentilmente

para uma estadia de uma semana em 2014. Agradeço, mais uma vez, ao professor Fábio Joly, ao professor Fábio Faversoni e aos seus alunos pela hospitalidade e pela troca de ideias em Mariana.

Nos últimos dois anos do doutorado participei de um programa institucional de parceria entre os departamentos de História da UFF e da UNLP – parte do qual o curso mencionado acima do professor Garcia Mac Gaw fez parte. No âmbito deste projeto participei de eventos realizados tanto em Niterói quanto em La Plata que foram momentos muito importantes para reflexão e diálogo. Agradeço especialmente ao professor Carlos Garcia Mac Gaw por suas considerações sempre enriquecedoras ao meu trabalho, e também aos professores Carlos Astarita, Andrea Zingareli e Laura da Graca por participarem desta iniciativa que tem sido tão proveitosa.

Agradeço a diversos outros professores que fizeram sugestões ou me ajudaram de maneiras diversas na minha pesquisa ao longo dos últimos anos: Thiago Krause, Leonardo Marques, Alexandre Moraes, Marco Pestana Dênis Correa, Norma Musco Mendes, Rafael Scopacasa, Juliana Bastos Marques, André Chevitaese e Geoffrey Kron. Agradeço também aos meus colegas do Instituto Federal Fluminense, especialmente aos companheiros da área de História, Roberto Moll, Alexandre Elias, Denaldo Alchorne de Souza, Marco Vinícius Lamarão e Fabiana Arruda. É extremamente gratificante atuar em um espaço que valoriza a educação pública de qualidade, especialmente se inserindo em um grupo de trabalho que preza pelo companheirismo e pela seriedade no trabalho.

Agradeço enormemente a minha família, que sempre deu todo o apoio e suporte necessário para que eu trilhasse o rumo profissional que escolhi. Meu pai, minha mãe e minha irmã sempre estiveram dispostos a me ajudar em tudo que eu pudesse imaginar. Minhas tias e meus tios, assim como meus primos, que compõem essa grande família da qual faço parte, me dedicam o carinho e consideração sem os quais eu não poderia viver. Minha namorada, Aline, teve a paciência de enfrentar a inglória missão de companheira de um doutorando, e por isso lhe devo gratidão eterna.

Por fim, agradeço ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos que financiou os dois primeiros anos dessa pesquisa, à Capes pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu passar a temporada na Universidade de Durham na Inglaterra, e à Faperj, pela concessão da bolsa de estudos que financiou os dois últimos anos da pesquisa.



Não sei se valerá a pena relatar toda a história do povo romano a partir das origens da cidade. Não tenho muita certeza disso e mesmo que tivesse não ousaria afirmá-lo, pois vejo que a matéria além de antiga tem sido amplamente divulgada. Surgem a toda hora novos historiadores que se vangloriam, ou de contribuir no domínio dos fatos, com uma documentação mais precisa, ou de ultrapassar, com seu talento literário, a rudeza dos antigos. Seja como for, eu me sentiria feliz em dar minha contribuição pessoal para a celebração do maior povo do mundo (sic). E se, em meio a essa multidão de historiadores, meu nome permanecer na obscuridade, a excelência e a grandeza dos que me ultrapassarem me servirá de consolo<sup>1</sup>.

Tito Lívio.

---

<sup>1</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, prefácio: facturusne operae pretium sim, si a primordio urbis res populi Romani perscripserim, nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim, quippe qui cum veterem tum vulgatam esse rem videam, dum novi semper scriptores aut in rebus certius aliquid allaturos se aut scribendi arte rudem vetustatem superaturos credunt. utcumque erit, iuvabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro virili parte et ipsum consuluisse; et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me, qui nomini officient meo, consoler. res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum repetatur et quae ab exiguis profecta initiis eo creverit, ut iam magnitudine laboret sua; et legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque originibus minus praebitura voluptatis sint festinantibus ad haec nova, quibus iam pridem praevalentis populi vires se ipsae conficiunt; ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum, quae nostra tot per annos vidit aetas, tantisper certe, dum prisca illa tota mente repeto, avertam, omnis expers curae, quae scribentis animum etsi non flectere a vero, sollicitum tamen efficere posset (tradução de Paulo Matos Peixoto: Tito Lívio, *História de Roma*, primeiro volume. São Paulo: Paumapé, 1989, p.17).

## Resumo

O objetivo desta pesquisa é entender as transformações pelas quais passou o assentamento camponês na Itália central tirrênica no contexto da conquista dessa região por Roma. Diversas pesquisas arqueológicas realizadas em regiões da Itália central tirrênica têm identificado um processo de transformação do assentamento entre os séculos V e III a.C. na região. Com o passar dos séculos, um padrão de assentamento disperso, baseado em assentamentos de pequenas dimensões e isolados entre si, se torna dominante nessa região. Os primeiros dois capítulos desta tese buscam refletir sobre as duas categorias, “fazenda camponesa” e “*uillae*”, nas quais os sítios arqueológicos isolados no meio rural têm sido classificados. Realizo, aqui, uma primeira aproximação ao assentamento rural analisando alguns de seus tipos de estruturas fundamentais. Os dois capítulos seguintes realizam estudos regionais sobre a conquista romana e as transformações no assentamento local contemporâneas. Nestes capítulos ponho à prova a tese tradicional de que a conquista e a ação colonizadora romana (com estradas, drenagens e distribuições de terras) tenham sido os responsáveis por essas transformações no assentamento. O capítulo final pretende buscar explicações para essas transformações em um contexto histórico e geográfico mais amplo, inserindo a transformação do assentamento em um quadro mediterrânico.

Palavras-chave: Campesinato romano; República Romana; Assentamento rural; Conquista romana, Mediterrâneo antigo.

## Abstract

This thesis is a study of peasants' settlement transformation in central Tyrrhenian Italy in the time of its conquest by Rome. Several field surveys have identified a transformation of this settlement between 5<sup>th</sup> and 3<sup>rd</sup> centuries BC., when a pattern of dispersed settlement, characterized by small and isolated settlements, becomes prevalent in these regions. The thesis' firsts two chapters analyses the two categories ("small farm" and "*uillae*") in which archaeologists have classified the isolated rural sites. Here, I do a preliminary study of rural settlement analyzing some of its basic types of structures. The following two chapters carry out regional studies on the Roman conquest and the coeval transformations in settlement. These chapters test the traditional view that Roman conquest and colonization were the main causes of these changes in the settlement. In the final chapter, I put forward explanations for these changes in a broader historical and geographical context, inserting the central-Italian transformation of the settlement in a Mediterranean framework.

Key words: Roman peasants; Roman Republic; Rural settlement; Roman conquest; Ancient Mediterranean

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
1. A história romana como uma história camponesa.....	6
1.1. O início do interesse acadêmico sobre os camponeses e sua ausência na versão triunfalista da História Romana.....	6
1.2. Contexto pós-colonial, consolidação dos <i>Peasant Studies</i> e a emergência dos estudos sobre o campesinato romano .....	9
1.2.1. O surgimento dos <i>Peasant Studies</i> e a categoria “ <i>Campesinato</i> ” .....	9
1.2.2. Os camponeses romanos sobrem ao palco (mas ainda como figurantes) 11	
1.3. Perspectivas para uma história romana como história camponesa.....	16
2. Sociedade agrária e relação campo-cidade .....	20
2.1. Modelos de Cidade Antiga: Finley e seus críticos .....	22
2.1.1. Cidade Consumidora: de Bücher a Finley.....	22
2.1.2. A reação à Finley.....	24
2.2. Além da “Cidade” e do “Campo”: diversidade e complexidade do assentamento .....	29
2.2.1. A “cidade no campo” e o “campo na cidade” .....	29
2.2.2. O assentamento camponês na Itália central tirrênica: uma introdução ....	32
<b>Capítulo 1: Cacos de cerâmica e fazendas camponesas: a geografia da vida social camponesa</b> .....	37
1. As categorias de classificação dos sítios nos levantamentos de superfície .....	38
1.1. A subjetividade das categorias de classificação .....	38
1.2. O esquema classificatório “Villa-Fazenda-Cabana” .....	39
1.2.1. A ubiquidade do esquema nos projetos realizados na Itália Central .....	39
1.2.2. Os problemas metodológicos deste esquema .....	41
2. Casas isoladas ou estruturas integradas? .....	44
2.1. Escavação de sítios exemplares: Monte Forco e as casas camponesas .....	44

2.2. Um campesinato em movimento: O <i>Roman Peasant Project</i> e a reinterpretação das estruturas camponesas .....	49
2.3. Estruturas rurais possivelmente não-domésticas nos séculos V a III a.C.....	56
3. Hierarquia social e hierarquia dos tipos de assentamentos.....	61
3.1. A divisão binária: grandes <i>uillae</i> x pequenas fazendas .....	62
3.2. Complexidade das histórias de ocupação das estruturas .....	69
3.3. A visibilidade arqueológica das estruturas camponesas.....	72
4. A complexidade do assentamento camponês .....	83
4.1. Os pequenos sítios rurais nos levantamentos de superfície: perspectivas .....	83
4.2. Habitação, trabalho e assentamento: esboço de enquadramento sociológico .	87
4.2.1. Trabalho e moradia: a dinâmica da vida social cotidiana camponesa.....	87
4.2.2. A média e longa duração: ciclos de vida familiar e transformações na estrutura da vida social camponesa .....	91
<b>Capítulo 2: Blocos de tufo e as “<i>uillae</i> primitivas”: os grandes edifícios rurais dos primeiros séculos da República .....</b>	<b>98</b>
1. Problemas conceituais de uma categoria clássica: <i>uilla</i> e “sistema da <i>uilla</i> ” .....	98
1.1 As <i>Villae</i> nas escavações arqueológicas: o modelo arquitetônico.....	99
1.2. A <i>Villa</i> na historiografia moderna, ou o “sistema da <i>Villa</i> ” .....	105
1.2.1. <i>Villa</i> e <i>Plantation</i> .....	105
1.2.2. Produção, circulação e formas de trabalho nas <i>uillae</i> .....	108
1.3. A cronologia do “sistema da <i>Villa</i> ” e as <i>uillae</i> nos levantamentos de superfície .....	115
2. A descoberta da “ <i>uillae</i> primitivas” .....	118
2.1. A <i>uilla</i> do <i>Auditorium</i> .....	118
2.2. A <i>Villa</i> delle Grote, em Grotarossa (subúrbio norte de Roma) .....	124
2.3. O edifício de viale Tiziano, Quartiere Flaminio (Subúrbio norte de Roma)...	126
2.4. As <i>uillae</i> no parque de Centocelle (Subúrbio meridional de Roma).....	128
2.5. <i>Villa</i> de Selvasecca, Blera, Etrúria Meridional .....	130

2.6. Blocos de tufo em uillae escavadas como vestígio de fases “primitivas” .....	131
2.7. <i>Basis uillae</i> ( <i>uilla</i> em plataforma) .....	132
3. O debate sobre a caracterização das <i>uillae</i> primitivas .....	136
3.1. Palácios esporádicos ou um elemento frequente da paisagem rural? .....	136
3.2. Eram os grandes edifícios dos primeiros séculos da República <i>uillae</i> ? .....	139
3.2.1. Do termo de época ao conceito moderno .....	139
3.2.2. Afinal, o que é uma <i>uilla</i> ? .....	145
3.3. As <i>uillae</i> primitivas nos levantamentos de superfície .....	149
<b>Capítulo 3: Conquistadores e camponeses na Etrúria Meridional: um estudo de caso sobre a conquista romana e as transformações no assentamento rural.....</b>	<b>154</b>
1. O crescimento do número de sítios rurais na Etrúria Meridional: meandros da abordagem quantitativa.....	156
1.1. Representatividade arqueológica do número de sítios .....	159
1.1.1. Fatores topográficos e geológicos .....	160
1.1.2. Diversidade de técnicas de pesquisa.....	162
1.2. Tipologias e cronologias das cerâmicas .....	164
1.2.1. Variação na visibilidade dos diferentes tipos de cerâmica .....	165
1.2.2. Questões metodológicas da cronologia das cerâmicas .....	166
1.3. A evolução histórica no número de sítios na Etrúria Meridional .....	168
1.3.1. Ocupação de sítios ao longo dos séculos.....	168
1.3.2. Padrões de consumo da cultura material e ocupação dos sítios .....	171
1.3.2.1. O “vão” do período tardo-republicano 1 (250-150 a.C.).....	174
1.3.2.2. O vão do período clássico (480-350 a.C.) .....	179
1.3.3. A intensificação do assentamento rural na Etrúria Meridional .....	183
2. A transformação no padrão do assentamento rural na Etrúria Meridional.....	183
2.1. Veios e seu território ( <i>ager Veientanus</i> ).....	185
2.2. Território de Capena ( <i>ager Capenas</i> ) .....	193
2.3. Território falisco ( <i>ager Faliscus</i> ) e de Sútrio ( <i>ager Sutrinus</i> ).....	200

3. Os romanos na Etrúria Meridional: os impactos da guerra e da paz .....	209
3.1. Os conquistadores, a guerra e a paz.....	209
3.1.1. A tese da pax romana avant la lettre (ou sobre o Estado Romano e sua expansão).....	209
3.1.2. Razias e conquistas .....	215
3.2. Os camponeses, a guerra e a paz .....	227
<b>Capítulo 4: Colonizadores e camponeses na Itália Central Tirrênica: conquista, colonização e transformação do assentamento rural. ....</b>	<b>234</b>
1. Conquista romana no século IV a.C. e transformações no assentamento .....	236
1.1. Os romanos no Lácio e na Campânia: a narrativa tradicional .....	236
1.2. Região do Pontino, Lácio .....	240
1.2.1. Colinas albanas e seu entorno meridional .....	241
1.2.2.. Sopé dos Montes Lepinos.....	243
1.2.3. Planície do Pontino.....	247
1.2.4. Região costeira .....	257
1.2. Entorno do Monte Massico, Campânia Setentrional .....	265
2. Conquista romana no século III a.C. e transformações no assentamento.....	274
2.1. Os romanos na Sabina e na Etrúria: a narrativa tradicional .....	274
2.2. Sabina .....	277
2.2.1. Sabina Tiberina.....	277
2.2.2. Território de Rieti .....	281
2.3. Costa da Etrúria .....	284
2.3.1. Território tarquinense e os arredores de Tuscânia.....	285
2.3.2. O território de Vulci e a colônia de Cosa .....	291
2.3.3. O território de Volterra e o vale do Cecina .....	299
3. Colonos e colonizadores nos primeiros séculos da República .....	302
3.1. Imagens antigas e modernas da colonização romana .....	304
3.2. Colônias e colonos nos séculos V a III a.C. ....	308

3.2.1. Gerais e colonizadores: os líderes militares como fundadores de colônias .....	308
3.2.2.. Romanos e nativos nas colônias .....	313
<b>Capítulo 5: Agricultura, comércio e exploração: a intensificação do assentamento rural em uma escala mediterrânea .....</b>	<b>317</b>
1. <i>Desromanizando</i> a transformação do assentamento.....	318
1.1. A transformação no assentamento para além da Itália central tirrênica .....	319
1.2. A História romana em uma perspectiva mediterrânea .....	323
1.2.1. Uma revisão de premissas historiográficas .....	324
1.2.2. Global, local e regional: problemas de transposição teórica .....	327
2. Intensificação da agricultura e expansão demográfica: o desenvolvimento das forças produtivas .....	332
2.1. Clima .....	334
2.2. Demografia .....	336
2.3. Sistemas agrários .....	340
2.3.1. O debate sobre a agricultura mediterrânea antiga .....	340
2.3.2. Intensificação da agricultura no Mediterrâneo (séculos V-III a.C.) .....	344
3. Integração econômica do Mediterrâneo e a exploração do campesinato .....	352
3.1. Índícios materiais de intensificação dos intercâmbios no Mediterrâneo .....	353
3.2. Comércio e economia agrária .....	360
3.2.1. O caráter do comércio em uma sociedade agrária pré-capitalista .....	360
3.2.2. Campesinato e comércio na Itália central tirrênica .....	363
3.2. Exploração, extração de excedentes e comércio .....	373
3.2.1. Ascensão das classes dominantes supra-locais e a exploração dos produtores diretos .....	373
3.2.2. Terra e trabalho na Itália central tirrênica .....	377
3.2.2.1. Clientela e <i>Nexum</i> : formas de trabalho compulsório? .....	377
3.2.2.2. As disputas pelas formas de propriedade da terra .....	381



3.2.2.3. Lutas contra o endividamento e a expansão da escravidão .....	395
3.2.3. Extração de excedentes e desenvolvimento do comércio.....	402
<b>Conclusão .....</b>	<b>409</b>

## Sumário do Volume 2

Índice de figuras.....	i
Imagens.....	1
Apêndices.....	192
Apêndice 1: Esquema de classificação de alguns dos mais importantes projetos de levantamento de superfície na Itália central. ....	193
Apêndice 2: A <i>Villa</i> enquanto categoria ideológica na tradição literária latina ....	198
Apêndice 3: Existe um modelo de <i>Villa</i> nas fontes literárias?.....	210
Apêndice 4: Crítica ao modelo econométrico de Dominic Rathbone sobre o trabalho nas <i>uillae</i> .....	215
Apêndice 5: O edifício do Auditorium: residência aristocrática ou santuário?.....	220
Apêndice 6: A magnitude da cidade de Roma entre os séculos VI e III a.C. ....	225
1. “A grande Roma dos Tarquínios”: a cidade no final do século VI a.C.....	226
2. Da crise do século V a.C. à retomada dos séculos IV-III a.C. ....	234
Apêndice 7: A população de Roma e da Itália Romana entre 508 e 293 a.C. ....	241
1. Território e abastecimento alimentar.....	242
2. Os censos dos séculos V e IV a.C. ....	245
Bibliografia .....	261

## Introdução

A maior parte da população do mundo romano era composta por camponeses.

A despeito dos diferentes recortes cronológicos e geográficos nos quais distintos autores encaixam o adjetivo “romano”, a frase acima pode ser encontrada, ainda que com pequenas variações que não a modificam em seu essencial, em diversas obras sobre a história econômica e social romana produzidas nas últimas décadas<sup>2</sup>. Parece-me que poucos são os estudiosos da sociedade romana que discordariam da frase que abre esta tese<sup>3</sup>. Em um campo de estudos tão marcado por polêmicas e posições visceralmente antagônicas, são poucas as frases que, como essa, podem ser incluídas no rol das afirmações de consenso quase universal.

Significativamente, todavia, essa frase costuma aparecer nos textos como espécie de afirmação de uma negativa ou, em outros casos, de uma concessão. Em muitos casos, a reivindicação de um caráter camponês para a parte majoritária da população romana parece-me ter tido por objetivo a negação de duas formas comuns de pensar a história romana: como uma sociedade (e/ou economia) urbana-mercantil, ou como uma sociedade (e/ou economia) escravista. Nesse sentido, a afirmação de um caráter camponês da sociedade romana é trazida à tona para desconstruir o que se julga ora uma concepção demasiadamente urbana (e, normalmente associada a isso, mercantil)<sup>4</sup> ora uma concepção demasiadamente escravista desta economia<sup>5</sup>. Mais do que propor um estudo centrado nesse contingente populacional campesino, têm-se por objetivo (explícito ou não) relativizar a ênfase dada a essas outras categorias na caracterização do mundo romano.

---

<sup>2</sup> e.g. FINLEY, Moses I., **A Economia antiga**, Lisboa: Afrontamento, 1986; HOPKINS, Keith, **Conquerors and slaves**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 8; EVANS, John, *Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy*, **American Journal of Ancient History**, v. 5, 1980, p. 23; GARNSEY, Peter; SALLER, Richard P., **The Roman empire: economy, society and culture**, London: Duckworth, 1987, p. 43; STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice De, **The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests**, Ithaca: Cornell University Press, 1989, p. 208–209 entre muitos outros.

<sup>3</sup> Os dois autores que consigo imaginar discordando dessa afirmação partem, curiosamente, de perspectivas teóricas e políticas diametralmente opostas: TEMIN, Peter, **The Roman Market Economy**, [s.l.]: Princeton University Press, 2013; BANAJI, Jairus, **Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation**, [s.l.]: BRILL, 2010.

<sup>4</sup> e.g. GARNSEY; SALLER, **The Roman empire**, p. 43–45.

<sup>5</sup> e.g. EVANS, *Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy*, p. 23–26; RATHBONE, Dominic, *The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation*, **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10–23, 1981; GARCIA MACGAW, Carlos, *A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo*, in: BASTOS, Mário Jorge *et al* (Orgs.), **O précapitalismo em perspectiva. Estudos em Homenagem ao prof. Ciro F.S. Cardoso**, Rio de Janeiro: Ítaca, 2015, p. 248–249.

Em outros casos, o objetivo do uso desta afirmação consensual é apenas fazer uma concessão à importância quantitativa do campesinato enquanto se busca justamente afirmar a importância qualitativa das cidades<sup>6</sup> ou da escravidão<sup>7</sup>. As cidades e a escravidão, sem dúvidas, ainda chamam mais a atenção dos estudiosos do mundo romano do que a realidade camponesa. O estudo do campesinato romano e da história romana como uma história camponesa ainda dá seus primeiros passos. Ainda que os estudos sobre a sociedade romana no último século tenham feito os camponeses subirem ao palco da História de Roma, eles ainda ocupam um papel fundamentalmente coadjuvante – quando não de cenário, como crianças sem papel no teatro da escola que são vestidas de árvore por seus professores.

É frente a este desafio que esta tese pretende se colocar: contribuir para uma história romana enquanto história camponesa – abordagem que difere um pouco de fazer um estudo do campesinato romano. Isso não significa que advogo o abandono de todas as outras caracterizações já propostas para a sociedade romana em favor de sua caracterização como sociedade camponesa. Não quero fazer todos os outros personagens se vestirem de árvore, muito menos descerem do palco – quero aumentar o número de personagens protagonistas nesta trama. Acredito que enquanto uma sociedade complexa, o mundo romano deve ser caracterizado sob diversas perspectivas diferentes e complementares – e, portanto, dizer que Roma era uma sociedade camponesa não implica em dizer que ela era apenas uma sociedade camponesa e nada mais.

Dentre os adjetivos que acredito importantes para entender a sociedade romana, alguns tem tido mais espaço na historiografia moderna – como sua caracterização enquanto sociedade escravista. Por sua vez, a caracterização desta realidade social enquanto sociedade camponesa, tem tido pouco espaço. Em um momento historiográfico em que a abrangência e essência do teor escravista da sociedade romana têm sido reconsiderados, e em que a ênfase na importância demográfica e social do campesinato tem sido cada vez mais destacada, enfrentar esse estado de coisas me parece extremamente relevante.

Pretendo contribuir com esse projeto de fazer da história romana uma história camponesa através de um estudo do que me parece ser um dos aspectos mais importantes

---

<sup>6</sup> FINLEY, M. I., *The Ancient City: From Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond*, **Comparative Studies in Society and History**, v. 19, n. 03, p. 305–327, 1977.

<sup>7</sup> FINLEY, A *Economia antiga*; FINLEY, Moses I., *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991.

para entender a realidade camponesa: suas formas de assentamento, tanto em sua variedade de estruturas (isto é, os tipos de assentamento em que essas pessoas viviam) quanto em seus padrões de distribuição (a relação espacial e social entre esses tipos assentamentos), assim como a dinâmica das transformações destes aspectos. Esse estudo terá na arqueologia um elemento fundamental, seja as escavações de sítios onde foram identificados vestígios de estruturas do assentamento rural, sejam os levantamentos de superfície que nos permitem estudos regionais da transformação do assentamento ao longo do tempo. Também lançarei mão de outros tipos de fontes para me ajudar na construção do quadro histórico de transformação. As narrativas históricas antigas que são nossas principais fontes de informação para o período, sobretudo Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso, terão claro destaque, mas não serão as únicas mobilizadas ao longo do trabalho.

Meu recorte cronológico privilegia um momento histórico em que, como tentarei demonstrar ao longo da tese, esse assentamento camponês se estabelece em suas características mais fundamentais. Os tipos de estrutura e seus padrões de distribuição que se estabelecem nesse momento certamente se modificarão nos séculos posteriores, mas, acredito, dentro de um quadro geral que já estará delineado neste primeiro momento. Refiro-me aos primeiros séculos da República, entre os séculos V e III a.C., quando transformações bastante importantes no assentamento humano ocorrem em regiões próximas a Roma – na região que identificarei aqui como “Itália central tirrênica” (ver mapas das figuras 1, 2, 3 e 4) e que será o recorte geográfico primordial desta tese. Já há algum tempo se identificou um processo chamado de “dispersão do assentamento”, que consiste basicamente no surgimento e expansão de um número muito considerável de pequenos assentamentos isolados no campo. Isto, uma parte significativa dos camponeses passariam a viver *longe dos muros*<sup>8</sup> dos assentamentos fortificados. Tradicionalmente, essa transformação tem sido entendida como consequência da conquista romana. Um dos objetivos desta tese será, justamente, complexificar este quadro – tanto no sentido de identificar outras causalidades, quanto no sentido de repensar o que foi a conquista romana dessas regiões.

---

<sup>8</sup> O título dessa tese se inspira no título de um livro importante da antropologia dedicada ao estudo das formas de assentamento sobre uma comunidade rural no sul da Itália onde o padrão de assentamento, diferente da maior parte das comunidades da Itália meridional, é do tipo disperso. GALT, Anthony H., **Far from the Church Bells: Settlement and Society in an Apulian Town**, Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1991.

Para cumprir esta tarefa, os dois primeiros capítulos farão uma análise crítica das duas categorias que tem tido papel central nos estudos sobre o assentamento rural italiano antigo: fazendas camponesas – analisadas no primeiro capítulo – e *uillae* – analisadas no segundo. A intenção de ambos os capítulos é questionar, em sentidos diferentes, algumas premissas que fundamentam essas categorias e que tem impacto imediato sobre nossas formas de entender a realidade histórica do campesinato romano. Isso nos permite, em primeiro lugar, fazer um uso mais apropriado dos dados dos levantamentos de superfície – metodologia de trabalho arqueológico que tem tido importância fundamental nos estudos sobre o assentamento rural e sobre o qual falarei bastante nesta tese. Ademais, a reinterpretação dessas categorias também permitirá discussões mais teóricas sobre a história agrária desse período.

O terceiro e o quarto capítulos terão por objetivo justamente utilizar a vasta gama de dados produzidos pelos levantamentos de superfície realizados na Itália central tirrênica para identificar o desenvolvimento histórico do padrão de assentamento rural na região. Já há algum tempo tem se apontado para um processo de dispersão do assentamento (isto é, cada vez mais pessoas vivendo em pequenos assentamentos isolados entre si) como um aspecto fundamental dessa região no momento da expansão da hegemonia romana na região, entre os séculos V e III a.C.. Esses dois capítulos tratarão, assim, justamente das modificações no padrão de assentamento e nas possibilidades de identificar a conquista romana como causa disso.

O capítulo três tratará especificamente da Etrúria Meridional como um estudo de caso. Conquistada por Roma ainda no início do século IV a.C. e objeto de inúmeros estudos arqueológicos desde a década de 50, essa talvez seja a região mais propícia para pensarmos a relação entre conquista romana e transformação do assentamento. A primeira parte do meu estudo terá por objetivo identificar os principais vieses metodológicos e técnicos que precisam ser levados em conta para tentar montar um quadro sobre o que é possível saber do assentamento rural a partir desses levantamentos. Informado por essa discussão, passo em seguida a um estudo propriamente dito do desenvolvimento histórico do assentamento nessa região e sua relação com a conquista romana. A parte final do capítulo terá por objetivo questionar alguns pressupostos sobre qual poderia ser o verdadeiro impacto dos conquistadores sobre a vida social camponesa a partir das informações levantadas no estudo sobre essa região e fazendo uma rápida discussão sobre o que foi a conquista romana.

O capítulo quatro investigará regiões diversas da Itália central tirrênica, tanto ao sul de Roma, no Lácio e na Campânia, conquistados na segunda metade do século IV a.C., quanto ao norte, na Etrúria e Sabina, conquistadas na primeira metade do século III a.C.. Além de montar um quadro geral sobre as transformações no assentamento da região, pretendo discutir, nesse capítulo, o impacto da colonização romana nas regiões conquistadas. Roma é vista como um vetor de transformação no assentamento não só por conta da conquista militar, mas também por colonizar essas regiões. Em termos mais específicos, essa colonização implica em distribuição de lotes de terra, drenagem de terrenos alagadiços e construção de estradas, que teriam grande impacto sobre o mundo rural da Itália central tirrênica entre os séculos IV e III a.C.. Ao longo desse capítulo avaliarei o quanto essas práticas são de fato o motor da transformação no assentamento nas regiões conquistadas por Roma, tendo ao final do capítulo uma discussão mais teórica sobre o que realmente foi essa colonização.

Ao longo dos capítulos três e quatro tentarei demonstrar o quanto o contexto da conquista romana é limitado para explicar satisfatoriamente a transformação no assentamento rural. Para complementar os argumentos apresentados nestes capítulos, inicio o quinto capítulo mostrando que muitas regiões espalhadas pela bacia do Mediterrâneo passaram por transformações similares na mesma época – sem qualquer interferência romana no processo. Todo o resto do capítulo cinco terá relação direta com este *insight* mediterrânico. Se diversas regiões do Mediterrâneo, distantes entre si, passam por um processo histórico similar paralelamente, é preciso identificar processos mediterrânicos, que afetem essas diferentes regiões, para entender as causalidades de tal processo. Analisando diferentes fatores históricos, começando por aquilo que chamaríamos no jargão marxista de forças produtivas (demografia e sistemas agrários) e chegando nas formas de circulação da produção e de exploração dos trabalhadores diretos, pretendo criar um quadro explicativo geral, mediterrânico, comum a diversas regiões entre os séculos V e III a.C.. e que serve de pano de fundo fundamental desta história do assentamento camponês da Itália central tirrênica.

A existência de processos gerais, mediterrânicos, que nos ajudam a entender essa história não pode nos cegar para a realidade local. Por um lado, diferentes comunidades podem reagir de maneira muito distintas a um mesmo processo geral – a existência de um quadro geral não implica que cada uma das regiões esteja vivenciando esta realidade da mesma maneira. Além disso, processos locais, independentes desses processos mediterrânicos, também tem sua parcela para explicar as transformações históricas.

Algumas dessas questões já vão ter sido abordadas nos capítulos três e quatro, ao tratar da conquista militar e da colonização, enquanto outras aparecerão no próprio capítulo cinco, quando tentarei identificar a forma específica que os fatores mais gerais assumem na Itália central tirrênica.

Antes de tudo isso, porém, acredito que duas questões iniciais são fundamentais para introduzir o quadro da análise que pretendo elaborar nesta tese. Em primeiro lugar, me parece importante dizer alguma coisa sobre o próprio conceito de campesinato. Trata-se de uma categoria controversa, sobre a qual não pretendo (nem me sentiria competente para) traçar uma definição enciclopédica. Ao invés disso, talvez seja mais proveitoso começar o percurso do meu estudo por uma rápida história dos estudos sobre o campesinato e seu (pouco, ao meu ver) impacto sobre os estudos de história econômica e social da Antiguidade Clássica em geral e da Roma Antiga em particular – através do qual pretendo estabelecer algumas ideias fundamentais do que entendo por uma história camponesa.

Em segundo lugar, é preciso dizer alguma coisa sobre a própria ideia de uma pesquisa sobre o assentamento camponês. Para fazer isso, acredito ser frutífero retomar o debate sobre a relação Campo-Cidade no mundo antigo. Este é um tema que já foi centro de grandes debates na historiografia sobre o mundo greco-romano, mas que perdeu destaque na última década. Acredito que recuperar algumas dessas questões me permitirá estabelecer os fundamentos do que estou entendendo aqui por um estudo do assentamento camponês.

## 1. A história romana como uma história camponesa

### **1.1. O início do interesse acadêmico sobre os camponeses e sua ausência na versão triunfalista da História Romana**

O campesinato se torna uma categoria sob o escrutínio acadêmico ao longo do século XIX, em um contexto social bastante específico: o desenvolvimento da sociedade industrial e o avanço do capitalismo sobre o que parecia aos observadores da época as reminiscências de formas tradicionais, historicamente imóveis, de vida comunitária no campo, identificadas pelo conceito de “*folk societies*”<sup>9</sup>. Daí deriva uma concepção estática e anistórica de campesinato, extremamente influente: os camponeses seriam

---

<sup>9</sup> SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel, **Sobre a evolução do conceito de campesinato**, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17.

aquelas populações tradicionais do campo, que sobrevivem de uma agricultura de subsistência, aliados, portanto, da moderna economia de mercado. Isto é, o campesinato constituiria um mundo à parte da sociedade moderna, isolada social e espacialmente do dinamismo capitalista. A construção de uma imagem de rústicos culturalmente atrasados e economicamente improdutivos foi recorrente e parte constituinte da propaganda do alvorecer e expansão do capitalismo<sup>10</sup>.

Nesse sentido, esses povos tradicionais foram imediatamente identificados com o passado da história europeia, populações que viviam de uma maneira que estava fadada ao desaparecimento. As raízes históricas dessas comunidades logo foram identificadas com a Idade Média<sup>11</sup>. O lugar da Antiguidade Clássica, contudo, não ficava claro nessa concepção da evolução social europeia, e acabou objeto de um famoso debate.

Economistas que identificavam estágios de evolução da economia ao longo da história, com destaque para a Escola Histórica Alemã de nomes como Karl Rodbertus e Karl Bücher, caracterizavam a Antiguidade como uma economia doméstica, baseada em atividades agrícolas e pastoris, que daria lugar para uma economia da Cidade, monetária e comercial, apenas na Baixa Idade Média. Mesmo sem usar a terminologia dos estudiosos das *folk societies*, esta perspectiva colocava, portanto, a Antiguidade Clássica como parte dessas sociedades tradicionais e atrasadas<sup>12</sup>.

Isso era completamente inaceitável para os estudiosos da Antiguidade Clássica, que buscavam a própria legitimidade de seus estudos na concepção renascentista de que Grécia e Roma haviam sido os berços da Civilização Ocidental. Identificar a economia e a sociedade dos fundadores de tudo que havia de bom e belo no mundo moderno com o atraso da economia rural parecia um contrassenso absurdo para esses estudiosos, o que logo foi demonstrado pelo fervor dos ataques do classicista Eduard Meyer aos trabalhos do economista Karl Bücher – que inauguraram a famosa querela entre primitivistas e modernistas<sup>13</sup>.

Em parte por convergir com a imagem mais bem estabelecida sobre o mundo clássico na época, em parte por dar conta de maneira mais satisfatória das inúmeras novas

---

<sup>10</sup> KRON, Geoffrey, The Much Maligned Peasant. Comparative perspectives on the productivity of the small farmer in classical antiquity., in: LIGHT, Luuk de; NORTHWOOD, Simon (Eds.), **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden: Brill, 2008, p. 99.

<sup>11</sup> FOSTER, George, Introduction: What is a peasant?, in: POTTER, Jack; DIAZ, May; FOSTER, George (Orgs.), **Peasant society: a reader**, Boston: Little, Brown and Company, 1967, p. 2.

<sup>12</sup> BÜCHER, Karl, **Industrial Evolution**, [s.l.: s.n.], 1901, p. 96–97.

<sup>13</sup> MEYER, Eduard, **El historiador y la historia antigua: estudios sobre la teoría de la historia y la historia económica y política de la antigüedad**, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1955.



informações empíricas que surgiam na época, com o avanço da arqueologia e da epigrafia, o modernismo acabou se consolidando como corrente hegemônica nos estudos sobre a história econômica e social da Antiguidade Clássica<sup>14</sup>. Para a economia romana, as obras de Michail Rostovtzeff<sup>15</sup> e Tenney Frank<sup>16</sup> estabeleceram a imagem de uma economia comercial pujante, abastecida por propriedades rurais voltadas para a produção mercantil de azeite de oliva e vinho, transportada por todo o Mediterrâneo.

Não havia muito espaço nessa grande narrativa em construção para o campesinato. Não por acaso, logo se consolidou a tese sobre uma grande crise que os camponeses romanos teriam enfrentado ainda no período republicano, sendo espoliados pelo desenvolvimento das grandes propriedades escravistas voltadas para a produção mercantil – as famosas *uillae* escravistas romanas. A “tese da crise do campesinato”, que já aparece na obra de William Heitland, da década de 20<sup>17</sup>, ganha sua grande formulação com o monumental *Hannibal’s Legacy* de Arnold Toynbee, publicado na década de 60<sup>18</sup>. No final da década seguinte, Keith Hopkins elaborou a formulação sociologicamente mais refinada de tal tese, resumindo-a em um elegante fluxograma (ver fluxograma da figura 5). Não é mera coincidência, portanto, que a grande narrativa construída sobre a consolidação de Roma como superpotência do mundo antigo e como um dos pilares da Civilização Ocidental tenha como um de seus elementos uma narrativa de crise e desaparecimento relativo do campesinato, substituído por propriedades voltadas para o mercado. A história do triunfo romano, mito de origem do triunfo ocidental, era também uma história do escanteamento dos camponeses da História Romana e do desenvolvimento da produção mercantil.

---

<sup>14</sup> SCHIAVONE, Aldo, **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**, São Paulo: EdUSP, 2005, p. 82.

<sup>15</sup> ROSTOVITZEFF, Michael Ivanovitch, **The Social & Economic History of the Roman Empire**, [s.l.]: Biblo & Tannen Publishers, 1926.

<sup>16</sup> FRANK, Tenney, **An Economic History of Rome**, [s.l.]: Cosimo, Inc., 2006.

<sup>17</sup> HEITLAND, William Emerton, **Agricola: A Study of Agriculture and Rustic Life in the Greco-Roman World from the Point of View of Labour**, Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 151–164.

<sup>18</sup> TOYNBEE, Arnold Joseph, **Hannibal’s legacy: the Hannibalic War’s effects on Roman life**, London ; New York: Oxford University Press, 1965, vol.II, cap.3.

## 1.2. Contexto pós-colonial, consolidação dos *Peasant Studies* e a emergência dos estudos sobre o campesinato romano

### 1.2.1. O surgimento dos *Peasant Studies* e a categoria “Campesinato”

No pós-segunda guerra, os estudos sobre campesinato passaram por uma grande revolução, ganhando maior sistematicidade dentro das universidades e dando origem à disciplina acadêmica conhecida por *Peasant Studies*. A associação entre os estudos históricos sobre o campesinato europeu e os estudos etnográficos das comunidades tradicionais na América, África e Ásia, assim como a recuperação das teorias sobre o campesinato do narodnismo russo, permitiram a consolidação do conceito de “sociedades camponesas”, superando a ideia de “folk society”<sup>19</sup>. A partir da definição seminal de Alfred Kroeber, em 1948, autores como Robert Redfield, Eric Wolf e Teodor Shanin, entre outros, desenvolveram uma vasta literatura para caracterizar e analisar o funcionamento das sociedades camponesas, estabelecendo o “campesinato” como uma categoria operacional das mais importantes para a sociologia, a antropologia e a história.

Um ponto fundamental para esses teóricos do campesinato foi logo superar uma definição meramente ocupacional do campesinato. Camponês deixava de ser, a partir desses estudos, simplesmente aquele que vivia da produção agrícola. Na definição seminal de Kroeber, os camponeses constituem “sociedades parciais [*part-societies*] com culturas parciais [*part-cultures*]”<sup>20</sup>, ou seja, uma comunidade com características específicas, mas que necessariamente se insere em um mundo mais amplo. Robert Redfield teve papel fundamental para a consolidação dessa percepção ao identificar como os costumes camponeses, chamados de “pequena tradição” e até então tratados como elementos folclóricos e isolados, tinham relações fundamentais com aquilo que ele vai chamar de grande tradição, a cultura do mundo mais amplo com o qual essas comunidades estabelecem relações de subordinação<sup>21</sup>. Superava-se, assim, a noção de que o campesinato era um corpo estranho vivendo sobreposto ao mundo moderno: o campesinato passava a ser visto como um grupo social inserido e com relações diretas com esse mundo mais amplo e dinâmico.

A partir daí desenvolveram-se duas distinções fundamentais para o conceito de camponês: de um lado, para com o agricultor primitivo; do outro lado, para com o

<sup>19</sup> FOSTER, Introduction: What is a peasant?, p. 3–4.

<sup>20</sup> KROEBER, Alfred Louis, **Anthropology: race, language, culture, psychology, pre-history**, New York: Harcourt, Brace, 1948, p. 284.

<sup>21</sup> REDFIELD, Robert, **Peasant society and culture**, Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

trabalhador rural proletarizado. Agricultores primitivos até podem se inserir em relações com um mundo que vai além de suas comunidades – e recorrentemente o fazem, a despeito da visão tão preconceituosa quanto recorrente de que os ditos povos primitivos vivem em isolamento do resto do mundo<sup>22</sup>. Porém, eles não estão subordinados, como os camponeses estão, à hierarquização social que determina que parte dos produtos de seu trabalho seja transferida para um grupo dominante que não participa do processo de produção, mas que assume funções executivas, administrativas, religiosas, militares, entre outras<sup>23</sup>. Assim, o campesinato enquanto tal origina-se apenas com o surgimento de uma elite estatal – comunidades agrárias vivendo em regiões sem estado não são consideradas camponesas por esses estudiosos, pois além do fato de não estarem sujeitas à extração de excedentes, sua inserção nas relações extracomunitárias é totalmente diversa<sup>24</sup>.

Por outro lado, distingue-se o camponês do trabalhador rural proletarizado, dado este ser expropriado da terra e de seus instrumentos de trabalho, seus meios de produção fundamentais, e não dispor da autonomia social que as comunidades camponesas possuem graças ao controle costumeiro ou jurídico da posse sobre a terra<sup>25</sup>. Essa distinção está no seio de um antigo e inesgotável debate dentro dos movimentos políticos de esquerda sobre o papel do campesinato no mundo atual (está fadado ao desaparecimento?) e nos movimentos de luta por uma sociedade socialista (deve ser superado ou deve ser protegido?)<sup>26</sup>.

Diante desse quadro emerge dos *peasant studies* uma caracterização convergente de comunidades camponesas como aquelas: que tinham acesso estável à terra e outros meios de produção; que organizavam seu trabalho, sua vida social e cultural e mesmo suas organizações políticas em uma base predominantemente familiar (o que não exclui o recurso a relações extrafamiliares em determinadas situações); com certa autonomia na gestão de suas atividades econômicas, sociais e culturais, assim como de suas instituições; cuja produção conseguia garantir diretamente, em grande parte ao menos, sua própria

---

<sup>22</sup> WOLF, Eric, **Sociedades Camponesas**, 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 16; Sobre como os povos ditos primitivos de diversas regiões do mundo já possuíam uma história de interação com o mundo para além de suas comunidades, ver: WOLF, Eric R., **A Europa e os povos sem história**, São Paulo: EDUSP, 2005.

<sup>23</sup> WOLF, **Sociedades Camponesas**, p. 16.

<sup>24</sup> FOSTER, Introduction: What is a peasant?, p. 6–7; LUNDAHL, Mats; SVENSSON, Thommy, Agrarian Society in History, in: LUNDAHL, Mats; SVENSSON, Thommy (Orgs.), **Agrarian Society in History: Essays in Honour of Magnus Mörner**, London: Routledge, 1990, p. 5.

<sup>25</sup> MOURA, Margarida Maria, **Camponeses**, 2a. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 15.

<sup>26</sup> Sobre as diferentes posições sobre o campesinato dentro do marxismo, ver: SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, **Sobre a evolução do conceito de campesinato**, p. 17–54.

reprodução social; e que se organizavam em comunidades locais nas quais as unidades familiares se inseriam<sup>27</sup>.

### 1.2.2. *Os camponeses romanos sobrem ao palco (mas ainda como figurantes)*

A própria pujança dos *peasant studies* entre as décadas de 50 e 80, quando se consolidaram como uma das mais dinâmicas áreas de estudo dentro das ciências sociais, impulsionou sua influência sobre os estudos de história econômica e social romana. É bem verdade, contudo, que foi o quadro de mudanças dentro dessa própria área de estudos, impulsionada por um contexto social pós-colonial e menos entusiasta de uma apologia do Ocidente – que também explica em boa parte o próprio sucesso dos *peasant studies* nesse mesmo período – que abriu espaço para abordagens que não associassem diretamente o mundo clássico e o mundo moderno<sup>28</sup>. Foi nesse contexto que Moses Finley inaugurou uma verdadeira revolução nos estudos sobre a economia e sociedade antigas.

A “revolução copernicana” de Finley foi justamente caracterizar a economia e a sociedade do mundo antigo clássico como “estrangeiros” ao mundo moderno capitalista<sup>29</sup>. É verdade que ele recuperava ideias dos economistas da Escola Histórica Alemã, de Max Weber e de Johannes Hasebroek<sup>30</sup>, mas ao fazê-lo a partir “de dentro” dos estudos clássicos, seguindo a trilha apontada por A.H.M Jones em seu estudo clássico sobre a Antiguidade Tardia<sup>31</sup>, Finley deu reverberação inédita à essa forma de encarar o mundo antigo. Para ele, o comportamento econômico dos antigos era determinado por preocupações muito diversas daquelas da racionalidade econômica capitalista, o que fazia o funcionamento de todo o sistema econômico ser muito distinto do sistema da economia de mercado moderna. Essa perspectiva abriu espaço para estudos sobre a economia e a

<sup>27</sup> STE. CROIX, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, p. 210–211; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987, p. 56–57; MENDRAS, Henri, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 14–15.

<sup>28</sup> BANG, Peter Fibiger, Antiquity between “Primitivism” and “Modernism”, *Working Papers, Centre for Cultural Research, University of Aarhus*, v. 53-97, 1998; KNUST, José Ernesto Moura, Um passado romano para um presente capitalista: a economia romana em dois séculos de História Econômica, *História e Luta de Classes*, n. 14, 2012.

<sup>29</sup> Sobre a gênese da obra de Finley e a construção de seu impacto sobre a História Econômica e Social do mundo antigo, ver a análise de: PALMEIRA, Miguel Soares, *Moses Finley e a “economia antiga”: a produção social de uma inovação historiográfica*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>30</sup> Sobre a construção de uma perspectiva crítica ao modernismo, ver: NAFISSI, Mohammad, *Ancient Athens & modern ideology: value, theory & evidence in historical sciences: Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley*, London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2005; CARVALHO, Alexandre Galvão, *Historiografia e paradigmas: A tradição primitivista-substantivista e a Grécia Antiga*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

<sup>31</sup> JONES, A. H. M., *The Later Roman Empire*, Norman: University of Oklahoma Press, 1964.

sociedade romanas que dessem relevo ao campesinato – e foi a partir desse contexto que a frase “a maior parte da população romana era composta por camponeses” passou a ser tão frequente nos livros sobre história econômica e social romana.

Na esteira disso, alguns autores realizaram importantes estudos sobre diversos aspectos da vida camponesa, com destaque para Peter Garnsey<sup>32</sup> e Joan Fryan<sup>33</sup>. Com mais força, surgiram inúmeros estudos sobre a economia rural romana, que por razões óbvias tiveram no campesinato um objeto de estudo relevante. Inúmeros aspectos dessa economia têm sido destrinchados por esses estudos, desde os mais gerais sobre o campesinato italiano<sup>34</sup> ou provincial<sup>35</sup>, passando por formas de relações de trabalho, como o arrendamento<sup>36</sup>, pela economia do abastecimento alimentar das grandes cidades ou do exército<sup>37</sup>, até as técnicas e instrumentos agrícolas<sup>38</sup>, passando por inúmeros outros temas<sup>39</sup>.

Contudo, o estudo da economia rural romana não escapou do magnetismo que o estudo sobre as grandes propriedades escravistas exercia sobre ele. O “sistema da *uilla*” permaneceu o centro de gravidade do debate nesta área de estudos, tanto que inúmeros

---

<sup>32</sup> GARNSEY, Peter, **Cities, peasants and food in classical antiquity: essays in social and economic history**, Cambridge: Cambridge University Press, 1998; GARNSEY, Peter, **Food and Society in Classical Antiquity**, Cambridge: Cambridge University Press, 1999; GARNSEY, Peter, **Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World: Responses to Risk and Crisis**, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

<sup>33</sup> FRAYN, Joan M., **Subsistence farming in Roman Italy**, London: Centaur Press, 1979.

<sup>34</sup> EVANS, Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy; ROBERT, Jean Noël, **La vie à la campagne dans l'Antiquité romaine**, Paris: Les Belles Lettres, 1985.

<sup>35</sup> DOSSEY, Leslie, **Peasant and Empire in Christian North Africa**, Berkeley: University of California Press, 2010; MCCARTHY, Mike, **The Romano-British Peasant: Towards a Study of People, Landscapes and Work during the Roman Occupation of Britain**, Oxford: Windgather Press, 2013.

<sup>36</sup> NEEVE, P. W. de, **Colonus: Private Farm-tenancy in Roman Italy During the Republic and the Early Principate**, Leiden ; Boston: Brill, 1984; KEHOE, Dennis P., **Investment, Profit, and Tenancy: The Jurists and the Roman Agrarian Economy**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

<sup>37</sup> ERDKAMP, Paul, **Hunger and the sword: warfare and food supply in Roman republican wars (264-30 B.C.)**, Amsterdam: J.C. Gieben, 1998; ERDKAMP, Paul, **The grain market in the Roman Empire: a social, political and economic study**, Cambridge: Cambridge University Press, 2005; MORLEY, Neville, **Metropolis and Hinterland: The City of Rome and the Italian Economy, 200 BC-AD 200**, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

<sup>38</sup> WHITE, K. D., **Farm Equipment of the Roman World**, Cambridge: Cambridge University Press, 1975; WHITE, K. D., **Agricultural Implements of the Roman World**, Cambridge: Cambridge University Press, 2010; HENDERSON, John, **The Roman Book of Gardening**, New Ed edition. London ; New York: Routledge, 2004.

<sup>39</sup> KEHOE, Dennis P., **The Economics of Agriculture on Roman Imperial Estates in North Africa**, [s.l.]: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988; KEHOE, Dennis P., **Law and the Rural Economy in the Roman Empire**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007; RATHBONE, Dominic, **Economic Rationalism and Rural Society in Third-Century AD Egypt: The Heroninos Archive and the Appianus Estate**, Cambridge: Cambridge University Press, 1991; SANCISI-WEERDENBURG, Heleen *et al* (Orgs.), **De agricultura: in memoriam Pieter Willem de Neeve (1945-1990)**, Amsterdam: Gieben, 1993; CARLSEN, Jesper; ØRSTED, Peter; SKYDSGAARD, Jens Erik, **Landuse in the Roman Empire**, Roma: L'ERMA di BRETSCHNEIDER, 1994.

trabalhos que tinham por objeto de estudo a “agricultura italiana”, ou algum de seus aspectos, acabavam tendo como referência inescapável a *uilla*<sup>40</sup> – até mesmo por conta da centralidade que os tratados sobre o campo de Catão, Varrão e Columella, fontes fundamentais para o estudo das *uillae*, possuem para nossos conhecimentos sobre a economia rural romana. Resultado ou causa disso foi que a principal referência que os estudiosos da economia rural romana têm para estudos de história comparada é a também pujante área de estudos sobre a Escravidão moderna<sup>41</sup>, e não os *peasant studies*.

Um grande reforço para a noção de que o campesinato compunha parte fundamental da sociedade romana veio da arqueologia. A arqueologia rural na Itália até a década de 50 se resumia a escavação de edifícios rurais, em sua quase totalidade grandes o suficiente para serem mais facilmente identificados e considerados dignos de escavação. Fundamentalmente, transpunha-se as concepções da arqueologia urbana da época, muito preocupada em encontrar grandes estruturas arquitetônicas e artefatos luxuosos ou artísticos, para a arqueologia rural, com a dificuldade extra da baixa densidade de sítios encontrados. Nesse sentido, a arqueologia rural romana na Itália havia até então revelado quase que exclusivamente grandes *uillae*, sobretudo os famosos edifícios rurais da região de Pompéia.

Contudo, a partir da década de 50, a Itália passou a ser objeto de levantamentos de superfície (*field surveys*). Ao abordar de maneira mais extensiva o trabalho arqueológico, buscando uma arqueologia do assentamento e não apenas do sítio escavado, os levantamentos permitiam a formação de um quadro mais amplo dos diferentes tipos de assentamento presentes em uma região, incluindo os de pequeno porte que logo foram identificados como pequenas fazendas camponesas. Pela primeira vez os vestígios materiais do campesinato passavam a fazer parte do quadro composto pelos estudos sobre o mundo romano. Ademais, esses dados permitiam a composição de modelos sobre a

---

<sup>40</sup> WHITE, K. D., **Roman farming**, Ithaca: Cornell University Press, 1970; KOLENDO, Jerzy, **L'agricoltura nell'Italia romana: tecnica agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato**, [s.l.]: Riuniti, 1980; SPURR, M. S., **Arable cultivation in Roman Italy c.200 B.C.-c.A.D. 100**, London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1986.

<sup>41</sup> Entre os diversos trabalhos que usaram a referência dos estudos sobre a escravidão moderna para estudar a escravidão antiga (e voltarei a eles em vários momentos desta tese), destaca-se a obra de Keith Bradley. Ver sobretudo: BRADLEY, K. R., **Slaves and masters in the Roman Empire: a study in social control**, [s.l.]: Latomus, 1984; BRADLEY, Keith, **Slavery and Society at Rome**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1994; BRADLEY, Keith R., **Slavery and Rebellion in the Roman World, 140 B.C.-70 B.C.**, [s.l.]: Indiana University Press, 1998; Sobre a importância e o potencial dessa perspectiva comparativa, ver os artigos de: LAGO, Enrico Dal; KATSARI, Constantina, **Slave Systems: Ancient and Modern**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2008.

estrutura agrária das regiões estudadas e sua história, gerando informações de um tipo até então inexistente para a história agrária antiga<sup>42</sup>.

A área de estudos que se desenvolveu com os levantamentos de superfície logo se tornou um dos locais mais favoráveis ao estudo do campesinato romano. Por exemplo, a interpretação predominante dos mapas de distribuição de sítios e dos gráficos sobre evolução histórica da ocupação do campo produzidos por esses projetos de pesquisa, sobretudo o projeto pioneiro na Itália, o *South Etruria Project* da *British School at Rome*, revelava a predominância dos pequenos sítios rurais ao longo dos séculos da história romana (ver mapas das figuras 114 e 115). Este fato levou vários arqueólogos e historiadores a questionarem a tese de crise do campesinato<sup>43</sup>. No mesmo sentido, alguns projetos de levantamentos de superfície buscaram se constituir como estudos de longuíssima duração (referenciando-se, inclusive, na tradição historiográfica dos *Annales*) sobre regiões rurais italianas, o que muitas vezes abriu espaço para o diálogo com estudos etnográficos sobre o campesinato italiano contemporâneo e também com a perspectiva historiográfica dos *Annales*, que sempre demonstrou bastante interesse pelo estudo da história agrária e do campesinato<sup>44</sup>.

Contudo, também no campo da arqueologia as discussões sobre a economia rural romana acabaram muitas vezes sendo magnetizadas pelo tema das *uillae* escravistas. Isso fica claro já nos primeiros usos dos dados dessas pesquisas para a história agrária: a própria tipologia estabelecida para classificar os sítios rurais, que tinha na dicotomia “*uillae*”/“pequenas fazendas” um elemento central, tinha por objetivo fazer os dados dos levantamentos relevantes para o debate sobre o desenvolvimento das *uillae* e a crise do campesinato<sup>45</sup>. Ainda mais significativo disso, boa parte da arqueologia italiana que se dedicou à arqueologia rural na segunda metade do século XX, especialmente aqueles

---

<sup>42</sup> Sobre a importância dos levantamentos de superfície para o estudo do campo italiano, ver: WITCHER, Robert, Broken Pots and Meaningless Dots? Surveying the Rural Landscapes of Roman Italy, **Papers of the British School at Rome**, v. 74, p. 39–72, 2006, p. 39–40; PATTERSON, John R., **Landscapes and cities: rural settlement and civic transformation in early imperial Italy**, Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 9–12.

<sup>43</sup> FREDERIKSEN, Martin, The contribution of Archaeology to the Agrarian Problem in the Gracchan Period, **Dialoghi di Archaeologia**, v. VI-V, n. 2-3, 1970; POTTER, T. W., **The changing landscape of South Etruria**, London: Elek, 1979.

<sup>44</sup> O grande exemplo dessa perspectiva foi o estudo do vale do Biferno, na Itália central adriática. BARKER, Graeme, **A Mediterranean valley: landscape archaeology and annales history in the Biferno Valley**, London: Leicester University Press, 1995; BARKER, Graeme (Org.), **The Biferno Valley survey: the archaeological and geomorphological record**, London: Leicester University Press, 1995.

<sup>45</sup> RATHBONE, Dominic, Poor peasants and silent sherds, in: LIGT, Luuk de; NORTHWOOD, Simon (Eds.), **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden ; Boston: Brill, 2008, p. 306.

ligados a Andrea Carandini, teve no debate sobre a expansão das *uillae* seu eixo de desenvolvimento. Escavando grandes *uillae*<sup>46</sup> ou interpretando os pequenos sítios dos levantamentos de maneira alternativa<sup>47</sup>, Carandini e seus colaboradores defenderam, fundamentando-se na arqueologia rural, o modelo tradicional de que nos séculos finais da República o aparecimento e expansão das *uillae* desempenhavam o papel protagonista da História agrária na Itália central<sup>48</sup>.

Parafraseando uma crítica de Kevin Greene sobre o uso dos levantamentos de superfície para o estudo da Bretanha Romana, Robert Witcher diz que o material arqueológico acabou utilizado como “adereços para um drama pré-existente”<sup>49</sup>. Para criticar ou para referendar o modelo de crise do campesinato e expansão das *uillae*, os dados dos levantamentos de superfície foram classificados e interpretados a fim de dar conta desse debate. Possíveis abordagens alternativas à história agrária que poderiam surgir a partir dos levantamentos, entre elas uma verdadeira arqueologia do campesinato, acabaram represadas pela influência do debate sobre a “*uilla*” e a crise do campesinato<sup>50</sup>.

É verdade que os levantamentos deram início a construção de uma arqueologia do campesinato romano. As primeiras escavações de sítios identificados como camponeses surgiram a reboque dos projetos de levantamentos de superfície<sup>51</sup>. Hoje, essa arqueologia do campesinato romano começa a se consolidar, com a escavação de pequenas estruturas possivelmente camponesas, identificadas previamente por um levantamento de

---

<sup>46</sup> O grande projeto de escavação de villa dessa geração de arqueólogos italianos, sem dúvida, foi a villa de Settefinestre, próxima a antiga Cosa, na costa da Etrúria. CARANDINI, Andrea; FILIPPI, M. Rossella, **Settefinestre: una villa schiavistica nell’Etruria romana**, Modena: Panini, 1985.

<sup>47</sup> CARANDINI, Andrea *et al* (Orgs.), **Paesaggi d’Etruria: Valle dell’Albegna, Valle d’Oro, Valle del Chiarone, Valle del Tafone: progetto di ricerca italo-britannico seguito allo scavo di Settefinestre**, Roma: Edizioni di storia e letteratura, 2002.

<sup>48</sup> CARANDINI, Andrea, L’economia itálica fra tarda Repubblica e medio Impero considerata dal punto di vista di una merc  : il vino, **Publications de l’ cole française de Rome**, v. 114, n. 1, p. 505–521, 1989.

<sup>49</sup> WITCHER, Robert, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, *in*: ATTEMA, Peter; SCHÖRNER, Günther (Eds.), **Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories**, Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 2012, p. 23; GREENE, Kevin, Pots and Plots in Roman Britain, *in*: ALDHOUSE-GREEN, Miranda Jane; WEBSTER, Peter (Orgs.), **Artefacts and Archaeology: Aspects of the Celtic and Roman World**, Cardiff: University of Wales Press, 2002, p. 237.

<sup>50</sup> Sobre possíveis usos alternativos dos resultados dos levantamentos de superfície, que incluem formas distintas de classifica o e contextualiza o do material arqueológico, e que poderiam subsidiar uma abordagem inovadora para uma arqueologia do campesinato, ver: WITCHER, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, p. 26–30.

<sup>51</sup> Ao longo do capítulo 1 indicarei diversos sítios que foram escavados nesse contexto. De maneira geral, estes projetos tinham por método escolher um ou dois dos sítios identificados através do levantamento para realizar uma escava o.



superfície<sup>52</sup>, pelo *Roman Peasant Project*, liderado pela Universidade da Pensilvânia<sup>53</sup>, ao qual se somam algumas outras escavações de pequenas estruturas em outros projetos ou de maneira individual<sup>54</sup>. Contudo, isso é um desenvolvimento muito recente de um tipo de abordagem há tempos eclipsada pelo debate sobre a expansão das *uillae*.

Todo esse contexto, tanto no campo da História e dos Estudos Clássicos quanto no da Arqueologia, gerou um quadro curioso. O campesinato passou a figurar como uma categoria importante para a caracterização (especialmente quantitativa) da sociedade romana. Diversos aspectos da realidade camponesa do mundo antigo foram alvos de estudos monográficos. O elemento camponês foi rearticulado ao quadro geral nos estudos sobre a economia rural romana. Contudo, a sociedade romana raramente passou a ser encarada como uma sociedade camponesa em sua essência. Mesmo aqueles que colocavam em questão a caracterização da sociedade romana como escravista – a caracterização mais recorrente, então – dificilmente propunham “camponesa” como alternativa e ainda mais raramente utilizavam os modelos e ferramentas dos *peasant studies* para jogar novas luzes sobre a história romana. O uso de alguns instrumentos simples de história comparada – basicamente o uso de informações de sociedades camponesas mais bem conhecidas para preencher lacunas nas nossas informações sobre o campesinato romano – é o mais longe que esses estudos costumam chegar.

### 1.3. Perspectivas para uma história romana como história camponesa

Enquanto tudo isso se desenrolava nos estudos sobre a história econômica e social romana, os debates dentro dos *peasant studies* conheciam uma nova fase. O símbolo maior desse momento talvez tenha sido a fundação de um novo periódico – o *Journal of Agrarian Change* – por dois ex-editores do tradicional *Journal of Peasant Studies*<sup>55</sup>. Na verdade, diversos elementos da caracterização do campesinato que emergiu a partir dos trabalhos de Redfield, Wolf e Shanin, entre outros, vinham sendo criticados há décadas. As críticas mais importantes, contudo, não diziam respeito a esse ou aquele ponto da

<sup>52</sup> GHISLENI, Mariaelena, **Carta Archeologica della Provincia di Grosseto: Commune di Cinigiano. Dinamiche insediative e di potere fra V e XI secolo nella bassa val d’Orcia e nella media valle dell’Ombrone**, Tese de Doutorado, Università degli Studi di Siena. Dipartimento di Archeologia e Storia delle Arti., Siena, 2010.

<sup>53</sup> GHISLENI, Mariaelena *et al*, Excavating the Roman Peasant I: Excavations at Pievina (GR), **Papers of the British School at Rome**, v. 79, p. 95–145, 2011; VACCARO, Emanuele *et al*, Excavating the Roman peasant II: excavations at Case Nuove, Cinigiano (GR), **Papers of the British School at Rome**, v. 81, p. 129–179, 2013.

<sup>54</sup> Voltarei com maior fôlego à análise dessas escavações ao longo de todo o Capítulo 1.

<sup>55</sup> BERNSTEIN, Henry; BYRES, Terence J., From Peasant Studies to Agrarian Change, **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 1, p. 1–56, 2001.

caracterização, mas à própria ideia de uma categoria transistórica de campesinato, que serviria para analisar grupos sociais de realidades históricas tão distintas quanto o Egito Faraônico, a Europa Medieval e o Vietnã pós-colonial – uma abordagem que passou a ser criticamente alcunhada de “essencialista”<sup>56</sup>.

George Dalton, por exemplo, afirmava que existiriam poucas características comuns entre os diversos grupos históricos que estariam sob a nomenclatura “campesinato”, pensada desta maneira transistórica, o que tornaria necessária uma distinção estrutural entre diversos tipos de camponeses<sup>57</sup>. Pierre Villar também mostrava o mesmo receio com a ideia de um “camponês-em-si”, transistórico<sup>58</sup>. No mesmo sentido, Rodney Hilton já ressaltava em seus estudos sobre o campesinato inglês medieval a necessidade de questionar modelos gerais sobre a realidade camponesa<sup>59</sup>, no que foi seguido por G.E.M. de Ste Croix em seu monumental *Class Struggle in the Ancient Greek World*<sup>60</sup>. Esta crítica é fundamental por dar relevo a um viés que esta abordagem dos *peasant studies* não havia conseguido superar de seus antepassados oitocentistas, os estudos sobre as *folk societies*: a transistoricidade desse conceito de camponês deve muito a própria ideia de um campesinato historicamente imóvel, culturalmente atrasado e destinado ao desaparecimento<sup>61</sup>.

Uma forma de recuperar a operacionalidade dessa categoria de campesinato, tornando-a adaptável para as diferentes realidades a serem analisadas e deixando de lado esse viés surgiu a partir dos estudos de sociologia agrária na década de 80, que vieram desaguar em uma corrente teórica conhecida como “agroecologia”. Em essência, a novidade da agroecologia está em incluir a ecologia como uma dimensão essencial para o estudo das sociedades agrárias, avaliando como essas sociedades desenvolvem as tecnologias e as formas sociais de sua apropriação dos recursos naturais<sup>62</sup>. Neste quadro teórico, o *ser camponês* passa a ser pensado como uma *forma de organizar* agroecossistemas locais e específicos por *sociedades agrárias*, com o intuito de apropriação e administração do uso dos recursos naturais a este vinculados<sup>63</sup>.

---

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 6–8.

<sup>57</sup> apud LUNDAHL; SVENSSON, *Agrarian Society in History*, p. 2.

<sup>58</sup> VILLAR, Pierre, *Economia Camponesa?*, in: **Vocabulário de Análise Histórica**, Lisboa: João Sá da Costa, 1985, p. 254.

<sup>59</sup> e.g. HILTON, Rodney, *Medieval peasants: Any lessons?*, **The Journal of Peasant Studies**, v. 1, n. 2, p. 207–219, 1974.

<sup>60</sup> STE. CROIX, **The Class Struggle in the Ancient Greek World**, p. 209.

<sup>61</sup> e.g. FOSTER, *Introduction: What is a peasant?*, p. 10–12.

<sup>62</sup> SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, **Sobre a evolução do conceito de campesinato**, p. 71–74.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 78.

Neste sentido, o estudo do campesinato sempre é o estudo de uma formação camponesa historicamente específica, inserida em um contexto ecológico, social, econômico, cultural e político mais amplo, e também historicamente específico<sup>64</sup>. Este contexto determina uma forma de ser camponês própria daquela realidade histórica, mas a qual podemos submeter a estudos comparativos por estes grupos responderem de uma maneira própria a um amplo problema social das formas de manejo dos recursos naturais por comunidades agrárias – sublinhando-se que a história comparada não é o simples exercício de apagar diferenças para encontrar semelhanças, mas um exercício justamente de identificação e análise das semelhanças e diferenças históricas.

Seguindo os trilhos de uma outra perspectiva teórica, a Nova História Ecológica – mas, por razões fáceis de perceber, consonante com a Agroecologia – o clássico estudo de Peregrine Horden e Nicholas Purcell, *The Corrupting Sea*, publicado no ano 2000, nos permite vislumbrar, a meu ver, uma abordagem agroecológica ao campesinato romano – ou melhor dizendo, *mediterrânico*. Segundo Horden e Purcell, o campesinato mediterrânico, na busca por formas de contensão de riscos, comportamento extremamente comuns às comunidades agrárias, desenvolveu certas estratégias de interação com o ambiente mediterrânico que pode ser resumida na tríade: diversificar, estocar, redistribuir. Neste sentido, o campesinato mediterrânico seria caracterizado por estratégias de diversificação, estocagem e circulação de sua produção, aproveitando o contexto ecológico mediterrânico que *conecta* facilmente, através de um mar fechado de relativa fácil navegação, distintas *microrregiões* delimitadas pelo relevo e por microclimas específicos<sup>65</sup>.

A monumental obra de Horden e Purcell emerge na historiografia recente como uma obra única justamente por fazer uma história dos povos da bacia do Mediterrâneo, entre os quais estão os antigos gregos e romanos, como uma *história camponesa*<sup>66</sup>. É bem

---

<sup>64</sup> MINTZ, Sidney W., The peasantry as a sociohistorical category: examples from the Caribbean region, in: LUNDAHL, Mats; SVENSSON, Thommy (Orgs.), **Agrarian Society in History: Essays in Honour of Magnus Mörner**, London: Routledge, 1990, p. 34–35.

<sup>65</sup> HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas, **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**, Oxford: Blackwell, 2000.

<sup>66</sup> Esta não deixa de ser uma afirmação polêmica, já que os dois autores demonstram um grande receio com a própria categoria campesinato. *Ibid.*, p. 270–278. Contudo, acredito que, ao se superar a perspectiva transistórica de campesinato e assumindo a abordagem agroecológica, as teses de Horden e Purcell não só são convergentes com uma história do campesinato como são a forma mais rica de fazer essa abordagem já desenvolvida nos estudos sobre a Antiguidade Clássica. Para uma defesa do conceito de campesinato para o Mediterrâneo antigo, ver: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos, Agrarian landscapes and rural communities, in: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 225–227.

verdade que sua perspectiva exageradamente “continuísta” acaba obliterando a possibilidade de se fazer uma análise das *transformações históricas* pelas quais esses povos passam como transformações de uma sociedade camponesa. É frente a esse desafio que essa tese pretende se colocar: pretendo analisar, justamente, o que acredito ter sido um momento no qual o campesinato mediterrânico (ou partes dele, para ser mais preciso) vivenciou um processo importante de transformação histórica que está diretamente ligado a um momento do que Ian Morris chamou de “mediterraneanização” – isto é, um momento de integração histórica dos povos vivendo na bacia do Mediterrâneo que não é dada de antemão pela ecologia e pela geografia da região, mas pelo desenvolvimento histórico desses povos<sup>67</sup>.

Nessa altura acredito que valha a pena voltar a frase que abre essa tese, buscando dar uma substância maior ao seu conteúdo. A maior parte da população romana era composta por membros de comunidades rurais que obtinham sua satisfação de necessidades a partir do cultivo dos campos e da criação de animais – sem menosprezarmos a importância da coleta e da caça para tais comunidades<sup>68</sup>. A vida social para essa maioria da população da sociedade romana estava fundamentada na comunidade local, na apropriação de uma parcela do solo, nas relações de parentesco e vizinhança, nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais em um nível local<sup>69</sup>. Apesar desta caracterização me parecer pouco questionável, o diagnóstico feito por Stephen Dyson há mais de vinte anos continua válido: a historiografia tem dado pouca atenção ao estudo da vida social nessas comunidades agrárias<sup>70</sup>.

Os seres humanos que vivem em comunidades agrárias, assim como todos os seus pares históricos, precisam “estar em condições de viver para poder fazer a história”<sup>71</sup>, o que só é possível alcançar através da constituição de relações sociais com outros membros de sua comunidade e com o meio ambiente em que esta se insere. A especificidade dos seres humanos que vivem em comunidades agrárias é o fato de sua apropriação da natureza, em especial do solo, e as relações sociais que perpassam a construção de tal apropriação serem os elementos que fundamentam de maneira básica a vida social dos agentes históricos. Estamos tratando de sociedades construídas sobre bases comunitárias,

---

<sup>67</sup> MORRIS, Ian, *Mediterraneanization*, *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30–55, 2003.

<sup>68</sup> FRAYN, *Subsistence farming in Roman Italy*; EVANS, *Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy*.

<sup>69</sup> DYSON, Stephen L., *Community and Society in Roman Italy*, Baltimore: John Hopkins University Press, 1992, p. 1.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>71</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã*, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 32.

nas quais o pressuposto da apropriação por parte do produtor de suas condições naturais de trabalho é a sua existência como membro de uma comunidade, o que difere diametralmente da realidade de nossa sociedade capitalista contemporânea, na qual o produtor encontra-se alienado de suas condições naturais do trabalho, e suas relações sociais se constroem sobre o fundamento do mercado de trabalho<sup>72</sup>.

Como as dinâmicas de funcionamento dessas comunidades modelam determinadas transformações históricas e como as transformações históricas pelas quais a sociedade mais ampla passa tem impacto sobre essas comunidades? Esse tipo de pergunta me parece fundamental se aceitamos o corolário de que a maior parte da população romana era composta por camponeses – e é uma pergunta que ao meu ver tem sido demasiadamente negligenciada pela historiografia. Existem inúmeros contextos históricos que poderiam ser encarados a partir dessa perspectiva. Tentarei dar conta de um deles: as transformações pelas quais passaram as comunidades camponesas da Itália central tirrênica ao longo dos séculos V a III a.C.. Dentro deste amplo tema, focarei uma questão que me parece fundamental: as transformações no assentamento desse campesinato.

## 2. Sociedade agrária e relação campo-cidade

A defesa de uma perspectiva que tem no elemento camponês um fator central para a História Romana vai ao encontro, a um primeiro olhar ao menos, de uma das mais consolidadas formas de pensar o mundo antigo: como um “mundo de cidades”<sup>73</sup>. Para além da relevância demográfica ou geográfica do meio urbano, a “Cidade” tem sido uma chave conceitual fundamental para entender a Antiguidade Greco-romana. Desde o século XIX, conceitos como Pólis, Cidade-Estado e Cidade Antiga tem sido enunciados como fundamentais para entender os mais diversos aspectos das sociedades greco-romanas: desde as suas estruturas políticas, até seu funcionamento econômico, passando pelos desenvolvimentos de suas mentalidades e religiosidade<sup>74</sup>.

Um dos capítulos mais importantes e debatidos de *Corrupting Sea* apresenta justamente uma contundente crítica à centralidade da “Cidade” enquanto categoria de análise da história mediterrânea<sup>75</sup>. Em uma análise crítica da obra de Horden e Purcell,

<sup>72</sup> MARX, Karl, Formas que precederam a produção capitalista, *in*: **Grundrisse**, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 388–423.

<sup>73</sup> FINLEY, The Ancient City, p. 395.

<sup>74</sup> GUARINELLO, Modelos teóricos sobre a Cidade no Mediterrâneo Antigo, *in*: FLORENZANO, Maria Beatriz; HIRATA, Elaine Farias Veloso (Orgs.), **Estudos sobre a cidade antiga**, São Paulo: EDUSP, 2009, p. 109–119.

<sup>75</sup> **The Corrupting Sea**, cap. IV.

William Harris afirma que o aspecto mais original do livro era justamente esta perspectiva de “ruralizar” a história antiga. Isto poderia, segundo Harris, ter o efeito positivo de jogar mais luz sobre um número de problemas históricos ainda pouco explorados e relacionados ao fato de a maior parte da população do mediterrâneo viver justamente no mundo rural<sup>76</sup>.

Esta é uma afirmação bastante importante e que diz respeito àquilo que aponte há pouco acerca da situação dos estudos sobre as sociedades mediterrânicas antigas, sobretudo o “mundo grecorromano”: cada vez mais se reconhece que a maior parte dessa população vivia no mundo rural, mas o meio urbano e, mais especificamente, as classes dominantes urbanas continuam a prender mais a atenção dos estudos, seja por facilidades documentais, seja por força da tradição historiográfica, seja por conta de vieses ideológicos.

Na mesma análise de *Corrupting Sea*, contudo, Harris também mostra suas reticências quanto a esta abordagem “ruralizante”, vocalizando uma ampla resistência entre os estudiosos do mundo antigo à proposta de Horden e Purcell. Afirma Harris que, em especial a partir do século VIII a.C., as “cidades condicionaram em graus variados a vida econômica de uma vasta proporção da população do Mediterrâneo, e ajudaram a determinar o curso de toda a história da cultura antiga”<sup>77</sup>. Sem sombra de dúvidas, as cidades tiveram um papel fundamental na História Romana, seria tolice tentar negar este fato. Acredito, de toda forma, que não estamos à frente de uma dicotomia absoluta entre uma abordagem “ruralizante” que “escanteia” o meio urbano como irrelevante e uma abordagem que dê a devida atenção ao meio urbano, mas que com isso abandone a sugestiva proposta de Horden e Purcell. Uma leitura generosa do capítulo em questão de Horden e Purcell, na minha opinião, não encontra esta tentativa de renegar o elemento urbano como relevante. Encontra, sim, uma proposta de rearticulação da díade conceitual campo-cidade.

Parece-me que o tom polemista adotado por Horden e Purcell neste trecho da obra acabou causando certa reatividade entre os estudiosos da Antiguidade, que acabaram não percebendo ali um argumento muito próximo do caminho para o qual os debates sobre o tema da “Cidade Consumidora” na última década do século passado convergiam. Talvez valha a pena retomar esse debate para apontar o sentido que me parece fecundo extrair da proposta de Horden e Purcell e que servirá de linha mestra para esta tese.

---

<sup>76</sup> HARRIS, William Vernon, *The Mediterranean and Ancient History*, in: HARRIS, William Vernon (Org.), **Rethinking the Mediterranean**, Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 29–32.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 33.

## 2.1. Modelos de Cidade Antiga: Finley e seus críticos

### 2.1.1. Cidade Consumidora: de Bücher a Finley

Para abordarmos o debate sobre a “Cidade Consumidora”, nos vemos mais uma vez de volta ao século XIX e ao impacto do desenvolvimento da sociedade capitalista sobre a nascente teoria social. Karl Bücher, destacado economista da Escola Histórica Alemã mencionado anteriormente, já definira a cidade antiga como “comunidades para o consumo”<sup>78</sup>. Sua intenção com esta afirmação era diferenciar tais cidades de suas similares medievais. Enquanto aquelas estavam inseridas em um estágio ainda primitivo da história econômica, a Economia Doméstica, estas eram o dínamo de desenvolvimento da Economia Urbana, ponto de partida da evolução histórica que culminaria séculos depois na Economia Nacional, substância do grande desenvolvimento econômico que Bücher e seus contemporâneos vivenciavam.

Com a ideia de “comunidade para o consumo”, Bücher tentava dar conta de um problema posto à concepção evolucionista do desenvolvimento econômico, que previa um caráter “primitivo” para o mundo antigo. As cidades eram vistas em seu tempo como o motor do desenvolvimento econômico – enxergava-se o meio rural e os camponeses como reminiscências históricas de um passado por acabar. Como então explicar o atraso econômico de uma sociedade tão urbanizada como o mundo greco-romano? A resposta de Bücher estava em distinguir o caráter destas, fundamentalmente voltado para o consumo, do caráter do urbanismo europeu a partir do medievo, quando, aí sim, as cidades passariam a desempenhar o papel de dínamo econômico.

O estudo do papel econômico das cidades foi frutiferamente desenvolvido pela sociologia alemã, muito influenciada pelos economistas da Escola Histórica. Werner Sombart foi o primeiro a desenvolver plenamente a ideia de “Cidade Consumidora” como conceito heurístico. Segundo Sombart, uma Cidade Consumidora era aquela que sustentava sua reprodução a partir de cobranças de base legal, como taxas e rendas cobradas dos camponeses, e não a partir de sua própria produção econômica. Isto é, Sombart não estava apontando o fato superficial de que a existência de uma cidade com vasta população apartada da produção de alimentos e de matérias-primas precisa ser consumidora dos bens do setor primário produzidos pelo campo – neste sentido amplo,

---

<sup>78</sup> BÜCHER, *Industrial Evolution*, p. 371.

como já apontaram diferentes autores, todas as cidades são cidades consumidoras<sup>79</sup>. O conceito de Cidade Consumidora diz respeito à relação entre campo e cidade, mais especificamente à forma como os habitantes da cidade obtém esses bens produzidos pelo campo. Sombart criou um conceito que engloba a realidade de cidades que sustentam este consumo com recursos que, de uma forma ou de outra, tem sua origem na cobrança de rendas e taxas dos habitantes do campo<sup>80</sup>. Por isso muitas vezes o conceito de Cidade Consumidora acabou associado à ideia de “cidade parasitária”, que sustenta seu consumo de bens do campo a partir de recursos extraídos desse mesmo campo.

Sombart não estava interessado no mundo antigo: sua intenção era identificar os elementos para explicar o desenvolvimento da sociedade Capitalista e ele buscava entender diferentes modelos de cidade na Europa moderna. Foi Max Weber que desenvolveu de maneira mais profunda a díade conceitual Cidade Consumidora – Cidade Produtora, identificando a primeira com o mundo antigo e a segunda com o mundo baixo-medieval. A intenção fundamental desta análise de Weber é justamente apontar porque as cidades medievais evoluíram no sentido de serem dínamos para o desenvolvimento econômico, industrial, capitalista, enquanto as cidades antigas não o fizeram.

Segundo Weber, a separação das instituições políticas da cidade e do campo na Europa Medieval – isto é, o fato de o meio rural não depender politicamente das elites urbanas – estimulou uma relação totalmente distinta entre campo e cidade. O consumo de bens primários pela cidade era sustentado pelo setor produtivo urbano. Por outro lado, a cidade antiga se construía a partir do controle do meio rural por sua elite, e era desse controle – e das rendas e taxas decorridas dele – que o meio urbano sustentava, em última instância, o consumo de bens primários. Esses diferentes quadros teriam gerado sistemas de valores e mentalidades econômicas muito distintas, que estariam por trás dos diferentes destinos, em termos de desenvolvimento econômico, das cidades antigas e medievais<sup>81</sup>.

Vale frisar que o pano de fundo dessa discussão também é o interesse de Weber em explicar o desenvolvimento capitalista moderno. Estudiosos que se debruçaram sobre a obra de Weber atrás de referências para o estudo do mundo antigo, como Luigi Capogrossi Colognesi e John Love, apontam precisamente que o ensaio sobre a Cidade é

---

<sup>79</sup> MORLEY, Neville, *Cities in context: urban systems in Roman Italy*, in: PARKINS, Helen (Org.), **Roman Urbanism: Beyond The Consumer City**, [s.l.]: Routledge, 2005, p. 41; HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 105.

<sup>80</sup> FINLEY, *The Ancient City*, p. 317.

<sup>81</sup> WEBER, Max, *A dominação não-legítima (tipologia das cidades)*, in: **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 408–425.



justamente a obra menos rica de Weber em termos de análise do mundo antigo, posto que este não é seu interesse primário aqui. Obras como *História Agrária Romana e Relações agrárias da Antiguidade* demonstram profundidade muito maior na análise do mundo antigo<sup>82</sup>.

Moses Finley, no intuito justamente de destacar a especificidade da economia antiga em relação à economia moderna, foi o primeiro a utilizar o conceito de Cidade Consumidora como categoria fundamental para análise do mundo antigo em si. Voltando-se à pergunta fundamental que gera o modelo de Cidade Consumidora, Finley colocou a questão de como os cidadãos “pagavam” pelos bens necessários à sua reprodução vindos do campo. Os ganhos com a atividade agrícola controlada pelos cidadãos, a exploração de certos recursos especiais, como as minas de prata, os ganhos monetários com o comércio, e, sobretudo, a exploração tributária ou de rendas dos camponeses são as respostas de Finley. Ele dá destaque, ainda, à ideia de que não havia uma produção manufatureira ou industrial urbana voltada para o comércio relevante no nível de dar conta desse “pagamento” pela produção primária vinda do Campo – os rendimentos que geravam os montantes necessários por esse pagamento viam prioritariamente das rendas e tributos extraídos pela Cidade do próprio Campo<sup>83</sup> (ver diagrama da figura 6).

A proposta de Finley trouxe o conceito de Cidade Consumidora para o centro do debate sobre a Economia Antiga. Acredito que é possível dividir as respostas ao desafio lançado pela abordagem de Finley em duas fases – que grosseiramente podemos dividir entre a década de 80 e a década de 90, ainda que a primeira fase se perpetue em alguns textos posteriores e a segunda fase já tenha início no final da década de 80.

### 2.1.2. A reação à Finley

A primeira fase de respostas ao modelo finleyiano de Cidade Consumidora é basicamente reativo e se divide em dois caminhos fundamentais. O primeiro é uma crítica ao que muitos chamam de “minimalismo” de Finley – isto é, a ideia de que a economia antiga era uma economia pouco produtiva, sem grandes excedentes sendo comercializados, com baixo desenvolvimento tecnológico e sem “mercados interligados”.

---

<sup>82</sup> CAPOGROSSI COLOGNESI, Luigi, The limits of the ancient city and the evolution of the medieval city in the thought of Max Weber, *in*: CORNELL, Tim J.; LOMAS, Kathryn (Orgs.), **Urban Society In Roman Italy**, [s.l.]: Taylor & Francis, 1996; LOVE, John R., **Antiquity and Capitalism: Max Weber and the Sociological Foundations of Roman Civilization**, [s.l.]: AT Verlag, 1991. JOLY, Fabio ‘Capitalismo e Burocracia: Economia e Política nas Relações Agrárias na Antiguidade, de Max Weber’. *Revista de História*, n.140, 1999.

<sup>83</sup> FINLEY, **A Economia antiga**, p. 173–174, 193.

Não por acaso, a maior parte deste tipo de críticas veio dos departamentos de Arqueologia, subsidiados pela crescente identificação de vestígios de um nível muito relevante de intercâmbios econômicos no mundo antigo, sobretudo romano. O estudo dos indicadores de circulação de produtos (especialmente as ânforas) mostrava um nível de circulação muito mais amplo do que a leitura de Finley pressupunha<sup>84</sup>.

Não obstante, a pujança econômica do mundo antigo não nega em essência o modelo de cidade consumidora – ainda que ponha em questão as tintas minimalistas que Finley usa para pintar seu cenário. É importante ter em mente que uma economia dinâmica não precisa ser similar à economia capitalista, que pode haver expansão da produção e da circulação sem haver desenvolvimento de uma economia capitalista<sup>85</sup> e, o que neste momento me é importante, sem que as cidades possuam uma interação diferente com o campo daquela prevista pelo modelo de Finley. Sombart, Weber nem Finley imaginam uma população urbana vivendo em sua totalidade – nem mesmo maioria – diretamente de rendas e taxas cobradas dos camponeses. A questão é se a cobrança dessas taxas e rendas é o elemento central da relação entre campo e cidade, que gera os dividendos que por sua vez, indiretamente, servirão de base econômica do sustento da população urbana.

Ainda que essas taxas e rendas estimulem o desenvolvimento do comércio no meio urbano (como Keith Hopkins aponta) ou se outros tipos de relações se desenvolvem no meio urbano para além dessa relação campo-cidade (incluindo aí a produção manufatureira para atender o próprio meio urbano), o modelo de Cidade Consumidora se mantém. Apoiando-se no exemplo de Cuenca, uma cidade espanhola que se estabelece como importante centro de produção têxtil no século XVI, Paul Erdkamp mostra como um dinâmico setor produtivo pode estar associado à extração de rendas e taxas do setor rural. Erdkamp caracteriza esse setor produtivo urbano, ainda que pujante, como um subproduto (um *spin-off*) da riqueza da elite urbana advinda da exploração da economia agrária<sup>86</sup>. Isto é, a existência deste setor produtivo urbano, manufatureiro, não implica necessariamente em uma transformação na relação entre Campo e Cidade, podendo se inserir completamente dentro do quadro das relações econômicas urbanas – que por sua

---

<sup>84</sup> E.g. GREENE, Kevin, **The Archaeology of the Roman Economy**, [s.l.]: University of California Press, 1990, p. 170–171.

<sup>85</sup> SCHIAVONE, **Uma História Rompida**, p. 70–71.

<sup>86</sup> ERDKAMP, Paul P. M., Beyond the Limits of the “Consumer City”. A Model of the Urban and Rural Economy in the Roman World, **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 50, n. 3, p. 332–356, 2001.

vez se inserem em um quadro mais amplo de relações com o Campo que em nada difere do modelo de Cidade Consumidora (ver diagrama da figura 7).

Cabe aqui apontar, inclusive, que os debates na segunda metade do século passado sobre o desenvolvimento do Capitalismo apontam justamente para a importância das transformações no campo, relegando às cidades um papel bem menor na história desse desenvolvimento do que imaginavam Sombart e Weber<sup>87</sup>. Paralelamente, a cidade medieval também tem sido repensada, indicada como parte integrante do sistema feudal e não mais como um sistema a parte do mundo rural, uma ilha protocapitalista em um mar de atraso feudal<sup>88</sup>. Ademais, Peter Bang desenvolveu há alguns anos um modelo bastante interessante que mostra justamente como o desenvolvimento do comércio e do mercado no mundo antigo podem estar justamente ligados ao desenvolvimento da extração de sobretrabalho dos produtores primários por parte das classes dominantes através de rendas e tributos<sup>89</sup>. Isto é, apontar um nível significativo de produção e circulação de produtos na economia antiga não desbanca o modelo de Cidade Consumidora em sua essência: a centralidade que taxas e rendas extraídas do Campo tem para sustentar o consumo urbano de bens primários.

O segundo caminho de críticas “reativas” ao modelo de Finley tem o objetivo de “recuperar” a cidade antiga de uma visão tão negativa – vista de certa maneira como um parasita do Campo. Propostas diversas surgiram para dar maior protagonismo econômico para o meio urbano. Talvez a que teve maior repercussão historiográfica tenha sido a mais simples dessas propostas. Dentro de um modelo sobre como os impactos macroeconômicos das cobranças de taxas e rendas pela Cidade sobre o Campo, Keith Hopkins propôs uma “reabilitação” da cidade parasitária com a noção de “Cidade Processadora”. A ideia básica aqui é a de que a cidade desempenhava um papel ativo e fundamental dentro do ciclo de cobrança de taxas e desenvolvimento do comércio, que segundo Hopkins dava a dinâmica básica do crescimento econômico romano ao estimular

---

<sup>87</sup> Ver os artigos reunidos em: ASTON, T. H.; ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, C. H. E., **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1987; Uma boa síntese dessa linha de pensamento é encontrada em: WOOD, Ellen Meiksins, **A Origem do Capitalismo**, [s.l.]: Jorge Zahar, 2001; Para uma versão mais recente e aprofundada do argumento, ver: ŽMOLEK, Michael Andrew, **Rethinking the Industrial Revolution: Five Centuries of Transition from Agrarian to Industrial Capitalism in England**, [s.l.]: BRILL, 2013.

<sup>88</sup> GOFF, Jacques Le, **O apogeu da cidade medieval**, [s.l.]: Matins Fontes, 1992; HILTON, Rodney, **Class Conflict and the Crisis of Feudalism: Essays in Medieval Social History**, [s.l.]: Bloomsbury Academic, 1985.

<sup>89</sup> Voltarei ao modelo de Bang com mais calma no Capítulo 4, subseção 2.2.2. BANG, Peter F., **The Roman bazaar: a comparative study of trade and markets in a tributary empire**, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.

em todo o Império a produção visando o mercado devido às pressões do fisco e das cobranças de renda<sup>90</sup>. Assim, as cidades seriam o *locus* privilegiado no qual esse ciclo se realizaria, fazendo circular e processando os diferentes produtos comercializados que permitiam o pagamento das taxas e rendas ao mesmo tempo em que também desempenhava papel fundamental na cobrança destas. Não é difícil perceber, como bem pontua C.R Whittaker, que esse modelo apenas provê uma caracterização mais minuciosa de como a “Cidade Consumidora” funciona, sem de qualquer maneira negar os princípios do modelo<sup>91</sup>.

Uma proposta mais interessante veio da França: Philippe Leveau, recuperando ideias apresentadas pela primeira vez no estudo de John Wachter sobre o urbanismo imperial romano na província da Bretanha<sup>92</sup>, argumentava que as cidades romanas nas províncias não tinham um mero papel passivo de consumo dos bens primários do campo. As cidades provinciais tinham um impacto sobre o campo, inserindo novas formas de exploração do solo e dos recursos em geral – sobretudo a partir das *uillae*, que serviam como pontos nodais desse impacto, como postos avançados da influência da elite urbana sobre o campo. Nesse sentido, mais do que meramente consumir os produtos do campo, a cidade o domina e o reorganiza para atender seus interesses<sup>93</sup>.

Este é um modelo analítico bastante interessante. Identificando o centro do argumento, parece-me que sua aplicabilidade vai além da realidade provincial romana e voltarei a isto mais à frente nesta tese. Contudo, como mais uma vez aponta Whittaker, não há nada na ideia de “Cidade Organizadora” de Leveau que contrarie a noção geral de Cidade Consumidora. Leveau apenas caracteriza especificamente uma forma que essas cidades desenvolvem de obter rendimentos do meio rural que sustentam seu consumo de bens primários. Whittaker mostra, inclusive, que o próprio Weber já havia identificado em sua obra o desenvolvimento da *uilla* romana como um dos fatores que explicavam a incapacidade das cidades antigas desenvolverem um setor produtivo propriamente

---

<sup>90</sup> HOPKINS, Keith, Taxes and Trade in the Roman Empire (200 B.C.–A.D. 400), **The Journal of Roman Studies**, v. 70, p. 101–125, 1980.

<sup>91</sup> WHITTAKER, Do theories of the ancient city matter?, p. 17–18.

<sup>92</sup> WACHER, J. S., **The Towns of Roman Britain**, [s.l.]: University of California Press, 1974, p. 71–72.

<sup>93</sup> LEVEAU, Philippe, La ville antique et l’organisation de l’espace rural : villa, ville, village, **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 38, n. 4, p. 920–942, 1983, p. 921–924; Ver também: GOUDINEAU, Christian; LEVEAU, Philippe, La ville antique, «ville de consommation»? Parasitisme social et économie antique [Avec une réponse de Christian Goudineau], **Études rurales**, v. 89, n. 1, p. 275–289, 1983; LEVEAU, Philippe, La ville romaine et son espace rural. Contribution de l’archéologie à la réflexion sur la cité antique, **Opus**, v. VI-VIII, p. 87–98, 1987; ANDREAU, Jean, **L’économie du monde romain**, [s.l.]: Ellipses, 2010, p. 40–43.

urbano<sup>94</sup>. Portanto, se é verdade que o modelo de Leveau possibilita uma análise qualitativa mais refinada da relação macroeconômica entre Campo e Cidade no mundo antigo, tal modelo ainda opera sob a égide da categoria mais ampla de Cidade Consumidora (ver diagrama da figura 8).

Uma alternativa de modelo de cidade que realmente se contrapõe às ideias da noção de Cidade Consumidora foi proposta por Donald Engels a partir do estudo da cidade grega de Corinto no período romano. Segundo ele, apenas cidades que fossem capitais de impérios muito poderosos (como Atenas durante o auge da Liga de Delos ou Roma depois da expansão imperial) poderiam se sustentar a partir apenas de taxas e rendas. A situação política favorável dos camponeses no quadro das cidades-Estado clássicas impediria a extração de rendas e taxas suficientes para manter uma grande população de rentistas nas cidades. Além disso, ainda segundo D. Engels, cidades com mais de dez mil habitantes dificilmente seriam cidades-agrárias (*agro-towns*), isto é, cuja maior parte da população eram composta por agricultores. Isto faria com que tivéssemos que buscar uma nova resposta para a pergunta “como os cidadãos pagavam suas despesas?”. A resposta de D. Engels é o setor de “serviços”. Segundo ele, os recursos da maior parte dos cidadãos para obter os necessários produtos do campo não eram obtidos através de taxas e rendas, mas através do uso por parte dos camponeses de seus excedentes para a obtenção de bens e serviços produzidos pelos moradores das cidades, que por sua vez se utilizavam destes recursos para obter os produtos primários produzidos no campo<sup>95</sup> (ver fluxograma da figura 9).

O estudo de caso específico de D. Engels depende de diversas premissas e quantificações hipotéticas que ele propõe sobre a cidade de Corinto no período imperial – que, por sua vez, foram severamente criticadas por C.R. Whittaker<sup>96</sup>. De toda forma, a ideia de “Cidade de Serviços” precisa ser analisada enquanto um modelo heurístico, para além desse estudo de caso específico. E sua crítica nos levará a outro nível no questionamento sobre a relação campo e cidade.

Para enquadrar a Corinto imperial como uma “cidade de serviços”, D. Engels precisa aceitar a ideia de Finley de que a relação econômica de cada cidade se dá basicamente com seu *hinterland* imediato. Como bem aponta Whittaker, mesmo que

---

<sup>94</sup> WHITTAKER, C. R., Do theories of the ancient city matter?, in: CORNELL, Tim J.; LOMAS, Kathryn (Orgs.), **Urban Society In Roman Italy**, [s.l.]: Taylor & Francis, 1996, p. 15.

<sup>95</sup> ENGELS, Donald, **Roman Corinth: An Alternative Model for the Classical City**, [s.l.]: University of Chicago Press, 1990, p. 121–130.

<sup>96</sup> WHITTAKER, Do theories of the ancient city matter?, p. 12–14.

aceitemos a premissa de D. Engels de que a cidade de Corinto tinha um *hinterland* insuficiente para “sustentar” uma cidade tão grande, não há porque supor que a elite coríntia não extraísse rendas de propriedades rurais fora do território da cidade. Whittaker aponta dados que mostram o controle de territórios rurais distantes de determinadas cidades, como Alexandria e Cartago, pelas elites urbanas destas e cita ao menos um caso conhecido de um rico coríntio que possuía terras em outra região<sup>97</sup>.

Assim, a noção geral de Cidade Consumidora poderia ser reestabelecida se abandonarmos a visão míope de olhar a relação cidade-campo a partir de cidades e seus *hinterlands* específicos, isolados entre si. Como caracterização geral e bastante abstrata da relação entre cidade e campo, o modelo de Cidade Consumidora continua sendo uma forma mais adequada de enquadramento do mundo antigo do que os modelos rivais propostos até hoje. A grande limitação do modelo que precisa ser superada é justamente essa simplificação muito abstrata das relações entre campo e cidade que não dão conta da realidade que ela pretende analisar. Neste sentido, devemos reintegrar as cidades e seus *hinterlands* no quadro geral do assentamento, considerando um quadro geográfico mais amplo<sup>98</sup>. Este é o grande ponto da segunda fase de reavaliações da proposta de Finley, que tem início em finais da década de 80 e se alonga por toda a última década do século passado.

## **2.2. Além da “Cidade” e do “Campo”: diversidade e complexidade do assentamento**

### *2.2.1. A “cidade no campo” e o “campo na cidade”*

A década de 90 foi um período bastante profícuo em trabalhos sobre o tema da economia da cidade antiga, tendo o debate sobre a Cidade Consumidora como seu eixo. As propostas mais interessantes e inovadoras deste momento apontavam todas para esse caminho de repensar o conceito de Cidade Consumidora através de uma reinserção da Cidade em um quadro mais amplo do assentamento, e não meramente propondo novos modelos com diferentes adjetivações à Cidade. Corroborava esta necessidade a percepção de que a divisão funcional muito dicotômica entre urbano e rural estava equivocada. Isso não significava abandonar totalmente a díade conceitual cidade e campo, mas apontar que setores e agentes do sistema econômico romano não estavam espacialmente contidos no campo ou na cidade.

---

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>98</sup> ERDKAMP, Beyond the Limits of the “Consumer City”. A Model of the Urban and Rural Economy in the Roman World, p. 343.

Todos esses modelos de relação entre cidade e campo assumem, em maior ou menor medida, a imagem de que o campo é o espaço do setor primário (sobretudo agricultura e pastoreio, mas também de extração/produção de matérias primas) e a cidade o espaço dos setores secundário (sobretudo manufaturas) e terciário (serviços diversos). A verdade é que esta divisão espacial não se sustenta frente a um escrutínio mais detalhado da realidade do mundo antigo.

Em primeiro lugar, famílias camponesas investem parte de seu tempo de trabalho em atividades não relacionadas diretamente com sua produção agrícola. Isso pode significar trabalho em outras produções agrícolas: como assalariados em grandes e médias propriedades; como cooperadores em propriedades de vizinhos de mesmo nível econômico ou mais pobres com quem eles tenham algum tipo de relação de reciprocidade; ou mesmo algum tipo de trabalho compulsório para um senhor quando estes camponeses estão submetidos à alguma forma de dependência pessoal. Contudo, isso pode significar também o exercício de outras atividades produtivas, como o transporte e venda de produtos em feiras locais ou fabricação de utensílios diversos, seja para uso próprio, seja para também os vender nessas feiras locais<sup>99</sup>. Soma-se a isso o fato de as grandes propriedades das classes dominantes urbanas, as *villae*, também se dedicarem a diversas outras atividades para além da produção agrícola e pastoril<sup>100</sup>. Por fim, muitas vezes rotas comerciais e fluxos de cobranças de taxas e rendas não precisam de cidades como nexos, circulando por zonas rurais diretamente<sup>101</sup>.

Em segundo lugar, no sentido inverso e complementar, o meio urbano não está apartado do setor primário. Em uma primeira direção, havia hortas e outros cultivos intensivos possíveis em pequenos lotes de terra dentro do próprio setor urbano e havia áreas agrícolas “dentro dos muros da cidade”. Ademais, muitas vezes as cidades de maior porte eram caracterizadas por “subúrbios extensos”, áreas nas quais a densidade do assentamento declinava lentamente em relação à distância do centro urbano, criando uma zona “peri-urbana” com espaços significativos para a atividade agrícola<sup>102</sup>. Por fim,

---

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 352–353; ERDKAMP, Paul, Agriculture, underemployment, and the cost of rural labour in the Roman world, *The Classical Quarterly (New Series)*, v. 49, n. 02, p. 556–572, 1999.

<sup>100</sup> MARZANO, Le villae rusticae romane e la loro dimensione economica: uno sguardo alla penisola italiana, in: RIZAKÈS, Athanasios D. (Org.), **Villae rusticae: family and market-oriented farms in Greece under roman rule**, [s.l.]: National Hellenic Research Foundation, Institute of Historical Research = Kéntron ellinikís kai romaikís archaiofítos, Ethnikon Idryma Ereunōn, 2013, p. 14–16.

<sup>101</sup> WHITTAKER, Do theories of the ancient city matter?, p. 19–22; ERDKAMP, Beyond the Limits of the “Consumer City”. A Model of the Urban and Rural Economy in the Roman World, p. 342, 345.

<sup>102</sup> PURCELL, Nicholas, Town in country and country in town, in: MACDOUGALL, Elisabeth (Org.), **Ancient Roman Villa Gardens**, [s.l.]: Dumbarton Oaks, 1987, p. 188–190.

muitas dessas cidades poderiam ter uma população significativa de agricultores que se deslocavam rotineiramente, conforme as necessidades do ano agrícola, para suas terras nas imediações da cidade a fim de cuidar de seus cultivos “fora dos muros”<sup>103</sup>.

Morgens Hansen, criticando o uso do conceito de Cidade Consumidora para a maior parte das *poleis* gregas, chama atenção para esses “cidadinos agricultores”. Segundo o estudioso dinamarquês, o fato de parte significativa da população dessas cidades serem formadas pelo que Weber identificou como *ackerbürger*, agricultores assentados na cidade, as distinguiu completamente daquelas para as quais o conceito de Cidade Consumidora poderia dar conta<sup>104</sup>. Ainda segundo Hansen, o próprio Sombart já previa essa realidade em sua análise, definindo um modelo de *Landstädte*, distinto da Cidade Consumidora e ignorado por Finley e outros estudiosos que seguiram sua trilha<sup>105</sup>. Assentamentos aglomerados de significativa densidade populacional cujos habitantes são prioritariamente envolvidos com a atividade agrícola são um tema bastante conhecido da geografia humana e da antropologia dos povos mediterrânicos, conhecidos na literatura especializada anglo-saxã como *agro-towns* – e as quais voltarei dentro de poucas páginas.

Para entender a relação campo e cidade no mundo romano, portanto, é preciso complexificar nossas noções de quais eram as estruturas do assentamento e de suas relações entre si. “Cidade” pode ser um enquadramento conceitual muito amplo, enevoando diferenças importantes entre tipos distintos de assentamentos. Em um extremo, cidades gigantescas como Roma (sobretudo no período imperial, mas mesmo séculos antes) poderiam ter tipos de relações muito amplas e impactos muito complexos sobre um *hinterland* muito disperso<sup>106</sup>. No outro extremo, pequenos assentamentos nucleares, acerca dos quais a distinção conceitual entre aldeia e cidade é muito difícil de ser feita, tinham outro tipo de relação com seu *hinterland*, provavelmente funcionando como pequenas *agro-towns*. Entre um extremo e outro, temos outras realidades que possivelmente vão além do mero “meio termo” – isto é, não são apenas uma mistura de elementos dos dois casos extremos, mas possuem singularidades próprias.

Ademais, cidades não são “ilhas isoladas”. Elas precisam ser entendidas em sua relação com o assentamento como um todo<sup>107</sup>, seja inserindo-as em relações com outros

---

<sup>103</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 110.

<sup>104</sup> HANSEN, Mogens Herman, The concept of the Consumption City applied to the Greek Polis, *in*: NIELSEN, Thomas Heine (Org.), **Once Again: Studies in the Ancient Greek Polis**, [s.l.]: Franz Steiner Verlag, 2004, p. 16–18.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 18–21.

<sup>106</sup> MORLEY, **Metropolis and Hinterland**.

<sup>107</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 97.



centros urbanos, de maior ou menor porte, de tipos diferentes ou similares, seja identificando o quadro geral da hierarquia de assentamentos e a relação entre as cidades e os outros tipos de assentamento na região, sejam os nucleares de pequeno porte – como aldeias e centros locais (*minor centers*) –, sejam os assentamentos dispersos (fazendas camponesas ou grandes propriedades da classe dominante, ou outros tipos de estruturas de função produtiva, social ou religiosa). No final das contas, qualquer tentativa de criar um modelo geral sobre a relação entre Campo e Cidade no mundo antigo precisa dar conta dessa série de complexidades em cada um dos fatores em questão.

É nesse sentido que acredito que se fundamenta a proposta do controverso capítulo de Horden e Purcell – e que já estava presente nas melhores contribuições ao debate sobre a Cidade Consumidora nos anos anteriores à publicação de *Corrupting Sea*. Horden e Purcell fizeram um grande esforço retórico nessas páginas para combater a noção de “variável urbana”, isto é, de que as cidades difeririam qualitativamente de outros tipos de assentamento no sentido de terem em si um elemento explicativo fundamental para os processos históricos em que estão inseridas<sup>108</sup>. No final das contas, este desenvolvimento argumentativo acabou por levá-los a minimizar a importância da urbanização – e William Harris estava certo ao destacar a necessidade de um caminho mais equilibrado frente à abordagem ruralizante de *Corrupting Sea*.

De toda forma, mantém-se o fato de que a crítica de Horden e Purcell ao conceito de Cidade Consumidora<sup>109</sup> assim como à noção de cidades “autárquicas”, com a identificação do que eles chamam de *hinterlands* dispersos<sup>110</sup> (isto é, o supracitado fato de as cidades não se relacionarem economicamente apenas com o campo imediatamente ao seu redor) converge com uma linha historiográfica importante que se desenvolvia na década de 90 e que me parece extremamente profícua para o estudo da economia e da história agrária romanas. Esta é a trilha que pretendo seguir.

### 2.2.2. O assentamento camponês na Itália central tirrênica: uma introdução

Peter Garnsey foi um pioneiro no estudo do campesinato romano. Percebendo a mudança no consenso historiográfico sobre a importância histórica e demográfica dessa fatia da população, ele logo identificou alguns dos problemas-chave que deveriam ser postos para entender tal grupo social. Um destes problemas, imortalizado no título de um

---

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 96–101.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 105–108.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 115–122.

artigo seminal, era “onde viviam os camponeses italianos?”<sup>111</sup>. A importância desta pergunta reside justamente em sua aparente simplicidade: como entender o campesinato italiano sem ter algum conhecimento sobre a base mais material de sua existência, a geografia de suas vidas? Contudo, Garnsey aborda esse problema a partir de um sentido específico do verbo viver (*to live*): sua pergunta diz respeito ao local de residência desses camponeses. Voltarei em breve a este ponto.

O artigo de Garnsey tem como ponto de partida a distinção entre os padrões de assentamento camponês nas Itália Meridional e na Itália Setentrional contemporânea. Enquanto no Norte e na maior parte do centro da Itália grandes aglomerações de camponeses são raras, predominando o assentamento disperso – isto é, camponeses vivendo em casas isoladas entre si em seus lotes de terra –, no Sul, assim como em outras regiões da bacia do Mediterrâneo, predominavam justamente essas grandes aglomerações – isto é, camponeses vivendo em cidades ou grandes aldeias, tendo que se deslocar cotidianamente para suas terras de cultivo.

Essas *agro-towns* são um tema clássico da antropologia mediterrânica. A existência de cidades significativamente populosas, empobrecidas e cuja população se dedicava fundamentalmente à agricultura em regiões da Itália, Espanha e Portugal, chamou a atenção de inúmeros estudiosos. Uma das conclusões mais importantes desses estudos foi apontar que os diferentes padrões de assentamento do campesinato têm relação complexa com uma série vasta de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos – para além de questões climáticas, topográficas e mesmo hidrológicas que haviam sido enfatizadas por geógrafos que estudaram o mesmo fenômeno anteriormente<sup>112</sup>.

Isso significa que qualquer tentativa de relação imediata entre a realidade do campesinato italiano atual e o campesinato italiano romano estaria fadada ao fracasso: o fato de viverem no mesmo lugar (e sujeitos a regimes climáticos e relações com a topografia razoavelmente similares) não faz com que camponeses do passado e do presente tenham necessariamente os mesmos padrões de assentamento porque esses

---

<sup>111</sup> GARNSEY, Peter, Where did Italian peasants live?, in: **Cities, Peasants and Food in Classical Antiquity: essays in social and economic history**, Cambridge: Cambridge University Press, 1998; Publicado originalmente como: GARNSEY, Peter, Where did Italian peasants live?, **The Cambridge Classical Journal (New Series)**, v. 25, p. 1–25, 1979.

<sup>112</sup> BLOK, Anton, South Italian Agro-Towns, **Comparative Studies in Society and History**, v. 11, n. 02, p. 121–135, 1969; SILVERMAN, Sydel, **Three Bells of Civilization: The Life of an Italian Hill Town**, [s.l.]: Columbia University Press, 1975; CURTIS, Daniel, Is there an “agro-town” model for Southern Italy? Exploring the diverse roots and development of the agro-town structure through a comparative case study in Apulia, **Continuity and Change**, v. 28, n. 03, p. 377–419, 2013. Voltarei a estas questões no início do Capítulo 4.

fatores (clima e topografia) são apenas parte de um quadro de relações sociais, econômicas, culturais e ambientais muito mais complexo. Garnsey critica com propriedade as comparações simplistas do tipo “naquele tempo, como hoje...” (“*then as now*”): não seria possível dizer que os camponeses da Itália Meridional viviam em assentamentos nucleares enquanto os camponeses da Itália Central e Setentrional viviam em um assentamento disperso apenas porque seus congêneres dos últimos séculos o fizeram. Descobrir “onde viviam os camponeses italianos” da Antiguidade era um desafio maior do que aquilo que esse arremedo de história comparada poderia nos prover.

O artigo de Garnsey então envereda pelo que era possível saber a partir dos levantamentos de superfície realizados até sua publicação. Estávamos ainda nos primórdios dos grandes projetos deste tipo na Itália, mas Garnsey já tinha acesso a uma quantidade significativa de informações publicadas sobre a Etrúria Meridional e o Tavoliere (grande planície na Apúlia, na Itália meridional adriática), assim como teve informações sobre o então ainda não publicado estudo do vale do Biferno<sup>113</sup>. Ele identifica, de maneira geral, a imagem de um padrão de assentamento disperso em várias regiões da Itália central<sup>114</sup>. Ele também se preocupa em desconstruir a imagem tradicional de que os colonos assentados nas colônias fundadas por Roma viveriam dentro dos centros urbanos estabelecidos nesse processo, se apoiando na crítica feita pela primeira vez pelo arqueólogo italiano Adriano La Regina de que os tamanhos desses centros urbanos não seriam compatíveis com os números de famílias assentadas registrados pelas fontes literárias<sup>115</sup>. O objetivo final de Garnsey, declarado no último parágrafo do artigo, é negar a aplicabilidade da ideia de *agro-town* para a Itália antiga<sup>116</sup>.

Garnsey não nega a existência supracitada de cidadãos agricultores. Ele reconhece, por exemplo, que a existência de inúmeros instrumentos agrícolas encontrados nas residências dentro dos muros de Pompéia nos permite inferir que boa parte da população da cidade estava envolvida de alguma maneira com o trabalho agrícola<sup>117</sup>. Contudo, seu ponto é que esses agricultores cidadãos cultivavam terras próximas, dentro dos muros ou em seu subúrbio estendido. Teríamos assim, parte significativa do campesinato italiano vivendo em casas isoladas e cultivando terras mais distantes das cidades (o que Garnsey chama de *rural based peasants*) enquanto outros camponeses viveriam no meio urbano e

---

<sup>113</sup> GARNSEY, Where did Italian peasants live?, p. 107, n.1.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 115–122.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 123–130.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 131.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 118.

cultivando terras nas imediações das cidades (*urban based peasants*)<sup>118</sup>. Verdadeiras *agro-towns*, cidades relativamente bastante populosas, das quais seus habitantes, majoritariamente camponeses, partem para o cultivo de terras mais distantes, não existiriam na Itália antiga segundo Garnsey.

“Onde viviam os camponeses italianos?” lançou as fundações de uma reflexão extremamente importante a partir da qual pretendo avançar. Acredito que, quase 40 anos depois da publicação deste artigo, temos duas vantagens principais, uma teórica, outra empírica, para realizar este estudo. Em primeiro lugar, em termos teórico-conceituais, a superação da imagem tradicional do campesinato nos permite pensar seu assentamento de maneira mais complexa. Volto aqui à polissemia do verbo “viver”. Acredito que é importante ir além da identificação do local de residência dos camponeses: a vida camponesa é multifacetada. Por onde viviam os camponeses romanos? Não era apenas entre suas habitações e um único pedaço de terra que eles cultivavam. A vida camponesa é mais complexa que isso e o estudo de seu assentamento deve estar atento a este fato.

No sentido de dar atenção à diversidade e à especificidade da vida camponesa, ainda temos uma segunda vantagem em relação à época em que Garnsey escreveu seu artigo seminal: nas últimas décadas tivemos muitos avanços na arqueologia rural. Os levantamentos de superfície hoje já cobriram mais áreas da Itália central e desenvolveram técnicas e metodologias de pesquisa mais variadas. As escavações, por sua vez, cada vez mais dão atenção às estruturas do assentamento rural, anteriormente desprezadas com a exceção de grandes *villae*. Diante disso, temos muito mais informações sobre o assentamento dos camponeses italianos antigos do que Garnsey podia ter no final da década de 70.

O desenvolvimento dos levantamentos de superfície nos permitiu, por exemplo, identificar o processo de hierarquização do assentamento na Itália central entre a Idade do Ferro e o período Arcaico. Isso significa, em poucas palavras, que entre os séculos XI e VI a.C. houve uma diversificação dos tipos e tamanhos dos assentamentos nos quais as pessoas viviam nessa região. O elemento mais chamativo e debatido desse processo é o que comumente chamamos de urbanização<sup>119</sup>. A urbanização é, contudo, parte de um processo amplo de complexificação e hierarquização do assentamento humano na região, que envolve o surgimento e desenvolvimento de outros tipos de assentamento.

---

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 119, 130–131.

<sup>119</sup> OSBORNE, Robin; CUNLIFFE, Barry, **Mediterranean Urbanization 800-600 BC**, [s.l.]: OUP/British Academy, 2005.

Tradicionalmente se fala na formação, em algumas regiões ao menos, de um assentamento com três níveis: o primário (as cidades), o secundário (assentamentos nucleares menores, como aldeias, ou locais de convergência, como santuários rurais) e o terciário (fazendas isoladas no campo). Esta hierarquia diz respeito ao nível de complexidade e tamanho dos assentamentos e não ao *status* social de seus ocupantes – basta identificar que o terceiro nível poderia ser composto tanto por humildes fazendas camponesas quanto por imponentes *uillae* da classe dominante.

Pretendo mostrar ao longo da tese que o período que procurei estudar, os séculos V a III a.C., é um momento de amadurecimento desse processo, quando o assentamento rural da Itália central tirrênica se consolida em suas características essenciais que, a despeito de importantes transformações históricas, se mantem até pelo menos meados do período imperial romano. Esta tese terá como foco o estudo desse último nível da hierarquia do assentamento, que, em termos históricos, parece ter sido o último a se consolidar. Os dois primeiros capítulos discutirão as duas categorias nos quais eles são comumente classificados, “fazenda” e “*uillae*”, os dois capítulos seguintes discutirão sua evolução histórica no contexto da conquista romana da região, apontando para os problemas em identificar a conquista e a colonização romana como as causadoras da transformação do assentamento, enquanto o último capítulo buscará um novo quadro explicativo para essa transformação.

## Capítulo 1: Cacos de cerâmica e fazendas camponesas: a geografia da vida social camponesa

Até meados do século XX, os estudos de história agrária romana baseavam-se fundamentalmente na tradição literária antiga. Contudo, a partir do pós-Segunda Guerra, as informações geradas pela disseminação dos levantamentos de superfície pela Itália central passaram a ser constantemente requisitadas como um caminho para superar os estudos feitos a partir das fontes literárias. Acreditava-se, em primeiro lugar, que essa nova prática arqueológica proveria dados independentes das fontes até então exploradas, enriquecendo o quadro empírico. Além disso, a arqueologia parecia prover dados muito mais imediatos à realidade material da história agrária: afinal de contas, nestas pesquisas coletava-se vestígios produzidos diretamente pela ocupação dos verdadeiros protagonistas da história agrária, e não meras imagens literárias idealizadas por uma elite intelectual urbana, identificáveis nas fontes literárias. Esses vestígios pareciam ter uma imparcialidade que contrastaria com a determinação ideológica incontornável à produção textual<sup>120</sup>. Tais dados pareciam, portanto, não apenas somar novas informações, mas informações qualitativamente superiores para o estudo da realidade agrária antiga.

Contudo, a natureza diversa das fontes arqueológicas não determina um caráter mais objetivo de seus dados em relação àqueles produzidos a partir da análise das fontes escritas. Determina, sim, questões metodológicas próprias, mediações outras e cuidados necessários diferentes em sua análise. Algumas dessas questões serão tratadas com algum cuidado no início do capítulo três<sup>121</sup>. Contudo, uma questão em especial, a categorização tipológica dos sítios, será tratada mais detalhadamente neste e no próximo capítulos. Essa ênfase se explica, em parte, pela importância da reflexão sobre as formas de categorização dos sítios para essa pesquisa por si só. Afinal de contas, a grande relevância dos levantamentos de superfície para um estudo do campesinato está diretamente ligada ao fato de tais projetos identificarem abundantemente sítios que seriam vestígios de fazendas camponesas. Tal identificação precisa, no mínimo, ser escrutinada, e é a isso que este

---

<sup>120</sup> VAN DOMMELEN, Peter, Roman Peasants and Rural Organisation in Central Italy: an Archaeological Perspective, *in*: SCOTT, Eleanor (Org.), **Theoretical Roman Archaeology: First Conference Proceedings**, Averbury: [s.n.], 1993, p. 168.

<sup>121</sup> Ver capítulo 3, seção 1.

capítulo se dedica fundamentalmente: os sítios identificados como casas camponesas nesses esquemas de classificação são mesmo casas camponesas?

## 1. As categorias de classificação dos sítios nos levantamentos de superfície

### 1.1. A subjetividade das categorias de classificação

Os dados coletados durante um levantamento de superfície são, via de regra, interpretados através de categorias classificatórias, que identificam tipos diferentes de estruturas antigas dos quais os sítios identificados seriam vestígios. São essas categorias que “traduzem” as informações geradas pela exploração dos sítios identificados pelo levantamento em dados pertinentes a debates historiográficos específicos. Dessa maneira, todo o processamento dos dados de um levantamento é determinado pelas categorias escolhidas pelo esquema interpretativo. Isso torna tais esquemas classificatórios uma questão central para utilização dos dados dos levantamentos, por que ao fim e ao cabo são eles que dão substância histórica para os vestígios arqueológicos.

Qualquer esquema classificatório incidirá em algumas questões interpretativas, que podem suscitar abordagens interessantes em um sentido, mas questionáveis em outro. O processo de classificação não é objetivo e imparcial porque, entre outras coisas, as categorias em que se classificam os dados são determinadas pelas questões que um pesquisador tem em mente *a priori*. O arqueólogo inglês Rob Witcher, debruçando-se sobre esta questão, corretamente preconiza que “classificar envolve um estreitamento deliberado do campo de visão no intuito de priorizar aspectos da realidade que se relacionam com os problemas de uma pesquisa: trata-se de um processo de seleção de significados”<sup>122</sup>.

A compreensão mais plena possível das vantagens e desvantagens do esquema classificatório utilizado é, portanto, necessária para a melhor utilização possível dos dados de um levantamento de superfície. Arqueólogos que integram projetos deste tipo podem produzir dados mais bem informados em suas pesquisas ao ter maior sensibilidade para este fato – e, possivelmente, se desbravassem possibilidades alternativas de esquemas classificatórios, poderiam gerar dados interessantes para análises diversas e possivelmente complementares.

---

<sup>122</sup> WITCHER, Robert, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, in: ATTEMA, Peter; SCHÖRNER, Günther, **Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories**, Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 2012, p. 12.

Quanto àqueles que utilizam os dados desses projetos sem ter a oportunidade de uma ampla revisão das escolhas subjacentes às categorias de classificação utilizadas – como é o caso deste que escreve esta tese – cabe, ao menos, a tarefa de refletir sobre tais esquemas interpretativos e tentar identificar formas de utilizá-los da melhor maneira possível, minimizando suas desvantagens e maximizando suas vantagens. Isto é, o estudo realizado neste e no próximo capítulos tem a pretensão de gerar subsídios para um uso mais criterioso dos dados dos levantamentos de superfície (que são, acima de tudo, uma interpretação prévia que precisa ser analisada), mas não terá a pretensão de fazer uma profunda reinterpretação desses dados. Faltar-me-ia acesso aos dados mais detalhados gerado pelos diferentes levantamentos e, sobretudo, capacidade técnica para reanalisá-los.

## 1.2. O esquema classificatório “Villa-Fazenda-Cabana”

### 1.2.1. A ubiquidade do esquema nos projetos realizados na Itália Central

O esquema classificatório que tem sido amplamente utilizado nos levantamentos realizados na Itália central estabeleceu-se e difundiu-se a partir do *South Etruria Survey*, em especial a partir da síntese do projeto escrita por Timothy Potter. Na análise dos dados da pioneira pesquisa na Etrúria Meridional, os sítios rurais foram majoritariamente classificados em três grandes categorias: *Villa*, *Fazenda* e *Cabana*<sup>123</sup>. No primeiro caso, estaríamos tratando de vestígios de grandes edifícios, ligados a grandes propriedades fundiárias de membros da classe dominante centro-italiana. No segundo caso, estaríamos diante de vestígios de pequenas edificações, residências de pequenas famílias camponesas utilizadas tanto para funções domésticas quanto para funções produtivas. Por fim, a última categoria enquadraria vestígios de edificações rudimentares, possivelmente conexos e subordinados a outros edifícios e possivelmente utilizados apenas sazonalmente.

Uma combinação entre tamanho da área de dispersão de fragmentos identificados como um sítio (grande, médio, pequeno) e avaliação qualitativa do material (evidências de uso doméstico ou de estruturas luxuosas no sítio) tem sido o critério principal para este sistema classificatório<sup>124</sup>. Assim, sítios com grandes áreas de dispersão de fragmentos nos quais mármore, *tesserae* (pequenas pedras ou azulejos de revestimento utilizados em mosaicos) ou outros materiais identificados com luxo foram encontrados são classificados

<sup>123</sup> POTTER, T. W., *The changing landscape of South Etruria*, London: Elek, 1979, p. 122.

<sup>124</sup> Ver os critérios utilizados em alguns dos projetos de levantamento realizados na Itália central tirrênica nas tabelas do apêndice 1.



como vestígios de *uillae*. Por outro lado, sítios com pequena área de dispersão de fragmentos, dentre os quais cerâmicas de uso doméstico e materiais de construção, mas sem indicadores de luxo, têm sido classificados como vestígios de pequenas fazendas. Por fim, sítios com pequena área de dispersão e sem indicação de ocupação doméstica (em especial, ausência de cerâmicas de uso doméstico) são classificados como vestígios de cabanas.

Esse modelo hierárquico tripartite, desde então, tem sido hegemônico nos levantamentos realizados na Itália – assim como no estudo do “período romano” de outras regiões do Mediterrâneo<sup>125</sup>. Alguma variação no detalhe pode ser identificada na comparação entre diferentes levantamentos, mas o padrão geral se mantém<sup>126</sup>. Esta tipologização é tão recorrente que o arqueólogo Mamoru Ikeguchi, em um estudo que buscava propor formas de comparar o resultado de diferentes levantamentos, propôs uma padronização de diferentes modelos de classificação de sítios de diversos projetos em um modelo geral que se definia justamente pela tipologização *Villa-Fazenda-Cabana*. A tabela 1 mostra como o arqueólogo japonês foi capaz de enquadrar nessas três categorias, sem qualquer grande malabarismo metodológico, as diferentes categorias utilizadas por inúmeros levantamentos para classificar seus sítios.

Tabela 1 - Esquema de padronização das classificações de sítios proposta por Ikeguchi<sup>127</sup>

<b>Categoria</b>	<b>Fontes Literárias</b>	<b>Etrúria Meridional</b>	<b>Território de Cosa</b>	<b>Vale do Biferno</b>	<b>Vale do Liri</b>	<b>Rieti</b>	<b>Campânia Setentrional</b>
<i>Villa</i>	<i>Villa</i>	<i>Villa</i>	<i>Class A, Class B</i>	<i>Villa</i>	<i>Villa, Major-Sites</i>	<i>Villa, Large-Occupation</i>	<i>Villa</i>
Fazenda	<i>Casa</i>	<i>Small-Farms</i>	<i>Class C, Class D</i>	<i>Farmstead</i>	<i>Minor-Sites</i>	<i>Farm, Farmstead, Medium-Occupation</i>	<i>Farm</i>
Cabana	<i>Tugurium</i>	<i>Huts Shacks</i>	---	<i>Domestic-Site</i>	<i>Scatters</i>	<i>Possible-structure, Small-Occupation</i>	<i>Pottery-Scatter</i>

<sup>125</sup> WITCHER, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, p. 21.

<sup>126</sup> Ver apêndice 1.

<sup>127</sup> IKEGUCHI, Mamoru, A method for interpreting and comparing field survey data, *in*: BANG, Peter F.; IKEGUCHI, Mamoru; ZICHE, Harmut G. (Orgs.), **Ancient economies, modern methodologies: archaeology, comparative history, models and institutions**, Bari: Edipuglia, 2006, p. 139.

Esse esquema classificatório, a princípio, não impõe qualquer restrição à sua utilização em uma pesquisa sobre o campesinato da Itália central tirrênica, como esta tese. Muito pelo contrário, a identificação de determinados vestígios arqueológicos com estruturas do assentamento rural subsidia diretamente os estudos de história agrária. A ubiquidade desse esquema classificatório tão pertinente à história agrária não é mera coincidência – e aqui começam a surgir algumas questões metodológicas.

### 1.2.2. Os problemas metodológicos deste esquema

Este esquema classificatório foi, justamente, determinado pelas categorias derivadas dos estudos de história agrária realizados a partir das fontes literárias. Isto é, as noções que embasaram as categorias escolhidas para enquadrar os sítios e até mesmo os próprios termos utilizados para essa categorização derivaram das fontes escritas e dos debates de história agrária desenvolvidos a partir do estudo delas. É extremamente significativo que Potter justifique o uso de suas categorias identificando correspondências entre elas e o vocabulário dos tratados de Varrão e Columella, que se utilizam os termos *uilla*, *casa* e *tugurium*<sup>128</sup>. Isso gera uma questão primordial para este esquema: sua subordinação a uma grande narrativa pré-concebida baseada em fontes literárias. *Villa* e “pequena fazenda” são categorias derivadas do modelo de crise do campesinato, que presumia um número decrescente de pequenas fazendas camponesas e um número crescente de *uillae* da classe dominante

O esquema classificatório de Potter torna os dados arqueológicos relevantes para uma narrativa predeterminada (seja para confirma-la, seja para negá-la). Portanto, as fontes de origem arqueológica são analisadas sob a luz de categorias previamente determinadas, tornando-se de certa maneira subordinadas a estas<sup>129</sup>. Este fato limita um uso dos dados arqueológicos que subsidie o desafio (ou mesmo a confirmação) de maneira independente do conhecimento prévio<sup>130</sup>.

Um fato que mostra isso de maneira clara é o debate sobre a interpretação dos pequenos sítios identificados no território de Cosa (colônia romana fundada em 273 a.C. na costa da Etrúria – ver mapa da figura 46). Enquanto os pesquisadores americanos que

<sup>128</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 122. Ver Varrão, *De Re Rustica*, 2.10.6 e Columella, *De Re Rustica*, 12.15.1. Sobre essas passagens, ver abaixo a subseção 3.3.

<sup>129</sup> RATHBONE, Dominic, Poor peasants and silent sherds, *in*: LIGHT, Luuk de; NORTHWOOD, Simon, **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden ; Boston: Brill, 2008, p. 306.

<sup>130</sup> WITCHER, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, p. 22.

estudaram a região identificaram esses sítios como vestígios de casas camponesas, os arqueólogos italianos preferiram identificar boa parte destes sítios, que ficavam próximos a outros de maior extensão identificados como vestígios de *uillae*, como vestígios de estruturas secundárias destas *uillae*<sup>131</sup>. O mesmo debate também pôde ser levantado sobre os dados do *South Etruria Survey*. Ao comparar os dados das duas pesquisas, duas arqueólogas italianas que participaram do estudo do território de Cosa, propuseram também a interpretação de que boa parte dos pequenos sítios da Etrúria Meridional seriam estruturas dependentes das grandes propriedades, desafiando sua interpretação original como pequenas propriedades camponesas pelos pesquisadores britânicos<sup>132</sup>. Para além das divergências quanto à interpretação do que representam esses sítios, isso mostra o quanto a tal interpretação tem sido subordinada a um debate previamente posto (são parte das *uillae* ou são fazendas camponesas?), e enquadrado a partir desta discussão (houve crise do campesinato e ascensão das *uillae* ou não?).

Apesar de esse sistema classificatório ser questionado já há algum tempo, ele mantém-se como o procedimento fundamental para a “transposição” das informações dos levantamentos para os debates da história agrária romana e para o estudo do campesinato. É necessário identificar as principais premissas, implícitas ou explícitas, que determinam a categorização de certos tipos de sítios como pequenas fazendas camponesas. O estudo da história agrária romana não deveria tomar essas premissas como fatos inquestionáveis: elas devem ser vistas como modelos ou hipóteses possíveis e comparadas com possibilidades alternativas. Desta maneira, será possível aprimorar o uso dos dados arqueológicos nestes estudos.

Boa parte do estudo realizado neste e no próximo capítulo consistirá, basicamente, em uma análise dessas categorias (neste capítulo, “fazenda camponesa”, no próximo, “*uillae*”) a partir de algumas escavações realizadas na Itália de sítios que, em tese, exemplificariam essas categorias. O recorte espacial da tese será em geral respeitado, com algumas poucas exceções – isto é, de maneira geral utilizarei dados de escavações na Itália central tirrênica. O mesmo não se dará quanto ao recorte cronológico.

---

<sup>131</sup> DYSON, Stephen L., Settlement Patterns in the Ager Cosanus: The Wesleyan University Survey, 1974-1976, *Journal of Field Archaeology*, v. 5, n. 3, p. 251–268, 1978; contra CARANDINI, Andrea, *La Romanizzazione dell’Etruria : il territorio di Vulci*, [Firenze] : Regione Toscana, 1985.

<sup>132</sup> CELUZZA, Mariagrazia; REGOLI, Edina, La valle d’Oro nem territorio di Cosa - Ager cosanus e ager veientanus a confronto., *Dialoghi di Archaeologia*, v. 1, n. 4, p. 31–62, 1982, p. 57; contra POTTER, *The changing landscape of South Etruria*, p. 122.

No caso do primeiro capítulo, que tratará das pequenas estruturas, tradicionalmente identificadas como fazendas camponesas, enfrentarei um sério problema de escassez de escavações de pequenos sítios arqueológicos rurais. Ainda que crescente, este número ainda é muito pequeno, especialmente de sítios datados para o período focado por esta tese. Diante disso, a escavação de algumas estruturas datadas para períodos posteriores ao século III a.C. serão utilizadas para demonstrar alguns argumentos. Espero conseguir convencer o leitor que esse uso não é abusivo utilizando alguns exemplos comparativos de estruturas datadas para os séculos V a III a.C. sempre que possível.

No capítulo seguinte, quando tratarei das *uillae*, mais uma vez alguns sítios posteriores aparecerão no meu argumento. Ainda que o número de *uillae* escavadas com ocupação atestada para os séculos V e III a.C. também não seja amplo, a razão para a atenção aos edifícios posteriores aqui é outro. O período tradicionalmente identificado como de desenvolvimento e apogeu das *uillae* se iniciaria no século II a.C.. Por que dou atenção a este debate em uma tese que trata de um período anterior, então? Por que escavações recentes (que também levaram a reinterpretação de algumas escavações mais antigas) tem mostrado que estes edifícios rurais isolados de grande porte não são uma invenção do século II a.C.. Assim, tratarei dessas escavações que exemplificariam *uillae* dos séculos V a III a.C., fazendo uma discussão de como esses edifícios tem sido interpretados. A partir disso, todo o debate sobre as diferentes formas de caracterização do que é uma *uilla* e de como elas são identificadas e datadas em levantamentos de superfície se torna relevante para esta pesquisa.

De toda forma, o estudo que vou desenvolver nesses capítulos não tem a única pretensão de refinar as categorias utilizadas para interpretar sítios identificados por levantamentos de superfície. Como o leitor logo verá, um ponto fundamental do argumento do primeiro capítulo será que a realidade do assentamento rural é mais complexa do que essa divisão tripartite nos permite vislumbrar. O caminho para demonstrar isso será mostrar uma variedade de tipos de estruturas existente no mundo rural romano, em especial no caso do assentamento camponês e suas pequenas estruturas – que podem ir muito além de uma simples casa camponesa.

Assim, esse escrutínio das categorias de classificação dos levantamentos de superfície desdobra-se em um estudo sobre as próprias estruturas do assentamento camponês, que também será extremamente relevante para esta tese. O estudo realizado nestes dois capítulos permitirá uma primeira aproximação geral às estruturas em que se

materializava a ocupação camponesa da Itália central tirrênica e à vida social desses camponeses.

## 2. Casas isoladas ou estruturas integradas?

### 2.1. Escavação de sítios exemplares: Monte Forco e as casas camponesas

Dentre as várias premissas na qual o sistema classificatório “*Villa-Fazenda-Cabana*” se baseia, um é bastante sensível para esta tese: cada ponto nos mapas de distribuição de sítios identificado como “fazenda” é pensado como uma unidade familiar camponesa, identificada com um espaço unitário e redutível em si mesmo, utilizado tanto para habitação quanto para o trabalho cotidiano (ver, por exemplo, o mapa da figura 10, entre tantos outros mapas de distribuição nos quais isso pode ser percebido). Esse tipo de estrutura, a casa camponesa, seria o *locus* fundamental da vida social dos camponeses italianos. Um camponês autônomo, isolado e vivendo da autossustentação.

A escavação do sítio 154 no Monte Forco (ver planta da figura 11) no território da antiga Capenas (ver mapas da figura 3 e 113), realizada em 1961 durante o *South Etruria Survey* é um exemplo paradigmático disto. Durante o levantamento de superfície, seis sítios (151-156) foram identificados neste monte (ver mapa da figura 10). Os arqueólogos classificaram cinco destes sítios como vestígios de pequenas fazendas camponesas de *status* similar, porque nenhum deles era significativamente maior que os outros. A única exceção foi o sítio 156, que foi identificado como vestígio de uma cabana, devido à ausência de cerâmica e a quantidades pouco significativas de tijolos e telhas<sup>133</sup>.

A escavação do sítio 154 foi justificada como uma forma de prover um exemplo do tipo de estrutura que essas pequenas áreas de dispersão de cerâmica e materiais de construção representavam<sup>134</sup>. Os pesquisadores presumiram, portanto, que cada um desses pontos no mapa de distribuição de sítios seria similar ao sítio 154 escavado, sendo todos, dessa forma, identificados como pequenas fazendas autônomas. A escavação de um desses sítios identificados como vestígio de pequenas fazendas camponesas nos permitiria a construção de uma imagem de como todos os outros, a grosso modo, seriam.

Ainda que a construção da estrutura escavada no Monte Forco tenha sido datada pelos arqueólogos para o final do século I a.C. apenas<sup>135</sup> (fora, portanto, do recorte

<sup>133</sup> JONES, G. D. B., Capena and the Ager Capenas, *Papers of the British School at Rome (New Series Volume 17)*, v. 30, p. 116–207, 1962, p. 172–173; JONES, G. D. B., Capena and the Ager Capenas: Part II, *Papers of the British School at Rome (New Series Volume 18)*, v. 31, p. 100–158, 1963, p. 147.

<sup>134</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 147–149.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 157.

cronológico desta tese), seu estudo pela equipe do *South Etruria Survey* é uma excelente demonstração de como estes sítios identificados pelos levantamentos de superfície são imaginados pelos arqueólogos. Além disso, esta é a estrutura arqueológica relacionada ao campesinato mais conhecida e citada em debates sobre a arqueologia do campesinato romano. Vale a pena, portanto, nos determos por algumas linhas nesse sítio.

A pequena estrutura escavada consiste em um retângulo estreito, de 10,95m por 5,1m, formado por paredes de *opus reticulatum* construídas em alvenaria de boa qualidade<sup>136</sup>, ao qual se associa um pátio aberto, provavelmente utilizado como terreiro para o trabalho agrícola, onde foram localizados um recipiente semienterrado, além de alguns achados menores, como pregos, cerâmica doméstica e parte de um instrumento agrícola<sup>137</sup> (ver planta da figura 11). Alguns tijolos encontrados no extremo norte foram interpretados como vestígios de um fogareiro<sup>138</sup>. Dentro da estrutura, a escavação identificou três níveis estratigráficos (ver representação da figura 12): i) um chão de terra batida cuja única estrutura interna é um pequeno *dolium*; ii) um chão parcialmente pavimentado associado a uma estrutura interpretada como a base de um banco ou de um cocho; iii) e um terceiro piso, também feito de terra batida, com buracos interpretados como fundação para o posicionamento de estacas<sup>139</sup>. Dado que essas fundações não são grandes o suficiente para sustentar um segundo piso, acredita-se que sua função teria sido dividir o espaço interno da estrutura (e não servir como pilastras), que nas outras fases era composto por um espaço sem divisões internas.

A equipe do *South Etruria Survey* responsável pela escavação, liderada por G.D.B. Jones, interpretou as duas primeiras fases dessa estrutura como o espaço doméstico de uma pequena família camponesa, possivelmente dividido com um ou dois animais de tração de propriedade da família<sup>140</sup>. A presença de uma pequena tumba a 35 metros a oeste da estrutura (ver mapa da figura 13) reforçava a imagem de uma ocupação doméstica perene. Ao mesmo tempo, a simplicidade da construção e dos achados nessa tumba reforçavam a imagem de uma ocupação do sítio por uma família camponesa humilde<sup>141</sup>. Na terceira fase, segundo o autor, a estrutura teria se tornado algum tipo de

---

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>137</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz, **Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 206.

<sup>138</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 153–155.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 151–153.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 157.

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 155.

estábulo, sendo que as divisões definidas pelas estacas dividiriam a estrutura em algumas cocheiras<sup>142</sup>.

Essa função desempenhada pela estrutura em sua terceira fase, contudo, é tratada pelos pesquisadores como excepcional: o caráter do sítio é identificado com sua ocupação por uma pequena família camponesa. A escavação de Monte Forco tornou-se paradigmática para o estudo arqueológico do campesinato, sendo uma referência citada em quase todas as escavações de pequenas estruturas rurais romanas na Itália central.

Outra estrutura deste tipo também foi identificada pelo mesmo levantamento, em outra área do território de Capenas. Como não foi objeto de escavação sistemática – a estrutura foi identificada no próprio *field walking* realizado no levantamento – esta estrutura tem sido de maneira geral ignorada pelos estudiosos do campesinato romano<sup>143</sup>. O sítio 204, no monte Cuculo, um pouco ao norte da antiga Capenas (ver mapa da figura 14), apresenta uma estrutura quase quadrada (6,70m x 6,35m) com uma pequena extensão no canto norte (ver planta da figura 15). A partir das técnicas de construção das paredes, Jones datou a construção da estrutura para o período júlio-claudiano. A parede do lado noroeste possui uma técnica de construção diferente das outras paredes (*opus reticulatum*, enquanto todo o resto foi realizado em *opus incertum*) e sem junções com a parede do lado sudoeste, o que pode indicar que foi uma adição posterior. O mesmo pode ser conjecturado sobre a pequena parede que se projeta para o interior, o único elemento identificado no interior da estrutura. Essa estrutura singular fez Jones interpretar a estrutura como o primeiro piso de uma residência camponesa em dois andares<sup>144</sup>. Mais uma vez teríamos, aqui, a unidade entre área de trabalho e área de residência de uma família camponesa isolada e autônoma.

Jones cita algumas pinturas parietais e mosaicos romanos (ver imagens das figuras 16 a 18), na Itália e no norte da África, que representam cenas rústicas com pequenas casas de campo com dois pisos na paisagem. Nessas representações, o primeiro piso parece desempenhar a função de área de trabalho, estocagem ou estábulo, enquanto o segundo piso desempenha a função residencial<sup>145</sup>. Essa conjunção entre espaço de

---

<sup>142</sup> *Ibid.*, p. 157.

<sup>143</sup> Só fui capaz de identificar um estudo sobre o mundo rural romano que elenca tal sítio em sua análise, a tese de Norberto Guarinello sobre as “casas de fazenda” na Itália romana. GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 204–205.

<sup>144</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 179; Guarinello contesta a possibilidade de paredes de apenas 40 cm de largura serem capazes de sustentar um segundo piso. GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 205.

<sup>145</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 180.

trabalho e espaço doméstico em uma única estrutura arquitetônica camponesa foi o modelo para a interpretação dos sítios 154 e 204 do território de Capenas, ainda que o sítio 154 apresentasse paredes finas demais para se conjecturar um segundo piso.

Por sua vez, esse modelo serviu de paradigma para os arqueólogos imaginarem a realidade de sítios do mesmo tipo, pequenos e isolados, identificados nos levantamentos de superfície. Desde a escavação no Monte Forco, esses exemplos substanciariam o que nos esquemas de classificação utilizados nesses levantamentos se categorizou tradicionalmente como “fazenda” (*small farm*), *casa*.

Seguindo exatamente este princípio, o sítio 9, identificado pelo levantamento de superfície realizado no território de Luni (colônia romana na costa da Etrúria – ver mapas das figuras 19 e 20) foi parcialmente escavado entre 1979-1981. A estrutura escavada (ver representação da figura 21) consistia em um edifício articulado em alguns cômodos (C-F) também associado a um pátio semicoberto com um recipiente semienterrado, como em Monte Forco – com a importante diferença de que tanto o pátio quanto o recipiente são fechados por muros em seu entorno, o que aumenta significativamente a área construída. Essa área construída poderia ser ainda maior, dado que a danificação da parte norte da estrutura pela construção de uma rua próxima nos impede de conhecer precisamente aquela parte do edifício<sup>146</sup>.

A equipe que escavou o sítio sugere a possibilidade de um segundo andar, também invocando as pinturas parietais com casas rústicas de dois andares. Essa sugestão não é por acaso: como não identificaram qualquer sinal que permitisse interpretar setores da estrutura como de uso doméstico, como traços de pavimento, de um fogareiro ou de concentrações de cerâmica doméstica em um cômodo específico, a classificação da estrutura como uma casa camponesa ficava comprometida. Apesar disto, diante do número considerável de cerâmicas domésticas encontradas espalhadas por todo o sítio, os arqueólogos identificaram essa estrutura também como uma casa camponesa. Dessa maneira, a hipótese dos dois andares permitia os arqueólogos suporem que esses cômodos residenciais “perdidos” estariam neste segundo andar<sup>147</sup>, enquanto os cômodos do térreo, identificados na escavação, seriam locais prevalentemente de atividades produtivas<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> DELANO-SMITH, Catherine *et al*, Luni and the “Ager Lunensis” the Rise and Fall of a Roman Town and Its Territory, **Papers of the British School at Rome**, v. 54, p. 81–146, 1986, p. 113.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 117.



Identificando-se a estrutura como o espaço unitário de trabalho e residência de uma única família nuclear, mais uma vez, foi possível identificar a estrutura escavada como um exemplo de um tipo único de estrutura que se multiplicaria pela vizinhança. Todos os pontos no mapa de distribuição que identificavam pequenas dispersões de material arqueológico isoladas entre si na região seriam vestígios de pequenas fazendas camponesas como essa (ver mapa da figura 20). A escavação do sítio 9 próximo a Luni tinha, inclusive, o mesmo objetivo manifesto que a escavação do sítio 154 no Monte Forco. Segundo a equipe responsável, o sítio foi escavado “pois este parecia ser típico de uma série de assentamentos romanos próximos a barrancos descobertos no levantamento”<sup>149</sup>. Os resultados da escavação confirmariam essa impressão: o sítio era apenas um de uma série de fazendas de *status* similar que cobriam as encostas próximas a Luni<sup>150</sup>.

A mesma estratégia de “sítios exemplares”, no qual um sítio é escavado para prover um exemplo de como os outros sítios provavelmente seriam, foi adotada em outros projetos de levantamento de superfície. A “aglomeração 326” do levantamento na bacia do Gubbio foi escavada para fazer frente à carência de um modelo interpretativo para o assentamento rural de médio porte do período romano<sup>151</sup>. Em outro exemplo, “uma das fazendas [o sítio em Podere San Mario] identificadas no levantamento foi objeto de uma investigação estratigráfica enquanto representante do tipo predominante de assentamento no Vale do Cecina”<sup>152</sup>. Portanto, outros levantamentos também pressupuseram que cada um dos pontos nos mapas de distribuição identificados como fazendas camponesas seriam estruturas similares entre si, ocupadas cada uma delas por uma família camponesa autônoma. Essa presunção é completamente tributária à ideia tradicional de camponeses isolados, vivendo no limite da subsistência, com conexões extremamente superficiais com o mundo exterior.

---

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 111.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>151</sup> WHITEHEAD, Nicholas, *The Roman Countryside*, in: MALONE, Caroline; STODDART, Simon (Orgs.), **Territory, time and state: the archaeological development of the Gubbio Basin**, Cambridge; New York, NY: Cambridge University Press, 1994, p. 192.

<sup>152</sup> MOTTA, Laura, I paesaggi di Volterra nel tardoantico, **Archeologia Medievale**, v. 24, p. 245–267, 1997, p. 251.

## 2.2. Um campesinato em movimento: O *Roman Peasant Project* e a reinterpretação das estruturas camponesas

O desenvolvimento de uma verdadeira arqueologia do campesinato romano, contudo, tem levado a uma reformulação dessa imagem de estruturas camponesas redundantes em si, autônomas e desconexas entre si. Um projeto liderado por Kim Bowes, Marielena Ghisleni, Cam Grey e Emmanuele Vaccaro entre 2009 e 2015 teve por objetivo justamente escavar diversos sítios classificados como vestígios de pequenas propriedades camponesas, identificados em um levantamento de superfície na província de Grosseto (Etrúria Setentrional, ver mapa da figura 22). As escavações realizadas no *Roman Peasant Project* revelaram um mundo camponês muito distante da imagem do camponês autônomo e isolado. O projeto desvelou uma paisagem de edificações camponesas muito mais diversificada (e possivelmente integrada) na Etrúria Setentrional.

A primeira escavação realizada pelo projeto, no sítio escavado na localidade de Pievina, não constatou estruturas domésticas para a Fase 1 do sítio (séculos II a.C.-I d.C. – ver mapa da figura 23). Mesmo a interpretação da estrutura da Fase 2 (tardo-imperial), mais simples e unitária, como uma casa camponesa é questionada, dada a inexistência de estruturas ligadas ao preparo de alimentos e repouso<sup>153</sup>. Quando comparados com as informações identificadas a partir do levantamento de superfície, os achados da escavação são ainda mais significativos para uma reavaliação das categorias de classificação. O sítio em Pievina havia sido identificado por um levantamento que encontrara sete aglomerações de material (sobretudo cerâmica e material de construção), formando uma espécie de círculo. Isto levava os arqueólogos a imaginar uma série de casas formando algum tipo de aldeia camponesa<sup>154</sup>. Posteriormente, a área foi “mapeada” por um levantamento geofísico para identificar as áreas prioritárias para a escavação (ver imagem da figura 24), que foi realizada usando técnicas de arqueologia de salvamento (dada a necessidade de liberar a terra para ser cultivada pelos proprietários no começo do novo ano agrícola).

As estruturas escavadas e identificadas como pertencentes a fase 1 foram interpretadas como instalações produtivas: uma cisterna, um celeiro, um fogareiro e um forno<sup>155</sup> (ver representação na figura 25). Como os arqueólogos não puderam escavar todo

---

<sup>153</sup> GHISLENI, Marielena *et al*, Excavating the Roman Peasant I: Excavations at Pievina (GR), **Papers of the British School at Rome**, v. 79, p. 95–145, 2011, p. 109–110.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 103–107.

o sítio identificado pelo levantamento de superfície, é possível que haja um espaço doméstico pertencente a esta fase em uma das áreas não escavadas (especialmente na TU 290, norte do sítio, com vasta dispersão de material e onde não foi realizada análise geofísica). Portanto, o sítio poderia ser identificado como um espaço unitário de habitação e trabalho de uma família camponesa abastada ou uma pequena aldeia camponesa onde viveriam algumas famílias camponesas que utilizariam comunalmente aquelas estruturas produtivas<sup>156</sup>.

Por outro lado, chama a atenção que as concentrações de material arqueológico na superfície, assim como as anomalias geofísicas, que haviam sido interpretadas como detritos produzidos por um único tipo de estrutura, as casas camponesas, foram reveladas pela escavação como estruturas de tipo diferentes com funções distintas. E nenhuma delas era essencialmente doméstica. Diante disso, as interpretações alternativas à aldeia camponesa ou propriedade de um camponês abastado são muitas. Pode-se interpretar essas estruturas como um espaço de trabalho compartilhado por diversas famílias camponesas que não vivessem naquele lugar, mas em suas imediações<sup>157</sup>, ou mesmo como um espaço controlado por um grande proprietário onde eram estocados e processados a produção de suas terras, de arrendatários e de proprietários vizinhos mais humildes.

Esta é a interpretação utilizada para explicar outra estrutura escavada por este projeto. Um pequeno sítio na localidade de Case Nuove (ver mapa da figura 23) foi identificado como uma área para processamento de alimentos (provavelmente prensagem de azeitonas) por conta da identificação de estruturas de prensagem sem qualquer indício de construções no sítio (ver representação nas figuras 26 e 27). Se a interpretação proposta pelos pesquisadores, fundamentada nas modificações dos tipos de cerâmicas utilizadas no local, estiver correta, durante um primeiro momento o campesinato das redondezas utilizou esta estrutura comunalmente, enquanto em um segundo momento uma *uilla* próxima o incorporou<sup>158</sup>.

Os pesquisadores do *Roman Peasant Project* acreditam que suas escavações, ao revelar diferentes tipos de estruturas arquitetônicas camponesas, podem ser utilizadas para questionar a tipologia tradicional de classificação de sítios dos levantamentos de

---

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>158</sup> VACCARO, Emanuele *et al.*, Excavating the Roman peasant II: excavations at Case Nuove, Cinigiano (GR), *Papers of the British School at Rome*, v. 81, p. 129–179, 2013, p. 137–149.

superfície<sup>159</sup>. Neste sentido, cada ponto nos mapas de distribuição não representaria necessariamente o espaço de habitação e trabalho de uma família camponesa autônoma, ainda que essa alternativa continue dentro do horizonte de possibilidades. Diferentes pontos no mapa poderiam representar diferentes espaços nos quais diferentes famílias camponesas desempenham algumas das suas atividades cotidianas ou sazonais.

Assim, ao invés de famílias camponesas autônomas vivendo isoladamente em cada um desses pontos no mapa, seria possível identificar comunidades espacialmente esparsas, mas conectadas, compartilhando diferentes tipos de espaços e estruturas representados por esses pontos nos mapas de distribuição. Nesse sentido, ao invés de ser um exemplo de sítios similares, os pequenos sítios escavados, como o sítio 154 em Monte Forco, o sítio 204 no Monte Cuculo ou o sítio 9 próximo a Luni, poderiam fazer parte de uma rede local complexa de estruturas domésticas e produtivas.

Na verdade, a identificação do sítio 154 como uma casa camponesa já foi contestada anteriormente. A inexistência de divisões internas na estrutura, por exemplo, foi apontada como um indício de seu uso não doméstico<sup>160</sup>. Ao lado das cerâmicas de uso doméstico identificadas no sítio e às técnicas de construção em alvenaria de boa qualidade, a presença de um fogareiro é a única estrutura identificada no sítio que reforça a ideia de uso doméstico. Contudo, a referência aos materiais identificados como vestígios desse fogareiro é sumária, permitindo que se coloque em dúvida a convicção de tal interpretação. Somando a isso as próprias estruturas identificadas pela escavação, como o possível coxo da fase 2, é realmente de se estranhar a interpretação prioritária desta estrutura como um espaço doméstico. Ainda que seja uma interpretação possível, ela é no mínimo uma interpretação menos provável do que o uso do sítio como algum tipo de estábulo.

Uma estrutura em formato similar, ainda que menor (7m x 6m) e mais simples (paredes erguidas em terra batida sobre uma fundação de pedra), foi escavada pelo *Roman Peasant Project* em San Martino (ver mapa da figura 23 e representações nas figuras 28 e 29). A estrutura foi interpretada como um edifício de uso sazonal para apoio e

---

<sup>159</sup> GHISLENI *et al*, *Excavating the Roman Peasant I*, p. 134.

<sup>160</sup> CAMBI, Franco, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, in: PATTERSON, Helen (Org.), **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 87; Guarinello propõe, contudo, que a longevidade de ocupação da estrutura pode ser a responsável pela ausência de estruturas internas associadas à sua primeira fase. GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 206.

estocagem na colheita ou para o abrigo temporário de animais<sup>161</sup>. Essa segunda hipótese foi corroborada pelos estudos arqueobotânicos realizados a partir do material coletado no sítio e que mostram presença acentuada de vegetais utilizados como pasto artificial. A primeira hipótese, apesar de parcialmente referendada pela grande presença de pólen de cereais no sítio, saiu enfraquecida da análise arqueobotânica dado a baixa presença relativa desse pólen na parte interna da estrutura (o que contesta sua interpretação como local de estocagem da colheita)<sup>162</sup>. Resultados similares foram encontrados em outro sítio escavado próximo a San Martino, em *Poggio dell'amore* (ver mapa da figura 30), onde foi escavada uma estrutura (ver representação na figura 31) ainda menor (2,8m x 4,6m)<sup>163</sup>. Ela também foi interpretada como uma estrutura de uso sazonal e relacionada com atividades pastoris<sup>164</sup>.

A presença relevante de cerâmicas domésticas no sítio 154 do Monte Forco (contra a ausência dessas nos sítios de San Martino e Poggio dell'Amore) indica uma presença mais cotidiana dos camponeses que utilizavam tal estrutura. O que a presença dessas cerâmicas é capaz de identificar, contudo, é a realização de atividades de alimentação naquele local – e de preparo de alimentos, quando cerâmicas utilizadas no cozimento são identificadas. Não é necessário, a partir disso, estabelecer que tais camponeses usavam essa estrutura cotidianamente como seu espaço doméstico. O que os pesquisadores do *Roman Peasant Project* propõem é uma visão reformulada sobre as formas de ocupação dessas estruturas: diversas funções vistas como “domésticas” (cozinhar, comer, dormir) além das diferentes atividades cotidianas de trabalho aconteceriam em uma ampla gama de diferentes tipos de estrutura que se espalhavam pelo campo<sup>165</sup>.

É possível, a partir dessa perspectiva, comparar o sítio 154 de Monte Forco com outras estruturas escavadas. A fase 1 do sítio escavado na localidade de San Marco Romano, na bacia do Gubbio, nas montanhas da Úmbria também produziu uma quantidade significativa de cerâmicas domésticas. Por outro lado, mais uma vez como no caso de Monte Forco, nenhuma parte possivelmente utilizada para habitação humana foi identificada. A estrutura foi interpretada, a partir disso, como uma estrutura produtiva

---

<sup>161</sup> BOWES, Kim *et al*, **Roman Peasant Project 2010. Excavations at Case Nuove and San Martino, Cinigiano (GR). Report submitted to the Soprintendenza per i Beni Archeologici della Toscana: general overview**, Cinigiano: Soprintendenza per i Beni Archeologici della Toscana, 2010, p. 16.

<sup>162</sup> RATTIGHIERI, E. *et al*, Land use from archaeological sites: the archaeobotanical evidence of small roman farmhouse in Cinigiano, South-East Tuscany – Central Italy, **Annali di Botanica**, v. 3, n. 0, p. 207–215, 2013, p. 210.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 208.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 212.

<sup>165</sup> GHISLENI *et al*, Excavating the Roman Peasant I, p. 134.

(seria um celeiro ou um estábulo)<sup>166</sup>. Chama ainda a atenção o fato de na parte ocidental do sítio ter sido identificada, em um dos níveis estratigráficos, uma série de buracos para fundação de estacas<sup>167</sup> – possivelmente similares às do sítio 154 de Monte Forco, ainda que não haja maiores informações sobre eles.

Um sítio talvez similar a esses dois foi recentemente escavado no Monte Bono, no vale do Cecina. Trata-se de uma estrutura pequena (7m x 9m), com ocupação datada para o período entre os séculos I a.C. e I d.C., e onde foram encontradas muitas cerâmicas de armazenamento (*dolium*), o que levou a sua interpretação como um local de armazenamento, mas também cerâmicas domésticas. Uma publicação mais exaustiva sobre os achados no sítio, porém, faz-se necessária para uma interpretação mais fundamentada<sup>168</sup>.

Uma reinterpretação das funções da estrutura do sítio 154 em Monte Forco poderia levar à sua identificação como um edifício subordinado a alguma *uilla* próxima, na linha da interpretação de alguns dos pequenos sítios pelos arqueólogos italianos que estudaram o território de Cosa. Isso foi sugerido, por exemplo, por Franco Cambi<sup>169</sup>. Dois sítios (132 e, sobretudo, 139) no Monte Vallelunga, vizinho a leste do Monte Forco (ver mapa da figura 10), mostram indícios de ocupação contemporânea aos sítios do Monte Forco ao mesmo tempo que possuem traços que podem levar a sua classificação como *uillae* (grande extensão de fragmentos e presença de vestígios de materiais luxuosos, como mármore)<sup>170</sup>. O sítio 154 poderia, portanto, estar associado a uma dessas propriedades fundiárias.

Se abandonarmos, contudo, a dicotomia dessa categorização binária (ou o sítio representa uma propriedade de uma família camponesa isolada e autônoma ou está relacionada a um grande proprietário), outras alternativas surgem. Se imaginarmos que as áreas de maior potencial agrícola no Monte Forco são as de menor declive, podemos identificar uma área que potencialmente era explorada a partir dessa estrutura em um local

<sup>166</sup> WHITEHEAD, *The Roman Countryside*, p. 192.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 193.

<sup>168</sup> Foram publicados os relatos das duas primeiras temporadas de escavação, que teve ainda mais outras três, segundo o registro no FASTI online. PASQUINUCCI, Marilena; GENOVESI, S.; LEONE, N., *Ricerche archeologiche e topografiche in ambito volterrano e bassa val di Cecina. Monte Bono (Guardistallo, Pi): la campagna 2007*, **Quaderni del Laboratorio Universitario Volterrano**, v. XI, p. 213–220, 2006; PASQUINUCCI, Marilena *et al*, Guardistallo (Pi). Monte Bono: la campagna 2008, **Quaderni del Laboratorio Universitario Volterrano**, v. XII, p. 57–66, 2007. Ver [http://www.fastionline.org/record\\_view.php?fst\\_cd=AIAC\\_2321](http://www.fastionline.org/record_view.php?fst_cd=AIAC_2321) (acessado em 04/05/2015).

<sup>169</sup> CAMBI, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, p. 87.

<sup>170</sup> JONES, *Capena and the Ager Capenas*, p. 170–171.

que é praticamente equidistante do sítio 154 e do núcleo do sítio 155 (ver representação da figura 13).

No sítio 155, que permaneceu inescavado até por se considerar sua escavação redundante dada sua pretensa similaridade ao sítio 154, o levantamento de superfície encontrou quantidades consideráveis de material, indicando uma ocupação consistente do sítio. Contudo, nenhuma cerâmica datável foi encontrada, apenas cerâmicas comuns (e o relato não informa se são cerâmicas similares às encontradas no sítio 154). Por outro lado, foram encontrados fragmentos de uma ânfora e uma pedra usada como contrapeso de um tear, achados inexistentes no sítio 154. Associando esses dois sítios entre si e ainda com os sítios 156, interpretado por Jones como vestígio de uma cabana por conta da inexistência de cerâmicas, e 153, também próximo a esses sítios, e sem esquecer da pequena tumba associada ao sítio 154, é possível imaginar estruturas diferentes e integradas, utilizadas por uma ou mais famílias camponesas.

Interpretação similar pode ser conjecturada para o sítio 204 no Monte Cuculo (ver mapa da figura 14). Ao sul do sítio 204 existem imediatamente três sítios (201-203). Em dois deles, 201 e 203, foram encontrados poucos materiais, dentre os quais nenhuma cerâmica datável – apenas cerâmica comum, tijolos e telhas. No sítio 202, os achados foram mais substanciais: cerâmicas que datam sua ocupação para o mesmo período do sítio 204, ânforas e um moinho manual. Descendo mais o Monte Cuculo na direção do Fosso di S. Martino, o sítio 200 foi identificado como uma cisterna e nenhum material datável foi identificado. Por fim, na direção leste existem quatro tumbas. Todas elas têm material do período etrusco, algumas mostram uso durante o período republicano mas apenas uma (198) tem (poucos) vestígios de uso no período em que os sítios 204 e 202 estariam ocupados<sup>171</sup>.

É possível imaginar uma relação entre esses sítios na mesma linha do conjecturado para os sítios do Monte Forco. Seria possível associá-los como estruturas subsidiárias de alguma grande propriedade, com o detalhe que os candidatos mais próximos, os sítios 209 e 210 no Monte Pacciano (dois sítios com grande extensão de material coletado e fragmentos de mármore indicando algum luxo)<sup>172</sup>, encontram-se a uma distância maior que no caso conjecturado para o Monte Forco (ver mapa da figura 14). Mais uma vez, também é possível imaginar o uso integrado de diferentes tipos de estruturas por uma ou mais famílias camponesas.

---

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 181.

Por fim, também é possível cogitar uma reinterpretação do sítio 9 próximo a Luni. Um bom exemplo de como uma mudança de perspectiva sobre como viviam os camponeses itálicos implica uma forma diferente de interpretar esses sítios pode vir da interpretação da relação entre o sítio 9 e seu vizinho mais próximo, o sítio 39 (ver mapa da figura 20). Ambos fazem parte de um conjunto de sete sítios datados para os séculos II a.C. a I d.C. localizados nas encostas próximas a Luni. Destes, apenas o sítio 65 foi identificado como vestígio de um edifício de grandes proporções – todos os outros foram identificados como vestígios de pequenas fazendas camponesas<sup>173</sup>. Encontrou-se no sítio 39 parte de uma prensa usada para o processamento de uvas e azeitonas. Como imaginavam sítios similares entre si, esse fato fez os arqueólogos responsáveis por esse estudo imaginar que o sítio 9 poderia ter tido também um implemento similar a esse, já que se tratavam de sítios similares<sup>174</sup>.

Poderíamos argumentar justamente o oposto: a presença dessa prensa no sítio 39 explica justamente a inexistência de algo similar no sítio 9 se imaginarmos um assentamento complexo e integrado. Aquelas pessoas que utilizavam a estrutura escavada no sítio 9 para determinadas atividades produtivas (o pátio B possivelmente exercia uma função de estábulo semicoberto, enquanto os cômodos C, E e F devem ter desempenhado funções de estocagem), podiam usar a estrutura da qual o material encontrado no sítio 39 é vestígio para realizar outras atividades, como o processamento das uvas e das azeitonas. A partir disso, seria possível mais uma vez imaginar uma série de cenários para esse conjunto de sítios. O sítio 65 poderia conter os vestígios da sede de uma grande propriedade que controlava todos esses outros sítios. Ou algum dos grandes sítios identificados nas planícies (8 e 50)<sup>175</sup> poderia desempenhar o mesmo papel. Ou, mais uma vez, podemos pensar em um assentamento camponês complexo e integrado horizontalmente, convivendo de outras maneiras com essas grandes propriedades.

O uso como exemplo das representações iconográficas de pequenas casas de fazenda em pinturas parietais e mosaicos, parte do fundamento para interpretar sítios como estruturas unitárias de residência e trabalho de uma família camponesa, também precisa ser revisto. Ainda que sejam potencialmente muito ricas, por proverem um tipo independente (tanto das fontes literárias quanto das arqueológicas) de informação sobre

---

<sup>173</sup> DELANO-SMITH *et al*, Luni and the “Ager Lunensis” the Rise and Fall of a Roman Town and Its Territory, p. 103.

<sup>174</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>175</sup> *Ibid.*



o assentamento rural, apenas um estudo substancial e criterioso dessas representações pode nos dizer com propriedade o que essas imagens podem nos informar sobre o assentamento rural italiano. Aspectos específicos da produção dessas imagens, como seus padrões de representação, seus *topoi*, suas influências e origens, entre outros elementos, precisam ser levados em consideração, o que o uso “ilustrativo” de Jones não faz<sup>176</sup>. Ademais, o contexto das imagens citadas nesses trabalhos parece, tanto geográfica quanto socialmente, bem diverso daquele das estruturas escavadas<sup>177</sup>.

Ainda que os dados do *Roman Peasant Project*, dos sítios 154 e 204 do território de Capenas, do sítio 9 no território de Luni e do sítio no Monte Bono se refiram a períodos posteriores ao que concerne a esta tese (concentrados especialmente entre finais do período republicano e início do período imperial), a imagem alternativa possibilitada por essas interpretações das estruturas escavadas pode ter implicações importantes para o uso dos dados dos levantamentos de superfície em geral, incluindo aí a Itália central tirrênica no período que interessa a esta tese.

Cada um desses pequenos sítios identificados pelos levantamentos poderia deixar de ser imaginado necessariamente como vestígio de casas camponesas, exemplos similares entre si de uma estrutura autônoma e isolada. Passariam a ser identificados como vestígios de estruturas diferentes, potencialmente complementares e integradas entre si. Seria possível identificar indícios que corroborem essa interpretação a partir de vestígios arqueológicos mais antigos que os indicados até aqui?

### **2.3. Estruturas rurais possivelmente não-domésticas nos séculos V a III a.C.**

Se escavações de pequenos sítios rurais pertencentes aos séculos centrais do período romano na Itália central já não são tão comuns, o quadro para o período sobre o qual essa tese se debruça é ainda mais nebuloso. De toda forma, temos um número atualmente crescente de exemplares sobre os quais podemos nos debruçar. Existem, em especial, dois sítios com ocupação atestada para o período de recorte desta tese cuja interpretação como partes de um assentamento rural mais complexo me parece possível, trazendo

---

<sup>176</sup> Para um possível início desse estudo, ver: GRIMAL, Pierre, *Les maisons à tour hellénistiques et romaines*, *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, v. 56, n. 1, p. 28–59, 1939; KNAUER, Elfried, *Wind towers in Roman Wall Paintings?*, *Metropolitan Museum Journal*, v. 25, 1990. Sugere-se, por exemplo, que esse tipo de representação tenha origem no Mediterrâneo Oriental (Egito e Grécia, sobretudo), e que chega à Itália no período augustano.

<sup>177</sup> GUARINELLO, *Ruínas de uma paisagem*, p. 205, n.120.

consequências para a forma como pensamos esses pequenos sítios identificados por levantamentos de superfície.

O primeiro deles foi escavado em 2005 na localidade de Campo La Noce, na comuna de Anguillara Sabazia, província de Roma, próximo ao lago Bracciano (ver mapa da figura 32). A identificação de vestígios arqueológicos na área e a decorrente escavação somente ocorreu por conta da construção de algumas casas no local<sup>178</sup>. O levantamento de superfície realizado nessa região décadas antes, parte do *South Etruria Survey* (*Cassia-Clodia Survey*<sup>179</sup>), foi incapaz de identificar vestígios arqueológicos do período romano nesta área. O sítio mais próximo identificado pelo levantamento foi uma torre medieval (o sítio 149, com ruínas aparentes até hoje). Com material romano, o sítio identificado mais próximo de onde depois se escavou essa estrutura foi o sítio 150, que produziu apenas algumas cerâmicas comuns<sup>180</sup> (ver mapas das figuras 33 e 34). Isso suscita uma série de outras questões metodológicas sobre os levantamentos que serão discutidas no capítulo três<sup>181</sup>.

Trata-se de um edifício significativamente maior do que todos os que tratamos até aqui, mas ainda dentro dos parâmetros de estruturas identificadas como fazendas camponesas. Em sua primeira fase, a estrutura possuía uma forma retangular medindo 28m por 6,5m, construída em tufo calcário (ver representações das figuras 35 e 36). A ocupação do sítio, datada a partir das cerâmicas, remonta aos séculos VI ou V a.C., mas a técnica construtiva sugere que a estrutura data da primeira metade do século III a.C. No século I d.C. uma pequena extensão à estrutura foi construída no lado nordeste, período também de quando datam os últimos registros de ocupação do sítio identificados a partir dos poucos tipos de cerâmica presentes<sup>182</sup>.

Os responsáveis pela escavação destacaram a ausência de ambientes residenciais na estrutura, mas ainda assim optaram por inseri-la em uma tipologia pretensamente típica do século III a.C. de habitações de pequenas dimensões destinadas a acolher um núcleo familiar<sup>183</sup>. Essa interpretação se sustenta apenas nessa visão arraigada de associar pequenos edifícios rurais como espaços domésticos de pequenas famílias camponesas

<sup>178</sup> DI MATTEO, Federico, Anguillara Sabazia (Roma) - località "Campo La Noce". Una fattoria in l'Ager Veientanus, **Fasti Online Documents & Research - The Journal of Fasti Online**, v. 49, 2005, p. 1.

<sup>179</sup> HEMPHILL, P., The Cassia-Clodia Survey, **Papers of the British School at Rome**, v. 43, p. 118–172, 1975.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>181</sup> Ver Capítulo 3, subseção 1.1.

<sup>182</sup> DI MATTEO, Anguillara Sabazia (Roma) - località "Campo La Noce". Una fattoria in l'Ager Veientanus, p. 2.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 2–3.

isoladas: nem mesmo a cerâmica produzida pelo sítio de Campo La Noce sustenta essa imagem, dado que pouquíssimos vestígios de cerâmicas em geral, incluindo as de uso doméstico, foram encontradas<sup>184</sup>. É muito provável que essa estrutura tenha tido algum tipo de função produtiva prevalente e, considerando seu tamanho, tenha sido utilizada por um número considerável de camponeses – seja de maneira cooperada horizontalmente, seja de maneira subordinada verticalmente a algum potentado local.

Outra estrutura retangular (ver representações da figura 37), mas muito menor (8,20m x 3,60m), foi escavada na década de 60 durante a construção de uma pista de corridas na propriedade privada Casale Pian Roseto, cerca de 1,5 km ao norte da antiga Veios. As paredes, construídas em pedra, foram posicionadas em um corte no solo rochoso, que varia entre 1,5 e 1,7 metros de profundidade. Uma escada de cinco degraus, posicionada junto à parede norte, permitia que alguém descesse até o chão da estrutura. O material encontrado dentro da estrutura mostrava com alguma clareza uma curiosa história. Abaixo do nível mais superficial, onde foram encontrados os vestígios do desabamento da estrutura, como pedras de construção e telhas, havia 3 camadas subsequentes formadas por fragmentos de cerâmica e telhas. Sua posição, com maior acúmulo próximo à parede norte e gradativamente menor em direção à parede sul, mostrava claramente que essas camadas foram formadas pelo depósito deliberado desses materiais, jogados a partir da porta do edifício<sup>185</sup>.

Essa estrutura provavelmente estava inserida em um complexo maior de estruturas que não foram escavadas, mas identificadas pelo acúmulo de materiais arqueológicos nas imediações do sítio. Quando da escavação original, Mário Torelli, líder da escavação, apontou um provável uso como despensa para a produção agrícola, mas sem descartar a possibilidade de se tratar de uma cisterna<sup>186</sup>, e imaginava que em algum momento do século IV a.C. a estrutura tinha sido abandonada e havia se tornado um depósito de cerâmicas e telhas. Mais recentemente, uma reavaliação da estrutura levou Torelli a rever essa interpretação e identificá-la como um pequeno santuário da deusa Stata Mater e o acúmulo de cerâmicas estaria relacionado a um ritual de abandono da estrutura<sup>187</sup>.

---

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>185</sup> TORELLI, Mario; WARD-PERKINS, J. B.; THREIPLAND, Leslie Murray, A Semi-Subterranean Etruscan Building in the Casale Pian Roseto (Veii) Area, **Papers of the British School at Rome**, v. 38, p. 62–121, 1970, p. 64.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 65.

<sup>187</sup> TORELLI, Mario, Stata mater in agro Veientano. La riscoperta di un santuario rurale veiente in località Casale Pian Roseto., **Studi Etruschi**, v. 64, 1998 Ver capítulo 3, subseção 2.3., para casos similares identificados em Falérios.

De toda forma, interessa aqui o fato de que mais uma vez uma estrutura escavada mostra usos específicos inseridos em uma relação complexa com outras estruturas. Se esse assentamento complexo, do qual essa despensa, cisterna ou santuário fazia parte, era a unidade de exploração de uma grande propriedade de um membro da classe dominante de Veios ou de uma família camponesa abastada da região, ou se era parte de um complexo camponês utilizado por várias famílias de maneira comunitária, ou ainda outros cenários que poderiam ser imaginados, é difícil precisar. Não é preciso duvidar, porém, que ela ilustra mais uma vez o fato de pequenas estruturas do assentamento rural não poderem ser identificadas tão automaticamente como casas camponesas. Apesar dos limites dos nossos conhecimentos, é possível saber que as estruturas do assentamento rural na Itália central são mais diversas e complexas do que a imagem concebida nos esquemas de classificação dos sítios utilizados pelos levantamentos de superfície.

Podemos usar esse *insight* para reinterpretar outros dois sítios com pequenas estruturas identificadas como casas camponesas e datadas para o período a que esta tese se dedica. Durante o levantamento de superfície realizado no vale do Cecina, uma série de pequenos sítios formados por dispersões de material arqueológico (especialmente telhas, tijolos e cerâmicas) pertencente ao período romano foi identificada. O sítio identificado em Podere San Mario foi escavado em 1991<sup>188</sup>. Quase dez anos depois, entre 1999 e 2001, outro sítio similar, em Podere Cosciano, também foi escavado<sup>189</sup> (ver mapa da figura 38).

Ambos os sítios apresentam uma estrutura similar, bastante simples. Em ambos, as fundações das paredes eram de pedra e alvenaria, mas vestígios de argila e madeira no interior da estrutura sugerem que as paredes eram erguidas em pau-a-pique sobre essas fundações. Por outro lado, ambas estruturas possuíam tetos com telhas<sup>190</sup>. A organização dos cômodos também parece similar: dois cômodos menores associados a um cômodo maior, possivelmente um quintal descoberto (ver plantas das figuras 39 e 40). Nas duas escavações, foram encontrados nesse cômodo maior pequenas estruturas que, na

---

<sup>188</sup> MOTTA, Laura; TERRENATO, Nicola; CAMIN, L., Pomarance (Pisa). Località Podere S. Mario, **Bollettino di Archeologia**, v. 23-24, 1993, p. 109.

<sup>189</sup> CAMIN, L.; MCCALL, W., Settlement Patterns and Rural Habitation in the Middle Cecina Valley Between the Hellenistic to Roman Age: The Case of Podere Cosciano, **Etruscan Studies**, v. 9, p. 19–27, 2002.

<sup>190</sup> WHITEHEAD, The Roman Countryside, p. 192–193; CAMIN; MCCALL, Settlement Patterns and Rural Habitation in the Middle Cecina Valley Between the Hellenistic to Roman Age: The Case of Podere Cosciano, p. 20.

escavação de Podere San Mario havia sido interpretada como uma cisterna<sup>191</sup>, mas que na escavação de Podere Cosciano foi reinterpretada como uma tina para a pisa da uva e sua fermentação<sup>192</sup>.

Dois sítios escavados próximos em que se encontram estruturas bastante similares: inegavelmente este é um fato que converge com a classificação tradicional, que imagina essas estruturas como casas camponesas similares e redutíveis em si. Contudo, é necessário destacar que mais uma vez o único elemento que fundamenta empiricamente a identificação dessas estruturas com o uso residencial é a presença de cerâmicas de uso doméstico. Nenhum outro elemento que se costuma associar com o uso residencial – fogareiros, espaços para repouso, etc. – foi identificado nessas estruturas.

Dados arqueobotânicos e arqueozoológicos coletados nos dois sítios e que mostravam uma grande variedade de atividades produtivas foram utilizadas para argumentar que estas estruturas eram fazendas camponesas. Isto é, por identificarem uma produção bastante diversificada, os autores acreditaram que estavam diante de uma fazenda de uma família camponesa voltada para a autossustentação<sup>193</sup>. Contudo, não acredito que seja possível fazer essa associação direta entre diversidade de produção e autonomia/isolamento dos que realizam essa produção. Em primeiro lugar, mesmo o pequeno campesinato dependia de estratégias de diversificação *associada* a redistribuição para enfrentar as particularidades da agricultura mediterrânea<sup>194</sup>. Apenas a velha imagem de camponeses isolados, autônomos e autossuficientes permite essa associação direta entre diversificação da produção e isolamento/autonomia das casas camponesas. Nicola Terrenato, um dos pesquisadores envolvidos na escavação em Podere San Mario, destaca, contra essa ideia de sustentação e isolamento, a identificação de cerâmicas finas importadas, um fecho de bronze etrusco, moedas dentre outros itens razoavelmente caros nesse sítio, mostrando um bom nível de interação de seus ocupantes com o mundo exterior. Ademais, como indicarei no próximo capítulo, mesmo as *uillae* em seu apogeu

---

<sup>191</sup> MOTTA; TERRENATO; CAMIN, Pomarance (Pisa). Località Podere S. Mario, p. 111; MOTTA, I paesaggi di Volterra nel tardoantico, p. 251.

<sup>192</sup> CAMIN; MCCALL, Settlement Patterns and Rural Habitation in the Middle Cecina Valley Between the Hellenistic to Roman Age: The Case of Podere Cosciano, p. 20.

<sup>193</sup> MOTTA; TERRENATO; CAMIN, Pomarance (Pisa). Località Podere S. Mario, p. 113–114; CAMIN; MCCALL, Settlement Patterns and Rural Habitation in the Middle Cecina Valley Between the Hellenistic to Roman Age: The Case of Podere Cosciano, p. 22.

<sup>194</sup> HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas, **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**, Oxford: Blackwell, 2000.

tenham grande diversidade de produção: não é razoável o alinhamento produção diversificada – pequeno campesinato, monocultura – grandes propriedades<sup>195</sup>.

Nem mesmo a presença de duas estruturas similares próximas sustenta, necessariamente, sua interpretação como casas camponesas isoladas. As estruturas de Poggio dell'Amore e San Martino, escavadas pelo *Roman Peasant Project*, também representam estruturas similares próximas, e certamente não são casas camponesas. Podemos imaginar uma hipótese alternativa: essas estruturas desempenhariam um papel fundamental na intensificação da produção, servindo como pontos avançados de algum tipo de produção<sup>196</sup>. A existência de estruturas similares em uma dada região poderia, assim, significar o intenso uso dela para um tipo de atividade produtiva – arboricultura no caso do vale do Cecina, pastoreio no caso de Poggio dell'Amore e San Martino – sem que isso significasse uma produção monocultura.

Isso não significa que os camponeses que trabalhavam a terra a partir dessas estruturas tivessem ali necessariamente a sua residência. É possível que alguns as utilizassem sazonal ou eventualmente para algumas das atividades que identificamos como domésticas, como alimentação e repouso, mas não necessariamente todos eles. Isto é, essas estruturas poderiam ser um ponto de apoio para atividades agrícolas para mais de uma família camponesa, ainda que eventualmente fossem usadas como residência por um ou mais núcleos familiares camponeses.

### 3. Hierarquia social e hierarquia dos tipos de assentamentos

Uma segunda premissa básica do esquema de classificação “*Villa-Fazenda-Cabana*” é a relação direta presumida entre a hierarquia social dos habitantes de um assentamento e a hierarquia de tamanho e complexidade desses assentamentos e estruturas, conjecturado a partir dos vestígios materiais dos sítios arqueológicos. Isto é, quanto menor e mais simples o sítio arqueológico é, mais baixo acredita-se ser o status das pessoas que ocuparam a estrutura revelada por esses vestígios arqueológicos.

Essa premissa se desdobra em algumas perspectivas. A primeira é a divisão binária entre as grandes e as pequenas propriedades, entre as *uillae* e as pequenas fazendas – enquanto a categoria cabana acaba por desempenhar um papel marginal, o que fica

---

<sup>195</sup> Ver Capítulo 2, subseção 1.2.2.

<sup>196</sup> Voltarei a isso com mais fôlego no capítulo 5, subseção 2.3.2.

explícito, por exemplo, em sua constante ausência em mapas de distribuição de sítios<sup>197</sup>. Desta maneira, a classificação dos sítios nos levantamentos de superfície presume a existência de uma distinção bem estabelecida, e sem qualquer posição intermediária, entre dois grupos sociais que são definidos basicamente pela sua capacidade de ocupar assentamentos maiores ou menores.

Ademais, essa premissa também acaba por incorrer em uma classificação estática desses sítios, que perde de vista as diferentes possibilidades de evolução histórica da ocupação das estruturas ali presentes. Obviamente, é muito difícil para levantamentos de superfície darem conta dessas transformações, por conta de sua incapacidade de produzir dados estratigráficos. Todavia, é necessário que esta questão seja levada em consideração ao utilizarmos esses dados sob a pena de produzirmos interpretações possivelmente muito descoladas daquilo que de fato estes dados podem nos dizer.

Por fim, a última perspectiva em que essa premissa incorre é a de que os edifícios das pequenas fazendas camponesas eram construídos de maneira robusta o suficiente para produzir evidências arqueológicas substancialmente identificáveis. Isto é, ao excluir da categoria “fazendas” os sítios com vestígios muito exíguos (que normalmente são incluídos na categoria “cabana”) ou mesmo os materiais arqueológicos desarticulados demais para serem enquadrados como um sítio (os *off-site material*), está se presumindo que as fazendas camponesas não eram, por exemplo, construídas com materiais de difícil identificação no registro arqueológico, como madeira, terra e argila crua.

### **3.1. A divisão binária: grandes *uillae* x pequenas fazendas**

Dominic Rathbone tem apontado que a distinção básica entre grandes e pequenos sítios, identificados de maneira geral como *uillae* e pequenas fazendas, é falha<sup>198</sup>. Segundo ele, existe um amplo espectro de tamanho de propriedades fundiárias e a relação entre o tamanho do edifício com seu terreno (e destes com a posição social de seu proprietário) não é sempre direta e facilmente identificável.

O melhor indício disso é a existência de algumas estruturas escavadas identificadas como edifícios de tamanho mediano que podem ser interpretadas tanto como fazendas de camponeses prósperos quanto como pequenas propriedades da classe dominante romana.

---

<sup>197</sup> Os mais famosos mapas de distribuição de sítios, os de Potter sobre a Etrúria Meridional, excluem os sítios classificados como cabanas. POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 97 e 121 Ver imagens 114 e 115.

<sup>198</sup> RATHBONE, Poor peasants and silent sherds, p. 322.

Ao tratarmos de edifícios datadas para períodos mais avançados da história romana, temos que levar em consideração o cenário no qual membros da classe dominante romana costumavam possuir terrenos dispersos ao longo de toda a Itália, o que certamente os tornava proprietários ausenteados<sup>199</sup>. A existência de propriedades sem elementos luxuosos, ou mesmo sem um grande edifício, pertencentes a grandes proprietários é bastante provável neste cenário. Duas referências literárias podem nos esclarecer esse ponto.

Existe uma passagem muito interessante no livro III da *De Re Rustica* de Varrão<sup>200</sup> sobre quais propriedades poderiam ser apropriadamente chamadas de *uilla*. Menciona-se, nesse debate, uma *uilla* que não possui nenhum ornamento ou luxo<sup>201</sup>. Plínio, o jovem, também faz menção a possibilidade de ter uma *uilla* sem embelezamentos no caso de uma outra *uilla* de sua propriedade já exercer o papel de local de estadia naquela região<sup>202</sup>. Depreende-se dessas passagens que algumas propriedades poderiam, por qualquer razão, ser pouco interessantes para visitas regulares do proprietário e, portanto, não estimular a construção de grandes e luxuosas estruturas, mesmo tendo potencial econômico suficiente para sua exploração ser economicamente vantajosa para um rico proprietário. O resultado disso seria a existência de edifícios pouco luxuosos e de tamanho pouco considerável nessas propriedades.

Ao mesmo tempo, comunidades camponesas não são sociedades igualitárias. São, na verdade, compostas por grupos de *status* social e posição econômica distintos<sup>203</sup>. Portanto, famílias camponesas prósperas podem ter sido proprietárias desses edifícios de tamanho médio.

Um bom exemplo disso é o edifício identificado com a fase 2 (datado para o período julio-claudiano)<sup>204</sup> do sítio em Posta Crusta, no norte da Apúlia (ver mapas das figuras 41 e 42), escavado entre 1972 e 1973. Ele era um edifício de tamanho razoável (cerca de 400 m<sup>2</sup>), e teria uma divisão interna entre espaços domésticos com amenidades (pavimentação

<sup>199</sup> KUZŤSCIN, Vasilij Ivanovič, **La grande proprietà agraria nell'Italia romana: II sec. a. C.-I sec.**, [s.l.]: Editori Riuniti, 1984; GARNSEY, Peter; SALLER, Richard P., **The Roman empire: economy, society and culture**, London: Duckworth, 1987, p. 314–316.

<sup>200</sup> Para uma análise detalhada desta passagem, ver apêndice 2.

<sup>201</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 3.2.9. Explorarei exaustivamente essa passagem no segundo capítulo desta tese, ver seção 1.2.2.

<sup>202</sup> Plínio, o Jovem, *Epístolas*, 3.19.2.

<sup>203</sup> RATHBONE, Dominic, The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation, **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10–23, 1981, p. 21.

<sup>204</sup> DE BOE, G., Villa romana in località “Posta Crusta”. Rapporto provvisorio sulle campagne di scavo 1972 e 1973, **Notizie degli scavi di antichità**, v. 39, 1975, p. 528.



em *opus signinum* com mosaicos e inserções de *opus sectile* nos cômodos 7 e 8) e espaços produtivos (setor noroeste, espaços 9-13), articulados por um corredor descoberto (2)<sup>205</sup> (veja representação da figura 43). Se por um lado, este edifício está muito distante da suntuosidade das grandes *uillae* do período alto-imperial, também se destaca acima da simplicidade das estruturas identificadas como camponesas de que tratamos até aqui.

Essa estrutura é bastante similar à de outro edifício, escavado próxima a Blera na Etrúria Meridional (ver mapa da figura 45) entre 1959 e 1960<sup>206</sup>. A famosa Villa Sambuco, muitas vezes citadas como um exemplo de pequena *uilla* catoniana<sup>207</sup> por conta de sua ocupação ter se iniciado já no século II a.C., era na verdade um edifício de médio porte (530 m<sup>2</sup>) onde não foram encontrados indícios de luxo (ver representação na figura 45). Os cômodos ao norte (1-4) foram identificados pelos arqueólogos como despensas, enquanto os cômodos ao sul (6-7, 9-11) foram identificados com o uso doméstico. Sua articulação também era feita por um corredor descoberto (5).

O mesmo pode-se dizer sobre o sítio C19, escavado na localidade de Giardino Vecchio, no território de Cosa (ver mapa da figura 46). Ele tem uma área construída ainda maior que a de Posta Crusta e da Villa Sambuco, de cerca de 600 m<sup>2</sup> (veja a representação da figura 47). Esta área construída também seria dividida, a grosso modo, em uma área doméstica onde há alguma evidência de amenidades, como uma pavimentação em *cocciopesto* e gesso branco de parede (cômodos A2 e A21, associado com a cozinha A10), e uma área produtiva na qual ocorria pisa de uvas (área para pisa A19 e *dolia* A20, associadas aos cômodos A12 e A18)<sup>208</sup>. A despeito da hipotética identificação desse sítio com o reassentamento de Cosa, ocorrido em 197 a.C.<sup>209</sup>, é impossível estabelecer de maneira inequívoca se o sítio de Giardino Vecchio era de propriedade de uma próspera família camponesa ou de um membro da classe dominante romana que designava sua administração a um *uilicus*.

Essa identificação de espaços produtivos e domésticos separados pelos arqueólogos que escavaram estas estruturas em Posta Cruta, Blera e Giardino Vecchio me parece

<sup>205</sup> *Ibid.*, p. 520–523.

<sup>206</sup> ÖSTENBERG, C.E., Luni and Villa Sambuco', in: BOËTHIUS, A. (Org.), **Etruscan culture, land and people**, Malmö: [s.n.], 1962.

<sup>207</sup> MCKAY, Alexander G., **Houses, Villas, and Palaces in the Roman World**, [s.l.]: JHU Press, 1998, p. 104; CORASSIN, Maria Luiza, **A Reforma agrária na roma antiga**, [s.l.]: Brasiliense, 1988, p. 19. Sobre a noção de "Villa Catoniana", ver próximo capítulo.

<sup>208</sup> ATTOLINI, Ida *et al*, Ricognizione archeologica nell'Ager Cosanus e nella valle dell'Albegna. Rapporto preliminare 1982/1983, **Archeologia Medievale**, v. 10, p. 462–463, 1983, p. 464.

<sup>209</sup> CELUZZA, Mariagrazia, Un insediamento di contadini: la fattoria di Giardino, in: CARANDINI, Andrea (Org.), **La Romanizzazione dell'Etruria: il territorio di Vulci**, Firenze: Regione Toscana, 1985, p. 142–143.

excessivamente subsidiada na ideia de divisão entre *pars urbana* e *pars rustica*, presentes nos textos dos “agrônomos latinos” e mais facilmente percebida nas grandes *uillae* do período tardo-republicano e alto-imperial<sup>210</sup>. O uso dessa noção de divisão espacial dos edifícios rurais talvez esteja associado justamente ao fato de identificar-se esses edifícios como *uillae* ou proto-*uillae*, propriedades da classe dominante romana. Essa associação certamente é possível – mesmo a Villa Sambuco, sem sinais de suntuosidade, poderia ter sido o tipo de *uilla* que Varrão tem em mente quando faz o personagem principal do diálogo do livro III da *De Re Rustica* mencionar uma *uilla* onde “um pintor ou um estucador nunca foram vistos”<sup>211</sup>. Por outro lado, uma família camponesa mais abastada poderia ter sido a proprietária mesmo do edifício da fase 2 de Posta Crusta ou do edifício em Giardino Vecchio, onde existem indicadores de algum luxo.

A verdade é que pode ser simplesmente impossível associar determinados tipos de estruturas com um estrato social específico. Tanto famílias camponesas abastadas quanto membros da classe dominante romana poderiam ter sido proprietários inclusive dos *mesmos* edifícios em momentos diferentes de suas histórias – e nenhuma evidência arqueológica poderia ser utilizada para identificar de maneira taxativa essa mudança na propriedade. Ademais, eu gostaria de propor ainda uma terceira possibilidade, raramente alentada na interpretação das formas de ocupação dessas estruturas rurais.

J.T. Smith publicou há quase duas décadas um estudo sobre as *uillae* romanas nas províncias do Império (sobretudo na Europa Ocidental) que defendia a polêmica tese de que parte significativa das *uillae* europeias era habitada por famílias estendidas, nas quais os cômodos tradicionalmente identificados como habitações para os escravos seriam, na verdade, habitação de membros de menor prestígio dentro dessa família estendida<sup>212</sup>. Toda a análise social da arquitetura dessas *uillae* que Smith propõe não se aplica aos casos aqui analisados: estamos tratando de edifícios muito menores e muito mais simples. Além disso, essa análise foi bastante criticada, e talvez não se aplique nem mesmo ao contexto analisado por Smith<sup>213</sup>. Contudo, a ideia de diferentes gerações compartilhando, mesmo que por momentos específicos do ciclo de vida familiar, as mesmas estruturas habitacionais, me parece uma hipótese que deve estar dentro do horizonte de possibilidades da análise das estruturas do assentamento rural centro-italiano.

<sup>210</sup> Ver Capítulo 2, subseção 1.1., e apêndice 2.

<sup>211</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 3.2.9.

<sup>212</sup> SMITH, J. T., **Roman Villas: A Study in Social Structure**, [s.l.]: Routledge, 2012, p. 295–300.

<sup>213</sup> HUMPHRIES, Mark, Review: Frank Sear, Roman Architecture. T.J. Smith, Roman Villas., **Classics Ireland**, v. 8, p. 147–151, 2001, p. 150–151.

Conheço apenas uma única estrutura rural de pequena ou média extensão interpretada dessa maneira. Trata-se da fase 2 (século V a.C.) do sítio escavado entre 1985 e 1986 na propriedade de Podere Tartuchino, também na província de Grosseto, mas na localidade de Semproniano, bem mais ao sul do que a região estudada pelo *Roman Peasant Project* em Cinigiano (ver mapa da figura 48).

O sítio foi escavado com a pretensão de se obter maiores detalhes sobre o assentamento etrusco revelado pelo levantamento de superfície realizado no Vale do Albegna/Território de Cosa, no qual foi identificado como uma dispersão de telhas e pedras de construção de cerca de 300 m<sup>2</sup><sup>214</sup>. A primeira fase de ocupação do sítio, datada para o século VI a.C., foi relacionada com o nível estratigráfico no qual foi identificada uma estrutura bastante simples (12,20m x 5,80m) e com poucos elementos associados (ver representações das figuras 49 e 50)<sup>215</sup>, dentre os quais talvez estejam a fundação de uma pilastra interna – que poderia indicar alguma divisão espacial interna – e um fogareiro.

A estrutura identificada com o nível estratigráfico da fase 2, datada para o século V a.C., é sensivelmente maior (ver representação da figura 51 e ilustração da figura 52). A inexistência de indícios de abandono entre as duas fases indica que esta estrutura surgiu de uma grande reforma e expansão realizada sobre a estrutura da fase 1 – sendo impossível determinar se isso foi feito de uma só vez ou em um processo mais dilatado temporalmente<sup>216</sup>. De toda forma, o uso de um pórtico parece ter sido abandonado, enquanto dois cômodos foram adicionados a oeste e mais um a leste. Com isso, a estrutura passou a ter os cômodos A (6m x 6m), C (11,90m x 6), E (4,2m x 6m) e F (5,40m x 5,40m). Nos cômodos A e C, nos quais uma quantidade mais significativa de achados foi produzida, existem alguns sinais de divisão interna. O cômodo A possivelmente era prevalentemente utilizado para estocagem<sup>217</sup>, enquanto o cômodo C, sucessor da estrutura da fase 1, parece ser o cômodo central da estrutura também na fase 2<sup>218</sup>.

A estrutura da fase 1 de Podere Tartuchino demonstra certa semelhança com a estrutura do sítio 154 de Monte Forco, ainda que apresente indicações mais efetivas de ocupação doméstica, como a possível divisão interna da estrutura e, em especial, a

---

<sup>214</sup> PERKINS, Philip; ATTOLINI, Ida, An Etruscan Farm at Podere Tartuchino, **Papers of the British School at Rome**, v. 60, p. 71–134, 1992, p. 71.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p. 122.

existência mais provável de um fogareiro. Sua identificação pelos arqueólogos que a escavaram como uma fazenda ocupada por uma pequena família nuclear camponesa, possivelmente dividindo o espaço com os animais domésticos, não surpreende<sup>219</sup>. A interpretação da estrutura da fase 2 é mais ousada, contudo. Infelizmente, não possuímos muitas informações sobre os cômodos E e F. Ainda assim, os arqueólogos identificaram essa multiplicação no número de cômodos como uma resposta ao crescimento da família camponesa que ocupava esta estrutura. Assim, a forma específica da estrutura da fase 2 estaria relacionada com a presença de uma família estendida, com presença de mais de uma geração de adultos<sup>220</sup>. Essa é uma interpretação bastante interessante que, talvez, pudesse ser aplicada a outros sítios escavados de pequeno e médio porte que apresentam divisões e articulações entre diferentes cômodos.

Caminha-se, neste momento, para um argumento em um sentido oposto, mas complementar, ao que foi defendido na seção anterior. Se lá afirmei que cada edifício não significa uma família nuclear camponesa porque muitos edifícios podem não ter sido residências, agora reafirmo essa perspectiva me baseando no princípio que alguns edifícios podem ter sido a residência de mais de uma família nuclear camponesa.

Edifícios de médio porte poderiam, assim, ter sido ocupados por famílias nucleares camponesas abastadas, por uma *família* escravada comandada por um *uilicus* e ligada a um proprietário ausenteísta, ou por uma família estendida camponesa de menos recursos. É verdade que a existência de elementos de luxo, como em dois dos casos citados acima, Giardino Vecchio e fase 2 de Posta Crusta, converge com as duas primeiras possibilidades. A existência de sítios de maior porte sem grandes sinais de luxuosidade, como a Villa Sambuco, poderia ser o sinal da *possibilidade* de sua ocupação por uma família com núcleos de diferentes gerações vivendo juntos.

É possível identificar isso também em uma estrutura com ocupação atestada para o período do recorte cronológico desta tese: um edifício escavado em Colli de Enea, *comune* de Pomezia, na região da antiga Lavínio, no Lácio, dentro da base área italiana de Prática di Mare (ver mapa da figura 53). Trata-se de uma estrutura de cerca de 400 m<sup>2</sup>, bastante complexa (ver representação da figura 54), articulada em torno de um pátio M e cuja primeira fase de ocupação foi datada para finais do século IV a.C.. Alguns cômodos (G e R) foram identificados com uma função prevalentemente habitativa por conta de sua

---

<sup>219</sup> *Ibid.*, p. 113, 125.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p. 125.

forma alongada e seu chão pavimentado. Já a sequência de cômodos B-C-D-E, no norte da estrutura, foi identificada como uma série de armazéns<sup>221</sup>.

Para além do tamanho, existe uma diferença primordial na forma de articulação dos cômodos entre as estruturas em Podere Tartuchino e Pratica di Mare. Enquanto no primeiro essa articulação se dá por um espaço aberto, o pátio “protegido” apenas por um muro (ver figura 52), a articulação em Pratica di Mare se dá pelo cômodo M, um espaço descoberto, mas encapsulado pelos outros cômodos da estrutura. Dessa maneira, enquanto os cômodos de Podere Tartuchino poderiam ser vistos como mais independentes entre si, os cômodos de Pratica di Mare seriam mais interdependentes. Contudo, a ausência de cômodos mais luxuosos e de uma divisão mais precisa entre espaços domésticos e espaços de trabalho, podem ser vistos como elementos que sustentam uma ocupação por mais de uma família nuclear desse edifício.

Além disso, a presença de *dolia* conectados a canais no cômodo B (estrutura T na figura 54), de tanques de pequeno porte nos cômodos G, I e P, e, sobretudo, a presença de grande quantidade de pedras usadas como contrapesos de teares encontrados nos cômodos G e F, levaram alguns pesquisadores a identificar este edifício como uma oficina têxtil<sup>222</sup>. Os responsáveis pela escavação afirmam que, provavelmente, há uma grande reforma da estrutura no período tardo-republicano, incluindo a derrubada de algumas paredes. Nesse momento, o edifício deixaria de ter caráter residencial e passaria a ser uma estrutura produtiva especializada<sup>223</sup>.

Isto nos mostra de maneira ainda mais gritante a complexidade da categorização dessas estruturas. Ao fim e ao cabo, a estrutura em Pratica di Mare – bem maior que as pequenas estruturas que citamos na seção anterior e mesmo que a fase 2 de Podere Tartuchino, mas menor do que os grandes edifícios rurais da época que mencionarei no próximo capítulo – pode servir de exemplo paradigmático desta perspectiva de estruturas de médio porte que podem ter sido ocupadas por famílias camponesas estendidas, por uma família camponesa abastada, ter sido propriedade de algum membro da classe

---

<sup>221</sup> PANELLA, Stefania; POMPILIO, Francesca, Pratica di Mare: rinvenimento di un impianto di tipo rustico, *in*: GHINI, Giuseppina; DUPRÉ I RAVENTÓS, Xavier; BRANDT, J. Rasmus (Orgs.), **Lazio & Sabina. primo Incontro di studi sul Lazio e la Sabina, Roma, 28-30 gennaio 2002**, Roma: De Luca, 2003, p. 197–198.

<sup>222</sup> DI GIUSEPPE, Helga, Lanifici e strumenti della produzione nell'Italia centro-meridionale, *in*: BUSANA, Maria Stella; BASSO, Patrizia (Orgs.), **La lanna nella cisalpina romana: economia e società**, Padova: Padova University Press, 2012, p. 480–481.

<sup>223</sup> PANELLA, Stefania; POMPILIO, Francesca, Colli di Enea (RM). La Villa e la manifattura tessile, **FOLD&R FastiOnLine documents & research**, n. 2, p. 1–3, 2004, p. 3.

dominante ou mesmo ter sido uma estrutura produtiva especializada. Ou podem ter sido tudo isso em momentos diferentes de sua história.

Estas considerações sobre sítios escavados têm duas principais consequências em termos de análise das informações dos levantamentos de superfície. Em primeiro lugar, é preciso conceber o esquema *Villa-Fazenda-Cabana* de uma maneira mais flexível, levando em conta categorias intermediárias – como alguns dos projetos de levantamento já tem feito (e.g. “Major Site” no projeto do Vale do Liti e “Villa B” e “Villa C” no projeto do território de Cosanus<sup>224</sup>). Ademais, a associação imediata entre hierarquia de tamanho dos sítios e hierarquia social precisa de refinamentos. Pessoas de diferentes *status* social poderiam ter sido proprietários de edifícios dentro da mesma categoria (isto é, dentro do mesmo critério de classificação do material arqueológico), assim como pessoas do mesmo *status* social poderiam ter sido proprietários de edifícios de categorias diferentes. E, por fim, alguns desses edifícios podem ter sido compartilhados por famílias estendidas.

### 3.2. Complexidade das histórias de ocupação das estruturas

A história de ocupação dessas estruturas pode ter vivenciado transformações outras para além da mudança de *status* social de seus ocupantes. É possível identificar em diversas dessas estruturas escavadas um processo histórico de reformas, expansões e reconstruções.

No sítio 26, próximo a Pompéia, na localidade de Boscoreale Giuliana (ver mapa da figura 55), a escavação identificou o núcleo de uma pequena estrutura prévia (10m x 18m – ver representação da figura 56). Os cômodos 7, 9, 6 e 10 formavam esta primeira estrutura, sobre a qual se erguia um segundo andar – que o relato de escavação não conjectura se foi adicionado quando da expansão do edifício ou se já estava previamente presente na estrutura original<sup>225</sup>. Esta tem uma dimensão bastante reduzida, comparável a pequenos edifícios tradicionalmente identificados como camponeses, como o sítio 9 próximo a Luni<sup>226</sup>. Contudo, em algum momento de sua história – o relato de escavação não propõe nenhuma datação para além da identificação de alguns reparos na estrutura provavelmente feitos após ao terremoto de 62 d.C. – esta estrutura passou por uma significativa expansão. Com a construção dos cômodos 1-4, d, f, 8, e 11-13, o edifício

<sup>224</sup> Ver apêndice 1.

<sup>225</sup> DELLA CORTE, M., *Altra Villa rustica, scavata dal sig. cav. Carlo Rossi-Filangieri nel fondo di Raffaele Brancaccio, nella stessa contrada Civita Giuliana (Comune di Boscoreale) nei mesi di gennaio a marzo 1904*, *Notizie degli scavi di antichità*, v. 18, p. 423–426, 1921, p. 425–426.

<sup>226</sup> RATHBONE, *Poor peasants and silent sherds*, p. 318.

passou a medir 16m x 33m (530 m<sup>2</sup>). Passou assim, a figurar entre estruturas de extensão média, como as vistas na seção anterior.

Sem qualquer surpresa, o relato da escavação, realizada em 1904, interpreta esta estrutura como uma pequena *uilla*, provavelmente administrada por um *uillicus* e eventualmente visitada por seu proprietário, o que explicaria os elementos luxuosos<sup>227</sup>. Contudo, todas as considerações acima feitas sobre as diferentes possibilidades de interpretação destas estruturas de tamanho médio também se aplicam aqui. A particularidade que chama mais atenção nesse caso, contudo, é a expansão da estrutura. O caso de Boscoreale Giuliana joga luz sobre o fato de que um sítio pode ter em sua história uma variedade de tipos e tamanhos diferentes de estruturas. E isso não é verdade apenas no caso de estruturas médias ou grandes, mas também no caso de pequenos sítios, como mostra a grande expansão entre as fases 1 e 2 de Podere Tartuchino. Estas expansões, reformas e reconstruções podem indicar prosperidade econômica de seus proprietários, a transferência da prosperidade para um novo dono mais rico ou apenas a estabilidade da propriedade, que permitiu um investimento constante no edifício.

Uma estrutura escavada em Nocelli, no Tavoliere (ver mapa da figura 42), mostra um outro tipo de transformação. Utilizando-se da aerofotografia, traços de centurição da região próxima a Lucera foram identificados, assim como uma série de traços que pareciam ser vestígios de pequenas fazendas ocupando os pedaços de terra delimitados pela centurição. Uma equipe liderada por G.D.B Jones escavou uma dessas fazendas (ver representação da figura 57). A evolução histórica do sítio, revelada a partir do estudo dos níveis estratigráficos identificados dentro da estrutura, é bastante significativa.

O nível estratigráfico mais antigo mostra, segundo a interpretação dos responsáveis pela escavação, uma ocupação doméstica. Mais uma vez, a principal referência para essa afirmação é a presença de cerâmica doméstica, mas ao qual se somam alguns outros aspectos, como a divisão interna da estrutura e a presença de vestígios de uma bomba ctsebiana (elemento P), um aparato razoavelmente simples capaz de bombear a água de um poço do lado de fora da estrutura para dentro da estrutura<sup>228</sup>. Como essa fase foi datada para o final do século II a.C. e essa região foi palco de centurição, interpretou-se esta

---

<sup>227</sup> DELLA CORTE, Altra Villa rustica, scavata dal sig. cav. Carlo Rossi-Filangieri nel fondo di Raffaele Brancaccio, nella stessa contrada Civita Giuliana (Comune di Boscoreale) nei mesi di gennaio a marzo 1904, p. 423.

<sup>228</sup> JONES, G. D. B., Il Tavoliere romano. L'agricoltura romana attraverso l'aerofotografia e lo scavo, *Archeologia Classica*, v. 32, 1980, p. 95.

estrutura com a pequena fazenda de um colono assentado por uma distribuição de terras, possivelmente ligada à atividade das comissões gracas ou da Lei agrária de 111 a.C.<sup>229</sup>.

Um segundo nível estratigráfico mostra algumas mudanças internas dentro da estrutura, como o abandono da bomba ctesebiana (o buraco no solo onde esta bomba era posicionada foi coberto pela terra batida que forma o chão desse nível estratigráfico). Porém, é no terceiro nível estratigráfico que uma mudança enorme se dá no uso dessa estrutura. Sem levantar ou derrubar qualquer uma das paredes externas, apenas reorganizando o espaço interno, a estrutura parece ganhar outra funcionalidade, deixando de ser um espaço doméstico – o que é identificado pela ausência de cerâmicas domésticas nesse nível estratigráfico. O elemento que domina o interior da estrutura nessa terceira fase é um par de tanques para o armazenamento de azeite de oliva (elemento C'). Jones interpreta esta terceira fase como uma estrutura produtiva especializada no processamento das azeitonas e ligada a uma propriedade maior<sup>230</sup>.

A associação das primeiras fases com o lendário camponês autônomo e isolado pode, também neste caso, ser questionada. A partir das fotografias aéreas foi possível identificar vestígios dos antigos cultivos de vinha e azeitona no entorno desse prédio (ver representação na figura 58). Porém, a estrutura só passa a ter instrumentos para o processamento dessa produção justamente na fase 3. Talvez a família nuclear camponesa que ali morasse vendesse sua produção sem beneficia-la, ou o fazia em estruturas pertencentes a outras famílias camponesas, ou mesmo nas propriedades de um membro da classe dominante romana. Ou, podemos voltar mais uma vez à hipótese de uma série de estruturas rurais interconectadas, usadas por diversas famílias camponesas.

De toda forma, ainda mais interessante aqui é perceber que uma estrutura, sem grandes transformações na sua forma, pode ter sua função transformada completamente. Algo similar também foi indicado pelo mesmo Jones na escavação do sítio 154 no Monte Forco, ao interpretar as duas primeiras fases como uma casa camponesa e a terceira como um estábulo. Talvez pudéssemos conjecturar algo na mesma linha para o sítio 204 no Monte Cuculo, quando da possível adição de uma nova parede na estrutura.

Portanto, temos um problema sério para o procedimento de classificar um sítio identificado em um levantamento de superfície a partir do tamanho da dispersão e da qualidade do material ali presente e a partir disso associá-lo com uma posição específica na hierarquia social romana. Por não produzir dados estratigráficos, o levantamento é

---

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 95–96.



incapaz de nos prover informações sobre esse tipo de transições: ele produz um quadro estático, no qual todos os elementos que não podem ser datados mais precisamente pela sua própria tipologia (como no caso das cerâmicas ou de algumas técnicas construtivas e alguns materiais de construção) aparecem como se fossem contemporâneos.

Assim, uma estrutura que teve uma complexa história de ocupação, desempenhando funções diferentes em diferentes momentos, aparece nesse esquema de classificação fundamentado nas categorias *Villa-Fazenda-Cabana* como uma “Fazenda”. A utilização dessa classificação para pensar problemas da história agrária romana pode ser extremamente enganosa. Talvez outras possibilidades de classificação, como categorias mais genéricas baseadas no tamanho associadas com estudos sobre possíveis relações entre os sítios (como estudos sobre tempo gasto para locomoção entre eles, ou identificação de artefatos similares que circulam entre eles) pudessem garantir informações alternativas importantes para a história agrária romana.

### **3.3. A visibilidade arqueológica das estruturas camponesas**

Dominic Rathbone sugere também que uma parte significativa dos camponeses romanos viveriam em edifícios rurais tão pequenos, rudimentares e de curta ocupação que dificilmente seus exíguos vestígios materiais poderiam ser apropriadamente reconhecidos pelos levantamentos de superfície<sup>231</sup>. Ele acredita, portanto, que uma quantidade significativa de estruturas camponesas não é identificada pelos levantamentos de superfície e pensa também que aqueles sítios tradicionalmente identificados como vestígios das menores estruturas do assentamento rural podem representar estruturas um tanto maiores e mais robustas do que costumamos pensar. Isso teria consequências diretas sobre as categorias de classificação dos sítios rurais: aquilo que se identificam como “Fazendas” poderiam ser, em muitos casos, estruturas maiores e boa parte das verdadeiras fazendas simplesmente não seria identificável por essa metodologia de pesquisa arqueológica.

Obviamente esta é uma afirmação dificilmente comprovável pelos dados arqueológicos, porque lida justamente com a questão do silêncio das fontes. Por outro lado, não seria razoável simplesmente usar esse silêncio contra a proposição de Rathbone. A máxima de Carl Sagan de que “a ausência de evidência não é evidência da ausência” poderia operar aqui: isto é, não podemos fundamentar toda a crítica a uma perspectiva no

---

<sup>231</sup> RATHBONE, Poor peasants and silent sherds, p. 307.

apelo à ignorância de dados que a confirmem<sup>232</sup>. Mesmo que apenas para criar um modelo hipotético, a possibilidade aventada por Rathbone de que boa parte do campesinato viveria nesse tipo de estrutura rudimentar, arqueologicamente pouco visível, deve ser levada em consideração.

Rathbone tenta respaldar esta hipótese em alguns dados empíricos ainda que esparsos – até porque se a “ausência de evidências” não pode ser usada como “evidência da ausência”, muito menos o pode ser usada como evidência da presença. Em primeiro lugar, ele lista uma série de referências literárias que sugerem a ideia de camponeses vivendo em cabanas rústicas.

A primeira dessas referências é uma passagem em que Varrão diferencia pastores que vivem no edifício da *uilla* àqueles que levam os animais para pastar nas montanhas e precisam se proteger de chuvas mais pesadas em *casae*<sup>233</sup>. Para além do fato de Varrão claramente ter em mente pastores escravos nessa passagem<sup>234</sup>, o termo *casa* nessa passagem, como o próprio Rathbone reconhece, certamente se refere a um tipo de estrutura muito específica: cabanas usadas sazonalmente no pastoreio extensivo. Não é propriamente de estruturas domésticas habitadas por famílias camponesas que Varrão trata, mas sim de estruturas possivelmente similares àquelas escavadas pelo *Roman Peasant Project* em San Martino e Poggio della' Amore<sup>235</sup>.

Estruturas de aspecto bastante rudimentar utilizadas para residência camponesa são citadas por Ovídio em duas obras diferentes, mas contando basicamente a mesma história. Em *Metamorfoses*<sup>236</sup>, Filémon e Baucis, um casal de camponeses extremamente humildes, abrem suas portas para os deuses Júpiter e Mercúrio, que disfarçados de camponeses haviam sido rejeitados por outras mil casas. Nas *Fasti*, Hirieu é representado como um camponês humilde que também abre suas portas para Júpiter e Mercúrio, que em troca lhe presenteiam com um filho, Órion<sup>237</sup>. O caráter moralizante é óbvio em ambas as histórias, e a caracterização dos personagens pios como os mais humildes possíveis desempenha um papel crucial na construção desse caráter moralizante. Ainda que se possa reivindicar o princípio da verossimilhança dessas passagens – isto é, Ovídio

<sup>232</sup> SAGAN, Carl, **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**, [s.l.]: Companhia das Letras, 1999, cap. 12.

<sup>233</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 2.10.6.

<sup>234</sup> KNUST, José Ernesto Moura, **Senhores de escravos, senhores da razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (séculos II-I a.C.)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 214–216.

<sup>235</sup> Ver seção 1.2. deste capítulo, acima.

<sup>236</sup> Ovídio, *Metamorfoses*, 8.629-688.

<sup>237</sup> Ovídio, *Fasti*, 5.499-522

provavelmente usava em algum nível imagens do mundo camponês real para caracterizar o mundo camponês que criava em seus poemas – usar essas passagens para elucubrar que parte substancial dos camponeses da Itália viviam nesse tipo de residência rudimentar é, no mínimo, arriscado.

O mesmo pode-se dizer do pequeno poema *Moretum*, atribuído a Virgílio, que narra um dia na luta de um pobre camponês contra a fome – Moreto é um tipo de pão não fermentado sobre o qual se colocava alguns ingredientes, que o personagem produz, não sem alguma dificuldade, para enfrentar seu dia de trabalho. Por duas vezes<sup>238</sup> o poema se refere à residência de Símulo, o “cultivador de poucas terras”, protagonista da pequena saga, como uma *casula*, casebre. A função da caracterização do camponês como um humilde valoroso, que enfrenta os perigos da fome com tão poucos recursos materiais mas com grandes recursos morais, tem o mesmo caráter moralizante. De toda forma, chama muita atenção como essa caracterização de um pobre camponês é feita: fatos como a propriedade de *apenas* uma escrava<sup>239</sup> e de um jugo de bois<sup>240</sup> e a necessidade de ir ao mercado vender alguns produtos para conseguir outros<sup>241</sup> são citados como mostra da pobreza material desse camponês. Estamos tratando aqui de um camponês pobre muito diferente daquele camponês isolado, vivendo da autossustentação, que tradicionalmente se imagina como o mais pobre dos camponeses.

De toda forma, essa associação entre camponeses humildes valorosos e residências rudimentares não tem apenas a função de ressaltar sua pobreza. A residência em uma cabana rústica remetia ao passado mítico romano, dos antepassados moralmente superiores. O culto em torno do *tugurium romuli*, a humilde cabana no Palatino na qual os romanos acreditavam que Rômulo, o primeiro rei de Roma, teria morado<sup>242</sup>, talvez seja o maior exemplo disso. Esse *topos* literário do pobre camponês que emula a realidade dos antepassados moralmente superiores, recorrente na literatura latina<sup>243</sup> e visitado por esses autores nessas passagens citadas por Rathbone, se utiliza justamente de uma visão de como eram as casas dos antepassados – e nisso é reveladora a passagem em que Vitruvius

---

<sup>238</sup> Pseudo-Virgílio, *Moretum*, 60 e 66.

<sup>239</sup> *Ibidem*, 31.

<sup>240</sup> *Ibidem*, 123.

<sup>241</sup> *Ibidem*, 79-86.

<sup>242</sup> Dionísio de Halicarnasso, escrevendo no período augustano, diz que a cabana de Rômulo ainda estava de pé em seus dias, mantida por pessoas que tinham a incumbência de mantê-la na forma original, mas sempre a reparando quando uma tempestade ou o passar do tempo a danificasse. Ver *Antiguidades Romanas*, 1.19.11. Dião Cássio, escrevendo entre os séculos II e III d.C., se refere a dois incêndios que teriam acometido a cabana no Palatino, em 38 a.C. e em 18 a.C., depois dos quais ela teria sido reconstruída. Ver *História de Roma*, 48.43 e 54.29.

<sup>243</sup> Ver apêndice 2

se refere ao teto em sape de outra casa de Rômulo, mantida no Capitólio (possivelmente uma réplica da casa no Palatino), como manifestação das maneiras e hábitos simples *dos antigos*<sup>244</sup>. Varrão também faz a mesma associação entre os antepassados valorosos e a vida nas cabanas<sup>245</sup>.

Outra passagem citada por Rathbone, que não se enquadra *a priori* neste caso, tem referência às estruturas rudimentares muito lateral. Ao se referir à melhor maneira de construir uma cobertura para proteger os figos, Columella menciona que esta deve ter um caimento ao estilo dos tetos dos *tuguria* para escoar a água da chuva<sup>246</sup>. Do fato que Columella tenha pensado em um *tugurium* para exemplificar um teto construído de maneira simples para proteger os figos da chuva não é possível inferir a frequência com que camponeses romanos viviam em cabanas rústicas.

A última passagem citada por Rathbone, e a que ele parece dar menor destaque, me parece ser a melhor referência literária para sustentar sua hipótese. Plínio, o velho, em sua História Natural, indica que nos campos se usa a casca de algumas árvores para inúmeros fins, como a fabricação de diversos tipos de cestos e de telhados para cabanas (*tugurium*)<sup>247</sup>. De toda forma, esse *tugurium* não é obviamente associado com o espaço doméstico, e pode estar se referindo a estruturas do mesmo tipo que Varrão, na passagem sobre os pastores escravos, tem em mente.

A identificação nesses textos entre camponeses e moradias muito rudimentares depende de uma boa vontade muito grande com a hipótese de Rathbone. No mínimo deve-se questionar o quanto elas se referem a uma parte realmente significativa do campesinato ou o quanto emulam um modelo específico de camponês estabelecido na tradição literária romana, e que possivelmente pudesse se relacionar com um grupo muito específico e minoritário de camponeses. De qualquer forma, toda essa análise dessas passagens nas fontes literárias serve apenas para desacreditar parte da fundamentação da hipótese de Rathbone, não para refutá-la. Continuamos na armadilha da ausência de evidências.

Quando se volta para o registro arqueológico, por outro lado, o único exemplo que Rathbone foi capaz de identificar de estrutura rudimentar do tipo que ele imagina ser predominante entre os camponeses romanos é uma pequena fundação em pedra, interpretada como base de uma cabana oval, encontrada próxima a Matrice, no Sâmnio,

<sup>244</sup> Vitruvius, *Sobre a arquitetura*, 2.5. A cabana no Capitólio também é mencionada por Sêneca, o velho, *Controvérsias*, 2.1.4.

<sup>245</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 3.1.3

<sup>246</sup> Columella, 12.15.1.

<sup>247</sup> Plínio, o velho, *História Natural*, 16.14.35.

ocupada entre os séculos III e II a.C.. Ela foi revelada em níveis estratigráficos inferiores da escavação de uma estrutura mais tardia e bem mais complexa, identificada como uma *uilla rustica*<sup>248</sup>. Por si só, este pode ser um dado revelador: sua escavação só foi possível porque uma estrutura muito maior foi identificada e escavada no mesmo sítio.

Infelizmente, os resultados dessa escavação não foram plenamente publicados. Não temos mais informações sobre esta estrutura do que esta provável datação e uma foto de suas fundações em pedra (ver foto da figura 59)<sup>249</sup>: não podemos nem mesmo conjecturar sobre o tamanho dessa estrutura, dado que nada sabemos sobre a possibilidade de ela se estender para além da área retratada sumariamente na foto (ainda que Rathbone conjecture um tamanho máximo de 50 m<sup>2</sup>)<sup>250</sup>.

De toda forma, Rathbone deixa claro que sua proposição se baseia no rasto das típicas cabanas ovais da Itália pré e proto-histórica. Ele sugere um uso comparativo das escavações que identificaram as estruturas dessas vetustas cabanas, assim como as famosas urnas cinerárias pré-históricas em formato de cabanas (ver representação da figura 60), para termos indícios de como seriam as habitações rudimentares nas quais parte significativa dos camponeses romanos viveria<sup>251</sup>.

A partir da escavação de um número significativo de exemplares, é comumente sugerido que essas cabanas ovais, de paredes em pau-a-pique construídas sobre fundações em pedra, com o chão rebaixado em terra batida e teto de sape, normalmente medindo entre 15m a 17m por 8m a 9m (ver representação da figura 61), eram a forma básica de habitação entre o final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro em toda a Itália central<sup>252</sup>. Elas aparecem no registro arqueológico graças a essas fundações de pedra, a esses chãos rebaixados e aos buracos de fundação de estacas. Esses elementos foram identificados em diversas escavações de assentamentos pré- e proto-históricos na Itália central. Sua forma geral, por outro lado, tem sido sugerida a partir das urnas cinerárias em forma de cabanas encontradas em contextos funerários nessas mesmas regiões<sup>253</sup>.

Seu uso como modelo para as estruturas camponesas da Itália central depois do século VI a.C. como proposto por Rathbone, porém, enfrenta uma série de dificuldades.

---

<sup>248</sup> LLOYD, John, Farming the highlands: Samnium and Arcadia in the Hellenistic and Early Roman Imperial periods., in: BARKER, Graeme; LLOYD, John (Orgs.), **Roman landscapes: archaeological survey in the Mediterranean region**, London: British School at Rome, 1991, p. 182–184.

<sup>249</sup> *Ibid.*, p. 182.

<sup>250</sup> RATHBONE, Poor peasants and silent sherds, p. 310.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p. 310–311.

<sup>252</sup> BECKER, Jeffrey A., Italic Architecture of the Earlier First Millennium BCE, in: ULRICH, Roger B.; QUENEMOEN, Caroline K. (Orgs.), **A Companion to Roman Architecture**, [s.l.]: Wiley, 2013, p. 7–9.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 8–9.

Em primeiro lugar, essas cabanas provavelmente não são estruturas camponesas. Sugeriu-se que se tratavam de habitações de certo *status* social, entre outros motivos, pelo fato de as urnas cinerárias em forma de cabana estarem justamente associadas com a elite das comunidades pré-históricas italianas<sup>254</sup>. Soma-se a isso o fato de a localização de algumas dessas cabanas coincidir com o de posteriores templos do período arcaico (em Velletri, Sátrico e Ardea, por exemplo), o que fez alguns estudiosos conjecturarem a possibilidade de algumas dessas cabanas terem sido o *locus* dos primeiros cultos comunitários, nos primórdios do processo de urbanização e formação dos estados na Itália central<sup>255</sup>.

Em segundo lugar, essas cabanas também não são exatamente estruturas rurais. Ainda não é possível fazer uma verdadeira distinção entre campo e cidade no período da história da Itália central no qual elas predominam no registro arqueológico<sup>256</sup>. Mais do que isso: essas cabanas foram prioritariamente escavadas no que viriam a ser, posteriormente, os grandes centros urbanos da Itália central arcaica<sup>257</sup>. A gradual transição da habitação nessas cabanas para a habitação em estruturas mais robustas construídas em pedra, identificada a partir do século VII a.C. em regiões como o Palatino em Roma<sup>258</sup> e Marzabotto<sup>259</sup>, colônia etrusca na Itália setentrional, é apontado por vários estudiosos desse período como um dos elementos fundamentais do processo de urbanização dessa região<sup>260</sup>.

Seria possível conjecturar que esse processo cria uma forma eminentemente urbana de construção, baseada em técnicas mais avançadas, enquanto as cabanas construídas de maneira rudimentar passam a ser uma forma predominantemente rural – e ainda perdida no registro arqueológico, dado a contumaz ênfase das escavações arqueológicas, por motivos diversos, nas áreas urbanas. Contudo, a relação entre as arquiteturas urbana e rural não parece ter sido divergente nesse nível.

---

<sup>254</sup> *Ibid.*; BARTOLONI, Gilda, **La cultura villanoviana: all'inizio della storia etrusca**, Roma: Carocci, 1989, p. 69–70.

<sup>255</sup> FULMINANTE, Francesca, **The Urbanisation of Rome and Latium Vetus: From the Bronze Age to the Archaic Era**, Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 224.

<sup>256</sup> BECKER, Italic Architecture of the Earlier First Millennium BCE, p. 9; GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 87.

<sup>257</sup> BECKER, Italic Architecture of the Earlier First Millennium BCE, p. 7–8.

<sup>258</sup> CARANDINI, Andrea, Domus et insulae sulla pendice settentrionale del Palatino, **Bollettino comunale archeologico municipale di Roma**, v. XCI, n. 2, p. 262–278, 1986, p. 436.

<sup>259</sup> STACCIOLI, Romolo Augusto, Sulla struttura dei muri nelle case della città etrusca di Misano a Marzabotto, **Studi Etruschi**, v. 35, 1967, p. 113–126.

<sup>260</sup> BECKER, Italic Architecture of the Earlier First Millennium BCE, p. 11; CORNELL, Tim, **The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000–264 BC)**, London; New York: Routledge, 1995, p. 94–96, 101–102.

A escavação de duas estruturas no platô de Centocelle, em Roma, pode ter a chave para essa questão. Em ambas foram identificadas fundações em pedra que provavelmente sustentavam estruturas construídas em materiais perecíveis (ver representações da figura 62). Os arqueólogos conjecturaram uma estrutura em madeira, terra e alguns tijolos, técnica conhecida nos estudos sobre a arquitetura romana clássica por *opus craticium* (ver representação da figura 63). A partir dos achados de cerâmicas, a ocupação de ambas as estruturas foi datada para o período entre o final do século VI e o início do século V a.C..

Os arqueólogos que escavaram essas estruturas próximas a Roma afirmam, precisamente, que elas representariam uma espécie de tipo intermediário entre as cabanas pré-históricas e os pequenos edifícios construídos em pedra, que já existiam nesse período (como o edifício escavado em Podere Tartuchino, analisado acima)<sup>261</sup>. Ainda que o número de pequenos sítios rurais escavados na Itália central ainda seja escasso para sustentar afirmações peremptórias sobre sua evolução histórica – e um estudo sistemático nesse sentido se faça necessário –, é possível conjecturar justamente um processo de transformação no padrão de como essas pequenas estruturas eram construídas entre o período arcaico e o início do período romano na Itália central tirrênic.

Um sítio escavado próximo à porta noroeste de Veios talvez nos ofereça o exemplo paradigmático desse processo – ainda que mais uma vez estejamos correndo o risco de identificar um processo geral a partir de um número muito pequeno de sítios escavados. No nível estratigráfico mais profundo foram encontrados buracos para fundação de estaca escavados na rocha e interpretados como vestígios de uma típica cabana circular, de ocupação datada para o século IX a.C. (ver representação A da figura 64). No nível estratigráfico seguinte, datado para o século VI a.C., essa estrutura circular parece ter sido substituída por uma estrutura de técnica construtiva similar, identificado por novos buracos para fundação de estacas, mas muito mais amplo, em formato retangular, com divisão interna dos ambientes, e provavelmente um pórtico (ver representação B da figura 64). Por fim, essa estrutura foi mais uma vez substituída, entre o final do século VI e início do V a.C por um edifício de tamanho e forma similar, mas construído sobre uma fundação em pedra e com nova organização interna (ver representação C da figura 64)<sup>262</sup>.

---

<sup>261</sup> VOLPE, Rita *et al*, Contesti di VI Secolo a.C. sul pianoro di Centocelle (Roma), in: **Atti del Convegno Ceramica, abitati, territorio nella bassa valle del Tevere e Latium Vetus, (17-18 febbraio 2003)**, Roma: École Française de Rome, 2009, p. 131–132.

<sup>262</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**; GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 86.

Assim, uma posição cética frente à hipótese de uma quantidade substancial de casas camponesas rudimentares perdidas pelo registro arqueológico não é um mero apelo à nossa ignorância determinada pela sua possível invisibilidade arqueológica. É provável que uma parte significativa das estruturas rurais de pequeno porte, até o período arcaico, sejam de fato mais rudimentares e arqueologicamente silenciosas<sup>263</sup>. Porém, a ainda incipiente escavação de pequenos sítios rurais, somada às melhores informações que temos sobre o processo similar que ocorre no meio urbano em formação, nos dá a impressão de que a partir do século V a.C., e crescentemente ao longo do período republicano, há uma mudança nesse quadro.

Talvez mesmo por influência das estruturas urbanas, as pequenas estruturas construídas no campo, muitas delas ligadas ao campesinato, passariam a ser construídas cada vez mais com técnicas de construção mais avançadas e usando materiais arqueologicamente mais visíveis, como telhas, tijolos e pedras. A presença desses materiais nos pequenos sítios isolados identificados nos levantamentos de superfície realizados nessa região – e sobre os quais falarei com mais detalhe no capítulo três – é um grande indício disso. Essa transformação só foi possível graças a uma série de inovações técnicas que ganharam espaço na Itália central deste período. O desenvolvimento de instrumentos de ferro, como serras, enxós e cinzéis, que possibilitaram o trabalho com a madeira que servia de estrutura para telhados, assoalhos e paredes, assim como as técnicas de construção de paredes mais robustas, feitas em madeira, tijolos ou pedra, que podiam sustentar telhados mais complexos e pesados, que utilizavam telhas<sup>264</sup>.

Isso implica em questões importantes para a avaliação dos dados quantitativos dos levantamentos de superfície, como argumentarei no capítulo três<sup>265</sup>. Todavia, nesse momento importa contestar em parte o cenário concebido por Rathbone, de camponeses vivendo majoritariamente em estruturas arqueologicamente invisíveis. Se de fato parte das estruturas camponesas podem assim ser imaginadas, parece possível estabelecer que

---

<sup>263</sup> J.B Ward-Parkins e sua equipe acreditavam justamente que os pequenos sítios isolados etruscos identificados no território de Veios fossem cabanas simples, “provavelmente possuíssem uma considerável semelhança com as habitações que os pastores das montanhas ainda constoem quanto passam o inverno da Campagna romana” KAHANE, Anne; THREIPLAND, Leslie Murray; WARD-PERKINS, John Bryan, *The “Ager Veientanus”, North and East of Rome*, **Papers of the British School at Rome**, v. 36, 1968, p. 71 Vale destacar que eles estão comparando essas “fazendas etruscas” com abrigos fazonais construídos por pastores que fazem transumância.

<sup>264</sup> ULRICH, Roger B.; LANCASTER, Lynne, *Materials and Techniques*, in: ULRICH, Roger B.; QUENEMOEN, Caroline K. (Orgs.), **A Companion to Roman Architecture**, [s.l.]: Wiley, 2013, p. 160–161.

<sup>265</sup> Ver capítulo 3, subseção 1.3.2.



existe um processo de aumento da visibilidade arqueológica dessas estruturas. Os motivos que levaram a esse processo, para além de um mero mimetismo da arquitetura urbana e do necessário desenvolvimento das técnicas, podem se ligar a mudanças na forma de produção agrícola e na forma de propriedade da terra<sup>266</sup>.

Tudo isso não significa que não existissem pequenas estruturas construídas em materiais perecíveis em momentos mais avançados da história romana. Pelo contrário, diversas estruturas desse tipo já foram citadas ao longo desse capítulo. A estrutura B de Pievina, interpretada como um celeiro, as estruturas em San Martino e Poggio dell'Amore, muito provavelmente abrigos sazonais para o pastoreio extensivo, e os sítios de Podere Cosciano e Podere San Mario, de alguma maneira relacionadas com a intensificação da arboricultura no vale do Cecina, apresentam técnicas construtivas razoavelmente simples, baseada em boa parte em materiais de construção rapidamente deterioráveis. Todas elas, contudo, são estruturas bastante simples e muito provavelmente relacionadas com outras estruturas em um assentamento complexo, enquanto no período pré- e proto-histórico as estruturas mais rudimentares eram o núcleo do assentamento. Além disso, cabe destacar que todas elas – das mais antigas, ainda no período pré-histórico, até as de séculos mais avançados do período romano – têm sido, em maior ou menor grau identificados arqueologicamente, o que fragiliza o argumento de Rathbone.

Um sítio escavado em 2011 em Ponterotto, próximo a Florença, pode servir como exemplo de um ponto importante. Foram identificadas fundações em pedra interpretadas como bases para paredes feitas de terra (ver foto aérea da figura 65). A ausência de telhas também aponta para um telhado feito de materiais perecíveis<sup>267</sup>. Como a estrutura foi datada para meados do século II a.C. estamos diante de uma estrutura construída de maneira rudimentar em um momento mais avançado da história romana. Contudo, não estamos tratando aqui de uma cabana rudimentar: o edifício tem certa complexidade, como mostram as articulações internas, por exemplo. Ou seja, mesmo edifícios construídos com material bastante simples podiam ter um grau significativo de complexidade.

De toda forma, as considerações de Rathbone não devem ser deixadas de lado. Ainda que não se aceite seu pressuposto de que muitos camponeses viviam em estruturas

---

<sup>266</sup> Ver capítulo 5, subseção 2.3.2.3.2.2.2.

<sup>267</sup> ALDERIGHI, Lorella; PITTARI, Agnese, San Casciano in Val di Pesa (FI), località Ponterotto: resti di un edificio etrusco tardo-ellenistico e di una villa romana di età medio-imperiale, **Fasti Online Documents & Research - The Journal of Fasti Online**, v. 243, 2011, p. 2–6.

arqueologicamente invisíveis, a ideia de que os camponeses podem ter variado entre técnicas mais ou menos elaboradas de construção de edifícios é bastante sugestiva. E seus impactos sobre a interpretação dos dados dos levantamentos de superfície vão além da questão da visibilidade arqueológica e da correta correlação entre as hierarquias social, de tamanho dos sítios arqueológicos e de tamanho de assentamentos.

Na verdade, essa relação pode ser ainda mais complexa do que uma mera questão de ajustar apropriadamente os níveis em que essas diferentes pirâmides hierárquicas se correspondem, o que implicaria mais uma vez na necessidade de rever a categorização *Villa-Fazenda-Cabana*. Ao fim e ao cabo, a pirâmide hierárquica dos sítios e dos assentamentos pode simplesmente não se encaixar de maneira alguma na pirâmide da hierarquia social, simplesmente porque outros fatores para além da riqueza relativa dos ocupantes de uma estrutura podem determinar sua forma de construção. Grandes estruturas domésticas, de boa construção, são, para citar uma variável raramente levada em consideração, mais prováveis em contextos de assentamentos estáveis, que possibilitariam processos inter-geracionais de construção, expansão, reforma e reconstrução.

Assim, as transformações nas estruturas de diversos edifícios sobre as quais discorri na seção anterior podem ser sinal não só de prosperidade econômica e social de seus ocupantes – ou de uma transferência de sua propriedade para ocupantes de maior *status* social. Essas expansões podem ser resultado de uma perspectiva de estabilidade no assentamento por parte de seus ocupantes, que investem geração após geração seus recursos (não necessariamente crescentes) em melhorias em suas propriedades.

Por outro lado, como muitos estudiosos tem defendido nos últimos anos a hipótese de uma alta mobilidade geográfica do campesinato italiano<sup>268</sup>, a hipótese de Rathbone de estruturas domésticas camponesas temporárias e rudimentares pode se aplicar em algum nível. Não apenas por conta da pobreza de parte do campesinato, mas pela perspectiva de uma ocupação efêmera de uma propriedade por parte daquela família camponesa. Em termos de custo-benefício, construções muito dispendiosas seriam pouco atrativas em um contexto de assentamentos de curta história de ocupação (em termos inter-geracionais).

---

<sup>268</sup> HORDEN; PURCELL, *The Corrupting Sea*, p. 377–391; SCHEIDEL, Walter, Human Mobility in Roman Italy, I: The Free Population, *The Journal of Roman Studies*, v. 94, p. 1–26, 2004; WITCHER, Robert, Agrarian spaces in Roman Italy: society, economy and Mediterranean agriculture, *Arqueología espacial (Paisajes agrarios)*, v. 26, p. 341–359, 2006.

Desta maneira, estes edifícios bem construídos poderiam ter sido propriedade de camponeses abastados, especialmente no caso de estruturas não tão pequenas, como o sítio 9 de Luni. Poderiam, por outro lado, ter sido propriedade de camponeses que tinham expectativa de estabilidade na propriedade de suas terras, o que converge com a interpretação de Jones sobre o pequeno edifício do sítio 154 no Monte Forco ter sido construído como parte do programa de assentamento de veteranos de César no território de Capenas em 46 a.C. , relatado por Cícero em uma carta<sup>269</sup>, ou com a identificação pelo mesmo Jones do edifício em Nocelli como, originalmente, uma casa de um colono assentado na centurição de Lucera<sup>270</sup>. Ao mesmo tempo, camponeses mais pobres ou sem propriedade estável de suas terras poderiam ter vivido em estruturas mais rudimentares, mais difíceis de serem identificadas tanto pelos levantamentos de superfície quanto pelas escavações.

Esta possibilidade sugere, também, algumas implicações para os sistemas de classificação de sítios dos levantamentos de superfície. Por exemplo, a pequena mas robusta estrutura do sítio 154 no Monte Forco não implica necessariamente um *status* social maior de seus ocupantes em comparação com a pequena cabana próxima a Matrice. Mais do que uma disparidade entre o *status* social dos proprietários dessas pequenas estruturas, a diferença na qualidade das técnicas de construção desses dois edifícios pode se dever a diferentes expectativas de continuidade no assentamento. Pode ser revelador compararmos o período de ocupação dos sítios em Monte Forco e em Nocelli, ao menos dois séculos e meio, com a ocupação dessas estruturas rudimentares em Matrice e Ponterotto, ambas ocupadas possivelmente por menos de um século.

Portanto, os estudos de história agrária romana não deveriam usar *apenas* o tamanho da área de dispersão e a qualidade dos materiais para identificar as hierarquias social e de assentamentos na paisagem italiana. Neste sentido, outros critérios classificatórios deveriam aparecer nos esquemas analíticos – por exemplo, a longevidade de ocupação pode ser uma abordagem alternativa muito importante<sup>271</sup>

---

<sup>269</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 156–157. Cicero, Ad Familiares, IX.17.2.

<sup>270</sup> Rathbone sugere que a boa construção de pequenos edifícios como estes dois, mesmo quando comparado com edifícios maiores, está justamente relacionado com o fato de serem fruto de distribuições de terra. RATHBONE, Poor peasants and silent sherds, p. 323–324.

<sup>271</sup> WITCHER, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, p. 28–29.

## 4. A complexidade do assentamento camponês

### 4.1. Os pequenos sítios rurais nos levantamentos de superfície: perspectivas

As informações geradas por levantamentos de superfície realizados na Itália central têm sido usadas como um dos dados mais importantes em estudos sobre a história agrária romana. Tal uso destas informações tem sido dependente do esquema classificatório “Villa-Fazenda-Cabana”. Mais especificamente, o uso dessas informações para estudar o campesinato itálico antigo depende diretamente da interpretação de alguns desses sítios como “fazendas camponesas”. O que a princípio não parece ser um problema – a categoria coaduna perfeitamente bem com o uso dos dados dos levantamentos em estudos sobre o campesinato –, porém, demonstrou-se uma potencial armadilha.

Ao longo deste capítulo, baseando-me nos dados produzidos por escavações de pequenas estruturas rurais e seguindo o *insight* proposto pelos pesquisadores do *Roman Peasant Project*, argumentei que é necessária uma reavaliação da categoria “Fazenda”. Acredito que essas pequenas áreas de dispersão de material arqueológico, ainda que apresentem cerâmicas de uso doméstico, podem ser vestígios de estruturas com usos muito diversos, que vão muito além da mera unidade de habitação e trabalho de uma família nuclear camponesa – senão ao longo de toda a sua história de ocupação, muito possivelmente em algum momento dessa história.

Isso tem consequências importantes para qualquer estudo que pretenda utilizar os dados desses projetos de levantamentos de superfície para estudar a história do campesinato. Conclusões diretas tiradas a partir das informações imediatas que a divulgação desses levantamentos nos propõe podem ser bastante enganosas. Deixe-me dar um exemplo extremamente relevante à esta tese. A identificação arqueológica de uma proliferação de pequenos sítios rurais ao longo dos séculos, sobre as quais falarei no capítulo três, tem sido interpretada como prova de um aumento no número de famílias camponesas vivendo de maneira isolada no campo. Se colocamos em questão a categorização desses sítios como vestígios de “Fazendas”, porém, essa mesma informação pode ser interpretada de maneiras diversas. Como interpretar essas informações, então?

Na verdade, o problema da classificação do material identificado por levantamentos de superfície é muito mais complexo do que essa minha discussão sobre a correta interpretação desses sítios como vestígio deste ou daquele tipo de estrutura do assentamento rural, baseado nos dados de escavações, permite vislumbrar. Quando

analisamos estruturas escavadas somos capazes de perceber uma variedade maior de tipos de assentamento e suas transformações históricas, o que nos mostra que a cultura material identificada em um sítio localizado por um levantamento de superfície pode ser vestígio de outros tipos de assentamento que não a quase mítica “Fazenda Camponesa”. Contudo, nunca seremos capazes de precisar, apenas a partir do material coletado em um levantamento, as características específicas da estrutura da qual tais materiais são vestígios. Consequentemente, a solução para o problema da categoria “Fazenda” não pode ser fragmentá-la em categorias mais específicas como “celeiros”, “estábulo”, “local para planta de vinho”, ou qualquer coisa do tipo. Muitas vezes, como visto ao longo deste capítulo, é inviável determinar uma interpretação com esse nível de precisão mesmo com as informações mais detalhadas obtidas em escavações. Ou seja, a necessidade de reavaliar a categoria “Fazenda” não muda o fato que o material identificado pelos levantamentos ainda dependerá de outros esquemas de classificação mais extensivo<sup>272</sup>. Em que direção caminhar?

Robert Witcher, mais uma vez, me parece ter apontado o cerne do problema: o *field walking* (método predominante nos levantamentos de superfície na bacia do Mediterrâneo) se baseia na identificação de artefatos duráveis (especialmente cerâmica, mas também vidro, mármore, azulejos, tijolos, telhas, etc.) que atestam o consumo de determinados tipos de cultura material em um local. Portanto, as categorias de classificação mais consistentes com esses dados estariam relacionadas diretamente com distinções nessa cultura material coletada – o que deveria nos levar a categorias que enfatizassem o consumo como um elemento definidor central. Contudo, as categorias que predominam nos sistemas classificatórios nos dizem respeito à produção agrícola (posto que categorias como Fazenda e *Villa* trazem consigo modelos de funcionamento de tipos específicos de unidades econômicas) – sobre a qual, de maneira geral, os materiais coletados durante os levantamentos costumam dizer muito pouco<sup>273</sup>. Critérios como tipos de cultura material presente, longevidade de ocupação e relação com a paisagem (determinada, entre outras coisas, pela posição topográfica, pela distância e visibilidade com relação a outros sítios, pelos tipos de recursos disponíveis na área, etc.) parecem ser mais precisos para esse procedimento<sup>274</sup>. Ademais, a interseção de esquemas diferentes

---

<sup>272</sup> *Ibid.*, p. 26–27.

<sup>273</sup> *Ibid.*, p. 21–22.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 28–29.

de classificação poderia levar a uma interessante complexificação da forma como sítios específicos são categorizados.

Isso traz consequências diretas para o uso desse tipo de dado em estudos sobre a realidade agrária e o campesinato. No lugar de categorias que nos permitem um uso direto destas pesquisas (como *Villa* e *Fazenda*, mas também como *Cisterna*, *Celeiro*, *Local de processamento de azeite*, etc.), teríamos sítios classificados por esquemas menos pertinentes diretamente a este tipo de pesquisa. Isso não significa, contudo, que os dados dos levantamentos não podem nos dar informações sobre a história agrária. Muito pelo contrário, um melhor processamento desses dados permitiria seu uso de maneira muito mais apropriada em pesquisas sobre história agrária, pois daria mais substância às nossas informações. O “atalho” de enxergar “Fazendas” nesses pontos dos mapas de distribuição de sítios de um levantamento de superfície sempre pareceu muito útil à história do campesinato romano, mas é um procedimento cheio de armadilhas.

Seguindo esta trilha, existem três níveis de perspectivas. Em primeiro lugar, no nível da produção dos levantamentos de superfície, estas pesquisas precisam ter tais problemas de categorização em mente. Para além da necessária busca por melhores categorias<sup>275</sup>, é importante – e os projetos mais recentes tem levado isso em consideração – uma divulgação mais rica e detalhada dos resultados, para permitir reavaliações posteriores. Esse reestudo de dados legados (*legacy data*) se insere no segundo nível de perspectiva. Existe uma gama enorme de projetos que categorizaram seus dados dentro do esquema tradicional e precisamos ter boas estratégias para lidar com tais dados. Em alguns casos, é possível destrinchar as informações sobre os materiais coletados e reprocessá-lo seguindo novas metodologias (o exemplo mais famoso é o reestudo dos achados do *South Etruria Survey* pelo *Tibber Valley Project*, mas aqui não houve uma grande reestruturação do esquema de classificação, o foco foi a redefinição dos recortes cronológicos). Contudo, é preciso saber também como lidar com esses dados quando não é possível fazer uma verdadeira reavaliação dos achados – como será o caso de toda a minha utilização de dados de levantamentos de superfície nesta tese. Este é o terceiro nível de perspectivas: como utilizar as informações desses levantamentos sem identificar essas pequenas dispersões de material arqueológico como vestígios de fazendas camponesas e ainda assim utilizá-los para um estudo do campesinato?

---

<sup>275</sup> No estudo da região do Pontino, os pesquisadores holandeses utilizaram algumas categorias baseadas em usos funcionais dos assentamentos que podem ser um caminho bastante interessante. Veja os critérios de classificação desse projeto no Apêndice 1.

Frente à minha incapacidade de propor uma ampla reavaliação desses dados utilizando categorias classificatórias alternativas, simplificarei ao máximo a forma como utilizarei as informações sobre esses sítios identificados pelos levantamentos de superfície como vestígios de fazendas. Nesse caso, me parece que menos é mais. Pretendo evitar, assim, interpretações que vão muito além do que aquilo que os dados coletados poderiam realmente subsidiar. No aspecto mais fundamental, não identificarei ao longo dessa tese a existência de sítios pequenos como vestígio da presença de uma família nuclear camponesa. Em análises quantitativas de maior amplitude, quando eu estaria mais suscetível às desvantagens de utilizar esses dados utilizando a categoria “Fazenda” como uma referência inconteste, tratarei a identificação dessas dispersões de material arqueológico fundamentalmente como vestígios da ocupação humana de determinadas regiões.

Em muitos casos é possível qualificar mais essa conclusão: por exemplo, frente a pequenas dispersões de materiais arqueológicos, podemos ter certeza que estamos tratando de um assentamento isolado, e não de uma cidade ou mesmo de uma aldeia – ainda que não saibamos se estamos diante de vestígios de uma Fazenda camponesa ou outro tipo de estrutura do assentamento rural. Interpretações mais profundas sobre a realidade material das estruturas do assentamento rural das quais esses sítios são vestígios e sobre o *status* social dos humanos que as ocuparam dependerão de possibilidades mais específicas em cada caso<sup>276</sup>. Em alguns casos, considerações mais substanciais sobre os tipos de cultura material utilizados nesses locais serão possíveis. Outros tipos de considerações, contudo, podem ser mais abusivas. Sobretudo, é preciso tomar cuidado com o que realmente podem nos dizer os dados mais amplos e genéricos, muito utilizados nos estudos quantitativos tão recorrentes nesses projetos de levantamento de superfície<sup>277</sup>. As diferentes implicações que essa postura gera no uso desses dados para uma história agrária aparecerão no capítulo três da tese.

Contudo, é necessário frisar que minha ênfase no fato de que esses sítios são vestígios de estruturas que *podem ser outras coisas* além de casas camponesas se deve ao fato de eles assim serem quase que sempre interpretadas. Trata-se de um esforço retórico frente ao estado atual dos estudos. Reconheço que em muitos casos, dentre os diferentes tipos de estruturas possivelmente existentes no campo, a interpretação desses sítios como vestígios de *casas camponesas* é uma das mais plausíveis. Meu objetivo aqui não é negar

---

<sup>276</sup> Ver minhas considerações sobre as *uillae* nos levantamentos de superfície no Capítulo 2, subseção 3.4.

<sup>277</sup> Ver Capítulo 3, subseção 1.3.2 para uma abordagem mais extensa sobre esta questão.

isso, mas pôr em questão o fato de ela ser tomada como pressuposta e coloca-la em perspectiva frente a uma série de considerações metodológicas, como visto até aqui, e teóricas, como pretendo explorar a seguir.

#### **4.2. Habitação, trabalho e assentamento: esboço de enquadramento sociológico**

Não é, nem nunca virá a ser, fácil interpretar essas estruturas do assentamento camponês. Mesmo depois que uma verdadeira arqueologia do campesinato romano estiver mais bem estabelecida e um número mais significativo de estruturas dos tipos citados ao longo deste capítulo forem conhecidas, ainda estaremos lidando com pressupostos e imagens pré-concebidas que determinam suas interpretações. Faz-se necessário o refinamento destas, portanto.

A imagem pré-concebida que tem determinado nossas interpretações destas estruturas, sem sombra de dúvida, é a da pobre família camponesa vivendo isolada em seu pequeno pedaço de terra, lutando arduamente dia após dia para produzir sua subsistência. Esta visão magnética do que seria o camponês é resultado de uma construção que não foi feita apenas dentro dos estudos sobre o mundo rural romano – muito pelo contrário, como aponte na introdução desta tese, foi provida pela longa tradição de estudos sobre os camponeses que nasce no século XIX e se consolida ao longo do século XX. Frente a tal pressuposto, acredito que “complexidade” é a ideia chave para uma reconstrução de nossa imagem do que é o campesinato romano. A complexidade do assentamento camponês – o tema primordial desta tese – deve ser contemplada em três temporalidades – assumo, aqui, a inspiração braudeliana.

##### *4.2.1. Trabalho e moradia: a dinâmica da vida social cotidiana camponesa*

Na curta duração, é preciso destacar que os camponeses se movimentam por vários espaços. Mais uma vez reivindico a vitalidade do verbo *viver*, que não deve ser resumida a locais unidimensionais de trabalho e descanso. Existe uma imagem muito forte sobre a geografia da vida social e econômica dos camponeses que a restringe ao espaço da “Fazenda” camponesa, local de trabalho e descanso do camponês. Em parte, esta visão é determinada pela contraposição entre as formas de vida social e dos espaços de trabalho do campesinato e do proletariado moderno.



Por conta da reorganização da dinâmica social do trabalho, determinada pelo processo histórico de expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção<sup>278</sup>, os momentos de execução propriamente dita do trabalho e de reprodução social dos trabalhadores sofreu uma cisão temporal e espacial na sociedade capitalista. A cisão temporal se consolida na separação entre “tempo de trabalho” e “tempo de vida”, típica da sociedade capitalista moderna e sobre a qual uma vasta reflexão historiográfica e sociológica foi construída<sup>279</sup>. Por sua vez, a cisão espacial se assenta sobre a separação entre “local de trabalho” e “local de moradia”, própria da nossa sociedade e também objeto de reflexões importantes da geografia<sup>280</sup>. Como consequência disso, a reprodução das condições sociais de sobrevivência do trabalhador na sociedade capitalista divide-se em duas esferas sociais diferentes, aquela que se dá em seu local e no seu “tempo de trabalho” e aquela concernente à dinâmica de seu local de habitação e de seu “tempo de vida”. Neste se constitui uma economia doméstica, com um conjunto de atividades de produção e consumo específicas, responsáveis pela reprodução social do trabalho, que se relaciona, é verdade, com a dinâmica de trabalho, mas de maneira partida, vivida em um espaço e um tempo cingidos<sup>281</sup>.

Os estudos históricos sobre o processo de formação dessa realidade capitalista apontaram, justamente, para a historicidade desse estado de coisas, ressaltando a alteridade em relação às realidades pré-capitalistas e o processo de transformação que levou à realidade atual. Talvez isso tenha estimulado uma percepção de que a realidade pré-capitalista de maneira geral e camponesa em especial fossem uma imagem em negativo do estado de coisas na sociedade capitalista. Os estudos seminais de Peter Laslett e seu *Cambridge group for study of population and society* defendiam na década de 70, por exemplo, que os *households* formados por famílias nucleares haviam sido a unidade primária de produção e reprodução até que a revolução industrial forçasse a separação

---

<sup>278</sup> MARX, Karl, **O capital: Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 788–813.

<sup>279</sup> THOMPSON, Edward Palmer, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, *in*: **Costumes em comum**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267–304; KURZ, Robert, A expropriação do tempo, **Folha de São Paulo**, 1999; GRUPO KRISIS, Manifesto contra o trabalho.

<sup>280</sup> ENGELS, Friedrich, **Sobre a questão da moradia**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 25–26, 71; HARVEY, David, O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, **Revista espaço e debates**, v. 6, 1982; HARVEY, David, **A produção capitalista do espaço**, [s.l.]: Annablume, 2005.

<sup>281</sup> HARVEY, O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, p. 7–8.

entre a casa e o local de trabalho, deixando para o *household* apenas as funções de reprodução, socialização e consumo<sup>282</sup>.

Em parte, essa visão reflete um fato importante: a inexistência de uma esfera social, temporal e geográfica específica do *trabalho* em comunidades pré-capitalistas. Nesse sentido, a realidade camponesa não está partida em “tempo de trabalho” e “tempo de vida” nem mesmo em “local de trabalho” e “local de moradia”. As dinâmicas de trabalho e de reprodução social não são decompostas em esferas distintas na realidade camponesa, ambas são determinadas pela inserção social de cada camponês na realidade comunitária em que vivem e suas dinâmicas são dadas de maneira unívoca.

Essa correta interpretação de uma unicidade trabalho-vida social nas comunidades camponesas acaba por se materializar na ideia espacial de uma “fazenda” camponesa, espaço unitário de trabalho e habitação de uma família nuclear camponesa. Este passo, porém, me parece reducionista. Ainda que trabalho camponês e moradia camponesa não possam ser partidos enquanto categorias dicotômicas, como o são no caso do proletariado capitalista, essa unicidade não é, necessariamente, singular. Pelo contrário, existem vários fatores que apontam para uma unicidade complexa da vida social camponesa.

Em primeiro lugar, o local de trabalho camponês não deve ser identificado de maneira monista. Muitas vezes se trata o “lote de terra” camponês como algo singular, paralelo à fábrica ou escritório onde o proletário moderno precisa bater ponto cotidianamente – com a particularidade de que aquela também é local de moradia do trabalhador. O trabalho camponês, tanto espacial quanto temporalmente, é mais dinâmico que isso. São inúmeros os estudos que identificam a variação na demanda por trabalho das diferentes atividades agro-pastoris ao longo do ano agrícola<sup>283</sup>. Os próprios tratados dos agrônomos deixam isso bastante claro, listando inúmeras atividades que devem ser executadas em diferentes épocas. Isso implica, no mínimo, que o trabalho camponês pode exigir o movimento por locais diferentes para além das terras de cultivo – na época da colheita de uvas podem precisar procurar um lagar, na época das azeitonas, uma torcular, quando os grãos estiverem prontos para o processamento, um moinho, e por aí em diante.

---

<sup>282</sup> LASLETT, Paul; WALL, R. (Orgs.), **Household and Family in Past Time**, Cambridge: Cambridge University Press, 1972; LASLETT, Peter, **The world we have lost**, [s.l.]: Scribner, 1973.

<sup>283</sup> ERDKAMP, Paul, Agriculture, underemployment, and the cost of rural labour in the Roman world, **The Classical Quarterly (New Series)**, v. 49, n. 02, p. 556–572, 1999; ERDKAMP, Paul, Seasonal labour and rural-urban migration in Roman Italy, *in*: LIGHT, Luuk de; TACOMA, Laurens E. (Orgs.), **Migration and Mobility in the Early Roman Empire**, Leiden: Brill, 2015.

Além disso, esses camponeses podem trabalhar em mais de um lote de terra: seja porque eles ou suas famílias possuem um patrimônio fundiário disperso, com diferentes lotes de terra possivelmente dedicados a cultivos diferentes que exigem níveis de cuidados distintos em épocas diferentes do ano; seja porque eles trabalham em terras de outras famílias camponesas como assalariados temporários ou como auxílio em sistemas de reciprocidade; ou ainda por que eles trabalham também nas terras de grandes proprietários, como assalariados temporários ou submetidos a dinâmicas de dominação pessoal que envolvam a prestação eventual ou rotineira de trabalho. Uma importante passagem em Catão – a fonte direta mais antiga que temos para tratar dessas relações agrárias no mundo romano – aconselha o leitor a tratar bem os vizinhos para assim conseguir travar vários tipos de relações com eles, entre as quais a contratação de trabalhadores<sup>284</sup>. Vasilij Kuziscin identifica nessa e em algumas outras passagens de Catão indícios de um sistema de ajudas mútuas na vizinhança que parece ter origens camponesas<sup>285</sup>.

Ademais, as formas de propriedade da terra também podem fazer o local de trabalho variar; não é óbvio nem se deve pressupor que esses camponeses apropriavam privadamente lotes contíguos de terra ao redor de sua casa. Tanto propriedades dispersas quanto *formas* diferentes de propriedade podem ter existido em diferentes contextos, interferindo nos locais de vida e trabalho dos camponeses. Nesses movimentos, diferentes edifícios podem desempenhar diferentes papéis que em um primeiro olhar incluiríamos em uma noção singular de “habitação”, como descanso, refeição, socialização, entre outros, ao mesmo tempo em que também desempenham diferentes papéis produtivos, no que incluiríamos em uma ideia singular de “fazenda”.

Esses camponeses podem também trabalhar em outras atividades para além da agricultura, buscando empregos sazonais em cidades ou portos, se envolvendo no pastoreio, caça ou pesca, trabalhando em oficinas de manufatura, entre outras atividades possíveis. Dentre essas, não podemos nos esquecer da guerra, uma importante atividade social da realidade camponesa antiga<sup>286</sup>. Além disso, aquilo que entendemos como “trabalho” não é a única coisa que os camponeses fazem: eles se movimentam por locais

---

<sup>284</sup> Catão, *Sobre a agricultura*, 4.1.

<sup>285</sup> KUZÍSCIN, Vasilij Ivanovič, L'azienda contadina dell'antica Roma come modello economico, in: BIEŻUŃSKA-MAŁOWIST, Izabela (Org.), **Schiavitù e produzione nella Roma repubblicana**, Roma: L'Erma di Bretschneider, 1986, p. 218–219. Catão, *Sobre a agricultura*, 5.3.

<sup>286</sup> Sobre a relação entre agricultura e atividade militar entre os camponeses romanos, ver: ROSENSTEIN, Nathan Stewart, **Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic**, Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2004.

de cultos e festividades (muito importantes para a reprodução daquilo que Maurice Godelier chamou de “forças produtivas ideais”<sup>287</sup>), participam de reuniões e discussões políticas (institucionais ou não)<sup>288</sup>, vão ao mercado para comprar, vender, socializar<sup>289</sup>. Precisamos estar atentos à complexidade do assentamento camponês, à diversidade das estruturas do assentamento rural e à importância dos locais de convergência dos camponeses, que servem como ponto de encontro desta população mesmo quando ela vive dispersa pelo campo.

Tudo isso não significa negar a existência de fazendas camponesas, que sejam o local primordial de moradia e trabalho de uma unidade doméstica, um núcleo familiar camponês. É razoável supor que as famílias camponesas, sobre as quais sabemos muito pouco, na verdade, viviam em casas de fazenda, sobre as quais sabemos menos ainda. Contudo, a relação desse campesinato com esses espaços é menos opaca do que se imagina muitas vezes. A complexidade da vida social do campesinato se materializa em um assentamento humano complexo, que não pode ser limitado por categorias reducionistas como “Fazenda”.

#### *4.2.2. A média e longa duração: ciclos de vida familiar e transformações na estrutura da vida social camponesa*

Ademais, na média duração, uma família camponesa ou alguns de seus membros podem se ver obrigados a mudar de local de residência. Não há porque imaginar que os camponeses se fixavam em um tipo de assentamento e dele não abriam mão. É muito mais plausível que estratégias familiares, impulsionadas por razões diversas, acabassem estimulando mudanças de pelo menos alguns dos membros da família camponesa – mudanças não apenas de localização, mas também de tipo de assentamento em que viviam. Isto é, alguns camponeses podiam abandonar o campo e ir para uma cidade próxima ou mesmo emigrar para regiões mais distantes, da mesma maneira que uma família camponesa baseada na cidade poderia acabar deslocando alguns de seus membros para o campo. Walter Scheidel identifica o período entre 338 e 263 a.C. como a época da

---

<sup>287</sup> GODELIER, Maurice, **The Mental and the Material. Thought Economy and Society**, London ; New York: Verso, 1986, p. 10, 30–31 e 35.

<sup>288</sup> DETIENNE, Marcel, **Os Gregos e nós**, São Paulo: Loyola, 2008, p. 126–129; GALLEGO, Julián, **Campeños en la ciudad**, [s.l.]: Ediciones del Signo, 2005, p. 21–41.

<sup>289</sup> DE LIGT, Luuk, **Fairs and markets in the Roman Empire: economic and social aspects of periodic trade in a pre-industrial society**, Amsterdam: Gieben, 1993; FRAYN, Joan M., **Markets and fairs in Roman Italy: their social and economic importance from the second century BC to the third century AD**, Oxford: Clarendon, 1993.

primeira do que ele chama de “as quatro grandes migrações”, momentos da história republicana e augustana em que grandes parcelas da população romana foram remanejadas com a fundação de colônias<sup>290</sup>. O espectro de alternativas é bem vasto e não podemos simplificar as possibilidades de escolhas dos camponeses.

A dinâmica familiar, o ciclo de vida dos integrantes da unidade doméstica camponesa, certamente era um elemento fundamental para estas questões concernentes à média duração, podendo determinar variações nas formas de organização do assentamento das famílias. Durante muito tempo, os estudos sobre a família romana estiveram dominados por análises baseadas em fontes legais e jurídicas e destacavam, sobretudo, os amplos poderes do *pater familias*. Acreditava-se que a família romana se baseava em um modelo patriarcal no qual o ascendente masculino mais velho subjugava sua esposa, seus descendentes e as esposas destes, reunindo em uma mesma unidade doméstica expandida com o convívio de três gerações (*joint agnatic household*)<sup>291</sup>.

Ainda segundo essa imagem, certa discrepância entre as fontes jurídicas e o que se percebia nas fontes literárias era resultado de uma degradação paulatina ao longo dos séculos do padrão patriarcal. Nesse sentido, o período aqui em análise seria ainda mais marcado por esse modelo patriarcal rígido do que os séculos posteriores<sup>292</sup>. A imagem das *gens*, os clãs que dominariam a sociedade romana primitiva, indicava unidades familiares extensas, controladas pelos chefes de clãs (*pater gentilis*), o ascendente masculino mais velho da família estendida.

A partir de um artigo seminal de John Crook, a imagem da família romana organizada em linhagens patriarcais bastante rígidas se esmoreceu. Não só o estudo das fontes literárias mostrou realidades sociais muito distantes das imagens apreendidas a partir dos modelos jurídicos<sup>293</sup>. Estudos demográficos mostraram que, por conta da tendência dos homens romanos se casarem próximo aos trinta e da baixa expectativa de vida geral, a porcentagem de homens adultos com pais vivos era razoavelmente baixa<sup>294</sup>.

No pós-guerra, os estudos históricos e antropológicos sobre parentesco e linhagens familiares sofreram uma importante modificação. No lugar da imagem até então

---

<sup>290</sup> SCHEIDEL, Human Mobility in Roman Italy, I, p. 10–11 Sobre as colonizações deste período, ver o Capítulo 4, seção 3.

<sup>291</sup> DIXON, Suzanne, **The Roman Family**, [s.l.]: JHU Press, 1992, p. 3.

<sup>292</sup> Essa é a tese estabelecida pelo clássico: FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis, **A cidade antiga**, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>293</sup> CROOK, J.A., Patria Potestas, **Classical Quaterly**, v. 17, p. 113–22, 1967.

<sup>294</sup> SALLER, Richard P., **Patriarchy, Property and Death in the Roman Family**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1997.

predominante de que a família nuclear era uma construção recente e que, dentro de uma chave evolucionista, sociedades “primitivas” seriam dominadas por formas estendidas de unidades familiares (linhagens, clãs, etc.)<sup>295</sup>, ganhou espaço a ideia de que famílias nucleares, formados por um casal com seus descendentes diretos, eram a forma historicamente mais comum de organização familiar<sup>296</sup>. A influência dessa perspectiva, convergindo com a perda de espaço do modelo patriarcal, levou boa parte dos estudos sobre a família romana na segunda metade do século passado a apontarem na direção de famílias nucleares como o modelo típico de organização das casas romanas<sup>297</sup>.

Há alguns anos atrás, Christopher Smith escreveu uma obra sobre a comunidade romana entre o período monárquico e o começo da República, tendo na questão dos clãs e da *gens* um ponto central, que estimulou uma renovação na forma como devemos pensar a *gens* romana. Smith argumenta, a meu ver convincentemente, que a reivindicação de pertencimento à determinadas *gens* pelos patrícios romanos não é uma reminiscência histórica do tempo em que a sociedade romana se organizava de maneira gentílica, clânica. Estamos, na verdade, diante do que poderíamos entender como uma “invenção de tradição” dos patrícios, que envolve outros elementos<sup>298</sup>. Se Smith está certo, as menções às *gens* referentes ao início da história romana não podem servir de indício da existência de uma organização clânica da sociedade romana e italiana entre o período arcaico e meados do período republicano.

Isso, contudo, também não serve como prova para a inexistência dessa forma de organização social nesse período – mais uma vez nos vemos diante do problema da ausência de evidências e evidência de ausências. O que Smith faz perfeitamente é, apenas, dissociar a existência da *gens* romana no final do período monárquico e início do período republicano da existência da linhagem e da organização clânica na Roma e na Itália arcaicas. Aqui, me parece, que ficamos diante de um impasse sem solução razoável. Apostar que a Itália arcaica era organizada em facções clânicas baseadas em linhagens de

---

<sup>295</sup> A obra central para essa percepção parece ter sido a do francês Frédéric Le Play LE PLAY, Frederic, **L’Organisation de La Famille (1871)**, [s.l.]: Kessinger Publishing, 2009; Sobre Le Play e como sua visão da família se relaciona com a totalidade de seu pensamento social, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, A família na obra de Frédéric Le Play, **Dados**, v. 45, n. 3, p. 513–544, 2002.

<sup>296</sup> MURDOCK, G.P., **Social Structure**, New York: Macmillan, 1949; LASLETT; WALL (Orgs.), **Household and Family in Past Time**.

<sup>297</sup> DIXON, **The Roman Family**, p. 6–7; O estudo mais influente no estabelecimento dessa ideia, diretamente influenciado pelos estudos do grupo de Laslett, foi: SALLER, Richard P.; SHAW, Brent D., Tombstones and Roman Family Relations in the Principate: Civilians, Soldiers and Slaves, **The Journal of Roman Studies**, v. 74, p. 124–156, 1984.

<sup>298</sup> SMITH, **The Roman Clan: The Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2006.

parentesco que com o tempo se dissolvem diante de um sistema político baseado na cidadania e de um sistema familiar nuclear me parece colocar muitas fichas numa visão evolucionista linear da história do desenvolvimento das relações de parentesco<sup>299</sup>. Por outro lado, apostar que essa mesma sociedade já era organizada em famílias nucleares talvez seja negar muito facilmente a possibilidade de grandes variações nas formas de organização social e tomar como quase que natural uma forma de relação de parentesco que nos parece mais familiar.

O limite do que acredito que seja razoável afirmar sobre esse tema é pontuar que, como tentarei mostrar ao longo de toda esta tese, Roma, a Itália e mesmo boa parte do Mediterrâneo estavam passando por grandes transformações sociais, que talvez tenham como marco inicial o século VIII a.C., mas que parecem ganhar força entre o VI e o V a.C. e se consolidar nos séculos IV e III a.C.. É bem razoável imaginar que transformações tão drásticas nas estruturas sociais tenham levado a mudanças nas formas de organização familiar e de estruturação das unidades domésticas. Contudo, não sabemos que transformações eram essas na Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C.. A saída mais razoável para esse impasse empírico me parece ser buscar informações sobre os períodos posteriores, sobre os quais temos boas informações, e utilizá-las para pontuar as questões que precisam ser abordadas nesse estudo sobre as estruturas camponesas – tendo em mente que, ao fim e ao cabo, a realidade do período aqui em estudo poderia ser sensivelmente diferente.

Um ponto fundamental para o estudo sobre as famílias e as unidades domésticas romanas é a especificidade do tipo de material primário utilizado nessas pesquisas. Para além das normas do direito romano que conhecemos e das imagens que a literatura clássica nos apresenta, a principal fonte utilizada nesses estudos são as dedicações funerárias, razoavelmente abundantes para algumas regiões do Império Romano, mas sobre as quais pairam questões metodológicas fundamentais. A exceção a essa realidade são as informações sobre censos realizados em algumas localidades do Egito romano encontradas em papiros.

O principal estudo realizado a partir dessas informações, de Roger Bagnall e Bruce Frier, identificou padrões bastante interessantes sobre a composição doméstica. De fato,

---

<sup>299</sup> A melhor tentativa que eu conheço de enquadrar a sociedade italiana arcaica - e mesmo já em período avançados da história romana - como uma sociedade clânica está presente em: TERRENATO, Nicola, The clans and the peasants: reflections on social structure and change in Hellenistic Central Italy, *in*: TERRENATO, Nicola; DOMMELEN, Peter Alexander René van, **Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2007.

unidades domésticas formadas por um casal e seus filhos solteiros compunham a maior parcela das unidades domésticas (43,1% das unidades domésticas, totalizando 35,5% das pessoas vivendo nessas unidades domésticas). Contudo, casas compostas por uma pessoa apenas (16,2% das unidades, 3,8% das pessoas), normalmente mais velha, por irmãos solteiros morando juntos (4,8% das unidades, 2,5% das pessoas), por famílias nucleares estendidas (15% das unidades, 15,4% das pessoas) – isto é, quando para além do casal e dos filhos, um ou mais parentes solteiros ou viúvos moram na casa – e por famílias múltiplas (21% das unidades, 42,8% das pessoas) – isto é, mais de um casal e seus filhos morando junto – conformavam realidades bastante recorrentes também<sup>300</sup>. Destaca-se, ainda, o fato de que mesmo as famílias múltiplas formando um número menor de unidades domésticas, elas concentram a maior parcela da população. Esses dados se tornam ainda mais relevantes para meu argumento quando percebemos que essa proporção aumenta se levarmos em conta apenas os números recolhidos em contextos rurais: 25,3% das unidades domésticas nesse caso são compostas por famílias múltiplas reunindo 49,8% da população<sup>301</sup>.

Muitas vezes se questiona o quanto dados mais precisos sobre diversas questões demográficas, sociais e econômicas que a papirologia do Egito grecorromano nos permite identificar podem ser utilizados para pensar a realidade do resto do Mediterrâneo antigo ou se deveriam ser tratados como especificidades egípcias. Fazendo frente a esta questão, Bagnall e Frier compararam seus dados com outros de tipo similar construídos a partir de fontes medievais italianas<sup>302</sup> e Sabine Huebner estendeu o procedimento comparando-os com outras regiões do Mediterrâneo pré-capitalista<sup>303</sup>. As semelhanças nas porcentagens são consistentes o suficiente para nos fazer acreditar que a realidade egípcia não era necessariamente tão particular em relação ao restante do Mediterrâneo da época.

Mais do que tipos alternativos de forma de organização das unidades domésticas, essas variações precisam ser entendidas como momentos possíveis dentro dos ciclos de vida familiares. Ainda que a base da estrutura doméstica possa ser identificada com uma família nuclear, diversas implicações sobre a organização dessa estrutura são causadas

---

<sup>300</sup> BAGNALL, Roger S.; FRIER, Bruce W., **The Demography of Roman Egypt**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1994, p. 59–63.

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 66–68.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p. 171–173.

<sup>303</sup> HUEBNER, Sabine, Household composition in the Ancient Mediterranean - What do we really know?, in: RAWSON, Beryl (Org.), **A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds**, [s.l.]: John Wiley & Sons, 2010, p. 78–80.



por questões ligadas aos ciclos do curso da vida familiar, que fazem as unidades familiares se expandirem e se contraírem ao longo das décadas<sup>304</sup>.

Nas últimas décadas foram realizados uma quantidade bastante significativa de estudos sobre essas dinâmicas familiares no mundo romano a partir das fontes literárias. Consequência do nosso material primário, nossas informações se concentram no topo da hierarquia social, mas podem servir como modelos para refletirmos sobre a realidade camponesa. Esses estudos mostram, por exemplo, que, mesmo sendo baixa a proporção de pessoas mais velhas, especialmente homens, que sobreviviam por muito tempo depois da idade de casamento dos seus filhos, os poucos que o faziam muitas vezes viviam sua velhice na casa dos filhos. Casos de co-residência de irmão casados também são registrados, assim como a existência de “*households* estendidos”, com a co-residência de três gerações. Divorciados e viúvos costumam casar-se novamente, o que criava relações familiares complexas que podiam ser resolvidas de maneiras diversas. Além disso, a dinâmica de composição das casas era influenciada por fatores para além da consanguinidade: mesmo famílias razoavelmente humildes podiam vir a ter dependentes ou escravos, e crianças e jovens eram muitas vezes enviados para outras famílias como aprendizes<sup>305</sup>.

No caso do campesinato, os ciclos de vida e as escolhas estratégicas que elas envolvem (sair de casa dos pais ao casar, ir para casa dos filhos ao se tornar viúvo, morar com outros familiares, etc.) deviam estar diretamente relacionados com estratégias sociais e econômicas. A intensificação da agricultura poderia depender de um número maior de trabalhadores em casa, mas ao mesmo tempo a exploração de novas terras poderia exigir o deslocamento de membros da família para novas estruturas domésticas. O serviço militar<sup>306</sup>, a migração (pendular ou definitiva) e mesmo viagens longas para participar de festivais e feiras também teriam impacto sobre as estratégias ligadas às variações da unidade doméstica.

Em termos de estruturas do assentamento camponês, o que podemos depreender de tudo isso é que é impossível enquadrar as dinâmicas familiares camponesas, de curto ou médio prazo, em uma ideia muito estática de “fazenda camponesa” como um espaço unitário. Para além da complexidade da curta duração, dos eventos determinados pelos

---

<sup>304</sup> STONE, L., Family History in the 1980's: Past Achievements and Future Trends., **Journal of Interdisciplinary History**, v. 12, p. 51–87, 1981, p. 63.

<sup>305</sup> DIXON, **The Roman Family**, p. 7–10.

<sup>306</sup> ROSENSTEIN, **Rome at War**, cap. 3.

ciclos da vida social camponesa (que incluem as diversas atividades produtivas), essas transformações de média duração, muitas delas com tendências “cíclicas”, também “fragmentam” a noção de “Fazenda camponesa”. Suzanne Dixon afirmou, com precisão, que só é aceitável afirmar que a maioria dos romanos vivia a maior parte de suas vidas em famílias nucleares se levarmos em consideração que essa noção de “família nuclear” acomode variações específicas determinadas por questões ligadas ao curso da vida das pessoas<sup>307</sup>. No mesmo sentido, me parece que só devemos aceitar a ideia de esses mesmos romanos viviam nessas mesmas famílias nucleares em “fazendas camponesas” se estivermos cientes das variações diversas que esse modelo pode sofrer – e também estivermos atentos às consequências disso para as estruturas do assentamento camponês.

Por fim, na longa duração, existem tendências de desenvolvimento do padrão de assentamento em um ou outro sentido aos quais devemos estar atentos – isto é, não existe “a” forma de assentamento do campesinato romano, esta é dada historicamente e se transforma ao longo do tempo. Transformações nas formas como a vida social camponesa transcorre podem estimular o desenvolvimento de novas formas de assentamento: mudanças no sistema agrícola, novas formas de produção e de dependência pessoal, entre outros fatores históricos podem determinar mudanças fundamentais nas formas de estruturas e de padrões de organização do assentamento camponês. Neste capítulo já apontei para um aparente desenvolvimento de novas formas de construção de estruturas camponesas na passagem do século VI para o século V a.C., e tratarei de uma importante transformação no padrão de assentamento nos capítulos três e quatro.

Antes disso, porém, é preciso voltar os olhos para a segunda categoria que dominou os esquemas de classificação dos sítios nos levantamentos de superfície: a *uilla*.

---

<sup>307</sup> DIXON, *The Roman Family*, p. 11.

## Capítulo 2:

### Blocos de tufo e as “*uillae* primitivas”:

#### os grandes edifícios rurais dos primeiros séculos da República

##### 1. Problemas conceituais de uma categoria clássica: *uilla* e “sistema da *uilla*”

No capítulo anterior mostrei como, dentro do sistema classificatório articulado em torno das categorias “Fazenda” e *Villa*, a imagem da primeira foi determinada por uma noção tradicional do campesinato amplamente difundida na sociologia e na historiografia. A segunda categoria, é mais fácil perceber, foi determinada por uma imagem difundida especificamente nos estudos sobre História Romana: a *uilla* romana. Quando determinados sítios identificados pelos levantamentos de superfície são classificados como vestígios de “*Villae*”, remete-se a uma categoria facilmente reconhecida entre os que estudam o mundo romano e bem mais específica que o genérico “Fazenda”. Contudo, isso não evitou uma série de problemas decorrentes dessa categorização. Categoria facilmente reconhecida não implica em categoria precisa, muito pelo contrário: a multiplicidade de estudos sobre a “*uilla*” só fez multiplicar os sentidos do termo.

Quando uma classificação remete à ideia de “*Villa*”, diferentes leitores apreendem imagens distintas. Noções e categorias diferentes se desenvolveram na arqueologia, nos estudos clássicos e na historiografia a respeito desta categoria tomando-se por referência aspectos definidores diferentes. O termo *uilla* tende a remeter leitores, sobretudo, a duas imagens: um tipo de estrutura arquitetônica (a grande e luxuosa residência rural da classe dominante urbana) e a um tipo de unidade econômica (a média ou grande propriedade fundiária escravista especializada na produção, especialmente de vinho e azeite, para o mercado). Assim, quando um leitor é informado pelo relatório de um levantamento que determinado sítio foi classificado como vestígio de uma *uilla*, ele pode concluir coisas distintas dependendo da área de estudos com a qual ele está mais familiarizado. E nem sempre é possível associar diretamente esses diferentes elementos: isto é, a difusão de um tipo de estrutura arquitetônica não significa necessariamente a difusão de um tipo de sistema econômico. Portanto, antes de fazer qualquer discussão mais específica sobre edifícios enquadrados nessa categoria me parece necessário traçar um quadro razoavelmente diverso de como o termo *uilla* tem sido utilizado, sua relação com a

definição de uma categoria de assentamento rural e suas consequências para o estudo deste assentamento.

### 1.1 As *Villae* nas escavações arqueológicas: o modelo arquitetônico

O termo *uilla* é amplamente utilizado para se referir a um tipo de estrutura bastante conhecida na arqueologia rural da Itália romana, com incontáveis exemplares escavados nos últimos séculos<sup>308</sup>. Esse modelo de estrutura foi também “exportado” para outras regiões do Império romano a partir do século I d.C., sendo estudado como um dos mais característicos aspectos da presença romana no mundo rural das províncias<sup>309</sup>.

Na região a que esta tese se dedica, a identificação deste tipo de estrutura remonta aos mais antigos estudos topográficos realizados ainda pelos antiquários renascentistas. Na busca por “fornecer um contexto físico aos textos clássicos cuja publicação e estudo se difundiam”<sup>310</sup>, esses eruditos começaram a encontrar, dentre diversas ruínas da época romana presentes na topografia da Itália central, algumas grandes residências rurais aristocráticas. Estas, dentre as quais se destacou a *Villa Adriana*, construída pelo imperador Adriano na primeira metade do século II d.C. próximo à antiga Tibur (Tivoli moderna, ver mapa da figura 66 e ilustrações das figuras 67 e 68), serviram de materialização dos modelos arquitetônicos de casa no campo identificados pelos eruditos e arquitetos renascentistas na tradição literária clássica<sup>311</sup>, sobretudo nos textos de Horácio<sup>312</sup> e Plínio, o jovem<sup>313</sup>. Desde os primórdios da identificação de *uillae* na paisagem italiana já se destacava um viés que predominaria nos estudos sobre os edifícios rurais italianos: o peso da influência das imagens da tradição literária clássica.

A partir dessa ideia de casa no campo romana construída a partir de fontes escritas e alguns poucos vestígios arqueológicos, os arquitetos renascentistas criaram o modelo de “*Villa Renascentista*”<sup>314</sup>, que buscava emular o pretense modelo clássico de *uilla*, mas

<sup>308</sup> Para um excelente estudo das *Villae* na Itália central, com um exaustivo catálogo dos exemplares escavados, ver: MARZANO, Annalisa, **Roman villas in central Italy: a social and economic history**, Leiden ; Boston: Brill, 2007.

<sup>309</sup> Sobre as *uillae* provinciais, ver: PERCIVAL, John, **The Roman Villa: An Historical Introduction**, Berkeley: [s.n.], 1976; SMITH, J. T., **Roman Villas: A Study in Social Structure**, [s.l.]: Routledge, 2012; RIVET, Albert Lionel Frederick, **The Roman Villa in Britain**, [s.l.]: Praeger, 1969.

<sup>310</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz, **Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 37.

<sup>311</sup> SELLERS, Vanessa Bezemer; TAYLOR, Geoffrey, The Idea and Invention of the Villa, *in*: **Heilbrunn Timeline of Art History**, New York: The Metropolitan Museum of Art, 2004.

<sup>312</sup> Horácio, *Odes*, 1.17; *Epístolas*, 1.7 e 1.10.

<sup>313</sup> Plínio, o jovem, *Epístolas*, 2.17, 5.6.

<sup>314</sup> LUCCAS, Luís Henrique Haas, Distribuição na arquitetura do renascimento italiano: sobre arranjos, compartimentação e circulação interior na casa renascentista., **Vitruvius**, v. 11, 2011.

que na verdade estabeleceu um novo modelo de casa de campo<sup>315</sup>. Esse modelo renascentista de *uilla* estava primordialmente focado na questão da residência aristocrática luxuosa no campo, o que em parte determinou um olhar enviesado para as *uillae* romanas<sup>316</sup>, que como veremos iam além desse aspecto.

Já no século XVIII, algumas academias locais italianas, interessadas na valorização de seu passado para a construção de identidades regionais próprias, deram início a escavações mais sistemáticas de *uillae*, mas as principais descobertas de *uillae* nesse período se deram com o início da escavação das regiões soterradas pela famosa erupção do Vesúvio em 79 d.C., primeiro em Herculano, depois em Pompéia e Estábia (ver mapa da figura 55) – dentre os quais se destacou a ricamente ornada *Villa* dos Papiros, escavada em 1750<sup>317</sup> (ver representação da figura 69). Contudo, foi só a partir do final do século XIX que as escavações desses edifícios (e a divulgação de seus resultados) começaram a ganhar alguma sistematicidade e método<sup>318</sup>. Especialmente a partir dos exemplares escavados na região vesuviana, alvo de uma nova fase de escavações entre 1895 e 1920 (estimulada, entre outras razões, pela descoberta de um rico tesouro de vasos de prata na *Villa* de Pisanella<sup>319</sup> – ver representações das figuras 70, 71 e 72) que essas informações começaram a ser utilizadas pelos historiadores da economia e da sociedade romana<sup>320</sup>.

De toda forma, escavações que seguissem de maneira mais rigorosa as técnicas do método estratigráfico e que buscassem uma identificação mais precisa da história de ocupação do sítio escavado só vão tomar lugar na Itália central a partir da década de 60 do século XX<sup>321</sup>, com escavações como as das quase vizinhas *Villas* de San Rocco<sup>322</sup> e Posto<sup>323</sup>, em Francolise, Campânia Setentrional (ver mapas das figuras 73 e 74 e representações das figuras 75 e 76), e de Settefinestre (ver representações das figuras 77

<sup>315</sup> O grande modelo de *Villa* Renascentista é encontrado nas casas de campo projetadas pelo arquiteto veneziano Andrea Palladio. Em seus escritos sobre a arquitetura, ele dedicou alguns capítulos à sistematização do modelo da *Villa*, incluindo um capítulo sobre a “*Villa* dos antigos”. Ver Andrea Palladio, Os quatro livros sobre a arquitetura, Livro 2, caps. 12-16. SELLERS; TAYLOR, *The Idea and Invention of the Villa*.

<sup>316</sup> PURCELL, Nicholas, *The Roman villa and the landscape of production*, in: CORNELL, Tim J.; LOMAS, Kathryn (Orgs.), *Urban Society In Roman Italy*, [s.l.]: Taylor & Francis, 1996, p. 169.

<sup>317</sup> GUARINELLO, *Ruínas de uma paisagem*, p. 38–41.

<sup>318</sup> *Ibid.*, p. 42–45.

<sup>319</sup> *Ibid.*, p. 320.

<sup>320</sup> O pioneiro e mais influente estudo nesse sentido, sem sombra de dúvidas, foi: ROSTOVITZ, Michael Ivanovitch, *The Social & Economic History of the Roman Empire*, [s.l.]: Biblio & Tannen Publishers, 1926.

<sup>321</sup> GUARINELLO, *Ruínas de uma paisagem*, p. 51–53.

<sup>322</sup> COTTON, M. Aylwin; MÉTRAUX, Guy P. R., *The San Rocco villa at Francolise*, [s.l.]: British School at Rome, 1985.

<sup>323</sup> COTTON, M. Aylwin; ARTS, New York University Institute of Fine, *The late Republican villa at Posto Francolise*, [s.l.]: British School at Rome, 1979.

e 78), no território de Cosa, na costa da Etrúria<sup>324</sup> (ver mapa da figura 46). Apenas a partir de então que as *uillae* no centro do Império Romano passaram a ser razoavelmente bem conhecidas como já eram há algum tempo suas equivalentes provinciais<sup>325</sup>.

Desta maneira, ao longo dos últimos séculos, foram escavados na Itália central muitos edifícios que, ainda que tivessem importantes indícios de uso agrícola, chamavam a atenção geralmente por conta da suntuosidade de suas partes destinadas à habitação aristocrática. Consistiam em estruturas de médio para grande porte, as vezes com alguns edifícios articulados. Elas não estavam inseridas nem em um contexto urbano nem em um assentamento nuclear de menor porte, como algum tipo de aldeia ou vila, eram edifícios isolados.

Ainda que distintos entre si, todos esses edifícios rurais isolados foram repetidamente identificados como *uillae*, o termo usado nas fontes literárias para se referir aos edifícios-sede das propriedades fundiárias dos aristocratas romanos e que, acreditava-se desde a Renascença, eram materialmente exemplificados pelos vestígios identificados nessas escavações. Essas *uillae* foram identificadas com um modelo arquitetônico que mantinha certos princípios básicos, ainda que variáveis tanto histórica quanto geograficamente. O fundamento básico desse modelo era a presença de uma parte habitacional significativamente luxuosa que emulava em algum nível elementos da típica arquitetura urbana romana. Isto é, as *uillae* eram produto de uma perspectiva urbana de habitação no campo, símbolo de uma relação subordinada do campo frente à cidade<sup>326</sup>. Os poderosos da cidade se inserem no campo trazendo seus modos e gostos urbanos<sup>327</sup>. Talvez um dos maiores símbolos dessa associação entre *uilla* e arquitetura urbana seja o fato de Vitrúvio, em seu tratado sobre arquitetura, tratar apenas das partes produtivas das *uillae* nos capítulos dedicados às casas de campo<sup>328</sup>. A parte residencial destas é associada

---

<sup>324</sup> CARANDINI, Andrea; FILIPPI, M. Rossella, **Settefinestre: una villa schiavistica nell'Etruria romana**, Modena: Panini, 1985.

<sup>325</sup> COTTON, M. Some research work on Roman villas in Italy, 1960-1980. In: Rome and her northern provinces. apud: GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 52.

<sup>326</sup> James Ackerman defende um modelo transistórico de Villa (tendo Roma como origem mas incluindo casas de campo em inúmeras sociedades com alto grau de urbanização, incluindo os dias atuais) que tem nesse elemento da relação campo-cidade um elemento central. ACKERMAN, James, *The Villa as Paradigm*, **Perspecta**, v. 22, p. 10-31, 1986; Para uma crítica a essa abordagem transitória e a defesa da Villa romana como um tipo específico, ver: PURCELL, *The Roman villa and the landscape of production*, p. 169.

<sup>327</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew, *The Villa as a cultural symbol*, in: FRAZER, Alfred (Org.), **The Roman Villa: Villa Urbana**, [s.l.]: UPenn Museum of Archaeology, 1998, p. 44.

<sup>328</sup> Vitrúvio, *Sobre a arquitetura*, 6.6.1-7.

completamente com as casas urbanas e, para ele, nada específico precisaria ser dito acerca dela<sup>329</sup>.

Um desses elementos é o esquema tradicional da arquitetura doméstica da *domus*, a típica residência urbana da classe dominante romana, baseada na associação do átrio e do peristilo. Esse modelo aparece especialmente em *uillae* italianas e de outras áreas do Mediterrâneo, ainda que algumas vezes em uma sequência reversa à tradicional<sup>330</sup> – característica apontada por Vitruvius como típica das casas no campo<sup>331</sup>. Contudo, a ênfase nesses elementos arquitetônicos criou certas confusões tipológicas, especialmente quando se tentou identificar uma *uilla* típica com aquelas que seguiam esse padrão da *domus* – e que por sua vez seriam as verdadeiras *uillae* da aristocracia romana – sem que houvesse verdadeira fundamentação empírica para tanto. Como bem aponta Nicholas Purcell, os ingredientes arquitetônicos que podem compor uma *uilla* são tantos e podem ser combinados de maneira tão diversa que seria muito difícil criar uma tipologia arquitetônica que enquadrasse isso de maneira satisfatória<sup>332</sup> - para além do fato de *uillae* mais simples poderem ser propriedades secundárias de grandes proprietários, como explicado no capítulo anterior.

Mais importante para definir essa relação com a arquitetura urbana eram os materiais luxuosos usados para construir ou ornar essa parte habitacional das *uillae*, como mármore, mosaicos, pinturas parietais, entre outras amenidades que serviam para tornar a *uilla* mais agradável quando seu senhor ali estivesse de visita – assim como para ostentar seu *status* social. É a presença de vestígios desses materiais (associada a uma área de dispersão significativa de material arqueológico) que na maioria dos casos leva a classificação de um sítio identificado em um levantamento como vestígio de uma *uilla*.

A relação entre este setor residencial luxuoso e a arquitetura urbana fica ainda mais clara em sua apreciação nas fontes escritas. Catão e Varrão se referem a este setor das casas de campo como *uilla urbana*, distinguindo-a do setor onde ficam os implementos produtivos, ao qual se referem como *uilla rustica*<sup>333</sup>. Columella vai além e distingue da *uilla urbana*, além da *uilla rustica* que ele identifica com a cozinha, os aposentos dos

<sup>329</sup> Vitruvius, *Sobre a arquitetura*, 6.5.3. WALLACE-HADRILL, *The Villa as a cultural symbol*, p. 46–47.

<sup>330</sup> e.g. Villa de Settefinestre (ver figura 77) para o modelo padrão e Villa dos Mistérios (ver figura 69) para o modelo invertido. ZARMAKOUPI, Mantha, *Private villas: Italy and the Provinces*, in: ULRICH, Roger B.; QUENEMOEN, Caroline K. (Orgs.), *A Companion to Roman Architecture*, [s.l.]: Wiley, 2013, p. 371.

<sup>331</sup> Vitruvius, *Sobre a arquitetura*, 6.5.3.

<sup>332</sup> PURCELL, *The Roman villa and the landscape of production*, p. 171.

<sup>333</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 3.2 e 4; Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.13.

escravos e a estalagem dos animais, a *uilla fructuraria*, que ele identifica com os locais de processamento e armazenamento da produção agrícola<sup>334</sup>.

Esses dois setores poderiam aparecer na forma de estruturas dissociadas (como, em parte, na *Villa* de Settefinestre – representação da figura 77) ou, mais recorrentemente, como partes de uma única grande estrutura (como na *Villa* dos Mistérios e na *Villa* de Pisanella, ver representações das figuras 69 e 70). De toda forma, mesmo quando dissociados da parte mais luxuosa, as estruturas da parte *rustica* da *uilla* eram construídas de maneira sólida, com técnicas e materiais de construção de boa qualidade e por vezes possuíam também ornamentação<sup>335</sup>. O contraste entre uma *pars urbana* luxuosa e uma *pars rustica* simples é mais facilmente identificada nas fontes escritas, nas quais as *uillae* costumam aparecer sempre dentro de abordagens moralizantes<sup>336</sup>, do que nas grandes *uillae* escavadas pela arqueologia<sup>337</sup>. Como bem notado por Andrew Wallace-Hadrill, o poder do proprietário era materialmente expresso por mensagens complementares da *pars rustica*, que mostrava o controle sobre a produção, e da *pars urbana*, que mostrava a riqueza e habilidade de impor ao campo uma linguagem cultural urbana<sup>338</sup>.

Essa monumentalidade da construção e da inserção da *uilla* no campo é uma de suas características mais importantes<sup>339</sup>. E isso não diz respeito apenas em termos metafóricos com relação ao tamanho, solidez e riqueza da construção, que faziam esses edifícios se destacarem na paisagem rural por si só. A relação do edifício com o território circundante também é fundamental. Os três principais autores latinos de tratados sobre o campo, Catão, Varrão e Columella aconselham a construção das *uillae* no sopé de montanhas<sup>340</sup> – localização topográfica onde justamente se concentram os achados de sítios classificados como *uillae* por diversos projetos de levantamentos de superfície na Itália central. Ainda que essa identificação possa estar enviesada por fatores geológicos<sup>341</sup>, e que a preocupação manifesta dos “agrônomos latinos” seja com relação à salubridade e segurança e não com a visibilidade monumental, o fato é que a inserção da *uilla* na paisagem de maneira “exibicionista” parece ter sido uma característica

<sup>334</sup> Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.6.

<sup>335</sup> MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 116–118.

<sup>336</sup> Ver apêndice 2.

<sup>337</sup> PURCELL, *The Roman villa and the landscape of production*, p. 166.

<sup>338</sup> WALLACE-HADRILL, *The Villa as a cultural symbol*, p. 52.

<sup>339</sup> MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 118–119.

<sup>340</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 1.3; Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.12.1; Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.4.10.

<sup>341</sup> Ver Capítulo 3, seção 1.1.1.



fundamental deste tipo de edifício<sup>342</sup>. Isso potencialmente se relaciona com o caráter de monumento propriamente dito que esses edifícios parecem ter exercido, em termos de identidade familiar e aristocrática<sup>343</sup>.

A arqueologia das *uillae* ao longo dos últimos séculos nos garantiu esse quadro de informações e categorias, fundamentais para o que hoje entendemos por *uillae*. É verdade que foram os estudos sobre as *uillae* provinciais que tiveram nesse quadro arquitetônico uma preocupação mais central. A razão disso é fácil de se entender. Desde as obras de Francis Haverfield sobre a Britânia<sup>344</sup> e Camille Jullian sobre a Gália<sup>345</sup> no início do século XX, o estudo das províncias ocidentais do Império Romano tem sido dominado pelo tema da “Romanização”. Pois bem, um dos elementos mais recorrentemente usados para identificar a “romanização” de uma região provincial era a presença de modelos arquitetônicos romanos. A presença das *uillae*, modelo originário da Itália central e visto como tipicamente romano – ainda que influenciado por aspectos gregos – indicaria a existência de um processo de romanização das áreas rurais dessas províncias<sup>346</sup>. Enquanto as cidades seriam o campo prioritário da presença dessa arquitetura nas províncias ocidentais, as *uillae* seriam sua contraparte possível no campo<sup>347</sup>.

O estudo sobre as *uillae* da Itália central esteve sob influência de outra grande temática dos estudos sobre o mundo romano: a difusão da escravidão como forma de trabalho central para a economia rural. Mais do que as *uillae* enquanto um edifício em si, no caso italiano o tema em debate sempre girou em torno do “sistema da *uilla*”, pensado como uma unidade econômica, um *tipo* de propriedade fundiária, descrita pelas fontes escritas e materialmente exemplificado por esses edifícios escavados. Assim, se a presença de *uillae* nas províncias seria símbolo da romanização, na Itália central, seria símbolo da produção escravista visando o mercado. A arquitetura da *uilla* acabava servindo como indício da existência de um sistema econômico específico, que era o que mais chamava a atenção no estudo das *uillae* italianas.

---

<sup>342</sup> PURCELL, Nicholas, Town in country and country in town, *in*: MACDOUGALL, Elisabeth (Org.), **Ancient Roman Villa Gardens**, [s.l.]: Dumbarton Oaks, 1987, p. 194.

<sup>343</sup> BODEL, John, Monumental villas and villa monuments, **Journal of Roman Archaeology**, v. 10, 1997.

<sup>344</sup> HAVERFIELD, Francis, **The Romanization of Roman Britain**, [s.l.]: HardPress, 2012.

<sup>345</sup> JULLIAN, Camille, **Histoire de la Gaule**, [s.l.]: R. Laffont, le Club français du livre, 1971.

<sup>346</sup> JOHNSTON, David E., **Roman Villas**, [s.l.]: Osprey Publishing, 2004, p. 7.

<sup>347</sup> REVELL, Louise, **Roman Imperialism and Local Identities**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2010, p. 18 e 47; WOOLF, Greg, **Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2000, p. 148–157; HINGLEY, Richard, **O Imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**, São Paulo: Annablume, 2010, p. 49–63.

Na verdade, todo o debate sobre a difusão do “sistema da *uilla*” esteve originalmente ligado às interpretações de fontes literárias diversas, sobretudo os “agrônomos latinos” (isto é, eruditos romanos que escreveram tratados sobre o campo, dos quais nos restaram os textos de Catão, Varrão, Columella e Paládio). Tais textos foram sistematicamente vistos como descrições do modelo ideal ou típico do que seria uma *uilla*<sup>348</sup>. Isso teve como consequência certa subordinação do estudo dessas *uillae* escavadas pela arqueologia aos modelos oriundos do estudo dessas fontes literárias – e cabe ressaltar um ponto fundamental: tal subordinação foi aos modelos criados a partir da interpretação dessas fontes literárias, e não às fontes em si. Dessa forma, essas estruturas escavadas foram sistematicamente utilizadas como *ilustrações* do que seria descrito nas fontes literárias segundo determinada interpretação. Essa interpretação, por sua vez, foi determinada por uma forma muito difundida de pensar o que teria sido a escravidão antiga.

## 1.2. A *Villa* na historiografia moderna, ou o “sistema da *Villa*”

### 1.2.1. *Villa e Plantation*

A noção de uma *uilla* típica, ou de um “sistema da *uilla*”, baseou-se parcialmente em algumas passagens de fontes literárias. Muitos historiadores interpretaram como enunciação de formas típicas ou modelos ideais de administração de uma *uilla* trechos específicos dos “agrônomos latinos”, tornando-os em cânones de como funcionaria (tipicamente ou idealmente) o “sistema da *uilla*”. Tal procedimento me parece um tanto abusivo – por motivos diversos acredito que não é possível aceitar que nenhuma dessas passagens tornadas canônicas seja de fato uma tentativa dos autores de criar modelos típicos nem mesmo ideais de como funcionariam as *uillae*<sup>349</sup>.

De toda maneira, o fato é que a inspiração fundamental para a ideia de um “sistema da *uilla*” veio de um lugar muito distante da tradição literária latina. Cabe citar uma passagem que pretende definir o que era uma *uilla* típica, publicada originalmente em 1920:

A *uilla* típica era uma grande estrutura composta por celeiros, lagares e cubas em uma área, locais de trabalho dos escravos em outra, e uma segunda estrutura confortavelmente equipada para receber o proprietário quando ele tivesse tempo suficiente nos assuntos de

<sup>348</sup> Ver apêndice 3.

<sup>349</sup> Ver apêndice 3.

Estado para tirar breves férias no campo. A gestão da propriedade, que provavelmente consistia em uma fazenda compacta de 100 a 300 hectares, era entregue a um escravo de confiança, o *uilicus*, e sua esposa. Se a agricultura implantada era a mais comum, uma tropa de quarenta ou cinquenta escravos não era muito grande. O agricultor geralmente especializava-se em uma cultura, pois tinha como objetivo produzir um belo e claro lucro graças à propriedade de grandes quantidades de um produto, mas também dedicava uma parte do terreno para diferentes produtos secundários, que iriam manter os escravos vivos e atender as necessidades mais simples da *uilla*<sup>350</sup>.

É possível visualizar nessa passagem a ideia de uma divisão arquitetônica entre *uilla urbana* e *uillae rustica*, realmente presente nos tratados dos “agrônomos”, assim com a importância central da figura do *uilicus*, também destacada nesses tratados. O tamanho sugerido como típico também parece se fundamentar nessa abordagem “modelar” de passagens específicas dos “agrônomos”. Contudo, a concepção de uma propriedade rural especializada em uma produção específica voltada para a mercantilização, baseada no trabalho escravo e que funciona como unidade econômica básica para o sistema econômico se inspira claramente no modelo das *plantations* escravistas na América dos séculos XVII a XIX<sup>351</sup>.

O interesse no estudo sobre a escravidão antiga deita suas raízes no movimento abolicionista. Nesse sentido, desde seu início o estudo sobre a escravidão antiga esteve profundamente marcado pela influência dos estudos sobre a escravidão americana, cujas origens remetem ao mesmo contexto histórico<sup>352</sup>. É significativo, por exemplo, que estudiosos da escravidão antiga tenham sistematicamente reivindicado a ideia de que apenas cinco sociedades genuinamente escravistas teriam existido na história da humanidade: duas delas no Mediterrâneo antigo (as regiões escravistas gregas, sobretudo Atenas, e a Itália Romana, sobretudo sua parte central) e três na América moderna (Brasil, Caribe e sul dos Estados Unidos)<sup>353</sup>. Essas formações sociais teriam, segundo essa ideia,

<sup>350</sup> FRANK, Tenney, **An Economic History of Rome**, [s.l.]: Cosimo, Inc., 2006, p. 57. (minha tradução).

<sup>351</sup> GARCIA MACGAW, Carlos, A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo, in: BASTOS, Mário Jorge *et al* (Orgs.), **O précapitalismo em perspectiva. Estudos em Homenagem ao prof. Ciro F.S. Cardoso**, Rio de Janeiro: Ítaca, 2015, p. 143; GARCIA MACGAW, Carlos, The Slave Roman Economy and the Plantation System, in: GRACA, Laura; ZINGARELLI (Orgs.), **Studies on Pre-Capitalist Modes of Production**, Leiden: Brill, 2015; MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 137; Ver, por exemplo: CARANDINI, Andrea, **L'anatomia della scimmia: la formazione economica della società prima del capitale.**, Torino: G. Einaudi, 1979, p. 150–152.

<sup>352</sup> JOLY, Fábio Duarte, **A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura**, [s.l.]: Alameda, 2005.

<sup>353</sup> HOPKINS, Keith, **Conquerors and slaves**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 99–100; FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**, Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 82;

elementos constitutivos similares que as distinguiriam de outras sociedades em que existiam pessoas escravizadas – mas que eram apenas sociedades com escravos e não sociedades escravistas<sup>354</sup>. Os desenvolvimentos naquele campo de estudos sempre estiveram, portanto, intrinsicamente ligados à história comparada entre os sistemas escravistas antigo e moderno.

Nos estudos sobre a escravidão americana, o modelo da *plantation* escravista logo assumiu um papel primordial. Esta seria a unidade econômica básica, replicada ao longo das principais áreas escravistas do continente americano, e sobre a qual todo o sistema escravista moderno teria se construído. Sua característica fundamental era a produção agrícola especializada (ainda que muitas vezes não monocultora) em cultivos que pudessem gerar produtos voltados para um mercado consumidor externo<sup>355</sup> – a produção de cana-de-açúcar para seu posterior processamento visando a venda de açúcar para o mercado europeu era a quintessência da produção da *plantation*<sup>356</sup>. Esse modelo de produção implicava em um uso muito específico de trabalhadores escravizados – muito diferente, por exemplo, da forma como o trabalho escravo era usado em sociedades coevas ao sistema americano, como na África subsaariana e no mundo muçulmano<sup>357</sup>. Esta forma de trabalho, que ficou conhecida no mundo anglo-saxão como *gang slave*, baseava-se em um sistema de exploração intensivo, com a tropa de escravos sob constante e rígida supervisão de um capataz que dirigia de perto sua atividade laboral<sup>358</sup>. Logo a existência do modelo da *plantation* acabou por se tornar uma referência fundamental para a identificação do que era uma verdadeira sociedade escravista.

Não demorou para que os estudiosos da escravidão antiga encontrassem na *uilla* romana uma unidade econômica básica que desempenhasse esse mesmo papel na escravidão antiga. De certa maneira, isso levava a frente uma associação entre as casas

---

GARNSEY, Peter, **Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1996, p. 2–4.

<sup>354</sup> Essa distinção, formulada de maneira elaborada pela primeira vez por Finley, teve importância crucial para o desenvolvimento dos estudos sobre a escravidão. FINLEY, **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Foi retomada e desenvolvida, por exemplo, por Paul Lovejoy em seu estudo sobre a escravidão na África, e por Orlando Patterson, em seu monumental estudo comparativo sobre a escravidão. Ambos, contudo, incluem um número infinitamente maior de sociedades no rol das sociedades escravistas, incluindo sociedades africanas e, no caso de Patterson, asiáticas na lista. LOVEJOY, Paul E., **A escravidão na África: uma história de suas transformações**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>355</sup> BLACKBURN, Robin, **The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800**, [s.l.]: Verso, 1997, p. 310.

<sup>356</sup> *Ibid.*, p. 403ss.; CURTIN, Philip D., **The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1998, p. 81–85.

<sup>357</sup> CURTIN, **The Rise and Fall of the Plantation Complex**, p. 40–42.

<sup>358</sup> *Ibid.*, p. 40.

de fazenda das *plantations* do sul dos Estados Unidos e as *uillae* romana já reivindicada na própria construção da autoimagem dos grandes escravocratas americanos do século XIX<sup>359</sup>. Esse paralelo entre a *uilla* e a *plantation*, algumas vezes apontado de maneira explícita<sup>360</sup>, acabou por determinar profundamente a apreensão moderna do que seriam as *uillae*.

O açúcar do Mediterrâneo antigo? Vinho e azeite de oliva. Os engenhos? Torculares e prensas utilizadas no processamento de uvas e azeitonas para a produção de vinho e azeite. O mercado europeu? A cidade de Roma, sobretudo, a qual se somavam grandes cidades mediterrânicas e algumas cidades menores provinciais e o próprio exército romano estacionado nas províncias. As tropas de escravos? A passagem em que Columella aconselha que a escravaria fosse dividida em grupos de dez trabalhadores comandados por capatazes (*monitores*)<sup>361</sup> mostrava sua existência no campo romano.

Essa percepção da economia das *uillae* romanas, contudo, tem sido revista em diversos aspectos fundamentais.

### 1.2.2. Produção, circulação e formas de trabalho nas *uillae*

É inegável, realmente, que a produção de vinho e azeite tinha papel protagonista dentre as atividades produtivas desempenhadas nas propriedades da classe dominante romana<sup>362</sup>. A grande quantidade de torculares e prensas identificadas no registro arqueológico das *uillae* é um testemunho poderoso<sup>363</sup>. O mesmo pode-se dizer da centralidade que essas produções assumem nos textos dos “agrônomos” latinos. Dos 162 capítulos do tratado de Catão, 47 tem como tema central algum aspecto de uma dessas duas atividades. Plantação, colheita, processamento, armazenamento e comercialização –

<sup>359</sup> FRAZER, Alfred, Introduction, in: FRAZER, Alfred (Org.), **The Roman Villa: Villa Urbana**, [s.l.]: UPenn Museum of Archaeology, 1998, p. viii.

<sup>360</sup> E.g. YEO, Cedric A., The Economics of Roman and American Slavery, **FinanzArchiv / Public Finance Analysis**, v. 13, n. 3, p. 445–485, 1951; FENOALTEA, Stefano, Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model, **The Journal of Economic History**, v. 44, n. 03, p. 635–668, 1984.

<sup>361</sup> Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.9.7-8.

<sup>362</sup> A avaliação de alguns elementos tradicionalmente elencados como centrais para a caracterização do “sistema da *uilla*” nas próximas páginas resume e sintetiza argumentos que apresentei de maneira mais extensa em minha dissertação de mestrado, especialmente em seus capítulos 3 e 4. KNUST, José Ernesto Moura, **Senhores de escravos, senhores da razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (séculos II-I a.C.)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

<sup>363</sup> MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 103; DE SENA, Eric, An assessment of wine and oil production in Rome’s hinterland: ceramic, literary, art historical and modern evidence, in: FRIZELL, Barbro Santillo; KLYNNE, Allan (Orgs.), **Roman Villas Around the Urbs: Interaction with Landscape and Environment : Proceedings of a Conference at the Swedish Institute in Rome, September 17-18, 2004**, Roma: Swedish Institute in Rome, 2005, p. 5.

nenhum dos momentos dos ciclos produtivos do óleo de oliva e do vinho é deixado de lado. Como Varrão tem um objetivo mais claro de tratar da agricultura de uma maneira geral e ampla em seu livro I, há um detalhamento mais variado de cultivos. Mesmo assim a viticultura e a olivicultura mantêm certo predomínio, tendo capítulos inteiramente dedicados a elas em uma proporção maior do que para qualquer outra atividade. Em Columella, nada menos que três livros (dos doze que compõem a obra) são dedicados à arboricultura, dentro da qual se destaca a viticultura.

Contudo, essa interpretação da produção de vinho e azeite nas *uillae* pela lente do conceito de *plantation* acabou por subestimar a importância de outras atividades produtivas nessas propriedades. Entre as que mais merecem destaque está a produção de cereais. O abastecimento de cereais pelas províncias, como a Sicília, ou reinos vassalos, como o Egito (que posteriormente se tornaria também uma província) foi amplamente superestimado por aqueles que imaginaram que a Itália teria se visto “livre” da necessidade de produzir grãos. Da mesma maneira, a hipótese de uma divisão social da produção, com as *uillae* especializadas em vinho e óleo enquanto o campesinato se especializava na produção de cereais se baseia única e exclusivamente nessas imagens pré-concebidas de um campesinato tradicional, voltado para a produção de alimentos básicos, e *uillae* economicamente dinâmicas, voltadas para a mercantilização de sua produção.

Os cereais despontam claramente como uma produção de grande importância nos tratados dos “agrônomos”. Quando Varrão, para mostrar que uma propriedade não tinha as típicas produções de uma *uilla*, faz seu personagem Cláudio mencionar a ausência de prensas de vinho, potes para o azeite e moinhos<sup>364</sup>, ele nos dá uma grande pista do tipo de produções primariamente associadas com as propriedades da classe dominante romana. Para além disso, todos os três tratados dos “agrônomos” possuem inúmeras passagens sobre diferentes momentos do cultivo de cereais, da sementeira à estocagem. Além disso, o registro arqueológico também foi capaz de identificar, em várias *uillae* escavadas, estruturas relacionadas à produção e estocagem de cereais, como moinhos e celeiros.

Outrossim, a lista de cultivos identificável nos tratados dos “agrônomos” é imensa. Pode-se destacar, além das já citadas olivicultura, viticultura e cerealicultura, a produção de hortaliças e de outras espécies de fruticultura. Além disso, essa diversificação não se

---

<sup>364</sup> Varrão, *Sobre as coisas do Campo*, 3.2.8.

limita a atividades agrícolas: a criação de animais também envolve a referência a diversos tipos de animais, incluindo aí a *pastio uillatica*, a produção de pequenos animais (de abelhas a aves ornamentais) na sede da propriedade. Por fim, outros tipos de atividades econômicas nas *uillae* para além das atividades agropastoris, como a tecelagem<sup>365</sup> e mesmo a manutenção de hospedarias e de casas de banho<sup>366</sup>, não podem ser negligenciadas quando pensamos na economia das *uillae*.

Também é bastante clara a relação entre a produção da *uilla* e sua comercialização. A rentabilidade da produção, preocupação central para os “agrônomos” latinos<sup>367</sup>, está diretamente ligada à possibilidade de venda da produção. A necessidade de a propriedade ser próxima a uma estrada ou rio navegável, repetidamente indicada por esses autores<sup>368</sup>, é um primeiro bom indício da importância da circulação da produção. Menções diretas à comercialização também não faltam nos tratados<sup>369</sup>. Contudo, acredito que as *Villae* se inserem em uma dinâmica econômica bem distinta das *plantations* americanas.

Uma análise atenta das passagens que mencionam a circulação da produção nesses tratados mostra que a comercialização, ainda que um elemento central na dinâmica econômica evidenciada pelos tratados, se insere em quadro mais amplo no qual o fator central é a gestão do patrimônio da casa (*household*) aristocrática. Assim, se a venda da produção de vinho e azeite de oliva contribui de maneira fundamental para o desempenho da função dessas propriedades dentro do patrimônio aristocrático, o abastecimento das diversas casas que fazem parte desse patrimônio, seu uso como ponto nodal para as relações entre a casa aristocrática e suas redes clientelares locais e mesmo seu uso como local de hospedagem de membros de outras famílias aristocráticas amigas e aliadas também são fundamentais. As *uillae*, nesse sentido, são muito mais do que unidades produtivas que geram lucros através da comercialização de sua produção. Na sua convergência, as diversas atividades que essas propriedades propiciavam aos seus

---

<sup>365</sup> MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 121–123; ROTH, Ulrike, **Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models**, [s.l.]: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007, p. 100–105.

<sup>366</sup> MARZANO, **Roman villas in central Italy**, p. 117–119, 132–142.

<sup>367</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, Praef., 2 e 5; Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.2.8, 1.4.1-3, 1.7.4-5, 1.11, 1.16.5-6, entre outros; Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.Praef.7.

<sup>368</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 1.3., Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.16.2-4., Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.5.5-8.

<sup>369</sup> Catão, *De Agri Cultura*, 3.2, 146, 147, 148, Varrão, *De Re Rustica*, 1.69.1, 3.16.11, Columella, *Sobre as coisas do campo*, 3.21, 12.19.1.

proprietários geravam renda e dividendos sociais e de prestígio que fundamentavam, em conjunto com outros fatores, a manutenção do patrimônio senhorial<sup>370</sup>.

O tema das formas de trabalho presente nas *uillae*, por sua vez, foi provavelmente o mais visitado nas últimas décadas. Inúmeros autores buscaram mostrar que trabalhadores de estatutos jurídicos e condições sociais diversas das dos escravos também eram utilizados como força de trabalho nas propriedades da classe dominante romana. Em um artigo seminal, Dominic Rathbone propôs uma demonstração econométrica que provaria a inviabilidade econômica do funcionamento de uma propriedade fundiária voltada para a comercialização da produção de vinho baseada apenas no trabalho escravo<sup>371</sup>. Discordo frontalmente do método econométrico utilizado por Rathbone para comprovar sua afirmação<sup>372</sup>, contudo a afirmação de que as propriedades fundiárias da classe dominante romana não eram exclusivamente escravistas me parece precisa.

Varrão, por exemplo, não poderia ser mais claro quando, ao afirmar que os trabalhos rurais são realizados por escravos ou livres, explica que trabalhadores livres são utilizados nos “trabalhos maiores”<sup>373</sup> – isto é, justamente nas épocas do ano quando se precisa de trabalho extra, como corretamente postulado pelo modelo de Rathbone. Deixando de lado o modelo econométrico de Rathbone e analisando detidamente as referências aos trabalhadores rurais presentes nos tratados dos “agrônomos”, é possível fundamentar melhor essa percepção de que os escravos não compunham a totalidade da força de trabalho das *uillae*<sup>374</sup>.

Jean-Christian Dumont, em uma detalhada análise do léxico utilizado para se referir aos trabalhadores nesses tratados, identificou que predominam os termos que designam a função ou especialização do trabalhador em questão, em detrimento dos termos que designam o estatuto jurídico desse trabalhador. Associando isso ao fato de os “agrônomos” utilizarem muito os termos genéricos que também pouco dizem sobre o estatuto jurídico, como “homens” (*homines*) e “trabalhadores” (*operarius*), Dumont

<sup>370</sup> Sobre os conceitos de “gestão aquisitiva” e “gestão patrimonial” em Max Weber e seu uso para o estudo das *uillae* romanas, ver: LOVE, John R., **Antiquity and Capitalism: Max Weber and the Sociological Foundations of Roman Civilization**, [s.l.]: AT Verlag, 1991, p. 73–75; WEBER, Max, **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 53–56.

<sup>371</sup> RATHBONE, Dominic, The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation, **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10–23, 1981.

<sup>372</sup> Ver apêndice 4.

<sup>373</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.17.2.

<sup>374</sup> Esse tema tem sido estudado por diversos autores nas décadas passadas. Destaca-se, como exemplos: GARNSEY, Peter, **Non-slave labour in the Greco-Roman world**, Cambridge: Cambridge Philological Society, 1980; BRUNT, P. A., The army and the land in the Roman Revolution, in: **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**, Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 249–250.



conclui que esses escritores não estavam preocupados com o estatuto jurídico de quem realizava o trabalho, os preocupava apenas que o trabalho fosse realizado<sup>375</sup>. Passando de uma análise meramente lexicográfica e atentando para o contexto no qual esses termos aparecem, é possível ir um pouco além dessa afirmação do historiador francês.

Partindo do *insight* de Rathbone, de que existem trabalhadores permanentes e sazonais na propriedade, é possível identificar nesses tratados uma atenção voltada sobretudo para os trabalhadores permanentes (mais acentuada em Varrão e Columella, um pouco menos, mas ainda presente em Catão). Por sua vez, uma análise qualitativa do léxico utilizado para se referir a esses trabalhadores permanentes, que dê atenção a forma como os termos se relacionam e não apenas à quantidade de vezes em que eles aparecem, nos permite concluir que os autores têm em mente que estes trabalhadores são, pelo menos em um primeiro olhar, escravos.

Catão, por exemplo, distingue duas formas de realização das atividades da *uilla*: empreitando-as a terceiros ou as realizando diretamente através dos trabalhadores permanentes<sup>376</sup>. O termo utilizado por Catão ao longo de todo o tratado para se referir a este grupo de trabalhadores é *familia*, termo latino utilizado recorrentemente como coletivo de escravos sob domínio de um determinado senhor<sup>377</sup>. No livro primeiro do tratado sobre o campo de Varrão, os dois capítulos que o autor reserva aos trabalhadores em sua metódica divisão temática tratam exclusivamente de escravos<sup>378</sup> – com a rápida exceção da passagem já mencionada acima, na abertura do primeiro desses dois capítulos, no qual Varrão menciona trabalhadores assalariados contratados sazonalmente. O capítulo dedicado aos pastores no livro segundo também identifica prioritariamente estes trabalhadores como escravos, ainda que use um léxico referente a suas atividades laborais para designá-los na maioria das vezes<sup>379</sup>. Columella, por fim, parece ter também em mente os escravos como força de trabalho prioritária das propriedades que ele imagina, dado que aparentemente ele associa o arrendamento de terras a colonos com situações específicas, ainda que nem um pouco raras, em que não é possível o próprio proprietário explorar suas terras com seus escravos – o exemplo deste caso que ele dá é o de terras com clima ou solo adverso<sup>380</sup>.

<sup>375</sup> DUMONT, Jean Christian, La villa esclavagiste ?, **Topoi**, v. 9, n. 1, 1999, p. 114–120.

<sup>376</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 2.6.

<sup>377</sup> BOUZIDI, Saïd El, Le vocabulaire de la main-d'oeuvre dépendante dans le “De Agricultura” : pluralité et ambiguïté, **Dialogues d'histoire ancienne**, v. 25, n. 1, p. 57–80, 1999, p. 66–67.

<sup>378</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.17-18.

<sup>379</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 2.10.

<sup>380</sup> Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.7.4.

Talvez seja possível buscar algum elemento para caracterizar tais propriedades como “escravistas” na existência e na função exercida por esse núcleo de trabalhadores permanentes escravos. Contudo, para falar em propriedades escravistas nesse sentido é necessário dar a esse adjetivo conteúdo bem distinto de seu uso para se referir às *plantations* escravistas. Não é possível, em primeiro lugar, definir uma forma única de exploração do trabalho escravo nessas propriedades, nem no modelo das *gang slaves*, nem em nenhum outro. Em segundo lugar, esse trabalho escravo se relaciona com outras formas de trabalho de maneira distintas, sem formar um padrão ou modelo único.

Ademais, é importante perceber que essa forma de organização da exploração da propriedade, com um grupo de trabalhadores permanentes escravos associado ao uso de trabalhadores sazonais livres, por um lado é extremamente maleável, permitindo configurações muito diversas e, por outro lado, não é a única forma conhecida pelos proprietários romanos. No primeiro sentido, é bastante revelador as distintas fórmulas de se empreitar atividades laborais prescritas por Catão<sup>381</sup>. No segundo sentido, Columella deixa bem claro que vislumbra como modelo alternativo o arrendamento de terras para camponeses livres<sup>382</sup>, e as cartas de Plínio, o jovem, nos dão exemplos bem ricos de como um membro da classe dominante romana lidava com essa forma de explorar suas propriedades fundiárias<sup>383</sup>.

Seguindo essa linha, cabe ressaltar ainda que a própria ideia de a *uilla* como pretensamente descrita pelos “agrônomos latinos” ser a unidade básica do funcionamento do sistema econômico da Itália romana baseia-se exclusivamente nesse paralelismo com as *plantations*. Não há nenhuma indicação nas fontes literárias que substancie diretamente esta interpretação. Pelo contrário, a diversidade de modelos de funcionamento dos diversos elementos das propriedades da classe dominante romana (atividades produtivas, formas de circulação da produção, formas de relações de produção, sistemas agrários) que emerge das fontes literárias e a diversidade de estruturas reveladas pela arqueologia (tanto pela escavação quanto pelos levantamentos de superfície) sugerem um quadro muito mais diversificado de formas de exploração dessas propriedades do que o modelo de *uilla-plantation* permite vislumbrar.

---

<sup>381</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 14 (construção da sede), 21.5 (instalação do eixo do descaroçador), 144 (colheita das azeitonas), 145 (processamento das azeitonas), 146 (“venda das azeitonas no pé”, que é na verdade uma espécie de terceirização de uma atividade, a colheita). Ver também menções ao “arrendamento” de atividades específicas (e não de toda a propriedade fundiária) em Catão, *sobre as coisas do campo*, 16 (queima da cal), 136 (último amanho à terra), 137 (cuidado do vinhedo).

<sup>382</sup> Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.7.1-7.

<sup>383</sup> Plínio, o jovem, *Epístolas*, 7.30; 9.15; 9.36-37.

Este é um ponto importante e muitas vezes subestimado. É comum, por exemplo, que se critique uma tendência muito enviesada de interpretação das escavações arqueológicas sob à luz das fontes literárias. Contudo, ainda que determinadas leituras das fontes escritas tenham desempenhado papel importante na formação desse modelo, a verdade é que mesmo estas foram interpretações sob a luz do modelo da *plantation*. Toda a identificação de um modelo singular de *uilla* nas fontes escritas parte da expectativa de identificar e descrever um sistema similar à *plantation* no mundo romano.

Desta forma, foi tal interpretação específica das fontes literárias e o modelo daí derivado, associando as *uillae* às *plantations*, que serviu como lente da interpretação de diversas *uillae* escavadas na Itália central. Ademais, algumas estruturas escavadas, sobretudo o maior projeto de escavação de uma *uilla* já realizado, a escavação da *uilla* de Settefinestre sob direção de Andrea Carandini, desempenharam papel importante na consolidação deste modelo da *uilla* escravista – sempre sob à luz do modelo da *plantation*. Toda a interpretação proposta por Carandini e sua equipe se baseia em um pressuposto que se fundamenta nessa associação entre *uillae* e *plantations*, a saber, a de que esta *uilla* funcionava como uma unidade produtiva autônoma. Mais do que interpretar os vestígios arqueológicos sob a luz das fontes escritas, Carandini interpretou tais vestígios em associação com as fontes escritas sob a luz do modelo do “sistema da *uilla*”, ou da “*uilla-plantation*”.

Assim, por exemplo, a elaboração de diversas estimativas sobre a dimensão da produção de vinho, azeite e cereais em Settefinestre baseou-se em níveis de produtividade mencionados por diferentes fontes literárias para os tipos de implementos produtivos identificados pela escavação<sup>384</sup>. Contudo, essa metodologia só faz sentido caso ignore-se totalmente a possibilidade de o grande edifício escavado de Settefinestre estar inserido em uma rede ampla de edifícios pertencentes a uma propriedade maior. Outros edifícios com muros similares ao de Settefinestre assim como edifícios menores identificados nas proximidades poderiam ser interpretados como possíveis edifícios associados, no qual outras atividades produtivas – ou parte das mesmas atividades de Settefinestre – seriam realizadas<sup>385</sup>. A escolha entre essas duas possibilidades interpretativas se baseia justamente na perspectiva de pensar cada *uilla* como uma unidade produtiva em si, replicada inúmeras vezes ao longo da Itália central – abordagem fomentada justamente

<sup>384</sup> CARANDINI; FILIPPI, *Settefinestre*, p. 107–185.

<sup>385</sup> GUARINELLO, *Ruínas de uma paisagem*, p. 228, nota 46.

pela identificação das *uillae* com um “modelo”, um “sistema”, nos moldes da análise das *plantations* modernas.

### 1.3. A cronologia do “sistema da *Villa*” e as *uillae* nos levantamentos de superfície

Essa associação das *uillae* romanas com as *plantations* americanas também fundamentou uma grande narrativa sobre o desenvolvimento da escravidão romana – associada à crise do campesinato. Ainda que não se confundam entre si, as teses de crise do campesinato e da ascensão do “sistema da *uilla*” são confluentes. O modelo da *uilla* escravista tornou-se protagonista de uma narrativa de dinamismo econômico impulsionado pela produção mercantil de base escravista, que talvez tivesse tido seus primórdios no século III a.C., mas que se estabeleceria de fato a partir do século II a.C. e atingiria seu apogeu entre os séculos I a.C. e II d.C.. Tal modelo complementava, portanto, a narrativa de crise do campesinato, cujo desenvolvimento histórico teria sido, não por acaso, coevo. Isto é, a narrativa de ascensão da *uilla* escravista dava corpo para a noção de desenvolvimento da escravidão no campo, necessária para sustentar o modelo de crise do campesinato.

Aqui entramos em uma questão extremamente relevante para esta tese: a cronologia das *uillae*. Andrea Carandini, o principal formulador da noção de um “sistema da *uilla*”, utilizou recorrentemente uma terminologia que classificava as *uillae* escavadas em “*uilla* catoniana”, “*uilla* varroniana” e “*uilla* columelliana” (“*uillae* pliniana” e “*uilla* palladiana”<sup>386</sup> também aparecem eventualmente). Essa sequência identificava um processo gradual de desenvolvimento desse tipo de unidade produtiva: associava-se diretamente evolução cronológica, características arquitetônicas e padrão de exploração econômica.

Pequenos edifícios foram sistematicamente analisados como exemplos de uma fase transitória entre as pequenas casas camponesas e as verdadeiras *uillae*<sup>387</sup>. Reforçava esta interpretação o fato de esses pequenos e mais humildes edifícios serem datados para o século II a.C., enquanto as *uillae* gigantescas e suntuosamente ornamentadas eram datadas para o final do século I a.C. em diante. Portanto, os pequenos edifícios do século

<sup>386</sup> Referente ao “agrônomo latino” Emiliano Paládio, que viveu entre o final do século IV e o início do século V d.C. e escreveu um tratado sobre agricultura. Não confundir com a Villa Palladiana Renascentista, referente ao arquiteto veneziano Andrea Paládio, mencionado acima.

<sup>387</sup> CARANDINI, Andrea, L’economia italica fra tarda Repubblica e medio Impero considerata dal punto di vista di una mercè : il vino, **Publications de l’École française de Rome**, v. 114, n. 1, p. 505–521, 1989, p. 509–510.

II a.C. exemplificariam o modelo “catoniano”, um momento inicial e de transição na formação do sistema econômico escravista no campo romano. Edifícios de maior porte, datados para o século I a.C., foram classificados como “varronianos”, que exemplificaria formas de exploração econômica da propriedade escravista mais desenvolvidas. O apogeu do sistema seria exemplificado pelos gigantescos edifícios dos séculos I e II d.C., categorizados como “columelianos” – enquanto o modelo pliniano seria uma possibilidade alternativa contemporânea ao columeliano, e o paladino representaria já um momento de decadência no Baixo Império<sup>388</sup> (exemplos do que tradicionalmente se categoriza como “*uilla* catoniana”, “*uilla* varroniana” e “*uilla* columeliana” podem ser encontrados nas representações “A”, “B” e “C”, respectivamente, da figura 79).

Essa cronologia da evolução das *uillae* italianas, que teriam surgido no século II a.C., atingindo o apogeu no I d.C. e entrando em declínio no III d.C. é respaldada, de alguma maneira, pela arqueologia. A partir de seu exaustivo catálogo de *uillae* na Itália central, Anallise Marzano foi capaz de criar gráficos que mostram a evolução cronológica da ocupação dos sítios onde foram escavadas *uillae* em três regiões da Itália Central: o Lácio, onde se concentram a maior parte dos achados, a Toscana e a Úmbria (ver gráficos das figuras 80, 81 e 82). O apogeu no número de *uillae* ocupadas na Itália central é o século I d.C., tendo os séculos I a.C. e II d.C. um número bastante significativo. Os edifícios do século II a.C. seriam apenas os primórdios desse fenômeno e, no século III a.C., crepúsculo do recorte cronológico desta tese, esse tipo de edifício simplesmente não existiria. Por outro lado, a partir do século III d.C. teríamos o ocaso dessas estruturas.

O fenômeno das *uillae* tem sido, assim, associado com o apogeu da expansão imperial romana, identificado como algum tipo de subproduto deste processo. Isto seria verdade para a Itália, onde as *uillae* seriam consequência do influxo de riquezas advindas da prática imperial, mas também para as províncias ocidentais, onde as *uillae* seriam consequência do processo de “Romanização”.

Por outro lado, a grande narrativa que associava essas duas perspectivas, crise do campesinato e ascensão do “sistema da *uilla*”, criava uma imagem em negativo do assentamento rural nos primeiros séculos da história romana: uma sociedade camponesa com baixa diferenciação social, sem grandes propriedades escravistas. Isso significaria, em termos de estruturas do assentamento rural – o tema que pretendo lidar por agora – a predominância de pequenas propriedades camponesas e a inexistência de *uillae* entre os

---

<sup>388</sup> CARANDINI, L’*economia italica fra tarda Repubblica e medio Impero considerata dal punto di vista di una mercè*.

séculos V e III a.C.. Esta narrativa tem enquadrado o processamento dos dados nos levantamentos de superfície até hoje.

Um exemplo pontual pode ilustrar bem esse o ponto que pretendo demonstrar. O levantamento de superfície realizado durante o *South Etruria Survey* na região do território de Capena (ver mapa da figura 113) identificou próximo ao Monte Palombo<sup>389</sup> uma dispersão de material arqueológico enquadrada como o “sítio 51” deste levantamento (ver mapas das figuras 150 e 151). Segundo a breve descrição do sítio na publicação dos dados da pesquisa, tratava-se de uma dispersão de material que se alastrava por uma área bastante extensa de uma encosta. Foram encontrados ali fragmentos de cerâmicas de diversos tipos (impasto, verniz negro, *terra sigilata*, e também cerâmica comum), assim como de mármore, *tesserae*, e alvenaria (*opus spicatum* e *opus reticulatum*). Fragmentos de um *dolium* e de um moinho completam o material coletado no sítio 51<sup>390</sup>.

Seguindo o critério de classificação tradicional, esse sítio é identificado como uma *uilla*, dada a extensão da dispersão de material assim como a presença de vários indícios de uma estrutura luxuosa, como a presença de mármore e de *tesserae*. Contudo, qual é a datação dessa estrutura? A presença de um tipo de cerâmica etrusca (impasto) sugere a ocupação do sítio já no período entre os séculos V a III a.C.. Qual teria sido o caráter dessa ocupação primeva? Teríamos já uma estrutura de grande porte, como a que os fragmentos de mármore e alvenaria sugerem para o período romano, ou teríamos uma estrutura mais simples? Esse é um problema que se repete para vários sítios onde foram identificados elementos que sugerem a presença de uma *uilla* no período romano assim como uma ocupação em períodos anteriores: como os levantamentos não produzem estratigrafia, é difícil estabelecer precisamente fases de ocupação, que acabam sendo muitas vezes elucubradas a partir de imagens pré-concebidas sobre a história do padrão do assentamento nessas regiões.

Voltando ao exemplo do sítio 51 do território de Capena, os pesquisadores do *South Etruria Survey* afirmam que antes da *uilla* construída ali no período romano, a área era ocupada por cabanas rudimentares do tipo que mencionei no final do primeiro capítulo. A base empírica para essa afirmação é a presença de vestígios de barro usado em construções de pau-a-pique em um sítio próximo (53). Segundo a interpretação dos pesquisadores, os sítios 51 e 53, em conjunto com outros três (52, 54, 55), formariam

<sup>389</sup> Detalharei as informações sobre o assentamento nessa região no capítulo 3, subseção 2.2.

<sup>390</sup> JONES, G. D. B., Capena and the Ager Capenas, **Papers of the British School at Rome (New Series Volume 17)**, v. 30, p. 116–207, 1962, p. 155.

durante o período etrusco um conjunto de estruturas do mesmo tipo<sup>391</sup>. Corroboraria essa interpretação a ausência de alvenaria de tipo arcaico nesses sítios, que indicaria a ausência de construções mais robustas. Dessa maneira, nos mapas de distribuição e nos gráficos de evolução dos tipos de assentamento, o sítio 51 é indicado como uma pequena fazenda camponesa para o período entre os séculos V-III a.C. e uma *uilla* para o período entre os séculos III-I a.C..

Todavia, o que sustenta de fato essa interpretação é a ideia de que durante o período etrusco não existiriam no meio rural edifícios substanciais como as *uillae* do período romano – muito pelo contrário, haveriam de predominar estruturas do assentamento camponês. Edifícios rurais de grande porte pertenceriam a um momento posterior, marcado pela crise do campesinato, pela concentração da propriedade da terra e da expansão da escravidão no campo. Em épocas anteriores a esse processo histórico, que teria início no máximo em finais do século III a.C., senão já no século II a.C., não haveria porque presumir a existência de tais edifícios. Pequenos edifícios, senão cabanas feitas com técnicas construtivas extremamente rudimentares, era o que se poderia esperar em um assentamento certamente marcado pela predominância do campesinato. Não deixa de ser irônico o fato de projetos que levaram ao questionamento do modelo de Crise do Campesinato, como o *South Etruria Survey*, dependerem, em sua interpretação de dados coletados, tão primariamente de uma premissa que emerge justamente dessa grande narrativa.

## 2. A descoberta da “*uillae* primitivas”

### 2.1. A *uilla* do Auditorium

Esse quadro cronológico de desenvolvimento das *uillae* começou a ser subvertido, também ironicamente, por uma escavação liderada pelo próprio Andrea Carandini na década de 90. A construção de uma nova casa de espetáculos no norte de Roma, o *Auditorium parco della musica*, exigiu escavações profundas e acabou por revelar um sítio arqueológico que levaria a toda uma série de reconsiderações sobre a história das *uillae* na Itália central. Ao mesmo tempo, a visão de uma sociedade camponesa quase igualitária antes do século III a.C. também precisou ser revista.

O sítio se localiza próximo à *via Flaminia*, entre os marcos de II e III milhas a partir da muralha serviana, a cerca de 1,5 km de distância da Muralha de Adriano. Tratava-se

---

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 152.

de um local aos pés dos montes Parioli, em uma planície alagável pelo Tibre (ver mapa da figura 83). O estudo das sequências estratigráficas mostrou uma longuíssima ocupação do sítio, iniciado em meados do século VI a.C. e prolongado até, pelo menos, o século II d.C. (o abandono final do sítio não pode ser identificado precisamente por conta da alteração dos níveis estratigráficos menos profundos por atividades posteriores, incluindo a própria construção da casa de shows)<sup>392</sup>.

Os primeiros vestígios da presença humana no sítio consistem em algumas cerâmicas datáveis para fins do século VII e início do século VI (período 1, fase 1 do sítio). Contudo, a estrutura mais antiga identificada pela escavação data de meados do século VI a.C. (período 1, fase 2). Temos aqui um edifício rural de médio porte (cerca de 300m<sup>2</sup> de área construída), similar em alguns aspectos a outros edifícios vistos no primeiro capítulo. Todas as considerações lá realizadas são aplicáveis a este caso. Contemporânea da fase 1 do sítio em Podere Tartuchino, a fazenda da fase 2 do período 1 do sítio do *Auditorium* tem, por outro lado, algumas semelhanças tipológicas com a estrutura escavada na base aérea de Pratica di Mare, ainda que dois séculos separem as duas estruturas<sup>393</sup>.

Não é por essa fazenda do século VI a.C., contudo, que o sítio do *Auditorium* ficou famoso. Por volta de 500 a.C. essa fazenda parece ter sido posta abaixo, com parte significativa das estruturas sendo derrubadas e obliteradas, ainda que algumas de suas paredes sejam reutilizadas no setor sul-oriental do novo edifício, especialmente no cômodo A5 da nova estrutura<sup>394</sup>. Surge em seu lugar uma estrutura de porte significativamente maior (cerca de 600 m<sup>2</sup>), ampliada ao norte, e construída de maneira mais robusta (representações das figuras 86 e 87). Esse edifício teve uma longa vida, sendo destruído possivelmente por um incêndio (ao que se seguiu uma reconstrução e o início de um novo período) apenas em algum momento entre 350 e 300 a.C.<sup>395</sup>.

Mantendo a estrutura geral estável, este período conheceu algumas mudanças em sua organização interna que definem três diferentes fases estratigráficas. Os achados de cerâmica permitem datar o início da primeira fase para a passagem dos séculos VI-V a.C.. A fase 2 deve ter tido início em meados do século V a.C. e foi impossível datar o início

---

<sup>392</sup> CARANDINI, Andrea; D'ALESSIO, Maria Teresa; DI GIUSEPPE, Helga (Orgs.), **La fattoria e la villa dell'Auditorium nel quartiere Flaminio di Roma**, Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2006, p. 18–19.

<sup>393</sup> Ver Capítulo 1, seção 2.1.

<sup>394</sup> CARANDINI; D'ALESSIO; DI GIUSEPPE (Orgs.), **La fattoria e la villa dell'Auditorium nel quartiere Flaminio di Roma**, p. 77.

<sup>395</sup> *Ibid.*, p. 120–121.



da fase 3, devido à escassez de material cerâmico encontrado nos níveis relacionados a essa fase<sup>396</sup>. Outro dado importante permitido pelo estudo das cerâmicas é a concentração de achados datados para o século V a.C., indicando que, possivelmente, o edifício tenha sido utilizado de maneira menos intensa ao longo do século IV a.C. (ver gráfico da figura 88).

A estrutura deste período se destaca por uma aparente articulação entre um setor mais residencial ao norte e outro voltado para atividades produtivas, ao sul. Contudo, o elemento mais importante datado deste período é uma enorme torcular para produção de azeite identificada no cômodo A7, associado ao pátio A4 – inserindo, portanto, no que seria a parte residencial do edifício. Essa é uma das mais antigas e maiores torculares já encontradas na Itália central, o que mostra uma exuberante capacidade de processamento de azeitonas dessa estrutura mesmo quando comparada às grandes *uillae* de períodos muito posteriores. Os pesquisadores conjecturaram que esse arranjo particular, com a torcular inserida na área “senhorial” ao invés de estar na parte produtiva, mostra a importância do processamento do azeite para o proprietário do edifício, que busca manter controle estreito sobre esta atividade produtiva<sup>397</sup>. Talvez estejamos, mais uma vez, diante de uma divisão muito arbitrária entre partes habitacionais e funcionais derivada da aplicação de um modelo presente nas fontes literárias e que só se consolida na arquitetura das *uillae* em período bem avançado. Contudo, é inegável a articulação do edifício em dois setores, que possuem inclusive saídas para a rua independentes.

Outro cômodo desta fase que merece destaque é o pequeno A8, que apesar de inserido na estrutura do edifício não tem qualquer conexão interna com o edifício, possuindo uma entrada independente. A presença de alguns objetos ligados ao culto doméstico assim como o fato de neste lugar se desenvolver, em fases posteriores, um pequeno templo, levou os responsáveis pela escavação a interpretar esse cômodo como um local de culto<sup>398</sup>.

A magnitude desta estrutura torna-se ainda mais impressionante com a identificação de uma segunda estrutura, certamente associada àquela, nas imediações ao sul, separada por uma pequena via. Trata-se de um conjunto de pátios, alguns pequenos, alguns maiores, associados a pequenos cômodos cobertos e delimitados por um longo muro perimetral, englobando uma área de cerca de 1200 m<sup>2</sup> (ver representações das figuras 89

---

<sup>396</sup> *Ibid.*, p. 121–122.

<sup>397</sup> *Ibid.*, p. 149.

<sup>398</sup> *Ibid.*, p. 151–152.

e 90). As técnicas e materiais de construção utilizados em seus muros e paredes variam bastante, convergindo no fato de serem significativamente mais simples do que as utilizadas na construção da *uilla* contemporânea<sup>399</sup>.

O início da ocupação desta estrutura também foi datado para algum momento entre o final do século VI a.C. e o início do século V a.C. graças ao material cerâmico associado à primeira fase deste período. Outras duas fases estratigráficas foram identificadas, sendo possível delimitar que a passagem da fase 2 para a 3 se deu em algum momento da segunda metade do século V a.C. O abandono da estrutura, por sua vez, foi datado para meados do século IV a.C., graças também ao material cerâmico identificado na escavação e, também, à identificação dos vestígios significativos de telhas nesta última fase estratigráfica, que indica o colapso do teto<sup>400</sup>. Vale destacar, portanto, que os períodos de ocupação da *uilla* descrita acima e desta estrutura coincidem.

Alguns desses cômodos (A34, A47, A33 e A35) foram interpretados por Carandini e sua equipe como *cellae* para escravos, o que os levou a alcunhar essa estrutura de *quartiere servile*. Outros cômodos ali foram interpretados como estábulos e armazéns, pátios foram identificados como terreiros de trabalho e um implemento produtivo utilizado para a depuração por decantação da argila para a fabricação de cerâmica também foi identificado. Independentemente de ser ou não o local de trabalho de escravos do proprietário da primeira *uilla* do Auditorium, essa estrutura certamente foi um importante local para a atividade produtiva ligada à *uilla*.

Esse complexo do período 2, com a primeira *uilla* do Auditorium e o *quartiere servile*, parece ter sido abandonado em algum momento da segunda metade do século IV a.C.. Como visto acima, a cronologia do material cerâmico encontrado na *uilla* indica uma gradativa diminuição da intensidade do uso do complexo. Ademais, alguns vestígios de carbonização em alguns cômodos da *uilla* indicam a ocorrência de um incêndio, enquanto a grande presença de telhas no nível estratigráfico da última fase do período 2 atesta o colapso do telhado. Por fim, vestígios de degradação das estruturas, provavelmente ocasionada por seu abandono por alguns anos, foram identificados tanto na *uilla* quanto no *quartiere servile*<sup>401</sup>.

Por volta do ano 300 a.C., contudo, ambos os edifícios passam por grande renovação e reestruturação. A datação deste momento de renovação é possível graças à

---

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>400</sup> *Ibid.*, p. 176.

<sup>401</sup> *Ibid.*, p. 193.

cerâmica associada ao nível estratigráfico correspondente e sua relação com os níveis inferiores<sup>402</sup>. O edifício desse período ficou conhecido como *uilla* do Aqueloo graças a um artefato relacionado a este nível estratigráfico, interpretado como o acabamento de uma calha para drenar a água pluvial do telhado para o pátio do setor residencial. Tal artefato, talvez o mais famoso da escavação deste sítio, continha a figura de um rosto identificado como o deus-rio Aqueloo (ver foto da figura 91).

Mais uma vez se assiste ao desenvolvimento das técnicas de construção. Ao lado de paredes antigas que são restauradas e reutilizadas, as novas paredes da *uilla*, construídas nesse momento, são levantadas em blocos de *cappellaccio* em *opus quadratum*<sup>403</sup>. No caso do *quartiere servile*, em contraponto, utiliza-se blocos de tufo na base sobre os quais se erguem paredes em material perecível, demonstrando o caráter secundário da edificação<sup>404</sup>.

O “setor residencial” da *uilla* não sofreu grandes modificações estruturais (ver representação da figura 92). Contudo, a obliteração da torcular e o posicionamento de um altar no centro do pátio parecem ter mudado significativamente o caráter desse setor – sem usos produtivos e com um uso religioso importante. Altares posicionados no centro de pátios de residências “principescas” já foram encontradas em edifícios etruscos e oscolanos relativamente contemporâneos a esta *uilla* e são interpretados como indício da importância político-religiosa, para além de residencial e produtiva, dos edifícios rurais dessas classes dominantes locais<sup>405</sup>. Associado à figura de Aqueloo acima citada, também posicionada neste ambiente, esse altar indica algum tipo de uso cerimonial e religioso do edifício especialmente do pátio A4. A equipe de Carandini conjectura que esse pátio tivesse funções sacras e cerimoniais possivelmente ligadas a algum tipo de culto gentilício<sup>406</sup>.

Essa função religiosa do edifício é significativamente acentuada pela expansão e complexificação do “templo externo”. Além disso, a presença de material cerâmico relacionado a práticas culturais no entorno deste templo sugere que ao menos parte das atividades religiosas ali desempenhadas o fosse celebrada em seu exterior<sup>407</sup>. Por fim, um último aspecto religioso importante emerge do material identificado para esse período no

---

<sup>402</sup> *Ibid.*, p. 201.

<sup>403</sup> *Ibid.*, p. 191.

<sup>404</sup> *Ibid.*, p. 224.

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 212.

<sup>406</sup> *Ibid.*, p. 214–215.

<sup>407</sup> *Ibid.*, p. 216–217.

sítio do Auditorium. A presença de fragmentos de determinados pequenos vasos de cerâmicas nas camadas identificadas como subpavimento do edifício deste período sugere a realização de algum tipo de cerimônia antes mesmo da realização das reformas e construções que estabelecem a *uilla* do Aqueloo. Os pesquisadores sugerem a realização de algum tipo de ritual relacionado à nova construção. Eles comparam este com outros casos atestados arqueologicamente de rituais realizados em edifícios de diferentes tipos (funerários, culturais, cívicos e também privados) quando estes tinham sua função alterada ou mesmo quando haviam passado um tempo abandonados<sup>408</sup>. Existe uma série de possíveis explicações para a realização desse tipo de cerimônia: a expansão e uma possível dedicação a uma outra divindade do templo externo; a dedicação de todo o edifício a algum tipo de culto gentilício – que poderia estar relacionada a ocupação do edifício por um novo proprietário ou por um novo clã; ou mesmo a reocupação do edifício depois de algumas décadas de abandono<sup>409</sup>.

O setor rústico da *uilla* passa por modificações ainda mais drásticas, com a formação de um grande pátio no qual se localiza um *impluvium*, associado a uma série de cômodos. Carandini e sua equipe arriscam dizer, ainda, que neste setor habitaria o *uilicus* responsável pela administração do empreendimento agrário organizado a partir deste edifício<sup>410</sup>. O *quartiere servile* também é ocupado nesse período, porém há muita dificuldade em precisar maiores informações sobre esta estrutura a partir deste período por conta dos efeitos da erosão.

Por fim, vale destacar a diferença da história de ocupação desta estrutura com sua precedente. Enquanto a “primeira *uilla*” foi ocupada por quase dois séculos e depois foi abandonada, sendo reocupada algumas décadas depois, a “*uilla* do Aqueloo” foi ocupada por menos de um século e logo deu lugar a uma nova reconstrução importante. No final do século III a.C., partes significativas deste edifício são postas abaixo para a construção de um novo edifício (período 4 – A *uilla* do Átrio – ver representação da figura 93). Dois elementos desse novo edifício, sobre o qual não discorrerei em maiores detalhes por conta de já pertencer a um recorte cronológico posterior ao foco desta tese, chamam a atenção. Em primeiro lugar, o antigo pátio em torno do qual o setor residencial do edifício se organizava é transformado em um átrio clássico do paradigma arquitetônico romano, com

---

<sup>408</sup> *Ibid.*, p. 205. Com uma lista de exemplos de sítios arqueológicos onde esse fato foi identificado.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 206.

<sup>410</sup> *Ibid.*, p. 222.

tablino e *alae*<sup>411</sup>. Esse fato tem sido muito destacado em discussões sobre as origens da arquitetura das *uillae*, questão a que voltarei daqui algumas páginas. Em segundo lugar, aparentemente há um processo de “laicização” do edifício. A figura do deus Aqueloo é intencionalmente retirada de sua posição no teto e sepultada, o altar no centro do pátio é obliterado e o templo externo sofre importantes modificações, sendo que a continuidade de seu uso como espaço de culto não é certa<sup>412</sup>. Aparentemente, portanto, o edifício perde ao menos parte de suas funções religiosas.

A escavação da *uilla* do Auditorium levou alguns arqueólogos a se perguntarem sobre a possibilidade de existirem edifícios similares a este. A questão que surgia era: o edifício identificado na escavação do Auditorium era um exemplar único, achado à sorte, ou ilustrava um tipo específico de estrutura cujos outros exemplares ainda estavam por ser descobertos? Para além da necessidade de novas escavações, esse questionamento levou a duas reconsiderações sobre as *uillae* já escavadas na Itália central. Por um lado, surgia a possibilidade dessas estruturas escavadas anteriormente terem sido datadas erroneamente. Como a expectativa até ali era de que esses edifícios só surgissem, no mínimo, no século III a.C., certos elementos que permitissem a datação de alguns exemplares para séculos anteriores talvez tivessem sido ignorados. Outra possibilidade era a de fases mais antigas de algumas *uillae* simplesmente não terem sido buscadas em níveis estratigráficos mais profundos de sítios com *uillae* do período central da história romana, seja por conta da noção de que as *uillae* não teriam surgido antes do século III a.C., senão mais tarde, seja pelo interesse na conservação das ricas estruturas identificadas para as fases dos séculos centrais.

## 2.2. A *Villa delle Grote*, em Grotarossa (subúrbio norte de Roma)

Tendo essas possibilidades em mente, Jeffrey Becker reanalisou os dados de uma antiga escavação realizada ao norte de Roma em 1926, bem próximo ao sítio do Auditorium – de fato, os dois locais estavam, na Antiguidade, dentro do campo de visão um do outro (ver mapa da figura 94) – e publicada de maneira muito sumária em dois números do *Notizie degli Scavi*.

O relato dos escavadores da *uilla delle Grote*, os italianos Enrico Stefani e Pietro Mottini, descreve uma grande *uilla* com três fases de ocupação (ver representação da

---

<sup>411</sup> *Ibid.*, p. 252–253.

<sup>412</sup> *Ibid.*, p. 217.

figura 95) na localidade de Grotarossa. A primeira dessas fases foi definida originalmente pelos escavadores como “pré-romana”. Os vestígios de sua estrutura, construída em blocos de tufo em *opus quadratum*, podem ser identificados na planta pelas letras maiúsculas A, B, C, D, E e F no canto sudeste. As técnicas de construção e os materiais utilizados se assemelham a de algumas construções em Roma entre os séculos VII e VI a.C., indicando uma possível construção dentro deste arco temporal. Outros elementos que reforçam essa datação para o final do período “arcaico” são uma cisterna em formato ogivo identificada sob os cômodos 9, 16 e 19 da fase posterior, que se assemelha a uma cisterna arcaica escavada sob a Basílica Emília em Roma, alguns *cuniculi* escavados no entorno da estrutura e ligados a uma cisterna sob o cômodo 23 da fase posterior, que sugerem alguma influência etrusca, além de beiras de telhado encontrados no sítio pintados com padrões tipicamente etruscos do século VI a.C. e que também foram associados a essa estrutura pelos escavadores<sup>413</sup>.

A partir do relato de escavação, é impossível determinar qual deveria ser a dimensão desse edifício “pré-romano”. Fica claro aqui um fato que se propaga por todo o estudo das *uillae* romanas e que é extremamente relevante para essa pesquisa: mesmo quando há indícios da existência de estruturas mais antigas, os arqueólogos tendem (ou ao menos tendiam) a ignorá-las em favor da ênfase no estudo das estruturas do período central da história romana. A fase “pré-romana” deste sítio foi por décadas ignorada. Apenas a descoberta de um sítio no qual uma *uilla* do período central da história romana contava com fases muito mais antigas e que indicavam uma propriedade ou ocupação por pessoas do topo da hierarquia social estimulou a necessidade de estudar essas possíveis fases anteriores em outras *uillae*. E foi só então que o sítio em Grotarossa ganhou destaque.

As paredes identificadas por Stefani e Mottini como “pré-romanas” podem indicar, na verdade, uma estrutura de tamanho limitado (talvez cerca de 300 m<sup>2</sup>), mas é possível que a estrutura fosse maior. De toda maneira, existem alguns indícios que associam esta estrutura às classes dominantes locais: os *cuniculi* são recorrentes em edifícios da elite etrusca; assim como o padrão de pintura identificado nas telhas, que também já foi encontrado em outros contextos ligados à elite etrusca; por fim, ao sul do edifício, encontram-se algumas tumbas cuja morfologia é associada com as típicas tumbas da elite

---

<sup>413</sup> BECKER, Jeffrey A., Investigating early villas: the case of Grotarossa, in: ATTEMA, P. A. J.; NIJBOER, Albert J.; ZIFFERERO, Andrea (Orgs.), **Papers in Italian archaeology VI: communities and settlements from the Neolithic to the early Medieval period: proceedings of the 6th Conference of Italian Archaeology held at the University of Groningen, Groningen Institute of Archaeology, the Netherlands, April 15-17, 2003**, Oxford: Archaeopress, 2005, v. 2, p. 816–817.

principesca etrusca (ainda que maiores detalhes não existam dado que essas tumbas nunca foram alvo de estudo arqueológico sistemático)<sup>414</sup>.

A segunda fase do sítio de Grotarossa, que oblitera a fase anterior, indica a construção de uma estrutura muito maior àquela sobre a qual podemos conjecturar a partir dos poucos vestígios da primeira fase. Um edifício de cerca de 800 m<sup>2</sup> com uma complexa articulação interna de cômodos aparece nessa fase. O material de construção utilizado, *cappellaccio*, teria começado a ser utilizado em construções nessa região, segundo Becker, a partir do início do século IV a.C.<sup>415</sup> e é o mesmo utilizado na construção da *uilla* do Aqueloo, no sítio do Auditorium, datada para o século III a.C.. Becker acredita, portanto, que é possível identificar esse edifício como uma *uilla* do início ou meio da República. Dado o caráter pouco sistemático do relato de escavação, sua ocupação pode apenas ser conjecturada para entre os séculos IV a.C. e começos do II a.C..

Dois elementos chamam atenção, além de sua grande extensão: em primeiro lugar, a estrutura apresenta dois átrios, um menor, em estilo toscano (similar ao do período 4 do sítio do Auditorium) na parte nordeste, e outro maior, em tetrastilo, na porção sudoeste do edifício. O plano com dois átrios é bastante incomum no modelo tradicional da arquitetura clássica romana, talvez sugerindo um momento formativo. Por outro lado, sua exuberância sugere fortemente a propriedade do edifício por parte de um membro destacado da classe dominante da região. Ao lado disso, uma série de tanques selados com *opus signum* nos cômodos 35 e 36 da estrutura sugerem um amplo espaço utilizado para atividades produtivas dentro do edifício – corroborando a imagem clássica da *uilla* de um edifício luxuoso com usos produtivos<sup>416</sup>.

### 2.3. O edifício de viale Tiziano, Quartiere Flaminio (subúrbio norte de Roma)

Um terceiro candidato ao posto de “*uilla* primitiva” também foi identificado nessa mesma área, muito próximo ao sítio do Auditorium. Uma campanha de escavação realizada no *viale Tiziano*, quase na altura da Ponte Milvio, entre 2001 e 2002, identificou e escavou parcialmente um edifício rural<sup>417</sup> (ver a localização no mapa da figura 96). Foram identificados alguns restos de muros e paredes datados pela equipe de escavação para os séculos VI a IV a.C., porém demasiadamente exíguos e esporádicos, impedindo

<sup>414</sup> *Ibid.*, p. 817.

<sup>415</sup> *Ibid.*, p. 817–818.

<sup>416</sup> *Ibid.*, p. 818.

<sup>417</sup> RICCI, Giovanni, Un laboratorio tessile a Ponte Milvio, in: PIRANOMONTE, Marina (Org.), **II santuario della musica e il bosco sacro di Anna Perenna**, [s.l.]: Electa, 2002, p. 89.

qualquer tentativa de reconstrução precisa da planimetria da estrutura e de sua caracterização nessas primeiras fases. Os melhores vestígios escavados nesse sítio permitem a reconstrução de um edifício pertencente a uma fase datada para o século III a.C.<sup>418</sup> (ver representação da figura 97) Trata-se de um edifício de dimensões significativas (cerca de 600 m<sup>2</sup>), articulado em torno de um pátio em uma organização que se assemelha a outro edifício já discutido nesta tese, o de Pratica di Mare<sup>419</sup> (ainda que o edifício no *viale Tiziano* seja um tanto maior).

Não é apenas a organização espacial do edifício de *Viale Tiziano* que se assemelha ao edifício de Pratica di Mare: naquele, como neste, foram encontrados um número significativo de pedras usadas como contra-peso de teares. Para ser mais preciso, foram encontradas 250 pedras concentradas em um espaço de 10 por 4 metros<sup>420</sup> – o que, segundo Helga di Giuseppe, permite a reconstrução hipotética de uma oficina têxtil neste edifício com ao menos quatro teares, senão mais. Isso levou os pesquisadores a, inicialmente, identificar este edifício como uma oficina tecelã, provavelmente subordinada à *uilla* do Auditorium<sup>421</sup>. Posteriormente, contudo, uma nova interpretação foi proposta, similar àquela do edifício de Pratica di Mare mencionada no capítulo primeiro: o edifício teria surgido como uma residência rural e apenas posteriormente teria sido transformada em uma oficina têxtil – que ainda assim, possivelmente, desempenhava papel residencial em algum nível<sup>422</sup>.

Ainda que de grande porte, o edifício em *Viale Tiziano* deve nos fazer voltar a algumas daquelas considerações tecidas no capítulo anterior sobre os edifícios de médio porte. Lá apontei que estes poderiam ter sido tanto fazendas camponesas abastadas, quanto *uillae*, ou até mesmo outros tipos de estruturas com usos produtivos específicos. O edifício no *viale Tiziano* não só está muito próximo a um edifício da importância da *uilla* do Auditorium, como estava ligado a este por uma estrada pavimentada por seixos e cascalho identificada arqueologicamente<sup>423</sup> (ver o mapa da figura 96).

---

<sup>418</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>419</sup> Ver capítulo 1, subseção 2.1.

<sup>420</sup> RICCI, Un laboratorio tessile a Ponte Milvio; PIRANOMONTE, Marina; RICCI, Giovanni, L'edificio rustico di viale Tiziano e la fonte di Anna Perenna. Nuovi dati per la topografia dell'area Flaminia in epoca repubblicana, in: JOLIVET, Vincent *et al* (Orgs.), **Suburbium II: il suburbio di Roma dalla fine dell'età monarchica alla nascita del sistema delle ville (V-II secolo a.C.)**, [s.l.]: Ecole Française de Rome, 2009.

<sup>421</sup> RICCI, Un laboratorio tessile a Ponte Milvio.

<sup>422</sup> PIRANOMONTE; RICCI, L'edificio rustico di viale Tiziano e la fonte di Anna Perenna. Nuovi dati per la topografia dell'area Flaminia in epoca repubblicana.

<sup>423</sup> RICCI, Un laboratorio tessile a Ponte Milvio, p. 91.



Nesse sentido, há uma série de possibilidades de relação entre os dois edifícios. Podem ter sido duas *uillae* ligadas a um mesmo proprietário, na linha das propriedades de Áxio próxima a Reate ou das propriedades vizinhas que Plínio, o jovem, pensava em adquirir<sup>424</sup>; poderiam ter sido *uillae* de proprietários diferentes, que conviviam como vizinhos nessa área do subúrbio de Roma, talvez membros de um mesmo clã; o edifício de *Viale Tiziano* poderia ser subordinado à *uilla* do Auditorium, como um local de trabalho e residência de alguns trabalhadores; ou por fim, aquele poderia ser a residência de um camponês abastado que convivia como vizinho, possivelmente travando relações clientelares de algum tipo, com o proprietário da *uilla* do Auditorium. As possibilidades são várias e inclusive, podem ter existido em diferentes momentos da história do assentamento rural na região.

#### **2.4. As *uillae* no parque de Centocelle (subúrbio meridional de Roma).**

Outro projeto arqueológico recente na região de Roma tem produzido dados muito relevantes para a história agrária. O antigo aeroporto de Centocelle, o primeiro da Itália, construído na década de 20, foi transformado há alguns anos em um grande parque (ver mapa da figura 98). Nesse processo, um grande projeto arqueológico foi realizado na área pela superintendência local de bens arqueológicos, liderada pela arqueóloga italiana Rita Volpe (ver mapa da figura 99 para os achados datados para o período 2, séculos III-II a.C.). Alguns dos achados desse projeto já foram mencionados no capítulo anterior<sup>425</sup>.

Uma das principais estruturas arqueológicas em Centocelle, já identificada pelos arqueólogos que atuaram na região na época da construção do aeroporto, é uma enorme *uilla* conhecida por sua exuberante piscina de 700 m<sup>2</sup> de área. Essa estrutura enorme foi construída entre o final do século I d.C. e o início do século II d.C. (ver representação da figura 100). Contudo, o estudo mais sistemático realizado recentemente identificou fases anteriores de ocupação. Os vestígios mais antigos de ocupação da área datam dos séculos VII ou VI a.C., mas a estrutura mais antiga identificada foi datada para o século III a.C.. Construído em blocos de tufo e espacialmente organizado ao redor de um pátio central (ver representação da figura 101), o edifício ocupava uma área total de um pouco mais de 900 m<sup>2</sup>. No final do século II a.C. essa estrutura é expandida ao sul, passando a abranger

---

<sup>424</sup> Ver apêndice 2.

<sup>425</sup> Ver capítulo 1, subseção 2.3.

ao menos 1400 m<sup>2</sup>. Rita Volpe acredita que o edifício poderia ocupar uma área ainda maior, incluindo um setor residencial que não foi identificado nesta escavação.

Destaca-se ainda, associado a essa estrutura, vestígios de trincheiras utilizadas para o cultivo de vinhas (ver mapa da figura 99)<sup>426</sup> – um elemento da paisagem muito bem estudado pela equipe do projeto de Centocelle. A distância entre as fileiras de videiras identificadas a partir dessas trincheiras sugere que algum tipo de intercultivo era realizado, com vegetais, por exemplo, sendo plantados entre as fileiras de videiras<sup>427</sup>. Utilizando a área de expansão dessas trincheiras para conjecturar o terreno ligado ao edifício, Volpe indica uma propriedade fundiária mediana, entre 50 e 70 *iugera*<sup>428</sup>. Considerando que possivelmente essa propriedade estaria ligada a outros cultivos em outros solos, podemos imaginar uma propriedade talvez um tanto quanto maior ligada a esse edifício.

Cerca de 400 metros a oeste da *uilla della Piscina* (ver mapa da figura 99), encontra-se outra grande *uilla* dos séculos centrais da história romana – construída no século I a.C. e ocupada até o século VI d.C. (ver representação da figura 102). Identificada pela primeira vez a partir de fotos aéreas (ver foto da figura 103), a *uilla ad duas lauros* também foi escavada pela equipe de Rita Volpe. Sob o nível estratigráfico dessa estrutura foi mais uma vez identificada uma estrutura mais antiga, igualmente construída provavelmente no século III a.C. com muros e pavimento em blocos de tufo, com indícios de reparos no século II a.C.. Diferentemente da estrutura descrita acima, no caso desta a construção da *uilla* mais exuberante do período posterior significou uma completa modificação da estrutura – a possível *uilla* primitiva no sítio e a *uilla ad duas lauros* se articulam estruturalmente em sentidos distintos, mostrando que não houve reutilização de setores daquela para a construção desta.

Mais uma vez os pesquisadores apontam a impossibilidade de determinar com precisão os limites da estrutura e sua planimetria completa. No caso deste edifício, a existência de pavimentos na fase posterior impediu a escavação de áreas por onde possivelmente essa estrutura se expandia – uma questão que é crucial para a (não) identificação de *uillae* primitivas: o cuidado em não destruir os ricos pavimentos da *uillae*

---

<sup>426</sup> VOLPE, Rita, Lo sfruttamento agricolo e le costruzioni sul pianoro di Centocelle in età repubblicana, in: GIOIA, Patrizia; VOLPE, Rita (Orgs.), **Centocelle 1: Roma SDO le indagini archeologiche**, Soveria Mannelli (Catanzaro): Rubbettino, 2004, p. 452–453; VOLPE, Rita, Republican Villas in the Suburbium of Rome, in: BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Roman republican villas: architecture, context, and ideology**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 98–99.

<sup>427</sup> VOLPE, Republican Villas in the Suburbium of Rome, p. 100.

<sup>428</sup> VOLPE, Lo sfruttamento agricolo e le costruzioni sul pianoro di Centocelle in età repubblicana, p. 455.

dos séculos centrais da história romana impede a identificação de estruturas mais antigas que jazem sob essas *uillae*. Do que foi possível descobrir na escavação realizada, identificou-se um edifício de pelo menos 400 m<sup>2</sup> também articulado em torno de um pátio, mas uma descrição mais substancial de como se articulava o edifício é inviável. Além disso, um *dolium* e alguns vestígios de trincheiras para vinhedos associados a essa estrutura também foram identificados, indicando ao menos em parte os usos produtivos do edifício<sup>429</sup>.

Além dessas duas estruturas identificadas sob as grandes *uillae* posteriores, Volpe conjectura a existência de outros dois edifícios rurais na área entre os séculos III e II a.C.. A existência de uma concentração de elementos ligados à viticultura (trincheiras para videiras e canais de irrigação) datados para esse período em outras duas áreas da planície de Centocelle (uma na região de outra *uilla* do período posterior, a *uilla delle Terme*), similares às encontradas no entorno das estruturas na *uilla della Piscina* e na *uilla ad duas lauros*, sustenta essa hipótese, ainda que nenhuma estrutura datada para esse período tenha sido identificada (ver mapa da figura 99)<sup>430</sup>. De toda forma, é possível imaginar que esses vinhedos estivessem associados até mesmo às estruturas já identificadas, ainda que um pouco distante delas.

## 2.5. Villa de Selvasecca, Blera, Etrúria Meridional

Quando Nicola Terrenato e Jeffrey Becker, sob a luz das descobertas no sítio do Auditorium, se puseram a tentar descobrir possíveis *uillae* primitivas no registro arqueológico já conhecido, além da *uilla delle Grote*, em Grotarossa, também apontaram a *uilla* de Selvasecca, em Blera, Etrúria Meridional (ver mapa da figura 44), como outra possível candidata. O sítio em Selvasecca já havia despertado o interesse de estudiosos das *uillae*. Escavada pela primeira vez na década de 60<sup>431</sup>, a *uilla* ali encontrada havia sido datada para o século II a.C. e fora alcunhada por Carandini como a primeira *uilla* no sentido estrito do termo<sup>432</sup>.

<sup>429</sup> *Ibid.*, p. 452; VOLPE, Republican Villas in the Suburbium of Rome, p. 99–100.

<sup>430</sup> VOLPE, Lo sfruttamento agricolo e le costruzioni sul pianoro di Centocelle in età repubblicana, p. 453.

<sup>431</sup> BERGGREN, E.; ANDRÉN, A., Blera (località Selvasecca): Villa rustica etrusco-romana con manifattura di terrecotte architettoniche., *Notizie degli scavi di antichità*, v. 23, p. 51–71, 1969.

<sup>432</sup> CARANDINI, Andrea, La villa romana e la piantagione schiavistica, in: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo (Orgs.), *Storia di Roma IV: Caratteri e morfologie*, [s.l.]: Giulio Einaudi, 1989.

Estudos mais sistemáticos do material, realizados mais recentemente, levaram, contudo a uma redatação da *uilla*<sup>433</sup>. A datação original para o século II a.C. havia se baseado apenas em questões de estilo arquitetônico da construção. Estudos mais detalhados colocaram essa análise em questão e o reestudo de alguns elementos arquitetônicos em terracota atribuíveis aos séculos V ou IV a.C. indicaram uma data anterior de construção<sup>434</sup>. Com 1200 m<sup>2</sup>, construído em pedra e articulado em torno de um peristilo, com um cômodo colunado no setor oriental (ver representação da figura 17), esta estrutura se destaca pelo requinte arquitetônico, indicando grande status de seu proprietário<sup>435</sup>.

## 2.6. Blocos de tufo em *uillae* escavadas como vestígio de fases “primitivas”

Além desses edifícios escavados e datados para os séculos V-III a.C.<sup>436</sup>, é possível se utilizar de outros tipos de achados para conjecturar a existência de estruturas que poderiam ser classificadas como “*uillae* primitivas”.

Ao analisar os achados para o período II do campo de Centocelle, Rita Volpe conjecturou que, dada a proximidade entre as *uillae* do século III a.C. identificados ali, a existência de edifícios deste tipo no subúrbio de Roma deveria ser mais recorrente do que os achados arqueológicos até então permitiam dizer. Para avaliar essa hipótese, ela realizou um estudo compreensivo de diversos relatos de escavação da região de Roma em busca de indícios de *uillae* primitivas. Ela buscou listar escavações que tivessem constatado estruturas com muros construídos em blocos de tufo em *opus quadratum*. Segundo Volpe, esse seria um bom indicador de edifícios pertencentes à elite romana em meados do período republicano porque, em primeiro lugar, essa é uma técnica de construção típica do período entre séculos V a.C. e II a.C., o que indicaria a existência de uma fase republicana naquele sítio, e, em segundo lugar, porque é uma técnica cara o

<sup>433</sup> KLYNNE, Allan, The villa Selvasecca revisited, **Opuscula Romana: annual of the Swedish Institute in Rome**, v. 31-32, p. 29–58, 2006.

<sup>434</sup> TERRENATO, Nicola, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, **Journal of Roman Archaeology**, v. 14, 2001, p. 23; TERRENATO, Nicola, The enigma of “Catonian” Villas: the De Agri Cultura in the context of Second-century BC Italian architecture, *in*: BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Roman republican villas: architecture, context, and ideology**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 75; BECKER, Investigating early villas: the case of Grotarossa, p. 819.

<sup>435</sup> TERRENATO, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, p. 23.

<sup>436</sup> Outro edifício que poderia ser listado como provável “*uilla* primitiva”, mas sobre o qual não consegui maiores informações parece ter sido informado por: COTTON, Molly Alwin, Una villa ed un grande edificio romani lungo la via Gabina., *in*: **Archeologia laziale II : secondo incontro di studio del Comitato per l’archeologia laziale**, Roma: Consiglio nazionale delle ricerche, 1979; Marina de Franceschini, em seu catálogo de *uillae* romanas informa que a primeira fase do edifício data do século III a.C.. FRANCESCHINI, Marina De, **Ville dell’Agro romano**, [s.l.]: L’ERMA di BRETSCHNEIDER, 2005.

bastante para que fosse potencialmente exclusiva aos estratos mais elevados da hierarquia social<sup>437</sup>.

A partir desse estudo, ela foi capaz de identificar cerca de oitenta sítios arqueológicos que potencialmente tiveram *uillae* entre os séculos V e II a.C.<sup>438</sup> (ver mapa da figura 105). Considerando a existência de edifícios desse tipo que não deixaram rastro arqueológico (isto é, tendo em mente a existência de uma presumível taxa de silêncio arqueológico), mesmo que nem todos esses sítios realmente se enquadrem nessa categoria, e que muitos outros tivessem sido construídos apenas no século II a.C., teríamos potencialmente um número bastante razoável de “*uillae* primitivas”, de grandes edifícios rurais ligados à classe dominante romana dos séculos V a III a.C..

Rita Volpe destaca, ainda, que esses achados muitas vezes dependem da identificação ocasional desses elementos republicanos. Ela aponta que tal identificação é muito mais recorrente quando os vestígios das *uillae* do período tardo-republicano e imperial (séculos I a.C. a V d.C.) estão em mal estado de preservação, o que estimula a busca por níveis estratigráficos mais profundos. Quando as *uillae* dos períodos posteriores estão em melhor estado de conservação e, especialmente, quando possuem pavimentação ricamente ornada, raramente os pesquisadores buscam níveis estratigráficos mais profundos, por conta do interesse na preservação destes pavimentos. Sob a luz das escavações no Auditorium e em Centocelle, é possível supor que, ao fim e ao cabo, muitas grandes e ricas *uillae* do período imperial “escondam” sob seus belos mosaicos estruturas do período republicano<sup>439</sup>. Ou seja, é bastante razoável supor que haja uma sub-representação do quadro histórico real pelos vestígios arqueológicos neste caso quando comparado aos períodos posteriores.

## **2.7. *Basis uillae* (uilla em plataforma)**

Por fim, um último grupo de vestígios arqueológicos que devem ser analisados são as *bases uillae*, ou as “*uillae* em plataforma”. Este é um grupo de evidências com características bem específicas e distintas dos dados proporcionados por escavações, que elenquei até aqui. Trata-se, na verdade, de um tipo de estrutura identificada com alguma frequência por levantamentos de superfície em regiões de montanhas na Itália central tirrênica, mas de difícil interpretação. Trata-se de muros de arrimo construídos com

<sup>437</sup> VOLPE, Republican Villas in the Suburbium of Rome, p. 101–102.

<sup>438</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>439</sup> *Ibid.*, p. 106; TERRENATO, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, p. 13.

blocos de pedra sem uso de argamassa (técnica de construção conhecida como *opus polygonalis*), normalmente formando uma plataforma que se projeta para além da encosta<sup>440</sup> (ver representações das figuras 106 e 107).

Para além dessa identificação em estudos topográficos e em levantamentos de superfície, apenas um único sítio com essas características foi escavado até hoje. Na localidade de Punta Tresino, próxima a Pesto, na costa meridional da Itália tirrênica (ver mapa da figura 108), identificou-se uma *uilla* associada a uma plataforma. Por se tratar de uma estrutura muito maior do que as outras plataformas identificadas na Itália central, não é possível utilizar os dados desse sítio para elucubrar reconstruções para os sítios identificados pelos levantamentos de superfície nessa região<sup>441</sup>.

Temos, portanto, conhecimentos bastante restritos sobre o que essas plataformas eram. A maior parte deste tipo de muros de arrimo identificados pelos levantamentos de superfície formavam uma área de cerca de 20x30m, sendo que algumas plataformas maiores criavam áreas de 70x70m (vale ressaltar que essa são as áreas planas adicionadas pela construção da plataforma ao local, e não a área construída total, que nesses casos não é conhecida por conta da inexistência de escavações). A técnica de construção destes muros, o *opus polygonalis*, permite estabelecer dois fatos: a construção das plataformas entre meados do século IV a.C. e o final do século II a.C.; e algum nível de investimento nesta construção, dado que a técnica de construção e seu material não é vulgar.

Nas últimas décadas, de maneira geral, essas estruturas foram entendidas como vestígios de fazendas de camponeses abastados, com algum nível de produção voltada para o mercado, ou como pequenas *uillae*, entendidas como primórdios do sistema e, algumas vezes, alcunhadas como *uillae* catonianas (veja a proposta de reconstrução do que seria uma típica “*uilla* em plataforma” segundo Xavier Lafon na figura 107). Mario Torelli, por exemplo, afirmou que as *uillae* plataforma seriam as primeiras *uillae* catonianas, datando-as para o período entre meados do século IV a.C. e meados do século III a.C.<sup>442</sup>. Outros pesquisadores, porém, indicaram uma datação posterior para as

---

<sup>440</sup> HAAS, T. C. A. de; ATTEMA, P. a. J.; TOL, G. W., Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), *Palaeohistoria*, v. 54, n. 0, p. 195–282, 2015, p. 196; BECKER, Jeffrey A., Polygonal masonry and Republican Villas? The problem of the Basis Villae, *in*: BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Roman republican villas: architecture, context, and ideology**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

<sup>441</sup> HAAS; ATTEMA; TOL, Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), p. 197.

<sup>442</sup> TORELLI, Mario, La formazione della villa, *in*: CLEMENTE, Guido; COARELLI, Filippo; GABBA, Emilio (Orgs.), **Storia di Roma**, Torino: Einaudi, 1990, v. 2, p. 123–132.

plataformas, apontando finais do século III a.C. e o século II a.C. como período mais prováveis de construção dessas plataformas<sup>443</sup>.

Recentemente, um reestudo dos dados arqueológicos de sítios deste tipo na região dos Montes Lepinos (ver mapa da figura 109)<sup>444</sup>, na região da planície do Pontino, foi realizado por pesquisadores holandeses liderados por Peter Attema, nos dando acesso a maiores detalhes sobre os sítios com plataformas desta área. Ainda são necessários estudos mais detalhados dos sítios deste tipo em outras regiões para termos um quadro geral mais amplo, mas os dados deste estudo jogam luz sobre alguns aspectos importantes. O reestudo se focou em treze dos dezessete sítios identificados pelo projeto holandês nas encostas dos montes de frente para a planície do Pontino. Outros treze sítios haviam sido identificados por estudos topográficos mais para o interior dos montes<sup>445</sup>.

Destacam-se, neste estudo, algumas informações. Em primeiro lugar, ainda que o arco temporal possível de construção desses muros seja mantido entre meados do século IV a.C. e meados do I a.C., os pesquisadores acreditam, a partir da análise de cerâmicas ali encontradas assim como do estudo dos muros em si, que a maioria deste foi construída no século III a.C.<sup>446</sup> – ainda que os achados arqueológicos na área mostrem que vários desses sítios já eram ocupados antes da construção das plataformas (5 certamente e 3 possivelmente já eram ocupados no final da idade do ferro, entre os séculos VIII e VI a.C.) e continuaram sendo ocupados por séculos depois dessas construções (apenas 2 sítios parecem ter sido abandonados até o século III d.C.)<sup>447</sup>.

A informação mais relevante vem da identificação por Attema e seus pesquisadores de uma divisão topográfica entre os sítios com plataforma na região. Doze dos treze sítios reestudados nessa investigação se localizavam no sopé dos Montes Lepinos, de frente para a planície do Pontino. Esses sítios compartilhavam entre si algumas características em comum, como vestígios relevantes de presença de edifícios (sobretudo telhas) e, em três casos, vestígios de ornamentação luxuosa, como *tesserae*, além de vasto material cerâmico de uso doméstico e de transporte de produção agrícola. Além disso, o material desagregado (*off-site material*) encontrado nos arredores desses sítios sugere uso

---

<sup>443</sup> MARI, Zaccaria, La villa romana di età repubblicana nell'ager Tiburtinus e Sabinus: tra fonti letterarie e documentazione archeologica, in: FRIZELL, Barbro Santillo; KLYNNE, Allan (Orgs.), **Roman Villas Around the Urbs: Interaction with Landscape and Environment : Proceedings of a Conference at the Swedish Institute in Rome, September 17-18, 2004**, Roma: Swedish Institute in Rome, 2005.

<sup>444</sup> Voltarei a tratar desta região no capítulo 4, subseção 1.2.2.

<sup>445</sup> HAAS; ATTEMA; TOL, Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), p. 197–199.

<sup>446</sup> *Ibid.*, p. 200.

<sup>447</sup> *Ibid.*, p. 201.

intensivo do solo no entorno dessas plataformas<sup>448</sup>. Em um dos sítios temos também a identificação de terraços agrícolas associados à plataforma construída<sup>449</sup>.

A segunda área topográfica definida pelos estudiosos holandeses está no interior dos Montes Lepinos, onde estudos topográficos identificaram treze sítios com plataformas. Como os muros de arrimo aqui identificados estavam severamente danificados, eles conjecturam que outros sítios identificados na região potencialmente também tinham plataformas que se perderam com o tempo. Também predomina nesses sítios vestígios que apontam para seu uso como unidades de exploração agrícola, como prensas, *cuniculi*, pedras de moinho e cisternas, assim como plataformas agrícolas<sup>450</sup>. Nesse sentido, estes dois grupos corroboram a interpretação tradicional de que esses sítios em plataforma representam vestígios de antigas estruturas relacionadas com a produção agrícola, havendo indício de que algumas delas eram *uillae* já em meados do século III a.C., ao menos.

Contudo, um terceiro grupo de sítios com plataformas em *opus poligonalis* nos obriga a por alguma precaução nessa identificação imediata. Cinco sítios com plataformas no topo de alguns dos morros que compõem os montes Lepinos, em altitudes entre 200 e 400 metros, apresentam características bem distintas. Em todos eles existem indícios de uso religioso, sendo esses sítios identificados como locais de culto no período republicano. Extremamente relevantes em termos de categorização de sítios, um desses locais, o sítio 10905, em Madonna dell'Apoggio, ao norte de Sécia, tem vestígios claros de presença de uma *uilla* a partir do século I d.C., o que sugere a possibilidade de um antigo local de culto do período republicano dar lugar a uma *uilla* no período imperial<sup>451</sup>.

Desse estudo de caso específico podemos concluir que o vasto registro de plataformas construídas em *opus poligonalis* na Itália central pode sugerir, em parte, a existência de algumas *uillae* primitivas, ainda que seja certo que nem todas essas plataformas estavam associadas a grandes edifícios usados como residências rurais por parte da classe dominante.

---

<sup>448</sup> Sobre a interpretação do material desagregado como indício de uso intensivo do solo, ver capítulo 5, subseção 2.3.2.

<sup>449</sup> HAAS; ATTEMA; TOL, Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), p. 204–205.

<sup>450</sup> *Ibid.*, p. 205.

<sup>451</sup> *Ibid.*



### 3. O debate sobre a caracterização das *uillae* primitivas

Na seção anterior apresentei uma série de dados arqueológicos que reforçam a ideia de que muito antes do período clássico da expansão das *uillae* já existiria pelo menos um número um tanto significativo de edifícios de médio a grande porte, isolados no campo e ligados à classe dominante romana. Tomei como ponto pacífico a categorização desses edifícios proposta pela equipe liderada por Carandini que escavou o sítio do Auditorium, e seguida por vários autores que analisaram edifícios similares: referi-me o tempo todo a esses edifícios como *uillae* primitivas. Essa nomenclatura, contudo, não é consensual.

No caso da estrutura descoberta no sítio do Auditorium, sobre o qual temos incomparavelmente mais informações, logo após sua descoberta se estabeleceu um debate sobre se estaríamos realmente diante de vestígios de uma residência aristocrática ou, na verdade, de um santuário. Depois de um empedernido debate que se prolongou por alguns anos, a publicação dos dados completos da escavação acabou por deixar bem claro que a estrutura não poderia ser um santuário e quase que certamente era uma residência aristocrática<sup>452</sup>. Diversas outras questões, porém, permanecem.

#### 3.1. Palácios esporádicos ou um elemento frequente da paisagem rural?

Interpretar estes edifícios como residências aristocráticas, de toda forma, não resolve por completo a questão de nomenclatura. *Villa* é um termo específico que remete a várias noções, como visto no início deste capítulo. A identificação desses edifícios dos séculos V a III a.C. como *uillae* é tão controversa que alguns autores chegaram a abandonar este uso ao longo de suas publicações. Terrenato em seu pioneiro texto sobre o tema utilizou a nomenclatura *uilla* para designar estes edifícios, enfatizando que o termo se referia a “residências rurais da elite republicana na Itália central, sem corroborar nenhum conceito normativo imperial”<sup>453</sup>, com o claro intuito de enfatizar a importância destes enquanto inspiração para o modelo arquitetônico das *uillae* dos séculos centrais da história romana. Em seu texto mais recente sobre o tema, contudo, ele preferiu o termo “palácio” para designar estes mesmos edifícios, deixando mais claro o corte tipológico que ele pretendeu estabelecer entre estes e as *uillae* do período tardo-republicano e imperial<sup>454</sup>.

---

<sup>452</sup> Ver apêndice 5.

<sup>453</sup> TERRENATO, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, p. 5.

<sup>454</sup> TERRENATO, The enigma of “Catonian” Villas: the De Agri Cultura in the context of Second-century BC Italian architecture.

O argumento de Terrenato neste texto mais recente, já embrionariamente presente no texto anterior, é de que as grandes *uillae* “canônicas” dos séculos centrais da história romana são um fenômeno um século mais tardio do que se imaginara. Segundo este argumento, tais *uillae* seriam um fenômeno associado às transformações econômicas e políticas do século I a.C., tendo possivelmente seu ponto de partida nas prescrições sullanas, que teriam estimulado em muito a concentração fundiária e de riquezas em geral dentro da classe dominante romana. Em prejuízo da parte derrotada desse grupo, a parte vitoriosa teria se tornado ainda mais rica e poderosa, e as *uillae* seriam um dos símbolos dessa classe dominante vitoriosa.

O século II a.C., por outro lado, ainda não conheceria esse fenômeno. Segundo Terrenato, o registro arqueológico não fundamentaria a tese de existência de *uillae* nesse período. As poucas verdadeiras *uillae* tradicionalmente datadas para o século II a.C. deveriam ter sua datação revista: a maioria seria, na verdade, construída no século seguinte apenas, enquanto um caso pelo menos, a supracitada *uilla* de Selvasecca em Blera, seria mais antiga. Outros edifícios, de menor porte (as tão faladas “*uillae* catonianas”), seriam, na verdade, parte de uma outra categoria de estruturas, que ele alcunha de “fazendas helenísticas” (*hellenistic farmsteads*). Diferentemente do suposto pelo modelo clássico de desenvolvimento das *uillae*, estas não seriam a forma embrionária das grandes *uillae* do século posterior (as tais “*uillae* varronianas”): isto é, as *uillae* canônicas dos séculos seguintes não teriam evoluído, arquitetônica e funcionalmente, a partir destas fazendas do século II. a.C.. Seriam um fenômeno novo que teria inspiração arquitetônica nos palácios dos primeiros séculos da República. O que ele chama de “enigma das *uillae* catonianas”, isto é, a inexistência no registro arqueológico de edifícios compatíveis com as prescrições presentes na *De Agri Cultura*, precisaria ser explicado por motivações e questões ideológicas da composição do texto por Catão<sup>455</sup>.

Talvez o ponto mais importante e interessante do argumento de Terrenato é a ideia de que não há uma evolução progressiva entre as pequenas fazendas camponesas, as medianas *uillae* catonianas do século II a.C., as *uillae* varronianas do século I a.C. e as “*uillae* collumelianas” do período imperial, que seriam o ápice do processo. Até o século II a.C. ele identifica, por um lado, um número crescente de fazendas pequenas e medianas

---

<sup>455</sup> TERRENATO, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, p. 21–27; TERRENATO, The enigma of “Catonian” Villas: the *De Agri Cultura* in the context of Second-century BC Italian architecture, p. 73–88.

que se inserem em um fenômeno de dispersão do assentamento rural que se repete em várias regiões do Mediterrâneo (objeto dos próximos capítulos desta tese). Concordo plenamente com a crítica de Terrenato à tal visão evolucionária da arquitetura rural italiana que levaria dos pequenos edifícios camponeses do início da República às grandes *uillae* escravistas do período imperial.

Por outro lado, ele identifica um número restrito e esparso de grandes edifícios pertencentes ao topo da hierarquia social e que teriam inspiração, arquitetônica e ideológica, nos grandes palácios principescos etruscos. Nesse sentido, Terrenato associa esses grandes edifícios rurais dos primeiros séculos de história republicana aos palácios principescos etruscos, distinguindo-os das *uillae* canônicas dos séculos centrais da história romana<sup>456</sup>. No século I a.C., aqueles grandes edifícios dos séculos V a II a.C. teriam inspirado arquitetônica e ideologicamente o nascente modelo dessas *uillae*, mas estes dois grupos de edifícios pertenceriam a categorias distintas de estruturas do assentamento rural. Edifícios como a “primeira *uilla*” do Auditorium e sua sucessora “*uilla* do Aqueloo”, a “*uilla delle Grote*” e a “*uilla* de Selvasecca” só poderiam ser chamadas de *uillae* dessa maneira, entre aspas. Elas seriam, na verdade, um tipo pouco comum de estrutura do assentamento rural desses séculos, palácios aristocráticos inspirados, ao menos parcialmente, nos antigos palácios principescos etruscos, como o escavado no Poggio Civitate, em Murlo (Província de Siena, ver mapa da figura 110), datado para o século VI a.C.<sup>457</sup> (ver representações das figuras 111 e 112).

Não concordo com esta segunda parte da narrativa de Terrenato sobre o desenvolvimento histórico das estruturas arquitetônicas rurais italianas. A fragilidade do modelo de desenvolvimento das *uillae* de Terrenato está justamente na possibilidade de identificar a existência de um número muito mais significativo de grandes edifícios nos séculos V a II a.C. do que ele previa inicialmente. O próprio Terrenato, em uma introdução a uma coletânea de artigos sobre as *uillae* republicanas que contém o artigo de Volpe acima citado, assinada em conjunto com Jeffrey Becker, reconhece que o argumento da arqueóloga italiana é persuasivo e que a possibilidade de identificar tantas “*uillae* primitivas” o obrigaria a rever sua abordagem ao tema<sup>458</sup>.

<sup>456</sup> TERRENATO, The Auditorium site in Rome and the origins of the villa, p. 11–21.

<sup>457</sup> PHILLIPS, JR., Kyle M., **In the Hills of Tuscany: Recent Excavations at the Etruscan Site of Poggio Civitate (Murlo, Siena)**, [s.l.]: UPenn Museum of Archaeology, 1993; TURFA, Jean MacIntosh; STEINMAYER, Alwin G. Jr, Interpreting early Etruscan structures: the Question of Murlo, **Papers of the British School at Rome**, v. 70, p. 1–28, 2002.

<sup>458</sup> BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola, Introduction, in: BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Roman republican villas: architecture, context, and ideology**, Ann Arbor: University of

É necessário que o estudo arqueológico desses edifícios, estimulado apenas após a escavação do Auditorium, ganhe maior maturidade e profundidade para termos melhores dados para esse debate. Argumentar a partir do silêncio arqueológico, como já apontado anteriormente nesta tese, é sempre um risco. Se Rita Volpe estiver correta em suas considerações – e tendo a concordar com seus argumentos –, pode-se imaginar um assentamento rural, ao menos na região de Roma, mas possivelmente em outras regiões da Itália central tirrênica, muito mais pontilhada de grandes edifícios do que o registrado até agora pelas escavações arqueológicas. Alguns anos antes de Rita Volpe, Gabrielle Cifani já tinha defendido a existência de uma hierarquia de edifícios no campo romano, no topo da qual estariam edifícios como as *uillae* do Auditorium e de Grottarossa<sup>459</sup>. Acredito, portanto, que temos indícios suficiente para imaginar uma quantidade de grandes edifícios no campo romano entre os séculos V e III a.C. muito mais significativo do que o previsto por Terrenato. Isso não significa, de toda forma, que esses edifícios precisam ser chamados de *uillae*.

### 3.2. Eram os grandes edifícios dos primeiros séculos da República *uillae*?

#### 3.2.1. Do termo de época ao conceito moderno

A questão terminológica me parece bastante complexa, escondendo sob sua superfície debates diversos. Não poderia ser diferente, dada a multiplicidade de conteúdos que a categoria *uilla* opera, como tentei demonstrar acima. A história da evolução do padrão arquitetônico e do sistema econômico acabam se misturando nesse debate, e talvez seja importante ter em mente que, ainda que conexas, existem questões diversas envolvidas em cada um desses diferentes conteúdos.

Talvez uma questão primordial, ainda que de difícil resposta, é a de se os próprios romanos se referiam a esses edifícios como *uillae*. Não se trata aqui de tentar identificar o “termo de época” para utilizá-lo em substituição a uma conceituação moderna – e diante de tudo que foi dito acima, espero que tenha ficado claro que por mais que utilizemos um termo em latim identificado nas fontes antigas, *uilla* (como nós a enquadrámos conceitualmente) é um conceito moderno. Descobrir o termo que os antigos usavam para categorizar seus edifícios não resolveria o problema de definição por uma série de

---

Michigan Press, 2012, p. 6; FENTRESS, Elizabeth, Roman Republican Villas: Architecture, Context and Ideology (Book Review), **American Journal of Archaeology**, v. 117, n. 3, 2013.

<sup>459</sup> CIFANI, Gabriele, Caratteri degli insediamenti rurali nell’Ager Romanus tra 6 e 3 secolo A : C., in: **Papers from the EAA 3rd Annual Meeting at Ravenna 1997. Volume 2. Classical and medieval.**, Oxford: Archaeopress, 1998.

questões. Em primeiro lugar, “toda história é história contemporânea” e nesse sentido, mesmo quando se utiliza uma expressão em uma língua morta, nossos cérebros e nossa cultura são vivos e a forma como tais expressões são conceituadas e compreendidas são feitas com nossos cérebros e culturas do presente. Quando se tenta evitar a “contaminação do passado” pelo presente utilizando-se “termos de época”, logo se cai no erro de fazer más traduções reversas, de concepções modernas à linguagem do passado<sup>460</sup>. O enquadramento da *uilla* como uma plantation talvez seja um bom exemplo disso.

Fora o problema epistemológico presente na recepção moderna do “termo de época”, essa pseudo-solução não resolveria o problema conceitual imediatamente de qualquer maneira, dado que os próprios romanos usavam o termo de maneira complexa e variada<sup>461</sup>. A terminologia cunhada por uma época não contém, necessariamente, os melhores conceitos para analisar sua realidade. Tentar meramente identificar como os antigos utilizavam o termo para enquadrar suas propriedades<sup>462</sup> não é o suficiente: o próprio termo antigo faz generalizações que podem não ser úteis à análise do historiador – e pior, o uso do termo antigo pode justamente cegar o historiador para este fato. A teoria social deve justamente buscar romper com a visão do senso comum de uma época na construção de suas análises<sup>463</sup>. Como bem argumenta Pierre Bourdieu, é justamente essa ruptura com a “sociologia espontânea” do senso comum que dá à teoria social sua particularidade e essência – e mesmo sua legitimidade<sup>464</sup>.

Dito isso, fica claro que não tenho qualquer pretensão de meramente desvelar a categorização desses edifícios pretensamente presente no vocabulário de época. Acredito, contudo, que a reflexão sobre como os romanos dos séculos V-III a.C. alcunhavam esses edifícios pode gerar uma boa reflexão como ponto de partida. A raiz etimológica de *uilla* é o termo *\*uicsla*, referente do campo semântico de assentamento rural e que dá origem ao termo *uicus*, do qual se origina, por sua vez, *uilla*<sup>465</sup>. Quando os romanos teriam

<sup>460</sup> BLOCH, Marc, **Apologia da história**, [s.l.]: Zahar, 2002, p. 136–137; Finley exemplifica esta questão de maneira precisa tendo como exemplo o uso do termo grego antigo *doulos* como termo conceitual para se referir aos escravos gregos. FINLEY, Moses I., Generalizações em História Antiga, *in*: **Uso e abuso da história**, São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 60–61.

<sup>461</sup> PERCIVAL, **The Roman Villa**, p. 15.

<sup>462</sup> Ver apêndice 3.

<sup>463</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, Existiu uma Economia Romana?, **Phoënix**, v. 17, n. 1, p. 15–36, 2011, p. 18; CARTLEDGE, Paul, The Economy (Economies) of Ancient Greece, *in*: SCHEIDEL, Walter; REDEN, Sitta von (Orgs.), **The Ancient Economy**, London: Routledge, 2012, p. 15–16.

<sup>464</sup> BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude, **O ofício do Sociólogo**, Petrópolis: Vozes, 2002, p. 32–33.

<sup>465</sup> TORELLI, Mario, The Early Villa: Roman contributions to the development of a Greek prototype., *in*: BECKER, Jeffrey A.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Roman republican villas: architecture, context, and ideology**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 9.

começado a se referir aos grandes edifícios isolados no campo com esse termo? Temos algumas poucas informações.

Plínio, o velho, em sua *História Natural*, afirma que na Lei das Doze Tábuas não se utiliza o termo *uilla* em nenhum momento. Em seu lugar, isto é, para se referir às residências rurais da classe dominante romana, o texto das Doze Tábuas utilizaria o termo *hortus*, enquanto *heredium* seria o termo utilizado no texto para nomear o objeto a que se referia o termo *hortus* no tempo de Plínio<sup>466</sup>. Nicholas Purcell acredita que isso indica a relação dessas residências da classe dominante romana no subúrbio de Roma, nestes primeiros séculos de história romana, com a produção intensiva de pequenos lotes de terra<sup>467</sup>.

É importante, de toda forma, entender tal referência dentro do contexto em que ela aparece na obra. Plínio está fazendo neste capítulo uma apologia do “*hortus*”, e para tanto recorre a um movimento retórico e ideológico recorrente: associar a prática defendida a um passado idealizado. O termo latino *hortus* se refere tanto ao que em português chamaríamos de horta, um pequeno pedaço de terra dedicado a um cultivo intensivo de hortaliças, quanto ao que chamaríamos de jardim, assim como às residências luxuosas nos arredores da cidade de Roma. Todo este capítulo da *História Natural* de Plínio opera a partir dessa polissemia. Nas linhas anteriores a essa referência às Doze Tábuas, Plínio lista alguns famosos jardins da “antiguidade” e afirma que os reis de Roma cultivavam seus próprios *horti*. Nas linhas seguintes, ainda no mesmo capítulo, Plínio faz uma severa crítica ao consumo conspícuo de alimentos extravagantes importados, contrapondo-os aos alimentos dos pobres, garantidos pelo cultivo de hortas. Fica claro diante deste contexto que estamos mais uma vez no terreno da valorização ideológica dos antepassados que viviam uma vida mais simples, mais diretamente ligada ao cultivo, neste caso, de *horti* – hortas propriamente ditas, mas também jardins.

Não é fácil tirar conclusões sobre a precisão da afirmação de Plínio, o Velho, sobre o vocabulário e a semântica da lei das Doze Tábuas. Nas compilações de trechos de textos antigos que mencionam passagens dessas leis não há nenhum outro que se refira a *hortus* ou *uilla*. De toda forma, considerando que diversos trechos dessas leis parecem ter circulado de maneira abundante entre a classe dominante romana ao longo dos séculos, é

---

<sup>466</sup> Plínio, o Velho, *História Natural*, 19.50.

<sup>467</sup> PURCELL, Nicholas, The horti of Rome and the landscape of property, in: LEONE, Anna; PALOMBI, Domenico; WALKER, Susan (Orgs.), **Res bene gestae: ricerche di storia urbana su Roma antica in onore di Eva Margareta Steinby**, Roma: Edizioni Quasar, 2007, p. 290.

difícil supor que Plínio estivesse completamente desinformado sobre o assunto. Pelo contrário, me parece mais razoável supor que, de fato, ele identificou nos diversos trechos das Doze Tábuas a que teve acesso tal uso do termo *hortus* e a inexistência do termo *uilla*, e utilizou tal informação no momento de fazer sua apologia ao *hortus*.

Uma outra informação, mais lacônica e de difícil interpretação, mas que converge com a de Plínio, vem do erudito augustano Marco Vérrio Flaco – ou pelo que é possível saber a partir do estado fragmentário de sua obra sobre o significado das palavras<sup>468</sup>. Sobre o termo *hortus*, somos informados de que os antigos assim chamavam todas as *uillae* por que de lá vinham os homens capazes de portar armas<sup>469</sup>. Ainda que inseridas nesse contexto ideológico, seria possível afirmar que essas passagens se sustentam sobre o conhecimento de que, nos textos latinos mais antigos, as residências rurais eram alcunhadas por *hortus*, e não como *uillae*. Obviamente, é possível, e talvez preciso, ser um pouco cético neste momento. O quanto a leitura desses eruditos dos séculos centrais da história romana tinha “instrumentos filológicos” confiáveis, o quanto os textos antigos que esses eruditos tiveram acesso eram de fato numerosos e se não eram muito corrompidos, é uma discussão impossível de se fazer neste momento, mas que deve estar em nosso horizonte para pontuar nossas incertezas.

De toda forma, essa conclusão parcial e hesitante não põe um ponto final na discussão. Mesmo reconhecendo essas duas passagens que nos informam sobre o uso do termo *hortus*, Carandini acredita que é possível associar diretamente o termo *uilla* com edifícios como a primeira *uilla* do Auditorium e sua sucessora *uilla* do Aqueloo. Para tanto, ele busca identificar o quadro social e ideológico em que esses edifícios surgiram. Em primeiro lugar, ele recorre a referência que conhecemos sobre o primeiro uso do termo *uilla*. Este se dá na nomenclatura da *uilla publica* no Campo de Marte – cenário e um dos objetos do diálogo do livro III de Varrão citado no início do capítulo. Segundo Tito Lívio, os censores do ano de 435 a.C., Caio Fúrio Páculo e Marco Gegânio Macerino, aprovaram o estabelecimento deste edifício a fim de ali realizar o censo<sup>470</sup>. Carandini acredita que

<sup>468</sup> O texto de Vérrio Flaco está perdido. Conhecemos seu teor a partir de alguns trechos de uma epítome em 20 volumes feita no século II d.C. por Sexto Pompeu Festo que chegaram até nós pela compilação e organização do monge beneditino Paulo, o Diácono, no século VIII.

<sup>469</sup> Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.91 L (p.102-103 M; p.72-73 Th). Estamos, neste caso, diante de um argumento similar ao de Catão no prefácio da *De Agri Cultura*, quando ele afirma que a agricultura é a mais valorosa das formas de enriquecimento por conta, entre outras coisas, de sua capacidade de gerar bons soldados. Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, Praef.

<sup>470</sup> Tito Lívio, *Desde a função da Cidade*, 4.22.7.

podemos supor que a classe dominante romana teve por referência este prédio público como inspiração arquitetônica e enquadramento ideológico de suas residências rurais.

Contudo, há um problema cronológico nesta reconstrução de Carandini: se a informação de Tito Lívio estiver correta, os primeiros grandes edifícios aristocráticos, como a primeira *uilla* do Auditorium, seriam anteriores ao estabelecimento da *uilla publica* no Campo de Marte. A solução de Carandini é engenhosa, ainda que demasiadamente hipotética. Seguindo uma ideia proposta por Filippo Coarelli<sup>471</sup>, ele supõe a existência de uma *uilla regia* no Campo de Marte, nos moldes da *domus regia*, com origens no período monárquico. Da mesma maneira que a *domus regia* teria sido transformada em uma *domus publica* com a ascensão da República, esta *uilla regia* teria sido transformada na *uilla publica* de que temos notícia. Assim, como a *domus regia* servira de modelo para as casas da classe dominante romana no meio urbano, a *uilla regia* teria servido de modelo para as residências rurais deste grupo<sup>472</sup>.

O limite desta reconstrução hipotética de Coarelli e Carandini está no fato de termos inúmeras menções na literatura clássica, para além dos vestígios arqueológicos, sobre a *domus regia* e sua transformação em um prédio público importante durante o período republicano e além. Isso torna a ausência de menções a esta hipotética *uilla regia* um indício forte, na minha opinião, de sua inexistência. Ainda que o termo utilizado por Tito Lívio para se referir ao estabelecimento da *uilla publica* pelos censores de 435 a.C. (diz o historiador romano que eles aprovaram – *probaverunt* – a *uilla publica*) não elimine a possibilidade de ele estar se referindo a um novo uso de um antigo prédio, não temos nenhuma informação que fundamente essa hipótese.

De toda forma, o argumento central de Carandini, que independe totalmente desta suposição de existência de uma *uilla regia*, me parece correto e superior à formulação de Terrenato. Justamente se reconhecermos que a categoria *uilla* deve ser entendida como uma categoria moderna, e não como uma recuperação do vocabulário de época, a categorização desses edifícios como *uillae* – fossem eles alcunhados *uillae*, *horti* ou qualquer outro termo pelos romanos do período – se torna a melhor abordagem.

Carandini critica a associação feita por Terrenato destes grandes edifícios com os palácios principescos etruscos. O ponto central de Carandini é o fato dos edifícios como

---

<sup>471</sup> COARELLI, Filippo, **Il Campo Marzio: dalle origini alla fine della Repubblica**, [s.l.]: Quasar, 1997, p. 65, 165–169, 171.

<sup>472</sup> CARANDINI; D'ALESSIO; DI GIUSEPPE (Orgs.), **La fattoria e la villa dell'Auditorium nel quartiere Flaminio di Roma**, p. 587–589; CARANDINI, Andrea, **Res publica: Come Bruto cacciò l'ultimo re di Roma**, [s.l.]: Rizzoli, 2011.



a *uilla* do Auditorium se inserirem em um contexto de crescente urbanização e de ascensão do sistema político republicano – contexto completamente distinto, portanto, dos palácios principescos etruscos, distantes dos centros urbanos etruscos e símbolos dos sistemas políticos monárquicos locais. Esses edifícios aparentemente têm, aponta precisamente Carandini, relação com a ascensão de uma classe dominante ligada ao meio urbano e ao Estado republicano, o que os distingue completamente dos edifícios principescos e os aproxima das *uillae* canônicas dos séculos centrais da história romana<sup>473</sup> – e aqui começamos a apontar um caminho para dar precisão conceitual ao termo *uilla*.

Em termos arquitetônicos, Carandini também me parece ter razão ao apontar que tamanho e associação a um pátio são elementos muito restritos para afirmar uma relação arquitetônica e ideológica genética entre os palácios como o de Murlo e os edifícios como a *uilla* do Auditorium<sup>474</sup>. Ignorando a solução imaginativa de uma *uilla regia*, é possível associar geneticamente esses edifícios rurais com a própria arquitetura do meio urbano. Em um processo de difusão de estruturas pelo meio rural, do qual faziam parte as pequenas estruturas camponesas analisadas no primeiro capítulo, despontam também alguns edifícios de grande porte, possivelmente inspirados na arquitetura das casas aristocráticas do meio urbano.

Carandini tenta levar essa relação tipológica entre as *uillae* primitivas e as *uillae* tardo-republicanas e imperiais além. Ele utiliza recorrentemente o modelo de um sistema econômico baseado no trabalho escravo e administrado por um *uilicus* para interpretar esses edifícios. Assim, por exemplo, ele chega a conjecturar *clientes* dos reis romanos administrando a *uilla regia*, atuando como *uilicus*<sup>475</sup>, e interpreta o *quartiere servile* e o “setor rustico” das diferentes fases da *uilla* do Auditorium sob a luz da existência de trabalhadores submetidos à escravidão por dívidas. Acredito que tais elucubrações estreitam em demasia a definição conceitual e levam a categoria *uilla* para além da fronteira de uma precisão que reduz em demasia sua aplicabilidade – e aqui encontramos um primeiro limite para uma definição mais precisa e enciclopédica de *uilla*. A identificação das formas de trabalho nessas propriedades depende de uma análise mais profunda da realidade econômica e das relações de produção existentes nesse período da história romana, o que, como argumentarei em outro capítulo, não é uma tarefa das mais

---

<sup>473</sup> CARANDINI; D’ALESSIO; DI GIUSEPPE (Orgs.), *La fattoria e la villa dell’Auditorium nel quartiere Flaminio di Roma*, p. 589–592.

<sup>474</sup> *Ibid.*, p. 587.

<sup>475</sup> *Ibid.*, p. 588.

fáceis<sup>476</sup>. Antes disso, contudo, podemos dar alguns passos seguros na direção de uma melhor definição da categoria *uilla*.

### 3.2.2. Afinal, o que é uma *uilla*?

Diante do amplo e diversificado quadro de formas como a categoria *uilla* tem sido utilizada nos estudos sobre história romana, é extremamente difícil estabelecer um conceito muito preciso e direto do que é uma *uilla*. Diante dessa diversidade, alguém poderia sugerir o uso de termos diversos ou ao menos adjetivos para refinar e delimitar significados específicos e certas tipologias. Essa seria, contudo, uma falsa solução. Termos complexos e que reivindicam longas e amplas tradições de debates historiográficos não podem ser simplesmente contornados, porque continuariam como espectros rondando os novos termos pretensamente neutros escolhidos para substituí-los. Nesse caso, distinguir aspectos centrais da categoria e identificar elementos variáveis me parece ser a melhor estratégia.

Na primeira seção deste capítulo busquei desafiar a noção de um “sistema da *uilla*”, em um sentido crítico que tem tido muita força na historiografia das últimas décadas. Isso significa, na prática, abandonar uma classificação de *uilla* como um tipo específico e bem delimitado de modelo de unidade produtiva. No lugar disso, usando alguns aspectos identificados ao longo deste capítulo, gostaria de propor um enquadramento conceitual do que é uma *uilla* que seja maleável a ponto de enquadrar tipos de unidades produtivas razoavelmente distintas entre si, ainda que tenham um elemento unificador. Essas diferentes formas de *uilla* podem ter não só variado em diferentes recortes cronológicos e geográficos, mas também terem convivido lado a lado, nas mesmas regiões nas mesmas épocas.

Acredito que, acima de tudo, a *uilla* é um elemento de intervenção de classes dominantes de caráter urbano destacado na reorganização do meio rural<sup>477</sup> - e aqui retomo o problema da relação Campo-Cidade já abordado previamente na introdução desta tese. A *uilla* é um instrumento fundamental para a reprodução desses grupos sociais que, ainda que urbanos, dependem da exploração do meio rural para a reprodução de sua condição de classe dominante. Sigo aqui a ideia fundamental de Philippe Leveau de que a *uilla* é um

---

<sup>476</sup> Ver capítulo 5, subseção 4.2.

<sup>477</sup> Mais uma vez neste capítulo retomo ideias apresentadas pela primeira vez em minha dissertação de mestrado. Ver: KNUST, **Senhores de escravos, senhores da razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (séculos II-I a.C.)**, p. 147–148.

elemento de intervenção e reorganização do meio rural por parte da classe dominante urbana a fim de providenciar a exploração daquele em benefício deste e que estimula o desenvolvimento de novas formas de produção de excedentes consumidos majoritariamente pelos grupos urbanos<sup>478</sup>. Tradicionalmente estas “novas formas de produção de excedentes” têm sido associadas à produção escravista voltada para o mercado, mas podemos assumir uma abordagem mais ampla que reconheça possibilidades diversas.

A partir deste conceito, é possível definir como *uillae* propriedades fundiárias que se organizam como modelos de exploração econômica muito diversos, com grande variedade de tipos de atividades produtivas, formas de relações de produção, maneiras de inserção da produção nas esferas de circulação, entre outros elementos. Cada caso específico precisa ser analisado em si, com a identificação de como esses diferentes elementos desempenham essa função primordial para as classes dominantes urbanas. É claro que aqui ficamos reféns do procedimento de identificar modelos socioeconômicos (formas de propriedade rural que sirvam de inserção da classe dominante urbana no campo) a partir de vestígios de padrões arquitetônicos (grandes e luxuosos edifícios isolados no campo). Contudo, acredito que o conceito mais genérico de *uilla* que proponho aqui permite uma identificação mais embasada a partir da arqueologia.

Tendo isto em mente, me parece pertinente classificar esses edifícios dos séculos V-III a.C. como *uillae*. Estamos tratando de edifícios com elementos de suntuosidade, que podemos relacionar com a classe dominante romana sem medo de errar. Ao mesmo tempo, esses edifícios parecem controlar, de maneiras que certamente podem variar bastante, uma produção agrícola significativa, dada a importância de seus setores produtivos. Por fim, sua localização no em torno de importantes centros urbanos aponta para uma relação entre a destacada classe dominante urbana que emerge nesse período<sup>479</sup> e essas propriedades – o que é confirmado pelas fontes literárias que remetem ao assunto, quando elas começam a aparecer, em período já mais avançados da história romana<sup>480</sup>.

Acredito, a partir disso, ser pertinente identificar que esses edifícios desempenham o papel de ponta de lança da intervenção de classes dominantes urbanas sobre o meio

---

<sup>478</sup> LEVEAU, Philippe, La ville antique et l'organisation de l'espace rural : villa, ville, village, **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 38, n. 4, p. 920–942, 1983, p. 921–924; ANDREAU, Jean, **L'économie du monde romain**, [s.l.]: Ellipses, 2010, p. 40–43.

<sup>479</sup> Ver capítulo 5, subseção 3.2.2.

<sup>480</sup> Penso, aqui, sobretudo no tratado de Catão, *Sobre as coisas do campo*. Contudo, as narrativas históricas que tratam dos primeiros séculos da República também apontam nessa direção.

rural, a fim de reorganizá-lo e construir formas diversas de exploração no intuito de reproduzir as condições desta classe enquanto classe dominante. Não por acaso, os edifícios sobre os quais temos melhores informações são justamente aqueles que nos dão os melhores indícios para identificar a relação desses edifícios com a exploração econômica do campo: os traços de plantação de vinhedos na planície de Centocelle e os implementos produtivos (dentre os quais se destaca a grande torcular do período 2, mas também o próprio *quartiere servile* como um todo) da *uilla* do Auditorium.

Isto não significa – nunca é demais enfatizar esse ponto – a existência de um modelo único de exploração econômica do solo, de relações de produção ou mesmo de atividades produtivas. Nesse sentido, acredito que é possível deixar de lado a oposição exposta por Mário Torelli à classificação de edifícios anteriores às leis Licínia-Sextias como *uillae*. Seguindo as ideias de Moses Finley, Torelli acredita que apenas após a proibição da escravidão por dívidas presente nesse conjunto de medidas em 367 a.C. poderiam haver propriedades fundiárias realmente escravistas - que poderíamos chamar de *uillae*. Voltarei a discussão sobre escravidão e outras formas de trabalho compulsório mais a frente nesta tese, mas por enquanto é suficiente dizer que mesmo que Torelli e Finley estejam certos, e mesmo que a identificação de aposentos para escravos no *quartiere servile* da *uilla* do Auditorium seja um procedimento excessivo por parte de Carandini, ainda assim diante do que argumentei até aqui, essa interdição ao uso termo *uilla* para classificar esses edifícios não é válida<sup>481</sup>.

O desenvolvimento desse tipo de estrutura fundiária parece não ter sido uma singularidade dos arredores de Roma. Carandini indica alguns achados arqueológicos nas imediações de cidades etruscas como Veios e Cere que talvez possam ser interpretados no mesmo sentido<sup>482</sup>. Tito Lívio, narrando conflitos ocorridos entre os séculos V e III a.C., se refere à destruição de *uillae* em várias regiões da Itália central tirrênic, como as regiões da Sabina, de Veios, de Capenas, dos faliscos e dos volscos<sup>483</sup> – e o termo utilizado parece ter algum conteúdo social mais ou menos preciso, já que ele utiliza os termos *casa* e *tuguria* para indicar habitações rurais de menor *status* social<sup>484</sup>.

---

<sup>481</sup> TORELLI, The Early Villa: Roman contributions to the development of a Greek prototype., p. 8; FINLEY, **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**, p. 88–93.

<sup>482</sup> CARANDINI; D'ALESSIO; DI GIUSEPPE (Orgs.), **La fattoria e la villa dell'Auditorium nel quartiere Flaminio di Roma**, p. 588.

<sup>483</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.23.5, 2.26.3, 2.62.4, 2.63.2, 4.49.2, 5.12.5, 5.26.4, 7.30.15, 7.39.14, 7.42.4, 10.11.6.

<sup>484</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.13.10, 3.26.9, 5.53.8. DI GIUSEPPE, Helga, *Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere*, in: FRIZELL, Barbro Santillo; KLYNNE, Allan (Orgs.), **Roman**

Considerando corretas as informações de Plínio, o velho, e Vêrrio Flaco sobre o uso do termo *hortus* no lugar de *uilla* pelos antigos, pode-se considerar que Tito Lívio estivesse usando uma terminologia modernizante, mas isso não implica que ele não tivesse fontes lhe indicando a destruição de residências rurais aristocráticas – que ele acabou chamando de *uillae*, o termo de sua época para se referir a esse tipo de edifício – nesses conflitos.

Mais além da Itália central também é possível identificar processo similar. Ainda que o termo *uilla* não seja utilizado em outros casos – por conta de sua origem latina e, sobretudo, por receio de confusões terminológicas e cronológicas<sup>485</sup> – existem indícios de que propriedades fundiárias ligadas a classes dominantes urbanas e voltadas para a exploração agrícola intensa do *hinterland* de outras grandes cidades da bacia do Mediterrâneo também tenham se desenvolvido entre os séculos V e III a.C.. Vestígios de grandes e luxuosos edifícios rurais foram encontrados em várias regiões do mundo púnico, como a Sicília, a região de Cartago e a ilha de Jerba<sup>486</sup>. O mesmo pode ser dito para outras regiões do sul da Itália<sup>487</sup>. Franco Cambi utiliza do termo grego *epaulis*, que aparece na obra de Diodoro Sículo para se referir a grandes propriedades luxuosas na Sicília, para nomear este tipo de edifícios. Ainda que aqui, mais uma vez, estejamos reféns da identificação de um sistema socioeconômico a partir de vestígios de um padrão arquitetônico, acredito que não seja abusivo imaginar que esses edifícios desempenhassem papel similar ao das *uillae*, seguindo o enquadramento proposto acima.

Por muito tempo se acreditou, inclusive, em uma origem helenística e cartaginesa das *uillae* romanas. Os romanos teriam desenvolvido suas *uillae* ao observar as unidades produtivas mais desenvolvidas da Magna Grécia, Sicília e norte da África<sup>488</sup>. Terrenato aponta, a meu ver precisamente, que essa é uma chave de leitura de forte teor evolucionista e difusionista: os romanos ainda seriam atrasados em relação aos gregos e cartaginenses e, por isso, incapazes de desenvolver um tipo de unidade produtiva tão

---

**Villas Around the Urbs: Interaction with Landscape and Environment : Proceedings of a Conference at the Swedish Institute in Rome, September 17-18, 2004**, Roma: Swedish Institute in Rome, 2005, p. 7.

<sup>485</sup> FENTRESS, Elizabeth, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, *in*: PRAG, Jonathan R. W.; QUINN, Josephine Crawley (Orgs.), **The Hellenistic West**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 167.

<sup>486</sup> VAN DOMMELEN, Peter; GIAMMELLARO, Antonella Spanò; SPATAFORA, Francesca, Sicily and Malta: between sea and Countryside, *in*: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 157; FENTRESS, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, p. 168–172.

<sup>487</sup> TORELLI, The Early Villa: Roman contributions to the development of a Greek prototype., p. 12–25.

<sup>488</sup> Para um texto recente que mantém esta chave de leitura, mesmo depois das descobertas a partir da escavação do sítio do Auditorium, ver: TORELLI, The Early Villa: Roman contributions to the development of a Greek prototype.

avançada; a “transmissão” do modelo da *uilla* faria parte, de certa maneira, da transmissão da “tocha da civilização” dos gregos para os romanos, na imagem tradicional, evolucionista e eurocêntrica da “história da civilização”. Com as descobertas e reavaliações sobre a existência de *uillae* primitivas romanas, podemos traçar um quadro mais mediterrânico deste processo: experimentando processos históricos gerais e interligados, em uma escala mediterrânica, tanto Roma como outras regiões diversas do Mediterrâneo central – e talvez além – vivenciaram um processo de difusão dessas propriedades rurais ligadas a classes dominantes urbanas.

### 3.3. As *uillae* primitivas nos levantamentos de superfície

Na abertura deste capítulo apontei para uma diferença fundamental na “inspiração” que vem definindo as categorias “Fazenda” e “*Villa*” na classificação de sítios identificados por levantamentos de superfície. Esta tem origem nos próprios estudos sobre o mundo romano e, conseqüentemente, faz referência a um tipo de estrutura arquitetônica mais específica. Enquanto a categoria “Fazenda”, por ser mais genérica, pode esconder sob seu véu uma infinidade de realidades mais específicas, como vimos no capítulo passado, a categoria *Villa* acaba sendo, arqueologicamente, um pouco mais precisa.

Sem dúvidas que existem alguns problemas metodológicos para a identificação de alguns sítios como vestígios de *uillae*. Uma dispersão vasta de material arqueológico com presença de fragmentos de mármore e mosaicos, o arquétipo do sítio identificado por levantamentos de superfície como vestígio de *uillae*, pode ser, eventualmente, vestígio de parte de um povoado mais abastado<sup>489</sup>. No sentido contrário, como já apontei no capítulo anterior<sup>490</sup>, nem todas os edifícios-sede de propriedades rurais eram grandiosos e ricamente ornados. Portanto, muitos sítios identificados em levantamentos de superfície que foram ocupados no passado por um edifício desse tipo não serão identificados nos esquemas classificatórios como *uillae*.

Contudo, esses são problemas bem menos sérios do que aqueles vistos para a categoria “Fazenda”. A categoria “*Villa*” acaba sendo mais precisa, talvez, por justamente ter em seu quadro de definição um critério bem claro de formas de consumo de determinados tipos de cultura material. A partir da identificação desse tipo de consumo

---

<sup>489</sup> POPPEN, Robert E. Vander, **Rural Change and Continuity in Etruria: A Study of Village Communities from the 7th Century B.C. to the 1st Century A.D.**, Tese de Doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2008, p. 95–96.

<sup>490</sup> Ver também o apêndice 2.

de cultura material nos levantamentos, somos capazes de reconhecer este tipo de estrutura e fazer algumas conclusões sobre elas. Contudo, é nessas conclusões que reside o maior problema em potencial com a categoria: concluir aquilo que não é possível a partir do que sabemos. A conclusão imprudente mais recorrente é, sem sombra de dúvidas, relacionar a existências dessas estruturas com o trabalho escravo. Diante do que eu disse acima, não é possível associar a existência de um tipo específico de estrutura do assentamento rural – grandes residências rurais com elementos arquitetônicos luxuosos – com uma forma de trabalho – escravidão. Isso tem repercussões importantes para o enquadramento dos resultados dos levantamentos de superfície. Classificar uma dispersão de material arqueológico como vestígio de uma antiga *uilla* não é o mesmo do que identificar uma unidade produtiva escravista. Ainda que muitas dessas *uillae* identificadas pelos levantamentos de superfície provavelmente utilizassem trabalho escravo, o salto empírico entre identificar vestígios de uma *uilla* e identificar o uso do trabalho escravo deve ser feito com mais cuidado.

De toda forma, a questão central que emerge para essa tese sobre a categoria “*Villa*” nos levantamentos de superfície tem a ver com o problema da cronologia. Identificada a existência de *uillae* na Itália central já antes do século II a.C., a interpretação de alguns sítios identificados por levantamentos de superfície se torna bastante complexa. Sítios como aquele mencionado anteriormente, o número 51 no território de Capena, com grande área de dispersão de material arqueológico e vestígios de ocupação já nos séculos V-III a.C., tornam-se um enigma. O antigo procedimento classificatório de pressupor que as *uillae* só se estabelecem a partir do século II a.C. e que antes disso esses sítios eram ocupados por fazendas camponesas, passa a ser inviável.

Aqui, mais uma vez, existem níveis distintos de respostas a se explorar. Novos levantamentos de superfície deveriam ter uma preocupação “pós-escavação do sítio do Auditorium”, isto é, desenvolver meios de identificar as *uillae* primitivas. Seguir os trilhos da metodologia de estudo de Rita Volpe, dando atenção aos blocos de tufo, pode ser um caminho. Em segundo lugar, há de se desenvolver métodos, também, para o reprocessamento dos dados de levantamentos passados, quando isso for possível. Como apontei no capítulo anterior, lidar com esses dados produzidos por técnicas e metodologias que não temos mais como controlar é sempre um desafio bastante complexo. Em alguns casos, quando esses dados são ricos e variados, talvez seja possível identificar essas *uillae* primitivas a partir de certos elementos materiais. Em outros casos, outros tipos de metodologias precisam ser empregados para dar conta do problema posto

pela possível existência desses edifícios quando não somos capazes de reavaliar os dados dos projetos de levantamento de superfície.

A arqueóloga italiana Helga di Giuseppe, que participou da equipe liderada por Carandini no projeto de escavação do Auditorium, se viu frente a esta questão ao participar do *Tiber Valley Project*, no qual precisava reanalisar os dados do *South Etruria Survey*. Para dar conta da possibilidade de *uillae* primitivas estarem “escondidas” nos dados de sítios identificados como *uillae* nos séculos centrais da história romana, mas como fazendas camponesas nos séculos anteriores, ela desenvolveu uma estratégia estatística simples e, ao meu ver, eficiente. É possível dar por certo<sup>491</sup> que os sítios com pequenas áreas de dispersão de material arqueológico (isto é, aqueles classificados como Fazendas ou Cabanas em todos os recortes cronológicos) não possuem *uillae* primitivas “escondidas” em seus dados. A pequena dispersão de material arqueológico é incompatível com o que se espera de um sítio com vestígios de um grande edifício. Esses sítios podem ser desconsiderados na busca pelas *uillae* primitivas, portanto. O mesmo pode se dizer dos sítios que, apesar de terem vestígios de *uillae* para os séculos centrais da história romana, não possuem qualquer vestígio de ocupação entre os séculos V e III a.C. – esses não eram ocupados – por *uillae* ou por qualquer outro tipo de estrutura, durante o período que nos interessa aqui. Por fim, restam os sítios que tem vestígios de ocupação neste período assim como de ocupação por uma *uillae*, ainda que a princípio apenas nos séculos posteriores. Di Giuseppe classifica esses sítios como assentamentos de *status* elevado (*high status settlement*)<sup>492</sup>, que é justamente aquilo que estou chamando neste capítulo de *uillae* primitivas.

O que di Giuseppe faz é substituir a imagem tradicional de transição do padrão fundiário, fundamentado nas teses de crise do campesinato e ascensão do “sistema da *uilla*”, pela imagem que emerge a partir da escavação do sítio do Auditorium. A primeira subsidia a interpretação de que estes sítios são vestígios pequenas fazendas dos séculos V a III a.C. que são substituídas por *uillae* a partir do século II a.C.. A segunda, a interpretação de que *uillae* primitivas evoluem historicamente ao longo de séculos, sempre como edifícios da classe dominante romana, até se tornarem *uillae* “canônicas” a partir dos séculos II e I a.C.. É muito difícil identificar, caso a caso, quando um ou outro cenário ocorreu. A ausência de contextos estratigráficos nos levantamentos de superfície

---

<sup>491</sup> Desconsiderando alguns problemas metodológicos sobre os dados produzidos pelos levantamentos de superfície que explorarei no início do capítulo 3.

<sup>492</sup> DI GIUSEPPE, *Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere*, p. 4–5.



cobra seu preço. Contudo, é certo que nem um nem outro cenário deve ter sido o caso de todos os sítios em questão – e assumir uma ou outra narrativa como fundamento da interpretação dos dados dos levantamentos depende de visões prévias sobre a história agrária romana.

O procedimento de di Giuseppe tem seus inconvenientes, e o exemplo do sítio 51 no território de Capena pode mais uma vez me ajudar como exemplo. A abordagem de di Giuseppe o transforma estatisticamente em “sítio que no período tardo-republicano e alto-imperial foi uma *uilla*”, que é uma forma resguardada de aponta-lo como uma *uilla primitiva*. Contudo, quando vamos ao detalhe e comparamos esse sítio com seu contexto, essa interpretação é muito frágil. O material que identifica a ocupação do sítio no período pré-romano é cerâmica comum, *impasto*, como na maioria dos casos dessa região. Contudo, esse sítio está inserido justamente na área do território de Capenas onde encontramos a maior concentração de sítios com vestígios de cerâmica fina, seja *bucchero*, seja cerâmica etrusco-coríntia. Claro que podemos estar diante de um mero acaso arqueológico, e esse sítio teria produzido cerâmicas finas que simplesmente não foram identificadas pelo levantamento. Contudo, a possibilidade de que esse sítio fosse ocupado por uma estrutura mais simples nos seus primeiros séculos de vida e apenas posteriormente tenha sido local de uma *uilla* é bastante alta.

Outro exemplo pontual do território de Capena pode nos ajudar a perceber outro problema no método de di Giuseppe. O sítio 15, próximo a Capena, é descrito como um “sítio etrusco bastante substancial”. Além disso, este sítio e uma tumba próxima (possivelmente associada a ele) são os únicos sítios fora da área do monte Palombo em que foram coletados tanto fragmentos de *bucchero* quanto de cerâmica etrusca-coríntia em um mesmo sítio<sup>493</sup>. Tudo isso pode nos fazer imaginar que estamos diante de um forte candidato a “vestígio de *uilla primitiva*”. Contudo, na metodologia de di Giuseppe, esse sítio é contado estatisticamente como vestígio de uma fazenda, porque ele não tem vestígios de ocupação durante os séculos centrais do período romano e, por isso, nunca foi um “sítio que no período tardo-republicano e alto-imperial foi uma *uilla*”.

De toda maneira, di Giuseppe apresenta alguns dados que corroboram sua interpretação. Em termos quantitativos e olhando para o quadro geral, entre os materiais datáveis para períodos mais antigos (desde o século VIII até o III a.C.) em sítios que a partir do século II a.C. seriam ocupados por *uillae*, destacam-se justamente as cerâmicas

---

<sup>493</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 133.

de pouca circulação (como cerâmicas finas áticas)<sup>494</sup>. Voltando aos exemplos pontuais no território de Capena, é possível encontrar exemplos dessa situação, como os sítios 56<sup>495</sup> e 122<sup>496</sup>. Além disso, a continuidade de ocupação de sítios que nos séculos centrais da história romana certamente foram ocupados por *uillae* na região estudada pelo *Tiber Valley Project* é bastante significativa<sup>497</sup>. Se é verdade que isso não significa que todos os sítios foram ocupados desde os primórdios por *uillae* ou edifícios de tipo similar, frente as recentes descobertas de *uillae* primitivas em fases estratigráficas mais antigas de sítios ocupados por *uillae* nos séculos posteriores, esses são dados bastante chamativos. Podemos encarar o procedimento de Di Giuseppe como uma maneira de criar um interessante modelo de caso-limite, que pode ser extremamente útil para avaliar algumas proposições sobre a história do assentamento rural na Etrúria Meridional e pode servir de inspiração para estudos de outras regiões.

---

<sup>494</sup> DI GIUSEPPE, Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere, p. 7; DI GIUSEPPE, Helga, Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, *in*: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen, **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 437.

<sup>495</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 154.

<sup>496</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>497</sup> DI GIUSEPPE, Helga, **Black-gloss ware in Italy: production management and local histories**, Oxford: Archaeopress, 2012, p. 154; O relato do South Etruria Survey sobre o Ager Veientanus informa, contudo, o oposto: “Quase todos os pequenos sítios e fazendas [identificados ao longo do antigo sistema de estradas] parecem ter tido uma ocupação contínua desde o período etrusco [até o romano], com a exceção dos grandes sítios de villae - como poderia ser esperado, poucos fragmentos estrucos sobreviveram para indicar uma ocupação anterior”. KAHANE, Anne; THREIPLAND, Leslie Murray; WARD-PERKINS, John Bryan, The “Ager Veientanus”, North and East of Rome, **Papers of the British School at Rome**, v. 36, 1968, p. 73 É possível que essa percepção tenha sido determinada pela imagem pré-concebida que os pesquisadores do South Etruria Survey esperavam encontrar (isto é, villae sendo construídas apenas depois do século II a.C.), e o reestudo de Di Giuseppe, partindo de outras premissas, tenha identificado outro padrão.

Capítulo 3:  
 Conquistadores e camponeses na Etrúria Meridional:  
 um estudo de caso sobre a conquista romana  
 e as transformações no assentamento rural

*Respondeu o ancião que, enquanto guerreava contra os sabinos,  
 o inimigo devastara seus campos, apropriara-se da colheita,  
 incendiara o sítio e roubara-lhe todos os bens, inclusive o gado.*

Tito Lívio<sup>498</sup>

O campesinato itálico, em especial na Itália Central e Meridional, enfrentou uma grave crise ao longo do processo de conquista romana da Península. “Os soldados-camponeses romanos estavam lutando pela sua própria expropriação”, na famosa expressão de Keith Hopkins<sup>499</sup>. Como já apontado nesta tese, durante décadas foi esta a narrativa que prevaleceu entre os historiadores que estudaram o mundo rural romano. Associando essas narrativas catastrofistas sobre o campesinato com a imagem das *uillae-plantations* que se disseminariam a partir do século II a.C., a história agrária romana durante décadas foi dominada pela ideia de transição de um padrão agrário estruturado em pequenas propriedades camponesas, característico dos primeiros séculos de história romana, para um padrão agrário estruturado em grandes propriedades escravistas, característico dos séculos centrais da história romana.

Por reversão do argumento, a tese de crise do campesinato acabou por gerar a imagem de que os séculos iniciais da história romana teriam sido uma espécie de era de ouro camponesa, com uma hierarquização social razoavelmente limitada<sup>500</sup>. A imagem de Cincinato largando seu arado e sua enxada, com o qual cultivava quatro jeiras de terra na margem direita do Tibre, para se tornar ditador romano servia como grande modelo

---

<sup>498</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.23.5: Sabino bello ait se militantem, quia propter populationes agri non fructu modo caruerit, sed uilla incensa fuerit, direpta omnia, pecora abacta (tradução de Paulo Matos Peixoto: Tito Lívio, *História de Roma*, primeiro volume. São Paulo: Paumapé, 1989, p.136).

<sup>499</sup> HOPKINS, Keith, **Conquerors and slaves**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 30.

<sup>500</sup> *Ibid.*, p. 19–25; SCHIAVONE, Aldo, **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**, São Paulo: EdUSP, 2005, p. 86–88.

para pensar uma elite política que ainda não se havia destacado como uma classe social realmente distinta e hierarquizada do resto do campesinato<sup>501</sup>.

Essa imagem determinava uma expectativa específica quanto aos resultados dos levantamentos de superfície italianos: a composição de um quadro histórico de recuo no número de sítios associados com o assentamento camponês ao longo dos séculos, enquanto o número de sítios identificados como vestígios de edifícios de grandes propriedades deveria aumentar. De fato, o segundo pressuposto se confirmou com a difusão dos levantamentos pela Itália central. Ainda que o número de sítios que contenham vestígios de grandes edifícios rurais da classe dominante prévios ao século II a.C. provavelmente esteja subestimado nos dados dos levantamentos<sup>502</sup>, é inegável que esses grandes edifícios se tornam cada vez mais imponentes e cada vez mais comuns na paisagem rural a partir do século final do período republicano.

Contudo, nada poderia ser mais diferente dos resultados desses projetos do que o primeiro pressuposto. Em muitos dos levantamentos de superfície realizados na Itália central tirrênic, o número de sítios associados com o campesinato evolui historicamente da mesma maneira que os de grandes edifícios; isto é, as pequenas propriedades também teriam se difundido ao longo do período republicano. Os primeiros resultados nesse sentido – e que logo tiveram grande repercussão nesse debate<sup>503</sup> – foram os produzidos no âmbito do *South Etruria Survey*, mas logo foram seguidos por estudos de outras regiões.

O objetivo deste e do próximo capítulos é fazer um estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos padrões de distribuição do assentamento rural na Itália central tirrênic entre os séculos V e III a.C. e pensar sua relação com a expansão romana. Isso implica na identificação dos processos de transformação quantitativa (aumento ou diminuição nos números absolutos e relativos dos diferentes tipos de sítios) e qualitativa (formas de distribuição geográfica e possíveis relações entre as diferentes estruturas do

---

<sup>501</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.26. Vale destacar que apesar de ter servido já na Roma antiga como modelo para se referir a simplicidade da elite política romana no início da República (em Cícero, *Catão, o velho, ou sobre a velhice*, 16.54 e Columella, *Sobre as coisas do campo*, 1.Praef.13, por exemplo), a história de Cincinato, ao menos como narrada por Tito Lívio, é claramente excepcional. Tito Lívio conta que Cincinato teve que vender todos os seus bens para pagar a fiança de seu filho exilado na Etrúria, acusado de assassinato por Marco Vólscio Fictor, líder político da plebe (a história faz parte da longa lista de casos de conflitos entre patrícios e plebeus construída por Tito Lívio). Por conta disso ele havia se mudado para uma pequena cabana na margem direita do Tibre, onde cultivava com seu próprio suor tão pequena propriedade. Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.13.

<sup>502</sup> Ver capítulo 2, subseção 3.4.

<sup>503</sup> FREDERIKSEN, Martin, The contribution of Archaeology to the Agrarian Problem in the Gracchan Period, *Dialoghi di Archaeologia*, v. VI-V, n. 2-3, 1970.

assentamento rural que esses sítios são vestígios) do assentamento humano. Este é um tipo de estudo que, como pretendo deixar claro logo nas primeiras páginas deste capítulo, implica uma série de considerações metodológicas para além da simples identificação de tipos e quantidades de sítios.

Mais uma vez é necessário destacar que os dados produzidos pela arqueologia possuem vieses metodológicos específicos que precisam ser encarados para o bom uso de suas informações. Como detalhar todas essas questões para o estudo de cada um dos projetos de levantamento de superfície utilizados nesta pesquisa (que possuem, cada um, uma série própria de questões) seria um trabalho muito exaustivo e quase que interminável, escolhi trabalhar como uma região como estudo de caso neste capítulo e no próximo fazer análises mais céleres de outras regiões, sob a luz das preocupações metodológicas postas pelo estudo de caso de maneira comparativa.

## 1. O crescimento do número de sítios rurais na Etrúria Meridional: meandros da abordagem quantitativa

A região escolhida para o estudo de caso é a Etrúria meridional. Esta me parece ser a região mais bem estudada – e com uma quantidade de dados divulgados bastante significativa – pela arqueologia de superfície na Itália central tirrênica. Isto permite considerações mais ricas e empiricamente embasadas, não só dos dados finais, que utilizarei para o estudo do assentamento humano na região, mas também dos vieses metodológicos que determinam estes dados finais. Além disso, como veremos, é uma região interessante para avaliar o impacto da conquista romana sobre o assentamento rural por que sua conquista foi um marco no expansionismo romano.

O *South Etruria Survey*, da *British School at Rome*, foi o primeiro grande projeto de levantamento de superfície realizado na região, entre as décadas de 50 e 70 sob a liderança de John Bryan Ward-Perkins. Os levantamentos regionais desse projeto consistiram fundamentalmente em *field walkings* razoavelmente extensivos e, para os padrões atuais, pouco sistemáticos. É possível ver destacadas no mapa da figura 113 as diferentes regiões a oeste do rio Tibre por onde os pesquisadores ingleses realizaram seus estudos – as regiões destacadas a leste do Tibre, na Sabina, foram objeto de levantamentos de superfície mais recentes, e é possível reparar que cobriram áreas bem menores, por serem levantamentos bem mais intensivos. Até por conta da influência dos pioneiros estudos de identificação de estradas romanas de Thomas Ashby no desenvolvimento dos

métodos usados por Ward-Perkins e sua equipe, *field walkings* pelos caminhos identificados como estradas antigas foram o método primordial de levantamento de muitas dessas regiões<sup>504</sup>. O grande número de sítios de pequena extensão com quantidades significativas de fragmentos de cerâmica doméstica e de materiais de construção, como fragmentos de telhas e tijolos, foi o dado mais notável produzido por essas pesquisas<sup>505</sup>.

Os participantes do projeto inglês adaptaram e desenvolveram tipologias para esses achados, sobretudo as cerâmicas, identificando recortes cronológicos para cada tipo<sup>506</sup>. Podiam, com isso, identificar os períodos de ocupação dos diferentes sítios a partir da presença ou ausência desses achados. A partir disso, Timothy Potter, integrante do projeto e autor da única síntese dos dados do projeto à época<sup>507</sup>, pode produzir mapas de distribuição de sítios, tabelas e gráficos de variação quantitativa no número de sítios, que mostram justamente a variação cronológica da ocupação do território da Etrúria Meridional por esses sítios a partir da ausência ou presença dessas cerâmicas (ver exemplos nas figuras 114, 115 e 116 e na tabela 2). Esses mapas e tabelas se tornaram um dos argumentos mais recorrentes entre aqueles que argumentavam contra a tese de crise do campesinato.

*Tabela 2 - Números de sítios rurais em diferentes áreas da Etrúria Meridional segundo o South Etruria Survey, séculos V-IV a.C. e séculos III-I a.C.*<sup>508</sup>

<i>Região</i>	<i>Séculos V-IV a.C.</i>	<i>Séculos III-I a.C.</i>
<i>Território de Veios</i>	127	242
<i>Território Falisco</i>	104	142
<i>Território de Capenas</i>	22	90
<i>Território de Sútrio</i>	1	32

<sup>504</sup> Talvez o exemplo mais claro disso seja: FREDERIKSEN, M. W.; PERKINS, J. B. Ward, The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus. (Notes on Southern Etruria, 2), **Papers of the British School at Rome (New Series Volume 12)**, v. 25, p. 67–203, 1957.

<sup>505</sup> DUNCAN, Guy; REYNOLDS, J. M., Sutri (Sutrium): (Notes on Southern Etruria, 3), **Papers of the British School at Rome**, v. 26, p. 63–134, 1958, p. 96; JONES, G. D. B., Capena and the Ager Capenas, **Papers of the British School at Rome (New Series Volume 17)**, v. 30, p. 116–207, 1962, p. 126.

<sup>506</sup> KAHANE, Anne; THREIPLAND, Leslie Murray; WARD-PERKINS, John Bryan, The “Ager Veientanus”, North and East of Rome, **Papers of the British School at Rome**, v. 36, 1968, p. 9, 11; POTTER, T. W., **The changing landscape of South Etruria**, London: Elek, 1979, p. 15–18.

<sup>507</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**.

<sup>508</sup> *Ibid.*, p. 125.

O mapa da figura 114 identifica a distribuição de sítios com presença de vestígios de *bucchero* cinza, subtipo da tradicional cerâmica etrusca e que indica nessa região, segundo o conhecimento que se tinha à época do *South Etruria Survey*, a ocupação dos sítios entre séculos V-IV a.C.. Já o mapa da figura 115 identifica a distribuição dos sítios com presença de cerâmica de verniz negro (*black-gloss vessels*), indicador de ocupação dos sítios entre os séculos III-I a.C.. Como essa região foi submetida à hegemonia romana ao longo do século IV a.C., uma consequência importante desta cronologia é que, de maneira geral, identifica-se o padrão de distribuição de sítios com *bucchero* como pré-romano e com cerâmica de verniz negro como romano.

Comparando-se os dois mapas, é possível perceber dois pontos importantes. O número de sítios cuja ocupação é certa durante os séculos III-I a.C. é muito superior ao mesmo número para os séculos V-IV a.C.. É possível ver isso mais claramente no gráfico sobre a variação cronológica no número de sítios identificados pelo *South Etruria Survey*, também elaborado a partir das informações de Potter (ver gráfico da figura 116): o número de sítios na região mais que dobra, de pouco mais de 300 entre os séculos V-IV a.C. para quase 700 entre os séculos III-I a.C.. Potter também detalha esses números para as principais regiões estudadas na Etrúria Meridional (ver tabela 2).

Ademais, ao compararmos as regiões por onde se distribuem os sítios nos dois mapas, é possível perceber a presença de locais ocupados entre os séculos III e I a.C. em regiões onde praticamente não existem sítios certamente ocupados no período anterior. O território de Sútrio é o exemplo mais claro disso: apenas um sítio foi ocupado no primeiro período, enquanto para o período seguinte foi atestada a ocupação em 32 sítios. Não se trata, portanto, de mero crescimento no número desses sítios em regiões onde eles já existiam anteriormente em menor número. Observa-se, na verdade, a ocupação de novas regiões.

Os levantamentos de superfície realizados desde o *South Etruria Survey* apontavam, portanto, para a difusão da presença de um tipo específico de cultura material (cerâmicas e materiais de construção de maior durabilidade, acima de tudo) pelo território da Etrúria Meridional entre o período pré-romano (séculos V-IV a.C.) e o período republicano (séculos III-I a.C.). Como se deve interpretar esse fato? Em primeiro lugar, uma série de fatores metodológicos e técnicos precisa ser levada em consideração.

### 1.1. Representatividade arqueológica do número de sítios

As diferentes técnicas que podem ser empregadas em um levantamento de superfície nunca são totalmente exaustivas. *Field walkings*, o método de coleta de material mais recorrentemente utilizado nos levantamentos de superfície realizados na bacia do Mediterrâneo, podem ser menos ou mais intensivos, mas mesmo quando o nível de detalhe de um levantamento é extremo não podemos esperar exaustividade. Isto é, não seria razoável ter como expectativa que um levantamento de superfície tivesse como resultado a composição de mapas históricos reais, precisos e completos dos assentamentos rurais em uma dada região ao longo da história<sup>509</sup>.

No primeiro capítulo, fiz referência ao fato de em uma região onde o *South Etruria Survey* não havia encontrado vestígios de ocupação humana antiga, próxima a Anguillara Sabazia, décadas depois um edifício rural foi descoberto e escavado por conta de uma construção na região<sup>510</sup>. Este é o tipo de fato que não deve causar qualquer tipo de surpresa: os levantamentos de superfície não podem nem pretendem compor um quadro exaustivo do assentamento histórico. Uma série de questões emerge aqui, começando pelo fato de que nem todos os assentamentos que produziram a cultura material que poderia ser arqueologicamente identificada o será necessariamente, por conta de processos “pós-depositários”, e chegando ao fato de que nem todos os assentamentos humanos produziam cultura material que pode ser precisamente identificada pela arqueologia de superfície.

Estabelecer a representatividade dos sítios identificados pelo levantamento em relação à quantidade real de assentamentos dos quais tais sítios são vestígios (isto é, que consumiam a cultura material arqueologicamente identificada e datável para certo período de tempo) é sempre uma questão bastante árdua. Existem maneiras de desenvolver estimativas dessa taxa de recuperação que variam dependendo das técnicas empregadas no levantamento, dos tipos de materiais encontrados e das condições geológicas locais<sup>511</sup>.

---

<sup>509</sup> BARKER, Graeme, L'Archeologia del paesaggio italiano, *Archeologia Medievale*, v. 12, p. 7–30, 1986, p. 21; GUARINELLO, Norberto Luiz, **Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 76; PATTERSON, John R., **Landscapes and cities: rural settlement and civic transformation in early imperial Italy**, Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 23.

<sup>510</sup> DI MATTEO, Federico, Anguillara Sabazia (Roma) - località “Campo La Noce”. Una fattoria en l'Ager Veientanus, **Fasti Online Documents & Research - The Journal of Fasti Online**, v. 49, 2005, p. 1. Ver Capítulo 1, seção 1.3.

<sup>511</sup> Um bom estudo sobre a capacidade dos levantamentos de superfície em identificar os sítios arqueológicos e as implicações metodológicas disso, ver: TERRENATO, Nicola, The Visibility of Sites and the Interpretation of Field Survey Results: Towards an Analysis of Incomplete Distributions, *in*:



De qualquer maneira, esses cálculos ainda dependem fundamentalmente do quão aquele que analisa os dados em questão é otimista ou pessimista quanto à capacidade dos levantamentos em encontrar os vestígios dos antigos assentamentos humanos<sup>512</sup>.

Alguns pressupostos básicos, contudo, são certos. Em primeiro lugar, alguns elementos topográficos e geológicos da Etrúria Meridional precisam ser levados em consideração. Em segundo lugar, a diversidade de estratégias de coleta de material que diferentes levantamentos de superfície usam em seus projetos também tem papel central na avaliação da representatividade arqueológica de seus resultados.

### 1.1.1. Fatores topográficos e geológicos

Os *field walkings* realizados pelo *South Etruria Survey* estiveram diretamente ligados ao contexto da reforma agrária italiana do pós-guerra. Áreas há séculos devotadas à pastagem foram convertidas em terras para agricultura nessa época e, pela primeira vez, a aragem mecânica trouxe para a Itália o distúrbio sistemático e recorrente de terras profundas pelo cultivo dos solos. Esse quadro, por um lado, causou apreensão entre arqueólogos que trabalhavam na Itália, e projetos com o intuito de identificar e preservar patrimônios históricos se multiplicaram, dentre os quais o *South Etruria Survey* foi apenas mais um<sup>513</sup>. Contudo, a aragem profunda ao mesmo tempo permitiu uma “janela de oportunidade” para os *field walkings*.

É bem verdade que a aração contínua de um solo onde subjazem vestígios da ocupação humana pretérita reduz, ano após ano, a possibilidade de identificação desses materiais por projetos de levantamento de superfície. A cada vez que o solo é arado profundamente, as estruturas soterradas vão sendo destruídas e seus fragmentos são expostos na superfície. Depois desse processo ser repetido umas tantas vezes, o material começa a se tornar cada vez mais escasso. Locais onde novos levantamentos foram realizados décadas depois de um primeiro estudo (os *resurveys*) mostram claramente a dificuldade em identificar os mesmos sítios, especialmente aqueles de menor extensão, depois de anos de aragem da terra<sup>514</sup>. Contudo, é esse processo de destruição e elevação que leva quantidades substanciais de materiais arqueológicos para a superfície nos solos

---

FRANCOVICH, Riccardo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Extracting meaning from ploughsoil assemblages**, Oxford: Oxbow, 2000.

<sup>512</sup> MATTINGLY, D. J., Peopling ancient landscapes: potential and problems, *in*: BOWMAN, Alan K.; WILSON, Andrew (Orgs.), **Quantifying the Roman economy: methods and problems**, Oxford: Oxford University Press, 2009.

<sup>513</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 3–7.

<sup>514</sup> PATTERSON, **Landscapes and cities**, p. 14–15.

arados. Portanto, o início da aração profunda da terra levou à superfície, pela primeira vez, inúmeros materiais antes soterrados sobre camadas significativas de terra. Assim, levantamentos realizados logo após as primeiras temporadas agrícolas realizadas com aração mecânica, como o caso do *South Etruria Survey*, lidam com um momento ótimo de coleta de dados<sup>515</sup>.

Isso significa, por outro lado, que o uso do solo no momento de realização do levantamento determina vieses metodológicos fundamentais. O mais imediato, diante do que foi dito acima, é o uso agrícola do solo. Terras recém incorporadas à agricultura arada são locais privilegiados para a identificação de material arqueológico. É possível identificar ruínas mais intrusivas na paisagem em áreas de vegetação mais alta, mas dispersões de cerâmica no solo dificilmente serão visíveis. Áreas de maquis, típica vegetação de áreas marginais de pastagem na bacia do Mediterrâneo, e bosques foram um desafio aos pesquisadores do *South Etruria Survey*. Potter estima que entre 5 e 10% da área total do levantamento era coberta por estes tipos de vegetação, terrenos onde certamente a proporção entre sítios e os assentamentos dos quais eles são vestígio é mais baixa que nos terrenos arados<sup>516</sup>.

Um segundo fator importante para o *South Etruria Survey*, e que também tem relação direta com as transformações socioeconômicas da Itália pós-guerra, foi a expansão urbana e industrial nas regiões do subúrbio de Roma. A ocupação do solo por áreas urbanizadas, ao mesmo tempo que recentemente tem estimulado algumas descobertas por conta do acompanhamento arqueológico das obras<sup>517</sup>, interdita por completo a realização de levantamentos de superfície. De toda forma, ainda que importante em alguns casos específicos, a invisibilidade de partes do assentamento antigo causada pelo urbanismo na região ao norte de Roma certamente era menor na época do *South Etruria Survey* do que é hoje.

Outra questão importante que afeta a possibilidade de identificação dos sítios pelos levantamentos de superfície diz respeito à geologia da Etrúria Meridional. Os pequenos vales fluviais da região variaram, ao longo da história, entre épocas em que eram mais secos e apropriados ao assentamento humano e outras em que eram mais pantanosos e sujeitos a inundações constantes. De toda forma, nosso conhecimento sobre a história da

---

<sup>515</sup> POTTER, *The changing landscape of South Etruria*, p. 12.

<sup>516</sup> *Ibid.*

<sup>517</sup> Diversos exemplos de estruturas descobertas neste contexto na região de Roma podem ser vistos ao longo dos capítulos 1 e 2.

ocupação desses vales é muito limitado por conta do acúmulo de profundas camadas de solo aluvial – apenas sítios revelados por ocasionais erosões causadas pelos rios podem ser eventualmente identificados pelos levantamentos<sup>518</sup>. Por conta disso, existe uma concentração de sítios identificados nas encostas dos mares de morro da região.

### 1.1.2. *Diversidade de técnicas de pesquisa*

Não é apenas a geografia que interfere nas possibilidades de um levantamento de superfície identificar vestígios arqueológicos. A forma como o levantamento é realizado tem papel fundamental nisso. Técnicas mais intensivas de levantamento e coleta, por um lado, alcançam uma "taxa de recuperação" de sítios maior, dado que investem uma quantidade maior de tempo e pessoas por m<sup>2</sup> de território pesquisado. Não obstante, estas técnicas dão conta de uma área geograficamente mais restrita, posto que seria impossível cobrir um território significativamente vasto realizando um estudo tão intensivo. Isto gera outro problema de "representatividade": o quanto a área de amostragem (*sample area*) estudada é realmente significativa do resto da região que não foi investigada?

Abordagens mais extensivas tem uma "taxa de recuperação" menor, dado que investe quantidades pequenas de tempo e pessoas por m<sup>2</sup> estudado. Por outro lado, tais abordagens dão conta de áreas geograficamente muito mais amplas. Um exemplo prático disso pode ser facilmente visualizado no mapa da figura 113. Compare as áreas cobertas pelos levantamentos mais extensivos do *South Etruria Survey* na margem esquerda do Tibre com os levantamentos mais intensivos realizados nas décadas seguintes na margem direita do Tibre.

Esse debate metodológico entre defensores de abordagens extensivas e defensores de abordagens intensivas nos levantamentos de superfície tem tido grande relevo na arqueologia mediterrânica. A partir do final da década de 70, a arqueologia de superfície no mediterrâneo caminhou na direção de levantamentos cada vez mais intensivos, sendo progressivamente mais exaustivos no estudo de regiões continuamente mais restritas<sup>519</sup>. Essa tendência tem sido criticada por alguns arqueólogos que acreditam que essa metodologia não dá conta de identificar padrões regionais de assentamento. Estes arqueólogos acreditam que as "áreas de amostragem" pesquisadas por esses

<sup>518</sup> POTTER, *The changing landscape of South Etruria*, p. 13; KAHANE; THREIPLAND; WARD-PERKINS, *The "Ager Veientanus", North and East of Rome*, p. 6.

<sup>519</sup> ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F., Introduction, *in*: ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F. (Orgs.), *Side-by-side survey: comparative regional studies in the Mediterranean World*, Oxford: Oxbow Books, 2004, p. 3.

levantamentos são restritas demais para serem consideradas representativas do quadro geral de uma região<sup>520</sup>. Além disso existe um problema pragmático: técnicas muito intensivas demandam quantidades muito maiores de recursos humanos e financeiros que, segundo esses críticos, não gerariam resultados mais informativos na mesma proporção desses investimentos<sup>521</sup> (compare, a mero título ilustrativo, diferentes níveis de intensidade de *field walkings* as fotos da imagem 120). A relação custo-benefício não seria recompensadora.

Defensores da abordagem mais intensiva, por outro lado, argumentam que suas informações mais detalhadas permitem uma necessária avaliação qualitativa de dados. Isso possibilitaria melhores interpretações dos dados dos levantamentos, garantindo, assim, informações inalcançáveis por metodologias mais extensivas, como a detecção de sítios de tamanho e densidade de materiais coletados menores e a identificação mais precisa e exaustiva da cultura material presente na área estudada<sup>522</sup>. É possível afirmar que essa é uma discussão em que ambos os lados têm sua razão, mostrando que na verdade é impossível determinar uma única forma, uma receita pré-determinada, de como realizar os levantamentos de superfície. Abordagens diferentes vão gerar dados diferentes, que podem ser utilizados para responder questionamentos diferentes – o que talvez reforce o valor de estratégias que combinam abordagens diferentes para o estudo de uma região.

Aceitando este princípio, a Etrúria Meridional é um caso bastante especial por ter sido alvo de pesquisas com metodologias distintas nas últimas décadas. Quando a *British School at Rome* organizou um novo e amplo projeto de reestudo dessa região, o *Tiber Valley Project*, um de seus objetivos primordiais foi justamente congregar informações de diferentes projetos realizados na região desde o *South Etruria Survey*, incluindo nisso a margem oposta do Tibre, além de realizar alguns levantamentos em áreas já estudadas

---

<sup>520</sup> BLANTON, Richard, Mediterranean myopia, *Antiquity*, v. 75, n. 289, p. 627–629, 2001, p. 629; FENTRESS, Elizabeth, What are we counting for?, in: FRANCOVICH, Riccardo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Extracting meaning from ploughsoil assemblages**, Oxford: Oxbow, 2000, p. 44; TERRENATO, Nicola, Sample size matters! The paradox of global trends and local surveys, in: ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F. (Orgs.), **Side-by-side survey: comparative regional studies in the Mediterranean World**, Oxford: Oxbow Books, 2004, p. 47.

<sup>521</sup> FENTRESS, What are we counting for?, p. 44.

<sup>522</sup> GIUSEPPE, Helga di *et al*, The Sabinensis Ager Revisited: A Field Survey in the Sabina Tiberina, **Papers of the British School at Rome**, v. 70, p. 99–149, 2002, p. 101–102; DE HAAS, Tymon, Beyond dots on the map: intensive survey data and the interpretation of small sites and off-site interpretation, in: ATTEMA, Peter; SCHÖRNER, Günther, **Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories**, Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 2012, p. 79.

previamente (*resurveys*) assim como em algumas áreas ainda inexploradas<sup>523</sup>. Dessa maneira, temos dados para essa região gerados por estratégias bem distintas de pesquisa.

De qualquer forma, existe uma dificuldade no uso congregado ou mesmo comparado de dados construídos por métodos tão distintos, posto que eles têm vieses qualitativos específicos. Está subjacente às tentativas de comparação entre dados de diferentes levantamentos o risco de se comparar laranjas e maçãs. Um caminho que tem sido tomado por alguns estudos que fazem uso comparativo de dados de levantamentos de superfície com metodologias diferentes é a ênfase na identificação de tendências específicas, deixando de lado uma quantificação absoluta<sup>524</sup>. Dessa maneira, importa menos a comparação entre o número de sítios identificados por km<sup>2</sup> ou a densidade do material em kg/m<sup>2</sup> recolhido, mas a tendência de diminuição ou queda nesses números, ou de transformação em um sentido ou outro do padrão de distribuição do material encontrado.

Nesse sentido é bastante revelador o fato de os dados da Etrúria Meridional, construídos a partir de estratégias muito extensivas de coleta de material, apresentarem curvas de desenvolvimento histórico razoavelmente similares aos dados dos levantamentos da Sabina, construídos a partir de estratégias mais intensivas (ver gráfico da figura 121). Diante deste fato, ainda que não saibamos dizer o quanto o número de sítios identificados pelos levantamentos de superfície é verdadeiramente representativo do número de assentamentos que utilizavam essa cultura material identificada nesses sítios, é possível afirmar que a evolução histórica desses números é provavelmente correspondente em algum nível.

## 1.2. Tipologias e cronologias das cerâmicas

Identificados os sítios arqueológicos, é preciso – para dar relevância histórica aos dados – desenvolver algum tipo de método de datação da ocupação humana daquele local. No caso dos levantamentos realizados na Itália e em diversas outras regiões do Mediterrâneo, a definição de períodos históricos ao qual pertenceriam os diferentes sítios depende sobretudo da cronologia das cerâmicas ali identificadas. Assim, o

---

<sup>523</sup> PATTERSON, H. *et al*, The Tiber Valley Project: the Tiber and Rome through two millennia, **Antiquity**, v. 74, n. 284, p. 395–403, 2000, p. 197.

<sup>524</sup> e.g. IKEGUCHI, Mamoru, A method for interpreting and comparing field survey data, *in*: BANG, Peter F.; IKEGUCHI, Mamoru; ZICHE, Harmut G. (Orgs.), **Ancient economies, modern methodologies: archaeology, comparative history, models and institutions**, Bari: Edipuglia, 2006; LAUNARO, Alessandro, **Peasants and slaves: the rural population of Roman Italy(200 BC to AD 100)**, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

estabelecimento de cronologias da ocupação e abandono dos sítios identificados pelos levantamentos é determinada pela possibilidade da coleta de cerâmicas datáveis. Aqui, tanto o verbo *coletar* quanto adjetivo *datáveis*, que se relacionam ao substantivo *cerâmicas*, suscitam questões metodológicas. A possibilidade de dizer que um sítio esteve ocupado durante determinado período depende da capacidade dos arqueólogos encontrarem os diferentes tipos de cerâmica que somos capazes de datar (isto é, de sua “visibilidade arqueológica”) e das especificidades da tipologia e da cronologia estabelecidas pelos estudos dos ceramistas (isto é, da sua classificação tipológica e da identificação da cronologia de sua produção/circulação/consumo).

### *1.2.1. Variação na visibilidade dos diferentes tipos de cerâmica*

Em primeiro lugar, determinados tipos de cerâmicas são mais visíveis em levantamentos de superfície do que outros tipos. Isso depende das condições geológicas, topográficas, de vegetação e mesmo de iluminação das regiões pesquisadas, assim como das próprias características específicas de cada tipo de cerâmica. Ademais, fatores de muito difícil controle podem também desestabilizar amostragens: o clima e as condições de iluminação no momento da coleta de material afetam de maneira diferente a visibilidade de tipos distintos de cerâmica<sup>525</sup>; mesmo a diferença de experiência entre os pesquisadores envolvidos podem leva-los a encontrar com mais facilidade diferentes tipos de materiais enquanto ignoram outros<sup>526</sup>.

Diante disso, é possível que um sítio tenha sido ocupado durante determinado período por pessoas que consumiram cultura material arqueologicamente detectável e ainda assim não sermos capazes de identificar sua ocupação em determinado recorte cronológico. Isto aconteceria caso este sítio não tenha produzido, dentre os vestígios da cultura material arqueologicamente detectável, as cerâmicas utilizadas para datar a ocupação do sítio para aquele período, ou, mesmo que os sítios as tenham produzido, por não termos sido capazes de encontra-las durante um levantamento<sup>527</sup>.

---

<sup>525</sup> Para um exemplo extremo e curioso, a cerâmica fina romana se torna mais visível em terrenos arados após a chuva. PATTERSON, **Landscapes and cities**, p. 14.

<sup>526</sup> *Ibid.*, p. 14–15; BARKER, Graeme, *Approaches to archaeological survey*, in: BARKER, Graeme; LLOYD, John (Orgs.), **Roman landscapes: archaeological survey in the Mediterranean region**, London: British School at Rome, 1991, p. 4.

<sup>527</sup> Sobre as questões metodológicas causadas pela variabilidade de identificação dos diferentes tipos de cerâmica, ver: WITCHER, Robert, *Broken Pots and Meaningless Dots? Surveying the Rural Landscapes of Roman Italy*, **Papers of the British School at Rome**, v. 74, p. 39–72, 2006, p. 45–46; Para uma boa proposta de como lidar com os problemas metodológicos causados pela variação de visibilidade de

Acredita-se, por exemplo, que o número de sítios datados para o período pré-romano na Etrúria Meridional seja um tanto subestimado nos levantamentos. Por se tratar de um período de ocupação anterior, os vestígios de ocupação etrusca de sítios nessa região, sobretudo as cerâmicas do tipo *bucchero*, podem estar sub-representadas no material coletado por conta de seu soterramento ou destruição pelos níveis posteriores de ocupação, em especial do período romano. Com isso, esse material não estaria em uma camada arqueológica alcançável pela metodologia dos levantamentos de superfície<sup>528</sup> ou estaria severamente sub-representado<sup>529</sup>. Além disso, cerâmicas coloridas tendem a ser mais facilmente encontradas pelo contraste com o solo, fazendo cerâmicas de cores mais neutras serem sub-representadas no material coletado. Isso tem impacto mais sensível, exatamente, sobre as cerâmicas pré-romanas<sup>530</sup>.

Diante desses fatores, é importante ter uma dose de cautela ao analisar esses dados quantitativos que apontam para uma grande expansão no número de sítios ao longo do período romano. A relação entre o número de sítios identificados pelos levantamentos de superfície e o número de assentamentos humanos de uma determinada época dos quais eles são vestígios varia entre os diferentes períodos históricos, e certamente é mais baixa para o período pré-romano do que para o período romano.

### 1.2.2. *Questões metodológicas da cronologia das cerâmicas*

Mais importante que isso, o estudo da evolução histórica do assentamento rural é totalmente vinculado aos recortes cronológicos estabelecidos pela tipologia que os ceramistas são capazes de estabelecer a partir do estudo dessas cerâmicas. As tipologias podem enquadrar formas de cerâmicas que tenham sido produzidas ou consumidas em determinadas regiões por recortes temporais menos ou mais vastos, que podem dialogar ou não com outros recortes cronológicos que interessam àqueles que vão usar essas informações. Esse fato teve repercussões importantes no estudo da Etrúria Meridional.

Uma das questões que se levantou contra o uso das informações do *South Etruria Survey* para o debate sobre a crise do campesinato diz respeito justamente aos recortes cronológicos de ocupação dos sítios estabelecidos a partir da tipologia das cerâmicas. O

---

diferentes tipos de sítios e diferentes tipos de locais de pesquisa, ver: TERRENATO, *The Visibility of Sites and the Interpretation of Field Survey Results: Towards an Analysis of Incomplete Distributions*.

<sup>528</sup> POPPEN, Robert E. Vander, **Rural Change and Continuity in Etruria: A Study of Village Communities from the 7th Century B.C. to the 1st Century A.D.**, Tese de Doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2008, p. 36.

<sup>529</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 13.

<sup>530</sup> *Ibid.*, p. 15.

estudo dos ceramistas à época havia identificado um tipo específico de cerâmica, a cerâmica de verniz negro (*black-gloss pottery*), como recorrente na Itália central tirrênica entre os séculos III e I a.C.<sup>531</sup>. A partir disso, o *South Etruria Survey* foi capaz de datar a ocupação dos sítios na região de maneira muito genérica, dentro de um vasto e sensível recorte cronológico, do século III a.C. ao século I a.C.. Isto impedia a visualização da evolução da ocupação do campo justamente no momento chave de transição identificado pela tese tradicional de crise do campesinato<sup>532</sup>. A cronologia arqueológica e a cronologia da história agrária andavam em descompasso.

O *Tiber Valley Project* teve como um de seus objetivos fundamentais, justamente, desenvolver uma cronologia de datação dos sítios mais precisa, com recortes temporais menos amplos, usando e desenvolvendo tipologias mais refinadas e detalhistas das cerâmicas<sup>533</sup>. Contudo, ao mesmo tempo em que isso permite uma compatibilidade maior com a cronologia da história agrária, esse uso de tipologias mais específicas traz algumas perdas para a apreciação plena do material arqueológico. Como essas tipologias mais específicas dependem da análise de partes específicas dos vasos de cerâmica (sobretudo as alças e as bases), os fragmentos de cerâmicas encontradas sem essas partes não podem ser enquadrados na nova tipologia<sup>534</sup>. Isso significa uma quantidade relevante de sítios, onde não foram encontrados os fragmentos que podem ser classificados nesta tipologia, excluídos da análise cronológica. Isso torna o número de sítios analisados ainda menos representativo do quadro histórico que se pretende alcançar pelo estudo arqueológico.

O resultado disso, com seus prós e contras, pode ser visualizado no gráfico da figura 122. Por um lado, temos dados para recortes cronológicos muito mais precisos (compare a escala do eixo cronológico desse gráfico com a do gráfico da figura 116). Isso permite um uso mais apropriado das informações dos levantamentos de superfície para a história agrária, pois os recortes cronológicos mais curtos permitem a identificação de

---

<sup>531</sup> O estudo seminal que havia estabelecido a cronologia para a cerâmica de verniz negro à época era: LAMBOGLIA, Nino, Per una classificazione preliminare della ceramica campana, in: **Atti del I congresso internazionale di studi liguri (1950)**, Bordighera: Istituto internazionale di studi liguri, Museo Bicknell, 1952, p. 140–206.

<sup>532</sup> GUARINELLO, **Ruínas de uma paisagem**, p. 114.

<sup>533</sup> O grande estudo sobre esse tipo de cerâmica que permitiu uma cronologia mais específica para seus vários subtipos foi realizado por Jean Paul Morel na década de 80. Ver: MOREL, Jean Paul Maurice, **Ceramique campanienne: les formes. 2v**, [s.l.: s.n.], 1981; Em sua tese de doutorado, Helga Di Giuseppe identifica ainda outros estudos que permitiram ajustes e maiores refinamentos na tipologia de Morel. Ver: DI GIUSEPPE, Helga, **Black-gloss ware in Italy: production management and local histories**, Oxford: Archaeopress, 2012, p. 13–14.

<sup>534</sup> PATTERSON, Helen; DI GIUSEPPE, Helga; WITCHER, Rob, Three South Etrurian “crises”: first results of the Tiber Valley Project, **Papers of the British School at Rome**, v. 72, p. 1–36, 2004, p. 16.



transformações em períodos mais específicos. Por outro lado, contudo, temos uma quantidade relevante de sítios que não podem ser enquadrados nessa tipologia (repare nos recortes “genéricos” no canto direito do gráfico da figura 122).

Quando esses sítios foram de fato ocupados considerando os recortes cronológicos mais específicos? Dentro de um período apenas ou ao longo de dois ou mais períodos? É impossível determinar, e as diferentes hipóteses podem causar grandes modificações no quadro identificado pelo que é possível conhecer, especialmente para períodos com números menores de sítios. Se para o período imperial, os sítios “genéricos” não são proporcionalmente tão relevantes, para o período republicano, que aqui nos interessa, eles são extremamente significativos.

### 1.3. A evolução histórica no número de sítios na Etrúria Meridional

#### 1.3.1. Ocupação de sítios ao longo dos séculos

O quadro que emerge da análise exclusiva dos sítios que podem ser enquadrados nesses recortes cronológicos mais precisos é, ainda assim, extremamente relevante para o estudo do assentamento rural na Etrúria Meridional no período que aqui nos interessa. Especialmente por que trouxe novos elementos para um importante debate.

A partir dos recortes cronológicos mais genéricos acessíveis à época, os pesquisadores do *South Etruria Survey* avaliaram que o crescimento no número de sítios rurais identificado ao longo dos primeiros séculos do período romano dava apenas continuidade a um processo anterior de intensificação da ocupação do campo por pequenos sítios isolados<sup>535</sup>. Argumentava-se isso tendo em mente, em especial, regiões que ao longo do período de hegemonia etrusca na região conheceram a construção de uma hierarquia de assentamento mais complexa, como os territórios falisco e veiente. Nessas regiões, desde o século VIII a.C. é possível visualizar, a partir dos sítios identificados pelos levantamentos de superfície, um progressivo incremento no número de assentamentos de tipos e tamanhos diversos, desde cidades até pequenos assentamentos isolados, passando por alguns assentamentos nucleares secundários<sup>536</sup>.

Alguns arqueólogos que estudam o período “pré-romano” da Etrúria Meridional têm explicado esse processo como resultado de uma “colonização interna”, necessária por

<sup>535</sup> KAHANE; THREIPLAND; WARD-PERKINS, The “Ager Veientanus”, North and East of Rome, p. 145–146.

<sup>536</sup> CARAFA, Paolo, Il paesaggio etrusco-italico, in: PATTERSON, Helen (Org.), **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 49 ss.

razões demográficas (distribuir população excedente) ou militares (criar assentamentos para ocupar e dominar determinadas regiões)<sup>537</sup>. Por razões que ficarão claras em um momento posterior deste trabalho<sup>538</sup>, acredito ser importante notar, para além desses fatores, que o material arqueológico datado para este período permite a identificação de outros dois processos históricos contemporâneos: a inserção da região em redes de circulação e troca mais amplos (atestada em especial pela presença de cerâmica grega, mas também pela circulação de cerâmica entre diversas regiões italianas entre si) e uma maior hierarquização social (atestada, acima de tudo, pela crescente riqueza das tumbas principescas)<sup>539</sup>.

O maior detalhamento cronológico desenvolvido pelos pesquisadores do *Tiber Valley Project* nos permite, contudo, acompanhar alguns meandros do desenvolvimento histórico da ocupação do território nessa região. Ao invés de um progressivo crescimento no número de sítios com ocupação atestada ao longo do tempo, como os dados do *South Etruria Survey* nos faziam enxergar (ver gráfico da figura 116), os dados produzidos a partir da tipologia mais detalhista indicam um processo com aumentos e quedas nesses números (ver gráfico da figura 122).

A passagem do período arcaico (580 a.C.-480 a.C.) para o período clássico (480-350 a.C.) é marcada por uma importante diminuição no número de sítios: de cerca de 600 para cerca de 200 sítios. Detalhar esses dados permite a identificação de particularidades importantes. Comparando os sítios dos dois períodos, o gráfico da figura 123 provê dados sobre abandono, continuidade, possível continuidade e novos assentamentos em diferentes regiões da Etrúria Meridional e da Sabina (na margem oposta do Tibre).

É possível identificar que apenas no território falisco há um número relevante de sítios cuja ocupação é atestada pela primeira vez nesse período. Ainda assim, trata-se de uma porcentagem muito baixa, pouco mais de 10%. Os sítios ocupados nesse período, mesmo no território falisco, são majoritariamente continuidade de ocupações do período anterior. Nas outras regiões, esse é o caso da totalidade dos sítios do período (com exceção de alguns poucos sítios no território de Veios)<sup>540</sup>. Desta maneira, o quadro que emerge

---

<sup>537</sup> DI GIUSEPPE, Helga, Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, in: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen, **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 437.

<sup>538</sup> Ver capítulo 5, seção 3.

<sup>539</sup> DI GIUSEPPE, Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, p. 434.

<sup>540</sup> *Ibid.*, p. 439-440.

desses dados quantitativos é um número significativo de assentamentos sendo abandonados e um número irrisório de assentamentos sendo ocupados pela primeira vez.

É diante deste contexto que o crescimento no número de sítios na Etrúria Meridional no período posterior ocorre: no período republicano médio (350-250 a.C.) o número de sítios atinge novamente a marca de quase 600. Isto é, não há uma progressiva e contínua expansão no número de sítios, há um primeiro (durante a hegemonia etrusca) e um segundo (após a conquista romana) momentos de expansão no número de sítios na região, intercalados por um acentuado decréscimo. Mais uma vez, detalhar esses dados permite a identificação de particularidades importantes (ver gráfico da figura 124). Todas as regiões apresentam taxas significativas, normalmente acima de 40%, de sítios sendo ocupados pela primeira vez entre 350 e 250 a.C..

Algumas regiões, onde já havia um assentamento mais complexo previamente, mostram um nível de continuidade expressivo. O território de Veios se destaca nesse caso: cerca de 50% dos sítios do período republicano médio já eram ocupados no período clássico. Contudo, mesmo aqui a quantidade de novos sítios é significativa: cerca de 35%. Outras regiões, de assentamento rural prévio menos considerável, passam por um processo de expansão excepcional no número de sítios. Mais de 90% dos sítios identificados no território de Sútrio e datados para o período republicano médio não eram ocupados no período anterior.

O território de Capenas não possuía um assentamento rural numeroso e complexo no período clássico, mas não apresenta número de novos sítios tão impressionantes como a região de Sútrio<sup>541</sup>. Apenas no final do período republicano há um crescimento mais impressionante no número de sítios nessa região, e ainda assim tal processo concentra-se no sul. Ao norte da região, esse processo ocorre apenas durante o final do século I a.C.<sup>542</sup>. Ainda assim, a marca de um pouco mais de 40% de novos sítios identifica um processo bastante relevante de crescimento no número de sítios já no período republicano médio.

A cronologia mais detalhada dos tipos de cerâmica utilizada pelo *Tiber Valley Project* permitiu uma importante reavaliação dos períodos posteriores também. Como apontei anteriormente, o crescimento no número de sítios de pequena extensão ocupados no período datado pela presença de cerâmica de verniz negro (séculos III-I a.C.) em

---

<sup>541</sup> CAMBI, Franco, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, in: PATTERSON, Helen (Org.), **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 77.

<sup>542</sup> *Ibid.*, p. 79.

relação ao período anterior havia sido amplamente utilizado para defender a permanência de um setor camponês importante mesmo depois da expansão romana sobre a Itália. Contudo, diversos estudos<sup>543</sup>, culminando com o próprio *Tiber Valley Project*, mostraram que a maior parte dos achados de cerâmica de verniz negro na região datavam para o final do século IV e para o século III a.C., deixando uma quantidade de sítios com cerâmica datável para o século II e início do século I a.C. muito restrita<sup>544</sup>: de todos os fragmentos de cerâmica negra identificados pelo *South Etruria Survey* e reanalisados pelo *Tiber Valley Project*, 64,4% pertencem ao período entre o final do século IV e a primeira metade do século III a.C., enquanto apenas 8,1% é atribuível ao século II a.C.<sup>545</sup> (ver também o gráfico da figura 122)<sup>546</sup>.

Detalhando os dados geograficamente (ver gráfico da figura 125), vemos que há um número muito baixo de novas ocupações no período (apenas no território de Veios temos uma porcentagem significativa, de cerca de 20%). Por outro lado, a porcentagem de sítios do período anterior abandonados é muito alta: chega a cerca de 90% no território de Sútrio e mesmo no território de Veios, onde há o maior nível de continuidade, o abandono atinge cerca de 30%.

### 1.3.2. Padrões de consumo da cultura material e ocupação dos sítios

Os números de sítios com ocupação atestada para determinado recorte temporal costumam ser utilizados como dados quantitativos diretos sobre o a variação do número

<sup>543</sup> Com destaque para: LIVERANI, Paolo, L' Ager Veientanus in Età Repubblicana, **Papers of the British School at Rome**, v. 52, p. 36–48, 1984, p. 48; A repercussão do trabalho de Liverani levou o próprio Potter a reconhecer a concentração dos sítios no século III a.C.. POTTER, T. W., Towns and territories in southern Etruria, in: RICH, John; WALLACE-HADRILL, Andrew (Orgs.), **City and Country in the Ancient World**, [s.l.]: Routledge, 1991, p. 203.

<sup>544</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises”, p. 14–15; DI GIUSEPPE, Helga, South Etruria Survey: la ceramica a vernice nera nella media valle del Tevere, in: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 909–911.

<sup>545</sup> DI GIUSEPPE, Helga; BOUSQUET, Alessandra; ZAMPINI, Sabrina, Produzione, circolazione e uso della ceramica lungo il Tevere in epoca Repubblicana, in: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 603.

<sup>546</sup> Roman Roth, crítico da categorização das cerâmicas de verniz negro elaborada por Jean-Paul Morel, questiona se esse declínio no número de achado datáveis para o século II a.C. não é uma implicação metodológica da dependência dos estudos do Tiber Valley Project neste modelo de categorização. ROTH, Roman Ernst, **Styling Romanisation: pottery and society in central Italy**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 202; Ver também: ROTH, Roman Ernst, Ceramic integration? Typologies and the perception of identities in republican Italy, in: ROTH, Roman Ernst; KELLER, Johannes (Orgs.), **Roman by Integration: Dimensions of Group Identity in Material Culture and Text**, [s.l.]: Journal of Roman Archaeology, 2007, p. 66.

de assentamentos (ou de tipos de assentamentos, *uillae* ou fazendas) ao longo dos séculos. Ainda que eu não seja dos mais céticos quanto a este uso, como ficará claro logo a seguir, é de fundamental importância que reconheçamos que não é sobre isso que os dados produzidos pelos levantamentos de superfície podem nos dizer *diretamente*.

Antes de mais nada, portanto, é preciso identificar sobre o que exatamente esses dados quantitativos produzidos pelos levantamentos de superfície dizem respeito. A associação direta entre os sítios e determinados tipos de estrutura do assentamento, sobretudo a “Fazenda Camponesa”, foi criticada anteriormente nesta tese. No final do primeiro capítulo<sup>547</sup> citei a preocupação exposta por Robert Witcher sobre o uso de categorias que dizem respeito a modelos de unidades produtivas para classificar materiais arqueológicos que nos informam primariamente sobre consumo de determinados tipos de cultura material. Assim, acima de tudo, essas evidências nos informam sobre a difusão do uso desses tipos específicos de cultura material nessa região – e não, aprioristicamente, sobre a existência ou inexistência de determinados tipos de assentamentos<sup>548</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo também, é possível, e alguns estudiosos o fizeram, sugerir a existência de assentamentos de pequenas dimensões e isolados (do mesmo tipo, portanto, do qual esses sítios abundantemente identificados na Etrúria Meridional seriam vestígios) dispersos em áreas arqueologicamente “silenciosas”. Para tanto, basta assumir que as pessoas que ali viviam não utilizavam esse tipo de cultura material rastreável pela nossa arqueologia de superfície, como por exemplo sugerido por Dominic Rathbone<sup>549</sup>.

Além disso, as cerâmicas datáveis são justamente aquelas produzidas a partir de algum nível de padronização. Cerâmicas comuns, mais simples e sem padronização, possivelmente produzidas localmente, são de datação muito mais complicada. Dessa forma, a identificação da cronologia de ocupação de um sítio depende de seus ocupantes terem utilizado tipos específicos de cerâmica. Posto que os camponeses mais pobres possivelmente eram os que tinham menor acesso a esses tipos de cerâmica, é possível

---

<sup>547</sup> Ver Capítulo 1, subseção 4.1.

<sup>548</sup> WITCHER, Robert, “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites, *in*: ATTEMA, Peter; SCHÖRNER, Günther, **Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories**, Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 2012, p. 21–22.

<sup>549</sup> Ver capítulo 1, seção 3.2. RATHBONE, Dominic, The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation, **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10–23, 1981, p. 17; RATHBONE, Dominic, Poor peasants and silent sherds, *in*: LIGT, Luuk de; NORTHWOOD, Simon, **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden ; Boston: Brill, 2008, p. 307.

conjecturar que os sítios que encontramos maior dificuldade em datar são socialmente concentrados justamente nesse grupo que tanto me interessa nessa pesquisa. Isso pode causar vieses sociais na interpretação dos dados de cronologia de ocupação de sítios.

Esta questão é especialmente importante em momentos de “vão” nos gráficos que identificam cronologicamente a ocupação dos sítios. Momentos que registram acentuado recuo nesse número com imediata recuperação posterior podem na verdade estar registrando momentos de variação na circulação e consumo da cultura material (no nosso caso, da cerâmica) no lugar de variações no assentamento humano da região. Em termos práticos de análise, por exemplo, tudo isso poderia significar que o número maior de sítios datados para um período registra a difusão do uso dessa cultura material entre os dois períodos – ao mesmo tempo em que os momentos de queda no número de sítios podem significar o recuo no uso dessa cultura material, por razões econômicas ou culturais. E como os assentamentos camponeses tem mais dificuldade em nos legar esses tipos de vestígios arqueológicos, a “presença camponesa” nos dados dos levantamentos de superfície poderia ser ainda mais sensível a este tipo de variações históricas.

No caso aqui analisado, por exemplo, seria possível considerar que pequenos assentamentos isolados, que existiam por todo o território durante o período arcaico (580-480 a.C.), continuaram existindo no período clássico (480-350 a.C.), mas sem fazer uso dessa cultura material identificada pelos levantamentos de superfície e por isso não estão identificados no registro dos levantamentos de superfície. No período posterior (350-250 a.C.) esses assentamentos teriam passado a utilizar tal cultura material e por esse motivo sua ocupação passaria a ser identificada para esse período nos levantamentos. No sentido contrário, a crise do período Tardo-Republicano 1 (250-150 a.C.) também poderia ser explicada em termos de retração no uso dessa cultura material, em especial das cerâmicas de verniz negro<sup>550</sup>, e não por uma diminuição real no número de assentamentos.

À vista disso, é preciso levar em consideração o quanto a expansão no número de sítios identificados pelos levantamentos se deve a um real aumento no número de assentamentos existentes que eles representam ou o quanto se deve a um aumento da produção, circulação e consumo per capita dessa cultura material nesses pequenos assentamentos isolados. Martin Millet, em um importante artigo, teceu considerações nesse sentido sobre essa mesma região, mas para um período posterior. Ele pondera que

---

<sup>550</sup> DI GIUSEPPE, *Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana*, p. 449–450; PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, *Three South Etrurian “crises”*, p. 16.

o número significativamente maior de sítios identificados na Itália central para o início do período imperial (séculos I a.C.- I d.C.) em relação ao período republicano (séculos III-I a.C.) se deve, em alguma medida, pelo fato de a *terra sigilata*, tipo de cerâmica usada para datar a ocupação dos sítios para aquele período, ser mais amplamente consumida do que a cerâmica de verniz negro, usada para datar a ocupação para o período republicano<sup>551</sup>.

#### 1.3.2.1. O “vão” do período tardo-republicano 1 (250-150 a.C.)

A possibilidade de que questões relacionadas a mudanças nas formas de produção e circulação da cerâmica de verniz negro entre os séculos III e II a.C. expliquem o “vão” do período 250-150 a.C. no gráfico da figura 122 tem sido amplamente debatida nos últimos anos. A contribuição central para essa discussão foi a pesquisa de Helga Di Giuseppe sobre os centros de produção de cerâmica de verniz negro na Itália. A arqueóloga italiana identificou 306 oficinas de produção de cerâmica de verniz negro distribuídos por 161 localidades ao longo da península itálica<sup>552</sup>.

Um detalhado estudo do contexto no qual esses locais de produção de cerâmica estavam inseridos, capaz de determiná-lo em 92 dos 161 casos, permitiu Di Giuseppe identificar um protagonismo de templos e santuários nesta produção<sup>553</sup> (ver gráfico da figura 126). Confirma essa relação entre produção de cerâmicas de verniz negro e contextos de culto o fato de que mesmo alguns locais de produção inseridos em contextos privados têm relação com algum tipo de culto. Tratam-se de casos em que algumas *uillae* tem oficinas de produção de cerâmicas de verniz negro e, ao mesmo tempo, pequenos templos, altares ou outros tipos de locais de culto – sendo a *uilla* do Auditorium, analisada no capítulo anterior, o principal exemplo<sup>554</sup>. A partir do estudo do pouco que conhecemos sobre a economia desses templos e santuários italianos e da comparação com os mais bem conhecidos templos e santuários gregos, Di Giuseppe conjectura alguns modelos de

---

<sup>551</sup> MILLETT, Martin, Pottery: population or supply patterns? The Ager Terraconensis approach, in: BARKER, Graeme; LLOYD, John (Orgs.), **Roman landscapes: archaeological survey in the Mediterranean region**, London: British School at Rome, 1991, p. 20 Ver gráfico da figura 116, acima. Ver também, ainda sobre a questão da implicação metodológica da variação do acesso às cerâmicas na Itália imperial: PATTERSON, **Landscapes and cities**, p. 17–19.

<sup>552</sup> Em 99 dessas localidades foi possível identificar fornos (244 no total) de produção de cerâmica, enquanto nas outras 62 localidades foram identificados sinais indiretos de produção, como rejeitos de produção (cerâmicas deformadas ou queimadas), tanques de depuração da argila, instrumentos ligados à produção, etc. DI GIUSEPPE, **Black-gloss ware in Italy**, p. 33–78.

<sup>553</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>554</sup> *Ibid.*, p. 82 Ver capítulo 2, subseção 2.1.

funcionamento da produção de cerâmica nos quais esses templos controlam diretamente as estruturas (fornos, tanques) e as matérias primas (argila, fontes de água) e direta ou indiretamente o trabalho no processo de produção dessas cerâmicas<sup>555</sup>.

Quando analisados cronologicamente, os dados produzidos por Di Giuseppe chamam a atenção por dois fatores. Em primeiro lugar, há uma redução muito importante no número de locais de produção de cerâmica de verniz negro entre um primeiro período, que compreende os séculos IV-III a.C. (122 locais), e outro, composto pelos séculos II-I a.C. (63 locais). Ademais, essa diminuição não tem o mesmo peso em todos os contextos: enquanto os locais de produção inseridos em contextos públicos têm uma certa continuidade, os locais de produção inseridos em contextos de culto, ainda que se mantenham como os predominantes, sofrem uma queda muito significativa – assim como aqueles inseridos em contextos privados, mas estes já eram uma minoria no período anterior e assim continuam sendo<sup>556</sup> (ver gráfico da figura 127). Dividindo os dados entre áreas urbanas e rurais (ver gráficos das figuras 128 e 129), Di Giuseppe é capaz de identificar, além da concentração desses locais no meio urbano em ambos os períodos, que as proporções de recuo no número de locais de produção são similares<sup>557</sup>.

Analisando especificamente a Etrúria Meridional, essa é uma região onde a predominância dos locais de produção de cerâmica associado a contextos de culto se sobressai ainda mais<sup>558</sup>. Além disso, ou como consequência disso talvez, a redução no número de locais de produção é muito sensível na passagem do século III para o século II a.C. (ver mapa da figura 130). A partir desse estudo de Di Giuseppe, duas possibilidades de interpretação sobre o “vão” do período 250-150 a.C. se abriram.

Em primeiro lugar, a própria Helga Di Giuseppe, em alguns artigos desde 2004 e em sua tese de doutorado publicada como livro em 2012, tem defendido que esse estado de coisas, tanto o decréscimo no número de sítios quanto de locais de produção de cerâmica, devem ser entendidos dentro do contexto de uma crise do século II a.C.<sup>559</sup> Em sua linha de raciocínio, Di Giuseppe afirma que para explicar esses dados do período Tardo-Republicano I devemos ou pressupor um decréscimo populacional ou uma crise econômica que explique a diminuição do acesso às cerâmicas usadas para datação. Uma informação fundamental, segundo ela, é a de que o número de artefatos datáveis

---

<sup>555</sup> *Ibid.*, p. 82–84.

<sup>556</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>557</sup> *Ibid.*, p. 79–82.

<sup>558</sup> *Ibid.*, p. 62–67.

<sup>559</sup> *Ibid.*, p. 142–155.



encontrados para esta época cai em uma proporção menor do que a do número de sítios nos quais eles foram encontrados (ver no gráfico da figura 131). Isto é, a média de artefatos encontrados por sítio aumenta, e não diminui, como seria o esperado caso a segunda alternativa, redução no consumo de cerâmicas causada por uma crise econômica, fosse a correta<sup>560</sup>.

Sendo assim, a alternativa mais condizente com os dados seria a de decréscimo populacional na região. Converte, ainda, com o uso desses dados para corroborar a tese de crise do campesinato o fato de que a proporção de sítios identificados como vestígios de *uillae* cresce em relação com o daqueles identificados como vestígios de fazendas<sup>561</sup> (ver gráfico da figura 132). Di Giuseppe pondera, contudo, que essa reversão na proporção entre *uillae* e fazendas está ligada a uma queda mais acentuada no número destas, e não com um aumento no número daquelas. Isto é, o decréscimo, ainda que mais concentrado nos sítios tradicionalmente interpretados como vestígios de pequenas propriedades, não se restringe a estes. O número de sítios interpretados como vestígios de *uillae* também sofre redução nesse período. Assim, não há indícios de uma crise da pequena propriedade acompanhada por simultânea expansão das *uillae*, como poderia esperar o modelo tradicional de crise do campesinato<sup>562</sup>.

Não obstante, uma abordagem mais cautelosa de tais dados pode ser necessária. Em primeiro lugar, o declínio na produção de cerâmicas associados aos locais de culto pode estar relacionado a transformações sociais, econômicas e culturais dos principais centros urbanos da região – sem que, necessariamente, estejam relacionados com uma retração no assentamento rural. Diversos santuários frequentados desde o período etrusco estão sendo abandonados justamente nesse período, o que reflete transformações nas práticas religiosas locais – e que podem ter levado a “economia templária” de que fala Di Giuseppe a sérios problemas, mas sem estarmos diante de uma crise generalizada que afeta o assentamento rural. Nesse sentido, uma circulação em menor escala de cerâmicas nesse período tornaria seu assentamento rural “menos visível”. O fato de essa “visibilidade” se reduzir mais acentuadamente entre os sítios identificados como vestígios de estruturas camponesas, inclusive, faz bastante sentido, podendo ser indício das

---

<sup>560</sup> DI GIUSEPPE, Helga, Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere, in: FRIZELL, Barbro Santillo; KLYNNE, Allan (Orgs.), **Roman Villas Around the Urbs: Interaction with Landscape and Environment : Proceedings of a Conference at the Swedish Institute in Rome, September 17-18, 2004**, Roma: Swedish Institute in Rome, 2005, p. 14.

<sup>561</sup> DI GIUSEPPE, **Black-gloss ware in Italy**, p. 154.

<sup>562</sup> DI GIUSEPPE, Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere, p. 14.

dificuldades dessa população em ter acesso a essas cerâmicas cuja produção e oferta foi bastante reduzida – isto é, a concentração dos achados de cerâmica em sítios que são vestígios de *uillae* pode ser interpretada justamente como indício dessas mudanças de acesso às cerâmicas, e não uma crise maior nesse tipo de assentamento, como sugere Di Giuseppe nos textos citados acima.

Essa cautela é assumida em um artigo escrito para divulgar resultados preliminares do *Tiber Valley Project* e assinado pela própria Helga Di Giuseppe em parceria com Robert Witcher e Hellen Patterson<sup>563</sup>. Além dessas possíveis questões ligadas a transformações no padrão de produção, circulação e consumo da cerâmica de verniz negro, esse artigo chama a atenção para questões metodológicas fundamentais. A mais importante é a baixa proporção de fragmentos de cerâmica de verniz negro que puderam ser classificados dentro da tipologia mais detalhista. Apenas 20% de todos os fragmentos de cerâmica de verniz negro continham as partes dos vasos analisadas para a identificação das tipologias mais restritas<sup>564</sup>. Essa linha crítica foi elaborada por Robert Witcher em um trabalho posterior, escrito com tintas extremamente cétricas quanto a possibilidade de utilizar os dados do *Tiber Valley Project* para fundamentar a tese de crise do campesinato<sup>565</sup>.

Como apontado acima, a amostragem utilizada para definir esses recortes cronológicos mais curtos é bastante contestável, e o baixo número de sítios com vestígios de ocupação entre 250 e 150 a.C. pode ser resultado direto disso. Em primeiro lugar, se uma proporção razoável dos sítios que não puderam ser datados dentro dessa tipologia mais específica pertencer ao período de 250-150 a.C., todo esse quadro muda completamente<sup>566</sup>. É verdade que, como os fragmentos datáveis mais precisamente são os de bases e alças, enquanto os que não podem ser datados mais precisamente são os do corpo dos vasos, é razoável supor que a distribuição cronológica destes siga o padrão daqueles – pois seriam vestígios do mesmo número geral de vasos<sup>567</sup>. Contudo, essa presunção fica extremamente debilitada frente ao padrão de coleta de materiais utilizado

---

<sup>563</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises” A seção que trata deste período é indicada como de autoria de Witcher e Di Giuseppe.

<sup>564</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>565</sup> WITCHER, Robert, Regional field survey and the Demography of Roman Italy, *in: People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14*, Leiden ; Boston: Brill, 2006; Di Giuseppe criticou, posteriormente, o que ela considerou uma mudança na postura de Witcher em relação ao que haviam escrito em conjunto no artigo de 2004. Claramente as quatro mãos que escreveram aquela seção no artigo tinham ideias muito diferentes sobre a cautela no tratamento dos dados proposta ali. DI GIUSEPPE, **Black-gloss ware in Italy**, p. 151.

<sup>566</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises”, p. 17.

<sup>567</sup> WITCHER, Regional field survey and the Demography of Roman Italy, p. 278.

pelo *South Etruria Survey*. Frente aos modelos utilizados hoje pelos levantamentos mediterrânicos, o pioneiro projeto da *British School at Rome* se mostra muito pouco sistemático: o número de fragmentos de cerâmica de tipos diferentes coletados à época – e que puderam ser reavaliados posteriormente pelo *Tiber Valley Project* – eram muito pouco numerosos. No caso da cerâmica de verniz negro, a média é de três fragmentos coletados por sítio<sup>568</sup>.

Isso significa tanto que sítios “republicanos genéricos” (isto é, aqueles cuja ocupação que não pode ser datado mais especificamente) quanto sítios com ocupação datada para outros períodos republicanos pudessem ter indícios de ocupação no período tardo-republicano 1 que não puderam ser identificados pelo *Tiber Valley Project* por conta de questões metodológicas. Diante disso, é possível que nos sítios que produziram fragmentos classificados dentro da tipologia mais específica para o período anterior ou posterior existissem outros fragmentos que não puderam ser classificados nesta tipologia, mas que pertenciam a este período. Não só a cronologia dos sítios “republicanos” genéricos, mas mesmo a dos sítios identificados com períodos específicos é afetada pela baixa proporção de material classificado dentro da nova tipologia e pelos métodos de coleta do *South Etruria Survey*.

Reforça essa possibilidade o fato de mais de um terço dos sítios que teriam sido abandonados no período tardo-republicano 1 (250-150 a.C.) mostrarem sinais de reocupação durante o período tardo-republicano 2<sup>569</sup>. Isto é, foram coletados nestes locais material datável para o período Republicano médio (350-250 a.C.) e para o período Tardo-republicano 2 (150-30 a.C.). O gráfico da figura 122 interpreta esse fato como se esses sítios tivessem sido abandonados no período Tardo-Republicano 1 e reocupados posteriormente. Todavia, dado o quadro exposto acima acerca do material coletado nesses sítios, é bastante razoável supor que muitos desses sítios foram ocupados ao longo de todo esse período e que as cerâmicas produzidas por essa ocupação entre 250-150 a.C. simplesmente não foram coletadas ou talvez não puderam ser datadas dentro da cronologia mais específica. Inclusive, é bastante comum que levantamentos de superfície façam esse tratamento dos dados, supondo que a ausência de indício de ocupação de um sítio em um recorte cronológico específico, mas margeado por sinais de ocupação tanto no período anterior quanto posterior, é apenas um problema metodológico e que, na verdade, o sítio esteve também ocupado neste período. O fato de o *Tiber Valley Project*

---

<sup>568</sup> *Ibid.*, p. 279.

<sup>569</sup> *Ibid.*

ter decidido por uma abordagem diferente certamente tem relação direta com o desejo de produzir dados mais específicos que pudessem ser inseridos no debate sobre a crise do campesinato.

Há de se ter muita cautela, portanto, com o “vão” do período 250-150 a.C. no gráfico da figura 122. Se por um lado é razoável estabelecer que não temos uma continuidade da expansão no número de sítios identificada no período anterior, e isso por si só já é um dado relevante, por outro lado é difícil afirmar com certeza que há um decréscimo tão significativo nesse número.

#### 1.3.2.2. O “vão” do período clássico (480-350 a.C.)

Seria possível argumentar algo na mesma linha para o número maior de sítios com presença de cerâmica de verniz negro em comparação com os sítios com vestígios de *bucchero*, na transição do período clássico (480-350 a.C.) para o período republicano médio (350-250 a.C.)? Isto é, o fato mais relevante para essa pesquisa, de que na transição entre os séculos V e III a.C. observa-se um aumento significativo no número de sítios com ocupação atestada, é indício de uma transformação nas formas de assentamento ou deve ser explicado por outros fatores?

Existe uma primeira questão metodológica que chama atenção. Os dois principais materiais de diagnóstico cronológico usados por Potter para datar sítios para os séculos V-IV a.C., o *bucchero* cinza e o *internal-slip ware*, acabaram sofrendo reinterpretações posteriores importantes. Boa parte do *bucchero* cinza que Potter havia datado para o século V a.C. acabou sendo reavaliado como pertencente ao século VI a.C.. No sentido contrário, uma quantidade significativa de *internal-slip ware* acabou sendo datada como posterior ao século IV a.C.. O resultado disso foi uma diminuição muito sensível no número de materiais que sabemos datar para o período 480-350 a.C., especialmente em comparação com períodos cujas cerâmicas conhecemos muito melhor, como o *bucchero* datável para o período arcaico e a cerâmica de verniz negro datável para o período médio republicano<sup>570</sup>. Como consequência, nossa capacidade de identificar a ocupação de sítios para esse período é bem reduzida em comparação com os períodos imediatamente anterior e posterior.

Em segundo lugar, para além de nossa incapacidade de reconhecer adequadamente o material arqueológico desse período, poderíamos imaginar que um recuo no número de

---

<sup>570</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises”, p. 7.

sítios datados para esse período também tenha relação com questões de produção e distribuição da cerâmica. O grande sistema de produção de cerâmicas ligados a templos e santuários que se consolida entre a segunda metade do século IV e a primeira do III a.C. ainda não existia nessa época, o que pode nos fazer imaginar um contexto de menor acesso a cerâmicas. Talvez o mesmo possa ser dito na comparação com o período anterior, se considerarmos que o desmantelamento dos sistemas de poder locais trazida pela conquista romana da região possa ter desarticulado também o sistema de produção de cerâmicas até então em funcionamento<sup>571</sup>.

Ademais, não é apenas o padrão de consumo das cerâmicas que sofre transformações históricas. Como conjecturado no final do primeiro capítulo, é provável que os camponeses itálicos estivessem cada vez mais utilizando materiais menos perecíveis, como pedras, alvenaria e telhas, para construir seus edifícios<sup>572</sup>. Isso significa que um número maior de sítios arqueológicos relacionados a essas estruturas tenderá a ser identificado nos levantamentos de superfície, dada sua mais fácil identificação no registro arqueológico.

Tudo isso implica na possibilidade de contestar a identificação do crescimento no número de sítios rurais na comparação entre os períodos clássico (480-350 a.C.) e republicano médio (350-250 a.C.) como indício de um crescimento no número de assentamentos rurais. Seria possível argumentar que esse dado é indício de um processo de difusão do uso de cerâmicas (ou de determinados tipos de cerâmicas arqueologicamente mais visíveis e mais facilmente datáveis) e outros tipos de cultura material, como pedras, tijolos e telhas na construção. Em parte, isso certamente é verdade. Alguns usos específicos de alguns desses materiais e o que pode significar a intensificação desses usos serão discutidos no quinto capítulo<sup>573</sup>.

Algumas informações, porém, sugerem que de fato a principal causa do aumento no número de sítios identificado pelos levantamentos de superfície é a fundação de novos assentamentos de pequena extensão isolados entre si – e não a mera incorporação de assentamentos desse tipo já existentes aos círculos de utilização de uma determinada

---

<sup>571</sup> Sobre o desenvolvimento histórico da produção de bucchero, ver: POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 72; Ao menos um local de produção de cerâmica etrusca foi identificado no centro urbano de Veios. O grande declínio da cidade causado pelo confronto e posterior conquista romana poderia ser um dos fatores para explicar a desarticulação dessa produção. PATTERSON, Helen *et al*, *The re-evaluation of the South Etruria Survey: the first results from Veii*, in: PATTERSON, Helen, **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 17.

<sup>572</sup> Ver capítulo 1, subseção 3.3.

<sup>573</sup> Ver capítulo 5, seções 2.3.2 e 3.1.

cultura material não utilizada previamente ali e arqueologicamente mais visível, ainda que esse possa ser um processo em curso neste mesmo período.

Em primeiro lugar, devemos olhar para o próprio “vão” do período clássico (480-350 a.C.). Ainda que o tema de uma verdadeira “crise do século V” seja alvo de um debate ainda muito longe de qualquer consenso<sup>574</sup>, existe uma série de dados arqueológicos, para além desses analisados no escopo do *Tiber Valley Project*, apontando para um momento de retração na atividade econômica e em diversos aspectos da vida social. Nesse mesmo período, por exemplo, é identificável uma redução da área ocupada por alguns dos principais assentamentos urbanos, talvez incluindo até mesmo Roma<sup>575</sup>, o que nos permite vislumbrar uma imagem de crise generalizada no assentamento. Isso é reforçado pela contração nos indicadores de produção, circulação e construção em geral, assim como a diminuição do luxo nas oferendas funerárias (o que vem sendo recorrentemente identificado como possível resultado das leis suntuárias presentes na contemporânea Lei das Doze Tábuas<sup>576</sup>). Tudo isso parece corroborar os dados dos levantamentos de superfície que apontam para uma diminuição do dinamismo da ocupação humana na Etrúria Meridional, com quase nenhuma área sendo ocupada pela primeira vez e com um número significativo de áreas sendo abandonadas.

Outros dados nos permitem vislumbrar que a expansão no número de sítios ocupados no período posterior, o Republicano médio (350-250 a.C.), tem algum nível de relação direta com mudanças importantes no padrão de assentamento – e não meramente a inclusão de assentamentos pré-existentes em circuitos de consumo de determinados tipos de cultura material. O primeiro dado diz respeito às práticas funerárias. Na mesma época em que esses pequenos sítios isolados começam a se tornar muito abundantes no registro arqueológico, tumbas isoladas, muitas vezes muito próximas a esses sítios, também costumam se tornar um elemento mais comum na paisagem<sup>577</sup> – em contraste

---

<sup>574</sup> Ver artigos reunidos em: COLONNA, Giovanni (Org.), **Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie antique au Ve siècle: J.-C. Actes de la table ronde de Rome (19-21 novembre 1987)**, Roma: Ecole Française de Rome, 1990; Em especial a introdução à obra: MASSA-PAIRAULT, Françoise-Hélène, Introduction, *in*: COLONNA, Giovanni (Org.), **Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie antique au Ve siècle: J.-C. Actes de la table ronde de Rome (19-21 novembre 1987)**, [s.l.]: Ecole Française de Rome, 1990.

<sup>575</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises”, p. 11–13.

<sup>576</sup> CORNELL, Tim, **The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000–264 BC)**, London; New York: Routledge, 1995, p. 272–292; DI GIUSEPPE, Assetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, p. 438.

<sup>577</sup> CAMILLI, A.; ROSATI, V., Nuovo Ricerche nell'Agro Capenate, *in*: CHRISTIE, Neil (Org.), **Settlement and economy in Italy, 1500 BC - AD 1500: papers of the fifth Conference of Italian Archaeology**, Oxford: Oxbow, 1995, p. 406; Foram identificados no ager Capenas pequenas tumbas associadas aos sítios 66, 103, 162, 154, 165, 173, 213, 229 e 325. JONES, G. D. B., Capena and the Ager

com as típicas necrópoles vizinhas aos assentamentos nucleares do período anterior. Isto é, o padrão dos sítios funerários sugere um deslocamento das pessoas em direção a novos assentamentos, menores e isolados entre si, corroborando a imagem de que o aumento no número de sítios não se restringe à mera difusão do uso de certa cultura material.

O estudo comparativo da localização dos sítios também subsidia a ideia de que esse crescimento no número de sítios no período Republicano médio não reflete apenas a adoção uma cultura material visível arqueologicamente e anteriormente inexistente em assentamentos já existentes. O número de sítios do período Republicano médio é similar ao número de sítios do período Arcaico (580-480 a.C.), anterior ao período Clássico. Isso poderia indicar que temos um momento de “silêncio arqueológico” no período Clássico causado por um recuo na *utilização* dessa cultura material e não na *ocupação* desses sítios. Contudo, ainda que as áreas por onde os sítios do período Arcaico e do Republicano médio se distribuem sejam similares, existe um certo deslocamento na posição dos sítios ao longo dos séculos que sugere uma reorganização do assentamento<sup>578</sup>.

O mapa de distribuição da figura 133 ilustra, a partir de uma área do território de Veios, esse fato. É possível identificar no mapa alguns sítios com ocupação atestada tanto para o período Arcaico quanto para o período Republicano médio. Contudo, a maioria dos sítios com ocupação para esses períodos não coincide entre si, mostrando que certamente não houve uma continuidade absoluta não identificada para o período Clássico por conta de variação no consumo da cultura material utilizada para datar a ocupação desses sítios.

Mesmo em regiões onde os mesmos sítios arqueológicos produzem materiais datados para o período Arcaico e para o período Republicano médio é possível identificar mudanças no padrão de ocupação que indicam algum tipo de mudança significativa na ocupação daquela região. A partir de dados produzidos por levantamentos intensivos, Ulla Rajala identificou na região de Nepete, no território falisco, áreas de maior densidade de material coletado. Segundo a autora, essas áreas podem ser identificadas como locais prioritários da realização das atividades cotidianas, o que alguns arqueólogos têm chamado de *taskscape*s. Rajala mostra uma diferença importante na comparação entre os *taskscape*s da ocupação no período arcaico com os do período romano na região de Nepete. Não só os sítios com maior densidade de achados diferem, mas o padrão de

---

Capenas: Part II, **Papers of the British School at Rome (New Series Volume 18)**, v. 31, p. 100–158, 1963, p. 155.

<sup>578</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, Three South Etrurian “crises”, p. 11–13.

ocupação também: os *tasksapes* arcaicos se concentram em locais mais elevados, mas não em encostas, enquanto os *tasksapes* romanos se concentram em locais mais baixos e em encostas de declive suave<sup>579</sup>. Isso serve de indício, mas uma vez, de que não estamos diante de uma ocupação contínua apenas invisível arqueologicamente em um momento intermediário. O mais provável é que estamos, sim, diante de um processo de abandono de determinados assentamentos com posterior ocupação de novos assentamentos.

### 1.3.3. A intensificação do assentamento rural na Etrúria Meridional

Pode-se concluir após todas essas considerações que, apesar de todos os vieses metodológicos, o crescimento no número de sítios na Etrúria Meridional entre o período clássico (480-350 a.C.) e o período Republicano médio (350-250 a.C.) é um dado quantitativo bastante consistente produzido pelos levantamentos de superfície realizados na região. Certamente o número de sítios não é um guia absoluto e direto sobre o número de assentamentos existentes em um dado período. A relação entre sítios e assentamentos é certamente menor para períodos mais antigos, e nossa capacidade de identificar sítios do período clássico não é tão apurada. Isso não nos impede, contudo, de assumir que, sim, a grande variação no número de sítios identificados entre os dois períodos é determinada pela fundação de novos assentamentos.

Isto significa que, ao longo do período que interessa a esta pesquisa, o assentamento rural da Etrúria Meridional vivenciou uma significativa intensificação. É bem verdade que no final do século III a.C. esse processo parece ter sofrido uma estagnação importante, talvez mesmo uma retração. Além disso, como visto no primeiro capítulo, não é possível associar aprioristicamente esses novos assentamentos com uma difusão de pequenas fazendas camponesas – um quadro mais complexo, com casas camponesas, implementos produtivos variados entre outros tipos de estruturas, deveria marcar a realidade social que deixou essas pequenas dispersões de material arqueológico como vestígio.

## 2. A transformação no padrão do assentamento rural na Etrúria Meridional

Levando em conta diversas considerações metodológicas e históricas, é possível dizer, portanto, que os dados dos levantamentos de superfície congregados no *Tiber*

---

<sup>579</sup> RAJALA, Ulla, Political landscapes and local identities in Archaic central Italy - interpreting the material from Nepi (VT, Lazio) and Cisterna Grande (Crustumium, RM, Lazio), in: CIFANI, Gabriele; STODDART, Simon (Orgs.), **Landscape, Ethnicity and Identity in the Archaic Mediterranean Area**, [s.l.]: Oxbow Books, 2012, p. 128–129.



*Valley Project* nos permitem identificar um processo bastante significativo de intensificação do assentamento rural na Etrúria Meridional. Contudo, esta é apenas parte da história. É possível, a partir de uma análise geográfica e historicamente mais detalhada dessa evolução histórica, identificar um processo histórico ainda mais relevante: estamos diante não só de uma intensificação do assentamento, mas de uma mudança no padrão de assentamento na região.

Como apontado acima, a ubiquidade e perenidade dos vestígios dessas estruturas camponesas no território da Etrúria Meridional ao longo do período republicano (e ainda que deixemos de interpretá-las todas como fazendas, esse fato se mantém) colocou em questão a tese de crise do campesinato. Na verdade, a percepção das consequências do impacto da conquista romana sobre o mundo rural da Itália central tirrênica sofreu uma reviravolta de cento e oitenta graus a partir do *South Etruria Survey*. No lugar da imagem plutarquiana de um campo abandonado pelos cidadãos e habitado apenas por escravos bárbaros<sup>580</sup>, os pesquisadores do *South Etruria Survey* identificavam um campo cada vez mais povoado por camponeses – seja vivendo com suas famílias em pequenas fazendas, como o imaginado a princípio, seja circulando por inúmeras estruturas funcionais diferentes, como sugeri no primeiro capítulo a partir das novas interpretações propostas pelo *Roman Peasant Project*.

Ao avaliar esse impacto “positivo” da conquista romana sobre o campo centro-italiano, um dado chamou atenção desses pesquisadores. Ainda que esses pequenos sítios já existissem por várias partes da Etrúria Meridional antes da conquista romana, e fossem mesmo numerosos nos territórios veiente e falisco, ao longo da hegemonia etrusca na região, importantes assentamentos fortificados em cumes de montes haviam desempenhado um papel hegemônico na organização do assentamento rural. Após a conquista romana, diversos desses assentamentos nucleares apresentavam sinais de descontinuidade na ocupação – enquanto os sítios isolados atingiam níveis inéditos de difusão. Isto é, os levantamentos de superfície realizados na região identificaram não só o crescimento no número de assentamentos rurais, mas também uma transição no padrão de assentamento: de uma ocupação do território baseada em assentamentos nucleares para uma ocupação baseada em assentamentos isolados dispersos pelo território<sup>581</sup>.

---

<sup>580</sup> Plutarco, *Vida de Tibério Graco*, 8.7.

<sup>581</sup> Uma rápida síntese pode ser encontrada em: GOODCHILD, Helen, *Agriculture and the Environment of Republican Italy*, in: EVANS, Jane DeRose (Org.), **A Companion to the Archaeology of the Roman Republic**, Chichester, West Sussex ; Malden, MA: John Wiley & Sons, 2013, p. 200.

Segundo Potter, a história do assentamento rural na Etrúria Meridional é dominada por dois tipos básicos de assentamento. De um lado temos os sítios “abertos” (*open sites*), localizados sobre montes baixos e platôs, em terrenos relativamente planos. Esses locais de assentamento teriam como vantagem o fácil acesso a vias de locomoção, especialmente estradas pelas baixas cordilheiras formadas pelos mares de morro da região, e às terras cultiváveis. Como inconveniência, essa localização “aberta” seria excessivamente vulnerável à ataques. Do outro lado teríamos sítios mais isolados, em locais de difícil acesso e facilmente defensáveis, como promontórios isolados e “cidadelas naturais” formadas por rochedos protegidos por penhascos íngremes, bastante comuns na região<sup>582</sup>.

O que vemos nesse momento é justamente a transição de um padrão de assentamento dominado por este segundo tipo de assentamento para um padrão de assentamento dominado pelo primeiro tipo de assentamento. Tradicionalmente este processo tem sido identificado como uma “dispersão” do assentamento, o termo recorrentemente usado em estudos sobre o assentamento para analisar realidades históricas em que assentamentos nucleares são abandonados em favor de assentamentos dispersos. Contudo, identificarei o processo em análise nesta tese por intensificação do assentamento rural por uma razão bem simples: por mais que em alguns lugares seja exatamente este o processo histórico, o abandono de assentamentos nucleares e a dispersão do assentamento, em alguns outros casos, como logo veremos, assentamentos nucleares, sobretudo centros urbanos, se mantem como elementos importantes, convivendo com um número crescente de assentamentos isolados. Com a concomitância dos dois modelos em regiões vizinhas, acredito que o processo geral é mais bem entendido como um processo de intensificação do assentamento rural do que de dispersão, ainda que este também seja uma realidade.

### **2.1. Veios e seu território (*ager Veientanus*)**

A cidade de Veios (ver mapas das figuras 3, 113 e 134) foi o principal centro etrusco da Etrúria Meridional ao mesmo tempo em que era a cidade etrusca mais próxima de Roma – distante apenas 17 km. As narrativas históricas antigas colocam Roma e a Veios etrusca em um estado quase contínuo de rivalidade e guerra desde os tempos de Rômulo<sup>583</sup>.

---

<sup>582</sup> POTTER, *The changing landscape of South Etruria*, p. 14.

<sup>583</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da cidade, 1.15.5; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.55.5-6, Plutarco, *Vida de Rômulo*, 25.5. CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 310–312.

Entre os séculos VIII e VI a.C. existe um processo progressivo de ocupação do território veiente, que se acelera no último século (ver mapas das figuras 135 e 136). É possível distinguir, a partir das dimensões dos sítios identificados pelo levantamento, uma hierarquia de assentamentos bem delimitada, cujo topo é o substancial centro urbano, seguido por assentamentos rurais de tamanho significativo nos arredores da cidade e pequenos assentamentos isolados espalhados por todo o campo. Diferente de outras áreas da Etrúria Meridional que trataremos a seguir, em nenhum outro lugar o centro urbano principal parece ter tido a importância na organização do assentamento arcaico quanto em Veios. Os veientes desenvolveram um complexo sistema de estradas que levavam à cidade (ver mapa da figura 135) e o grandioso sistema de canais subterrâneos de drenagem, os *cuniculi*<sup>584</sup>, também se organizavam tendo a cidade como um centro<sup>585</sup>.

Os assentamentos isolados, normalmente identificados como fazendas camponesas, mas que, como argumentei no primeiro capítulo, prefiro pensar como estruturas possivelmente camponesas de tipo mais variado, ocupam um território de mares de morro típico da região ao norte de Roma, marcado por espinhaços entrecortados por córregos. Ainda que fatores pós-depositários interfiram nos dados arqueológicos, a análise das possibilidades geográficas de ocupação do solo na região nos permitem afirmar que a concentração dos achados arqueológicos na parte elevada desses morros reflete realmente uma concentração desses assentamentos isolados rurais nesses locais. O tipo de solo predominante é bastante permeável, o que em alguns lugares os tornava pouco propício a agricultura. Os *cuniculi* etruscos, contudo, permitiam justamente a drenagem dessas áreas, tornando-as solos propícios à agricultura. Os camponeses do território de Veios tinham facilmente ao seu alcance inúmeros recursos fundamentais para sua vida: água de fácil acesso em fontes naturais ou com perfuração de poços, pedras de diferentes tipos para construção, argila para tijolos e cerâmica e farta disponibilidade de madeira<sup>586</sup>.

Como vimos acima, esse quadro de intensificação do assentamento se altera ao longo do século V a.C.. A taxa de abandonos de sítios no período clássico (490-350 a.C.) é significativa (mais de 60 %) e a taxa de novas ocupações é quase zero (ver gráfico da figura 123). Temos informações sobre três guerras entre Roma e Veios ao longo desse período, que normalmente são reivindicadas como explicação para esse contexto

---

<sup>584</sup> Sobre os *cuniculi*, ver o capítulo 5, subseção 2.3.2.

<sup>585</sup> KAHANE; THREIPLAND; WARD-PERKINS, The “Ager Veientanus”, North and East of Rome, p. 68–71.

<sup>586</sup> *Ibid.*, p. 3–6.

arqueológico. As duas primeiras teriam ocorrido entre 483-474 a.C. e 437-435 a.C.. No final do século, em 405 a.C., teria começado o conflito definitivo entre Roma e Veios, concluído pela conquista e destruição da cidade pelos romanos em 396 a.C.<sup>587</sup>.

A imagem que nos é dada pela narrativa de Tito Lívio é de terra arrasada: não só a cidade é saqueada e destruída, como sua população é escravizada<sup>588</sup>. Dionísio de Halicarnasso segue na mesma linha contando sobre valorosos guerreiros veientes que morreram pela sua própria mão para não ter que se render ao inimigo, enquanto os menos bravos depuseram suas armas<sup>589</sup>. Escrevendo no período augustano, o poeta Propércio nos conta de uma Veios outrora rica e poderosa, mas cujas ruínas assistiam em seu tempo o pastoreio e as colheitas<sup>590</sup>. Essa imagem de uma cidade abandonada também aparece na curiosa história que Tito Lívio conta sobre o pós-saque gaulês de Roma, provavelmente ocorrido em 387 ou 386 a.C.<sup>591</sup>. Lívio conta que o Senado romano teve dificuldades para obrigar cidadãos que haviam se refugiado em Veios e ocupado casas vazias a voltarem para Roma, pois estes tinham preguiça de reconstruir suas casas enquanto em Veios havia estas casas vazias<sup>592</sup>.

O estudo arqueológico da área da cidade converge razoavelmente com este quadro. Ainda que não se possa falar de um abandono total da cidade – há indícios de sua ocupação ao longo de todo o período romano –, a intensidade de sua ocupação no período romano é bem menor (compare os mapas das figuras 137 e 138 com os das figuras 139 e 140). A quantidade de fragmentos de cerâmica identificados para todo o período romano é, por exemplo, razoavelmente menor em comparação com o período etrusco (3000 fragmentos contra 2400 fragmentos)<sup>593</sup>. Se lembrarmos que o viés técnico e metodológico faz as cerâmicas romanas tenderem a predominar nos achados e se atentarmos ao fato de que o período romano é cronologicamente muito mais vasto que o etrusco, esse dado é ainda mais impactante.

---

<sup>587</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.21. Todo o relato sobre o cerco e tomada de Veios pelos romanos em Tito Lívio é claramente delineado pela história do cerco e tomada de Tróia presente na *Iliada*. KRAUS, Christina S., “No Second Troy”: Topoi and Refoundation in Livy, Book V, **Transactions of the American Philological Association**, v. 124, p. 267–289, 1994, p. 271–272; CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 311–312. Cornell acredita, contudo, que para além dos detalhes da narrativa da guerra, não há motivos para duvidar que a cidade de Veios foi mesmo conquistada e seu território incorporado ao romano por volta de 396 a.C. e que esse foi um acontecimento central para a história romana.

<sup>588</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.21-22. Ver também Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.16.5.

<sup>589</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 12.13.4.

<sup>590</sup> Propércio, *Elegias*, 4.10.29-30.

<sup>591</sup> Políbio, *História*, 1.6.1. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 314.

<sup>592</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.49-55, 6.4.

<sup>593</sup> PATTERSON *et al.*, *The re-evaluation of the South Etruria Survey: the first results from Veii*, p. 15, 18.

Focando especificamente nos materiais republicanos, é possível perceber um recuo na ocupação de áreas dentro dos muros da cidade (foram identificados 73 locais de achados para o período etrusco dos quais apenas 42 apresentam vestígio de continuidade de ocupação no período entre 350 e 250 a.C.)<sup>594</sup>. Voltando ao número total de fragmentos encontrados e datados, entre 350 e 275 a.C. parece ter havido uma gradual intensificação da ocupação da cidade após o grande recuo identificado no pós-conquista. Nos cem anos seguintes, contudo, há uma reversão dessa tendência até se voltar aos níveis do começo do século IV a.C.<sup>595</sup>. Aparentemente, um fator central para essa continuidade da ocupação da cidade está relacionado a aspectos religiosos: o centro e o nordeste da cidade, focos importantes dessa ocupação republicana, são em grande parte áreas de culto desde o período etrusco que continuam sendo utilizadas até o século II a.C.<sup>596</sup> (ver mapas das figuras 138 e 140).

Como vimos acima, o número de sítios no território da cidade com vestígios de ocupação para o período entre 350-250 a.C. cresce em taxas muito significativas (no mínimo 35%, podendo chegar a cerca de 60% se incluirmos os sítios sobre os quais existem dúvidas se haviam sido ocupados no período anterior ou não – ver gráfico da figura 124). A dispersão de pequenos sítios isolados pelo território e com cerâmicas simples é significativa (ver mapa da figura 141), e vários estudiosos tentaram relacionar esse fato com informações presentes nas fontes literárias<sup>597</sup>. Tito Lívio e Diodoro Sículo contam que após a conquista houve distribuição de terras para a plebe nessa região – 7 *iugera* por pessoa em cada unidade familiar, segundo Lívio<sup>598</sup>, 4 ou 28 *plethra* (1,5 ou 10,56 *iugera*) por pessoa, segundo as fontes divergentes de Diodoro<sup>599</sup>.

Paulo Liverani destacou que, diferentemente de outras distribuições viritanas de terras, aqui não parece ter havido centurição. Segundo o arqueólogo italiano, isto seria consequência de uma escolha romana em realizar uma distribuição de terras com menor interferência sobre o território, se utilizando dos padrões agrários pré-romanos – provavelmente, portanto, distribuindo propriedades e casas de campo já existentes. Ele fundamentava essa interpretação no fato de 75% dos sítios ocupados durante o período

---

<sup>594</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>595</sup> *Ibid.*, p. 19, fig.9.

<sup>596</sup> *Ibid.*, p. 20; DI GIUSEPPE, *Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana*, p. 441.

<sup>597</sup> DI GIUSEPPE, *Assetti territoriali nella media valle del tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana*, p. 442.

<sup>598</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.24 e 5.29-30.

<sup>599</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.102.4.

republicano terem indícios de ocupação no período arcaico<sup>600</sup>. Contudo, como destacado acima, a reinterpretação da cronologia das cerâmicas realizada pelo *Tiber Valley Project* alterou este dado, apontando para uma significativa intensificação na ocupação do campo nesse período frente a um período anterior marcado por significativo recuo (ver gráficos das figuras 123 e 124).

Isso pode ter relação direta com outro problema interpretativo: Tito Lívio informa que poucos anos depois da conquista de Veios e da rendição de Capena quatro novas tribos rurais foram criadas com novos cidadãos<sup>601</sup>. Não há dúvidas de que essas tribos incorporavam esses territórios recém-conquistados ao *ager romanus*, sendo que provavelmente três dessas tribos se estendiam pelo antigo território de Veios: a tribo Tromentina incluía a área da cidade em si, a Arnense devia incorporar a área a nordeste, se a conjectura que ela deriva sua alcunha do antigo nome dado ao rio Arrone estiver correta, e a Sabatina incorporava a área do lago Sabatino, como informa Festo<sup>602</sup>.

Essa incorporação de novos cidadãos e a constituição de novas tribos é normalmente identificada com a informação, também presente em Tito Lívio, de que, dois anos antes da criação das novas tribos, os romanos concederam cidadania aos veientes, capenates e faliscos que haviam passado para o lado romano durante a guerra<sup>603</sup>. Seriam estes os novos cidadãos arrolados nas quatro novas tribos. Contudo, como Liverani aponta<sup>604</sup>, surge uma incongruência no relato de Lívio: temos um território devastado pela guerra e pela escravização dos veientes sendo ocupado pelos plebeus romanos ou uma população nativa sendo incorporada ao território e à cidadania romana pelas novas tribos? A narrativa da incorporação parece historicamente mais verossímil e converge com outras informações em Lívio sobre populações de áreas vizinhas à Roma derrotadas militarmente sendo incorporadas<sup>605</sup>. Por outro lado, o registro arqueológico a

<sup>600</sup> LIVERANI, L' *Ager Veientanus* in *Età Repubblicana*, p. 37–38.

<sup>601</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.5.8.

<sup>602</sup> Sexto Pompeu Festo, Sobre o significado das palavras, p.464 Lindsay. TAYLOR, Lily Ross, **The voting districts of the Roman Republic: the thirty-five urban and rural tribes**, Rome: American Academy in Rome, 1960, p. 47–49.

<sup>603</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.4.4.

<sup>604</sup> LIVERANI, L' *Ager Veientanus* in *Età Repubblicana*, p. 38.

<sup>605</sup> Tratando dos primeiros reis romanos, Tito Lívio menciona uma série de casos em que os romanos teriam concedido cidadania a povos latinos derrotados, mas normalmente envolvendo a vinda dessa população para a cidade de Roma. Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 1.11 (Antemnas e Crustumério); 1.28.7 e 1.30.1 (Alba); 1.33.1 (Politório); 1.33.2 (Telenas e Ficana); 1.33.5 (“milhares de latinos” depois da batalha de Medúlia). É possível, porém, que essas sejam conquistas pressupostas pelas narrativas históricas para explicar anexações que se deram através de outras vias (ver subseção 4.1, abaixo). Em outros dois casos, porém, podemos perceber a incorporação da população conquistada nos moldes do que imagino ter acontecido em Veios: Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.19.2 (tomada de Crustumério) e 6.26.8 (incorporação de Túsculo). *Ibid.*, p. 39, n.18.; Lívio não diz que os crustumérios foram incorporados, mas

partir da reinterpretação do *Tiber Valley Project* parece mais compatível com a primeira alternativa.

Em primeiro lugar, me parece que a incongruência criada pela narrativa de Lívio pretendia dar conta de três informações que ele tinha sobre os desdobramentos da conquista romana dessa região. Primeiro, a memória coletiva da grande Veios do passado sendo destruída por Roma e reduzida às ruínas praticamente abandonadas dos períodos tardo-republicano e imperial – a mesma imagem que vimos em Propércio e Dionísio de Halicarnasso e também presente em Estrabão<sup>606</sup>. Segundo, a informação historiográfica de que a população dos territórios conquistados na terceira guerra contra Veios havia sido arrolada como cidadã nas novas tribos rurais. Terceiro, outra informação de origem historiográfica, sobre o território de Veios ter sido objeto de disputas no contexto das leis agrárias do início da República.

Para criar uma congruência entre as duas primeiras informações (a cidade devastada e sua população arrolada como cidadã), uma racionalização foi construída (pelo próprio Lívio ou por alguma de suas fontes) para parte da população de Veios ter recebido a cidadania antes da conquista, destruição e escravização: ter apoiado Roma ainda durante a guerra. Liverani me parece ter razão ao afirmar que esses veioses, capenates e faliscos que Lívio afirma terem se tornado cidadãos romanos por terem mudado de lado durante a guerra devem substanciar, na verdade, uma massa de pessoas que foram incorporadas à Roma de maneira mais gradual<sup>607</sup>, antes, durante e depois da conquista. Parte dessa população incorporada nunca deve ter deixado os territórios em que viviam e constituem parte da continuidade no assentamento que podemos identificar nos dados arqueológicos. Há de destacar que o território de Veios é a área da Etrúria Meridional com a maior tendência de continuidade no assentamento nessa época: mais de 25% dos sítios do período republicano médio (350-250 a.C.) já eram ocupados no período anterior, e essa taxa no limite pode ter sido de até 50% (ver gráfico da figura 124). Essa particularidade de Veios pode ser associada com essa continuidade da ocupação do campo por veioses que passam a ter cidadania romana no início do século IV a.C..

---

a interpretação de que a tribo Clustumina foi criada no momento dessa conquista é amplamente aceita. TAYLOR, **The voting districts of the Roman Republic**, p. 36–37. A relação entre a tribo Clustumina e a cidade de Crustumínio é apontada em Sexto Pompeu Festo, Sobre o significado das palavras, p.49L.

<sup>606</sup> Estrabão, *Geografia*, 5.2.9.

<sup>607</sup> LIVERANI, L' *Ager Veientanus* in *Età Repubblicana*, p. 39; No mesmo sentido, Cornell afirma que a narrativa de Lívio é anacrônica, pois nesse período escravizações em massa não deveriam ser a norma (pois não haveria mercado para vender tantos escravos de uma só vez) e a cidadania romana não era algo tão valorizado ainda, podendo ser concedida sem maiores complicações. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 320.

Essa continuidade não deve ser superestimada, contudo. Antes mesmo da conquista o território rural de Veios já vivia um processo de empobrecimento e despovoamento, como podemos ver pela alta taxa de abandonos de assentamentos no período clássico (480-350 a.C.), que supera os 60% (ver gráfico da figura 123). A comparação entre a localização dos sítios isolados pelo território ocupados no período arcaico (580-480 a.C.) e no período republicano médio (350-250 a.C.), como aponteí acima, mostra um padrão de assentamento razoavelmente similar (os sítios se espalham pelas mesmas áreas) mas com clara ruptura e reorganização (os sítios não ficam nos mesmos lugares, a continuidade no assentamento ao longo desses séculos é baixa). É aqui, me parece, que a terceira informação que Lívio tinha acesso sobre o contexto pós-conquista, a inserção do território de Veios nos programas de leis agrárias, entra.

Não é o caso de identificarmos linearmente continuidade no assentamento com população local incorporada e assentamentos recém-ocupados com plebeus romanos recém-assentados. Para além de ser uma associação ingênua entre fontes arqueológicas e literárias, essa identificação não me parece fazer sentido demográfico. A proporção de plebeus assentados não deve ter sido tão significativa quanto é a de novos sítios sendo ocupados nesse período (35% no mínimo, podendo chegar a 60% no limite). Isto é, parte importante dos assentamentos recém-ocupados deveriam também ser habitados pela população local recém-incorporada por Roma, o que pode ser interpretado como indício do impacto que a guerra e a conquista tiveram sobre o território: mesmo aqueles que já viviam lá vivenciaram modificações em seu local de assentamento.

Por fim, é preciso destacar que nem todos esses assentamentos deviam estar relacionados com camponeses veientes que se tornam cidadãos romanos ou plebeus assentados. Helga di Giuseppe, em um de seus artigos que tratam do problema das *uillae* primitivas nos levantamentos de superfície, nos fornecesse os dados produzidos sobre uma área do território de Veios, a *Via Veientana*<sup>608</sup> (ver mapa da figura 113), a partir de sua reinterpretação da classificação dos sítios dos primeiros períodos (ver gráfico da figura 142), explicada no final do capítulo anterior<sup>609</sup>. Três dados chamam atenção: ao longo dos períodos etruscos (750-480 a.C.) a intensificação da ocupação do campo nessa área é protagonizada por sítios identificados como vestígios de estruturas camponesas; no período clássico (480-350 a.C.), não há nenhum sítio identificado como vestígio de *uillae*

<sup>608</sup> WARD-PERKINS, John Bryan, Notes on Southern Etruria and the Ager Veientanus, **Papers of the British School at Rome**, v. 23, p. 44–72, 1955, p. 45–58.

<sup>609</sup> Ver capítulo 2, subseção 3.4



segundo a metodologia de di Giuseppe, todos aqueles que se mantêm ocupados nesse período são classificados como vestígios de estruturas camponesas; no período seguinte (350-250 a.C.), contudo,  $\frac{3}{4}$  do número de sítios dessa área são identificados como *uillae* na metodologia de di Giuseppe.

Várias matizações a essa última informação precisam ser expostas. A metodologia de di Giuseppe, como apontei no capítulo anterior, sem sombra de dúvidas superestima o número de *uillae* – podemos ter certeza que nem todos esses sítios classificados como *uillae* nesse gráfico eram de fato ocupados por *uillae* primitivas nesse período. Além disso, os dados dizem respeito a uma região específica do território de Veios, que poderia ter particularidades frente ao resto do território. De toda forma, como no período etrusco de intensificação do assentamento rural os dados são opostos, essa predominância de *uillae* no período romano pode ter algum significado histórico importante.

Lily Ross Taylor, em seu estudo seminal sobre os “distritos eleitorais” romanos (isto é, as tribos territoriais em que o *ager romanus* era dividido), identifica o registro de famílias patrícias em várias tribos rurais recém fundadas ao longo do período republicano. No caso das tribos criadas para incorporar o território de Veios, ela identifica indícios do registro de membros de importantes famílias romanas, como os Cláudios, Sérgio e possivelmente Cornélios e Mânlios<sup>610</sup>. Esse é um procedimento bastante lógico para a classe dominante romana: a criação de novas tribos apenas incorporando a população local daria enorme poder para esta na assembleia das tribos; a inscrição de famílias da elite urbana romana nessas tribos, mesmo que eles não vivessem nesses territórios, faria sentido em termos de estratégia eleitoral<sup>611</sup>. Contudo, Taylor acredita que, especialmente para o caso das tribos criadas no território de Veios no início do século IV a.C., é possível identificar a distribuição de terras para essas famílias patrícias no território das tribos

<sup>610</sup> TAYLOR, *The voting districts of the Roman Republic*, p. 283–184.

<sup>611</sup> Esse argumento depende, contudo, da interpretação que exista uma assembleia romana que se reúne organizada pelas tribos que incluía os patrícios. A existência de duas assembleias que se reúnem por tribos, a Assembleia da Plebe (*concilium plebis*), que exclui os patrícios e é presidida pelos Tribunos da Plebe, e a Assembleia das Tribos (*comitia tributa*), que reúne todos os cidadãos e é presidida por magistrado curul, foi estabelecida por Mommsen a partir de uma passagem de Aulo Gélio (*Noites Áticas*, 15.27.4) e se tornou hegemônica. Contudo, a interpretação de Mommsen dessa passagem tem sido questionada. DEVELIN, R., *Comitia tributa plebis*, *Athenaeum*, v. 53, p. 302–337, 1975; SMITH, *The Roman Clan: The Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology*, [s.l.]: Cambridge University Press, 2006, p. 277; Andrew Lintott, de toda forma, sustenta que a existência de uma Assembleia das Tribos presidida por magistrados curuis e reunindo toda a população pode ser inferida de diversas notícias que mostram cônsules e edis curuis presidindo, passando leis e propondo causas legais em assembleias reunidas por tribos. LINTOTT, Andrew, *The Constitution of the Roman Republic*, [s.l.]: Clarendon Press, 1999, p. 42–45.

recém-criadas. Isso converge perfeitamente com o que sabemos sobre a relação dos patrícios com os territórios recém-conquistados nesse período da história<sup>612</sup>.

Portanto, a intensificação da ocupação do campo no território de Veios após sua conquista por Roma não está restrita ao desenvolvimento de estruturas camponesas. Há bons indícios de que a classe dominante romana não só incorporou parte desse território ao seu patrimônio fundiário como também é possível que ela tenha tido um protagonismo nesse processo de intensificação da ocupação do solo que a classe dominante veiente no período etrusco não havia tido.

## 2.2. Território de Capena (*Ager Capenas*)

À nordeste de Veios ficava o território da antiga cidade de Capena (ver mapas das figuras 3, 113 e 143). Na única informação nas fontes literárias sobre a cidade antes de seu envolvimento na guerra entre Veios e Roma, o comentador da obra de Virgílio Mauro Sérvio Honorato conta que, segundo Catão, Capena havia sido fundada por veientes liderados pelo rei etrusco Propércio<sup>613</sup>. Ainda que confirmem que o assentamento foi ocupado pela primeira vez entre os séculos XI e VIII a.C.<sup>614</sup>, a arqueologia e a linguística mostram os capenates mais próximos dos faliscos, que viviam ao norte, do que dos etruscos de Veios: a cerâmica local de Capena desses períodos é próxima à falisca e a língua dos capenates parece ter sido um dialeto falisco<sup>615</sup>. Possivelmente essa tradição de uma fundação veiente de Capena era uma racionalização para dar conta do fato histórico de Capena ter se aliado a Veios contra os romanos.

O território da cidade é marcado por uma topografia similar a descrita para o território de Veios a oeste, enquanto a porção leste do território é dominada pelo vale do Tibre, com terrenos mais baixos e planos e solo sedimentar (ver foto e representação das figuras 144 e 145). A localização da antiga Capena, na atual localidade de Civitucola – que deve ser diferenciada do povoamento medieval de Leprignano que após 1933 passou a ser chamada de Capena – só foi identificada depois da década de 30 do século passado com a descoberta de inscrições<sup>616</sup>.

<sup>612</sup> Ver capítulo 5, subseção 4.2.

<sup>613</sup> Mauro Sérvio Honorato, *Comentário sobre a Eneida de Virgílio*, 7.697.

<sup>614</sup> CAMILLI; ROSATI, *Nuovo Richerche nell'Agro Capenate*, p. 405; KEAY, Simon; MILLETT, Martin; STRUTT, Kristian, *An Archaeological Survey of Capena (La Civitucola, provincia di Roma)*, **Papers of the British School at Rome**, v. 74, p. 73–118, 2006, p. 79.

<sup>615</sup> JONES, *Capena and the Ager Capenas*, p. 122.

<sup>616</sup> KEAY; MILLETT; STRUTT, *An Archaeological Survey of Capena (La Civitucola, provincia di Roma)*, p. 75.

Mesmo no período arcaico, a cidade não chegava perto das dimensões de Veios. Sua extensão não parece ter superado os 3 ha. antes do século III a.C.<sup>617</sup>. Na verdade, Capena era o maior de um grupo de quatro ou cinco assentamentos nucleares fortificados em topos de colinas (o que muitas vezes é identificado pelos termos latinos *pagus* ou *castellum*)<sup>618</sup> que dominavam o assentamento do território de Capena no período pré-romano (ver mapa da figura 146). Dois desses assentamentos (sítio 49 em Fontanile di Vacchericcia e sítios 66, Grotta Colonna A) foram localizados próximos um ao outro na região do monte Palombo, ao sul da antiga Capena<sup>619</sup>. Outro foi identificado no norte do território, já nas imediações do território falisco (sítio 323)<sup>620</sup>. Os outros dois assentamentos nucleares deste tipo foram inferidos a partir dos achados em dois centros urbanos modernos, Nazzano e Rignano Flamínio. Em Nazzano, diversas inscrições indicam a existência do município de Seperna, e materiais etruscos mostram a antiga ocupação do lugar<sup>621</sup>. Em Rignano Flamínio os achados são mais esparsos e menos informativos. A existência de tumbas datadas para o século VIII a.C. atestam sua ocupação em um período bastante recuado no tempo, mas é difícil saber sua natureza neste período<sup>622</sup>.

Um quinto ou sexto assentamento nuclear arcaico (a depender de como interpretarmos os achados de Rignano Flamínio) se destaca no território capenate, mas com características totalmente diversas dos que vimos até aqui. Localizado no vale do Tibre, a sudeste de Capena, o assentamento de Lucus Feronia era um importante centro de culto à deusa Feronia e de realização de feiras comerciais<sup>623</sup>. Diferentes dos outros centros citados, Lucus Feronia localizava-se em uma planície aberta, não em um local de difícil acesso. Tudo isso faz de Lucus Feronia um local assaz particular, muito provavelmente centro de convergência de pessoas de várias regiões próximas<sup>624</sup> – enquanto os outros assentamentos da região parecem ter tido bem menos contato com o mundo externo.

---

<sup>617</sup> *Ibid.*, p. 110.

<sup>618</sup> Extremamente comuns na Etrúria setentrional, especialmente na região de Siena, esse tipo de assentamento era menos comum, mas não inexistente, como podemos ver aqui, na Etrúria Meridional. BECKER, Hilary, *The Etruscan Castellum: Fortified Settlements and Regional Autonomy in Etruria*, **Etruscan Studies**, v. 9, n. 1, p. 85–96, 2002.

<sup>619</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 151–155.

<sup>620</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 105–106.

<sup>621</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 107–112.

<sup>622</sup> *Ibid.*, p. 166, 168.

<sup>623</sup> Ver capítulo 5, subseção 3.2.1.

<sup>624</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 127; CAMBI, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, p. 77.

Todo esse território é identificado tradicionalmente com a cidade de Capena por conta de sua presença nos relatos de Tito Lívio sobre os conflitos militares do início do século IV a.C. A verdade é que não sabemos como se dava a relação política entre esses centros de povoamento. Capena parece ter sido o maior desses assentamentos (não sabemos o tamanho dos assentamentos em Nazzano e Rignano Flaminio), e as grandes necrópoles que se estendem pelos montes vizinhos ao assentamento indicam uma importância social e religiosa destacada do local. Contudo, apenas disso não podemos inferir um poder significativo sobre os outros centros da região. Hilary Becker, por exemplo, listou os assentamentos de Grotta Colonna e Fontanile di Vacchericcia entre outros assentamentos fortificados deste tipo (a maioria concentrada na Etrúria Setentrional) para os quais ela sugere um grau de autonomia política frente aos principais centros políticos etruscos<sup>625</sup>.

Outro aspecto que diferencia o território de Capena do território de Veios no período pré-romano é a presença rarefeita de cerâmicas finas. Em quarenta sítios identificados pelo levantamento aqui realizado, incluindo os que foram interpretados como vestígios de assentamentos nucleares acima, foram encontradas cerâmicas que permitissem a datação para o período pré-romano. Em 33 desses sítios, a cerâmica encontrada era comum (*impasto*). Apenas em 14 foram encontrados *bucchero* e em cinco destes cerâmica etrusco-coríntia<sup>626</sup>. Todos esses 14 sítios onde se pode identificar o consumo de cerâmicas finas ou são um assentamento nuclear fortificado (no caso, o sítio 49 em Fontanile di Vacchericcia) ou ficam nas imediações de um desses assentamentos (3 nas imediações da própria Capena, 8 na de Fontanile di Vacchericcia e 2 na de Rignano Flaminio). Além disso, vários desses sítios parecem ser contextos funerários (1 nas imediações de Capena e 5 na de Fontanile di Vacchericcia). Por um lado, isso pode ser interpretado como prova da importância social desses assentamentos nucleares. Contudo, nos obriga também a questionar o quanto essa clara desconexão entre essa região e os fluxos de circulação das cerâmicas finas limita a visibilidade arqueológica dos pequenos sítios.

Quando comparamos o que sabemos sobre o território de Veios e o território de Capena nesses séculos antes da conquista romana, chama também a atenção a diferença do que parece ser a estrutura do assentamento veicense, com um centro urbano imponente e uma vasta ocupação do território por assentamentos isolados, para a imagem que temos

---

<sup>625</sup> BECKER, The Etruscan Castellum, p. 90.

<sup>626</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 127–129.

do assentamento capenate, estruturado em torno de alguns poucos assentamentos nucleares fortificados (compare a densidade de sítios na área de Veios com o vazio na área de Capenas no mapa da figura 114 e veja o mapa da figura 147). Contudo, o dado bruto que temos é a do maior acesso dos veienses às cerâmicas que somos capazes de identificar como desse período. A presença de um local de produção de cerâmicas na cidade de Veios pode ser o ponto central: ao mesmo tempo que explica esse maior acesso veiente às cerâmicas, indica também o maior dinamismo econômico do território de Veios. Enquanto isso, o território de Capena não tem acesso a essas cerâmicas, dificultando nossa capacidade de visualizá-lo arqueologicamente. Não quero com isso afirmar que o campo capenate estava todo ele ocupado por um assentamento disperso similar ao de Veios, mas não podemos negligenciar a possibilidade de existência de assentamentos que não somos capazes de identificar.

Fosse ele um pouco mais complexo ou realmente muito simples como podemos visualizar no registro arqueológico, o assentamento rural capenate também sofre um declínio ao longo do período clássico (480-350 a.C.), com uma taxa de abandono dos já não muito numerosos sítios do período anterior na casa de 50% (ver gráfico da figura 123). Mais uma vez, isso tem sido de alguma maneira relacionado aos conflitos militares na região. Tito Lívio conta que Capena e Falérios tentaram convencer cidades etruscas reunidas em uma assembleia pan-etrusca em Volturna a organizar uma aliança para salvar Veios do cerco romano<sup>627</sup>. As cidades etruscas, preocupadas com o aparecimento da ameaça gaulesa ao norte, teriam se negado a ajudar Veios, mas as duas cidades da Etrúria Meridional saem em socorro da sua vizinha. Logo após a conquista de Veios, ainda segundo Lívio, os romanos devastaram os territórios de Falérios e Capena, levando esta a pedir a paz, no que foi atendida<sup>628</sup>.

Não sabemos como foi a incorporação de Capena ao território romano com a riqueza de detalhes que temos para o caso veiente. A única informação direta que temos é que uma das quatro tribos fundadas após a conquista de Veios, a tribo Estalatina, ocupava o território de Capena<sup>629</sup>, mas isso não significa uma incorporação de todo o território da cidade no imediato pós-guerra. Se este fosse o caso, seria estranho Lívio narrar o fato como um acordo de paz entre as duas cidades e não como uma rendição e conquista de uma cidade pela outra. Uma exigência no acordo de paz romano pode ter

---

<sup>627</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.17

<sup>628</sup> *Ibidem*, 5.24.

<sup>629</sup> Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.464 Lindsay.

tornado parte do território capenate *ager romanus*, incorporado à nova tribo, mas não todo o território com todos os seus cidadãos.

Duas outras informações que vem do material epigráfico encontrado na região têm sido utilizadas para tentar entender como se deu esse processo. Uma série de inscrições do período imperial atesta que a principal magistratura local era um pretor único<sup>630</sup>, o que não era muito comum nas comunidades italianas do período imperial<sup>631</sup>. Essa particularidade mostra que Capena já era um município antes do sistema de magistraturas locais colegiadas, os *quattuorviri*, ser estabelecido como modelo mais comum após a Guerra Social, no começo do século I a.C..

Outra série de inscrições imperiais mostra os capenates se referindo a si próprios como *Capenates foederati* e à sua comunidade como *municipium Capenatum foederatorum*<sup>632</sup>. Duas interpretações alternativas surgiram para esse fato. A primeira, partindo do fato de a região ser originalmente marcada pelo conjunto de assentamentos nucleares que mencionei acima, afirma que a federação a que os capenates se referem nessas inscrições diz respeito à origem de sua comunidade política, que teria sido estabelecida pela aliança e possível sinecismo de comunidades da região. Essa é uma interpretação pouco aceita de maneira geral. Mais aceita é a hipótese de que “federados” seria um título de *status* garantido pelos romanos no momento da incorporação da cidade ao sistema político romano. Segundo essa interpretação, Capenas seria um dos mais antigos municípios romanos e tal incorporação teria sido feita por um acordo pacífico, o que explicaria tanto a concessão do título de “federados” quanto a ausência desse fato nas narrativas históricas, mais focadas nos conflitos e conquistas. Quando exatamente essa incorporação teria acontecido é impossível precisar, mas é bem provável que tenha sido entre a segunda metade do século IV e as primeiras décadas do século III a.C.<sup>633</sup>.

As tendências quantitativas do desenvolvimento do assentamento no território capenate são semelhantes às do território de Veios no período posterior à conquista romana. Há um aumento no número de assentamentos isolados (ver gráfico da figura 124)

---

<sup>630</sup> CIL IX 3872, 3873, 3876 a.

<sup>631</sup> Além de Capena, temos registro disso apenas para Anagnina, Cumas, Lavínio e Capítulo Hérnco JONES, *Capena and the Ager Capenas*, p. 124.

<sup>632</sup> CIL IX 3873, 3876 a, 3878, 3932, 3935.

<sup>633</sup> JONES, *Capena and the Ager Capenas*, p. 124–125; HARRIS, William V., **Rome in Etruria and Umbria**, Oxford: Clarendon Press, 1971, p. 42; RUOFF-VÄÄNÄNEN, Eeva, *The Civitas romana-areas in Etruria before the year 90 B.C.*, in: BRUUN, Patrick (Org.), **Studies in the Romanization of Etruria**, Roma: G. Bardi, 1975, p. 41–43; CAMBI, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, p. 77; KEAY; MILLETT; STRUTT, *An Archaeological Survey of Capena (La Civitucola, provincia di Roma)*, p. 80.

e também parece haver um protagonismo do que Helga di Giuseppe identifica como assentamentos de alto status social (ver gráfico da figura 149). Contudo, quando olhamos mais atentamente para a região, percebemos que seu padrão de assentamento se mantém distinto. A expansão no número de assentamentos isolados é consistente, se comparada a baixa ocupação do campo do período anterior, mas não é suficiente para ocupar a maior parte das terras aráveis da região, que continuam aparentemente desocupadas (ver mapa da figura 148). Não há menção nas fontes literárias de distribuição de terras no território capenate, ainda que seja razoável imaginar mais uma vez que a nova tribo não arrolou apenas os antigos moradores locais como novos cidadãos. Os assentamentos nucleares parecem continuar tendo um papel dominante<sup>634</sup>.

Talvez a maior particularidade capenate tenha relação com isso. Como vimos acima, existe um recuo generalizado em toda a Etrúria Meridional no número de sítios com material datável para o período tardo-republicano 1 (250-150 a.C.). Ainda que no território de Capena essa tendência também seja identificável (ver gráfico da figura 125), a área da cidade vive um momento de apogeu no consumo de cerâmicas finas<sup>635</sup>. Para nenhum momento da história de Capena foi possível identificar arqueologicamente um nível tão alto de atividade e um tamanho tão vasto de ocupação territorial, que chega a 8.7 ha.<sup>636</sup> É verdade que, como vimos acima, isso deve ter mais relação com mudanças no padrão de consumo de cerâmicas do que em transformações mais drásticas no padrão de assentamento<sup>637</sup>.

Vai ser apenas no último século republicano, na parte meridional do território, ou mesmo já período imperial, para a parte setentrional, que uma ocupação substancial do território de Capena por pequenos assentamentos isolados vai se consolidar. Parece ter tido papel importante neste sentido a abertura da Via Flamínia. A data tradicional de seu estabelecimento por Caio Flamínio Nepos é 220 a.C., mas é certo que ela integrava uma série de estradas locais previamente existentes cuja manutenção passava a ser responsabilidade dos magistrados romanos – provavelmente esse era o significado de sua inauguração. Ao mesmo tempo, também não é certo que sua pavimentação tenha sido imediata – sabemos por exemplo, que trechos da Via Ápia só foram pavimentados

---

<sup>634</sup> CAMBI, *Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione*, p. 77.

<sup>635</sup> KEAY; MILLETT; STRUTT, *An Archaeological Survey of Capena (La Civitucola, provincia di Roma)*, p. 107.

<sup>636</sup> *Ibid.*, p. 110.

<sup>637</sup> PATTERSON; DI GIUSEPPE; WITCHER, *Three South Etrurian “crises”*, p. 16.

décadas depois da inauguração oficial da estrada<sup>638</sup>. De toda forma, o padrão de distribuição dos sítios identificados nos séculos II e I a.C. é fortemente influenciado pela presença dessa via<sup>639</sup>.

Talvez ainda mais importante, nesse período em que o território de Capenas passa a ser ocupado por diversos assentamentos isolados, passamos a ter as primeiras referências nas fontes literárias a projetos de distribuição de terras na região. Em uma carta de 46 a.C., Cícero menciona distribuições de terras a veteranos nos territórios de Veios e Capena<sup>640</sup>. Possivelmente esse assentamento está ligado à fundação de uma colônia em Lucus Feronia – a *colonia Iulia Felix Lucuferonenseis* identificada na epigrafia<sup>641</sup> e mencionada por Plínio, o antigo<sup>642</sup>, e no “Livro das Colônias” (*Liber Colontiarum*), parte de uma compilação de textos sobre agronomia reunidos em um manuscrito da antiguidade tardia conhecido como *Corpus Agrimensorum Romanorum*<sup>643</sup>. Existiu algum debate sobre quando essa colônia teria sido fundada, se ainda na época de César ou já no período augustano, mas G.D.B. Jones me parece correto em sua argumentação que relaciona essa colônia com a informação presente na carta de Cícero<sup>644</sup>.

Toda a dinâmica histórica do território de Capena pode ser bem ilustrada pelo estudo mais detalhado de uma área específica, a região do monte Palombo. Esta área tem a vantagem de ser arqueologicamente muito significativa: os pesquisadores do *South Etruria Survey* encontraram ali uma quantidade desproporcionalmente alta de material arqueológico, graças ao pouco desenvolvimento de atividades econômicas na região até a época em que este levantamento foi realizado<sup>645</sup>. Como apontei acima, esta área era dominada no período pré-romano por dois assentamentos nucleares fortificados construídos em áreas de difícil acesso (ver mapa da figura 150). Os poucos assentamentos isolados desse período se organizam ao redor de um deles, Fontanile di Vacchereccia. Destaca-se aqui o fato de a presença de *bucchero*, limitada no restante do território, ser proporcionalmente alta nessa área: um número significativo de tumbas com a rara presença de cerâmica fina na região foi identificado no entorno desse assentamento nuclear. É possível que as melhores condições de conservação do material na área do

<sup>638</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 135.

<sup>639</sup> CAMBI, Le campagne di Falerii e di Capena dopo la Romanizzazione, p. 77.

<sup>640</sup> Cícero, *Cartas aos familiares*, IX.17.2.

<sup>641</sup> CIL, XI.3938, *L'Année Épigraphique* 1954, no. 163, e 1962, no. 87.

<sup>642</sup> Plínio, o antigo, *História Natural*, 3.51

<sup>643</sup> Livro das Colônias (*Corpus Agrimensorum Romanorum*), 1.216, 2.256.

<sup>644</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 195.

<sup>645</sup> *Ibid.*, p. 150.



monte Palombo expliquem isso em parte. Porém, diante disso, chama a atenção o fato de em um lugar onde se encontraram desproporcionalmente mais sítios que em outros lugares, os sítios isolados com ocupação pré-romana serem em sua maioria tumbas<sup>646</sup>, destacando ainda mais o papel dos assentamentos nucleares para a ocupação do território.

Ao longo do período republicano, o assentamento nuclear em Grotta Colonna A (sítio 66) é abandonado – para ser reocupado apenas no período medieval. O assentamento em Fontanile di Vacchereccia continua ocupado, por outro lado. A forma pouco sistemática que o *South Etruria Survey* empregava em seus levantamentos nos impede, contudo, de saber o desenvolvimento histórico ao longo do período republicano desse assentamento. A presença de *terra sigilata* atesta, de qualquer maneira, que ele continuou ocupado mesmo no período imperial<sup>647</sup>.

Um número enorme de sítios identificados como vestígios de fazendas ou de *uillae* apresentam vestígios de ocupação nesse período (ver mapa da figura 151), mas uma parte muito significativa deles parece ter sido ocupada apenas no último século da república. A distribuição dos sítios na parte ocidental desta área, seguindo o curso da Via Flâmínia, parece reforçar essa ideia, mostrando certa “gravitação” em torno do traçado da estrada<sup>648</sup>. A própria posição da área do monte Palombo, no local de mais fácil contato entre a Via Flâmínia e o vale do Tibre, talvez ajude a entender sua importância como foco de ocupação do campo.

### 2.3. Território falisco (*Ager Faliscus*) e de Sútrio (*Ager Sutrinus*)

Ao norte de Veios ficava o território dos faliscos (ver mapas das figuras 3 e 113). No período pré-romano, a organização do assentamento (ver mapa da figura 152) nesta região tem semelhanças com o território capenate: ao invés de um único grande centro urbano dominando o território, como em Veios, temos uma série de importantes assentamentos nucleares em Narce (possivelmente a antiga Fescênia falisca)<sup>649</sup>, Nepi (a antiga Nepete – ver representação da figura 153)<sup>650</sup> e Civitá Castellana/Vignale (a antiga

<sup>646</sup> *Ibid.*, p. 154–155.

<sup>647</sup> *Ibid.*, p. 153–155.

<sup>648</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 129.

<sup>649</sup> Comunidade citada por Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 1.21.1.. Sobre sua localização topográfica e arqueológica, ver: DI GENNARO, Francesco *et al*, Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD, in: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 397; FREDERIKSEN; PERKINS, *The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus*. (Notes on Southern Etruria, 2), p. 69.

<sup>650</sup> DI GENNARO *et al*, Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD, p. 883.

Falérios – ver representações das figuras 154 e 155)<sup>651</sup>. Contudo, esses assentamentos nucleares articulam uma hierarquia de assentamentos menores no que se assemelha, ainda que menos densa, com o modelo veiente. Temos, nesse sentido, alguns assentamentos nucleares de segundo nível (como Corcchiano<sup>652</sup>, Vignanello, Ponte del Ponte<sup>653</sup>, La Torre dell’Isola<sup>654</sup>, Grotta Porciosa<sup>655</sup> e Grotta Arnaro<sup>656</sup>, entre outros) e uma significativa expansão de pequenos assentamentos isolados se organizando entre os séculos VIII e V a.C.<sup>657</sup>. Nesse momento de expansão do assentamento, cerca de dez km a oeste de Nepete, no que viria a ser o território de Sútrio, surge um pequeno assentamento nuclear no monte La Ferriera.

O século V a.C. marca, também aqui, um momento de ruptura nesse processo de intensificação da ocupação do território, com um abandono significativo dos assentamentos isolados. Mesmo assentamentos nucleares que ficavam em posições menos defensíveis, como La Ferriera, acabam abandonados – com a mudança no assentamento, neste caso, dando origem ao assentamento nuclear fortificado de Sútrio<sup>658</sup> (ver mapas das figuras 3 e 113 e representação da figura 156). No território falisco, cerca de 50% dos sítios do período anterior não registram ocupação no período 480-350 a.C. (ver gráfico da figura 123), ainda que seja interessante notar que essa região, diferentemente de todo o resto da Etrúria Meridional, tenha uma taxa significativa (10%) de assentamentos ocupados pela primeira vez justamente nesse período.

Ainda que tenhamos mais informações nas fontes literárias sobre a incorporação por Roma do território falisco do que para o caso capenate, também aqui restam inúmeras dúvidas. Diversas narrativas históricas nos contam que durante o cerco de Falérios, que se seguiu depois da tomada de Veios e da rendição de Capena, um tutor falisco levou crianças da elite da cidade para o acampamento romano e as entregou para o general

---

<sup>651</sup> FREDERIKSEN; PERKINS, *The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus*. (Notes on Southern Etruria, 2), p. 128–31; CARLUCCI, Claudia *et al*, *An archaeological survey of the Faliscan settlement at Vignale, Falerii Veteres* (province of Viterbo), **Papers of the British School at Rome**, v. 75, p. 39–121, 2007.

<sup>652</sup> FREDERIKSEN; PERKINS, *The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus*. (Notes on Southern Etruria, 2), p. 115.

<sup>653</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>654</sup> *Ibid.*, p. 94–95.

<sup>655</sup> *Ibid.*, p. 172.

<sup>656</sup> DI GENNARO *et al*, *Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD*, p. 397.

<sup>657</sup> POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 72–74; CAMILLI, A. *et al*, *Ricognizioni nell’Ager Faliscus Meridionale*, in: CHRISTIE, Neil (Org.), **Settlement and economy in Italy, 1500 BC - AD 1500: papers of the fifth Conference of Italian Archaeology**, Oxford: Oxbow, 1995, p. 397; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 198–200.

<sup>658</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 211.

romano Camilo as utilizar como reféns. Camilo se negou terminantemente a fazer isso, reivindicando o respeito às leis da guerra, amarrando o tutor e o entregou às crianças para que o castigassem e o levassem de volta para a cidade. Admirados por tamanha lealdade do general romano, os habitantes da cidade resolveram se render<sup>659</sup>. Essa memória histórica presente nos autores posteriores parece conter uma racionalização pró-romana para o fim do conflito com os faliscos que não tenha envolvido realmente uma verdadeira conquista de Falérios – e sim um acordo de paz<sup>660</sup>.

Não conhecemos os termos dessa paz, mas, de toda forma, eles parecem ter sido favoráveis à Roma. O sul do território falisco parece ter sido de alguma maneira incorporado por Roma. As cidades de Nepete e Sútrio são constantemente citadas em conjunto por Tito Lívio, que afirma que ambas eram as portas da Etrúria<sup>661</sup> – em referência a uma série de incursões etruscas que teriam sido debeladas pelos romanos na década de 380 a.C.<sup>662</sup>. Contudo, fica claro que a relação das duas cidades com Roma era bem distinta.

Sútrio aparece nas fontes literárias como uma cidade ligada à Roma e constantemente ameaçada pelos etruscos<sup>663</sup>. O caráter dessa relação com os romanos é, contudo, objeto de controvérsias. Diodoro Sículo conta que em 394 a.C. os romanos

---

<sup>659</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.27; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 14.1-2; Plutarco, *Vida de Camilo*, 10; Valério Máximo, *Ditos e feitos memoráveis*, 6.5.1. Uma rápida notícia do saque de Falérios aparece em Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.96.5.

<sup>660</sup> HARRIS, *Rome in Etruria and Umbria*, p. 43.

<sup>661</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.9.4.

<sup>662</sup> No relato de Lívio, essas guerras se inserem numa série de confrontos militares bem-sucedidos em que os romanos se envolvem com etruscos, équos e volscos nos anos seguintes ao saque dos gauleses e que tem em Camilo uma figura central. Desde de Beloch, vários historiadores encararam esses relatos com ceticismo, considerando que historiadores romanos se sentiram compelidos a compensar o revés com os gauleses narrando vitórias romanas nos anos seguintes. Mais recentemente, contudo, outros historiadores acreditam que essa narrativa tem fundo histórico, ainda que exagerada e eventualmente duplicada. OAKLEY, S. P., *A Commentary on Livy, Books VI-X: Volume I: Introduction and Book VI*, Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 347-348; CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 318-319.

<sup>663</sup> Em uma primeira invasão, logo após o saque gaulês de Roma, os romanos precisam retomar a cidade dos etruscos para devolvê-la aos sutrianos. Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.3., Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.117. Tito Lívio conta ainda que, alguns anos depois, a cidade é novamente ameaçada pelos etruscos e novamente socorrida pelos romanos. Duncan e Reynolds acreditam que esta é uma duplicação da primeira história, posto que Diodoro menciona apenas a primeira. DUNCAN; REYNOLDS, *Sutri (Sutrium)*, p. 68, n.3.; Essa é uma hipótese plausível. Contudo, a segunda história de Lívio tem uma estrutura narrativa ligeiramente diferente (na primeira, como aparece em Diodoro, os sutrianos são expulsos da cidade e os romanos pegam os etruscos de surpresa enquanto estes pilhavam a cidade; na segunda, Lívio conta que os romanos chegam no meio de uma batalha entre etruscos e sutrianos dentro da cidade e ainda associa essa batalha com uma invasão em seguida de Nepete, que não aparece em nenhum momento na narrativa de Diodoro). Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.9-10.. Oakley afirma que elementos da campanha de 389 a.C. podem ter sido replicados para a narrativa da segunda campanha, mas que a existência dessa segunda campanha faz sentido para o que se sabe sobre a região nesse período. OAKLEY, *A Commentary on Livy, Books VI-X*, p. 348-349. Tito Lívio (*Desde a fundação da Cidade*, 9.32-36) ainda narra mais uma invasão de Sútrio pelos etruscos no final do século IV a.C.

teriam estabelecido uma colônia na cidade<sup>664</sup>, enquanto Marco Veleio Patérculo afirma que isso ocorreu sete anos depois do saque gaulês<sup>665</sup>. Tito Lívio, porém, a trata apenas como aliada do povo romano nesse período<sup>666</sup>. O mais provável, me parece, é que Roma de fato tenha estabelecido uma colônia na região no início do século IV a.C. em comum acordo com uma cidade aliada a fim de reforçar as defesas de uma passagem militarmente tão crucial para seus enfrentamentos com os etruscos.

Nepete parece ter tido uma relação menos amistosa com Roma nesse período. No relato de Tito Lívio sobre segunda invasão etrusca de Sútrio, ele conta que, após expulsar os etruscos dali, o exército romano se dirigiu a Nepete, que, diferente de Sútrio, havia se rendido incondicionalmente aos etruscos. Lívio informa ainda que parte da população da cidade apoiou a presença etrusca e cerrou fileiras ao lado destes contra os romanos<sup>667</sup>. A impressão do relato de Lívio é que suas fontes lhe informavam que das duas “portas da Etrúria”, Sútrio era tradicionalmente pró-Roma enquanto Nepete causara mais problemas. Essa situação pode ter mudado quando os senadores romanos, a fim de “melhor preparar a plebe” para as campanhas militares que se avizinhavam no ano de 383 a.C., criam uma colônia na cidade<sup>668</sup>.

Os levantamentos de superfície realizados na região de Nepete mostram, a partir do século IV a.C., justamente, uma retomada da intensificação do assentamento rural, em um grau maior do que ao longo do período pré-romano (ver gráfico da figura 124). Em um quadro que se repete por todo o território falisco, os assentamentos nucleares secundários são abandonados entre os séculos IV e III a.C., mesmo momento em que assentamentos isolados começam a se tornar a característica dominante do campo falisco<sup>669</sup>. Mesmo em Nepete, a densidade da ocupação urbana parece se reduzir ao longo desse período<sup>670</sup>.

<sup>664</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.98.5.

<sup>665</sup> Marco Veleio Patérculo, *História Romana*, 1.14.2.

<sup>666</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.3.2; 6.9.12. Sútrio aparecerá na condição de colônia na obra de Lívio apenas em sua lista de doze colônias latinas que se negaram a enviar tropas e dinheiro para Roma durante a invasão da Itália por Aníbal, na Segunda Guerra Púnica. Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 27.9.7.

<sup>667</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.10.

<sup>668</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.21.4. Veleio Patérculo, *História de Roma*, 1.14.2 afirma que esta colônia foi fundada dez anos depois da fundação da colônia em Sútrio.

<sup>669</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 220; Sobre o abandono de Corchiano no período romano, ver: FREDERIKSEN; PERKINS, *The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus*. (Notes on Southern Etruria, 2), p. 116.

<sup>670</sup> DI GENNARO *et al*, *Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD*, p. 883.

A dinâmica já observada nos territórios veiente e capenate no que diz respeito ao protagonismo do que Helga di Giuseppe identifica como assentamentos de alto status social também se repete no território falisco meridional (ver gráfico da figura 157) – di Giuseppe não apresenta números para a parte setentrional deste nem para o território de Sútrio. Um detalhe do gráfico de di Giuseppe para o território falisco meridional, contudo, chama bastante atenção: a grande quantidade de sítios identificados como vestígios de fazendas que não puderam ser datados dentro das cronologias mais específicas estabelecidas pelo *Tiber Valley Project*, sendo identificadas genericamente como “republicanos”. Esse dado pode deturpar as estatísticas básicas que estou usando aqui<sup>671</sup> e deve ser levado em consideração para matizar essa preponderância dos sítios de alto status social segundo a metodologia de di Giuseppe.

O processo de intensificação do assentamento rural também é identificável no território sutriense (ver novamente o gráfico da figura 124 e os mapas das figuras 158 e 159), com duas particularidades. Nesta região, que durante o período arcaico havia sido uma área marginal ao mais dinâmico território falisco, assiste-se pela primeira vez a ocupação do campo por assentamentos isolados a partir do século IV a.C.. Ademais, diferentemente de Nepete, a densidade da ocupação urbana de Sútrio parece se intensificar concomitantemente com essa expansão do assentamento rural<sup>672</sup>.

Enquanto tudo isso ocorria na porção meridional do território falisco, ao norte a cidade de Falérios vivia uma história não menos nebulosa. Depois da derrota (ou mais possivelmente, do acordo de paz) no princípio do século IV a.C., Falérios manteve sua independência e a trégua com Roma. Tito Lívio volta a mencionar os faliscos como aliados dos tarquinenses em conflitos com Roma na década de 350 a.C.. Segundo sua narrativa, depois de algumas vitórias sobre exércitos romanos, as duas cidades pedem a trégua a Roma ao terem seus territórios devastados<sup>673</sup>. Alguns anos depois, os faliscos aparecem como exemplo de povo que, impressionado com as vitórias romanas sobre os samnitas em 343 a.C., muda sua postura para com Roma: segundo Lívio, os faliscos propõem ao Senado romano a formação de uma aliança (*foedus*), “pois até então desfrutavam apenas de uma trégua”<sup>674</sup>. É desse período que datam a maior parte das inscrições faliscas e a produção local de tipos próprios de cerâmicas de verniz negro e de

---

<sup>671</sup> Ver subseção 1.2.2. neste capítulo.

<sup>672</sup> DUNCAN; REYNOLDS, *Sutri (Sutrium)*, p. 92.

<sup>673</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.17.1-10; 7.22.1-5. Para maiores detalhes sobre esses confrontos, ver capítulo 4, subseção 2.3.1.

<sup>674</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.38.1.

figuras vermelhas – o que é entendido por alguns autores como símbolo de uma identidade falisca autônoma sendo gestada nesse período<sup>675</sup>.

O século III a.C. se inicia com uma mudança nesse cenário: em 295 a.C. o território falisco aparece como cenário da atuação de exércitos romanos em conflito com etruscos e em 292 a.C. os faliscos, “durante anos amigos do povo romano”, se aliam aos etruscos<sup>676</sup>. O conflito parece se resolver rapidamente e os faliscos mais uma vez pedem a paz, aceita por Roma mediante o pagamento de uma indenização<sup>677</sup>.

O acontecimento decisivo e mais controverso da história de Falérios ocorre em 241 a.C.: os faliscos mais uma vez se rebelam contra os romanos, mas não conseguem manter a revolta por muito tempo. A epítome do livro XX de Tito Lívio nos informa que os faliscos se submeteram cinco dias depois de se rebelar<sup>678</sup> e Políbio conta que a revolta foi debelada em poucos dias com a tomada da capital falisca<sup>679</sup>. Contudo, é uma informação presente na obra de um erudito bizantino do século XII, chamado João Zonaras, que tem dominado as reconstruções históricas sobre a cidade de Falérios. Em seu epítome da história universal, ele conta que a cidade fortificada de Falérios foi destruída por Roma e os faliscos proibidos de reconstruí-la. Toda a população da cidade foi reassentada pelos romanos em uma nova cidade cinco quilômetros a oeste, chamada Falérios Nova (*Falerii Nouii*, enquanto a antiga Falérios passou a ser conhecida por *Falerii Veteres* – ver mapa da figura 152 e representação da figura 160), e que ficava em uma área plana sem defesas naturais<sup>680</sup>.

Zonaras é uma fonte relevante para o período republicano porque, ao tratar da história romana, ele usa como fonte prioritária a obra de Dião Cássio. Como não possuímos os trinta e seis primeiros livros desta obra, que tratam do início da história romana até 69 a.C., Zonaras é nossa única fonte de informações sobre o que Dião Cássio escreveu sobre esse período<sup>681</sup>. Nicola Terrenato, contudo, destaca que Zonaras é um

<sup>675</sup> CECCARELLI, Letizia; STODDART, Simon, The Faliscans, in: BRADLEY, Guy Jolyon; ISAYEV, Elena; RIVA, Corinna (Orgs.), **Ancient Italy: regions without boundaries**, Exeter: University of Exeter Press, 2007, p. 142.

<sup>676</sup> Sobre esses conflitos entre romanos e etruscos, ver o capítulo 4, subseção 2.1.

<sup>677</sup> *Ibidem*, 10.26.15; 10.43.6; 10.46.12.

<sup>678</sup> *Ibidem*, resumo do livro XX.

<sup>679</sup> Políbio, *História*, 1.65.

<sup>680</sup> João Zonaras, *Epítome de História*, 8.18.

<sup>681</sup> Cornell destaca ainda a importância da obra de Dião Cássio sobre o período republicano baseado no fato de que ele, diferente de outros historiadores do período imperial, não ter usado Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso como fontes principais. Assim, a obra de Dião Cássio nos traria informações de fontes diferentes daquelas que dominam o nosso conhecimento sobre os primeiros séculos da história romana. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 3.

autor bastante propenso a exageros militares e coloca em questão a confiabilidade desta informação<sup>682</sup>.

Ray Laurence, em uma consistente análise comparada dos relatos sobre Falérios<sup>683</sup>, mostra que nem Lívio nem Políbio identificam a posição fortificada da cidade como um problema militar no conflito de 241 a.C.: ambos os autores relatam, pelo contrário, uma fácil vitória romana. As muralhas de Falérios só aparecem como um problema militar nos relatos sobre a guerra no início do século IV a.C.. Significativamente, ao visitar a antiga Falérios para o festival de Juno, Ovídio sugere que foi Camilo, o nome ligado ao cerco de Falérios no século IV a.C., quem as destruiu<sup>684</sup>. Laurence não destaca um outro ponto que me parece relevante. Valério Máximo, depois de relatar a edificante história de Camilo frente ao tutor falisco, emenda outra história edificante sobre justiça, o tema de seu capítulo, que envolve a cidade de Falérios: segundo ele conta, ao debelar mais uma rebelião da cidade, os romanos abandonaram o desejo por vingança que haviam sentido depois de os faliscos aceitarem assinar a rendição nos termos propostos por Quinto Lutácio Cerco, cônsul de 241 a.C.<sup>685</sup>.

O que Laurence destaca é que todos esses textos são do século I d.C. ou anteriores e nenhum deles menciona a história de migração forçada da população – e, me parece, um deles conta uma história incompatível com a narrativa tradicionalmente aceita. Apenas no século IV, com Flávio Eutrópio, autor de um breviário de história baseado principalmente em Tito Lívio<sup>686</sup>, temos a primeira menção ao confisco de terras dos faliscos por conta dessa revolta<sup>687</sup>. E, como dito acima, apenas Zonaras, já no século XII, menciona a migração forçada<sup>688</sup>.

Não se trata, aqui, de apenas mudar a forma como vemos uma referência em uma fonte. É preciso, como Terrenato bem aponta, repensar a forma como entendemos as transformações sociais na Itália durante o período de expansão da hegemonia política

---

<sup>682</sup> TERRENATO, Nicola, The historical significance of Falerii Novi, in: PATTERSON, Helen (Org.), **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 234.

<sup>683</sup> LAURENCE, Ray, **Roman Archaeology for Historians**, London: Routledge, 2012, p. 10–12. O autor utiliza o debate sobre a destruição da antiga Falérios e a fundação de Falérios Nova como um excelente exemplo para explorar as potencialidades e os riscos da associação de fontes literárias e arqueológicas.

<sup>684</sup> Ovídio, *Amores*, 3.13.

<sup>685</sup> Valério Máximo, *Ditos e feitos memoráveis*, 6.5.1. A menção à Quinto Lutácio é importante porque nos garante que Valério Máximo tem em mente a revolta de 241 a.C., e não a uma revolta anterior.

<sup>686</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 3.

<sup>687</sup> Flávio Eutrópio, *Breviário de História Romana*, 2.28)

<sup>688</sup> LAURENCE, **Roman Archaeology for Historians**, p. 11.

romana<sup>689</sup>. A história narrada por Zonaras, por mais tardia que seja, é aceita tão acriticamente por se encaixar na imagem que temos sobre esse processo histórico. Esta percepção que precisa ser reavaliada.

É inegável que a antiga Faléris perdeu importância enquanto assentamento ao longo desse período. Não só os textos romanos do período augustano deixam claro que a antiga Faléris já não era um assentamento relevante, mas as ruínas de uma antiga cidade, como os estudos arqueológicos tem mostrado tal processo de desocupação da cidade. Um exemplo bastante significativo vem do estudo dos templos de Faléris. Uma pesquisa realizada em Vignale, uma das duas colinas que formava a antiga cidade, identificou o processo de abandono de um dos templos do local. Os arqueólogos identificaram que terracotas do templo foram depositadas dentro de cisternas claramente de maneira planejada, no que parece ser um procedimento ritualizado. Algo parecido também foi identificado para o mesmo período em um santuário em Cività Castellana, a outra colina que formava a Faléris antiga. A equipe responsável por esse estudo sugere a relação desses abandonos ritualizados com a ordem romana de desocupação do assentamento – e talvez seja possível até mesmo tentar relacioná-los com a “captura” da deusa Minerva local pela cerimônia de *euocatio* mencionada por Ovídio<sup>690</sup>.

Por outro lado, também não há um abandono completo do assentamento. Outros templos pré-romanos continuam em uso nos séculos seguintes, e uma inscrição encontrada no local e datada para o século II a.C. menciona a existência de um sacerdote de Juno Curitis<sup>691</sup>. A peregrinação desde Faléris Nova para o culto da deusa na antiga cidade é atestada para os séculos posteriores também<sup>692</sup>. Além disso, fornos para produção de cerâmicas datados para os séculos III e II a.C. foram identificados e existem

---

<sup>689</sup> TERRENATO, Nicola, The Romanization of Italy: Global Acculturation or Cultural Bricolage?, in: **TRAC 97: Proceedings of the Seventh Annual Theoretical Roman Archaeology Conference**, Oxford: Oxbow, 1998, p. 20–27; TERRENATO, Nicola, Tam Firmum Municipium: The Romanization of Volaterrae and its Cultural Implications, **The Journal of Roman Studies**, v. 88, p. 94–114, 1998; TERRENATO, Nicola, A tale of three cities: the Romanization of northern coastal Etruria, in: KEAY, S. J.; TERRENATO, Nicola (Orgs.), **Italy and the west: comparative issues in Romanization**, Oxford: Oxbow, 2001.

<sup>690</sup> Ovídio, *Fastii*, 3.843. CARLUCCI *et al*, An archaeological survey of the Faliscan settlement at Vignale, Falerii Veteres (province of Viterbo), p. 101,103.. Contudo, Ovídio não relaciona esse episódio com a revolta de 241 a.C., e é possível que ele tenha acontecido em algum dos outros enfrentamentos entre Roma e Faléris. Sobre o ritual da *euocatio*, ver: BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, S. R. F., **Religions of Rome: Volume 1, A History**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1998, p. 132–133.

<sup>691</sup> CIL, XI.3100. KEAY, Simon *et al*, Falerii Novi: A New Survey of the Walled Area, **Papers of the British School at Rome**, v. 68, p. 1–93, 2000, p. 91.

<sup>692</sup> CIL, XI.3126; Ovídio, *Amores*, 3.13.



vários indícios de ocupação de pelo menos parte da cidade nesses séculos<sup>693</sup>. Além disso, o próprio processo de abandono ritualizado dos templos nesse período foi identificado em outros locais e precisa ser posto em uma perspectiva mais ampla e menos ligada a *histoire evenementielle* de 241 a.C.<sup>694</sup>.

Não é o caso, muito menos, de negar a importância que Falérios Nova assume a partir desse período. O trabalho arqueológico na área mostrou que a cidade surgiu realmente em meados do século III a.C. com tamanho substancial e uma estrutura ortogonal de ruas (ver representação da figura 160) típica das cidades planejadas romanas<sup>695</sup>, como seria de se esperar a partir da história de Zonaras. Contudo, outros elementos identificados com o estudo arqueológico da cidade não convergem com essa história. Talvez o mais chamativo seja a imponência das muralhas da cidade, construídas senão já na fundação da cidade, com certeza não muito tempo depois disso<sup>696</sup>. Por que os romanos construiriam ou deixariam os faliscos construir muralhas desta magnitude se haviam acabado de transferi-los de local para privar-lhes de um assentamento fortificado? A posição da cidade também chama atenção: se queriam punir os faliscos pela rebelião, porque os romanos os estabeleceram em um local tão estratégico, controlando um ponto importante da recém-inaugurada Via Amerina?<sup>697</sup> (ver mapa da figura 152). Uma história mais complexa que a mera punição dos faliscos pela sua revolta parece estar por trás da fundação de Falérios Nova<sup>698</sup>.

O mais importante, contudo, me parece ser um ponto destacado por Terrenato: outros assentamentos nucleares fortificados estão sendo abandonados na mesma época no território Falisco em favor de um assentamento mais disperso em locais menos defensáveis e mais próximos das rotas de comunicação. Falérios Nova é o grande símbolo disso, mas chama a atenção também a grande quantidade de pequenos assentamentos isolados que são ocupados pela primeira vez no período entre 350 e 250 a.C.<sup>699</sup>. Há quem

<sup>693</sup> FREDERIKSEN; PERKINS, *The Ancient Road Systems of the Central and Northern Ager Faliscus*. (Notes on Southern Etruria, 2), p. 132.

<sup>694</sup> CARLUCCI *et al*, *An archaeological survey of the Faliscan settlement at Vignale, Falerii Veteres* (province of Viterbo), p. 103; TORELLI, Mario, *Stata mater in agro Veientano. La riscoperta di un santuario rurale veiente in località Casale Pian Roseto.*, **Studi Etruschi**, v. 64, 1998.

<sup>695</sup> KEAY *et al*, *Falerii Novi*, p. 2, 84–85.

<sup>696</sup> *Ibid.*, p. 85–87.

<sup>697</sup> TERRENATO, *The historical significance of Falerii Novi*, p. 234.

<sup>698</sup> Cifani, Opitz e Stoddart sugerem uma mudança nas estratégias sociais da elite local que teriam passado a ter no controle sobre as rotas de comércio que passavam pelo seu território um ponto fundamental para sua condição social.. CIFANI, Gabriele; OPTIZ, Rachel; STODDART, Simon K. F., *Mapping the ager faliscus road system: the contribution of LiDAR survey*, **Journal of Roman Archaeology**, v. 20, 2007.

<sup>699</sup> TERRENATO, *The historical significance of Falerii Novi*.

identifique todo esse processo com a história de Zonaras e imagine que as populações de todos esses assentamentos fortificados foram dispersadas pelo poder militar romano, o que explicaria o surgimento do assentamento disperso na região<sup>700</sup>.

Contudo, se deixamos de lado uma narrativa histórica que sempre tem no Estado romano o sujeito da história, podemos colocar essas transformações dentro de um contexto mais amplo de mudança no padrão de assentamento que ocorre não só no território falisco e não está nem mesmo limitado à Etrúria Meridional. Assentamentos fortificados estão perdendo o protagonismo em diversas regiões da Itália. A antiga Falérios não é, por exemplo, o único antigo assentamento nuclear que perde grande parte de suas funções habitacionais mantendo uma importância religiosa. Não é o caso de descartar que o conflito com Roma em 241 a.C. tenha tido um papel no processo de desarticulação da antiga Falérios, mas ao mesmo tempo não parece razoável supor que a ação romana resume todo o processo. Quando olhamos para esse caso em perspectiva, outros fatores entram em cena e necessidade de uma história mais complexa emerge.

### 3. Os romanos na Etrúria Meridional: os impactos da guerra e da paz

#### 3.1. Os conquistadores, a guerra e a paz

*3.1.1. A tese da pax romana avant la lettre (ou sobre o Estado Romano e sua expansão)*

O caso do território falisco levanta uma questão para uma narrativa que muitas vezes se constrói irrefletidamente. A intensificação e dispersão do assentamento rural no território de Veios acontece no momento em que Roma não só a incorpora ao seu domínio, mas também em um momento em que temos informações sobre uma atuação romana ativa sobre esse território, com distribuições de terras e criação de tribos rurais. A concomitância cronológica dos dois processos não foi tomada por mera coincidência pelos estudiosos que se dedicaram ao tema. Pelo contrário, a incorporação desse território sob a autoridade central romana tem sido identificada como a causa principal desse processo.

O caso divergente do território capenate parece ser a exceção que confirma a regra: o território não conhece uma intensificação tão impressionante na ocupação do campo no momento de sua incorporação por Roma, mas vai conhecer tal processo justamente no

---

<sup>700</sup> POTTER, *The changing landscape of South Etruria*, p. 100; POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 220.

momento em que Roma passa a agir de maneira mais ativa sobre o território, com a fundação de uma colônia em Lucus Feronia nos anos finais do período republicano. Além disso, essa explicação se fortaleceu com a identificação de processos similares de intensificação do assentamento rural contemporâneos ou pouco posteriores à conquista romana em outras regiões da Itália central<sup>701</sup>.

Em uma direção, a maioria dos estudiosos creem que a autoridade centralizada em Roma permitiu uma maior estabilidade política nas regiões sob seu domínio. Como consequência, a pacificação teria permitido aos camponeses da Itália central abandonar seus assentamentos nucleares para viver em casas isoladas pelo campo<sup>702</sup> – Roma os teria permitido viver longe dos muros. Em outra direção, outros estudiosos acreditam que Roma teria promovido tal dispersão do assentamento ao desencorajar, ou mesmo destruir sistematicamente, os assentamentos fortificados – Roma os teria obrigado a viver longe dos muros<sup>703</sup>. De uma maneira ou de outra, seriam os conquistadores romanos que transformariam o assentamento camponês.

O território falisco a um primeiro olhar parece se enquadrar nesse cenário, sendo a história de Zonaras sobre a migração forçada dos habitantes da antiga Falérios para a nova cidade o exemplo supremo desse processo. Contudo, quando olhamos a história dessa região com mais calma, essa narrativa começa a fazer bem menos sentido – e não só por conta das questões postas por Terrenato e Laurence sobre a fundação de Falérios Nova. Quando comparamos as explicações sobre a dispersão do assentamento para o território veiente e para o território falisco um paradoxo se impõe. Ao mesmo tempo em que o fim das ações militares (permitido pela pacificação romana) é visto como a causa para essa transformação no caso veiente, a ação militar romana (de destruir assentamentos fortificados) é apontada como a razão para o mesmo processo no território falisco. Dois processos similares e coevos em duas regiões vizinhas são, assim, explicados por ações dos conquistadores de tipo diametralmente opostos. A razão disso me parece ser uma só: as explicações históricas não conseguem tirar de Roma o papel de sujeito da história e

---

<sup>701</sup> Ver o capítulo 4.

<sup>702</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas Part II, p. 129; DUNCAN; REYNOLDS, Sutri (Sutrium), p. 92; DI GENNARO *et al*, Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD, p. 883; DI GIUSEPPE, Assetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, p. 442; Cabe ressaltar que a equipe do South Etruria Survey, ao identificar um assentamento disperso no território de Veios já no período etrusco, destacou também a capacidade da cidade etrusca de oferecer segurança e paz ao seu território. KAHANE; THREIPLAND; WARD-PERKINS, The "Ager Veientanus", North and East of Rome, p. 72.

<sup>703</sup> Estariam os romanos especialmente preocupados com as vantagens militares destas fortificações, mas também interessados em promover o aumento da produtividade agrícola através da dispersão da ocupação do solo. POTTER, **The changing landscape of South Etruria**, p. 93; DI MATTEO, Anguillara Sabazia (Roma) - località "Campo La Noce". Una fattoria in l'Ager Veientanus, p. 3.

quando procuram por explicações para processos históricos sempre as buscam nas ações de Roma. Seja a paz, seja a guerra, a causa das transformações sempre é romana. O sujeito da história é o conquistador, jamais o camponês.

A noção de que a conquista traz paz e segurança para as regiões sob domínio romano diz mais sobre as imagens modernas acerca do que foi Roma – e as apropriações políticas disso<sup>704</sup> – do que a imagem sobre a Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C. que podemos identificar nas narrativas históricas antigas. É claro que a própria ideia de *pax romana* é uma ideia antiga, mas que, não deveria ser esquecido, surge como uma ferramenta ideológica para promoção do regime augustano<sup>705</sup>. Tanto o fator ideológico quanto o cronológico não deveriam ser perdidos de vista.

Para identificar uma pacificação como consequência da unificação política da Itália central liderada por Roma é preciso pressupor que o Estado romano seja um Estado-Nação moderno, capaz de monopolizar o uso legítimo da força física dentro de seu território<sup>706</sup>. Se esse pressuposto já seria discutível para o período imperial<sup>707</sup>, o princípio do período republicano não poderia estar mais longe desse quadro. Não só a história política e a teoria do Estado têm mostrado a necessidade de historicizar o Estado-Nação moderno e, com isso, a importância de caracterizar Estados pré-modernos com diferentes modelos e categorias<sup>708</sup>, como as próprias narrativas históricas antigas deixam claro que

---

<sup>704</sup> As apropriações modernas da noção de *pax romana* (*pax britannica*, *pax americana*) são construções ideológicas que acabam reforçando uma construção histórica sobre o Império Romano que busca justificativas para a ação imperial. Sobre essas apropriações, ver: PARCHAMI, Ali, **Hegemonic Peace and Empire: The Pax Romana, Britannica and Americana**, [s.l.]: Routledge, 2009.

<sup>705</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo, The Peace of the Ara Pacis, **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 5, p. 228–231, 1942; WOOLF, Greg, Roman Peace, in: RICH, John; SHIPLEY, Graham (Orgs.), **War and Society in the Roman World**, London: Routledge, 2002.

<sup>706</sup> WEBER, Max, **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

<sup>707</sup> Para uma obra seminal para uma postura crítica à abordagem excessivamente institucionalista sobre o Estado Imperial que predominara na historiografia moderna desde Theodor Mommsen, ver: SALLER, Richard P., **Personal Patronage Under the Early Empire**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1982; Seguido por: WALLACE-HADRILL, Andrew, The Imperial Court, in: BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, A. W. (Orgs.), **The Cambridge Ancient History: Volume 10, The Augustan Empire, 43 BC–69 AD**, Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1996; Por sua vez, para uma crítica do elitismo dessa abordagem, ver: FAVERSANI, Fábio, O Estado Imperial e os pequenos impérios, **História (São Paulo)**, v. 26, n. 1, p. 53–62, 2007; FAVERSANI, Fábio, **Estado e sociedade no Alto Império Romano. Um estudo das obras de Sêneca.**, Ouro Preto: Editora Ufop, 2012.

<sup>708</sup> Muitos estudos têm sido feitos nas últimas décadas na linha de mostrar a historicidade da forma estatal que conhecemos como o Estado-Nação Soberano contemporâneo. O estudo sobre os “Reinos Absolutistas” foi um locus privilegiado deste desenvolvimento teórico e historiográfico por discutir justamente uma realidade histórica vista, dentro da tradição crítica iluminista e liberal, como a quintessência do poder incondicional, incontestável e pleno: o poder absoluto do monarca. Esses estudos mostraram que, na verdade, a realidade das monarquias europeias e de seus impérios atlânticos era perpassada por uma sobreposição de poderes territoriais extremamente complexa, e que formas estatais diversas conviveram lado a lado durante a Idade Moderna europeia. SPRUYT, Hendrik, **The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change**, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994;

os conflitos militares *dentro* dos espaços sob hegemonia romana não cessam ao longo de todo esse período. A própria ideia de que a conquista romana envolve uma “centralização” da autoridade deve ser matizada, posto que a expansão geográfica do domínio romano não se faz por um Estado Soberano incluindo novos territórios sob sua soberania, mas através da montagem de um complexo sistema político que sobrepõe comunidades políticas, instituições e territorialidades diversas.

Terrenato propôs recentemente um interessante modelo para pensar a formação da Cidade-Estado romana. Ele parte do pressuposto que a política italiana durante séculos já era controlada por grandes linhagens de parentesco (real ou fictício/mítico), o que ele chama de clãs e associa às *gentes* mencionadas nas fontes literárias. A grande questão para Terrenato passa a ser, então, como numa realidade controlada por esses clãs foi possível o surgimento da Cidade-Estado. Ele argumenta que isso só pode ser explicado pela agência histórica desses clãs – mais precisamente de seus líderes. Segundo o modelo que ele propõe, os clãs buscam e constroem locais para sua convergência e negociação estratégica. Santuários e festivais religiosos desempenham um papel importante nisso, mas logo a Cidade desponta como o espaço primordial dessa interação clânica<sup>709</sup> (ver diagrama da figura 250). As instituições da Cidade-Estado surgiriam, assim, da sedimentação histórica dos acordos e associações criadas por determinados clãs em um espaço político específico.

Proponho, inverter de alguma maneira o que Terrenato tinha em mente ao pensar o processo de formação da Cidade-Estado para pensarmos o processo de expansão romana (para o que teria sido a expansão romana durante o período monárquico segundo as narrativas históricas, ver mapa da figura 251). Ao menos para uma primeira fase, que engloba o final do período monárquico e o primeiro século do período republicano, uma parte significativa da expansão romana deveria deixar de ser pensada como uma expansão centrífuga – de um núcleo espacialmente limitado de poder que se expande para regiões em seu entorno – para ser pensada como uma expansão centrípeta – no qual áreas no entorno são incorporadas à um núcleo de poder por um processo de rearticulação dos grupos da classe dominante dessa região. Isto é, acredito que a expansão romana deve ser

---

BRADDICK, Michael J., **State Formation in Early Modern England, C.1550-1700**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2000; HESPANHA, António Manuel, **Caleidoscópio do antigo regime**, [s.l.]: Alameda, 2012.

<sup>709</sup> TERRENATO, Nicola, The versatile clan: Archaic Rome and the nature of Early City-States, *in*: TERRENATO, Nicola; HAGGIS, Donald C. (Orgs.), **State formation in Italy and Greece: questioning the neoevolutionist paradigm**, Oxford ; Oakville: Oxbow, 2011, p. 240–242.

pensada, ao menos em parte, como uma rearticulação das formas de integração, competição, conflito e negociação desses grupos que compõem a classe dominante da Itália central no entorno mais imediato de Roma – e talvez um pouco mais além. Roma se tornaria o núcleo central desse sistema político não porque sua comunidade política teria conquistado e subjugado as comunidades vizinhas, mas porque as classes dominantes dessa região, que se inseriam em diversas dessas comunidades, se rearticularam entre si formando um sistema político no qual Roma era o local central.

Isso não significa que esse tenha sido um processo pacífico – muito pelo contrário, imagino a guerra e os saques como ferramentas essenciais desse processo de rearticulação. A questão é que essas guerras não se davam entre entidades políticas bem delimitadas (Roma contra Fidenas, por exemplo), levando à rendição e incorporação de uma pela outra. As guerras envolviam diferentes tipos de entidades – clãs, bandos armados liderados por *condottieri*, exércitos régios, etc. – e levavam a rearticulações nas interações entre os diferentes grupos que compunham a classe dominante em nível regional – e que podiam levar a incorporação de determinados territórios a certos núcleos de poder.

O grande mérito desse modelo, a meu ver, é dar conta do desenvolvimento das comunidades políticas das cidades-Estado centro-italianas tendo uma escala de análise para além de cada comunidade em si. O desenvolvimento do estado deixa de ser pensado como uma dinâmica completamente endógena de uma comunidade em isolamento e inclui o problema da interação regional – e mesmo mais ampla – entre classes dominantes locais e supra-locais. Além disso, o Estado Romano deixa de ser reificado como um agente histórico e passa a ser pensado como um *locus* de atuação de agentes históricos reais, no caso os grupos da classe dominante. Isso nos permite entender as diferentes formas que o Estado Romano pode assumir a depender das interações entre esses grupos.

Por outro lado, este modelo ignora o papel das bases da estrutura social no processo de formação do Estado. Chama a atenção o quanto esta teoria elitista do surgimento do estado contrasta com a longa tradição (extremamente forte nos estudos sobre a *polis* grega) que vê nos desenvolvimentos das comunidades camponesas do Mediterrâneo antigo as bases do surgimento das Cidades-Estado<sup>710</sup>. Como manter as vantagens do

---

<sup>710</sup> A ideia-chave aqui, durante décadas, foi a de que uma “revolução” teria sido desencadeada pela emergência de um novo tipo de fazer a guerra, baseada na falange hoplítica. A nova forma de combate e a difusão do ferro, material mais acessível que o bronze, teriam garantido ao campesinato uma importância militar inédita que elevaria sua posição social e estimularia transformações políticas e mentais revolucionárias no sentido da construção de uma comunidade política igualitária. Emergiria, assim, o

modelo de Terrenato – isto é, sua perspectiva supra-comunitária de análise – sem perder de vista a importância das bases da estrutura social na determinação da forma de estado romana? O ponto central me parece ser que, se Terrenato tem razão em apontar que Roma é um centro de articulação de classes dominantes regionais, é importante destacar que ela não é só isso. Ela é um Cidade-estado com um corpo de camponeses-cidadãos importante.

O mundo político romano não é formado, portanto, apenas por clãs e por grupos das classes dominantes se articulando. Ele é formado também pela comunidade de forte caráter camponês que se constrói na cidade pelo processo de sinecismo e urbanização ao longo da primeira metade do primeiro milênio a.C.<sup>711</sup>. Essa comunidade se intersecciona em parte com os dependentes desses grupos da classe dominante, mas em parte é formado por camponeses razoavelmente independentes. Esse conjunto heterogêneo, com líderes clânicos, seus dependentes e camponeses com graus variados de autonomia, forma a comunidade cívica. Assim, para entender todo o processo de formação de identidades comunitárias que está na base do processo de formação das cidades-estado, é indispensável entender o papel da comunidade camponesa nesse processo.

Acredito que a base camponesa da comunidade é a chave para entender porque os grupos da classe dominante buscaram justamente as comunidades das Cidades-Estado para se articular. Repare bem: no modelo de Terrenato, o centro de articulação poderia muito bem ser um local de culto, um templo ou um palácio principesco. Talvez seja possível, inclusive, criar modelos nessa linha para explicar a interação de grupos da classe dominante no Mediterrâneo da Idade do Bronze em locais como esses. Porque então as Cidades-estado predominam como esse centro de articulação no Mediterrâneo da Idade do Ferro? Porque aqueles grupos da classe-dominante que se articulam de maneira bem-sucedida nesses locais conseguem enormes vantagens políticas, sociais e militares sobre os outros grupos. Elas passam a ter a sua disposição um poder considerável substanciado na comunidade camponesa – poder militar em primeiro lugar, mas não apenas. Para além de seus familiares, clientes e dependentes diretos, esses grupos agora têm o poder de mobilizar a comunidade de seus concidadãos – que inclui os dependentes de outros grupos

---

camponês-soldado-cidadão que seria a base do surgimento da Cidade-estado mediterrânica antiga. SNODGRASS, A. M., The Hoplite Reform and History, *The Journal of Hellenic Studies*, v. 85, p. 110–122, 1965; VERNANT, Jean-Pierre, *As origens do pensamento grego*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994; BRYANT, Joseph M, Military technology and socio-cultural change in the ancient Greek city1, *The Sociological Review*, v. 38, n. 3, p. 484–516, 1990.

<sup>711</sup> Sobre esse processo, ver: FULMINANTE, Francesca, *The Urbanisation of Rome and Latium Vetus: From the Bronze Age to the Archaic Era*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

da classe dominante com que eles se articulam, mas também camponeses independentes ligados a eles pela construção dessa comunidade cívica.

Ao mesmo tempo, outras bases comunitárias camponesas existem em outras cidades e locais da Itália central tirrênica e os grupos da classe dominante regional para além de lidar com as interações entre si também tem que dar conta das interações com essas diferentes comunidades. Como consequência disso, temos que estar atentos ao fato de que os conflitos militares dentro do território desse sistema não vêm apenas de agressões externas, de exércitos estrangeiros invasores, mas também de defecções de dentro do sistema, como o caso do território falisco deixa claro. Esses conflitos fazem parte de toda a dinâmica conflituosa de interação e articulação entre os diferentes grupos da classe dominante regional entre si e com as diferentes comunidades camponesas.

Assim, ao longo dos séculos IV e III a.C., o território de Sútrio é várias vezes atacado pelos etruscos ainda externos ao sistema, assim como o território falisco. Porém, aqui também temos conflitos militares causados pela própria ruptura de comunidades constituintes do sistema romano, que entram em conflito com Roma e seu sistema, como é o caso de Falérios em 292 e 241 a.C.. E tudo isso ocorre justamente no momento em que essas regiões estão vivenciando um período inédito de intensificação da ocupação do campo por assentamentos isolados. Se tentarmos relacionar essas transformações no padrão de assentamento com as transformações políticas decorridas pela expansão da hegemonia romana sobre as regiões da Itália central tirrênica, precisamos deixar de lado associações simplistas como “formação de poder central leva a pacificação interna”.

### *3.1.2. Razias e conquistas*

O primeiro passo para isso talvez seja tentar identificar o que eram exatamente essas campanhas militares de que tanto falamos. Existe um modelo já clássico de inserção da atividade militar sazonal no ciclo de produção agrícola do mediterrâneo muito debatido para os períodos arcaico e clássico na Grécia Antiga. Segundo esse modelo, ataques aos territórios agrícolas inimigos, com o duplo objetivo de garantir o próprio abastecimento e causar problemas de abastecimento ao inimigo, eram uma parte fundamental da estratégia militar antiga. Isso determinava um período curto de campanhas militares, normalmente determinado pelo cultivo de grãos e demarcado pelo momento em que o grão estava maduro o suficiente para ser consumido (para permitir o abastecimento do exército invasor), mas não ainda no melhor estágio para ser colhido (senão os camponeses



locais já teriam realizado a colheita e os grãos poderiam já estar armazenados em locais mais seguros)<sup>712</sup>.

De maneira geral, acredita-se que esse modelo também seja válido para o mesmo período na Itália central, isto é, entre o século VI e a primeira metade do século IV a.C.<sup>713</sup>. O que sabemos sobre a forma de organização das campanhas militares romanas dessa época, baseada no mandato anual de comando militar de um pretor, cônsul ou tribuno militar de um exército arregimentado para aquele período, e mesmo os relatos de como ocorriam as campanhas romanas e contra Roma presentes nas narrativas históricas sobre o período monárquico e o início do período republicano parecem se enquadrar nesse modelo<sup>714</sup>. A existência nessa época de um ciclo anual de atividades militares delimitado por rituais religiosos, identificada por alguns historiadores como parte desse contexto de temporadas anuais de guerras<sup>715</sup>, foi desacreditado como uma invenção posterior por outros, porém<sup>716</sup>.

O modo de realizar conflitos militares, o *warfare*, na Itália central parece ter se baseado, portanto, em algo na linha do que tradicionalmente se entende por razias, isto é, incursões de curta duração no território inimigo tendo por objetivo o saque. Diversas vezes isso foi interpretado dentro de modelo de conflitos entre povos das montanhas e povos das planícies, que pretensamente seria uma constante do Mediterrâneo pré-

---

<sup>712</sup> HANSON, Victor Davis, **Warfare and Agriculture in Classical Greece**, [s.l.]: University of California Press, 1998, p. 32–40.

<sup>713</sup> ATTEMA, Peter, Landscape archaeology and Livy: warfare, colonial expansion and town and country in Central Italy of the 7th to 4th c., **BaBesch**, v. 75, p. 115–126, 2000, p. 123; ROSENSTEIN, Nathan Stewart, **Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic**, Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2004, p. 28–29; BILLOWS, Richard, International relations, *in*: SABIN, Philip; WEES, Hans van; WHITBY, Michael (Orgs.), **The Cambridge History of Greek and Roman Warfare. Vol 1: Greece, the Hellenistic World and the Rise of Rome**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2007, p. 314; FORSYTHE, Gary, **A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War**, [s.l.]: University of California Press, 2006, p. 190.

<sup>714</sup> As passagens em Tito Lívio que narram combates que podem ser caracterizadas como razias são inúmeras. O exemplo mais claro, me parece, são os combates entre romanos e sabinos no início do século V a.C., nos quais seguidamente sabinos aparecem devastando o território romano e os romanos respondendo com devastações do território sabino. Ver: Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 2.63.7, 2.64.3–4. Para alguns outros exemplos do que parecem ser relatos de razias sobre o território romano em Lívio, ver: 4.21.7; 4.30.5; 4.45.6; 4.51.7; 5.16.2–6. Ver também: OAKLEY, Stephen, The Roman conquest of Italy, *in*: RICH, John; SHIPLEY, Graham (Orgs.), **War and Society in the Roman World**, London: Routledge, 2002, p. 14; ROTH, Jonathan, War, *in*: SABIN, Philip; WEES, Hans van; WHITBY, Michael (Orgs.), **The Cambridge History of Greek and Roman Warfare. Vol 1: Greece, the Hellenistic World and the Rise of Rome**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2007, p. 389.

<sup>715</sup> GARLAN, Yvon, **War in the Ancient World: A Social History**, [s.l.]: W. W. Norton, Incorporated, 1976, p. 41–43. Ver Virgílio, Eneida, 7.601–615.

<sup>716</sup> Jörg Rüpke, Domi Militiae: Die religiöse Konstruktion des Krieges in Rom. Apud: RICH, John, Warfare and the Army in Early Rome, *in*: ERDKAMP, Paul (Org.), **A Companion to the Roman Army**, [s.l.]: John Wiley & Sons, 2011, p. 10, n.7.; CLOUD, Duncan, Roman poetry and anti-militarism, *in*: RICH, John; SHIPLEY, Graham (Orgs.), **War and Society in the Roman World**, London: Routledge, 2002, p. 134–136, especialmente p.135, n.2.

moderno<sup>717</sup>. Essa leitura, que sistematicamente fundamenta interpretações sobre um caráter “defensivo” dos primórdios do expansionismo romano<sup>718</sup>, se baseia em uma interpretação excessivamente primitivista sobre os povos não-romanos, sobretudo volscos e samnitas<sup>719</sup>, que não condiz com a realidade deles nos séculos em questão<sup>720</sup>. De toda forma, deixando o cliché dos pastores das montanhas saqueando os agricultores da planície, ainda assim o modelo de razias parece dar conta do *warfare* na Itália central tirrênica dos séculos VI e V a.C..

O conceito de razia normalmente lida com realidades sociais “não-complexas” nas quais o objetivo é causar dano e obter recursos sem a intenção de capturar território ou eliminar o inimigo<sup>721</sup>. Estudando a pré-história europeia, John Chapman considera que as razias eram uma forma importante de obtenção de recursos e bens de prestígio<sup>722</sup>. Ou seja, esse modelo de conflito militar dá conta de escaramuças militares e de vitórias e derrotas pontuais, mas não de conquistas e incorporações sistemáticas de território. Kurt Raaflaub enquadra isso dentro de uma maneira de fazer guerra das “cidades-estado arcaicas”, que tem como objetivo butim e terras, mas que desconhece a completa sujeição de uma comunidade por outra tendo como objetivo (ou resultado) a exploração de recursos pelo poder estrangeiro conquistador. Cidades-estado desse tipo podem expandir seu poder se tornando poderes hegemônicos dentro de sistemas de alianças complexos, mas mesmo nesses casos esse poder hegemônico está distante de desembocar em um domínio e governo das cidades “satélites”.

Além disso, muitos estudiosos da Roma “primitiva” tem destacado que parte dessas atividades militares, dessas razias, seriam desempenhadas por grupos de poder que se constituem em paralelo à comunidade cívica. A história mais famosa nesse sentido se passa justamente na Etrúria Meridional, no episódio dos Fábios em Cremara. Contam nossas fontes que, como Roma enfrentava inúmeros desafios militares em meados do século IV a.C., a família dos Fábios se ofereceram para fazer frente aos veientes de

---

<sup>717</sup> OAKLEY, The Roman conquest of Italy, p. 12–13.

<sup>718</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>719</sup> Sobre os samnitas, ver: SCOPACASA, Rafael, **Ancient Samnium: Settlement, Culture, and Identity between History and Archaeology**, [s.l.]: OUP Oxford, 2015.

<sup>720</sup> RICH, Warfare and the Army in Early Rome, p. 12.

<sup>721</sup> LEBLANC, Steven A.; REGISTER, Katherine E., **Constant Battles: Why We Fight**, [s.l.]: St. Martin's Press, 2004, p. 67.

<sup>722</sup> CHAPMAN, John, The origins of warfare in the prehistory of Central and Eastern Europe, *in*: CARMAN, John; HARDING, Anthony (Orgs.), **Ancient Warfare: Archaeological Perspectives**, [s.l.]: The History Press, 2013, p. 140.

maneira privada, utilizando os recursos da família<sup>723</sup>. A interpretação hegemônica dessa passagem, hoje, é que as fontes posteriores tentaram racionalizar um episódio no qual um clã romano, a *gens* Fábria, se envolveu em conflitos militares de uma maneira que poderíamos descrever como “para-estatal”<sup>724</sup>.

Este não é o único episódio que conhecemos da história romana nesses séculos que pode ser interpretada nessa linha. Todo o enredo da traição de Coriolano talvez possa ser melhor entendido dentro desse quadro<sup>725</sup>. A narrativa de sua traição poderia ser uma grande construção de memória histórica tentado dar conta de um desses líderes militares, inserido na comunidade romana, ter feito guerras contra a própria cidade de Roma. Ou talvez Coriolano tenha simplesmente lutado contra outros líderes militares que, vencedores, assumiram o papel de verdadeiros representantes da cidade de Roma na disputa pela memória. Nesse sentido, a memória de que Coriolano traía Roma por conta da ingratidão da plebe poderia ser uma construção de memória daqueles favoráveis à Coriolano em resposta a essa memória anti-coriolana<sup>726</sup>. A presença de volscos no

<sup>723</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, II.48-50; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 9.15-23; Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.451 Lindsay; Mauro Sêrvio Honorato, *Comentário sobre a Eneida de Virgílio*, 7.337.

<sup>724</sup> RICHARD, Jean-Claude, Les Fabii à la Crémère: grandeur et decadence de l’organisation gentileice, in: COLONNA, Giovanni (Org.), *Crise et transformation des sociétés archaïques de l’Italie antique au Ve siècle: J.-C. Actes de la table ronde de Rome (19-21 novembre 1987)*, Roma: Ecole Française de Rome, 1990; CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 144; Para visões céticas sobre o relato dos Fábrios em Cremera, ver: PAIS, Ettore, The Fabii at the river Cremera and the Spartans at Thermopylae, in: RICHARDSON, James H. (Org.), *The Roman Historical Tradition: Regal and Republican Rome*, [s.l.]: Oxford University Press, 2014; FORSYTHE, *A Critical History of Early Rome*, p. 196–198.

<sup>725</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 144.

<sup>726</sup> É verdade que a narrativa sobre Coriolano se utiliza de alguns modelos narrativos retirados da História grega, sobretudo da vida do ateniense Temístocles, líder militar que acaba ostracizado pelo povo ateniense e vai viver entre os persas – onde ele teria sido apontado governante de diversas cidades pelo rei (Plutarco, Temístocles; Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica, 54-55). Outra história ateniense na qual a narrativa sobre Coriolano parece buscar inspiração é a de Alcibiades (não por acaso comparado com Coriolano nas Vidas Paralelas de Plutarco), acusado de sacrilégio durante à expedição siciliana (no contexto da Guerra do Peloponeso) e que acaba fugindo para Esparta, onde se torna um importante conselheiro militar. Ao fim, Alcibiades teria mais uma vez criado inimigos poderosos em sua cidade de residência e se viu forçado a se refugiar mais uma vez, buscando abrigo também na Pérsia, onde também teria sido conselheiro de um sátrapa. Depois de algum tempo ele é aceito novamente em Atenas, voltando a ocupar o cargo de estrategista (comandante militar) por várias vezes, até ser ostracizado por uma segunda vez (Plutarco, Alcibiades; Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, 6.61,88-93,8.45-54, 72-77, 87-88). FORSYTHE, *A Critical History of Early Rome*, p. 191. Forsythe destaca essas semelhanças para colocar em dúvida a história de Coriolano. Ele sugere uma solução interessante: Coriolano teria sido um líder militar volusco – e sua relação com Coríolos não seria exatamente a de conquistador. Os romanos teriam criado a memória de um exílio de Coriolano para explicar o grande sucesso militar volusco como resultado da liderança de um general romano. Ele cita uma apropriação ateniense das origens do poeta espartano Tirteu, famoso pela composição de versos marciais durante a segunda guerra messênica, que seria um professor enviado aos espartanos pelos atenienses e que teria sido o responsável pela implementação da disciplina militar espartana (Pausânias, Descrição da Grécia, 4.15.6). Que Coriolano tivesse uma inserção prévia na classe dominante volasca e que seu cognomen tivesse origem em algum tipo de eminência que ele tinha sobre essa cidade volasca, me parece uma excelente interpretação. Isso não significa, contudo, que ele não pudesse ter nenhuma inserção em

exército de Coriolano, mais do que o sinal de traição deste, poderia indicar o quanto esses exércitos do período não eram estritamente ligados a comunidades cívicas – como seriam entendidas pelos historiadores posteriores. O fato de atuação militar de Coriolano registrada nas narrativas históricas ser justamente a região volsca, mostra sua ascensão sobre a área.

Outro caso cogitado pela historiografia de líder militar romano agindo dessa maneira foi estabelecido a partir de uma descoberta epigráfica. Na primeira campanha de escavação dos Instituto Holandês de Roma no sítio de Sátrico, em 1977, eles identificaram em uma das pedras usadas na base da segunda fase do Templo de Mater Matuta uma inscrição em latim arcaico, datado para o século VI a.C., dizendo “<...>IEI STETEREI POPLIOSIO VALESIOSIO SUODALES MAMARTEI”. A interpretação mais recorrente dessa inscrição, conhecida como *Lapis Satricanus*, aponta que pessoas que se identificavam como “soldados de Públio Valério” erigiram algum monumento dedicado a Marte – que posteriormente foi destruído e suas pedras reutilizadas na construção do templo. Públio Valério Públicola é uma das figuras mais importantes dos séculos iniciais da República, mencionado em profusão pelas narrativas históricas e presente nos *fasti consulares*. Esta possível associação entre a inscrição e o personagem histórico conhecido já levou a inúmeras – e bastante sugestivas – reflexões. Por ora, me concentrarei no que diz respeito à atuação militar de Públicola. Um dos fatos que logo chamou atenção dos historiadores foi o fato de aqueles que encomendaram essa dedicação se identificaram como soldados de alguém, e não como cidadãos de alguma cidade<sup>727</sup>.

Outra história sobre *condottieri* e suas investidas militares diz respeito ao século VI a.C., ainda no período monárquico. Diversas fontes de origem etrusca, como figuras em vasos de cerâmica, inscrições e relevos em urnas funerárias, e pinturas parietais em tumbas, mencionam os irmãos Célio e Aulo Vibena, que parecem ter se tornado objeto de um culto a heróis em algumas regiões da Etrúria. No século I d.C., o imperador romano Cláudio, que calhava de ser um historiador, afirmou em um discurso no qual ele defendia a inclusão de gauleses no Senado romano – e que conhecemos graças a uma cópia inscrita em uma placa de bronze encontrada em Lyon, na França, no século XVI<sup>728</sup> – que havia duas tradições sobre as origens do rei romano Sêrvio Túlio. Os autores romanos o

---

Roma. Acredito que essa amplitude de relações de Coriolano está por trás dessa memória de traidor que seus inimigos teriam criado sobre ele. .

<sup>727</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 144.

<sup>728</sup> CIL 13.1668.

identificavam como um escravo predileto do rei Tarquínio Prisco e sua esposa Tanaquil, enquanto os autores etruscos o identificavam como o mais confiável companheiro de Célio Vibena, conhecido antes de se tornar o rei de Roma como Mastarna. Essa é uma oportunidade rara que temos de lidar com informações divergentes produzidas por uma tradição não-romana sobre a história de Roma, e muito se tem discutido sobre Mastarna.

Mastarna e Célio Vibena aparecem juntos em outra fonte além do discurso de Cláudio: na pintura da tumba François, em Cere. Essa famosa pintura, na interpretação proposta por Andreas Alföldy mostra um grupo de prisioneiros sendo libertados e matando seus captores. Entre os prisioneiros estão os irmãos Vibena (*Avle Vipinas* e *Caile Vipinas*), Mastarna (*Macstrna*) e mais três companheiros (*Rasce*, *Marce Camtilnas* e *Larth Ulthes*). Os nomes de todos os mortos indicam suas origens: *Laris Papatnas Velznasch* (de Volsínios), *Pesna Arcmsnas Sveamach* (de Sovana), *Venthical [...]**plsachs* (a corrupção da pintura impede a determinação neste caso) e *Cneve Tarchunies Rumach* (de Roma). O personagem identificado por Cláudio como o rei Sérvio Túlio envolvido no assassinato de um Tarquínio de Roma (ainda que o nome Cneu não seja de nenhum dos dois reis Tarquínios da tradição) é uma imagem sugestiva demais para não ter levado gerações de historiadores a uma série de elucubrações sobre a monarquia romana no século VI a.C.. Para o que nos interessa neste tópico, o mais importante, contudo, é que a maioria dessas tentativas de interpretação da pintura na tumba François convergem para a imagem de que os irmãos Vibena e seu ajudante Mastarna eram líderes militares que em algum momento conseguiram tomar o poder em Roma. Isto é, a pintura não representaria uma guerra entre Cere e Roma, mas a atuação de um grupo de guerreiros etnicamente heterogêneo atacando outro grupo também etnicamente heterogêneo no que, provavelmente, levou este grupo ao poder em Roma<sup>729</sup>.

O que muitos historiadores depreendem desses indícios é que enquadrar o militarismo romano entre o final do período monárquico e o início do período republicano apenas no âmbito do Estado (isto é, do aparato da comunidade cívica da Cidade-Estado) é subestimar uma realidade muito mais complexa. E isso parece não ter sido exclusividade romana: Dionísio de Halicarnasso descreve o exército veiente como formado pelos homens mais poderosos da Etrúria trazendo consigo seus dependentes<sup>730</sup>. Diferentes tipos de unidades e instituições poderiam atuar dentro do cenário bélico da Itália central tirrênica, como clãs ou grupos armados liderados por *condottieri*.

<sup>729</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 130–140.

<sup>730</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 9.5.4.

Uma interpretação clássica atribuída à famosa reforma do exército romano, levada a cabo por Sêrvio Túlio e que teria instituído o sistema das centúrias, a implementação das falanges hoplíticas em Roma. O mais famoso dos trechos do *Ineditum Vaticanum*, uma coletânea de excertos de História Romana publicada no final do século XIX<sup>731</sup>, recria o discurso de um embaixador romano no tempo da primeira guerra única explicando que o poder militar dos romanos vinha da sua capacidade de se apropriar das técnicas de batalha de seus adversários – e um dos seus exemplos é justamente a formação da falange que teria sido apropriada dos etruscos<sup>732</sup>.

Hoje, contudo, se questiona tanto a adoção da falange hoplítica pelos etruscos no século VI a.C.<sup>733</sup> quanto a própria cronologia tradicional do desenvolvimento dos hoplitas na Grécia. No que concerne a esse segundo aspecto, alguns autores caminham na direção de que é possível identificar em Homero o enfrentamento de tropas em formação (e não individualmente)<sup>734</sup> – estabelecendo que as transformações do período clássico não eram inovações completas. Em outra direção, outros autores apontam que infantaria pesada, elemento central da falange hoplítica em seu apogeu, só vai existir no período helenístico e por um curto espaço de tempo – a infantaria leve, muitas vezes subestimada pelos estudos de história militar antiga, parece ter desempenhado um papel muito mais importante do que se imaginava<sup>735</sup>.

De toda forma, Christopher Smith me parece correto quando aponta que, a despeito da existência desses exércitos controlados por chefes clânicos ou *condottieri*, na segunda metade do século VI a.C. parece que temos um processo de formação de um exército romano unitário – e a reorganização serviana presente nas narrativas históricas parece ter nesse processo histórico a sua base histórica. Teria sido essa organização de um exército

<sup>731</sup> VON ARNIM, H., *Ineditum Vaticanum*, *Hermes*, v. 27, n. 1, p. 118–130, 1892.

<sup>732</sup> *Ineditum Vaticano*, 3. A mesma história aparece de maneira mais resumida em Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 23.2.1.

<sup>733</sup> Anthony Snodgrass havia estabelecido as bases empíricas para essa argumentação. Ver: SNODGRASS, *The Hoplite Reform and History*, p. 116–119; Para a crítica da interpretação desses dados, ver: SMITH, *The Roman Clan*, p. 286–287.

<sup>734</sup> Tese seminal de: LATACZ, Joachim, *Kampfparänese, Kampfdarstellung und Kampfwirklichkeit in der Ilias, bei Kallinos und Tyrtaios*, [s.l.]: C.H.Beck, 1977; Sobre isso, ver: SNODGRASS, Anthony M., *The “hoplite reform” revisited*, *Dialogues d’histoire ancienne*, v. 19, n. 1, p. 47–61, 1993; DUCREY, Pierre, *Guerre et guerriers dans la Grèce antique*, 2a. ed. Paris: Office du livre, 1999, p. 33–41; Para uma visão contrária a esta tese, ver: VAN WEES, Hans, *Leaders of Men? Military Organisation in the Iliad*, *Classical Quarterly*, v. 36, n. 02, p. 285–, 1986; VAN WEES, Hans, *Kings in Combat: Battles and Heroes in the Iliad*, *Classical Quarterly*, v. 38, n. 01, p. 1–, 1988; VAN WEES, Hans, *The Homeric Way of War: The “Iliad” and the Hoplite Phalanx (I)*, *Greece & Rome*, v. 41, n. 1, p. 1–18, 1994.

<sup>735</sup> VAN WEES, Hans, *The development of the hoplite phalanx: Iconography and reality in the seventh century*, in: VAN WEES, Hans (Org.), *War and Violence in Ancient Greece*, Swansea: Duckworth and the Classical Press of Wales, 2000.

unitário mais consistente e poderoso, baseado em sua comunidade camponesa, que teria garantido à Roma um poder militar capaz de sobrepujar seus rivais regionais<sup>736</sup>.

A partir do século IV a.C. esse modo de fazer a guerra se transforma. Quando olhamos especificamente para o momento da conquista romana da Etrúria Meridional, bem no começo desse século, isso fica claro. Sobretudo o cerco e conquista de Veios não parece se enquadrar nesse modelo. Ainda que todo o relato do cerco seja claramente influenciado pelo modelo do cerco de Tróia presente na *Ilíada*, é razoável supor que a conquista de uma cidade tão grande e importante realmente tenha envolvido uma campanha militar com características muito específicas. Conquistada Veios, a campanha contra Capena se insere, é verdade, no modelo de incursões militares anuais. Já a guerra contra Falérios, que também foi alvo de investidas desse tipo, é mais obscura e o relato sobre o rápido cerco à cidade que termina com uma rendição voluntária frente a benignidade do general romano certamente enevoa algum outro processo histórico que não conhecemos.

Muitos autores têm apontado que a conquista de Veios foi um momento crucial, um *turning point*, para o expansionismo romano<sup>737</sup>. Se aceitarmos que a incorporação de cidades latinas vizinhas pela Roma monárquica não foi feita através de um verdadeiro expansionismo militar (o que não implica a inexistência de conflitos militares), mas através de articulações entre os diferentes grupos da classe dominante, podemos identificar a tomada de Veios como o início ou, talvez mais precisamente, como um preâmbulo de um novo modo de realizar conflitos militares surgindo na Itália central tirrênica<sup>738</sup>. Em resumo, acredito que após um momento de rearticulação entre os diferentes grupos da classe dominante posterior à queda da monarquia romana, aos pouco um núcleo de poder começa a se destacar em Roma dentro do que se conhece como o “fechamento do patriciado”<sup>739</sup>. Com o tempo, esse núcleo de poder assume um caráter

<sup>736</sup> SMITH, *The Roman Clan*, p. 289–290.

<sup>737</sup> RICH, *Warfare and the Army in Early Rome*, p. 13; OAKLEY, *The Roman conquest of Italy*, p. 14.

<sup>738</sup> Que por sua vez talvez tenha tido o seu próprio preâmbulo, se levarmos em consideração as notícias esparsas de Tito Lívio de conquista e anexação de algumas outras cidades no final do século V a.C.. CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 313; FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fabio Duarte, *Expansão na Itália: da Liga Latina ao saque de Roma*, in: BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.), *História de Roma Antiga. Volume 1: das origens à morte de César*, Coimbra: Imprensa universitária de Coimbra, 2015, p. 115–117.

<sup>739</sup> Gaetano de Sanctis foi o primeiro a perceber que uma análise mais detida das fontes nos permitia identificar um processo de “fechamento do patriciado” no século V a.C.. Isto é, esse grupo não existia desde tempos imemoriais da história romana, ele se construiu em um determinado momento histórico e buscou uma posição de casta fechada em si apenas no século V a.C. DE SANCTIS, Gaetano, *Storia dei Romani, vols. I-II: La conquista del primato in Italia*, Torino: Fratelli Bocca, 1907; Dentre os diversos pontos de disputa entre patrícios e plebeus, em duas áreas é possível perceber claramente que os “privilégios” do

expansivo. A partir do final do século IV a.C., uma série de notícias de conquistas militares poderia ser entendida como sinal dessa expansão. Outras formas de expandir o poder da “República Patrícia” certamente existiriam, como parecem indicar as histórias sobre a conquista de Túsculo<sup>740</sup> e da aliança entre Roma e Cere<sup>741</sup> nessa época. Outras regiões, contudo, são objeto de uma prática expansionista romana em uma forma inédita. Veios seria o caso de sucesso mais significativo desse modelo.

Esse quadro indica uma nova forma de interação e articulação entre as classes dominantes da região. Contudo, para entendê-la também é preciso destacar uma nova

---

patriciado eram invenções do século V a.C., e não honrarias estabelecidas em tempos imemoriais como os próprios patrícios tentavam os apresentar: é possível identificar diversos cônsules com nomes não-patrícios nas primeiras décadas da República e muito provavelmente a proibição do casamento entre patrícios e plebeus (cujas existências sabemos pela lei das Doze Tábuas, datada para 449 a.C.) foi uma invenção de meados do século V a.C. que teve vida curtíssima, sendo revertida pela lei Canuléia de 445 a.C.. CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 253–254; SMITH, *The Roman Clan*, p. 268.

<sup>740</sup> A narrativa sobre a incorporação de Túsculo, em 381 a.C. é completamente distinta da de Veios, ainda que protagonizada pelo mesmo líder militar: Camilo lidera a conquista da cidade sem encontrar nenhuma resistência. A guerra teria tido como motivação a traição de Túsculo, que teria enviado tropas para apoiar os volscos contra os romanos. Ao chegar com suas tropas na cidade, Camilo teria encontrado os portões abertos e os tusculanos vivendo sua vida normalmente. Como forma de mostrar arrependimento pela traição, os cidadãos de Túsculo haviam resolvido não oferecer resistência aos romanos e seu ditador declarou ao Senado romano que eles só lutariam guerras a partir de então quando os romanos lhes ordenassem a isso e lhes entregassem armas. Em troca de uma postura tão humilde e sinceramente arrependida, os romanos teriam garantido aos tusculanos o direito à cidadania (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.25-26). Na tradição romana, Túsculo, assim, teria se tornado o primeiro município romano (Cícero, *A favor de Plâncio*, 19) – uma comunidade que mantém suas instituições próprias, mas que é ao mesmo tempo parte da comunidade romana – tendo os mesmos direitos e deveres dos cidadãos romanos. Acredito que a narrativa sobre Túsculo difere daquela sobre Veios porque os processos de como esses dois territórios foram incorporados realmente diferiram. Estaríamos, mais uma vez, diante de uma memória histórica construída para dar conta da incorporação de uma cidade ao sistema político romano que não envolveu um conflito militar direto. É provável que a incorporação de Túsculo, que aparece recorrentemente nas décadas anteriores como uma comunidade aliada à Roma, sirva de indício para mostrar que os grupos da classe dominante articulados no patriciado, a despeito do desmanche dos sistemas de aliança do século anterior, são capazes de expandir seu poder não apenas pela força de seus exércitos, mas também pela articulação política. Esta, contudo, se dá em um modelo diverso daquele da Liga Latina do século anterior

<sup>741</sup> As narrativas históricas contam que os ceretanos deram refúgio para dois grupos importantes de sacerdotes romanos, as virgens vestais e para os flâmines quirinais, que teriam levado para lá os sacra romanos (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.40.10, 5.50.4; Valério Máximo, *Feitos e ditos memoráveis*, 1.1.10; Plutarco, *Camilo*, 21; Aulo Gélíio, *Noites Áticas*, 16.13.7; Estrabão, *Geografia*, 5.2.3; CIL VI.1272.). Em retribuição a essa ajuda, os romanos teriam garantido aos cidadãos de Cere o *hospitium publicum* (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.50.3). Isso foi entendido por alguns autores romanos posteriores como a concessão de cidadania sem direito de sufrágio (Estrabão, *Geografia*, 5.2.3; Aulo Gélíio, *Noites Áticas*, 16.13.7), mas a maior parte dos historiadores modernos concordam que na verdade o acordo entre romanos e ceretanos deveria prever uma troca mútua de direitos concedidos aos cidadãos da outra comunidade. Assim, os cidadãos ceretanos passavam a ter determinados direitos quando estavam em Roma e o mesmo se dava com os cidadãos romanos quando estavam em Cere. RUOFF-VÄÄNÄNEN, *The Civitas romana-areas in Etruria before the year 90 B.C.*, p. 43–44; HARRIS, *Rome in Etruria and Umbria*, p. 45–47; CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 320–321. Acredito que é possível identificar aqui mais uma vez algum tipo de relação entre o núcleo de articulação da classe dominante centrado na República patrícia com classes dominantes de outra cidade – nesse caso, uma relação aparentemente mais horizontal. Chama atenção, contudo, que mais uma vez temos uma relação entre duas comunidades, e não a formação de algo na linha de um acordo mais difuso, envolvendo várias comunidades.



forma de interação com a base camponesa. Talvez o melhor indício dessa nova relação entre classe dominante e o exército de cidadãos-camponeses romano seja a notícia de que no final do século IV a.C. foi instituído o pagamento do soldo no exército romano. Diodoro Sículo relata isso quase telegraficamente, como quase tudo sobre a história da Itália nesse período<sup>742</sup>. O relato de Lívio, por sua vez, é cheio de detalhes que são difíceis de avaliar. Ele conta que em 406 a.C., depois da tomada de Anxur (nome volsco da cidade de Terracina, na costa do Lácio Meridional – ver mapa da figura 3), que já havia sido sujeita à Roma no período monárquico, mas que naquele tempo era dominada pelos volscos, os ânimos entre patrícios e plebeus arrefeceram-se por conta da liberalidade dos generais com a pilhagem da cidade. A seguir, ele conta que a situação entre os dois grupos ficou ainda melhor quando o Senado resolveu instituir o pagamento de um soldo pelo erário público. Segundo Lívio, os plebeus ficaram extremamente contentes com a decisão pois até ali eles prestavam o serviço militar às suas próprias custas. Nem mesmo a instituição do tributo cobrado para cobrir essa despesa teria realmente incomodado os plebeus, ainda que os tribunos da plebe tenham apontado isso como um potencial problema<sup>743</sup>. Como a relação entre a instituição do pagamento, a conquista de Anxur e o início da guerra contra Veios também aparecem no relato de Diodoro, é provável que de fato este tenha sido o contexto em que o pagamento do soldo apareceu pela primeira vez.

Nathan Rosenstein identifica a instituição do pagamento do soldo como parte de um contexto fundamental de transformações na forma dos romanos fazerem a guerra. Segundo ele, é nesse momento que a necessidade de mobilização das tropas por longos períodos põe fim ao modelo de incursões anuais, transformando também a relação entre guerra e agricultura em um contexto no qual os exércitos são formados prioritariamente por camponeses<sup>744</sup>. Ele acredita que isso deve ter acontecido algumas décadas depois do que Lívio e Diodoro nos informam, associando o pagamento do soldo com a multiplicação de campanhas mais distantes do território romano na segunda metade do século IV a.C.<sup>745</sup>. A maioria dos estudiosos do tema, contudo, acreditam nas informações de Lívio e Diodoro<sup>746</sup>. Talvez seja possível achar uma posição de consenso indicando que o pagamento de soldo durante o cerco à Veios foi uma primeira ocorrência de um modelo

---

<sup>742</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.26.5.

<sup>743</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 4.59.11, 4.60.

<sup>744</sup> ROSENSTEIN, **Rome at War**, p. 22–62.

<sup>745</sup> *Ibid.*, p. 29–30.

<sup>746</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 187; CRAWFORD, Michael Hewson, **Coinage and Money Under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean Economy**, [s.l.]: University of California Press, 1985, p. 22–24.

de mobilização militar que em um momento posterior, com um quadro militar bem mais complexo, se tornou o padrão.

O relato sobre a campanha contra Veios em Lívio é cheio de referências a complicações relacionadas à mobilização militar, e talvez as informações que o levaram a narrar essa história dessa maneira tenham a ver justamente com os problemas causados por uma mobilização militar que fugia dos padrões de incursões anuais. O ano de 401 a.C., segundo Lívio<sup>747</sup>, é marcado por “discursos sediciosos” dos tribunos da plebe tornando ainda mais revoltantes os encargos militares e financeiros, “por si mesmos suficientemente pesados”. Chama atenção que, para além do alto nível de recrutamento, Lívio destaca como problema o fato de “não se distinguir mais o verão do inverno” nos recrutamentos. É possível que as informações que chegaram a Lívio para ele compor essa narrativa tivessem menções a uma modificação na forma de mobilização.

Esse quadro de guerras que não se resolvem em campanhas anuais se acentua justamente no final do século IV a.C. e gera um contexto completamente novo. Raaflaub considera que a primeira guerra samnítica (343-341 a.C.) e a guerra contra os latinos (341-338 a.C.) são os verdadeiros *turning points* do expansionismo romano<sup>748</sup> – visão que pode ser identificada até mesmo em Tito Lívio, que antecipa a narração destes dois confrontos com um preâmbulo avisando que a partir daquele momento narrará as “guerras mais importantes, não só pela força do inimigo com também pela duração das operações, que eram realizadas em regiões afastadas de Roma”<sup>749</sup>.

Vendo isso em uma perspectiva mais ampla, Raaflaub aponta que a coincidência de datas entre a vitória romana sobre os latinos e a vitória de Felipe II da Macedônia sobre as cidades gregas lideradas por Atenas na batalha de Queroneia (ambas ocorrem em 338 a.C.) serve como um marco final de uma era dominada política e culturalmente pelas cidades-estado independentes<sup>750</sup> – que talvez tenha sido antecipado em algumas décadas pelo expansionismo cartaginês no norte da África e na Sicília<sup>751</sup>. Ao redor de todo o Mediterrâneo é possível identificar um aumento das dimensões dos conflitos militares nesse período. Ainda que não seja possível confiar totalmente em dados quantitativos

<sup>747</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.10.

<sup>748</sup> RAAFLAUB, Kurt A., Born to be wolves? Origins of Roman Imperialism, in: BADIAN, E.; WALLACE, Robert W.; HARRIS, Edward Monroe (Orgs.), **Transitions to empire: essays in Greco-Roman history, 360-146 B.C., in honor of E. Badian**, Norman: University of Oklahoma Press, 1996, p. 276–277.

<sup>749</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.29.1-2.

<sup>750</sup> RAAFLAUB, Born to be wolves? Origins of Roman Imperialism, p. 289.

<sup>751</sup> ROTH, War, p. 368.

anunciados pelas narrativas históricas, a impressão geral é que este é um período no qual o número de soldados arregimentados nos exércitos em conflito cresce exponencialmente: enquanto exércitos gregos do quinto e do quarto século não costumam ter mais que trinta mil soldados, ao final do século IV e início do III a.C., os exércitos de até oitenta mil soldados não são raros entre os reinos helenísticos. Cartago parece ter sido capaz de mobilizar exércitos dessa magnitude ainda em meados do século IV a.C.<sup>752</sup>

Ainda que exércitos romanos nesse período fossem em média menores – algo em torno de 30 mil soldados parece ter sido o padrão na época<sup>753</sup> – a capacidade romana de mobilizar exércitos distintos em campanhas paralelas se inseria nesse quadro de ampliação dos conflitos militares. Diferente de cartagineses e gregos, que basearam boa parte dessa capacidade de formar exércitos enorme na contratação de mercenários<sup>754</sup>, os romanos basearam-se em outra fonte de soldados: a densidade populacional de seus aliados. O complexo sistema de alianças que envolve Roma e diversas cidades da Itália central tirrênica depois da derrota da rebelião latina de 341-338 a.C. coloca à disposição do sistema político encabeçado por Roma um contingente muito significativo de soldados mobilizáveis. Essa possibilidade de recrutamento é a grande vantagem que o poder central romano é capaz de extrair de seus aliados, e isso já foi indicado como a causa para Roma se envolver de maneira tão sistemática em guerras a partir daí<sup>755</sup>.

Essas guerras não ganham maiores dimensões apenas – esses aspectos quantitativos engendram aspectos qualitativos importantes. A mobilização anual das tropas é deixada de lado, com exércitos passando alguns anos mobilizados. É nessa época que a extensão do comando militar de um magistrado, tornando-se procônsul ou propretor, a fim de manter as campanhas militares em funcionamento ao fim do mandato anual, é instituído<sup>756</sup>. Mesmo que não utilizasse mercenários em larga escala, o confronto com exércitos formados por mercenários – que se tornará uma constante ao longo do século

---

<sup>752</sup> *Ibid.*, p. 378–379.

<sup>753</sup> *Ibid.*, p. 379.

<sup>754</sup> Sobre a importância dos mercenários nas transformações nos modos de fazer a guerra e também na sociedade, ver: GARLAN, **War in the Ancient World**, p. 93–103; GARLAN, Yvon, War and Siegecraft, in: WALBANK, F. W. *et al* (Orgs.), **The Cambridge Ancient History. Volume 7, Part 1, The Hellenistic World**, Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1982, p. 353–357.

<sup>755</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo, **Os Limites da helenização a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa**, Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991, p. 46; CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 366.

<sup>756</sup> Os primeiros proconsules são Quinto Públio Filão e Lúcio Cornélio Lêntulo em 327 a.C.. Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.23.11-12.

III a.C. – faz com que Roma não possa mais nem mesmo considerar a possibilidade de desmobilizar tropas anualmente<sup>757</sup>.

A longa mobilização implica em mudanças drásticas nas formas de abastecimento do exército: não é possível mais garantir alimentação para as tropas através apenas da pilhagem dos campos inimigos. Ainda que isso ainda pudesse em determinados casos ser uma forma importante de sustentação das tropas, outras formas de abastecimento mais regulares se tornam indispensáveis<sup>758</sup>. Ademais, o abastecimento das tropas não envolve apenas alimentos: com as mobilizações mais longas e com o crescimento da importância dos cercos às cidades<sup>759</sup>, o abastecimento de diferentes tipos de armamentos e materiais necessários para esses conflitos também ganha grande importância. A própria construção do vasto sistema de estradas romanas (que se inicia com a Via Ápia, em 312 a.C.) é identificada por alguns estudiosos como uma resposta às necessidades de deslocamento de suprimentos para abastecer as tropas<sup>760</sup>.

Esse novo cenário militar tem relação direta com uma mudança drástica no expansionismo romano – ou, a depender de como interpretarmos o período anterior, faz surgir pela primeira vez um verdadeiro expansionismo romano. Para se ter uma ideia, até 427 a.C., a República romana praticamente não havia anexado nenhum território; entre 427 e 340 a.C., a despeito de todo seu poderio e de suas vitórias sobre importantes cidades vizinhas, como Veios, Roma ainda é uma cidade-estado típica operando militarmente em sua vizinhança imediata. Menos de setenta anos depois, ao fim da guerra contra Pirro em 272 a.C., praticamente toda a península itálica está de alguma maneira sob sua hegemonia. Mais setenta anos e em 201 a.C., ao fim da segunda guerra púnica, Roma já é a grande potência do Mediterrâneo<sup>761</sup>.

### 3.2. Os camponeses, a guerra e a paz

Como essas diferentes formas de fazer a guerra impactavam o assentamento rural? Isto é, o que significava na prática para um camponês a ocorrência de diferentes tipos de conflitos militares em seu território? Acredita-se que as razias tinham impactos diretos

<sup>757</sup> ROSENSTEIN, *Rome at War*, p. 48–50.

<sup>758</sup> Para um amplo estudo sobre os sistemas de abastecimento do exército romano em um período um pouco posterior ao que estudado, ver: ERDKAMP, Paul, **Hunger and the sword: warfare and food supply in Roman republican wars (264-30 B.C.)**, Amsterdam: J.C. Gieben, 1998, pt. 1.

<sup>759</sup> GARLAN, Yvon, Warfare, in: LEWIS, D. M. *et al* (Orgs.), **The Cambridge Ancient History. Volume 6, 4th century**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1994, p. 682–686; GARLAN, War and Siegecraft, p. 357–360.

<sup>760</sup> ROTH, War, p. 283.

<sup>761</sup> RAAFLAUB, Born to be wolves? Origins of Roman Imperialism, p. 276–277.

muito limitados sobre a economia agrária. Segundo a argumentação seminal de Victor Hanson, mais do que devastar realmente os campos do inimigo, tarefa extremamente difícil, que demandaria muito tempo e deixaria soldados demasiadamente expostos a ataques inimigos, o ataque às plantações inimigas tinha por objetivo provocar o exército rival a abandonar suas posições fortificadas e entrar em conflito direto<sup>762</sup>. Críticos de Hansen tem certa razão em apontar que se fossem tão ineficazes, essas estratégias de devastação de colheitas não conseguiriam provocar o confronto com o exército encastelado<sup>763</sup>.

O argumento central de Hanson, contudo, me parece correto. Há uma diferença importante entre uma incursão que rapidamente destrói as colheitas inimigas, causando enorme impacto sobre a economia agrária, e uma incursão que começa lentamente a destruir essas colheitas forçando o exército encastelado a tomar uma atitude porque, a cada dia mais que demoram para sair em combate, mais prejuízos têm em suas plantações. Lyn Foxhall conjectura uma possibilidade interessante nesse mesmo sentido: as devastações não eram socialmente equânimes, então deveria haver grande pressão daqueles que tinham suas plantações nas áreas sob ataque para que o exército partisse logo para o confronto<sup>764</sup>. Em casos como o do assédio romano à Capena, em 395 a.C., pode-se imaginar que o exército local não tivesse condições militares de aceitar o combate direto e por isso a população busca o fim do conflito pela rendição. Tudo isso significa que a intensificação das guerras no modelo de razias, antes de 340 a.C., não tem um impacto tão devastador sobre o campo como se imagina normalmente.

De toda forma, ainda que não tivessem impactos tão grandes sobre a economia agrária, as razias poderiam desestimular em algum nível a residência longe dos muros. O impacto cumulativo da ocorrência e – talvez mais importante – do temor de ocorrência de incursões deste tipo no território pode ter sido sensível. O que está em jogo aqui não é a proteção às plantações, posto que a maior parte dessas estará fora das muralhas de qualquer maneira. O central me parece ser a preocupação com a segurança pessoal dos membros da unidade familiar e a questão do investimento nas construções e nas plantações. Em primeiro lugar, estabelecer moradia em um território sujeito a razias poderia ser perigoso. É verdade que os camponeses mesmo residindo a maior parte do

---

<sup>762</sup> HANSON, *Warfare and Agriculture in Classical Greece*, p. 174–184.

<sup>763</sup> SPENCE, Iain, Review of: *Warfare and Agriculture in Classical Greece*. Revised Edition, **Bryn Mawr Classical Review**, 1999.

<sup>764</sup> FOXHALL, Lin, Farming and fighting in ancient Greece, in: RICH, John; SHIPLEY, Graham (Orgs.), **War and Society in the Greek World**, [s.l.]: Routledge, 1993, p. 138–142.

tempo dentro dos muros, teriam que sair para realizar suas atividades agrícolas, expondo-se assim às incursões inimigas. Considerando, contudo, que a temporada de razias se dava um pouco antes da colheita, a moradia em assentamentos fortificados garantiria que esses camponeses tivessem mais chances de não serem pegos de surpresa por incursões inimigas.

Em segundo lugar, se considerarmos que as incursões causavam danos às construções – o que não é óbvio, mas é plausível<sup>765</sup> – fazer um investimento significativo na construção de estruturas em áreas suscetíveis às razias, seria contraproducente<sup>766</sup>. Isso pode ter duas consequências importantes para minha discussão. Por um lado, poderia ter estimulado os camponeses a construírem suas habitações e outras estruturas dentro dos muros dos assentamentos fortificados, privilegiando o padrão de assentamento nuclear. Por outro lado, no caso das construções que ainda assim fossem realizadas longe dos muros, muito provavelmente o uso de materiais e técnicas de construções mais simples e menos dispendiosas tenderia a predominar, o que tornaria os vestígios arqueológicos dessas construções mais difíceis de serem identificados nos levantamentos de superfície.

Por fim, determinadas escolhas sobre intensificação da produção agrícola poderiam ser afetadas pelo temor de razias. Argumentarei mais a frente que determinados tipos de produção ligadas a uma agricultura mais intensiva, como o cultivo de uvas, olivas e a arboricultura de maneira geral, podem depender de uma moradia próxima às terras de cultivo<sup>767</sup>. No caso de territórios sujeitos às razias, esse tipo de produção talvez fosse evitado pelos camponeses locais. Foxhall, matizando as ideias de Hanson sobre a ineficiência da estratégia de destruição das plantações, aponta que videiras e árvores jovens, diferente das já adultas que se recuperavam rapidamente caso fossem derrubadas, eram extremamente suscetíveis a esse tipo de ataque. Sendo assim, ela aponta que o temor de ocorrência de razias limitaria severamente o investimento nesses cultivos, pois o receio de que todo o investimento se perdesse era muito alto<sup>768</sup>. Considerando isso, camponeses

---

<sup>765</sup> A fase de abandono da estrutura em Podere Tartuchino é marcada por um grande incêndio na época da colheita de uvas. É claro as causas desse incêndio podem ter sido muito diversas, mas uma incursão do tipo que estamos discutindo aqui pode figurar entre as possibilidades. PERKINS, Philip; ATTOLINI, Ida, *An Etruscan Farm at Podere Tartuchino*, **Papers of the British School at Rome**, v. 60, p. 71–134, 1992, p. 123–124. Ver imagem e comentários às figuras 51 e 52. Existem algumas informações em Tito Lívio sobre destruição de casas no campo por razias, mas obviamente é impossível considerar essas como informações diretas sobre o estado real das guerras no início da república. Ver, por exemplo, Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.23.5, 2.26.2.

<sup>766</sup> Ver capítulo 1, subseção 3.3.

<sup>767</sup> Ver capítulo 5, subseção 2.3.2.

<sup>768</sup> FOXHALL, *Farming and fighting in ancient Greece*, p. 138–140.

que viviam sob o temor de ocorrência de incursões desse tipo teriam boas razões para pensar duas vezes antes de decidir intensificar sua produção agrícola.

A ascensão de um novo tipo de *warfare* na Itália central ao longo do século IV a.C. mudaria esse quadro? Para afirmar isso, seria necessário supor que as razias tiveram fim com esse novo tipo de guerra – isto é, que houve uma substituição no tipo de conflitos, e não a ascensão de uma nova forma que passa a existir *concomitantemente* com a forma antiga. Nada disso é óbvio e é preciso fazer uma série de considerações. Antes de tudo, é preciso reconhecer que as forças militares do sistema romano não formavam uma força policial evitando a ocorrência de razias, se houve uma transformação nesse quadro precisamos buscar causas em outros lugares que na “pacificação romana”.

Parece razoável supor que o *manpower* das cidades da Itália central turrênica anteriormente investido nessas razias tenha sido em algum nível canalizado e controlado por Roma através de seu sistema de exigências militares estipulado a partir de 338 a.C.. As guerras realizadas sob a direção romana passaram, como vimos na subseção anterior a um novo tipo de conflitos que diferiam quantitativa e qualitativamente desse modelo de razias. Portanto, é possível supor que as razias teriam se tornado mais rarefeitas a partir de meados do século IV a.C. porque os potenciais “soldados-assaltantes” estavam sendo arrematados com muita frequência para o novo tipo de guerra.

Aceitando essa hipótese, a primeira avaliação que preciso realizar é sobre como e o quanto esse novo tipo de guerra poderia ter impactos diferentes sobre o assentamento dos que identifiquei para as razias. As técnicas de ataque às plantações continuaram existindo e provavelmente tendo as mesmas possibilidades (e limites) de efetividade. Talvez, por outro lado, os saques às colheitas no território inimigo tenham se tornado menos centrais para o desenvolvimento dos conflitos e para o abastecimento das tropas invasoras. Por outro lado, as campanhas se tornaram muito mais longas, envolvendo cercos a cidades que certamente tinham muito mais impacto no território do que as antigas razias. Por fim, o fato de os sujeitos que protagonizam esses conflitos são sistemas políticos territorialmente mais vastos torna esses conflitos ao mesmo tempo mais impactantes sobre as regiões onde eles ocorrem, mas menos disseminados por todo o território – isto é, as razias são guerras de menor intensidade, mas com maior capilaridade e frequência. Nesse sentido, talvez as guerras passassem a ter um impacto imediato mais importante sobre o assentamento nos territórios em que ocorriam, mas eram mais pontuais e não tinham o impacto cumulativo das razias – que segundo meu argumento acima, era o

principal fator que poderia leva-las a ter um impacto de longa duração significativo sobre o assentamento.

A mudança na forma da guerra pode ter tido outro impacto sobre o campesinato – quando eles desempenhavam o papel de assaltantes, e não de vítimas. As guerras de razia não tiravam os camponeses de perto de suas terras por longos períodos. Possíveis problemas que essa mobilização anual pudesse causar à economia agrária eram potencialmente recompensadas pelo butim advindo das incursões. As mobilizações mais longas de camponeses para as guerras a partir de 340 a.C. mudam esse cenário. Talvez as recompensas pudessem ser maiores, mas os riscos à economia agrária certamente também o eram. Estamos diante aqui de um dos pontos do modelo que Keith Hopkins construiu sobre a crise do campesinato no século II a.C.: o impacto sobre a economia camponesa da mobilização militar contínua, que afastava os camponeses de suas terras por longos períodos e os deixava suscetíveis à expropriação. Nathan Rosenstein mostra que Hopkins se equivoca ao identificar o desenvolvimento desta questão apenas no século II a.C.. Segundo ele, o problema de uma possível incompatibilidade entre o ano agrícola e a mobilização militar de camponeses já estava posto desde o final do século IV a.C.<sup>769</sup>.

A pergunta deve ser, então: os problemas que Hopkins identifica para o século II a.C. aconteceram já entre o final do século IV e o século III a.C.? Rosenstein constrói elegantes modelos econométricos simulando o funcionamento da economia de uma família camponesa e os possíveis impactos que diferentes formas de mobilização militar poderiam ter sobre diferentes estruturas familiares. Ainda que modelos econométricos tenham mais problemas do que sua sempre convincente matemática nos permite visualizar a olho nu<sup>770</sup>, a exposição de Rosenstein parece convincente em comprovar que apenas em casos muito específicos e extremos a mobilização poderia causar dificuldades na relação entre capacidade de trabalho e demanda de alimentos e recursos de uma família camponesa. Muito pelo contrário, o alistamento militar parece ter funcionado como parte da diversificação de estratégias familiares: ter um membro da família no exército abria mais um caminho de geração de rendimentos para o sustento da família e diminuía a

---

<sup>769</sup> ROSENSTEIN, *Rome at War*, p. 22–62. O objetivo de Rosenstein é mostrar que a incompatibilidade entre agricultura e guerra contínua que Keith Hopkins identifica como uma das causas da crise do campesinato no século II a.C., que seria o contexto explicativo da tentativa de reforma dos Gracos, já existia no início do século IV a.C. - e que, portanto, a crise dos Gracos precisa ser explicada de outra maneira. HOPKINS, *Conquerors and slaves*, p. 25–37; A mesma tese pode ser vista, por exemplo, em: GARLAN, *War in the Ancient World*, p. 103–107.

<sup>770</sup> Ver no apêndice 4 uma crítica a um modelo econométrico sobre a economia rural romana que acredito partir de premissas equivocadas – e que, por isso, por mais que tenham uma comprovação matemática, não nos prova nada.



demanda por alimentos e outros recursos. Isso, inclusive, explica porque o exército romano conseguia manter altas taxas de recrutamento militar mesmo sem contar com meios coercitivos eficientes para obrigar cidadãos e aliados a se alistar<sup>771</sup>.

Diante do exposto até aqui, talvez seja possível reconhecer que as guerras de *razia* se retraíram com a dominação romana e que isso pode ter tido algum impacto positivo sobre a intensificação do assentamento rural, explicando o aumento no número de sítios com ocupação atestada para o período entre 350 e 250 a.C.. Seria preciso, para tanto, explicar por que no período arcaico (580-480 a.C.), um momento em que as *razias* também são o modelo de conflitos militares, ocorre uma intensificação da ocupação do campo em várias regiões – não só na Etrúria Meridional, que vimos nesse capítulo, mas em outras regiões da Itália e mesmo além, como veremos no próximo. Uma solução seria pressupor que a partir de 480 a.C. existe um aumento das incursões deste tipo na Itália central, um cenário que parece compatível com o que as narrativas históricas nos contam sobre as guerras dos romanos com os volscos, *équos* e outros povos. Contudo, isso explicaria a queda no número de assentamentos nesse período, e não o crescimento no período anterior. Já se percebe aqui que uma possível diminuição das *razias* a partir de 340 a.C. pode até ajudar a entender o contexto geral, mas não é causa suficiente para explicar o processo de intensificação do assentamento nesse período.

Ademais, a hipótese de diminuição das *razias* ainda precisaria ser matizada em três níveis. Em primeiro lugar, a diminuição das guerras de *razia* só parece ter sido possível por mudanças nas estruturas sociais dos povos itálicos entre os séculos V e IV a.C.<sup>772</sup>. Isto é, a “*pacificação romana*” não é o único motor dessa transformação, e os romanos talvez tenham mais a aproveitado do que a causado. Em segundo lugar, as *razias* não foram extintas por completo. Mesmo dentro do sistema romano, cidades continuam sendo alvo de campanhas militares que parecem ter esse caráter. As colônias romanas de Cora, Norba e Sécia, na região do Pontino, sofreram no terceiro quarto do século IV a.C. ataques da cidade de Priverno que podem ser enquadrados como *razias*<sup>773</sup>. Não só isso, mesmo tropas romanas parecem continuar se envolvendo em incursões desse tipo mesmo depois daquilo que identifiquei como ascensão de um novo tipo de conflito militar<sup>774</sup>.

---

<sup>771</sup> ROSENSTEIN, *Rome at War*, p. 63–106.

<sup>772</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 308–309.

<sup>773</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.42.8, 8.1-3, 8.19.

<sup>774</sup> *Ibidem*, 9.36.11-14; 10.11.6.

Por fim, aquilo que poderíamos chamar de banditismo era endêmico no mundo romano, mesmo dentro das estruturas mais poderosas do período imperial<sup>775</sup>. Um rápido exemplo pode ser bastante esclarecedor: Varrão, em pleno século I a.C., alerta seus leitores sobre a construção da sede em depressões do relevo, por conta dos potenciais problemas causados pela fraqueza estratégica dessa posição frente a incursões de bandos de assaltantes<sup>776</sup>. Isto é, mesmo que as incursões militares periódicas realizadas por forças militares “oficiais” tenham se reduzido, ainda havia um estado latente de razias realizadas por outros tipos de assaltantes – mercenários desmobilizados, escravos fugitivos, pastores, piratas e mesmo comunidades camponesas vizinhas.

Diante de tudo isso é prudente questionar o quanto a pacificação dos campos da Itália central tirrênica no final do século IV a.C. seria o contexto explicativo para a intensificação do assentamento rural. Por mais que, para casos concretos específicos, a guerra e a paz, em suas diferentes formas, possam ser usados como contextos explicativos para transformações no padrão de assentamento, é impossível fazer uma associação entre guerra e assentamento nuclear e paz e assentamento disperso, muitas vezes naturalizada nos estudos sobre o tema. Guerra e paz tem diferentes formas e se inserem num contexto histórico mais complexo. Os guerreiros não são os únicos sujeitos da história do assentamento rural na Itália central tirrênica, em geral, nem da Etrúria Meridional, especificamente. Para pôr essas mudanças em uma perspectiva mais ampla, contudo, é necessário jogar luz sobre outras regiões para além desse estudo de caso realizado até agora.

---

<sup>775</sup> Brent D. Shaw, “Bandits in the Roman Empire” *Past & Present* 105, no. 1 (November 1, 1984): 3–52, doi:10.1093/past/105.1.3.

<sup>776</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.12.4

## Capítulo 4:

### Colonizadores e camponeses na Itália Central Tirrênica: conquista, colonização e transformação do assentamento rural.

*Quando os romanos se assenhorearam de todas as nações,  
eles distribuíram entre os vitoriosos as terras capturadas de seus inimigos*  
Sículo Flaco<sup>777</sup>

A Etrúria Meridional vivenciou entre os séculos V e III a.C. uma intensificação e uma dispersão do assentamento rural, em maior ou menor grau, em todas as suas subregiões. A integração de boa parte da região, sobretudo a região de Veios, ao território romano no início do século IV a.C. foi diversas vezes apontado como um motivo central para essa transformação, entendida como consequência de uma pretensa pacificação da região que teria tornado os assentamentos fortificados desnecessários. O que sabemos sobre a dinâmica militar do período e a capacidade romana de real pacificação do seu território, contudo, coloca em questão essa associação direta entre conquista, pacificação e transformação no assentamento.

Diante disso, faz-se necessário buscar um olhar mais amplo sobre esse processo histórico para tentar identificar suas dinâmicas, relações e contextualizações históricas. Meu objetivo neste capítulo será integrar o estudo de caso realizado no capítulo anterior no quadro mais amplo da Itália central tirrênica. Acredito que, em primeiro lugar, essa demonstração reforçará as bases empíricas das questões gerais levantadas na seção final do capítulo anterior. Ademais, esse estudo também me permitirá estabelecer os fundamentos para outra série de questões gerais que pretendo fazer sobre a contextualização histórica necessária para entender o processo de transformação do assentamento rural entre os séculos V e III a.C..

As primeiras duas seções deste capítulo tratarão de regiões da Itália central que dentro deste recorte cronológico acabaram conquistadas por Roma (ver mapa da figura 161). Na primeira seção, analisarei algumas regiões conquistadas no século IV a.C., sobretudo em sua segunda metade, enquanto a seção seguinte tratará de algumas outras regiões conquistadas na primeira metade do século III a.C. – quando Roma submete toda

---

<sup>777</sup> Sículo Flaco, *Categorias de terras (Corpus Agrimensorum Romanorum)*, p.102.34-104.2 Campbell: ut uero romani omnium gentium potiti sunt, agros ex hoste captos in uictorem populem partiti sunt.

a Itália central tirrênica sob sua hegemonia. Uma das razões dessa divisão é análise de possíveis problemas cronológicos da tese da “pacificação romana” como causa das transformações no assentamento rural da Itália central.

Além disso, o estudo dessas regiões em comparação com as áreas conquistadas na Etrúria Meridional ainda no início do século IV a.C., vistas no capítulo anterior, podem revelar se, e como, os romanos mudaram sua forma de dominar terras conquistadas e se, e como, isso teve impacto sobre o assentamento rural. Construção de estradas, grandes projetos de drenagem e divisão e redistribuição de terras (as famosas “centúrias”) são ações romanas muito citadas como promotoras da intensificação e dispersão do assentamento em algumas dessas regiões. Isto é, se na Etrúria Meridional os romanos aparecem como responsáveis pela transformação do assentamento por seu papel como conquistadores, em outras regiões soma-se a este um outro papel, o de colonizadores – colonizadores não apenas no sentido de colonos romanos enviados para uma terra conquistada, mas colonizadores no sentido de criadores de uma nova realidade na região, de transformadores da paisagem e do assentamento local. Este capítulo precisa, portanto, avaliar o impacto dessas transformações romanas, dessa colonização da paisagem, sobre o assentamento rural.

Esse estudo não tem qualquer pretensão de ser exaustivo – e quanto maior a escala de análise adotada, mais meus exemplos se tornarão estudos específicos entre muitos casos possíveis de serem realizados. Isso não significa que acredito que esses casos são típicos ou resumam um padrão geral. Sua escolha passou por crivos variados, mas minhas possibilidades de acesso aos estudos também influenciaram determinantemente as escolhas feitas, sendo as regiões sobre as quais pude ter maiores informações aquelas a que dei mais destaque. Nesse sentido, a região do Pontino, a primeira a ser analisada na primeira seção, terá um amplo destaque, por conta da excelente divulgação dos dados da pesquisa ali realizada<sup>778</sup>. Outras regiões serão analisadas em seguida de maneira um pouco menos detalhadas, mas ainda assim serão fundamentais para efeitos comparativos e para possibilitar uma amplitude de escala suficiente para identificarmos o quadro de transformações no assentamento rural da Itália central tirrênica do período.

---

<sup>778</sup> Os pesquisadores envolvidos nesse projeto, sobretudo Peter Attema, Tommy de Haas e Gijts Tol, têm tido uma generosa e constante política de compartilhamento público de suas produções acadêmicas na internet (especialmente na plataforma Academia.edu). Isso facilitou demasiadamente o meu acesso aos dados sobre essa região. Para pesquisadores perdidos na periferia do mundo acadêmico, como um historiador que pretende estudar o campo romano estando tão abaixo da linha do Equador, iniciativas como essa fazem uma diferença monumental. Não por acaso, portanto, a região do Pontino terá este destaque nesta pesquisa.

## 1. Conquista romana no século IV a.C. e transformações no assentamento

### 1.1. Os romanos no Lácio e na Campânia

O Lácio é uma região interessante para começarmos esse estudo porque mesmo antes do período aqui em estudo ela está sob algum tipo de influência romana. Como apontei no capítulo anterior, uma série de cidades latinas no entorno de Roma são incorporadas ao longo do período republicano e, no século VI a.C. especificamente, Roma parece se tornar uma potência hegemônica na relação com as cidades do Lácio mais ao sul. Entendo essa situação como resultado histórico da interação entre os grupos da classe dominante e destes com a base camponesa romana que tornaram a “Roma dos Tarquínios” o principal centro de poder da região.

Essa dominação romana sobre o Lácio entrou em xeque, contudo, na virada do século VI para o V a.C.. Acredito que isso seja resultado da queda da monarquia romana, que leva a desarticulação do sistema de poder que antes colocava Roma nessa posição dominante. Não é por acaso que os latinos aparecem não só em guerra contra os romanos após a queda do rei Tarquínio Soberbo, mas este aparece mesmo lutando ao lado dos latinos contra Roma. O *Foedus Cassianum*, acordo que o cônsul romano Espúrio Cássio Viscelino estabeleceu primeiro com os latinos, em 493 a.C., e depois com os hérnicos, em 486 a.C., seria uma tentativa de recomposição da articulação entre esses grupos em novas bases.

Ao longo da primeira metade do século V a.C. a região é sistematicamente atacada por équos e, principalmente, volscos. Este é um período conturbado para Roma nas narrativas históricas antigas, cujo momento mais dramático seriam as duas campanhas militares volscas lideradas pelo general renegado romano Cneu Márcio Coriolano contra o território latino, tomando várias cidades e chegando aos portões de Roma<sup>779</sup>. Ainda que os detalhes épicos da história de Coriolano sejam obviamente alvo de posturas céticas na historiografia moderna<sup>780</sup>, Tim Cornell acredita que não há motivos para duvidar que a memória histórica de um período conturbado para a região devido à constante ameaça volscas se fundamenta em conflitos historicamente reais<sup>781</sup>.

<sup>779</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.39-40; Plutarco, *Coriolano*, 28-36; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 8.11-54.

<sup>780</sup> Sobre Coriolano, ver o capítulo 3, subseção 3.1.2.

<sup>781</sup> CORNELL, Tim, **The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000–264 BC)**, London; New York: Routledge, 1995, p. 308–309.

Em finais do século V a.C. e na primeira metade do século IV a.C., Roma volta a aparecer nas narrativas históricas, sobretudo em Tito Lívio, como uma potência agressora e conquistadora<sup>782</sup>. Essa é a época das vitórias romanas na Etrúria Meridional, como vimos no capítulo anterior, e também da retomada de várias cidades que haviam passado ao controle volsco ao longo do século V a.C.. Destaquei no final do capítulo anterior que acredito que esta seja uma nova fase do sistema de poder centrado em Roma, controlado pelo patriciado e com um potencial expansivo bastante significativo. O cenário da Itália central tirrênica ao longo do século IV a.C. parece ser muito determinado pelo poder que essa República patrícia havia alcançado entre as duas últimas décadas do século V a.C. e as duas primeiras do século IV a.C.. Esse poderio expansivo romano deve ter pressionado as classes dominantes da região a buscarem novas articulações – seja com o grupo patrício e seus aliados, seja com outros grupos para fazer frente a esses.

Não é por acaso que em meados do século IV a.C. temos duas datas usualmente destacadas como marcos de transformação na história republicana romana: a abertura do consulado para os plebeus, em 367 a.C., e a rearticulação do sistema hegemônico romano após a derrota da rebelião latina em 338 a.C.. As duas datas marcam momentos centrais para essa rearticulação entre os grupos das classes dominantes locais tendo Roma como um centro. A interpretação hegemônica do contexto da mudança nas magistraturas romanas é que elas se relacionam, em parte sendo resultado, em parte possibilitando e estimulando a ascensão de uma *nobilitas* patrício-plebeia que passa a ser a classe dominante romana a partir de então. A elite plebeia normalmente foi pensada como resultado de uma ascensão social de setores da plebe ao longo dos dois séculos de Conflito das Ordens, mas recentemente Nicola Terrenato propôs uma interessante hipótese: parte significativa dessa elite plebeia seria formada por grupos da classe dominante regional excluídas do núcleo patrício e que buscavam uma rearticulação com o núcleo de poder romano<sup>783</sup>. Para além de resultado das interações conflituosas com a base camponesa

---

<sup>782</sup> Desde Beloch, no século XIX, muitos historiadores tem defendido uma postura cética frente ao relato de Lívio sobre as conquistas romanas no início do século IV a.C.. O principal argumento desta postura é que os relatos de Lívio não encontram paralelo nas histórias de Diodoro Sículo e Políbio para o mesmo período. Cornell aponta que há razões mais simples para entender essa ausência nos dois autores gregos (Diodoro trata muito pouco da história romana desse período e Políbio a trata apenas como um preâmbulo para o período posterior em que ele está verdadeiramente interessado). Ademais, Cornell identifica também que uma Roma poderosa nesse período converge com todas as informações que temos sobre o período, acima de tudo a conquista e incorporação do território de Veios. *Ibid.*, p. 318–322.

<sup>783</sup> TERRENATO, Nicola, Private Vis, Public Virtus. Family agendas during the early Roman expansion, in: PELGROM, Jeremia; STEK, Tessa Dieder (Orgs.), **Roman Republican Colonisation: new perspectives from archaeology and ancient history**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2014, p. 160.

romana, a abertura do consulado para os plebeus seria resultado de uma nova articulação entre o núcleo patrício da classe dominante e esses grupos latinos da classe dominante.

É interessante perceber que esse é o momento em que os tentáculos do poder da classe dominante romana parece atingir uma nova escala geográfica, trazendo a Campânia para o palco de disputa que venho tratando até aqui. Gostaria de sugerir que uma articulação entre grupos das classes dominantes organizadas em duas das mais proeminentes cidades da Itália central tirrênica, Roma e Cápua, levou diversos outros grupos organizados em outras cidades a buscar uma articulação para fazer frente a esse poderio enorme que se constituía. E isso desencadeou os conflitos desse momento<sup>784</sup>.

Nesse contexto, a rebelião latina de 341 a.C.-338 a.C. talvez tenha sido mais que uma “luta pela liberdade” das cidades latinas contra o expansionismo romano. É preciso lembrar que as mudanças políticas dentro de Roma já tinham se iniciado nesse momento – e se minha interpretação estiver correta, elas respondiam a mudanças nas formas de articulação da classe dominante romana com alguns grupos da classe dominante latina ao mesmo tempo em que permitiam e estimulavam essa rearticulação. Os grupos latinos que se organizam de maneira antagônica à Roma entre 341 e 338 a.C. poderiam estar buscando uma forma distinta para essa rearticulação. Nesse sentido, chama a atenção o discurso recriado por Tito Lívio do líder latino Lúcio Ânio no Senado romano: é interessante perceber que as exigências dos latinos passam pela formação de uma entidade política Latino-Romana, com um cônsul latino e outro romano assim como metade do senado sendo formado por latinos<sup>785</sup>. Um modelo de consulado compartilhado entre um latino e um romano – ao invés de um plebeu e um patrício, como recentemente havia sido estipulado – poderia ser interpretado como um caminho alternativo de rearticulação daquele que vinha sendo traçado até então, exigido por grupos que estavam menos inseridos dentro do núcleo de poder romano – isto é, fora da *nobilitas* patrício-plebeia que vinha se formando. Contudo, é muito provável que a recriação de Lívio das reivindicações latinas nessa revolta esteja sob influência do que ele sabia sobre as demandas dos italianos

---

<sup>784</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.30-37; 8.2-14. A narrativa de Lívio é posta em dúvida por alguns historiadores. A complexidade e ambivalências nas alianças e rivalidades entre os diferentes lados entre a primeira guerra samnita e a rebelião latina levaram alguns a colocar em questão a existência de uma primeira guerra samnita. Mesmo tentativas de “rastrear” o historiador que teria inventado esse conflito foram realizadas. Hoje, contudo, predomina a ideia de que dificilmente essa narrativa teria sido completamente fabricada e, mesmo que seja certo que Lívio embeleza sua história com alguns floreios, o fato objetivo da guerra entre romanos e samnitas é confiável. FREDERIKSEN, Martin, **Campania**, London: British School at Rome, 1984, p. 185–190; CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 347–348.

<sup>785</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.3-5.

na Guerra Social do início do século I a.C.<sup>786</sup> e, portanto, é imprudente tirar muitas conclusões a partir dos detalhes de sua narrativa.

Tito Lívio nos conta que ao final desse conflito, em 338 a.C. o Senado romano se reuniu e analisou caso a caso a situação de cada cidade e estabeleceu punições ou não que, em essência, significavam diferentes tipos de relações entre estas cidades com Roma<sup>787</sup>. Há tempos identificou-se que esse momento marca uma transformação importante na forma como Roma se relaciona com as regiões sob sua hegemonia: a proibição de que essas cidades estabeleçam alianças entre si determina o fim da possibilidade de se estabelecer ligas, todas as cidades passam a se relacionar diretamente com Roma em condições que variam dentro de uma hierarquia.

Muitos historiadores identificam esse momento como o estabelecimento do modelo que se manterá até a Guerra Social: algumas cidades se tornam municípios com cidadania plena (isto é, mantem instituições próprias, mas são cidadãos romanos, seguindo o modelo de Túsculo), algumas outras se tornam municípios sem direito a voto (caso similar ao anterior, mas com a diferença importante de que sua cidadania romana não lhes garantia direito a participar das assembleias romanas), outras cidades tem o *status* de aliadas (mantêm-se independentes, mas submetidas a tratados de aliança com Roma que as obriga a enviar tropas quando requisitadas), e algumas cidades recebem o *status* de colônias latinas (regidas por uma noção inspirada no direito latino que era compartilhado entre as cidades latinas, isto é, são cidadãos de suas próprias cidades, mas quando em Roma tem alguns direitos específicos e podem inclusive tornar-se cidadãos romanos depois de um tempo de residência na cidade)<sup>788</sup>. O mais provável, contudo, é que essa seja uma construção mais gradual entre o final do século IV a.C. e o século II a.C., quando uma miríade de diferentes tipos de relações entre Roma e cidades específicas acabam progressivamente sendo enquadradas nesses quatro modelos mais gerais<sup>789</sup>.

<sup>786</sup> FORSYTHE, Gary, *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*, [s.l.]: University of California Press, 2006, p. 289.

<sup>787</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.14.

<sup>788</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 348–352; HUMBERT, Michel, “*Municipium*” et “*civitas sine suffragio*” *l’organisation de la conquête jusqu’à la guerre sociale*, [Rome]: École française de Rome, 1978.

<sup>789</sup> MOURITSEN, Henrik, The *civitas sine suffragio*: ancient concepts and modern ideology, *Historia: zeitschrift für alte geschichte : revue d’histoire ancienne*, v. 56, n. 2, p. 141–158, 2007, p. 150–155; SCOPACASA, Rafael, *Ancient Samnium: Settlement, Culture, and Identity between History and Archaeology*, [s.l.]: OUP Oxford, 2015, p. 149–150; Sobre aspectos variados da organização municipal, ver os artigos reunidos em: CAPOGROSSI COLOGNESI, Luigi; GABBA, Emilio (Orgs.), *Gli statuti municipali*, Pavia: IUSS Press, 2006.



Acredito que esse quadro possa ser reinterpretado dentro do modelo que estou propondo até aqui: o novo sistema que emerge em 338 a.C. é resultado de um processo de articulação, disputa e conflito entre os diversos grupos da classe dominante regional frente à consolidação e expansão do poder do sistema organizado em torno da República Patrícia. Essas disputas geram transformações internas em Roma, com a articulação de alguns grupos no que aos poucos se torna a *nobilitas* patrício-plebeia, e externas, com a criação de uma nova forma de organização regional que tem Roma como um núcleo de poder claro. As diversas institucionalidades que vão sendo construídas para incorporar diferentes comunidades, que com o tempo vão sendo enquadradas em tipos mais específicos, são resultado dessa rearticulação. É nesse contexto, que o Lácio e boa parte da Campânia passam a estar sob a hegemonia romana (ver mapa da figura 161), no que se define normalmente como “conquista romana”, mas que acredito ter sido um processo mais complexo do que a simples expansão de uma Cidade-Estado sobre territórios anexados. O restante do século IV a.C. é marcado pelo expansionismo romano na Campânia entrando em choque com os samnitas, o que leva à segunda guerra samnita entre 326 e 304 a.C., a maior das guerras entre as então duas potências da Itália central<sup>790</sup>. Ao fim dessa guerra, Roma controla toda a Campânia setentrional e central e parte significativa da Itália central adriática (ver mapa da figura 161).

A sujeição à Roma tem algum efeito sobre o assentamento nessas regiões? O que está se passando com o assentamento dessas regiões antes, durante e depois desse período? Essas são perguntas importantes e que podemos responder para alguns casos específicos graças aos levantamentos de superfície realizados nelas. Primeiro detalharei as informações que temos sobre uma das regiões arqueologicamente mais bem estudadas do Lácio, a Planície do Pontino e as regiões em seu entorno. A seguir, utilizarei como estudo de caso na Campânia as áreas no entorno do Monte Massico, que foram também objeto de levantamentos de superfície.

## 1.2. Região do Pontino, Lácio

As melhores informações sobre o assentamento rural que temos para as regiões postas sob a hegemonia Roma na segunda metade do século IV a.C. são aquelas sobre a

---

<sup>790</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 8.22 a 9.45. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 352–355; DE MAN, Adriaan, Expansão na Itália: das Guerras Samnitas ao controle da Itália, in: BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.), **História de Roma Antiga. Volume 1: das origens à morte de César**, Coimbra: Imprensa universitária de Coimbra, 2015, p. 131–134.

região do Pontino (ver mapas da figura 2, 3 e 162). Desde o final da década de 80, o *Pontine Region Project*, liderado pelo arqueólogo Peter Attema, tem realizado pesquisas arqueológicas na região delimitada ao norte pelas colinas Albanas, a leste pelos montes Lepinos, a sudeste pelos montes Ausônios, ao sul pelo golfo de Gaeta e a oeste pelo mar tirrênico. Diversos arqueólogos holandeses ligados ao *Groningen Institute of Archaeology*, muitos deles sob orientação de Attema, tem se dedicado a estudar a região utilizando alguns estudos topográficos e levantamentos extensivos realizados anteriormente e, sobretudo, novos levantamentos realizados com métodos bastantes intensivos de estudo (compare, por exemplo, as áreas estudadas por esses pesquisadores, identificadas no mapa da figura 162, com as áreas estudadas na Etrúria Meridional, identificadas no mapa da 113).

A evolução histórica do assentamento rural descrito pelos pesquisadores holandeses para essa região é, em termos gerais, similar ao identificado no capítulo anterior para a Etrúria Meridional: a formação de um assentamento hierarquizado e com algum nível de dispersão ao longo dos séculos VIII a VI a.C.; declínio no número de sítios ocupados no século V a.C.; e retomada no crescimento desse número a partir do IV a.C., acompanhada por grande dispersão geográfica<sup>791</sup>. O estudo de quatro áreas específicas da região pode nos ajudar a entender melhor a dinâmica de transformação do assentamento em seus detalhes.

### *1.2.1. Colinas albanas e seu entorno meridional*

Aparentemente, o centro primordial da ocupação humana na região, durante a Idade do Ferro, foi a área das Colinas Albanas, ao norte, composta por um relevo montanhoso, de origem vulcânica, formando alguns vales cortados por pequenos córregos (ver mapa da figura 162). Esta área possuía, de maneira geral, as melhores terras agrícolas da região (ver mapas da figura 163). Apesar dessa centralidade da área das colinas albanas, essa é

---

<sup>791</sup> Aqui cabe destacar que os recortes temporais estabelecidos pelos pesquisadores holandeses a partir das tipologias das cerâmicas locais, assim como no caso dos estudos da British School at Rome na Etrúria Meridional variam entre tipologias mais e menos específicas. Resultado disso, temos alguns estudos que dividem o período republicano entre republicano médio (350-200 a.C.) e tardo-republicano (200-30 a.C.). DE HAAS, Tymon, **Fields, farms and colonists: intensive field survey and early Roman colonization in the Pontine region, central Italy**, Eelde: Barkhuis, 2011, p. 30; Enquanto isso, outros trabalham com a referência de período republicano (segunda metade do século IV a.C. ao século I a.C.). ATTEMA, Peter, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, Groningen: Rijksuniversiteit Groningen, 1993, p. 26; ATTEMA, P. A. J.; BURGERS, G.-J. L. M.; LEUSEN, Martijn van, **Regional pathways to complexity: settlement and land-use dynamics in early Italy from the Bronze Age to the Republican period**, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 48.

a região sobre a qual temos os dados arqueológicos menos consistentes: os levantamentos de superfície na região foram muito limitados por conta dos padrões de uso do solo e de expansão urbana na região<sup>792</sup>.

De toda forma, é possível identificar que ali se desenvolveram importantes centros de ocupação humana ao longo dos séculos VIII e VII a.C., como em Lanúvio e Velitras nas colinas albanas propriamente ditas, e na atual localidade de Caprifico di Cisterna di Latina, já quase na planície do Pontino (que talvez se trate da antiga cidade de Suessa Pomécia, citada nas fontes antigas e cuja localização permanece ainda hoje disputada<sup>793</sup>). Esses assentamentos nucleares passam, ao longo do período arcaico, por um processo de transformação recorrente na Itália central, já mencionado anteriormente<sup>794</sup>, que envolve a criação de uma arquitetura urbanizada propriamente dita<sup>795</sup>. No século VII a.C., aparentemente antes de qualquer outra área do Pontino, temos os primórdios de uma ocupação mais intensa do território em Lanúvio, marcado pela progressiva dispersão de assentamentos isolados pelos vales da região. O mesmo processo parece acontecer no território de Caprifico di Cisterna no século seguinte<sup>796</sup>.

A dinâmica dessa expansão do assentamento humano na região, contudo, se transforma no período pós-arcaico (480-350 a.C., que nos estudos da *British School at Rome* que vimos no capítulo anterior é chamado de “clássico”). Os indícios de ocupação nesse período em todos esses assentamentos nucleares são muito mais escassos quando comparados com o período anterior, e no caso de Caprifico di Cisterna ocorre um abandono completo do assentamento<sup>797</sup>. Normalmente isso tem sido identificado com as guerras contra Roma que essas cidades se envolvem<sup>798</sup>. Lanúvio e Velitras estavam entre as cidades latinas que se rebelaram contra Roma no início do período republicano<sup>799</sup> – e

<sup>792</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 49; ATTEMA, Peter; VAN LEUSEN, Martijn, Early Roman colonization in South Lazio: a survey of three landscapes, *in*: ATTEMA, Peter, **Centralization, early urbanization, and colonization in first millenium B.C. Italy and Greece**, Leuven ; Dudley, MA: Peeters, 2004, p. 182.

<sup>793</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 46; Uma outra hipótese identifica Sático, citada da qual falarei abaixo, com Suessa Pomécia. STIBBE, Conrad Michael, Satricum e Pometia. Due nomi per la stessa città?, **Papers of the Netherlands Institute in Rome**, v. 47, p. 7–16, 1987.

<sup>794</sup> Ver introdução, subseção 2.2.2.

<sup>795</sup> Para esse processo em Caprifico di Cisterna: ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 47.

<sup>796</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>797</sup> ATTEMA, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, p. 227; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 48–49.

<sup>798</sup> ATTEMA, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, p. 228–229.

<sup>799</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.61.

se aceitarmos a identificação do assentamento em Caprifico di Cisterna como a Pomécia das narrativas históricas, esta também estava envolvida nessa guerra<sup>800</sup>. Aparentemente, contudo, a ocupação do campo não sofre um recuo tão significativo quanto o identificado nos centros urbanos.

O período republicano (350-30 a.C.) aparece marcado por uma dispersão ainda mais intensa no assentamento. No caso do território de Caprifico di Cisterna, não há uma recuperação do assentamento nuclear, então podemos identificar aqui o modelo clássico de dispersão do assentamento, envolvendo o abandono do assentamento nuclear para a formação de uma ocupação dispersa pelo território por assentamentos isolados. Por outro lado, o centro urbano em Lanúvio retoma a dinâmica de expansão associada com esse momento de intensificação da ocupação do campo<sup>801</sup>, num processo que talvez seja melhor identificar como intensificação do assentamento.

### 1.2.2.. *Sopé dos Montes Lepinos*

Mais ao sul, entre o sopé e as montanhas da região dos Montes Lepinos, o mesmo padrão geral, ainda que com variações importantes, pode ser identificado (ver gráficos da figura 164). Essa é uma região marcada pela possibilidade de acesso a tipos de solo e relevo muito diversos por seus habitantes, entre as encostas dos montes Lepinos, o solo fértil, mas pesado, de origem vulcânica dos sopés, os solos aluviais dos vales dos córregos e a própria planície do Pontino.

No século VIII a.C, estrutura-se uma hierarquia de assentamento dominada pelo centro urbano na atual localidade de Carapuca/Valvisciolo, na qual foram identificados alguns importantes cemitérios desse período<sup>802</sup> (ver mapa da figura 165). Ao seu redor,

<sup>800</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.16-17; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 6.29. Narrativas sobre períodos posteriores não se referem mais ao nome de Pomécia. Plínio, o Antigo (*História Natural*, 3.68) lista Pomécia entre cidades antigas do Lácio que já não existiam em seu tempo. A identificação de um assentamento importante no período arcaico e abandonado a partir do período republicano em Caprifico di Cisterna é o que a faz candidata à identificação como Pomécia.

<sup>801</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 49–50.

<sup>802</sup> Não sabemos o nome histórico desse assentamento, mas ele parece ter sido um local estrategicamente muito importante, pois sua posição topográfica o coloca no controle de uma das mais importantes rotas de passagem pelos montes Lepinos, ligando a planície do Pontino ao vale do Sacco. A identificação do local com Pomécia, já citada como possível identificação do assentamento de Caprifico di Cisterna, ou com Sulmo (outra cidade mencionada por Plínio, o Antigo, como já não mais existente em seu tempo - ver *História Natural*, 3.68) é descartada por de Haas. Como solução, ele sugere que a menção de Dionísio de Halicarnasso a existência de uma Norba antes da fundação da colônia com esse nome pelos romanos na região pode ser a chave para resolver o mistério da identificação histórica/topográfica desse assentamento. DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 246, n.1132 Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.61.3. lista Norba como uma das cidades latinas que se levanta contra Roma na guerra que acaba em 493 a.C.. A data tradicional de fundação da colônia de Norba é, justamente, 492 a.C. (ver Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.34.6.). Contudo, a lista de Dionísio parece anacrônica, pois lista até mesmo Sécia,

identificam-se assentamentos um pouco menores fortificados em cumes de montes e o que parecem ser vestígios de aldeias, formando um segundo nível da hierarquia do assentamento do período. Tymon de Haas, a partir de análises sobre os campos de controle visual desses assentamentos fortificados, afirma que eles aparentemente estão associados a Carapuca/Valvisciolo no controle visual sobre a região<sup>803</sup> (ver mapa da figura 166). Além disso, de Haas acredita que esses assentamentos fortificados funcionassem como refúgios ocasionais para os habitantes do último nível dessa hierarquia, formados por pequenos assentamentos isolados interpretados como fazendas por conta da presença de telhas<sup>804</sup>.

Um pouco ao norte do território no entorno de Carapuca/Valvisciolo, temos a cidade de Cora. Tito Lívio informa que no ano de 503 a.C. as colônias latinas de Pomécia e Cora se aliam aos auruncos contra Roma e logo depois associa ambas as cidades aos volscos<sup>805</sup>. Por conta disso, Cora é listada muitas vezes como uma das colônias que teriam sido fundadas por Tarquínio Soberbo. Contudo, diversas outras fontes apontam Cora como uma das mais antigas cidades latinas, as vezes como uma das colônias de Alba Longa<sup>806</sup>, as vezes como fundada por personagens míticos<sup>807</sup>. Talvez seja o caso de uma colônia fundada em uma cidade pré-existente, ou de uma afirmação anacrônica de Lívio, identificando Cora como uma colônia latina antes de ela ter se tornado uma<sup>808</sup>. Os vestígios arqueológicos mais antigos da cidade, porém, datam para o século V a.C., justamente esse período em que ela aparece identificada como uma colônia latina por Lívio. Partes da muralha da cidade são datadas para esse período, além de alguns indícios de ocupação em uma parte pequena da futura cidade<sup>809</sup>. Não foram identificados assentamentos nucleares de segundo nível ou isolados no entorno de Cora, ainda que seja importante pontuar que esta área não foi pesquisada com a mesma intensidade do entorno de Carapuca/Valvisciolo (ver mapa da figura 165).

---

uma colônia próxima a Norba que ao que tudo indica só foi realmente estabelecida no século IV a.C.. Ver a próxima subseção.

<sup>803</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 50–51; DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 245–246.

<sup>804</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 51; DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 244.

<sup>805</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.16.8 e 2.22.2.

<sup>806</sup> Virgílio, *Eneida*, 6.776; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 7.4.9.;

<sup>807</sup> Plínio, o antigo, *História Natural*, 3.63; Mauro Sérvio Honorato, *Comentário sobre a Eneida de Virgílio*, 7.672.

<sup>808</sup> Cora aparece como uma das colônias latinas que se nega a enviar ajuda a Roma no contexto da invasão de Aníbal. Ver: Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 27.9.

<sup>809</sup> ATTEMA, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, p. 83.

Esse sistema de assentamentos da região parece entrar em colapso no período pós-arcaico (480-350 a.C.), com destaque para o abandono do assentamento mais importante da área, o de Carapuca/Valvisciolo<sup>810</sup>. Alguns dos assentamentos fortificados de segundo nível também são abandonados, ainda que outros continuem sendo ocupados. Há também uma redução no número total de sítios, incluindo aqueles identificados como vestígio de assentamentos isolados. Contudo, é importante perceber que essa redução não é tão drástica quanto na Etrúria Meridional e que eles continuam ocupando as mesmas regiões, apenas com densidade menor (ver gráficos da figura 164 e mapa da figura 167)<sup>811</sup>.

Segundo as fontes literárias, é no limiar desse período que ocorre a fundação da colônia de Norba. Tito Lívio conta que o objetivo da colônia, fundada em 492 a.C., era fortificar a presença militar romana em uma região estratégica para fazer frente à ameaça volscá<sup>812</sup>. Os estudos arqueológicos do platô onde a colônia foi fundada, contudo, não foram capazes de identificar muralhas ou outro tipo de linha de defesa na cidade<sup>813</sup> (ver mapa da figura 167). Por outro lado, esses estudos identificaram, de fato, um incremento da atividade religiosa no local, indicando que ele se tornara um centro local relevante, e uma inscrição possivelmente do século V a.C. mencionando um *aedil* atestaria a função administrativa do assentamento<sup>814</sup>. De Haas acredita que a fundação de Norba possa, de alguma maneira, ter se inserido e ao mesmo tempo estimulado uma transformação no padrão de assentamento local, levando moradores de alguns dos centros fortificados do período anterior a se deslocarem para o novo assentamento<sup>815</sup>.

No período republicano médio (350-200 a.C.), assiste-se uma significativa expansão no número de assentamentos (ver gráficos da figura 164 e mapa da figura 169). Destaca-se nesse momento os assentamentos isolados: na região dos sopés das montanhas, o número já significativo de assentamentos que existia no período anterior conhece um aumento, mas a maior parte dos assentamentos ocupados pela primeira vez nesse período se espalha pelas montanhas. Dentre estes, destacam-se os assentamentos associados a plataformas que discuti no segundo capítulo e que, como destaquei naquele momento, são em boa parte identificados como vestígios de propriedades abastadas,

---

<sup>810</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 51; DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 246.

<sup>811</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 248.

<sup>812</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.34.6.

<sup>813</sup> De Haas destaca que não é possível rejeitar a possibilidade de que algum tipo de fortificação usando materiais perecíveis possa ter existido nesse período. DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 249.

<sup>814</sup> *Ibid.*, p. 246–247.

<sup>815</sup> *Ibid.*, p. 249.

talvez “*uillae* primitivas”<sup>816</sup> (ver mapa da figura 109). Estudos paleobotânicos realizados na região sugerem um desenvolvimento da produção de oliva, possivelmente intercultivado com cereais<sup>817</sup> – um tipo de produção para o qual as condições da região são razoavelmente favoráveis (ver mapa da figura 163). As técnicas de construção dessas plataformas no entorno de Norba são similares às utilizadas na construção do muro da cidade nesse período, fato que fez de Haas considerar provável para o caso norbano a hipótese de Mário Torelli de que esse tipo de estrutura tem relação com a formação de uma “elite colonial” no Lácio<sup>818</sup>.

Ao mesmo tempo em que esses assentamentos isolados ganham destaque, os assentamentos fortificados no topo de morros continuam minguando: mais alguns são abandonados nesse período. Pelo menos um desses assentamentos fortificados que restam com vestígios de ocupação nesse período, o de Castellone, apresenta sinais de uso religioso. É razoável imaginar, me parece, que a continuidade de ocupação desses locais tenha relação com a sacralidade de determinados locais que se mantem ao longo das gerações como importantes locais de culto<sup>819</sup>.

Se os assentamentos nucleares de segundo nível vivem seu ocaso, o mesmo não se pode dizer dos principais assentamentos nucleares da região. Norba passa por um importante processo de monumentalização, no qual se destaca a construção de uma muralha (ver mapa da figura 169,) que de Haas relaciona com os conflitos com Priverno (as três incursões, em 358, 342 e 331 a.C. relatadas por Lívio<sup>820</sup> e mencionadas no final do capítulo anterior). É interessante perceber que no mesmo momento em que os assentamentos isolados estão protagonizando um nível inédito de intensificação da ocupação do território, em que parte dos assentamentos fortificados estão sendo abandonados, a cidade de Norba está construindo esses muros para fazer frente a ameaça de Priverno. De toda maneira, a muralha não é o único indício do desenvolvimento de Norba nesse período: As atividades de culto nos templos da cidade também vivenciam

<sup>816</sup> *Ibid.*, p. 251–252; HAAS, T. C. A. de; ATTEMA, P. a. J.; TOL, G. W., Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), *Palaeohistoria*, v. 54, n. 0, p. 195–282, 2015. Ver Capítulo 2, subseção 2.7.

<sup>817</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 153.

<sup>818</sup> *Ibid.*, p. 253; TORELLI, Mario, La formazione della villa, *in*: CLEMENTE, Guido; COARELLI, Filippo; GABBA, Emilio (Orgs.), *Storia di Roma*, Torino: Einaudi, 1990, v. 2, p. 123–132.

<sup>819</sup> HAAS; ATTEMA; TOL, Polygonal masonry platform sites in the Lepine mountains (Pontine Region, Lazio, Italy), p. 250–251.

<sup>820</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 7.42.8, 8.1.1 e 8.19.5.. Os conflitos levam a captura de Priverno por Roma em 330 a.C., quando a cidade é incorporada ao sistema romano como *ciuitas optimo iure* (ver Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 8.20-21). DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 252.

grande incremento e o desenvolvimento da infraestrutura da região pode ser percebida pela construção de estradas para ligar a cidade à Via Ápia<sup>821</sup>.

Nesse período também é fundada mais uma colônia latina na região, Sécia, um pouco mais ao sul de Norba, próxima já ao vale do rio Amaseno, onde ficava a cidade de Priverno (ver mapa da figura 162). Ainda que também inserida no sopé dos Lepinos, essa cidade parece, contudo, ter tido uma relação essencial com a planície do Pontino, e para entendê-la precisamos nos voltar para essa área.

### 1.2.3. Planície do Pontino

À frente dos Montes Lepinos se estende a planície do Pontino (ver mapa da figura 162), região dominada por pântanos apenas recentemente (entre as décadas de 30 e 60 do século passado) drenados por completo. Inúmeras fontes literárias e alguns registros epigráficos atestam a continuidade dos problemas trazidos pelo pântano (em especial a Malária) e o recorrente trabalho nas obras de drenagem na região ao longo do período romano<sup>822</sup>. Antes disso, uma verdadeira laguna parece ter dominado as partes mais baixas da planície, cercada por terras mais altas por quase todos os lados, se comunicando com o mar apenas a sudeste (ver mapa da figura 172). O aterramento e canalização que incorporou essas terras ao assentamento humano durante muito tempo foi visto como uma revolução romana realizada no início do período republicano, logo após a conquista da região. Ainda que esse provavelmente tenha sido um momento deveras importante, como veremos daqui alguns parágrafos, tal processo foi mais lento, gradual e incompleto do que a ideia de “grande obra romana” nos faz imaginar – e parece ter começado ainda no início do primeiro milênio a.C., pelo menos em alguns locais<sup>823</sup>.

De toda forma, no período arcaico boa parte da planície era ainda dominada por pântanos. Diante disso, não surpreende o fato de esta área divergir do quadro de transformação do assentamento nas regiões vizinhas durante o período arcaico (580-480 a.C. – ver gráfico da figura 171 e mapa da figura 172). Os vestígios arqueológicos encontrados aqui e que datam desse período são escassos. Os levantamentos intensivos realizados em diversas áreas identificaram apenas 10 sítios certamente ocupados e outros dez possivelmente ocupados, na maioria dos quais foram encontradas quantidades muito

---

<sup>821</sup> *Ibid.*, p. 250, 253.

<sup>822</sup> *Ibid.*, p. 207, 210; SALLARES, Robert, **Malaria and Rome: A History of Malaria in Ancient Italy**, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 168–191.

<sup>823</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 213.



pequenas de artefatos e nenhum vestígio de telhas ou outros materiais de construção. Esses sítios são, de maneira geral, interpretados como vestígios de estruturas sazonais para atividades de pastoreio de transumância, caça ou pesca<sup>824</sup>.

Uma importante exceção se destaca entre esses sítios, no Tratturo Caniò. Trata-se de um sítio mais substancial, já identificado por pesquisas na região anteriores ao *Pontine Region Project* e objeto de algumas escavações parciais. A presença de artefatos da Idade do Bronze e da Idade do Ferro indica ser um local frequentado já há muito tempo. Datam do período arcaico terracotas interpretadas como ornamento do telhado de um pequeno santuário (*sacellum*), e material votivo composto por estatuetas de bronze e cerâmicas. A terracota e parte do material votivo pertence à tradição Etrusco-Lacial, similar a encontrada em outros sítios no Lácio do período. Contudo, a presença de materiais votivos com características “itálicas” mostra a interação de grupos mais distantes com o santuário. Outra especificidade do local é que nos sítios identificados ao seu redor foram encontradas telhas do período arcaico, o que permite conjecturar a existência de algum tipo de assentamento permanente<sup>825</sup>.

De Haas interpreta esse sítio como vestígio de um polo central utilizado pela esparsa população da região como local de culto e possivelmente como centro para outros tipos de interação social (econômicas, políticas, entre outras), dada a distância para outros centros da região nesse período (Carapuca/Valvisciolo, o mais próximo, está a nove quilômetros ao norte). Ademais, os vestígios de presença de “estrangeiros” no local levaram o arqueólogo holandês a conjecturar que Tratturo Caniò era um ponto de passagem das rotas de pastoreio de transumância. A única passagem entre o Vale do Sacco (pastos de verão) e a Planície do Pontino (pastos de inverno) nessa época era justamente por esse local, posto que a parte baixa da planície era bloqueada pelo pântano<sup>826</sup>.

Os arqueólogos italianos que escavaram o sítio no Tratturo Caniò identificaram um abandono do santuário entre o começo do século V e o final do século IV a.C., que eles identificam, sem surpresa, com o contexto das guerras entre romanos e volscos. Contudo, os pesquisadores holandeses, baseando-se nos achados de cerâmica no local, acreditam que ele continua sendo utilizado ao longo de todo esse período. Quando essa informação

---

<sup>824</sup> *Ibid.*, p. 218–219.

<sup>825</sup> *Ibid.*, p. 208–209, 218.

<sup>826</sup> *Ibid.*, p. 218–220. A existência de pastoreio de transumância nesse período não é, contudo, ponto pacífico entre os estudiosos do tema. Ver capítulo 5, subseção 2.3.1.

é complementada pela análise do assentamento em geral no período pós-arcaico (480-350), que mostra um crescimento no número de sítios (ver gráfico da figura 171 e mapa da figura 173) assim como a presença mais constante de telhas e materiais de construção, percebemos a singularidade no desenvolvimento do assentamento dessa região. Se no momento de intensificação do assentamento nas regiões vizinhas, durante o período arcaico, a Planície do Pontino continua sendo uma área marginal, no período pós-arcaico, uma época em o assentamento das áreas vizinhas está passando por um momento de estagnação ou declínio, essa região vivencia seu primeiro momento de intensificação da ocupação do território por pequenos assentamentos isolados. É claro que em termos absolutos o número de sítios nessa região ainda é menor do que o de outras regiões, mas a divergência de tendências chama a atenção de toda maneira. A impressão é que estamos diante, aqui, do início de um processo de incorporação de um território antes marginal.

Esse processo é historicamente identificado com a colonização romana na região, que se estabelece entre o final desse período pós-arcaico e o período republicano médio (350-250 a.C.). Para os anos de 383 e 382 a.C., somos informados por Veleio Patérculo que a colônia de Sécia foi fundada no sopé dos montes Lepinos de frente para a planície e por Tito Lívio que quinquévios foram designados para distribuir terras na região<sup>827</sup>. Curiosamente Tito Lívio não identifica essa distribuição de terras com a fundação de Sécia – na verdade, ele nem a menciona, identificando a distribuição de terras na região no contexto das constantes reivindicações por terra pela plebe<sup>828</sup>. Ainda mais confusa é a notícia em Dionísio de Halicarnasso de que Sécia estaria entre as cidades que se rebelaram contra Roma no início do século V a.C.<sup>829</sup>. A existência de uma Sécia pré-romana, volsca, inferida por alguns a partir da passagem de Dionísio<sup>830</sup>, contudo, não encontra corroboração no estudo arqueológico da região. Não há vestígios de ocupação do local da cidade até o período pós-arcaico, nem nenhum outro assentamento nuclear arcaico/pós-arcaico que pudesse ser identificado como a Sécia pré-romana foi identificado na

<sup>827</sup> Veleio Patérculo, *História de Roma*, 1.14.2; Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.21.4.

<sup>828</sup> Tito Lívio, , *Desde a fundação da Cidade*, 6.5.2; 6.6.1.

<sup>829</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.61.

<sup>830</sup> STILLWELL, Richard; MACDONALD, William Lloyd; MCALLISTER, Marian Holland, **The Princeton Encyclopedia of Classical Sites**, [s.l.]: Princeton University Press, 1976. Verbetes “SETIA (Sezze) Italy”.

região<sup>831</sup>. Provavelmente, Dionísio estava sendo anacrônico, listando uma cidade latina fundada mais de um século depois desse conflito<sup>832</sup>.

Os vestígios arqueológicos mais antigos identificados na moderna Sezze, antiga Sécia, são partes da muralha da cidade, alguns contextos votivos, localizados no entorno da cidade, e alguns terraços dentro da cidade, todos datados para o período republicano médio (ver mapa da figura 174). A estes se somam inscrições em pedra encontradas próximas ao muro da cidade, interpretadas como marco de um local de culto, e datadas para o período entre os séculos III e II a.C.<sup>833</sup>. Ainda que se localize no sopé do Lepino, formando uma cadeia de colônias romanas em conjunto com Cora e Norba, Sécia também se insere em um sistema próprio de assentamento, no qual ela ocupa a posição de assentamento nuclear principal.

Em um segundo nível, temos três assentamentos nucleares menores, aquilo que tem sido chamado de “minor centers”. Diferente dos assentamentos de segundo nível do período arcaico em torno de Carapuca/Valvisciolo (ou mesmo em torno de Capena e Falérios, na Etrúria Meridional), esses assentamentos de segundo nível na Planície do Pontino médio-republicana se localizam em lugares “abertos” e não apresentam fortificações. O primeiro desses é o próprio santuário localizado em Tratturo Caniò, que continua sendo ocupado nesse período: uma grande quantidade de terracotas, cerâmicas finas e comuns e estatuetas do período republicano médio foram encontradas na escavação do sítio assim como no levantamento de superfície. A identificação de um “carimbo” para estampar cerâmicas de verniz negro mostra que provavelmente havia nas proximidades um local de fabricação<sup>834</sup>. Isso pode ser um fator metodológico a se levar em consideração para interpretar o aumento no número de achados de cerâmicas desse período na região<sup>835</sup>.

Outros dois assentamentos deste tipo, “minor centers”, surgem na região dentro de um contexto específico e extremamente impactante para o assentamento na região. Em 312 a.C., o censor Ápio Cláudio (posteriormente, Ápio Cláudio Cego) inaugurou a primeira das grandes estradas romanas, a Via Ápia. A estrada, nesse primeiro momento,

---

<sup>831</sup> ATTEMA, *An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC*, p. 89; DE HAAS, *Fields, farms and colonists*, p. 205, 220.

<sup>832</sup> OGILVIE, Robert Maxwell, *A Commentary on Livy: Books I-V*, Oxford: Clarendon Press, 1965, p. 280.

<sup>833</sup> DE HAAS, *Fields, farms and colonists*, p. 221.

<sup>834</sup> *Ibid.*, p. 221–222.

<sup>835</sup> Ver capítulo 3, subseção 1.3.2.

ligava Roma a Cápua, simbolizando ao mesmo tempo em que reforçava a hegemonia romana sobre a Itália central. Ainda que parte da estrada muito provavelmente não fosse uma construção do zero, uma parte significativa da estrada certamente o era, por conta da especificidade de seu traçado: justamente o trecho da Via Ápia que corta em linha reta a planície do Pontino<sup>836</sup> (ver mapa da figura 175).

“Estações” foram estabelecidas ao longo da estrada e, na região por ora em estudo, duas podem ser identificadas. Acredita-se que a principal delas, localizada no marco de 43 milhas, tenha sido fundada pelo próprio Ápio, conhecida a partir de então como Fórum Ápio (*Forum Appii* – ver mapa da figura 175 e mapa da esquerda da figura 176). A região continua ao longo dos séculos associada com a *gens* Cláudia<sup>837</sup>. Ainda que tenha sido uma cidade de maior importância no período imperial, no início de sua história o Fórum Ápio parece ter sido não mais que um centro de convergência da população dos arredores (seu próprio status como um *forum* sugere que ele funcionava como mercado e centro administrativo)<sup>838</sup> e local de parada para viajantes da estrada<sup>839</sup>.

A localização topográfica do Fórum Ápio, na atual localidade de Borgo Faiti, há tempos é conhecida, mas com a exceção de alguns estudos utilizando fotos aéreas, apenas recentemente o local foi alvo de trabalhos arqueológicos sistemáticos<sup>840</sup>. A identificação de cerâmicas de verniz negro do período republicano médio corroboram a data de ocupação no período da fundação da estrada. A área ao norte parece ter sido o núcleo de ocupação do assentamento – a única região que mostrou indícios de ocupação ao longo de toda a história do sítio, desde o século IV a.C. até o século V d.C.. Ali foram

---

<sup>836</sup> Ray Laurence acredita que esse traçado, evitando boa parte das cidades latinas da região, é consequência direta da revolta latina de 341-338 a.C.. LAURENCE, Ray, **The Roads of Roman Italy: Mobility and Cultural Change**, [s.l.]: Taylor & Francis, 2002, p. 13,16; Alguns autores já questionaram se nesse momento a via Ápia realmente seguia esse caminho, e não um caminho alternativo, margeando o sopé dos Lepinos (a via pedemonta, ver mapas das figuras 169 e 175), sendo a via reta pela planície uma obra posterior. Os indícios arqueológicos identificados pelos estudos do Pontine Region Project na área, contudo, sugerem fortemente que essa construção já existia nesse período. PELGROM, Jeremia, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, Tese de Doutorado, Universiteit Leiden, Leiden, 2012, p. 102.

<sup>837</sup> Suetônio (Tibério, 2) conta que um descendente de Ápio Cláudio chamado Cláudio Druso, depois de mandar construir uma estátua sua nessa localidade, com um diadema na cabeça, tenta tomar a Itália com seus clientes da região. LAURENCE, **The Roads of Roman Italy**, p. 17.

<sup>838</sup> TOL, Gijs *et al*, Minor centres in the pontine plain: the case of Forum Appii and Ad Medias, **Papers of the British School at Rome**, v. 82, p. 109–134, 2014, p. 116.

<sup>839</sup> Horácio (*Sátiras*, 1.5.3-6) afirma, em tom de pilhéria, que levou dois dias para chegar ao Fórum Ápio saindo de Roma, enquanto viajantes menos preguiçosos o fazem em apenas um dia. Cícero (*Cartas a Ático* 2.10) e o autor de *Atos dos Apóstolos* (28.15) mencionam o Fórum Ápio como um dos locais de parada para descanso na via Ápia.

<sup>840</sup> TOL *et al*, Minor centres in the pontine plain, p. 117. Esse artigo em questão apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa em andamento, realizado por pesquisadores ligados ao Pontine Region Project, intitulado “The Minor Centres Project”. Ver mapa da figura 177.

identificados também a mais alta densidade de artefatos e significativa concentração de materiais arquitetônicos de luxo. Estes, contudo, provavelmente estão ligados a períodos posteriores ao aqui estudado, assim como o complexo de banhos (*balneum*) identificado um pouco mais ao norte na beira da estrada. Ainda que anomalias no levantamento geofísico (indícios da presença de estruturas soterradas) não tenham sido identificadas no setor sul, uma ocupação republicana ali é conjecturada pela equipe que trabalhou no local baseando-se no fato de a concentração de material republicano em locais sem anomalias geofísicas. Eles acreditam que isso sugere a sobreposição de estruturas republicanas por fases posteriores que teriam tornado aquelas invisíveis ao levantamento geofísico<sup>841</sup>. Calcula-se que no período republicano o assentamento do Fórum Ápio tenha chegado a 12 ha de extensão.

A grande densidade de cerâmicas encontradas – maior do que em sítios dispersos e mesmo de outros centros locais da região – assim como a grande proporção de ânforas, a identificação por meio de um levantamento geofísico de grandes estruturas interpretadas como possíveis armazéns, somadas ao tamanho do sítio, sua localização e seu *status*, permitem uma sólida identificação dele como um importante local de contato para as redes de intercâmbio da região<sup>842</sup>. A cronologia das cerâmicas nos permite identificar que isso já era verdade para os primórdios da história de Fórum Ápio. Um local de produção de cerâmicas foi identificado a leste a partir da concentração de rejeitos, mas o material coletado mostra que o forno que provavelmente existiu ali só esteve em uso entre os séculos II e I a.C.<sup>843</sup>. Outros elementos identificados, como fornos para produção de pães e uma fundição de metal são difíceis de precisar cronologicamente<sup>844</sup>.

Fórum Ápio, como não poderia deixar de acontecer no caso de um *forum*, parece ter desempenhado algum papel religioso também. Foram encontrados materiais votivos no sítio e uma inscrição dedicatória do período imperial<sup>845</sup> atesta a existência de um local de culto – mas, pelo relato sumário dos pesquisadores sobre isso, esses achados parecem ser menos impressionantes do que os encontrados em Tratturo Caniò. Indícios da

---

<sup>841</sup> *Ibid.*, p. 122–123.

<sup>842</sup> *Ibid.*, p. 119, 121–122.

<sup>843</sup> *Ibid.*, p. 123–124. É tentador associar o abandono do local de produção de cerâmica em Tratturo Caniò com o surgimento desse local de produção em Fórum Ápio. Se este foi um processo histórico de fato e quais seriam seus significados sociais, contudo, é difícil precisar.

<sup>844</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>845</sup> CIL X.6482.

existência de um cemitério substancial (talvez 5 ha no momento de maior extensão) na parte sul de Fórum Ápio também destacam a importância religiosa do local<sup>846</sup>.

Um pouco mais ao sul, entre os marcos de 51 e 52 milhas da Via Ápia, temos uma outra “estação” deste tipo, ainda que ocupando uma área total menor (ver mapa da figura 175 e mapa da direita da figura 176). Os pesquisadores holandeses sugerem que se trata de *Ad Medias*, local mencionado no “Itinerário de Jerusalém”, composto na Antiguidade Tardia, como distante nove milhas do Fórum Ápio<sup>847</sup>.

Aqui existe uma tradição que remonta ao século XVII de identificação de algumas ruínas hoje perdidas, sobre as quais temos alguns relatos de escritores dos séculos passados. Fotografias aéreas também identificaram aqui as fundações de algumas estruturas, das quais se destaca uma construção monumental medindo 150 por 100 metros. Nos arquivos da Superintendência local de arqueologia existem registros da descoberta de placas de bronze com inscrições dedicatórias, datando do final do século IV ou do século III a.C.. A identificação de material votivo e estatuetas de terracota datando para o século III a.C. corroboram ainda mais a ideia de que essa estrutura era um grande santuário construído ainda em meados do período republicano<sup>848</sup>. Anomalias registradas pelo levantamento geofísico somadas a identificação de resíduos que podem ser subprodutos metalúrgicos são possivelmente indícios de um local de trabalho com metais a oeste do santuário<sup>849</sup>. Mesmo com vestígios de um possível imponente santuário, a presença bem mais escassa e por uma área bem menos vasta de material arqueológico apontam para uma interpretação diferente de *Ad Medias*. Ainda que também fosse um ponto de parada à beira da Via Ápia, esse assentamento parece ter tido um papel como centro de convergência mais local do que Fórum Ápio<sup>850</sup>.

Além do desenvolvimento dessas “estações”, a construção do trecho da Via Ápia pela planície do Pontino certamente também envolveu, em algum nível, a drenagem de partes da região pantanosa – afinal de contas, a estrada passava por partes antes dominadas pela laguna<sup>851</sup>. Um canal paralelo à estrada, chamado de *decennouium* por percorrer dezenove milhas entre Terracina e o Fórum Ápio, era usado para navegação de

<sup>846</sup> TOL *et al*, Minor centres in the pontine plain, p. 117.

<sup>847</sup> *Ibid.*, p. 124; NORTHALL, John, **Travels through Italy: Containing new and curious observations on that country**, [s.l.]: S. Hooper, 1766, p. 272–273; DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 205. Itinerário de Jerusalém (Itinerarium Hierosolymitanum), também conhecido como Itinerário de Bordeaux (Itinerarium Burdigalense), 611.

<sup>848</sup> TOL *et al*, Minor centres in the pontine plain, p. 124–125.

<sup>849</sup> *Ibid.*, p. 127.

<sup>850</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>851</sup> LAURENCE, **The Roads of Roman Italy**, p. 15.

pequenas embarcações ao mesmo tempo em que servia para drenar parte do pântano<sup>852</sup>. Esse trabalho de drenagem também tem sido associado à centurição da região, da qual é possível identificar traços na paisagem moderna. De Haas realizou um estudo sistemático desses traços, os mapeou digitalmente e comparou com a reconstrução pioneira proposta por Margherita Cancellieri (ver imagem da figura 178). De Haas destaca, divergindo do estudo anterior, que a área centuriada é maior do que o identificado por Cancellieri: a “grade” era menos uniforme do que o pressuposto, com eixos principais distando mais de 10 *actus* entre si (ao invés dos 355 m, distavam 450 m) e subdivisões podem ser identificadas em algumas áreas<sup>853</sup>.

Datar sistemas de centurição é sempre um grande desafio – os traços desses sistemas são “cicatrices” na paisagem, e não materiais que podem ser analisados em busca de uma datação. Muitas vezes, essa datação é feita apenas através da tentativa de associar essa centurição com a data da fundação de alguma colônia ou de distribuição de terras na região mencionadas nas fontes literárias – o que nem sempre é eficiente, posto que várias regiões da Itália foram objeto de distribuição de terras em mais de um momento da história romana<sup>854</sup>. Algumas vezes é possível comparar as “grades” da centurição com outros elementos da paisagem local e tentar tirar conclusões disso.

Cancellieri acredita que, por cruzarem obliquamente com a Via Ápia, as trincheiras, canais e pequenas vias delineadas para formar a grade de centurição na Planície do Pontino deveriam ser anteriores à construção da estrada – pois seria natural esperar que seguissem sua direção se fossem construídas depois. Tendo 312 a.C. como uma data limite, a arqueóloga italiana sugeriu que a centurição da região tivesse relação com a distribuição de terras quando do estabelecimento da tribo *Oufentina*<sup>855</sup>, que ela identifica com a região, em 318 a.C.. Isso faria da centurição da planície do Pontino um dos primeiros, senão o primeiro, projeto de distribuição de terras romano envolvendo a criação de um esquema de centurição.

Jeremia Pelgrom, seguido por de Haas, contudo, mostra que a linha de argumentação de Cancellieri é bastante frágil. Em primeiro lugar, não há nada que estabeleça indubitavelmente que a criação de uma tribo sempre envolvia distribuição de terras – na verdade, os indícios apontam que o processo era o contrário, uma distribuição

<sup>852</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 205–206.

<sup>853</sup> *Ibid.*, p. 210.

<sup>854</sup> PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 84.

<sup>855</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 9.20.6.

de terras em uma região poderia ser complementada, alguns anos depois, pela criação de uma tribo. Esse parece ter sido, inclusive, o caso da tribo *Oufentina*: Festo diz que essa tribo foi fundada em terras que pertenciam a cidade de Priverno<sup>856</sup>, e Lívio conta que terras desse povo foram confiscadas durante a conquista da cidade<sup>857</sup>, incorporadas pelo “território latino”, mas posteriormente distribuídas a colonos romanos em 340 a.C., no contexto da guerra contra os latinos em rebelião<sup>858</sup>. Contudo, isso dificilmente se deu na planície do Pontino: de Haas aponta que é muito mais provável que essa distribuição de terras e o posterior estabelecimento da tribo tenha ocorrido mais ao sul, próximo ao rio Oufens, do qual a tribo deriva seu nome, e à própria Priverno – e não no local onde foi identificada a centurição, mais próxima à Sécia<sup>859</sup>. Por fim, o uso da criação da via Ápia como data-limite também é questionável, posto que em outras regiões grades de centurição certamente estabelecidas após a construção de uma estrada no local também não seguem necessariamente sua orientação<sup>860</sup>.

Diante disso, é muito difícil precisar quando essa centurição foi realizada. A fundação de Sécia (mencionada por Veleio Petérculo), a distribuição de terras para a plebe na Planície do Pontino, outro momento de distribuições de terras na região, como quando da conquista de Priverno<sup>861</sup>, e a fundação da tribo *Oufentina* (esses três narrados por Tito Lívio) são alguns dos momentos históricos do século IV a.C. aos quais a centurição da planície do Pontino poderia estar associada. Contudo, recentemente Jeremia Pelgrom tem argumentado de maneira convincente que as colonizações e as distribuições de terra no início da República não seguiam o modelo, que conhecemos melhor, do final da República e início do Império<sup>862</sup>. No caso específico do Pontino, Pelgrom argumenta que outras grades de centurição similares a esta foram identificadas próximas a Sécia e a Priverno. Assim, é provável que essas centurições tenham sido objeto de um único grande projeto, que provavelmente ocorreu posteriormente ao período analisado por esta tese – Pelgrom e de Haas sugerem a atuação do cônsul Cornélio Cetego em 160 a.C.,

---

<sup>856</sup> Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.212L.

<sup>857</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.1.3,

<sup>858</sup> *Ibidem*, 8.11.13. A história dessa distribuição de terras é complexa: Lívio conta que cada colono recebeu duas *iugera* no território latino e mais uma cota extra, de  $\frac{3}{4}$  de *iugerum* no território de Priverno ou 3 *iugera* no campo Falerno (sobre este, ver subseção 1.2 abaixo). A cota maior para aqueles que recebiam terras no campo Falerno, segundo Lívio, tinha o objetivo de compensar a maior distância de Roma.

<sup>859</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 206.

<sup>860</sup> *Ibid.*, p. 211.

<sup>861</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.11.13.

<sup>862</sup>



mencionado em um resumo de um capítulo perdido de Tito Lívio como responsável por drenar as terras do Pontino e tornar sua terra arável<sup>863</sup>.

De toda forma, mesmo que a centurição não tenha sido realizada nesse momento e que os pântanos da região não estivessem amplamente drenados, é possível ainda assim identificar uma aceleração, durante o período republicano médio (350-250 a.C.), na intensificação da ocupação do campo por pequenos assentamentos isolados – que formam o último nível da hierarquia de assentamentos local (ver gráfico da figura 171 e mapa da figura 175). Não só o número de assentamentos desse tipo cresce, como eles também se espalham por novas regiões. Algumas tumbas isoladas, associadas a esses assentamentos, também foram identificadas. Parte desses assentamentos aparentemente se aproveitam da drenagem realizada para a construção da Via Ápia, estabelecendo-se nas proximidades da estrada, mas outros se localizam em regiões onde muito provavelmente trabalhos específicos de canalização da água devem ter sido necessários<sup>864</sup> – isso se aceitarmos a ideia de que não houve a construção sistemática de canais por todo o campo por uma centurição do território.

De Haas associa essa intensificação no assentamento local com a estabilidade política trazida pela incorporação à Roma. Existem problemas com essa interpretação. Em primeiro lugar, pelo menos metade do período de cem anos que compõem o recorte temporal “republicano médio” foram de seguidos conflitos na região: a rebelião contra Roma entre 341 e 338 a.C. (da qual Sécia era uma das integrantes) e ataques de Priverno compõem um quadro de conflitos recorrentes no período durante a segunda metade do século IV a.C.. Mais importante, como o próprio de Haas identifica, o processo de intensificação do assentamento na região já estava acontecendo antes desse período – o que torna menos plausível a possível hipótese de que toda a expansão registrada para esse período seria posterior aos conflitos mencionados.

Mais uma vez, a intensificação do assentamento em uma região não parece depender única e exclusivamente do impacto de Roma. Contudo, no caso da planície do Pontino é possível identificar uma ação romana que sem sombra de dúvidas está relacionada com a intensificação do assentamento local: a construção da Via Ápia e a concomitante drenagem de parte dos pântanos da região. A ocupação de determinadas

---

<sup>863</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, resumo do livro 46. DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 212–213, n.918; PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 104.

<sup>864</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 222.

regiões depende fundamentalmente dessa ação. Mesmo assim, aqui cabe perguntar: a drenagem de uma região permite sua ocupação, mas o que a estimula? A drenagem da planície não foi completa e a região parece ter sido um grande foco de propagação de malária<sup>865</sup> – e mesmo assim parece que uma quantidade significativa de famílias camponesas se instalou nessas terras, já a partir do século V a.C., mas intensificando o processo entre os séculos IV e III a.C.. A pacificação da região ou a construção de uma estrada não me parecem poder ser o quadro explicativo completo desse impressionante processo histórico.

#### 1.2.4. Região costeira

A parte meridional da costa do Pontino (ver mapa da figura 162), dominada por dunas e lagunas, não é das mais profícuas para a agricultura. Durante o período arcaico (580-480 a.C.), ela parece ter sido explorada primordialmente para caça, coleta de lenha e de sal<sup>866</sup>. Seria nesse período que Tarquínio Soberbo teria fundado sua colônia próxima ao monte Circeos – ainda que não saibamos se a colônia homônima ao monte se instalara em uma cidade pré-existente ou se era uma nova fundação<sup>867</sup>. A cidade parece ter sido um dos palcos mais importantes dos conflitos entre romanos e volscos ao longo do século IV a.C., com diversas menções a conquistas, reconquistas e traições<sup>868</sup>.

O levantamento de superfície realizado na área da laguna de Fogliano, um pouco ao norte de Circeos, mostra uma ocupação pouco densa, mas reconhecível no período arcaico (ver mapa da figura 180): cinco sítios foram identificados como vestígios de aldeias, quatro como vestígios de fazendas isoladas<sup>869</sup> e mais onze sítios foram identificados (ver gráfico da figura 179) sem que pudesse ser determinada sua extensão para esse período. Todos esses sítios se posicionam em locais elevados para evitar o solo

<sup>865</sup> SALLARES, *Malaria and Rome*, p. 178–181.

<sup>866</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, *Regional pathways to complexity*, p. 52–53.

<sup>867</sup> Tito Lívio, *Desde de a fundação da cidade*, 1.56; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 4.63. Narrando a conquista da cidade por Coriolano, Tito Lívio (*Desde a fundação da Cidade*, 2.39.2) afirma que ele expulsou a colônia romana e devolveu-a como uma cidade livre aos volscos – o que pode indicar que Lívio tinha em mente uma Circeos volsca anterior à colônia de Tarquínio Soberbo.

<sup>868</sup> As narrativas históricas mencionam uma conquista volsca liderada por Coriolano (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.39.2; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 8.14), com uma retomada romana seguida de novo envio de colonos três anos após ao saque gaulês (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.102). Após isso, os cireceianos teriam se rebelado contra Roma, se aliando aos volscos (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.12.6; 6.13.7; 6.21.2). Por fim, Circeos é uma das cidades latinas que se rebelou contra Roma em 341 a.C., e um dos líderes do exército latino é cireceano (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.3.9).

<sup>869</sup> Ambas as interpretações podem ser matizadas pelo que foi argumentado no capítulo 1 desta tese.

argiloso das partes mais baixas<sup>870</sup>. Os pesquisadores interpretaram essa ocupação como um processo de colonização de novas terras por parte da população de áreas com um assentamento mais consolidado, como o vale do Astura<sup>871</sup>.

O período pós-arcaico (480-350 a.C.), que seria marcado pelos conflitos entre romanos, latinos e volscos na região caracteriza-se por um decréscimo insignificante no número de sítios (ver gráfico da figura 179), e uma tendência a continuidade de ocupação dos assentamentos entre os dois períodos (ainda que haja algum abandono e algumas ocupações novas – compare os mapas das figuras 180 e 181). O período republicano (350-30 a.C.), que seria marcado pela “pacificação romana”, mostra um crescimento um pouco mais significativo, mas ainda limitado, e mais uma vez uma tendência, ainda mais marcada, de continuidade na ocupação de boa parte dos sítios (compare os mapas das figuras 181 e 182). Ainda que a cronologia mais ampla adotada na divulgação dos dados de Fogliano não me permita ver as especificidades do período específico que me interessa nessa tese, o padrão de continuidade ao longo dos três períodos chama a atenção<sup>872</sup>. A novidade deste terceiro período é a aparente complexificação social da hierarquia de assentamentos, com uma divisão mais clara entre sítios que são vestígios de propriedades da classe dominante e aqueles que são provavelmente relacionados ao campesinato – o que pode ser, contudo, apenas resultado de fatores metodológicos que permitem uma taxa maior de recuperação das cerâmicas do período republicano em relação aos períodos posteriores.

A interpretação dos pesquisadores holandeses dessa região como uma área marginal ocupada em um momento de expansão do assentamento humano na região me parece correta<sup>873</sup>. Quando damos atenção a sua dinâmica histórica no período aqui em análise, chama a atenção, contudo, que como outra área marginal que acabei de analisar, a planície do Pontino, aqui também não há recuo significativo no assentamento em momentos em que o assentamento de áreas mais centrais parece estar estagnado ou mesmo em declínio.

---

<sup>870</sup> ATTEMA, P. A. J.; DE HAAS, Tymon; LA ROSA, M., Sites of Fogliano survey (Pontine Region, Central Italy), site classification and a comment on the diagnostic artefacts from prehistory to the Roman period, *Palaeohistoria*, v. 45/46, 2005, p. 129; ATTEMA, Peter; VAN JOOLEN, Esther; VAN LEUSEN, Martijn, A marginal landscape: Field work on the beach ridge complex near Fogliano (South Lazio), *Palaeohistoria*, v. 41/42, 2000, p. 156.

<sup>871</sup> ATTEMA; DE HAAS; LA ROSA, Sites of Fogliano survey (Pontine Region, Central Italy), site classification and a comment on the diagnostic artefacts from prehistory to the Roman period, p. 132.

<sup>872</sup> ATTEMA; VAN JOOLEN; VAN LEUSEN, A marginal landscape: Field work on the beach ridge complex near Fogliano (South Lazio), p. 158–159.

<sup>873</sup> *Ibid.*, p. 161.

Uma dessas áreas centrais ficava na própria costa do Pontino, um pouco mais ao norte. O Vale do Astura (ver mapa da figura 162), caracterizado por relevo montanhoso baixo e muitos vales entrecortados por córregos, apresenta condições geográficas mais favoráveis à agricultura, e se tornou o centro da ocupação humana na região costeira ainda no período Arcaico (580-480 a.C.). Nesse período, dois grandes centros urbanos dominam a região. Âncio, cidade mencionada por Dionísio de Halicarnasso como uma das duas cidades volscas que aceitaram o convite à aliança com a Roma de Tarquínio Soberbo<sup>874</sup>, controlava uma importante posição costeira no platô de Vignace, e sua fama com centro de navegação e pirataria está presente na tradição literária. A ocupação contínua do local até os dias de hoje, onde se localiza a moderna cidade de Ânzio, limita o trabalho arqueológico. Os principais indícios de ocupação da cidade nesse período são suas fortificações e materiais votivos encontrados no platô<sup>875</sup> (ver mapa da figura 184).

Subindo o rio Astura, encontra-se o segundo centro arcaico da região, a cidade de Sátrico, objeto de importantes projetos de escavação nas últimas décadas. Sua característica distintiva é o grande santuário de Mater Matuta construído na segunda metade do século VI a.C., destruído mas logo reconstruído no começo do século V a.C.. Em seus arredores, outras grandes construções foram identificadas, seguindo a orientação do segundo templo. Um local de produção de cerâmicas e outro de metalurgia, além de um segundo santuário a sudoeste também foram identificados para esse período<sup>876</sup>. Os vestígios arqueológicos da Sátrico arcaica mostram um assentamento bastante imponente (ver mapa da figura 185).

Uma série de sítios isolados se espalham por diversas regiões do território, sobretudo no vale do Astura propriamente dito e de seus tributários (ver mapa da figura 186 e gráfico da figura 183). De maneira geral, esses assentamentos se posicionam nas encostas ao longo desses vales, terras favoráveis para a agricultura arável. Avaliando-os qualitativa e quantitativamente, de Haas propõe que parte desses sítios (aquelas apenas com vestígios de cerâmica) seriam vestígios de estruturas mais simples, possivelmente cabanas, um segundo grupo (formado por sítios onde telhas arcaicas foram achadas) representaria estruturas mais elaboradas (que como argumentei no primeiro capítulo,

---

<sup>874</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 4.49.1. Acredita-se que a cidade era originalmente latina, mas que durante o século VI havia sido integrada à área de influência volsca de alguma maneira (migrações, conquistas, colonizações, não se sabe).

<sup>875</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 179.

<sup>876</sup> *Ibid.*, p. 179–181.

estariam surgindo nesse momento da história da Itália central<sup>877</sup>) e um desses sítios (com uma extensão muito vasta de material arqueológico) seria vestígio de uma aldeia. Dentre esses materiais encontrados nos sítios isolados estão fragmentos de *bucchero*, mostrando a inserção desses assentamentos em redes mais amplas de circulação<sup>878</sup>.

Essa região se torna, nas últimas décadas do período arcaico e ao longo do período pós-arcaico um dos principais palcos dos enfrentamentos entre romanos, volscos e latinos. Sático e Âncio estiveram envolvidas na guerra dos latinos contra Roma<sup>879</sup>, e depois da derrota na batalha do lago Regilo em 493 a.C., os volscos são expulsos de Âncio<sup>880</sup>. Contudo, logo Sático aparece em Lívio sendo conquistada pelos volscos durante as campanhas de Coriolano em 491 a.C.<sup>881</sup>.

Após algumas décadas sem notícias de Âncio, ela reaparece já sob domínio volco novamente. Lívio conta que, em 469 a.C., sem condições de tomar Âncio, onde as tropas volscas haviam se refugiado, os romanos tomam Ceno, cidadela que funcionava como porto da cidade<sup>882</sup>. No ano seguinte, os romanos derrotam os volscos próximo à cidade, a cercam e os volscos se rendem<sup>883</sup>. Em 467 a.C., diante dos conflitos entre patrícios e plebeus em torno da distribuição de terras, decide-se criar uma colônia em Âncio. Lívio parece descrever, contudo, um grande fracasso: poucos plebeus teriam se inscrito, mais interessados em lutar por terras próximas à Roma – o que teria tornado necessário admitir volscos entre os colonos<sup>884</sup>. Ademais, a colônia não parece ter dado real controle à Roma sobre Âncio: três anos depois, segundo a narrativa de Lívio, os anciates já conspiravam contra Roma<sup>885</sup> e a desconfiança de que Âncio estava do lado volco reaparece em outros momentos<sup>886</sup>. Enquanto tudo isso ocorre em Âncio, não temos nenhuma notícia de Sático nas narrativas históricas. Para a segunda metade do século V a.C., esse silêncio

<sup>877</sup> Ver capítulo 1, subseção 3.3.

<sup>878</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 181–183; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 54.

<sup>879</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.61.3

<sup>880</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 6.3.2; Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.33.4.

<sup>881</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.39.3.

<sup>882</sup> *Ibidem*, 2.63.7.

<sup>883</sup> *Ibidem*, 2.65.

<sup>884</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.1.5-7. Essa não é a única menção à inclusão de não-romanos em colônias e muito provavelmente esse era um procedimento comum na época. Ver: BRADLEY, Guy Jolyon, *Colonization and Identity in Republican Italy*, in: BRADLEY, Guy Jolyon; WILSON, John-Paul; BISPHAM, Edward (Orgs.), **Greek and Roman colonization: origins, ideologies and interactions**, Swansea: Classical Press of Wales, 2006, p. 164–167; PELGROM, *Settlement organization and land distribution in latin colonies before the Second Punic War*, p. 354–357.

<sup>885</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.4.3-6.

<sup>886</sup> *Ibidem*, 3.10.8; 3.22..

se estende à Âncio e só vamos ouvir falar novamente nas nossas fontes sobre essa região nas narrativas sobre o século IV a.C. Essa ausência nas fontes tem sido interpretada como sinal de maior estabilidade, sob domínio volsco, na área<sup>887</sup>.

Essa aparente tranquilidade acaba na virada do século V para o IV a.C.. Em 408 a.C. os anciates aparecem como líderes da mobilização dos volscos para lutar contra os romanos<sup>888</sup>. Em seguida, Lívio narra tropas romanas tomando Âncio por duas vezes, em 407 e 406 a.C.<sup>889</sup>. Sátrico também aparece sob domínio volsco e se rebelando contra Roma alguns anos depois, em 393 a.C.<sup>890</sup>. Novos conflitos entre romanos e volscos envolvendo Sátrico e Âncio ocorrem em 386 a.C., sendo Sátrico tomada pelos romanos e Âncio salva pela necessidade dos romanos de desviar suas tropas para debelar o ataque etrusco à Sútrio e Nepete quando já cercavam a cidade<sup>891</sup>. Lívio conta ainda que, para apaziguar os ânimos de revolta da Plebe, o Senado decidiu enviar dois mil colonos romanos para Sátrico<sup>892</sup>. Contudo, três anos depois a cidade é conquistada pelos prenestinos, aliados aos volscos<sup>893</sup>.

Na década seguinte, a região continua sendo o centro dos conflitos entre romanos, latinos e volscos no relato de Lívio. Em 378 a.C., o território de Âncio é devastado por tropas romanas, forçando a rendição da cidade. Indignados com a rendição dos anciates, seus aliados latinos incendiam Sátrico a ponto de, segundo Lívio, só ter ficado de pé o templo de Mater Matuta<sup>894</sup>. A cidade teria sido recolonizada por volscos de Âncio na década de 340 a.C., mesmo momento em que a sublevação de Âncio volta a ser tema de Lívio. A guerra é rápida e dessa vez são os romanos que destroem Sátrico, poupando também o templo de Mater Matuta<sup>895</sup>. No final dessa década, os anciates entram mais uma vez em conflito com Roma<sup>896</sup>, e depois se enfileiram ao lado dos latinos rebelados contra Roma<sup>897</sup>. Após a vitória final romana, em 338 a.C., Âncio é inserida no novo sistema político romano: uma nova colônia é enviada para lá, mas os cidadãos da cidade recebem não só o direito de se inscrever nela como também recebem a cidadania romana.

---

<sup>887</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 171–172.

<sup>888</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 4.56.5-7.

<sup>889</sup> *Ibidem*, 4.57.7; 4.59.3.

<sup>890</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.102.4.

<sup>891</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.6.4, 6.6.12, 6.7-9.

<sup>892</sup> *Ibidem*, 6.16.6.

<sup>893</sup> *Ibidem*, 6.22.4.

<sup>894</sup> *Ibidem*, 6.31-33.

<sup>895</sup> *Ibidem*, 7.27.

<sup>896</sup> *Ibidem*, 8.1.5-6.

<sup>897</sup> *Ibidem*, 8.12-13.

Por outro lado, a frota da cidade é confiscada, parte dos navios é incendiada, e seus esporões foram usados para adornar o fórum romano<sup>898</sup>.

Toda essa narrativa de conflitos antes de 340 a.C., com as seguidas conquistas de Âncio por Roma e sua resiliência em se manter volsca e fora do domínio romano me parece ilustrar perfeitamente o modo de guerra de razias que discuti no final do capítulo anterior. A incapacidade romana em submeter Âncio nos conflitos da segunda metade do século IV a.C. destaca ainda mais a especificidade da conquista de Veios. A dinâmica de incursões militares só chega ao fim com a reorganização do sistema político romano, que cria uma nova realidade política na Itália central.

Esse cenário de guerra e destruição tem sido utilizado, como esperado, para explicar as transformações no registro arqueológico identificado na região, marcado por uma sensível diminuição no número total de sítios com ocupação atestada para esse período (ver gráfico da figura 183). Por conta da dificuldade em identificar vestígios arqueológicos de Âncio, é difícil acompanhar o desenvolvimento de seu centro urbano neste período: sabemos apenas, por conta de alguns materiais votivos e por indícios de uma reforma na muralha da cidade, que ela continua sendo ocupada nesse período<sup>899</sup> (ver mapa da figura 187).

A realidade em Sático, cuja escavação nos permite um bom conhecimento sobre seu desenvolvimento cronológico, é, por sua vez, bastante convergente com as notícias presentes em Lívio. A marca principal da fase pós-arcaica de Sático é a multiplicação de cemitérios no local, ocupando inclusive regiões dentro do perímetro do antigo assentamento do período arcaico (ver mapa da figura 188). Isso mostra o abandono de parte significativa do assentamento na cidade, que se divide em um grupo de assentamentos menores, alguns deles fora da área do assentamento arcaico. As muralhas da cidade também parecem ter sido derrubadas nesse período também. A multiplicação de cemitérios, contudo, indica a relevância religiosa do local. Existe algum debate sobre a continuidade da ocupação do Templo de Mater Matura, mas a visão predominante identifica a continuidade do uso do templo até finais do século III a.C., convergindo com as informações de Lívio<sup>900</sup>. Possivelmente associado à economia templária, um local de

---

<sup>898</sup> *Ibidem*, 8.14.8, 8.14.12.

<sup>899</sup> DE HAAS, **Fields, farms and colonists**, p. 183.

<sup>900</sup> Existem duas cronologias propostas para as fases estratigráficas do sítio arqueológico do templo de Mater Matura em Sático. A versão high chronology afirma que a segunda fase do templo foi construída por volta de 540 a.C. e destruída por volta de 480 a.C.. Já a versão low chronology, mais aceita, afirma que essa segunda fase data da virada do século VI para o V a.C. e esteve ocupada até finais do século III a.C..

produção de cerâmica e estatuetas foi também identificado para esse período. Aparentemente, ocorre em Sático um processo de fragmentação do assentamento nuclear arcaico, que permanece, contudo, sendo um importante centro religioso e de convergência da população local pelos séculos seguintes<sup>901</sup>.

A interpretação do assentamento rural é extremamente difícil. A característica mais marcante do material arqueológico datado para esse período é a escassez de cerâmicas finas, o que dificulta bastante a datação de sítios para esse período<sup>902</sup>. Em primeiro lugar, o significado histórico disso parece ser uma desarticulação dos assentamentos rurais com as rotas de circulação dessas cerâmicas. A identificação de dois locais de produção de telhas em assentamentos deste tipo é apontada por de Haas como indício dessa desarticulação – os camponeses precisam produzir suas próprias telhas por não terem mais acesso a produção dos centros urbanos. A impressão de que esse foi um momento de crise econômica na região parece ser reforçada também pela “pobreza” dos depósitos votivos em Sático. A diminuição no número total de sítios também é apontada por de Haas como indício de um recuo demográfico na região, que estaria obviamente ligado aos constantes enfrentamentos militares na região. Um processo de aglomeração de assentamentos rurais também é apontado por de Haas como resultado desse quadro de conflitos<sup>903</sup>. Essas informações me encaminhariam para a conclusão de que em uma região severamente afetada por razias, temos como resultado cumulativo uma retração na ocupação do campo.

Alguns dados específicos, porém, precisam ser analisados. Em primeiro lugar, devido à escassez de cerâmicas finas, a identificação dos sítios desse período é comparativamente mais difícil, o que sugere uma proporção entre sítios identificados e assentamentos existentes no período muito menores – isto é, o silêncio arqueológico do mundo rural é maior nesse período. Nesse sentido, as informações sobre a presença de telhas nesses sítios são muito interessantes. A proporção de sítios onde foram encontradas telhas desse período é muito maior do que o do período anterior, o que poderia indicar uma disseminação de construções mais robustas nos assentamentos isolados no campo. Seguindo essa linha, o aparecimento dos locais de produção de telha poderia ser interpretado em um sentido oposto ao acima sugerido: a intensificação da construção de

---

Sua destruição, nesta segunda abordagem, é associada com a notícia de Lívio de que o templo foi destruído por um raio em 207 a.C.. Ver Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 28.11.2. *Ibid.*, p. 181.

<sup>901</sup> *Ibid.*, p. 184–185.

<sup>902</sup> *Ibid.*, p. 185.

<sup>903</sup> *Ibid.*, p. 187.



estruturas mais robustas teria tornado necessária a produção local de telhas para dar conta dessa demanda. Isso, contudo, pode ser um processo mais localizado: dos 16 sítios com telhas, seis se aglomeram nas proximidades desses dois locais de produção de telhas, que são vizinhos um do outro – e outros quatro se aglomeram alguns quilômetros a oeste<sup>904</sup> (ver mapa da figura 189).

Diante dessa dificuldade de interpretação dos dados do período pós-arcaico, é necessária alguma cautela. Se por um lado o quadro de diminuição no número absoluto de sítios que são vestígios de assentamento rurais isolados em um lugar que as narrativas históricas colocam no centro das razias romanas e volskas dos séculos V e IV a.C. parece corroborar minha interpretação de que esse tipo de conflito poderia ter estimulado a moradia em assentamentos nucleares fortificados, a possível disseminação de construções mais robustas no campo nesse mesmo momento vai diametralmente no sentido oposto do modelo que formulei no final do capítulo anterior.

Depois da vitória romana em 338 a.C., essa região passa a ser mencionada de maneira bastante esporádica nas narrativas históricas. A partir dos estudos arqueológicos, sabemos que Sátrico permanece, ao longo do período republicano médio (350-250 a.C.), um centro religioso importante sem indícios de ser utilizado como um assentamento nuclear<sup>905</sup> (ver mapa da figura 190). Âncio, por outro lado, a despeito das dificuldades do trabalho arqueológico no local, parece se consolidar como centro da ocupação humana na região<sup>906</sup> (ver mapa da figura 191). Por sua vez, o número de sítios certamente ocupados nesse período é ainda menor do que no período anterior (ver gráfico da figura 183), mas aqui os problemas metodológicos são ainda mais sensíveis.

Os únicos materiais que permitem uma datação específica para esse período entre 350 e 250 a.C. são os fragmentos de alças e bases de cerâmica de verniz negro e uns poucos tipos de cerâmica comum local, encontrados em apenas 14 sítios. Contudo, uma grande quantidade de sítios possui materiais que podem ser datados para recortes maiores e que incluem o período republicano médio (como sítios “romanos” ou sítios “republicanos”). Analisando partes dos materiais encontradas nesses sítios, de Haas acredita que uma parte muito significativa deles já estava ocupada durante o período republicano médio<sup>907</sup>. Considerando-os como “possivelmente ocupados”, os vestígios de

---

<sup>904</sup> *Ibid.*, p. 185–186, 188.

<sup>905</sup> *Ibid.*, p. 190–191.

<sup>906</sup> *Ibid.*, p. 189–190.

<sup>907</sup> *Ibid.*, p. 191.

assentamento rurais isolados para esse período crescem exponencialmente (ver gráfico da figura 183). Teríamos aqui, portanto, uma importante intensificação do assentamento rural nesse período.

Enquanto no período anterior os vestígios de assentamentos isolados se concentram no vale do Astura propriamente dito e, em menor grau, no vale próximo a Âncio, no período republicano médio toda a região, dos outros vales existentes à planície costeira, passam a ser ocupados por assentamentos isolados (ver mapa da figura 192). O crescimento mais acentuado no número de sítios nas redondezas de Âncio pode ser sinal de sua crescente importância como polo central do assentamento na região. O protagonismo dos assentamentos isolados na intensificação da ocupação do campo se destaca, ainda, com o abandono da aldeia à leste de Sátrico, ocupada desde o período arcaico, e dos assentamentos aglomerados identificados para o período pós-arcaico<sup>908</sup>. Um assentamento rural disperso parece ser a marca do vale do Astura no período republicano médio – e de Haas não se furta de relacionar isso com a maior estabilidade política na região para esse período<sup>909</sup>.

## 1.2. Entorno do Monte Massico, Campânia Setentrional

Sobre a Campânia, temos informações arqueológicas mais sistemáticas sobre os territórios próximos ao Monte Massico, na Campânia Setentrional (ver mapas das figuras 3 e 194). Alguns estudos arqueológicos foram realizados na área ao norte do monte – até a margem esquerda do rio Liri (nessa parte, depois que ele recebe as águas do rio Gari, também conhecido como Garigliano), onde as colônias de Minturnas, Suessa Aurunca e Sinuessa foram fundadas depois da conquista romana da região – mas especialmente ao sul do monte – onde ficava o famoso campo falerno (*ager falernus*), próximo à margem direita do rio Volturno<sup>910</sup>.

Estes estudos, porém, se inserem em uma tradição de levantamentos de superfície muito diferente da que seguem os estudos que utilizei como guia para a análise regional até aqui (os projetos da *British School at Rome* na Etrúria Meridional e o *Pontine Region Project*). Os levantamentos realizados nessa região foram muito extensivos, baseados na

---

<sup>908</sup> *Ibid.*, p. 191–192.

<sup>909</sup> *Ibid.*, p. 193.

<sup>910</sup> VALLAT, Jean-Pierre, Le paysage agraire du piedmont du Massique, in: CHOUQUER, Gérard *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale. Cadastres et paysages ruraux**, Roma: Ecole Française de Rome, 1987, p. 315–377; ARTHUR, Paul, **Romans in northern Campania: settlement and land-use around the Massico and the Garigliano basin**, London: British School at Rome, 1991.

visita para coleta de material em sítios previamente identificados por estudos topográficos, complementada por *field walkings* extensivos e pela utilização de fotografias aéreas – o que levou, como veremos a seguir, a uma grande ênfase nos estudos sobre centurição. Até por conta dessa abordagem mais extensiva, estudos mais detalhados das cerâmicas encontradas não puderam ser realizados, o que implica sempre em recortes cronologicamente muito vastos – e nem sempre claramente explicitados na divulgação dos resultados. Tudo isso significa um conjunto de informações mais restrito e menos específico sobre a região do que aqueles analisados até aqui. De toda maneira, esses estudos nos permitem algumas reflexões comparativas que merecem atenção porque, de maneira geral, as transformações no assentamento desta região têm sido associadas ainda mais diretamente com a intervenção romana do que nas regiões até agora estudadas.

A área que melhor resume esse protagonismo dado a ação romana na transformação do assentamento é o campo falerno. Acredita-se que, no período pré-romano, o território era despovoado, já que nenhum sítio pré-romano foi identificado no local, e dominado por pântanos, como estudos do solo da região mostraram. Paul Arthur acredita que essa área não apenas era inabitada como servia de barreira entre os campânios, que viviam ao sul, e os auruncos, que viviam ao Norte – o que explicaria o pouco contato entre esses povos vizinhos durante o período pré-romano<sup>911</sup>.

Uma série de canais para drenagem do pântano e aterros para elevar a altura do solo, identificados nestes mesmos estudos sobre o solo da área<sup>912</sup>, foram necessários para a incorporação deste território à prática agrícola. Comparando o mapa desse estudo dos solos da região com o mapa de reconstrução da grade de centurição da área proposto por Jean-Pierre Vallat (ver mapa da figura 195), Arthur identifica uma sobreposição da área drenada e da área centuriada – o que significaria, segundo sua interpretação, que drenagem e centurição foram realizadas de uma só vez. Teria sido, portanto, apenas com a conquista romana, que o campo falerno teria se tornado agricultável. A identificação de uma malha significativa de sítios com vestígios de ocupação no período romano atestaria arqueologicamente este fato. Dado que a região era conhecida como local de produção de

---

<sup>911</sup> ARTHUR, **Romans in northern Campania**, p. 35.

<sup>912</sup> SEVINK, Jan, *Physiographic soil surveys and archeology*, in: MALONE, Caroline; STODDART, Simon (Orgs.), **Papers in Italian archaeology IV. Part 1, The human landscape.**, Oxford: Archaeopress, 1985.

um dos vinhos mais aclamados pelos textos antigos<sup>913</sup>, a interferência romana na região não apenas teria incorporado esta região, mas a tornou um local especialmente produtivo. É uma narrativa de sucesso absoluto da interferência romana na paisagem.

Quando tentamos decompor essa narrativa do campo falerno como criação romana em etapas cronologicamente mais específicas, contudo, algumas questões logo surgem. Em primeiro lugar, a data exata de quando essa centurição, drenagem e incorporação do campo falerno às terras agricultáveis teria acontecido é bastante disputada. Como mencionado acima, em 340 a.C., após vitórias contra os rebeldes latinos e seus aliados, teriam sido distribuídas terras no campo Falerno, complementando distribuições no território latino, a cidadãos romanos<sup>914</sup>. Alguns anos depois, a cidade aurunca de Cales, nas imediações ao norte do campo falerno, é conquistada e triúviro são enviados para distribuir terras a 2500 colonos romanos<sup>915</sup>. Lívio ainda registra para o ano de 318 a.C. a criação da tribo falerna na região<sup>916</sup>, poucos anos antes do estabelecimento da Via Apia, que passava pela região. O século IV a.C., contudo, não é o candidato único a essa datação: sabe-se que a região recebeu novas divisões de terras nos séculos seguintes, como o assentamento de veteranos de Sulla ligado a fundação de Urbana, imediatamente a leste do campo falerno<sup>917</sup>, e novos assentamentos realizados nos arredores do Fórum Popílio por Augusto e Vespasiano<sup>918</sup>. Todas essas datas poderiam ter envolvido um processo de centurição e drenagem da região.

Duas tentativas de precisar o momento da centurição se desenvolveram a partir de duas identificações distintas dos vestígios da grade de centurição na paisagem moderna. Werner Johannowsky identificou três *decumani* (leste-oeste), distantes cerca de 4.000 m entre si, cortados por inúmeros *kardines* (norte-sul) distantes 147,5 m entre si (ver mapa da figura 195). A distância entre os *kardines* corresponde a 500 pés romanos<sup>919</sup>, mas a distância entre os *decumani* não se encaixa em nenhuma unidade de medida antiga

<sup>913</sup> O vinho falerno era sinônimo de vinho bom e caro nos primeiros séculos do Império. Ver, por exemplo, Horácio, Odes, 2.11.19, Sátiras, 2.4.24; Estrabão, Geografia, 5.3.6.. Essa parece ter sido mais que uma mera imagem literária, já que o vinho falerno é indicado como especialmente caro no Edito de preços de Diocleciano (2.7.). DALBY, Andrew, **Food in the Ancient World from A to Z**, [s.l.]: Routledge, 2013, p. 138–139.

<sup>914</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.11.13-14.

<sup>915</sup> *Ibidem*, 8.16.13-14.

<sup>916</sup> *Ibidem*, 9.20.6.

<sup>917</sup> Plínio, o velho, *História Natural*, 14.6.62.

<sup>918</sup> Livro das Colônias (Corpus Agrimensorum Romanorum), 233. CHOUQUER, Gérard *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale: cadastres et paysages ruraux**, Rome: École française de Rome, 1987, p. 189–190.

<sup>919</sup> Um pé romano, assim como um pé grego, mede 29,5 cm.

conhecida. Mesmo a distância de 500 pés romanos parece estranha aos padrões de agrimensura romanos, que usam o *actus*<sup>920</sup> como referência primária. Johannowsky percebe, contudo, que blocos de 4.000x147,5 m são compatíveis com a divisão do território em parcelas de 3 *iugera* mencionada por Lívio para o ano de 340 a.C. (cada bloco seria perfeitamente divisível em 78 parcelas deste tamanho). Mais que isso, os 500 pés de distância entre os *kardines* equivalem a 5 *plethra*<sup>921</sup>, unidade de medida usada por gregos e oscos na Itália meridional, e as três *iugera* mencionadas por Lívio correspondem exatamente a uma área de 10 *uorsus*<sup>922</sup> quadrados, unidade de medida mencionada pelo agrimensor romano Júlio Frontino como utilizada por úmbrios, gregos e oscos<sup>923</sup>. De tudo isso, sugere-se que a os campânios envolveram-se na centurição do campo falerno pelos romanos, o que converge com a informação em Lívio de que os “cavaleiros campânios” não haviam sido incluídos na punição por não terem participado do levante – do que é possível depreender que estes foram incluídos na distribuição das terras na região<sup>924</sup>. Ou seja, a grade de centurição dataria da distribuição de terras estabelecida em 340 a.C..

Gerard Chouquer, Monique Clavel-Léveque, François Favory e Jean-Pierre Vallat, contudo, fazem uma reconstrução das linhas de centurição da área bem distinta na grandiosa obra de identificação de centurições na Itália central e meridional que eles realizaram no final da década de 80. Segundo esta reconstrução, é possível identificar na área uma série de *kardines* distantes 14 *actus* (cerca de 497 m) entre si, e dois *limites* leste-oeste distantes 112 *actus* (3976 m) entre si (ver mapa da figura 196). Os pesquisadores franceses acreditam que entre esses dois limites houvesse uma série de outras linhas de centurição também distantes 14 *actus* entre si, formando, portanto, blocos de 14 *actus* quadrados<sup>925</sup>. A reconstrução histórica que eles fazem das etapas desse processo de centurição depende de alguns pressupostos. Seguindo as ideias de F.T. Hinrichs de que no século IV a.C. os romanos utilizavam como modelo de divisão da terra por faixas definidas por uma série de linhas paralelas apenas, e não em blocos quadrados ou retangulares formados por pelo cruzamento entre linhas transversais, eles

<sup>920</sup> Um *actus* mede 120 pés romanos (isto é, 35,4 m).

<sup>921</sup> Um *plethron* mede 100 pés gregos (isto é, 29,5 m).

<sup>922</sup> Um *uorsus* mede 100 pés oscos, que diferentemente do pé romano ou grego, mede 27,5 cm (assim, um *uorsus* mede 27,5 m).

<sup>923</sup> Júlio Frontino, *Sobre os limites (Corpus Agrimensorum Romanorum)*, p.10.16-19 Campbell.

<sup>924</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 8.11.15. JOHANNOWSKY, Problemi archeologici campani, **Rendiconti della Accademia di archeologia, lettere e belle arti**, v. 50, p. 3–38, 1975; Republicado em: JOHANNOWSKY, Werner, **Dal Tifata al Massico: scritti sulla Campania settentrionale (1961-2000)**, Capua: Direzione regionale per i beni culturali e paesaggistici della Campania, 2010.

<sup>925</sup> CHOUQUER *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale**, p. 183–184.

afirmam que a região foi dividida pelas linhas leste-oeste no contexto da distribuição de terras a partir de 340 a.C., mas que a grade identificada foi estabelecida apenas por uma nova divisão de terras, que traçou linhas no sentido norte-sul, no período gracano ou silano. Isso explicaria a razão de os blocos de 14x14 *actus* não serem compatíveis com as parcelas de 3 *iugera* distribuídas em 340 a.C.: os blocos nem existiriam ainda quando dessa distribuição<sup>926</sup>.

Outras complicações são acrescentadas quando tentamos relacionar a centurição com outras intervenções romanas na área. Uma das mais importantes é a Via Apia, inaugurada em 312 a.C., como vimos acima, pelo censor Ápio Cláudio Cego. Diferentemente da Planície do Pontino, ao norte, e do território campânio, ao sul, nessa região a Via Apia cortava a região de maneira congruente com o sistema de centurição segundo os arqueólogos franceses (ver mapas das figuras 193 e 196). Isso poderia significar que a construção da estrada foi contemporânea à primeira divisão de terras – e que esta estaria associada ao estabelecimento da tribo falerna alguns anos antes<sup>927</sup>. Contudo, acredita-se que o trecho específico que corta o campo falerno de maneira congruente às linhas de

---

<sup>926</sup> *Ibid.*, p. 185–186; F. Castagnoli, em seu estudo seminal sobre a identificação de marcas de centurição na Itália a partir de fotos aéreas identificou a existência de dois padrões de centurição: a tradicional grade formando blocos, e um sistema baseado em linhas paralelas apenas. Ele interpretou isso como modelos diferentes utilizados, respectivamente, para a distribuição de terras em colônias marítimas (romanas), nas quais os colonos mantinham a cidadania romana e por isso parcelas menores seriam distribuídas (para não permitir uma ascensão desses colonos na estrutura censitária republicana), e colônias latinas (nas quais os colonos se tornavam cidadãos da nova colônia e por isso havia distribuição de parcelas de tamanhos diferentes, para dar conta dos diferentes níveis censitários dos colonos). CASTAGNOLI, F., I piú antiche divisioni agrarie romane, **Bullettino del Museo della Civiltà Romana**, v. 18, p. 3–10, 1953; F.T. Hinrichs contestou esta interpretação afirmando que não é possível identificar verdadeiras grades de centurição para os primeiros séculos da República. Baseando-se no texto do agrimensor Júlio Frontino (Sobre os tipos de terras, *Corpus Agrimensorum Romanorum*, p.1.5-15 Campbell = T1.1. = L1.1.), ele acredita que seja possível associar essa divisão em linhas paralelas (que Frontino chama de divisão per strigae et scamna) com um modelo mais antigo, desenvolvido ainda no período pré-romano e disseminado pelos romanos que, depois da segunda guerra púnica, acabaram por o desenvolver no modelo de grade. Isso deu início a um debate que tentava mostrar ou contestar a antiguidade de vários sistemas de centurição identificados na Itália. Por exemplo, Castagnoli contra Hinrichs: CASTAGNOLI, F., Sulle piú antiche divisioni agrarie romane, **Rendiconti della Classe di Scienze morali, storiche e filologiche dell'Accademia dei Lincei**, v. 39, p. 241–257, 1984; Recentemente, Brian Campbell demonstrou que a interpretação “cronológica” de Hinrichs não tem embasamento no texto de Frontino. Comparando Frontino com Higino (Estabelecimento de Limites, *Corpus Agrimensorum Romanorum*, p.160-162 Campbell), Campbell identifica as duas formas de divisão do solo como alternativas para diferentes tipos de terreno – sendo as linhas paralelas mais eficientes para terrenos montanhosos, por exemplo. CAMPBELL, Brian, Shaping the Rural Environment: Surveyors in Ancient Rome, **The Journal of Roman Studies**, v. 86, p. 74–99, 1996, p. 86; CAMPBELL, Brian, **The writings of the Roman land surveyors: introduction, text, translation and commentary**, London: Society for the Promotion of Roman Studies, 2000, p. lx–lxi.; Para uma boa síntese do debate com mais indicações bibliográficas, ver: PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 96–99.

<sup>927</sup> Arthur acredita, por exemplo, que o tempo entre a primeira menção à distribuição de terras na região, 340 a.C., e a criação da tribo Falerna, 318 a.C., foi o necessário para a realização da drenagem da região a fim de estabelecer os colonos romanos ali. ARTHUR, **Romans in northern Campania**, p. 36.

divisão do terreno só foi estabelecida após a fundação da colônia em Sinuessa – antes a Via Apia cortaria o campo falerno ao norte e convergiria, é verdade, com as linhas de divisão do território, mas apenas por um trecho muito curto<sup>928</sup>. Para manter o estabelecimento dessas linhas ainda no século IV a.C., é preciso supor que a estrada foi construída posteriormente, substituindo uma via construída pela centurição – ideia aceita pelos arqueólogos franceses que estudaram a região<sup>929</sup>. Tudo isso sem considerar que a possibilidade de que a grade identificada por Johannowski seja a correta.

Outras dificuldades vêm da relação com os assentamentos estabelecidos pelos romanos na região. Dois fóruns foram ali criados: o Fórum Cláudio, imediatamente ao norte do campo falerno, e o Fórum Popílio, na parte central. Os nomes dos assentamentos – que tem relação com o nome dos magistrados romanos que os estabeleceram – tem gerado alguns problemas interpretativos. Uma perspectiva, inaugurada por Theodor Mommsen, associa o Fórum Popílio ao cônsul de 316 a.C. Marco Popílio Laenas<sup>930</sup>, imaginando que esta fundação esteve relacionada à criação da tribo falerna dois anos antes. Também contemporâneo e possivelmente relacionado a essa fundação do Fórum Popílio no final do século IV a.C. estaria o início do envio pelos romanos de pretores para administrar justiça na Campânia – que segundo Lívio começam justamente em 318 a.C. após um pedido dos campânios para que magistrados romanos arbitrassem disputas na região<sup>931</sup>. Por sua vez, dentro ainda da perspectiva desses fóruns terem sido fundados já no século IV a.C., o Fórum Cláudio teria sido fundado por Ápio Cláudio Cego durante o estabelecimento da Via Ápia. A fundação da colônia de Sinuessa em 295 a.C., que teria estimulado uma mudança no traçado da Via Ápia, o teria tornado desnecessário, o que levaria a sua desocupação poucos anos depois da fundação<sup>932</sup>.

Contudo, Johannowsky tem uma hipótese completamente diferente para a fundação desses fóruns. Segundo ele, o Fórum Cláudio está ligado ao cônsul de 143 a.C. (e posterior triúmviro gracano) Ápio Cláudio Pulcher, enquanto o Fórum Popílio seria fundação do cônsul de 142 a.C. Públio Popílio Laenas<sup>933</sup>. Os achados arqueológicos nas regiões dos fóruns parecem contrariar essa interpretação: uma série de tumbas dos séculos IV e III a.C. foram descobertas por escavações clandestinas na área do Fórum Popílio e em ambos

<sup>928</sup> *Ibid.*, p. 48–51.

<sup>929</sup> CHOUQUER *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale**, p. 185.

<sup>930</sup> Identificado nos *fasti consulares* e por Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 9.21.1.

<sup>931</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 9.20.5.

<sup>932</sup> CHOUQUER *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale**, p. 188.

<sup>933</sup> JOHANNOWSKY, *Problemi archeologici campani*.

os locais foram identificados material cerâmico datado para esse mesmo período. Johannowsky considera, contudo, que esses achados são muito insignificantes e Arthur considera que, realmente, eles podem atestar meramente uma ocupação anterior dos locais onde os romanos posteriormente estabeleceriam os fóruns<sup>934</sup>. A interpretação de Johannowsky teria a vantagem, segundo o próprio autor, de convergir melhor com a ausência de vestígio de ocupação de sítios na planície do campo falerno antes do século II a.C.<sup>935</sup>.

Essas dificuldades na análise da centurição do campo falerno mostram os limites deste tipo de estudo quando ele depende fundamentalmente da identificação dos traços de centurição por fotografias aéreas. A associação dessas importantes informações com estudos arqueológicos, envolvendo escavação ou prospecções de superfície, são fundamentais para podermos trabalhar com os dados da centurição de maneira mais apropriada. No caso do campo falerno, as informações arqueológicas identificadas pelos levantamentos de superfície, como destacado por Johannowski, chamam atenção. Para o início do período romano na região, Jean-Pierre Vallat identifica um predomínio de assentamentos nucleares em colinas do monte Massico, que continuarão sendo ocupadas ao longo do período romano, mas que perderão o protagonismo no assentamento da região para *uillae* e fazendas construídas nas terras mais baixas a partir do século II a.C.<sup>936</sup>. Ou seja, o estudo arqueológico da região não identificou uma ocupação sistemática do campo falerno propriamente dito já no século IV a.C., nem mesmo ao longo do III a.C..

Porém, não acredito que isso nos permita afirmar categoricamente que a incorporação da área foi realizada apenas posteriormente. A forma de realização da pesquisa arqueológica na região, muito extensiva, somada ao desconhecimento da tipologia da cerâmica pré-romana local na época de sua realização<sup>937</sup> (em contraste, por exemplo, com o bom conhecimento que os pesquisadores ingleses na Etrúria meridional tinham sobre o *bucchero* na época de seus estudos) criam problemas muito sérios para a identificação de assentamentos pré-romanos ou dos primórdios do período republicano. A concentração de achados de vestígios de assentamentos de maior porte (*uillae*) ou de períodos mais recentes em que tradicionalmente se encontra uma taxa maior de material

<sup>934</sup> ARTHUR, **Romans in northern Campania**, p. 36–37.

<sup>935</sup> JOHANNOWSKY, Problemi archeologici campani; CHOUQUER *et al* (Orgs.), **Structures agraires en Italie centro-méridionale**, p. 188.

<sup>936</sup> VALLAT, Le paysage agraire du piedmont du Massique, p. 373–377.

<sup>937</sup> PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 111, n.404.



arqueológico (período tardo-republicano e imperial) tem grandes chances de ser um viés metodológico causado por essas questões, e seria imprudente descartar a existência de um quadro pré-romano e proto-romano diferente do (não) identificado.

A comparação entre o campo falerno e um caso parecido visto acima, a planície do Pontino, me leva a desconfiar da visão de que a drenagem da região foi realizada toda de uma única vez por uma grande intervenção romana ainda no século IV a.C.. Mesmo Paul Arthur reconhece que parte do processo de centurição pode ter origens pré-romanas<sup>938</sup> – e se aceitarmos a reconstrução da grade de centurição de Johannowsky, mas não suas conclusões históricas, é possível que ao menos uma primeira etapa da centurição tenha sido feita pelos campânios antes da conquista romana, o que explicaria mais satisfatoriamente o uso de medidas de origem grega-osca.

Essa explicação é sugerida por Pelgrom para algumas grades de centurição identificadas nas proximidades de Sinuessa. Normalmente estas grades são identificadas como resultado da presença romana – Sinuessa, assim como Suessa Aurunca e Minturnas, são cidades auruncas conquistadas no contexto da guerra contra os latinos em rebelião (341-338 a.C.) e que recebem colônias romanas entre o final do século IV e o início do século III a.C.. Pelgrom identifica, contudo, o predomínio do uso de unidades de medidas gregas e oscas no que parecem ser os vestígios das mais antigas divisões de terras na região. Num conjunto de vestígios identificados ao norte da cidade, é possível identificar a formação de blocos de 16x16 *uorsus* (ver mapa da figura 197). Na planície à nordeste da cidade, na direção de Suessa Aurunca, é possível visualizar outra grade, formando blocos de 8x8 *plethra* (ver mapa da figura 198). Por fim, um terceiro sistema identificado próximo à Sinuessa, à sudeste, demarca blocos de 5x25 *plethra* (ver a grade identificada como Sinuessa VI no mapa da figura 199). Pelgrom sugere que essa predominância de unidades de medidas gregas e oscas pode ser usada para questionar sua origem romana e sugere os auruncos, ou talvez os gregos da provavelmente lendária colônia grega de Sinope, como os criadores dessas divisões<sup>939</sup>.

É verdade que outras grades de centurição foram estabelecidas nessa região, nas proximidades de Sinuessa, Suessa Aurunca e Minturnas, nos séculos seguintes à dominação romana. Contudo, é importante perceber que essas divisões de terra – e possíveis modificações no território, como drenagens, associadas a elas – não são

<sup>938</sup> ARTHUR, *Romans in northern Campania*, p. 36–37.

<sup>939</sup> PELGROM, *Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome*, p. 112–113.

monopólio romano e podem ter sido realizados antes da conquista. Seguindo esse preceito, poderíamos até imaginar, para o caso do campo falerno, que os traços identificados por Johannowski são pré-romanos e os identificados por Vallat são romanos.

Além disso, se aceitarmos a narrativa de Lívio de que a divisão de terras no campo falerno foi uma punição aos rebeldes locais, faz muito mais sentido imaginar terras já ocupadas sendo tomadas do que a incorporação de um território completamente marginal e não utilizado pelos rebeldes. A presença de material arqueológico datado para o início do período republicano nos locais onde foram fundados os Fóruns Cláudio e Popílio poderia ser indício dessa população pré-romana, como conjecturado por Arthur, e essas possíveis divisões de terras pré-romanas se encaixariam nesse quadro.

No sentido de identificar um processo mais lento e gradual de transformação da paisagem do campo falerno, é possível também apontar na direção oposta: parte da centurição da região – e sua conseqüente drenagem – podem ter sido realizadas apenas em momentos mais avançados da história romana. É verdade que a região, diferente da Planície do Pontino, não parece ter continuado por todo o período romano um local ainda parcialmente dominado por pântanos. Em algum momento da história romana, o campo falerno parece ter se tornado um campo agricultável extremamente importante. Contudo, isso não significa que tal processo já estava concluído no início do século III a.C.<sup>940</sup> – sendo razoável supor que as distribuições de terras que ocorrem no local nos séculos posteriores também tenham envolvido centurição e drenagem do solo.

Os levantamentos realizados nessa região nos permitem uma visão em escala temporal mais ampla apenas. É possível afirmar que ao longo da segunda metade do primeiro milênio a.C., o campo falerno deixou de ser um local dominado por pântanos para se tornar uma região dominada por *uillae* produzindo um dos mais famosos vinhos do período romano. Detalhes maiores que esses demandariam pesquisas mais intensivas na região. De toda forma, a comparação com outros casos nos permite desconfiar da grande narrativa tradicionalmente utilizada para contextualizar essa transformação, na qual o sujeito da história é sempre Roma. Neste sentido, é possível sugerir um quadro

---

<sup>940</sup> Um fragmento do livro 34 da História de Políbio, preservado por Ateneu (Baquete dos Sofistas, 1.57), menciona um vinho produzido em Cápua chamado Anadendrites ao qual nenhum outro poderia se comparar. Alguns consideram essa a mais antiga menção ao vinho do campo Falerno, datada, portanto, para cerca de 140 a.C.. Ainda que não seja possível ter certeza se Políbio não tratava de um vinho produzido em Cápua de fato, ou em outra região próxima à cidade, é impossível negar que a menção é sugestiva. DALBY, *Food in the Ancient World from A to Z*, p. 138.

diferente da noção de uma “grande obra romana” na região, que imagine uma transformação um pouco mais gradual, que comece ainda antes da conquista romana e que tenha diferentes etapas ao longo desses séculos.

## 2. Conquista romana no século III a.C. e transformações no assentamento

### 2.1. Os romanos na Sabina e na Etrúria

Ao final da segunda guerra samnita, em 304 a.C., o sistema político em que Roma exercia o poder hegemônico controlava toda a Itália tirrênica centro-meridional (Lácio e Campânia), assim como a Itália adriática centro-meridional (Abruzzo, Molise e norte da Apúlia – ver mapa da figura 161). O fim da guerra, contudo, não engendrou um momento de estabilidade na Itália. Pelo contrário, emerge dessas rearticulações entre os grupos dominantes regionais e destes com as comunidades camponesas da Itália central tirrênica um sistema político-militar expansionista hegemônico por Roma e que se mantém funcionando a todo vapor nas décadas seguintes. Ainda na década final do século IV a.C., nos anos finais da segunda guerra contra os samnitas, campanhas contra algumas cidades etruscas e, especialmente, contra hérnicos, équos e úmbrios resultaram em novas incorporações de territórios na Itália central<sup>941</sup>.

Cornell acredita que na virada do século IV para o III a.C. ficou bastante claro para os povos ainda fora da hegemonia romana que o sistema capitaneado por esta havia se tornado uma ameaça incontornável. Por um lado, os grupos da classe dominante e as comunidades camponesas que estavam à margem desse sistema parecem ter buscado, a partir de então, acordos e alianças com Roma, tentando entrar nesse sistema da melhor maneira possível<sup>942</sup>. Por outro lado, aqueles que resolveram enfrentar a ameaça romana se uniram na maior unidade anti-romana até então já construída, identificada nas narrativas históricas como uma série de alianças entre samnitas, etruscos, úmbrios e gauleses<sup>943</sup>. Esse é o contexto que dá início à terceira guerra samnita, em 298 a.C.. Não surpreende que mais uma vez Lívio associe o início da guerra com um pedido de socorro de um povo independente, os lucanos, contra um ataque samnita<sup>944</sup> – a noção de que os romanos lutavam guerras justas, sempre desencadeadas por uma agressão prévia, perpassa toda a obra. Claramente, contudo, o contexto geopolítico é marcado pelos

<sup>941</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 9.43-45, 10.1-5. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 357; HARRIS, William V., **Rome in Etruria and Umbria**, Oxford: Clarendon Press, 1971, p. 49-61.

<sup>942</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 9.45.18; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 20.101.5.

<sup>943</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 10.21.12. CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 358.

<sup>944</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 10.11.10-13.

conflitos em torno das diferentes tentativas de articulação contra o sistema expansionista liderado por Roma, que por outro lado mostrava-se irrefreável.

A grande batalha desse conflito ocorre em Sentino, em 295 a.C., envolvendo uma quantidade inédita de soldados em um conflito na Itália. Algumas narrativas antigas chegam a mencionar 650 mil soldados inimigos perfilados para enfrentar quatro legiões romanas auxiliadas por um número maior de aliados (a partir disso Cornell calcula algo acima de 36 mil soldados do lado romano). Lívio é mais prudente que algumas de suas fontes, desacredita esses números exorbitantes de inimigos, mas ainda assim aponta para um exército maior que o romano. Segundo ele, 8.700 romanos e aliados e 25.000 inimigos foram mortos na batalha.

Cornell acredita que “Sentino selou o destino da Itália”<sup>945</sup>. Ainda que a dominação completa da península pelo sistema romano ainda não estivesse concluída, depois dessa batalha as possibilidades de alianças anti-romanas, que continuam sendo construídas nas décadas seguintes, fazerem frente ao poderio romano se tornam exíguas – e não por acaso as grandes ameaças à Roma a partir daí virão de fora da Itália, primeiro o rei Pirro do Épiro, e depois Cartago. Estaríamos aqui diante de um nível acima de competição e conflito entre articulações políticas imperiais. É nesse contexto de consolidação do poderio romano, na primeira metade do século III a.C., que a Sabínia e a Etrúria são incorporadas ao sistema romano.

É difícil acompanhar esse processo em detalhe, contudo. Os anos finais da terceira guerra samnita e as décadas seguintes caem em um período obscuro para os nossos conhecimentos por conta da falta de narrativas históricas sobre o período. O final do livro 10 de Lívio dá conta do ano de 293 a.C., e temos apenas os resumos dos livros 11 a 21. De Diodoro da Sicília, só temos a obra completa relativa até o ano de 302 a.C.. E mesmo os *fasti triumphales* apresentam um hiato no período entre 290 e 283 a.C.. Ainda assim, é possível delinear um quadro geral de consolidação da hegemonia romana sobre a Itália central nas décadas seguintes<sup>946</sup>.

A conquista da Sabina é parte desse contexto. O que sabemos dos textos antigos nos informam que, após derrotar os samnitas, ainda em 290 a.C., o cônsul Mânio Cúrio Dentato conquistou rapidamente a região<sup>947</sup>. Ela é incorporada ao sistema romano

---

<sup>945</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 362.

<sup>946</sup> *Ibid.*, p. 362–363.

<sup>947</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro XI.

reduzindo-se suas cidades ao status de *praefecturae*<sup>948</sup>. Parte de sua população é escravizada, outra parte recebe a cidadania sem direito a voto, e parte do território sabino é incorporado ao território romano onde cidadãos romanos são assentados<sup>949</sup>. Em 268 a.C., contudo, os sabinos recebem a cidadania plena romana, segundo Valeio Patérculo<sup>950</sup>, sendo aparentemente incorporados à tribo Sérgia<sup>951</sup>.

A conquista da Etrúria parece ter sido um processo mais gradual, complexo e com idas e vindas, então é difícil rastreá-lo totalmente nas nossas fontes fragmentadas. Ainda no final do século IV a.C., período ainda coberto por Lívio, temos notícias de conflitos seguidos entre Roma e povos etruscos, contexto já mencionado no capítulo anterior por envolver Sútrio, Nepete e Falérios<sup>952</sup>. Os romanos parecem sair vencedores desses conflitos e, como visto acima, nem a aliança etrusca com samnitas, úmbrios e gauleses consegue mudar este cenário.

As escaramuças não cessam depois de encerrada a terceira guerra samnítica, mas para este período temos bem menos informações. Algumas cidades etruscas parecem ter apoiado povos gauleses que entraram em conflito com Roma entre 284 e 283 a.C., enquanto outras ficaram do lado romano<sup>953</sup>. Novos conflitos parecem ter ocorrido nos anos seguintes: os *fasti triumphales* apontam um triunfo do cônsul Quinto Márcio Filippo “sobre os etruscos” (que Andrea Carandini acredita ser sobre a cidade de Tarquínius<sup>954</sup>) em 281 a.C. e do cônsul Tibério Cuncânio em 280 a.C. “sobre os vulcenses e os volsinienses”, indicando vitórias sobre Vulci e Volsínios<sup>955</sup>. Temos notícias de mais dois conflitos envolvendo Roma e cidades etruscas depois disso, contra Cere na década de 270 a.C.<sup>956</sup> e contra uma revolta de escravos em Volsínios na década seguinte<sup>957</sup>.

<sup>948</sup> Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.262 Lindsay.

<sup>949</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro 11; (Pseudo-)Sexto Aurélio Victor, *Homens ilustres da cidade de Roma*, 33.3; Paulo Orósio, *História contra os pagãos*, 3.22.11; Lúcio Ênio Floro, *Epítome de História*, 1.15; Veleio Patérculo, *História Romana*, 1.14.6.

<sup>950</sup> Veleio Patérculo, *História Romana*, 1.14.7; Cícero, *A favor de Balbo*, 13.31.

<sup>951</sup> Cícero, *Contra Vatínio*, 15.36.

<sup>952</sup> Ver capítulo 3, subseção 2.3.

<sup>953</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro 12; Políbio, *História*, 2.19-21; Floro, *Epítome de História*, 1.8.21; Eutrópio, *Breviário de História Romana*, 2.10; Orósio, *História contra pagãos*, 3.22.12-14; Dionísio de Halicarnasso, 19.13.1; Agostinho de Hipona, *Cidade de Deus*, 3.17.2; Apiano, *Guerras Gálicas*, 11; *Guerras samnitas*, 14. HARRIS, **Rome in Etruria and Umbria**, p. 79–83.

<sup>954</sup> CARANDINI, Andrea (Org.), **La Romanizzazione dell’Etruria: il territorio di Vulci**, [Firenze]: Regione Toscana, 1985, p. 38.

<sup>955</sup> HARRIS, **Rome in Etruria and Umbria**, p. 82–83.

<sup>956</sup> Dião Cássio, *História Romana*, fragmento 33.

<sup>957</sup> Dião Cássio, *História Romana*, 10.42 (= Zonaras, *Epítome de História*, 8.4-8); (Pseudo-)Sexto Aurélio Victor, *Homens ilustres da cidade de Roma*, 36.2.

Aparentemente, toda a Etrúria estava de alguma maneira sob a hegemonia romana já no final da década de 260 a.C.. Como se dava na prática esta hegemonia, isto é, como os grupos da classe dominante etrusca e as bases camponesas das cidades etruscas se articularam com o sistema hegemônico romano, é um tema sobre o qual temos pouquíssimas informações. Sabemos que algumas colônias, como Cosa, foram fundadas na região ao longo desse período – que é, na verdade, um momento no qual a fundação de colônias parece ter sido extremamente importante para a organização do domínio romano sobre as várias regiões que haviam acabado de ser conquistadas. Algumas cidades parecem ter recebido o direito de cidadania sem sufrágio, mas o provável é que uma vasta gama de acordos e tratados deve ter regido a relação dos romanos com as diferentes cidades da região<sup>958</sup>.

Essas duas regiões conquistadas por Roma ao norte da cidade na primeira metade do século III a.C. foram objetos, nas últimas décadas, de diversos levantamentos de superfície. Um estudo bastante sistemático de parte da Sabina foi realizado pelo já utilizado nesta tese *Tiber Valley Project* – um dos objetivos do novo projeto da *British School at Rome* era, inclusive, ser capaz de comparar os dados da Etrúria Meridional com os dados da margem oposta do rio Tibre, na Sabina. Outro levantamento de superfície realizado nessa região se deu nas proximidades de Rieti. Já a Etrúria foi objeto de inúmeros estudos realizados por universidades italianas e americanas, sobretudo.

## 2.2. Sabina

### 2.2.1. Sabina Tiberina

A região conquistada em 290 a.C. por Mânio Cúrio Dentato dividia-se entre as terras mais montanhosas à leste e a Sabina Tiberina, no vale do Tibre, rica em terras agricultáveis (ver mapa da figura 113) – e da qual, graças ao *Tiber Valley Project*, temos boas informações sobre a evolução histórica do assentamento. A principal cidade dessa região antes da conquista romana parece ter sido Cures (ver mapas das figuras 3 e 113). O local onde viria a ser o centro urbano da cidade já era ocupado por um pequeno assentamento nuclear (entre 1 e 5 ha.) na idade do ferro<sup>959</sup>. Esse assentamento irá crescer e se tornar um importante centro local entre os séculos VIII e V a.C., com diversos cemitérios em seu entorno datados para esse período. É verdade que o tamanho do centro

<sup>958</sup> HARRIS, *Rome in Etruria and Umbria*, p. 85–113.

<sup>959</sup> GIUSEPPE, Helga di *et al*, *The Sabinensis Ager Revisited: A Field Survey in the Sabina Tiberina*, *Papers of the British School at Rome*, v. 70, p. 99–149, 2002, p. 112–113.

urbano nesse período (30 ha.) não se compara ao das cidades etruscas nem mesmo a Roma contemporânea. De toda forma, dentro da hierarquia de assentamentos na região, ele se destaca e parece ocupar o mesmo papel central que Veios desempenhava em seu território, por exemplo<sup>960</sup>.

Dionísio de Halicarnasso, tratando do mito do rapto das sabinas, conta que os sabinos se reuniram em Cures por ser a maior e mais prestigiosa cidade sabina<sup>961</sup>. Ainda segundo a tradição literária, Cures tem importantes relações com Roma nesse período. É de lá que o rei sabino Tito Tácio teria marchado para resgatar as sabinas raptadas<sup>962</sup> – e acabou por reinar em Roma conjuntamente com Rômulo por cinco anos<sup>963</sup>. O sucessor de Rômulo, Numa Pompílio, também seria nativo de Cures<sup>964</sup>. Ainda que todas essas histórias sejam, obviamente, narrativas míticas, talvez elas possam ser usadas para identificar uma memória tradicional da importância de Cures no passado arcaico da Itália central ainda preservado nos séculos centrais da história romana.

Ainda assim, é apenas no período arcaico (580-480) que o assentamento rural na Sabina Tiberina parece conhecer uma intensificação similar ao que as regiões da margem oposta do Tibre já vivenciavam no período anterior. A partir desse momento, de toda forma, a dinâmica do assentamento rural nesta margem do Tibre se assemelhará em muito ao da Etrúria Meridional<sup>965</sup> (ver gráfico da figura 121). Nesse sentido, essa tendência no aumento no número de sítios logo sofre uma brusca queda no período clássico (480-350 a.C.). Os dados destrinchados para os territórios de Cures (*ager Curensis*) e Ereto (*ager eretanus*) são muito similares aos vistos para as sub-regiões da Etrúria Meridional (ver gráfico da figura 123). A razão disso, pelo menos em parte, pode ser o aumento das guerras de razia, na linha do que já argumentei no final do capítulo anterior. Tito Lívio menciona uma série de razias romanas sobre o território sabino no início do século V a.C.,

---

<sup>960</sup> *Ibid.*, p. 12–13.

<sup>961</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.36.3.

<sup>962</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 1.10-12; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.38.1.

<sup>963</sup> *Ibidem*, 1.13; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.46-47.

<sup>964</sup> *Ibidem*, 1.18; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.58.

<sup>965</sup> DI GIUSEPPE, Helga, Assetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, in: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen, **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 435.

pelo menos<sup>966</sup>. Não se deve perder de vista, ainda assim, a possibilidade que isso revele a importância de algum viés metodológico, como também discuti no capítulo anterior<sup>967</sup>.

O período posterior, contudo, assiste a uma importante reversão de tendência, assim como na Etrúria Meridional (ver gráficos das figuras 121 e 123). A porcentagem de novas ocupações para esse período aqui, inclusive, se destaca. O que mais chama atenção, de toda forma, é o fato de essa região ser dominada por Roma um pouco mais de cem anos depois do que os territórios de Veios, Sutri, Nepete e, ao menos em parte, Capena. Ainda assim, seria possível, dentro da linha tradicional, associar essa intensificação do assentamento com a conquista romana? Em parte sim – como o recorte temporal termina em 250 a.C., seria possível supor que a maior parte desses novos assentamentos é estabelecida após a conquista em 290 a.C.. Esse é o cenário mais provável? Em parte, acredito que é preciso matizar essa imagem, considerando que é mais provável que uma parcela significativa desses novos assentamentos tenha sido estabelecida já na primeira metade desse período. Caso contrário, teríamos que imaginar uma curva de crescimento no número de assentamentos ainda mais íngreme, por se concentrar apenas na segunda metade do período republicano médio – isto é, entre 290 e 250 a.C..

Não obstante, é preciso destacar que os dados arqueológicos e as informações presentes nas narrativas literárias nos permitem imaginar um cenário no qual a interferência romana é, sim, um elemento chave para intensificação do assentamento na região. Maria Pia Muzzioli, estudando o território de Cures entre as décadas de 70 e 80 no âmbito do projeto *Forma Italiae* identificou uma grade de centurição formando blocos de 10x10 *actus* na região<sup>968</sup> (ver fotografia aérea da figura 200). A identificação foi feita a partir de elementos da rede de estradas locais moderna que seriam determinadas pela centurição romana da área. Reanalizando a área, os pesquisadores do *Tiber Valley Project* consideram que, em parte, a disposição topográfica dessas estradas identificadas por Muzzioli não é um argumento persuasivo de sua determinação por uma centurição romana, porque elas não se relacionam com o relevo da região de maneira tão arbitrária para que isso fique tão claro. Por outro lado, eles ponderam que a distância regular de 10 *actus* entre algumas dessas estradas é um fato que não pode ser ignorado<sup>969</sup>. Até mesmo Jeremia Pelgrom, que como vimos acima tem posições bastante céticas sobre a

<sup>966</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.63.7, 2.64.3-4. Sobre este tema, ver capítulo 3, subseção 3.1.2.

<sup>967</sup> Ver capítulo 3, subseção 1.3.2.2.

<sup>968</sup> MUZZIOLI, Maria Pia, **Cures Sabini**, Firenze: L.S. Olschki, 1980, p. 37.

<sup>969</sup> GIUSEPPE *et al*, *The Sabinensis Ager Revisited*, p. 177.



identificação de centuriacões romanas para o início do período republicano, reconhece que este é o exemplo mais convincente de centuriacão identificado para o século III a.C.<sup>970</sup>.

A princípio, poderia ser o caso de questionar se essa centuriacão poderia ser mesmo identificada com a conquista da região no início do século III a.C.. Contudo, Muzzioli apresenta argumentos convincentes, amplamente aceitos por aqueles que estudaram a região. O ponto central de seu argumento está na análise de uma passagem do *Corpus Agrimensorum Latinorum* em que somos informados que o território de Cures foi dividido em parcelas de 50 *iugera* e vendido pelos questores e posteriormente redividido sob ordens de Júlio César<sup>971</sup>. Essas parcelas de 50 *iugera* “pré-cesarianas” são compatíveis com a centuriacão em blocos de 10x10 *actus*.

O *ager quaestorius* é identificado por dois dos agrimensores, Higino e Sículo Flaco, como terras tomadas dos inimigos de Roma e vendidas ao povo romano em blocos de 50 *iugera* – e Sículo Flaco usa como exemplo desse procedimento exatamente o território sabino<sup>972</sup>. A identificação de que o território da Sabina foi dividido como *ager quaestorius* aparece ainda em outra das obras reunidas no *Corpus Agrimensorum Romanorum*, os “Livros de Magão e Vegoia”<sup>973</sup>. É verdade que essa divisão e venda poderia ter ocorrido algumas décadas depois da conquista, não se enquadrando, portanto, no “período republicano médio” utilizado como referência no levantamento de superfície da região. Contudo, a maioria dos pesquisadores acredita que o único momento em que se poderia identificar um procedimento como esse anterior à época de César – quando sabemos que a região já havia sido centuriada em blocos de 10x10 *actus* – seria o período imediatamente posterior à conquista romana da região<sup>974</sup>. Jeremia Pelgrom aponta que a informação de Lívio de que terras na Campânia foram vendidas como *ager quaestorius*

<sup>970</sup> PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 120.

<sup>971</sup> Livro das Colônias II (*Corpus Agrimensorum Romanorum*), p.192.19-27 Campbell.

<sup>972</sup> Higino, *Sobre as categorias de terras (Corpus Agrimensorum Romanorum)*, p.82.23-30 Campbell; Sículo Flaco, *Categorias de terras (Corpus Agrimensorum Romanorum)*, p.102.34-104.2 Campbell.

<sup>973</sup> Livros de Magão e Vegoia (*Corpus Agrimensorum Romanorum*), p.349.17-19 Lachmann. Neste, assim como em Sículo Flaco, o *ager quaestorius* é identificado com o território sabino genericamente. Porém, acredita-se que os autores antigos se referiam especificamente ao território de Cures quando mencionavam o território sabino genericamente. Ver: GARGOLA, Daniel, **Lands, Laws, and Gods: Magistrates and Ceremony in the regulation of public lands in Republican Rome**, Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1995, p. 232, n.52.

<sup>974</sup> Alguns autores tentaram questionar isso, identificando essa divisão anterior à César mencionada no Livro das Colônias como um projeto de Sula. Contudo, essa é uma visão atualmente desacreditada dada a completa falta de menção nas fontes à atividade silana na Sabínia. GIUSEPPE *et al.*, *The Sabinensis Ager Revisited*, p. 115–116; PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 120; GARGOLA, **Lands, Laws and Gods**, p. 231–232, n.52.

no contexto da segunda guerra púnica, em 205 a.C., serve de indício de que este tipo de venda poderia muito bem ocorrer imediatamente depois da conquista da Sabina<sup>975</sup>.

Contudo, a identificação desta centurição não pode nos levar a resumir toda a transformação no assentamento da região à interferência romana. Em primeiro lugar, até onde é possível saber, apenas o território de Cures foi assim dividido – e as outras áreas da Sabina Tiberina, como o território de Ereto e a região de Farfa também vivenciam um processo de intensificação do assentamento na mesma época. Em segundo lugar, a comparação com o que acontecesse na outra margem do Tibre não pode ser perdida de vista. Se lá se identifica a conquista algumas décadas antes do início do período republicano médio como a causa da intensificação do assentamento, aqui essa conquista acontece decorrido mais de metade do período em questão. Nesse contexto, associar diretamente os dois fatos não é tão simples.

É preciso destacar, mais uma vez, que a contemporaneidade de processos similares em outras regiões nas quais a ação romana não parece ter sido tão decisiva me leva a colocar essas informações em perspectiva. A ação romana na região possibilita uma intensificação e uma dispersão do assentamento rural, ao distribuir e vender parcelas de terras recém-conquistadas, mas não a determina necessariamente. É preciso entender porque esses camponeses romanos se interessam em estabelecer construções (estruturas produtivas e/ou habitações) isoladas pelo campo. Por que esses projetos de distribuição de terras são tão reivindicados e parecem ter sucesso tão impactante sobre a Sabina Tiberina? Um contexto mais amplo e profundo de transformações históricas parece ser necessário para explicar isso.

### 2.2.2. *Território de Rieti*

Mais para o interior da Sabina, numa região mais distante de Roma, portanto, temos bons dados elaborados pelo levantamento de superfície realizado no território de Rieti no final da década de 80 (ver mapa da figura 202). A região é uma bacia intramontana cortada por diversos rios. As partes mais baixas da região são ocupadas por pequenos lagos que,

---

<sup>975</sup> PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 120–121 Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 28.46.4-6. Lívio contextualiza essa venda, contudo, em um momento de necessidade de recursos para financiar a guerra contra Cartago. Assim, se realmente essa passagem mostra que pelo menos em finais do século III a.C. os romanos já praticavam a transformação de terras conquistadas em *ager quaestorius*, ela não me parece tão convincente para determinar que uma terra fosse assim dividida imediatamente depois da conquista.

acreditava-se, formavam um grande pântano antes da conquista romana<sup>976</sup>. Este pântano teria sido drenado por um canal construído por Mânio Cúrio Dentato logo depois da conquista da região, que drenava a água pelo rio Velino fazendo o se precipitar em uma grande cascata de 165 m sobre o rio Nera<sup>977</sup> – conhecida como “Cascata delle Marmore”, ainda existente nos dias de hoje. Segundo a tradição literária romana, essa obra de Dentato teria tornado a região de Rósea a de solo mais fértil de toda a Itália<sup>978</sup>. Estaríamos mais uma vez diante de uma providencial intervenção romana sobre a paisagem italiana – e mais uma vez os dados de pesquisas arqueológicas recentes tem levado a questionamentos sobre essa imagem.

Estudos do solo da região, realizados no âmbito do levantamento de superfície da década de 80, refutaram as reconstruções anteriores que imaginavam toda a planície dominada por um grande lago desde a pré-história até períodos avançados da Idade do Bronze. Segundo esta pesquisa, este lago já não existia mais na Idade do Bronze, quando apenas uma série de lagos nas partes mais baixas da planície existiriam (ver mapa da figura 203). Isso formaria algumas áreas pantanosas na Bacia do Rieti quando os romanos ali chegaram pela primeira vez – mas não um grande lago como se supunha anteriormente. Isto é, o que os romanos possivelmente fizeram depois de conquistar a região foi drenar terras alagadas ao redor dos diversos lagos remanescentes de forma a melhorar a evacuação das águas do rio Velino<sup>979</sup>.

O *field walking* intensivo realizado nesse período se desenrolou sobre uma área de amostragem que tentava incorporar diferentes tipos de topografias e solos da região – desde as montanhas até os vales (ver mapa da figura 204). Buscas extensivas foram realizadas ao longo de toda bacia, fora dessa área de amostragem, identificando mais

---

<sup>976</sup> COCCIA, S.; MATTINGLY, D. J.; BEAVITT, P.; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines: The Rieti Survey 1988-1991, Part I, **Papers of the British School at Rome**, v. 60, p. 213–289, 1992, p. 216.

<sup>977</sup> Este deságue do Velino sobre o Nera causava constantes problemas entre os cidadãos de Reate e de Interamna, cidade situada nas margens do Nera. Aparentemente, os reatinos buscavam drenar grandes quantidades de água da região, aumentando demasiadamente o deságue sobre o Nera e causando inundações em Interamna. Cícero menciona por duas vezes (*Cartas à Ático*, 4.15.5; *A favor de Emílio Escauro*, 27) que foi solicitado pelos reatinos a defende-los frente a cônsules e legados sobre esta questão. Aparentemente o desvio de águas no Velino parece ter chegado a níveis tão sérios que levou os senadores romanos no século I d.C., segundo Tácito (*Anais*, 1.79) a discutir a questão, preocupados com inundações em Roma (o Nera é um afluente do Tibre).

<sup>978</sup> Plínio, o velho, *História Natural*, 17.3.4; Varrão, *Sobre as coisas do Campo*, 1.17.10. Essa região é amplamente mencionada por Varrão (*Sobre as coisas do campo*, 3.2.3-18) em um debate sobre o que é uma *uilla*. Ver apêndice 2.

<sup>979</sup> COCCIA; MATTINGLY; BEAVITT; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines, p. 237–242.

alguns sítios<sup>980</sup>. A despeito de alguns problemas metodológicos importantes (ligados, especialmente, a baixa ocorrência de cerâmicas datáveis entre os artefatos encontrados<sup>981</sup>) os pesquisadores construíram um quadro do desenvolvimento do assentamento humano bastante interessante em termos comparativos com as regiões analisadas anteriormente.

Durante o período arcaico (séculos VII-V a.C.) também ocorre uma hierarquização do assentamento: Rieti é o grande centro; algumas aldeias, como os sítios 9 (Monte Gambaro) e 243 (Madonna del Passo) também se desenvolvem, ocupando um nível intermediário; e já se presencia a ocupação do campo por pequenos sítios isolados, concentrados sobretudo no sopé da região montanhosa, em locais de menor declive. O período posterior, identificado pelos pesquisadores como “pré-romano” (século IV e início do III a.C.) enfrenta problemas ainda mais sérios de identificação dos sítios por conta da baixa frequência de materiais datáveis. Muitos sítios que registram ocupação no período arcaico parecem ser abandonados no período pré-romano sendo, contudo, reocupados no período republicano (séculos III-I a.C.). É possível que esse quadro indique, na verdade, uma ocupação contínua não registrada arqueologicamente por conta desses problemas metodológicos. Os sítios com ocupação para esse período seriam, seguindo essa linha de raciocínio, um desenvolvimento do padrão de assentamento já registrado no período arcaico. Tudo isso significa que o desenvolvimento agrícola dessa região já estava bem desenvolvido antes de sua conquista por Roma<sup>982</sup> (ver mapas da figura 205).

Isso não significa que a conquista romana não possa ser associada a nenhuma transformação no assentamento da bacia de Rieti. Ao longo do período republicano (séculos III-I a.C.) dois processos parecem ter sido fundamentais: a ocupação por sítios identificados como pequenas fazendas nas regiões mais baixas da planície – o que pode estar diretamente relacionado com drenagem de áreas antes alagadiças – e a ocupação das áreas de declive mais baixo por *uillae* – ainda que pequenas estruturas isoladas também sejam identificados nessas áreas. Além disso, um dos assentamentos de segundo nível é

---

<sup>980</sup> *Ibid.*, p. 222–225.

<sup>981</sup> COCCIA, S.; MATTINGLY, D. J.; BREHM, B.; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines: The Rieti Survey 1988-1991, Part II. Land-Use Patterns and Gazetteer, **Papers of the British School at Rome**, v. 63, p. 105–158, 1995, p. 108–109.

<sup>982</sup> COCCIA; MATTINGLY; BEAVITT; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines, p. 268; COCCIA; MATTINGLY; BREHM; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines, p. 114–115.

abandonado nesse período (o de Monte Gambaro, sítio 9), enquanto um novo assentamento desse tipo surge no sítio 241 (Ponte Crispolti – ver mapa da figura 206).

De toda forma, um grau importante de continuidade deve ser destacado. O centro urbano de Rieti não parece se desenvolver de maneira significativa ao longo de todo o período romano. O assentamento nuclear em Madonna del Passo continua ocupado, assim como 75% dos sítios com ocupação pré-romana atestada. Além disso, as partes mais baixas da planície, mesmo ao longo de todo o período romano, aparentemente continuam sendo marginais, mostrando um nível de intensidade de uso bem menor, inferida pela baixa intensidade de material desagregado (*off-site material*), em comparação com as áreas de baixo declive<sup>983</sup>. Mesmo a passagem de Sículo Flaco mencionada acima parece demarcar um contraste entre o território sabino (provavelmente, a região de Cures) e o território reatino, apontando aquele como dividido e vendido como *ager quaestorius* e este como permanecendo indiviso, sobre o qual era apenas cobrado uma taxa por ocupação do *ager publicus*, o *vectigal*<sup>984</sup>.

A interpretação dos pesquisadores que estudaram a bacia do Rieti parece apontar para uma realidade que, na verdade, converge com o que vimos até aqui: a intensificação do assentamento nas regiões conquistadas por Roma se insere em um contexto anterior de transformação, que pode eventualmente ser acentuado ou facilitado por ações romanas, mas não exatamente determinado ou criado por elas.

### 2.3. Costa da Etrúria

Deixando a Sabina, cruzando o Tibre em direção ao mar Tirrênico voltamos à Etrúria. Levantamentos de superfície mapearam não apenas a sua região mais próxima à Roma, estudada no capítulo anterior. Diversas regiões da costa da Etrúria, desde a parte mais meridional, nas proximidades da antiga Cere (a moderna Cerveteri), até já quase no norte da Itália, na região de Pisa, têm sido objeto de estudos arqueológicos (ver mapa da figura 207). Priorizarei o estudo de duas regiões na parte meridional da costa etrusca e uma terceira já na parte setentrional por ter sido capaz de coletar um número maior de

---

<sup>983</sup> COCCIA; MATTINGLY; BEAVITT; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines, p. 269–275; COCCIA; MATTINGLY; BREHM; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines, p. 115–119. Sobre esse material desagregado e as diferentes interpretações que diferentes projetos de levantamento de superfície tem dado a ele, ver o capítulo 5, subseção 2.3.2.

<sup>984</sup> Sículo Flaco, *Categorias de terras (Corpus Agrimensorum Romanorum)*, p.102.34-104.2 Campbell.

informações sobre elas<sup>985</sup>, que me permitem tentar entender as transformações que passava o assentamento dessas regiões antes e depois da conquista romana e compará-las com o que vimos até aqui sobre outras regiões da Itália central tirrênica.

### 2.3.1. Território tarquinense e os arredores de Tuscânia

A cidade de Tarquínios (ver mapas das figuras 2, 3 e 46) era apontada na antiguidade como o núcleo original do povoamento etrusco, a metrópole de onde teriam partido os fundadores das outras cidades etruscas mais antigas – na mesma linha de como Alba Longa era identificada como a metrópole latina. Ainda dentro das narrativas míticas romanas sobre a Itália central no período arcaico, Tarquínios é citada como a mais rica cidade etrusca quando Demerato, fugindo da tirania de Cipselo em Corinto, para lá emigrou levando consigo um séquito de artesãos que teriam introduzido a arte grega na Itália central. O filho de Demerato, Lucumão, acabaria por emigrar para Roma, buscando um local onde sua origem estrangeira não impedisse que sua riqueza lhe garantisse um alto *status* social e acabaria por se tornar o rei desta cidade, conhecido dali em diante na história por Lúcio Tarquínio Prisco<sup>986</sup>. Independentemente da validade histórica desses relatos, mais uma vez talvez seja possível interpretá-los como indícios do prestígio que a cidade teve nos primórdios da história romana.

O centro urbano de Tarquínios parece ser um local importante para o assentamento em sua região já no século VIII a.C., quando o que parece ser um processo de sinecismo das aldeias que existiam nas colinas próximas dão origem à cidade<sup>987</sup>. A ocupação do território parece estar diretamente ligada à cidade: a maioria dos sítios identificados como vestígios de habitações ou de enterramentos se concentram numa área de 7 km no entorno de Tarquínios. Em áreas mais distantes, se inicia no século VII a.C. um processo de ocupação do interior do território por centros secundários – assentamentos nucleares de menor extensão, quase todos fortificados em posições topográficas defensivas, como aqueles em Fontanile dell’Olmo, Grottele e Cavone. A presença de necrópolis locais nas

---

<sup>985</sup> O estudo de Robert Vander Poppen sobre a transformação no assentamento da Etrúria ao longo do primeiro milênio a.C. foi uma linha mestra fundamental para o estudo que se segue nas próximas páginas, e em vários momentos sigo de perto suas conclusões - ainda que com algumas divergências quanto ao impacto da conquista romana. Ver sobretudo: POPPEN, Robert E. Vander, **Rural Change and Continuity in Etruria: A Study of Village Communities from the 7th Century B.C. to the 1st Century A.D.**, Tese de Doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2008, p. 97–158.

<sup>986</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 1.34; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 3.46-48; Cícero, *Sobre a República*, 2.19; Plínio, o velho, *História Natural*, 35.12.

<sup>987</sup> PEREGO, Lucio G., **Il territorio tarquiniese: ricerche di topografia storica**, [s.l.]: LED, 2005, p. 211; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 112.

proximidades desses assentamentos talvez mostre um nível de autonomia em relação à Tarquínios. Essa expansão para o interior é geralmente interpretada como resultado de uma expansão da exploração agrícola da região. A região costeira só vai conhecer processo parecido no século seguinte: ocupações em Saline, Torre Valdaliga e La Mattonara são interpretados como primórdios de empórios que servem à Tarquínios e que serão logo abandonados em favor do núcleo de Gravisca que servirá como porto para a cidade ao longo dos séculos seguintes<sup>988</sup>.

Várias partes do território tarquinense conhecem uma ocupação por assentamentos isolados também ao longo do século VI a.C., um fato identificado mais uma vez com a expansão das atividades agrícolas na região<sup>989</sup>. Os sítios identificados como vestígios desses assentamentos se localizam nos territórios entre os assentamentos nucleares fortificados, mostrando a constituição de uma hierarquia complexa de assentamentos da região, com Tarquínios ocupando o topo desta pirâmide. Por outro lado, existe um “vazio” neste território entre a área diretamente controlada pelo assentamento nuclear de Tarquínios e aqueles controlados pelos centros secundários. Vander Poppen acredita que isso não é causado por nenhum viés metodológico, e que realmente deve refletir uma ausência de assentamentos nessas áreas. Ele acredita que isso deve ser consequência de um padrão diferente de uso do solo dessa área no período – enquanto no entorno imediato dos assentamentos nucleares se desenvolve uma densa ocupação por sítios isolados relacionados com a atividade agrícola, essa região sem sítios identificados talvez fosse utilizada para o pastoreio ou para a caça e coleta<sup>990</sup>.

O modelo de assentamento nuclear rodeado por uma densa rede de assentamentos isolados em seu entorno pode ser visto em mais detalhe na área de Tuscania (ver mapas das figuras 207 e 208), cujo território foi a única área objeto de levantamentos de superfície mais sistemáticos e intensivos no território tarquínio. Enquanto no resto deste território, os estudos topográficos acabaram por concentrar seus achados nos assentamentos de maior porte, nesta área especificamente somos capazes de reconhecer com maior facilidade os assentamentos isolados.

O assentamento nuclear em Tuscania, na atual Colle San Pietro, é um típico centro secundário etrusco, ocupando uma área de 8,5 ha. e distante cerca de 15 km de

---

<sup>988</sup> PEREGO, *Il territorio tarquiniese*, p. 218–219; POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 113.

<sup>989</sup> PEREGO, *Il territorio tarquiniese*, p. 222; POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 114–115.

<sup>990</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 121.

Tarquínios<sup>991</sup>. O material funerário encontrado aqui mostra alguma inserção em redes de circulação de produtos de outras partes do Mediterrâneo já no século VIII a.C. Foram identificados vestígios de ocupação no período etrusco (séculos VII-V a.C.) em um número muito significativo de sítios isolados identificados como vestígios de assentamentos (63 sítios certamente ocupados e mais 29 possivelmente) em um raio de 6 a 7 km de Tuscania nas quatro faixas de amostragem (a norte, oeste, sul e leste do assentamento nuclear. O grau de intensificação de ocupação do território (isto é, a taxa de novas ocupações de sítios em relação ao período anterior) que ocorre no período etrusco não será igualado posteriormente, mostrando que é nessa época que o assentamento na região conhece a grande transformação que estabelecerá as bases do padrão de assentamento nos séculos posteriores (compare as representações 2 e 3 nas figuras 209 a 212).

Como interpretar esse padrão de assentamento que surge nesse período? A proximidade destes sítios isolados com o assentamento nuclear fez Graeme Barker e Tom Rasmussen suporem que a dinâmica de ocupação desses assentamentos seguia uma lógica de agro-town: os camponeses viviam em Tuscania e se dirigiam para esses assentamentos isolados onde realizavam suas atividades agrícolas<sup>992</sup>. Usando as informações mais detalhadas e ricas extraídas do estudo em Tuscania, talvez seja possível supor que os outros centros secundários amplamente identificados pelo território tarquinense tivessem uma relação similar com os assentamentos isolados em seus entornos.

Esse padrão de assentamento no território tarquinense parece sofrer uma grande transformação ao longo dos séculos V e, especialmente, IV a.C.. Uma quantidade significativa de assentamentos secundários fortificados é abandonada nesse período – com algumas exceções, é verdade. Vander Poppen interpreta isso como consequência de reorganizações nos sistemas políticos locais, com algumas regiões passando a um controle mais direto de Tarquínios<sup>993</sup>. Dento dessa linha de raciocínio, é relevante destacar que alguns autores acreditam que a cidade ganharia proeminência sobre a Etrúria

---

<sup>991</sup> A distância de Tuscania para Vulci, outro importante centro urbano etrusco, é quase a mesma. A hipótese de que este é um centro secundário sob a órbita de Tarquínios vem da interpretação dos materiais arqueológicos em contextos funerários encontrados aqui. BARKER, Graeme, *Archaeology and the Etruscan countryside*, **Antiquity**, v. 62, n. 237, p. 772–785, 1988, p. 776.

<sup>992</sup> BARKER, Graeme; RASMUSSEN, Tom, *The Archaeology of an Etruscan Polis: A Preliminary Report on the Tuscania Project (1986 and 1987 Seasons)*, **Papers of the British School at Rome**, v. 56, p. 25–42, 1988, p. 38.

<sup>993</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 137.



Meridional em meados do século IV a.C., colocando até mesmo o controle romano sobre as áreas conquistadas no início do século em questão.

Um grupo de inscrições do período imperial que fazem um elogio público à antiga família tarquinense dos Espurinas<sup>994</sup> menciona, segundo a seminal reconstrução do texto proposta por Mário Torelli, que Aulo Espurina, pretor por três vezes, expulsou o rei Orgolnio de Cere, tomou nove fortes (*oppida*) latinos e debelou uma revolta de escravos em Arrécio. Torelli identifica esse momento com as guerras entre Etruscos e romanos narradas por Tito Lívio para os anos entre 358 e 351 a.C.<sup>995</sup> – que parecem envolver uma série de razias de parte a parte, ainda que com duas invasões de Sútrio<sup>996</sup>. A menção a interferência do pretor tarquinense sobre a política interna de Cere é identificada como a causa da mudança de postura dessa cidade em relação à Roma. Torelli chega a considerar, inclusive, que a narrativa de Lívio contém uma versão pró-romana de um conflito que teria sido vencido, na verdade, por Tarquínios, como a menção à tomada de fortes latinos no elogio aos Esrpurinos indicaria<sup>997</sup>.

Nesse sentido, a interpretação de Vander Poppen para o que acontece no território de Tarquínios é um paralelo para o que acontece em alguns territórios dominado pelos romanos: a incorporação ao território de uma entidade política maior leva ao abandono dos assentamentos fortificados. Contudo, essa linha de argumentação enfrenta dois problemas: um com relação às bases empíricas para se falar de uma expansão do poderio tarquinense no século IV a.C., outro quanto à contextualização histórica do abandono dos assentamentos fortificados.

Apesar de as informações presentes nessas inscrições imperiais poderem ser vistas com algum ceticismo<sup>998</sup>, é possível que elas tivessem alguma fonte de informação mais

<sup>994</sup> Conhecidas por Elogio dos Espurina, parte do material reunido, interpretado e analisado em: TORELLI, Mario, **Elogia Tarquiniensia**, [s.l.]: Sansoni, 1975.

<sup>995</sup> *Ibid.*, p. 68–90. A antiguidade da família é atestada pela presença de uma inscrição na câmara 1 da Tomba dell’Orco, datada para o início do século IV a.C.. Valério Máximo, Feitos e ditos memoráveis, 4.5.ext.1, menciona um membro dessa família que teria vivido antes que os etruscos tivessem tido direito à cidadania romana.

<sup>996</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.3-4, 6.12, 6.15-22. Antes disso, Tarquínios aparece nas narrativas históricas por duas vezes em conflitos contra Roma: no contexto das tentativas de Tarquínio Soberbo de recuperar seu trono em Roma, quando Tarquínios aparece apoiando o monarca deposto (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.6; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.14) e no período do cerco romano contra veios, quando os tarquinenses parecem fazer uma incursão militar sobre o território romano (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.16).

<sup>997</sup> TORELLI, Mario, Tre studi di storia etrusca, **Dialoghi di Archaeologia**, v. 8, p. 3–78, 1975, p. 62–65; PULCINELLI, Luca, Le fortificazioni di confine: l’organizzazione del territorio tarquiniese al tempo della conquista romana, **Aristonothos. Scritti per il Mediterraneo antico**, v. 0, n. 5, p. 69–120, 2012, p. 71.

<sup>998</sup> Harris, por exemplo, descarta totalmente as informações históricas presentes ali como invenção de uma elite local romana tentando criar uma ancestralidade etrusca para afirmar-se localmente no período imperial. HARRIS, **Rome in Etruria and Umbria**, p. 29–31.

ou menos sólidas, como registros sacerdotais ou familiares mantidos ainda mesmo no período imperial<sup>999</sup>. Aceitando essa premissa, este registro epigráfico se torna valiosíssimo, pois seria nossa possibilidade de ter notícias sobre esses conflitos a partir de um ponto de vista diferente daquele que domina nossas fontes, o romano. De toda forma, a reconstrução do texto e, especialmente, a contextualização histórica feita por Torelli, ainda que extremamente sedutora, é baseada em uma série de premissas tão hipotéticas que seria temerário tirar qualquer conclusão a partir dela para pensar possíveis consequências sobre o assentamento rural<sup>1000</sup>. É possível que Tarquínius estivesse expandindo seu poder nesse período, mas a interpretação das inscrições imperiais que fundamentam a reconstrução de Torelli são hipotéticas demais para nos permitir ir ainda mais longe e tentar relacionar isso com as mudanças no padrão de assentamento.

O segundo problema desta argumentação proposta por Vander Poppen baseando-se na leitura de Torelli está na identificação de uma razão político-militar para o abandono desses assentamentos fortificados em um contexto político-militar que seria, justamente, marcado por uma série de conflitos militares baseados no modelo de razias. Se a causalidade dessa transformação no padrão de assentamento for buscada nesse contexto político-militar, fica difícil entender o abandono dos locais fortificados. Parece-me que o contexto explicativo deve ser buscado em um quadro mais amplo e complexo.

Não temos notícias diretas sobre quando e como Tarquínius é incorporada ao sistema político romano, mas aparentemente, no final do século III a.C., isto já teria ocorrido. A informação usualmente utilizada para afirmar isso gira entorno da notícia presente em Lívio de que Cneu Fúlvio Flaco, acusado de alta traição depois de uma derrota durante a segunda guerra púnica em 211 a.C., exilou-se em Tarquínius no dia do seu julgamento – e que a assembleia reunida para o julgar decidiu que tal exílio era legal<sup>1001</sup>. Argumenta-se que a necessidade de julgar a legalidade do exílio de Flaco seria indício de que Tarquínius não tinha o *status* das comunidades nas quais normalmente romanos sob acusação buscavam exílios, isto é, cidades latinas ou aliadas<sup>1002</sup>. Consequentemente, seria possível concluir disso que Tarquínius já era um município (com ou sem direito ao sufrágio) nesse momento. Avaliando essa linha de raciocínio, a historiadora finlandesa Eeva Ruoff-Väänänen questiona se o julgamento mencionado por

---

<sup>999</sup> CORNELL, T. J., *Principes of Tarquinia*, *The Journal of Roman Studies*, v. 68, p. 167–173, 1978, p. 172–173.

<sup>1000</sup> *Ibid.*, p. 169–172.

<sup>1001</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 26.3.7-12.

<sup>1002</sup> Políbio, *História*, 6.14.7; Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 29.21.1.

Lívio dizia respeito ao local de exílio ou ao próprio exílio de Flaco. Ela considera a segunda hipótese mais provável, colocando em questão o uso dessa passagem para inferir o status de Tarquínios nesse período, uma leitura, contudo, que não me parece ter fundamentos sólidos: em nenhum outro texto que menciona exílios deste tipo há referência a julgamento de sua legalidade. De toda forma, a própria Ruoff-Väänänen concorda que nesse período Tarquínios já é um município romano, mas baseando-se em duas outras informações: Lívio lista um prodígio (o nascimento de um porco deformado) ocorrido em Tarquínios em 210 a.C. que precisa ser expiado sob ordens dos pontífices romanos – indicando que aquele era, portanto, território sob controle romano; e, assim como os capenates que mencionei no capítulo anterior, os tarquinenses do período imperial também se referiam a si próprios como *tarquinienses foederati*<sup>1003</sup> - indicando, assim, uma data bastante antiga (e uma maneira pacífica) de incorporação da cidade ao sistema romano.

Parece-me razoável, diante de tudo isso, acreditarmos que Tarquínios foi incorporada em algum momento entre 358 a.C., data de seu último confronto com Roma registrado nas narrativas históricas antigas (e quando a cidade teria acertado uma trégua de 40 anos com Roma)<sup>1004</sup>, e o final do século através de algum acordo entre as cidades. Existem sinais de transformação no assentamento rural em diversas partes do território Tarquínio nesse momento. No século IV a.C., a área costeira conhece uma significativa expansão no número de sítios identificados como vestígios de assentamentos isolados. A maior parte desses sítios, porém, não mostra sinais de continuidade em sua ocupação a partir do século III a.C.. Uma forte tendência ao abandono de “sítios pré-romanos” também é identificada para o entorno imediato de Tarquínios – com a diferença que aqui o assentamento era mais antigo e o processo já se inicia no século IV a.C. Como um número de sítios do mesmo tipo sendo ocupados pela primeira vez foram identificados para os séculos III e II a.C., especialmente nas proximidades da *Via Aurelia*, fundada em 241 a.C., acredita-se que a incorporação da região por Roma teria desencadeado uma importante reorganização do assentamento<sup>1005</sup>.

Poderia ser tentador associar isso com a fundação de colônias romanas na região. Contudo, a primeira delas, fundada no centro portuário de Graviscas, só é estabelecida

<sup>1003</sup> *L’Aneé Epigraphique* 1951, n°191.

<sup>1004</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.22.5.

<sup>1005</sup> PEREGO, **Il territorio tarquiniese**, p. 228–230; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 155–156.

em 181 a.C.<sup>1006</sup>. Depois disso, temos notícia da fundação de uma colônia no período gracano, sem maior detalhe sobre em qual parte do território tarquinense<sup>1007</sup>. Para associar o crescimento no número de assentamentos isolados com a fundação de colônias nessa região seria necessário, portanto, supor que a incorporação romana desarticulou o assentamento na região no século III a.C., que essa área passou algumas décadas desocupada e que só um bom tempo depois novos assentamentos foram estabelecidos na região, já no contexto da colonização. O fato de que provavelmente a incorporação por Roma se deu de maneira pacífica (depois de uma série de conflitos sangrentos, é verdade), me parece também jogar contra essa hipótese.

A relação entre incorporação romana e disrupção do assentamento pré-romano precisa ser questionada ainda mais quando damos atenção à parte que conhecemos melhor do território tarquinense. No entorno de Tuscania, uma proporção altíssima de sítios ocupados no período etrusco parece continuar sendo ocupada ao longo do período republicano (compare as representações 3 e 4 nas figuras 209 a 212). Os recortes temporais determinados pelas tipologias de cerâmicas utilizadas pelos pesquisadores aqui podem ser um pouco traiçoeiros: como o período em questão abarca desde o século IV a.C. até o século I a.C., seria possível sugerir a ocupação desses sítios apenas antes da conquista romana da região – durante o século IV a.C., portanto – e seu abandono posterior. Porém, como o padrão de continuidade é forte a ponto de se manter também para o período posterior (“alto imperial”, séculos I a.C.–I d.C. – compare as representações 3 e 4 nas figuras 209 a 212), é possível afirmar que a conquista romana realmente não teve grande impacto sobre o padrão de assentamento nessa região<sup>1008</sup>.

### 2.3.2. *O território de Vulci e a colônia de Cosa*

A abundância de referências nas fontes literárias a Tarquínios contrasta com o quase absoluto silêncio sobre Vulci (ver mapas das figuras 2, 3 e 46). Sabemos, ainda assim, que a cidade era um dos grandes centros etruscos no período clássico. Ainda entre os séculos VIII e VII a.C., o território vulciense passa por um processo similar ao que vimos para Tarquínios: a proliferação de uma rede de assentamentos nucleares fortificados de segundo nível (entre 5 e 10 ha. de área) ocupando o território de Vulci, como Castro,

<sup>1006</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 40.29.1-2; Valeio Patérculo, *História Romana*, 1.15.2.

<sup>1007</sup> Livro das Colônias (*Corpus Agrimensorum Romanorum*), p.170.32-172.5 Campbell. Em seguida o livro das colônias informa sobre uma nova colônia estabelecida em Gravisca no período augustano, ver p.172.6-10 Campbell.

<sup>1008</sup> BARKER; RASMUSSEN, *The Archaeology of an Etruscan Polis*, p. 39.

Sovana, Saturnia, Ghiaccio Forte, Doganella, Orbetello, e Talamone (ver mapa da figura 213).

É difícil precisar apenas a partir do registro arqueológico qual era a exata relação política entre esses diferentes assentamentos nucleares e deles com o principal centro urbano da região, Vulci – e é bem possível que realidades diferentes existissem. Vander Poppen acredita, contudo, que a diferença entre a riqueza no material funerário presente em Vulci e as necrópoles mais simples desses centros secundários é um indício de que as classes dominantes locais são hierarquicamente inferiores às de Vulci e provavelmente tem algum nível de subordinação política frente a esta.

Ainda seguindo essa linha de construção de uma hierarquia complexa de assentamentos, o século VI a.C. assiste à aparição dos assentamentos isolados nos arredores desses assentamentos nucleares. Mais uma vez isso é interpretado como resultado da expansão da agricultura no território em questão<sup>1009</sup>. A ocupação do território por assentamentos isolados no século VI a.C. parece ser um processo difundido pelas várias regiões estudadas pelos levantamentos de superfície realizado no território vulciense. Em algumas regiões eles são atestados pela presença de cerâmicas comuns (*impasto*) ou finas (*bucchero*), mas em outras são inferidos a partir da existência de tumbas isoladas – e não aglomeradas em necrópoles<sup>1010</sup>. Isso não significa, porém, uma dinâmica idêntica em todas as regiões.

Aqui, também, o estudo mais sistemático e intensivo em uma região específica do território também permite a visualização de padrões mais detalhados. Refiro-me ao Vale do Albegna e ao território da futura colônia de Cosa, fundada pelos romanos no século III a.C. (ver mapa da figura 207 e 214). Esta área foi estudada por dois projetos distintos, um liderado pelos norte-americanos da Wesleyan University<sup>1011</sup> e outro por arqueólogos italianos que haviam escavado a *uilla* de Settefinestre na região<sup>1012</sup>. Sínteses dos dois

<sup>1009</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 100–102; PERKINS, Philip, Cities, Cemeteries and Rural Settlements of the Albegna Valley and the Ager Cosanus in the Orientalising and Archaic Periods, in: HERRING, Edward; WHITEHOUSE, Ruth; WILKINS, John (Orgs.), *Papers of the Fourth Conference of Italian Archaeology 1. The Archaeology of Power.*, London: Accordia Research Institute, University of London, 1991.

<sup>1010</sup> ATTOLINI, Ida *et al*, Ricognizione archeologica nell’Ager Cosanus e nella valle dell’Albegna. Rapporto preliminare 1981, *Archeologia Medievale*, v. 9, 1982, p. 369.

<sup>1011</sup> DYSON, Stephen L., Settlement Patterns in the Ager Cosanus: The Wesleyan University Survey, 1974–1976, *Journal of Field Archaeology*, v. 5, n. 3, p. 251–268, 1978.

<sup>1012</sup> ATTOLINI *et al*, Ricognizione archeologica nell’Ager Cosanus e nella valle dell’Albegna. Rapporto preliminare 1981; ATTOLINI, Ida *et al*, Ricognizione archeologica nell’Ager Cosanus e nella valle dell’Albegna. Rapporto preliminare 1982/1983, *Archeologia Medievale*, v. 10, p. 462–463, 1983.

projetos foram produzidas posteriormente tentando dar conta dos dados produzidos por ambas as equipes<sup>1013</sup>.

É possível delinear um quadro geral e distinguir algumas particularidades locais. Na área costeira ao sul de Vulci, os assentamentos de segundo nível são uma série de pequenas aldeias, pequenos assentamentos nucleares não-fortificados, próximos à costa – no entorno dos quais foi possível identificar alguns assentamentos isolados dispersos<sup>1014</sup>. Ao norte, no alto vale do Albegna, algumas aldeias também desempenham esse papel de central e no século VI a.C. assentamentos isolados dispersos entre as aldeias também aparecem. Contudo, no século V a.C., parte significativa destes são abandonados quando um assentamento nuclear de maior porte, em Saturnia, é estabelecido<sup>1015</sup>.

Enquanto isso, no baixo vale do Albegna, no período orientalizante (século VIII-meados do VI a.C.) foram identificados apenas assentamentos isolados. Duas ricas necrópoles (em Marsiliana e Magliano) e um palácio principesco (em Uliveto di Banditella) mostram a existência de uma classe dominante local. Esse quadro mudará de figura ao longo do período arcaico (meados do século VII-século VI a.C.) com o desenvolvimento do assentamento nuclear fortificado em Doganella que, no século V a.C., será o segundo maior centro urbano do território vulciense – perdendo apenas para a própria Vulci<sup>1016</sup>. A grande quantidade de ânforas produzidas no local mostram a importância da cidade no controle sobre a circulação dos excedentes agrícolas locais<sup>1017</sup>. Os assentamentos isolados no entorno de Doganella são abandonados, mas continuam existindo em áreas mais distantes. Outros centros urbanos menores que Doganella, mas de tipo similar, parecem ter exercido esse tipo de papel, como Ortobello, Giacchio Forte,

---

<sup>1013</sup> CARANDINI (Org.), **La Romanizzazione dell'Etruria**; CARANDINI, Andrea *et al* (Orgs.), **Paesaggi d'Etruria: Valle dell'Albegna, Valle d'Oro, Valle del Chiarone, Valle del Tafone: progetto di ricercaitalo-britannico seguito allo scavo di Settefinestre**, Roma: Edizioni di storia e letteratura, 2002.

<sup>1014</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d'Etruria**, p. 68–70; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 103–104. Os habitantes desses assentamentos devem ter tirado proveito não só dos recursos marinhos acessíveis por sua posição costeira, mas também dos recursos da área montanhosa não ocupada por assentamentos ao norte, compensado a escassez de terras agricultáveis nas suas imediações.

<sup>1015</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 110–111; PERKINS, *Cities, Cemeteries and Rural Settlements of the Albegna Valley and the Ager Cosanus in the Orientalising and Archaic Periods*, p. 141–142; CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d'Etruria**, p. 78.

<sup>1016</sup> ATTOLINI, Ida *et al*, *Political geography and productive geography between the Valleys of the Albegna and the Fiora in Northern Etruria*, in: BARKER, Graeme; LLOYD, John (Orgs.), **Roman landscapes: archaeological survey in the Mediterranean region**, London: British School at Rome, 1991, p. 143. Esse assentamento foi identificado com a Kaulosion citada nas narrativas históricas e interpretada como uma colônia de Vulci.

<sup>1017</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d'Etruria**, p. 77–79; ATTOLINI *et al*, *Political geography and productive geography between the Valleys of the Albegna and the Fiora in Northern Etruria*, p. 143–144; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 104–106.

Talamone e Castro, outro assentamento nuclear fortificado em torno do qual se desenvolvem assentamentos isolados<sup>1018</sup>.

Os séculos V e IV a.C. são marcados por todo o território vulciense pelo declínio no número de assentamentos isolados no entorno de assentamentos fortificados no período clássico (séculos V e IV a.C.). A área de Doganella, depois de um aumento no número de assentamentos isolados ao seu redor no século V a.C., assiste um declínio nesse número no século IV a.C.. Concomitantemente a isso, o número de ânforas produzidas em Doganella também parece sofrer grande redução, o que pode nos permitir inferir que existe uma reorganização da produção agrícola local, com a perda de importância relativa da produção de vinho<sup>1019</sup>. Um processo similar de nucleação do assentamento parece acontecer no entorno de Ghiaccio Forte, mas aqui existem indícios de um florescimento do assentamento nuclear, com aumento nas atividades metalúrgicas da região, e a construção de uma muralha, por exemplo<sup>1020</sup>. Os assentamentos de Ortobello e Talamone também passam a ter muralhas nesse mesmo período. Além disso, suas necrópoles mostram uma crescente riqueza no material funerário, assim como um aumento na presença de produtos importados de diversas regiões do Mediterrâneo. Contudo, a dinâmica do assentamento aqui parece distinta. Os entornos desses dois assentamentos nucleares foram menos explorados pelos levantamentos de superfície, mas o pouco que se sabe sobre essas áreas existe a impressão de uma continuidade nos números de assentamentos isolados<sup>1021</sup>.

Num processo divergente, o final do século IV a.C. na região costeira ao sul de Vulci é marcada pelo abandono das aldeias enquanto os assentamentos isolados mantêm-se ocupados<sup>1022</sup>. Castro é outro assentamento nuclear abandonado nesse período, mas o número de assentamentos isolados em sua proximidade também sofre um declínio nesse período. Vender Poppen acredita que um controle mais direto da classe dominante de Vulci sobre essas regiões em prejuízo de possíveis elites locais é uma possível explicação

<sup>1018</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 109; RENDELI, Marco, Settlement Patterns in the Castro Area (Viterbo), in: MALONE, Caroline; STODDART, Simon (Orgs.), *Papers in Italian archaeology IV. Part 1, The human landscape.*, Oxford: Archaeopress, 1985, p. 267–269.

<sup>1019</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 133–134; CARANDINI *et al* (Orgs.), *Paesaggi d’Etruria*, p. 79; PERKINS, Cities, Cemeteries and Rural Settlements of the Albegna Valley and the Ager Cosanus in the Orientalising and Archaic Periods, p. 34–35.

<sup>1020</sup> FIRMATI, Marco, New Data from the Fortified Settlement of Ghiaccio Forte in the Albegna Valley, *Etruscan Studies*, v. 9, 2002.

<sup>1021</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 134–135; CARANDINI *et al* (Orgs.), *Paesaggi d’Etruria*, p. 79–82.

<sup>1022</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 133; CARANDINI *et al* (Orgs.), *Paesaggi d’Etruria*, p. 79.

para o processo, mas é difícil inserir essa explicação no quadro geral do que está acontecendo no território vulciense<sup>1023</sup>.

A diminuição no número de assentamentos isolados ao longo do período clássico é associada, sem surpresas, com as guerras etruscas contra Roma no período. Contudo, só temos uma única notícia da participação de Vulci nesses conflitos, presente nos *fasti triumphales*, que informam o triunfo de Tibério Cuncânio em 280 a.C. sobre vulcienses e volsunianos – ou seja, é possível que Vulci nem tenha entrado nesses conflitos ao longo dos séculos V e IV a.C.. Isso não significa que esse território esteve sob permanente paz nesse período, também: além do fato de possíveis participações em conflitos contra Roma enevoadas pelas menções genéricas a “etruscos” nas narrativas históricas, os vulcienses muito provavelmente se envolveram em conflitos com outros povos ou mesmo com outras cidades etruscas. Isso pode significar que, pelo menos para algumas regiões, o impacto das razias pode ser uma parte da explicação para a diminuição no número de assentamentos isolados. Contudo, a proximidade de duas áreas com tendências inversas (Doganella, que vivencia a nucleação do assentamento, e Ortobello e Talamone, cujos entornos aparentemente continuam povoados por assentamentos isolados) me faz imaginar que fatores mais específicos, como mudanças em práticas agrícolas ou em dinâmicas políticas e sociais locais, possam ter um peso muito grande na explicação dessas transformações.

O território vulciense no período posterior é marcado pela conquista romana. Não temos informações diretas sobre esse processo, mas é muito provável que a vitória que garantiu a Tiberio Cuncânio um triunfo em 280 a.C. tenha sido um momento fundamental desse processo. Temos notícias de que poucos anos depois, em 273 a.C., os romanos fundam a colônia de Cosa<sup>1024</sup>, próxima ao Monte Argentário. Isso não significa que Vulci foi incorporada nesse momento ao sistema político romano – a colônia provavelmente foi fundada em território confiscado dos vulcienses depois da derrota. Contudo, dentro do que parece ser a tendência das principais cidades etruscas, Roma deve ter incorporado a região de alguma maneira mais direta ao longo do século III a.C..

Os arqueólogos que trabalharam na região identificam um processo de completa transformação do assentamento ao longo da conquista romana: “a conquista desta parte

---

<sup>1023</sup> POPPEN, *Rural Change and Continuity in Etruria*, p. 137; RENDELI, Marco, *Città aperte: ambiente e paesaggio rurale organizzato nell’Etruria meridionale costiera durante l’età orientalizzante e arcaica*, [s.l.]: GEI Gruppo Editoriale Internazionale, 1993, p. 268–269.

<sup>1024</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro 14; Veleio Patérculo, *História de Roma*, 1.14.7.



da Etrúria e sua subsequente colonização marca uma violenta ruptura no padrão de assentamento (...)”<sup>1025</sup>. Elizabeth Fentress chega a falar em uma “limpeza étnica” no território cosano<sup>1026</sup>. Conquistadores e colonizadores seriam, portanto, os sujeitos da história de transformação aqui. Antes de eu questionar isso – atitude que o leitor a essa altura já deve estar esperando – é preciso reconhecer que os dados que apontam para uma ampla reestruturação do assentamento no território de Vulci são amplos e convincentes.

Diversos assentamentos nucleares fortificados são abandonados (Doganella, Ghiaccio Forte e Saturnia), enquanto outros parecem recuar bastante em extensão ocupada (Ortobello e Talamone)<sup>1027</sup>. A maior parte dos assentamentos isolados nas proximidades de onde a colônia foi estabelecida e ocupados até o século IV a.C. também não mostra sinais de continuidade de ocupação no século III a.C.. Os registros epigráficos identificados em Cosa datados dos séculos seguintes mostram muito poucos nomes etruscos, o que é interpretado como indício de que os primeiros colonos foram majoritariamente imigrantes e que os habitantes prévios do local foram desalojados<sup>1028</sup>. Mesmo regiões que não serão colonizadas ao longo do século III a.C. mostram sinais de ruptura do assentamento etrusco: os assentamentos isolados nos arredores da Saturnia etrusca e de Ghiaccio Forte, regiões que serão locais de estabelecimento de colônias no século seguinte, já não apresentam sinais de ocupação no século III a.C.<sup>1029</sup>.

Uma área diverge desse padrão: na região em torno de Talamone, cujo santuário continua em uso, uma quantidade significativa de sítios do período etrusco continua sendo ocupada ao longo do século III a.C. – e mais que isso, um número considerável de novos sítios é ocupado pela primeira vez nessa região ao longo desse período, mostrando não apenas uma estabilidade, mas mesmo uma vitalidade e expansão do assentamento na área. Dentro da chave de leitura que garante aos conquistadores e colonizadores a agência histórica, esse padrão de assentamento observável fora do que seria a área colonizada

<sup>1025</sup> ATTOLINI *et al*, Political geography and productive geography between the Valleys of the Albegna and the Fiora in Northern Etruria, p. 144.

<sup>1026</sup> FENTRESS, Elizabeth, Frank Brown, Cosa and the idea of Roman City, *in*: FENTRESS, Elizabeth; ALCOCK, Susan E., **Romanization and the city: creation, transformations, and failures: proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May, 1998**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2000, p. 12.

<sup>1027</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 144; ATTOLINI *et al*, Political geography and productive geography between the Valleys of the Albegna and the Fiora in Northern Etruria, p. 144.

<sup>1028</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d’Etrúria**, p. 108–109; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 145.

<sup>1029</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d’Etrúria**, p. 109; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 145.

pelos romanos seria resultado da remoção dos antigos habitantes desta área, que teriam que buscar um novo local de residência<sup>1030</sup>.

É inegável que essa elegante reconstrução da história do assentamento no vale do Albegna faz bastante sentido. Ainda que não haja menções diretas nas escassas fontes que temos sobre a colonização de Cosa, é possível identificar algo similar na narrativa sobre a colonização no território de Cápua depois da “traição” desta durante a campanha de Aníbal na Itália<sup>1031</sup>. Contudo, um fato que desde as primeiras divulgações de resultados do estudo do território de Cosa têm chamado atenção dos historiadores me parece criar alguns problemas: a escassez de sítios ocupados *dentro* do território colonizado pelos romanos<sup>1032</sup>. Isto é, os levantamentos de superfície foram capazes de identificar os assentamentos dos nativos que teriam sido despojados, os assentamentos que esses nativos teriam construído para viver depois do desalojamento, mas não o dos colonos que foram estabelecidos nessas terras (ver mapa da figura 214).

A explicação recorrente para esse fato é que os colonos originais teriam construído suas habitações e estruturas produtivas em materiais perecíveis ou que estas construções teriam sido obliteradas por construções posteriores. O território desses colonos do século III a.C. poderia ser identificado, contudo, pelos traços de centurição identificados na paisagem à norte e nordeste da colônia. Castagnolli, utilizando-se de fotografias aéreas da segunda guerra mundial, já havia identificado traços de centurição na região que foram confirmados pelos estudos posteriores. Uma grade com blocos retangulares de 16x32 *actus* foi reconstruída a partir desses vestígios e seria o indício maior da instalação dos assentamentos isolados dos colonos no território cosano ainda no século III a.C.<sup>1033</sup>. Além disso, o núcleo urbano da própria colônia – o sítio arqueológico de uma colônia romana mais bem estudado na Itália – mostra claramente sinais de ocupação importante já para o século III a.C.<sup>1034</sup> (ver reconstrução da figura 215), deixando fora de questão qualquer dúvida sobre o real estabelecimento da colônia mencionado no epítome de Lívio e em Veleio Patérculo.

<sup>1030</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d’Etruria**, p. 109–110; POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 146.

<sup>1031</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 26.34; Cícero, *Sobre a lei agrária*, 1.6.17.

<sup>1032</sup> RATHBONE, Dominic, The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation, **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10–23, 1981, p. 17; DYSON, Settlement Patterns in the Ager Cosanus, p. 259.

<sup>1033</sup> CARANDINI *et al* (Orgs.), **Paesaggi d’Etruria**, p. 121–122.

<sup>1034</sup> *Ibid.*, p. 113, 120–121.

Contudo, essa argumentação tem vários problemas que não podem ser facilmente contornados. Se aceitamos que os colonos romanos ocuparam esse território centuriado no século III com assentamentos isolados, precisamos explicar várias questões que parecem sombrias. Por que em outros territórios coloniais romanos, onde a presença de colonos é pretensamente atestada pela identificação de sítios interpretados como vestígios de assentamentos isolados, somos capazes de rastrear arqueologicamente esse assentamento colonial? Mais importante: por que nessa mesmíssima região somos capazes de identificar os assentamentos dos nativos deslocados, mas não dos colonos?

Repare bem, não me refiro aos nativos que já viviam no entorno de Talemon e ali continuaram: o longo tempo de ocupação desses locais facilita sua identificação arqueológica, como argumentei no primeiro capítulo. Refiro-me aos sítios recém-ocupados nessa área no século III a.C., interpretados como assentamentos fundados por nativos despojados de suas terras na área centuriada. Se comparamos a situação social dos dois grupos, colonos romanos sendo estabelecidos com um controle da propriedade da terra garantido pelo aparato militar vitorioso romano e nativos expulsos de suas terras depois de serem derrotados em uma guerra obrigados a buscar um novo local de moradia, é difícil entender como estes foram capazes de nos deixar vestígios arqueológicos de seu novo assentamento e aqueles não.

Nem mesmo os traços de centurição podem ser usados de maneira conclusiva para afirmar qualquer coisa sobre o século III a.C., porque como já aponte anteriormente, a datação desses sistemas de divisão do território é sempre complicada e controversa. Além da instalação da colônia em 273 a.C., um reforço da colônia (isto é, o envio de novos colonos) realizado em 197 a.C. poderia muito bem ser o momento de realização desta centurição. Os pesquisadores que estudaram a região argumentam que isso não é o caso: a diferença do padrão desta centurição com outras provavelmente realizadas nesse período na mesma região – como no entorno de Saturnia, provavelmente ligada a criação de uma colônia ali em 183 a.C., e baseada em blocos quadrados de 20x20 *actus* – afastaria esta possibilidade<sup>1035</sup>.

Jeremia Pelgron contesta, contudo, essa linha de argumentação: essa diferença poderia ser facilmente explicada por diferenças no tamanho de parcelas distribuídas nos diferentes programas de colonização ou mesmo pela necessidade de adaptar o processo de centurição às necessidades da topografia local – deixando em aberto, então, que essa

---

<sup>1035</sup> *Ibid.*, p. 122.

centurição possa mesmo ser do século II a.C., um momento no qual o número de assentamentos isolados recém-ocupados na área centuriada é muito significativa. Pelgrom afirma ainda que blocos de 16x16 *actus* são identificados por Chouquer como típicos do século final da República. Ainda que não haja nenhuma menção nas fontes a uma redivisão do território cosano nesse período, não poderíamos descartar a possibilidade dessa centurição ser ainda mais tardia que o século II a.C.<sup>1036</sup>.

Um último argumento precisa ser destacado. A área de Talemon ao longo dos séculos V e IV a.C. já se distingui frente a outras regiões como uma das poucas em que há continuidade de ocupação de parte significativa dos assentamentos isolados. Ao mesmo tempo, partes do que virá a ser o território de Cosa, como o entorno de Doganella, já viviam neste mesmo período um recuo no número deste tipo de assentamento. Ou seja, o que acontece no século III a.C. nessas regiões pode ser enquadrado dentro de um contexto anterior à conquista romana, colocando em questão a narrativa que dá aos conquistadores e colonos o monopólio sobre a agência histórica.

Acredito que a chave para a resposta desse enigma sobre os colonos arqueologicamente invisíveis do território de Cosa está em abordagens propostas por estudos que reformularam toda a imagem que se tinha da colonização romana nos séculos iniciais do período republicano. Antes de irmos a elas, contudo, vale a pena fazer uma rápida comparação entre o que acontece no território de Vulci com o que sabemos sobre outra área da Etrúria, um pouco mais ao norte – cujo estudo também levou a importantes reconsiderações sobre o impacto da conquista romana sobre a Itália.

### 2.3.3. *O território de Volterra e o vale do Cecina*

O núcleo urbano da cidade de Volterra (ver mapas das figuras 3 e 46) se estabelece também por volta do século VIII a.C.. A cidade se localiza na parte norte do vale do Cecina, que foi objeto de um projeto de levantamento de superfície na década de 90. Dados para os séculos VIII e, sobretudo, VII a.C., o levantamento identificou uma série de assentamentos nucleares de segundo nível associados a necrópoles que mostravam a consolidação de uma classe dominante local (ver mapa da figura 216). A aparição de alguns assentamentos isolados marca o final do século VII a.C., mas apenas em regiões

---

<sup>1036</sup> PELGROM, *Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome*, p. 127.

mais distantes de Volterra<sup>1037</sup>. O controle sobre as reservas naturais de metais na região e as possibilidades de trocas comerciais com redes mediterrânicas de circulação de produtos parece ter sido uma das fontes fundamentais de poder dessa classe dominante local. O controle sobre os excedentes produzidos pela agricultura na região devia ser sua outra fonte de poder: ao longo do século VI a.C., ao menos na região mais para o interior do vale do Cecina, na área do Val d'Elsa (a leste de Volterra) assentamentos isolados ocupando terras mais baixas começam a ser mais comuns na região, o que é interpretado como resultado da difusão do cultivo de olivais e vinhedos na região<sup>1038</sup>.

A única notícia que temos sobre Volterra nesse período está em Dionísio de Halicarnasso. Ele conta que algumas cidades latinas, assombradas pela expansão romana capitaneada pelo rei Tarquínio Prisco, buscam formar uma aliança anti-romana, enviando embaixadores não só às outras cidades latinas mas também às cidades sabinas e etruscas. Dentre estas, Volterra, Arrécio, Clúsio, Ruselas e Vetulônia aceitam enviar tropas para combater o poderio romano<sup>1039</sup>.

O registro arqueológico para o período posterior chama muito atenção. Enquanto diversas regiões na Etrúria Meridional e no Lácio apresentam um declínio no número de sítios identificados e um material arqueológico mais pobre nesse momento – o que leva muitos a falarem em uma crise do século V a.C., como vimos – o vale do Cecina é marcado por uma crescente riqueza no registro arqueológico. No Val d'Elsa o número de sítios isolados cresce nesse período. Na região costeira, o padrão de assentamento baseado em assentamentos nucleares se mantém, mas o número desses também aumenta. Esses assentamentos nucleares e, sobretudo, Volterra, passam por um processo de monumentalização: a cidade ganha uma muralha e a cultura funerária da região se torna cada vez mais complexa e rica<sup>1040</sup>.

Esse quadro se mantém ao longo dos séculos IV e III a.C., com a construção de mais um circuito de muralhas em torno de Volterra, assim como de templos dentro e fora da cidade. O estudo arqueológico do centro urbano indetificou também para esse período uma intensa produção manufatureira, cerâmica e metalúrgica – dentre as quais podemos

---

<sup>1037</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 280–282; AUGENTI, Andrea; TERRENATO, Nicola, Le sedi del potere nel territorio di Volterra. Una lunga prospettiva. Secoli VII a.C. - XIII d.C., in: BROGIOLO, G.P. (Org.), **Il Congresso Nazionale di Archeologia Medievale. Musei Civici, Chiesa di Santa Giulia, Brescia. 28 settembre – 1 ottobre 2000**, Firenze: [s.n.], 2001, p. 299.

<sup>1038</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 295–8.

<sup>1039</sup> Dionísio de Halicarnasso, 3.51.4.

<sup>1040</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 309–311; AUGENTI; TERRENATO, Le sedi del potere nel territorio di Volterra. Una lunga prospettiva. Secoli VII a.C. - XIII d.C., p. 299.

destacar a intensa produção de ânforas greco-italicas<sup>1041</sup>, indício da crescente produção de vinho e azeite. A riqueza das tumbas do período também mantém a imagem de uma rica e próspera elite local. Ainda mais impressionante é a explosão no número de assentamentos isolados, tanto onde eles já eram numerosos, no Val d’Elsa, quanto na parte costeira do vale do Cecina, onde até então o assentamento nuclear havia sido dominante. 50% dos sítios identificados como vestígios de assentamentos rurais isolados foram ocupados pela primeira vez no século III a.C.. Passaria a predominar, nesse período, uma convivência entre aldeias e assentamentos isolados<sup>1042</sup> (ver mapa da figura 217). É desse período que data o início da ocupação dos sítios em Podere San Mario e Podere Cosciano, mencionados no primeiro capítulo<sup>1043</sup>.

O que chama a atenção é que ao longo desse período, em que temos um assentamento marcado pela continuidade e expansão, Volterra foi conquistada por Roma. Como todas as regiões que passam a estar sob a hegemonia romana ao longo do século III a.C., não temos muitas informações sobre este processo. Tito Lívio fala de conflitos entre etruscos e romanos ocorrendo no território de Volterra em 298 a.C.<sup>1044</sup>, o que pode ser sinal do envolvimento dos volterrânicos nos conflitos da época da terceira guerra samnítica. Ao final do século III a.C., quando voltamos a ter mais informações a partir das narrativas históricas, Volterra já parece estar dentro do sistema romano de alguma maneira<sup>1045</sup>.

Estudando esta região, Nicola Terrenato destacou a continuidade que esse padrão de assentamento, que se estabelece ainda no período pré-romano, vai ter ao longo do período de dominação romana – não apenas imediatamente depois, mas mesmo já no período imperial. O estabelecimento de algumas *uillae* na região costeira – o único possível elemento de “distúrbio”, de “novidade” ou “transformação” no assentamento do vale do Cecina depois da conquista romana – não parece reorganizar o assentamento local de nenhuma maneira. As *uillae* não só convivem lado a lado com outros tipos de assentamentos, como também são estabelecidas em regiões em que esses outros tipos de assentamentos já haviam sido ocupados há séculos<sup>1046</sup>. O que Terrenato conclui desse

<sup>1041</sup> PASQUINUCCI, Marilena; MENCHELLI, Simonetta, The landscape and the economy of the territories of Pisae and Volaterrae (coastal Northe Etruria), **Journal of Roman Archaeology**, v. 12, 1999, p. 127.

<sup>1042</sup> POPPEN, **Rural Change and Continuity in Etruria**, p. 317–327; PASQUINUCCI; MENCHELLI, The landscape and the economy of the territories of Pisae and Volaterrae (coastal Northe Etruria), p. 125.

<sup>1043</sup> Ver capítulo 1, subseção 2.3. e figuras 38 a 40.

<sup>1044</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 10.12.4.

<sup>1045</sup> *Ibidem*, 28.45.16.

<sup>1046</sup> TERRENATO, Nicola, Tam Firmum Municipium: The Romanization of Volaterrae and its Cultural Implications, **The Journal of Roman Studies**, v. 88, p. 94–114, 1998, p. 95–96.

caso é que a romanização da Itália precisa ser entendida como um processo heterogêneo, com variações regionais importantes. O que poderia ser apenas uma simples retórica anti-generalizações ganha mais substância pela linha argumentativa adotada por Terrenato: a percepção dessa heterogeneidade deve nos chamar a atenção para a participação dos agentes históricos locais no processo, desde as classes dominantes até os camponeses, que normalmente são preteridos pelos romanos<sup>1047</sup> – sejam enquanto conquistadores ou como colonizadores.

### 3. Colonos e colonizadores nos primeiros séculos da República

Ao longo deste capítulo e do anterior mostrei como os assentamentos humanos de diversas regiões da Itália central tirrênică passam por um importante processo de transformação. Em muitos lugares essa transformação começa já por volta do século VIII ou VII a.C. e já no século VI a.C. apresenta um estágio avançado: uma hierarquia de tipos e tamanhos diferentes de assentamentos já bastante complexa, com centros urbanos bem desenvolvidos, alguns centros de segundo nível, fortificados ou não, e muitos assentamentos isolados ocupando todo o território. Ainda que problemas metodológicos dificultem nossa capacidade de identificar apropriadamente os sítios do período entre o século V a.C. e o início do século IV a.C., esse parece ter sido um momento de crise e recuo na ocupação humana dos territórios de diferentes regiões da Itália. De toda forma, aparentemente essa tendência é revertida já em meados do século IV a.C. dando origem, em quase todas as regiões estudadas nesses dois capítulos, a um assentamento rural extremamente denso em meados do século III a.C., no qual assentamentos dispersos desempenham um papel primordial.

Ainda que existam diferenças regionais importantes que podemos ver ao longo desses dois capítulos, posso afirmar sem receios que existe uma tendência geral à intensificação da ocupação do campo ao longo dos séculos IV e III a.C. na Itália central tirrênică. Estudando os mesmos levantamentos que estudei aqui e acrescentando mais algumas regiões, os arqueólogos holandeses Peter Attema, G. Burgers e Martijn van Leusen concluíram que é possível identificar um padrão geral de crescente (ainda que não contínua) dispersão do assentamento na Itália Central nesse período<sup>1048</sup>. Se entendermos que dispersão do assentamento pode ser tanto um processo de simples difusão centrífuga

---

<sup>1047</sup> *Ibid.*, p. 99, 112–114.

<sup>1048</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 160–162.

da população – ao que o termo diz respeito mais literalmente –, mas também de intensificação do assentamento rural, com a dispersão de assentamentos isolados pelo campo sem que haja necessariamente um recuo na ocupação dos principais assentamentos nucleares urbanos, essa parece ser uma descrição perfeita do que está acontecendo nesta região nesse momento. Em resumo, é possível perceber que, por toda a Itália central tirrênica, os camponeses cada vez mais vivem longe dos muros.

Pode-se discutir a interpretação dos pequenos sítios arqueológicos dispersos pelo território identificados pelos levantamentos de superfície, majoritariamente entendidos como vestígios de fazendas camponesas – abordagem que critiquei ao longo do primeiro e do segundo capítulo. Alguns deles possivelmente são vestígios de estruturas de status social mais elevado, ligado a um controle do campo por classes dominantes locais ou mesmo supralocais. Outros podem representar estruturas com funções produtivas prevalentes, controladas por essa classe dominante ou pelas comunidades camponesas locais. De toda maneira, o dado bruto do aumento do número de vestígios de ocupação humana do território ao longo dos séculos aqui em análise se mantém – e precisa ser explicado.

O fato de a consolidação do processo de intensificação da ocupação do campo na Itália central tirrênica ter se dado entre os séculos IV e III a.C., momento em que essa região está de uma maneira ou de outra sendo incorporada ao sistema político sob hegemonia romana, serviu como ponto de partida para uma linha explicativa que parecia natural para muitos. Como apontei nesses dois capítulos, diversos pesquisadores estudando regiões diversas elegeram a conquista romana e a intervenção romana sobre a paisagem – aquilo que venho chamando genericamente de “colonização”, que consiste na construção de estradas, drenagem de terrenos, divisão de terras entre outras transformações da paisagem – como as causas desse processo de intensificação da ocupação do campo.

Existe uma série de problemas com essa abordagem. Em primeiro lugar, como tentei destacar ao longo desses dois capítulos, quando olhamos em detalhe para cada região, nem sempre a cronologia dos dois processos – intensificação do assentamento e conquista/colonização romana – se encaixa tão perfeitamente. É claro que aqui afloram as dificuldades em associar a cronologia delimitada pelas fontes literárias com aquela delimitada pelo que se pode saber a partir da arqueologia. De toda maneira, vimos que em várias regiões é possível perceber que transformações no assentamento começam



antes da conquista e da colonização romana – que parecem mais se aproveitar ou intensificar processos prévios do que os criar.

Para além da mera discrepância cronológica, existem questões de fundo no argumento da ação romana como causadora da transformação no assentamento. A própria ideia de que a conquista romana traria automaticamente uma “pacificação” que, por sua vez, causaria transformações no assentamento foi colocada em questão no final do capítulo anterior. Agora é a hora de fazer o mesmo tipo de questionamento no que diz respeito à colonização romana: do que se trata realmente essa colonização e que impactos ela poderia ter sobre o assentamento rural da Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C.?

### 3.1. Imagens antigas e modernas da colonização romana

O tema da colonização no mundo antigo, tanto a grega quanto a romana, é palco de um longo debate sobre as causas do processo de colonização, entendido como um debate sobre as funções que as colonizações desempenhavam. A longa tradição de estudos sobre a “colonização romana” desenvolveu várias teses quanto a que funções as colônias romanas desempenhariam: guarnição militar de locais defensivamente fundamentais para resguardar o território romano; pontos de controle militar sobre posições importantes para cercar territórios de determinados inimigos – especialmente os samnitas entre a segunda metade do século IV e a primeira do III a.C. –; válvula de escape para pressão populacional dentro de Roma; estratégia para aplacar as reivindicações por terras dos plebeus sem modificar o *status quo* e o sistema fundiário dominado pela classe dominante romana<sup>1049</sup>. Todas essas abordagens divergentes partem, contudo, de uma premissa em comum: o sujeito da colonização, o agente que avalia e decide implementar uma colônia, interessado ou preocupado por qualquer um dos motivos listados acima, é o Estado Romano – através de suas instituições, sejam os magistrados, sejam as Assembleias, seja o Senado<sup>1050</sup>.

---

<sup>1049</sup> Para uma excelente revisão historiográfica dos estudos sobre a colonização romana no período republicano, ver: PELGROM, Jeremia; STEK, Tesse Dieder, Roman Colonization under the Republic: historiographical contextualization of a paradigm, *in*: PELGROM, Jeremia; STEK, Tesse Dieder (Orgs.), **Roman Republican Colonisation: new perspectives from archaeology and ancient history**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2014.

<sup>1050</sup> Crítica desenvolvida por alguns autores recentemente. Ver: BISPHAM, Edward, *Coloniae deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, *in*: WILSON, John-Paul; BISPHAM, Edward; BRADLEY, Guy Jolyon (Orgs.), **Greek and Roman colonization: origins, ideologies and interactions**, Swansea: Classical Press of Wales, 2006; BRADLEY, *Colonization and Identity in Republican Italy*.

Nessa linha de raciocínio, uma colônia é estabelecida através do seguinte procedimento: o Estado romano (i.e., o Senado, uma Assembleia ou um magistrado) decide colonizar uma região para enfrentar problemas públicos (militares ou econômicos), reúne colonos primariamente romanos – ainda que se aceite que eventualmente não-romanos tenham sido incluídos entre os colonos em casos específicos –, realiza rituais de fundação essencialmente romanos e rigidamente controlados pelos magistrados romanos e despoja os povos nativos, escanteando-os para as áreas não colonizadas que restam do território<sup>1051</sup>. Roma instalaria ali uma cidade que, na clássica formulação registrada por Aulo Gélio<sup>1052</sup>, pretende ser uma miniatura e uma cópia de Roma. A urbanização está longe de ser o único impacto do colonizador romano sobre a paisagem: com drenagens e centuriacões criam-se terras agricultáveis e com estradas e pontes conecta-se a região à rede de comunicações romanas. Tradicionalmente, portanto, a colonização romana é vista como um ato de enorme impacto sobre a paisagem rural centro-italiana, o momento em que esta finalmente seria “domesticada”, “civilizada”, “antropizada” (ver as ilustrações da figura 218). Não devemos perder de vista que, nessa perspectiva, antropização, civilização, e romanização da paisagem italiana são um processo único.

Ainda dentro dessa imagem tradicional do que seria uma colônia romana, a decisão de enviar esse empreendimento deveria escolher uma dentre duas formas possíveis: a colônia romana propriamente dita (*coloniae civium romanorum*) – isto é, na qual os colonos mantêm sua cidadania romana; e a colônia latina (*coloniae latinae*) – isto é, na qual os colonos abandonariam sua cidadania romana para assumir a cidadania da nova comunidade criada com o estabelecimento da colônia, à qual era garantida o estatuto latino em Roma. As duas formas jurídicas diferentes geravam características diferentes ao empreendimento: no intuito de não elevar demais a posição dos colonos na hierarquia censitária romana, a distribuição de terras em colônias romanas envolvia pequenas parcelas, enquanto a fundação *ex nouo* de uma comunidade no caso das colônias latinas levaria a uma distribuição de terras mais generosa, mas mais hierarquizada – a fim de justamente espelhar a hierarquia censitária na nova comunidade<sup>1053</sup>.

---

<sup>1051</sup> Para abordagens que sintetizam essa percepção tradicional, ver: SALMON, Edward Togo, **Roman Colonization Under the Republic**, [s.l.]: Cornell University Press, 1970; GARGOLA, **Lands, Laws and Gods**, cap. 3 e 4.

<sup>1052</sup> Aulo Gélio, *Noites Áticas*, 16.13.8-9. A passagem registra o que seria um discurso do imperador Adriano

<sup>1053</sup> SALMON, **Roman Colonization Under the Republic**, p. 15–17, 55–81; GARGOLA, **Lands, Laws and Gods**, p. 56, 64.

Essa imagem canônica do que seria a colonização romana nos primeiros séculos da república tem sido severamente criticada, contudo, nos últimos anos: esse modelo é essencialmente determinado por informações provenientes de textos do final do período republicano e, principalmente, imperial, o que tem levado muitos pesquisadores a questionar o quanto essa não é uma imagem anacrônica para a realidade dos séculos V a III a.C.. A referência direta contemporânea à instalação de uma colônia romana mais antiga que se tem é a inscrição em uma base de estátua honrando Lúcio Mânlio Acidino, “filho de Lúcio e triúviro do estabelecimento da colônia de Aquilêia”, datada para não muito depois da fundação desta colônia, em 181 a.C.<sup>1054</sup>. A imagem que temos do que é uma colônia romana nos séculos V a III a.C., porém, deriva de fontes ainda mais posteriores, como Cícero, Lívio, Veleio Patérculo, Aulo Gélio, Sérvio Honorato, os autores reunidos no *Corpus Agrimensorum Romanorum*, entre outros. Essas fontes tecem uma memória histórica sobre o fenômeno da fundação de colônias na Itália nos primeiros séculos da república utilizando como fios as imagens e preocupações de um contexto imperialista muito diverso.

Lendo a contrapelo<sup>1055</sup> algumas definições sobre o que é uma colônia presentes nestes textos, Edward Bispham é capaz de perceber que, no lugar de uma definição enciclopédica do que é uma colônia – que a historiografia moderna por décadas tentou encontrar ali – elas expõem muito mais concepções diversas sobre o tema e, mais importante, um conjunto desarranjado de entidades coloniais, constituídas por realidades políticas, jurídicas e sociais distintas entre si<sup>1056</sup>. Isto é, em contextos diversos, como a crise gracana, a guerra social, as guerras civis do final da república e as reformas augustanas, autores diversos formaram um complexo e heterogêneo quadro conceitual do que seria uma colônia romana sobrepondo camadas ideológico-literárias de uma memória histórica romana do que seria o fenômeno colonial dos séculos iniciais da República.

<sup>1054</sup> CIL I(2) 621. Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 40.34.3. BISPHAM, *Coloniam deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, p. 81, n.45.

<sup>1055</sup> Tenho por referência, aqui, a noção da sétima tese sobre a história de Walter Benjamin de ler a história a contrapelo. Para ele, isso significa interpretar a história na contramão da história hegemônica dos vencedores e buscar o ponto de vista dos vencidos. Utilizo essa metáfora aqui para defender uma leitura das fontes buscando justamente aquilo que elas buscavam marginalizar, escantear. Sobre Benjamin e a História, ver: LÖWY, Michael, A filosofia da história de Walter Benjamin, *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 199–206, 2002.

<sup>1056</sup> BISPHAM, *Coloniam deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, p. 81–85 As passagens analisadas por Bispham são: Mauro Sérvio Honorato, Comentário sobre a Eneida de Virgílio, 1.12 e Sículo Flaco, Categorias de terras (*Corpus Agrimensorum Romanorum*), p.102.20-25 Campbell.

Michael Crawford sugere que um processo de definição e categorização de tipos mais restritos do que seria uma colônia surgiria apenas no século II a.C., quando as disputas em torno do conteúdo do *status* latino dentro do sistema político romano levaram a uma definição mais rígida dos diferentes estatutos jurídicos de colônias (colônias romanas, latinas, etc.)<sup>1057</sup>. Antes disso, realidades diversas deveriam existir. Bispham acredita que uma obscura passagem no texto da lei agrária de 111 a.C., preservada na Tábula Bembina, que se refere à categoria de “pro colônias”, demonstra que algumas formas marginais de estatuto jurídico de colônias ainda sobreviviam no final do século II a.C.<sup>1058</sup>. Isto é, a tipologia jurídica tradicional de colônias fundadas pelos romanos seria uma reorganização posterior, e não uma divisão *a priori* presente já no momento da fundação das colônias ao longo dos séculos aqui em questão.

Muitos autores têm destacado também as disparidades que podem ser percebidas comparando-se as listas de fundações coloniais romanas presentes em Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso e Veleio Patérculo. Ainda que essas divergências não tornem as fontes completamente incongruentes entre si – pelo contrário, a convergência de tantas informações detalhadas em textos distintos mostra que muito provavelmente esses autores tinham acesso a boas fontes de informação sobre o assunto –, a existência de alguns ruídos mostraria que esses autores de períodos posteriores tinham acesso a informações difíceis de serem interpretadas a partir de seus repertórios conceituais tardo-republicanos e imperiais – o que causaria estas leituras distintas dessas informações<sup>1059</sup>. O fato de Lívio se referir em momentos-chaves de sua história às colônias latinas chamando-as de “colônias romanas” e destacando sua essência romana é destacado por Bispham como indício dessa penumbra que transpassaria o que a princípio deveriam ser categorias rígida e facilmente distinguíveis<sup>1060</sup>. Por fim, a informação bastante discrepante sobre o número de colônias romanas fundadas até meados do século III a.C. em fontes alheias à tradição analítica romana também é apontada por esses autores como indício de que

---

<sup>1057</sup> CRAWFORD, Michael H., La storia della colonizzazione romana secondo i romani, *in*: STORCHI MARINO, Alfredina (Org.), **L'incidenza dell'antico: studi in memoria di Ettore Lepore. Volume primo**, Napoli: Luciano, 1995, p. 191.

<sup>1058</sup> BISPAM, *Coloniam deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, p. 84; Lei agrária de 111, linha 31. CRAWFORD, Michael H. (Org.), **Roman statutes**, London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 1996, p. 116–117, 145.

<sup>1059</sup> CRAWFORD, La storia della colonizzazione romana secondo i romani, p. 188; PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 15, esp. n.51.

<sup>1060</sup> BISPAM, *Coloniam deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, p. 82–83 Ver, sobretudo: Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 27.9.

assentamentos fora do modelo posteriormente construído como canônico do que seria uma colônia tinham sido em algum momento entendidas como colônias<sup>1061</sup>.

Diante de tudo isso, os principais estudiosos sobre o fenômeno colonial na Itália central entre os séculos V e III a.C. acreditam que a abordagem tradicional da historiografia ao tema se baseia em racionalizações e enquadramentos anacrônicos construídos por autores de séculos posteriores. Por conta disso, é muito difícil tentar construir uma narrativa histórica sobre este processo sem se render aos anacronismos trespassados pelas nossas principais fontes literárias. Difícil, não impossível – e alguns caminhos têm sido trilhados pela historiografia recente de maneira promissora.

### 3.2. Colônias e colonos nos séculos V a III a.C.

#### 3.2.1. *Generais e colonizadores: os líderes militares como fundadores de colônias*

Uma primeira linha de argumento importante desta abordagem crítica à análise tradicional do fenômeno colonial nos primeiros séculos republicanos é justamente o questionamento do “estatismo” que domina esta perspectiva. A colonização é vista como resultado de uma ação estatal que é uma verdadeira política pública, planejada e executada por um agente com coesão institucional semelhante ao dos modernos Estados-Nação. Estudos sobre a colonização grega no período arcaico deram início, porém, à

---

<sup>1061</sup> Um comentador de Cícero, Quinto Pedânio Ascônio (Comentário ao discurso sobre Pisão, 3C), afirma que Placência (moderna Piacenza), fundada em 218 a.C., foi a 53ª (talvez o manuscrito esteja corrompido aqui e o correto seja 54ª) colônia estabelecida pelos romanos. Uma inscrição grega que reproduz uma mensagem do rei Felipe V da Macedônia aos habitantes de Larisa (*Sylloge Inscriptionum Graecarum*, volume 3, 543), datada para 214 a.C., afirma que os romanos, ao listarem como cidadãos escravos libertos, tinham sido capazes de aumentar tanto sua população que foram capazes de povoar não só sua terra natal como enviar colônias para quase setenta lugares diferentes. Autores como Bispham e Pelgrom destacam a discrepância desses números com o que podemos identificar em Tito Lívio (nossa fonte mais completa para produzirmos uma lista de colônias romanas fundadas até finais do século II a.C.): Placência é a 47ª colônia cuja fundação é mencionada por Lívio. Para esses autores, isso seria indício da existência de entendimentos distintos do que é uma colônia antes do século II a.C.. CRAWFORD, *La storia della colonizzazione romana secondo i romani*; BISPHAM, *Coloniam deducere: How Romans was roman colonization during the middle Republic*, p. 81–83; PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 15, esp. n.52; Essa não é a única explicação para essa divergência entre as fontes, contudo. Simon Northwood sugere, por exemplo, que se incluirmos nessa conta as colônias fundadas no período monárquico mencionadas apenas por Dionísio de Halicarnasso, chegamos ao número de 53 colônias em 218 a.C.. Além disso, se considerarmos todos os reenvios de colonos para colônias já estabelecidas (isto é, as “refundações”), o número se aproxima dos “quase setenta” mencionados por Felipe V – e dentro do contexto do argumento deste texto, esta inclusão faria todo o sentido. Pelgrom reconhece que nesta última também poderiam estar incluídos distribuições viritanas de terras sem fundação de colônia propriamente dita – o que também faria sentido dentro do contexto. NORTHWOOD, Simon, *Asconius’ fifty-three Roman colonies: a regal solution*, **The Classical Quarterly (New Series)**, v. 58, n. 01, p. 353–356, 2008; Por fim, Emma Dench sugere que o número de setenta espelhasse uma tradição sobre a fundação de 70 cidades por Alexandre, o Grande, mencionado, por exemplo, em Plutarco, *Sobre a fortuna e a virtude de Alexandre, o Grande*, 328e (1.5.1.). DENCH, Emma, **Romulus’ Asylum: Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian**, [s.l.]: OUP Oxford, 2005, p. 123.

contestação de o quanto esses movimentos populacionais seriam realmente dirigidos estatalmente. Hoje, esses estudos convergem na direção de que os movimentos populacionais que enquadrados no rótulo de “colonização grega” são constituídos por processos históricos bem mais complexos e de difícil enquadramento – e Robin Osborne chega a questionar se podemos mesmo falar em “colonização”<sup>1062</sup> e recentemente tem se tratado esses movimentos populacionais em geral no Mediterrâneo antigo dentro da nomenclatura mais genérica de “migrações”<sup>1063</sup>.

Um dos textos que Bispham analisa a contrapelo, buscando perceber divergência e heterogeneidade onde tradicionalmente se buscava clareza conceitual, é uma passagem de Sêrvio Honorato, comentarista de Virgílio. Ele encerra uma breve consideração sobre como autores definem o que é uma colônia afirmando que, “acima de tudo, colônias são aquelas cujas fundações são fruto de um consenso público e não de uma secessão”<sup>1064</sup>. Essa preocupação em distinguir as colônias de uma fundação proveniente de uma migração de parte da população sem acordo geral da comunidade, como uma secessão, é identificada por Guy Bradley como indício de que fundações deste tipo ocorriam – e a preocupação de Sêrvio em defender que apenas as fundadas por decisão pública são colônias é lida por Bradley como prova de que colônias podiam ser fundadas da outra maneira.

Uma história insólita presente em Tito Lívio talvez possa ser melhor explicada tendo isso em mente. Lívio conta que, em 342 a.C., alguns soldados romanos enviados para montar uma guarnição em Cápua (depois da vitória sobre os Samnitas e a aliança de Cápua com Roma), começaram uma conspiração para tomar Cápua dos Campânios e se assenhorearem da cidade. Toda a história é narrada por Lívio com evidente estranheza, e ele ainda aponta algumas versões divergentes sobre como teria se dado a derrota dos revoltosos<sup>1065</sup>. Aparentemente, Lívio tentou enredar dentro das linhas narrativas de que dispunha uma história que lhe parecia estranha. Bradley sugere que essa é a história de uma sedição armada que visava a formação de uma nova comunidade – e o fato de essa comunidade se constituir sobre uma comunidade previamente existente não deve causar

---

<sup>1062</sup> OSBORNE, Robin, Early Greek colonization? The nature of Greek settlement in the West, *in*: FISHER, N. R. Nicolas Ralph Edmund; VAN WEES, Hans; BOEDEKER, Deborah Dickmann (Orgs.), **Archaic Greece: New Approaches and New Evidence**, [s.l.]: Duckworth The Classical Press of Wales, 1998.

<sup>1063</sup> LIGHT, Luuk de; TACOMA, Laurens E. (Orgs.), **Migration and Mobility in the Early Roman Empire**, Leiden: Brill, 2015; KILLGROVE, Kristina, **Migration and Mobility in Imperial Rome**, Tese de Doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2010; BROADHEAD, W. M., **Internal migration and the transformation of Republican Italy**, tese de doutorado, University of London, 2002.

<sup>1064</sup> Mauro Sêrvio Honorato, *Comentário sobre a Eneida de Virgílio*, 1.12

<sup>1065</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.38-42.

nenhum espanto, posto que a maior parte das colônias enviadas por Roma que conhecemos se estabeleceu em cidades já existentes, sem a fundação *ex nouo* de um assentamento urbano. É possível entender, como Bradley propõe, a própria presença samnita na cidade em 424 a.C. nas mesmas linhas.

A revolta da guarnição romana na Campânia foi liderada por Tito Quíncio Peno, de família patrícia, descendente do grande Cincinato. Assim como seu antepassado mais famoso, Quíncio foi ditador, em 361 a.C. na guerra contra os gauleses<sup>1066</sup>, mestre da cavalaria (*magister equitum*) no ano seguinte em nova guerra contra os gauleses<sup>1067</sup>, e cônsul em 354 a.C.<sup>1068</sup> e 351 a.C.<sup>1069</sup>. Lívio conta que os soldados teriam obrigado Quíncio a liderar a revolta ameaçando-o de morte em caso de recusa. Essa inusitada explicação de porque este patrício teria liderado esta secessão pode ser um desenvolvimento posterior da memória social do evento, levado a cabo por aqueles que queriam limpar o nome de Quíncio na história, mas pode ser também uma tentativa de historiadores posteriores – o próprio Lívio ou uma de suas fontes – de racionalizar uma história que não lhes parecia fazer sentido: um descendente de Cincinato liderando soldados sediciosos possivelmente ligados à causa plebeia<sup>1070</sup>. Se entendemos a revolta da guarnição Campânia como um movimento colonial é possível ver a liderança de Quíncio sob outra perspectiva: a de um líder militar tentando implementar uma colônia com seus soldados que acaba sendo rechaçada por outros grupos em Roma.

Muito tem se discutido sobre a ascendência dos líderes militares romanos sobre o processo de colonização. Ainda que nossas fontes travistam o processo que eles conseguem identificar em suas fontes com as vestimentas institucionais de seu tempo, alguns autores acreditam que a dissociação entre o cônsul que lidera a conquista em um território e o triúviro que organiza a colonização deste é uma esquematização posterior. Não por acaso, seria possível perceber que muitas vezes um mesmo nome apareça nas duas funções. O primeiro exemplo é, significativamente, Tito Quíncio Capitolino Barbato, também antepassado do constrangido líder da revolta na Campânia, que aparece como o cônsul que liderou as tropas romanas contra Âncio em 468 a.C. e depois como

---

<sup>1066</sup> *Ibidem*, 7.9.3.

<sup>1067</sup> *Ibidem*, 7.11.3.

<sup>1068</sup> *Ibidem*, 7.18.10 – Tito Lívio informa que encontrou o nome de Marco Popílio como cônsul no lugar de Quíncio neste ano.

<sup>1069</sup> *Ibidem*, 7.22.3 – Dessa vez Lívio informa que alguns indicam o Quíncio cônsul deste ano com o prenome Caeso, e outros ainda apontam um Caio.

<sup>1070</sup> *Ibidem*, 7.42.1-2. Lívio conta que alguns autores afirmam que algumas leis pró-plebe, como dispositivos legais contra a usura, regulamentação do exercício seguido de magistraturas e mesmo a possibilidade de dois plebeus serem cônsules ao mesmo tempo, foram discutidas após o fim da revolta.

um dos triúnviros enviados para estabelecer uma colônia no local em 467 a.C.<sup>1071</sup>. Quase dois séculos depois, Mânio Cúrio Dentato também parece ter sido o responsável pela distribuição das terras na Sabínia, cuja conquista ele liderou – pelo menos é o que se depreende de uma menção em Columella<sup>1072</sup>.

Talvez mais significativo, Dionísio de Halicarnasso conta que como punição para uma série de atitudes reprováveis tomadas pelo cônsul Lúcio Postúmio Megelo em 291 a.C., o Senado o ignorou na eleição dos triúnviros para a instalação da colônia na região da cidade samnita de Venússia, cuja conquista fora liderada por Postúmio<sup>1073</sup>. Isso sugere que em casos normais o procedimento era justamente garantir ao conquistador um papel de destaque na colonização. Todo o caso narrado por Dionísio sobre Postúmio parece significativo por uma série de motivos.

É tentador, ainda que um pouco arriscado – dada a escassez de informações sobre sua atuação –, entendê-lo como o sinal de um tempo. A série de atitudes reprováveis que Dionísio atribui à Postúmio, e que teriam levado boa parte do Senado a detestá-lo – assim como à construção de uma memória tão nefasta de sua figura pelas gerações posteriores – inclui o uso de parte de suas tropas como trabalhadores para retirar ervas daninhas de suas terras (sem lhes ceder foices!)<sup>1074</sup> e o desrespeito à designação da campanha contra os samnitas ao procônsul Fábio Gurges<sup>1075</sup>. Assim, Postúmio parece um líder militar personalista enfrentando uma tentativa de enquadramento pelo Senado romano.

Isso tradicionalmente seria lido como uma inovação histórica contra o *modus operandi* tradicional da classe dominante romana, o que anteciparia em alguns séculos os graves problemas políticos que levariam às guerras civis do último século da República e a ascensão do regime augustano. Contudo, talvez seja o caso de fazer justamente o oposto: entender Postúmio como alguém que agia dentro de uma longa tradição de líderes militares romanos e que não se deixara enquadrar por um novo modelo de ação político-militar de parte da classe dominante romana que fortalecia o Senado como o local de construção do consenso da classe na segunda metade do século IV a.C. – identificada por

<sup>1071</sup> Ibidem, 2.64-65; 3.1. BRADLEY, *Colonization and Identity in Republican Italy*, p. 167.

<sup>1072</sup> Columela, *Sobre as coisas do campo*, 1.praef.14.

<sup>1073</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 17/18.5.2 PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 17.

<sup>1074</sup> É interessante notar que o uso de soldados como trabalhadores em suas terras é a única ação de Lúcio Postúmio escolhida pelo epitomizador do livro 11 de Lívio: Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro 11.

<sup>1075</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 17/18.4.3-6.



Bradley justamente como o momento em que o processo decisório sobre a fundação de colônias passa realmente a ser controlado pelo Senado<sup>1076</sup>.

Voltando à inscrição encontrado em Sátrico citada no final do capítulo anterior<sup>1077</sup> e que menciona um Públio Valério, identificado como Públio Valério Públícola, algumas questões interessantes podem ser levantadas também sobre a colonização no período. Plutarco conta que Públícola, no contexto da guerra contra o rei de Clúsio Lars Porsena, fundou a cidade de Siglúria, enviando para lá 700 colonos<sup>1078</sup>. Dionísio de Halicarnasso também menciona o envio de soldados para uma fortaleza identificada em diferentes manuscritos de sua obra por nomes diversos, emendados pelos filólogos como Signúrio, para fazer frente à ameaça de latinos e hérnicos<sup>1079</sup>. A interpretação hegemônica dessas notícias é que ambos os autores se referiam à Signia, colônia romana que segundo Tito Lívio havia sido fundada alguns anos antes por Tarquínio Soberbo<sup>1080</sup>, mas que teria recebido um reforço em seu efetivo em 495 a.C.<sup>1081</sup>.

Ella Hermon propõe uma interpretação alternativa, associando esses nomes mencionados por Plutarco e Dionísio com Sátrico – e sugerindo que os “soldados de Públio Valério” do *Lapis Satricanus* eram esses soldados/colonos mencionados nas fontes literárias<sup>1082</sup>. Ainda se mantivermos Signia como o local mencionado pelas fontes literárias, ainda assim poderíamos imaginar que a atuação de Públio Valério como líder militar e organizador de assentamentos de colonos se concentrassem ao sul de Roma, sendo a colônia em Signo mencionada por Dionísio e Plutarco e a presença de soldados de Valério em Sátrico inferida a partir do *Lapis Satricanus* dois casos de um mesmo tipo de ação.

O que se pode concluir disso tudo é que, pelo menos aparentemente, parte do fenômeno colonial romano nos séculos V a IV a.C. foi levado a cabo por grupos de poder não-estatais. Ou seja, em um sentido, essa “colonização romana” não era exatamente “romana” no sentido em que ela não era dirigida por “Roma”. Apenas no final do século IV a.C., com a consolidação do órgão central da oligarquia romana, o Senado, que esse quadro mudará. Contudo, mesmo nesse segundo momento a colonização romana também

<sup>1076</sup> BRADLEY, Colonization and Identity in Republican Italy, p. 168.

<sup>1077</sup> Ver capítulo 3, subseção 3.1.2.

<sup>1078</sup> Plutarco, *Vida de Públícola*, 16.3.

<sup>1079</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.20.

<sup>1080</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 1.56.4.

<sup>1081</sup> *Ibidem*, 2.21.7.

<sup>1082</sup> HERMON, Ella, **Habiter et partager les terres avant les Gracques**, Rome: École française de Rome, 2001, p. 89–91.

não era “romana” se levarmos em consideração quem eram os colonos. Na verdade, em termos fundamentais, o que tem sido posto em dúvida é a dicotomia entre “romanos” e “nativos” que perpassa todo o entendimento que se tem sobre a colonização.

### 3.2.2.. *Romanos e nativos nas colônias*

Como apontei acima, a imagem tradicional sobre a colonização romana imagina o envio de colonos romanos em prejuízo dos habitantes nativos das terras que serão ocupadas pela nova colônia. Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso mencionam, contudo, vários empreendimentos coloniais que alistam nativos como colonos. Peter Brunt, para dar um exemplo, acredita que essas são afirmações anacrônicas, influenciadas pelo contexto das colônias criadas após a Guerra Social, e afirma que apenas latinos e romanos eram aceitos nas colônias dos primeiros séculos do período republicano<sup>1083</sup>.

Mesmo que aceitássemos a abordagem de Brunt, um problema central resistiria: quem eram esses romanos e latinos arrolados nas colônias? Apenas aqueles cujas gerações anteriores eram romanas ou latinas? A cidadania romana no período parece ter sido extremamente aberta. Em um artigo recente, o historiador brasileiro Rafael Scopacasa identificou muito bem que uma parte substancial dos “romanos” enviados para colônias deveriam ser compostas por pessoas de etnias diversas que haviam recebido direito de cidadania romana – plena ou sem direito ao sufrágio – nas décadas anteriores<sup>1084</sup>. Isto é, mesmo se aceitássemos que apenas romanos poderiam ser colonos, temos que nos perguntar o que é ser romano ao longo desse período. Como a cidadania romana parece ter sido bastante inclusiva, contava-se entre os “romanos” pessoas de origens muito diversas.

De toda forma, a abordagem de Brunt parece realmente estar equivocada: além de cidadãos romanos, alistavam-se como colonos nessa época também pessoas que não eram cidadãs romanas. Isso se dava em dois níveis: a colônia romana de maneira geral não era precedida por uma limpeza étnica da população nativa, que era de alguma maneira incorporada à nova comunidade; e não-romanos de outras regiões podiam acabar sendo listados como colonos ou receber parcelas de terra em distribuições viritanas.

<sup>1083</sup> BRUNT, P. A., *Italian manpower, 225 B.C.-A.D. 14*, Oxford: Oxford University Press, 1971, p. 538–545.

<sup>1084</sup> SCOPACASA, Rafael, Repensando a romanização: a expansão romana na Itália a partir das fontes historiográficas, *Revista de História (São Paulo)*, n. 172, p. 113–161, 2015, p. 124; BRADLEY, *Colonization and Identity in Republican Italy*, p. 176.

Como eu disse, o primeiro caso é atestado amplamente pelas narrativas históricas. No caso mais claro, Tito Lívio afirma que os anciates puderam se inscrever na lista de colonos que seriam assentados no território de Âncio em 338 a.C.<sup>1085</sup>. Acreditando-se na fonte de Lívio, portanto, poderíamos concluir que ao menos nesse caso os nativos se inseriram na comunidade colonial em igualdade com os colonos romanos. Algumas inscrições mencionando nomes não-romanos entre os membros da classe dominante de algumas colônias parecem indicar ao menos a inserção de membros da classe dominante nativa na nova classe dominante colonial<sup>1086</sup>.

Por outro lado, contudo, é possível que os nativos fossem marginalizados, inseridos em posições subalternas na nova comunidade ou mesmo que constituíssem comunidades à parte, vivendo lado a lado com a nova comunidade colonial. Pelgrom destaca que mesmo em Âncio, que seria o exemplo mais claro de incorporação de nativos na colônia em si, é possível inferir de algumas notícias em Lívio e Dionísio que parte da população anciate nativa vivia à parte da nova colônia nas décadas seguintes à sua fundação<sup>1087</sup>. Assim, a fundação de uma colônia romana não significava a expulsão dos nativos ou sua incorporação completa à nova comunidade – a comunidade de colonos convivia com pessoas que não tinham o *status* de colonos romanos no território colonial.

Existe um antigo debate sobre uma inscrição relativa à colônia de Isérnia, fundada em 264 a.C. no Sâmnio. A inscrição, datada para o século II a.C., faz referência à categoria dos *samnites incolae*. Muito se tem discutido sobre os *incolae*, se seriam os descendentes dos nativos não-incorporados à colônia, ou imigrantes recém-chegados e marginalizados. Tentando avançar este debate, Pelgrom identifica que o termo *incola*, ainda que originalmente usado para designar residentes estrangeiros de uma comunidade, aparece na literatura e, especialmente, na epigrafia imperial se referindo à residentes nativos não incorporados à *ciuitas* de uma colônia. Contudo, isso implica que todos os nativos vivendo em terras conquistadas por Roma e que não receberam a cidadania romana poderiam ser identificados como *incolae* – ou seja, não é possível associar necessariamente o estatuto de *incolae* à ideia de nativos vivendo no território de uma colônia estabelecida sobre sua antiga comunidade<sup>1088</sup>.

<sup>1085</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.14.8.

<sup>1086</sup> BRADLEY, *Colonization and Identity in Republican Italy*, p. 176; SCOPACASA, *Repensando a romanização*, p. 138–139.

<sup>1087</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 3.4.; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 9.52; 9.59. PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 158.

<sup>1088</sup> *Ibid.*, p. 159–160.

Existem indícios consistentes de que imigrantes de outras partes da Itália migravam para os territórios das colônias romanas. No exemplo mais claro disso, os colonos de Nárnica, na Úmbria, queixam-se ao Senado que estrangeiros estão se passando por colonos em seu território<sup>1089</sup>. Como Scopacasa bem aponta, o que causa a reclamação dos colonos narnianos não é a presença dos imigrantes – mas sua tentativa de se passar por colonos. Seria possível inferir disso, portanto, que colonos “oficiais” conviviam nas colônias romanas com outros habitantes de estatuto jurídico mais incerto<sup>1090</sup>. Existem basicamente dois modelos sobre como isso se dava na prática: a formação de comunidades únicas, novas, perpassadas pelas possíveis diferenças de *status* criada pela desigualdade jurídica; ou a formação de duas comunidades separadas, cada uma com sua própria identidade e seu próprio território, ainda que homônimas e vivendo lado-a-lado<sup>1091</sup>.

É preciso destacar ainda que esses “colonos oficiais” não eram necessariamente “romanos”. Em um exemplo destacado por Scopacasa, Tito Lívio conta que distribuições de terras na Apúlia e no Sâmnio foram realizadas em 200 a.C. no intuito de recompensar veteranos das campanhas de Cipião Africano<sup>1092</sup>. O próprio Lívio informa que comunidades da Úmbria, todo o território sabino assim como marsos, pelignos e marrucinos (povos dos Apeninos) enviaram soldados para lutar nas fileiras de Cipião<sup>1093</sup>. Scopacasa acredita, a meu ver acertadamente, que é possível associar as duas notícias e perceber que dentre os veteranos de Cipião que receberam terras estavam soldados que não eram, a princípio, romanos<sup>1094</sup>. Esse movimento deve ter acontecido em diversos outros casos anteriores: se aceitamos que os comandantes militares tinham um papel importante no estabelecimento de colônias no século IV a.C., como eles comandavam soldados enviados por comunidades aliadas de Roma, é bastante provável que os colonos assentados e aqueles que recebiam terras em distribuição viritanas não se limitasse aos romanos.

Essa renovação nos estudos sobre a colonização romana nos primeiros séculos do período republicano corrobora a imagem de um campesinato itálico muito diferente daquele grupo social imóvel e fixo que normalmente se associa ao campesinato. O que todos esses estudos sugerem é que a colonização romana nesse período fizesse parte de

---

<sup>1089</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 32.2.6.

<sup>1090</sup> SCOPACASA, *Repensando a romanização*, p. 137–138.

<sup>1091</sup> PELGROM, **Demography, Settlement Organization and Impact of Colonies founded by Rome**, p. 159–187.

<sup>1092</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 31.4.1-2.

<sup>1093</sup> *Ibidem*, 28.45.11-12.

<sup>1094</sup> SCOPACASA, *Repensando a romanização*, p. 131.

um quadro amplo no qual as populações camponesas tivessem grande mobilidade. Isto é, o fenômeno colonial romano parece estar inserido em um contexto mais amplo de migrações. Vale lembrar que mesmo nossas fontes essencialmente romanocêntricas registram eventualmente o envio de colônias por outros povos que não os romanos<sup>1095</sup>. Mais importante: mesmo a colonização romana não é puramente romana, no sentido que depende e se relaciona com movimentos populacionais que não dependem apenas das vontades e desígnios do Estado romano nem envolvem apenas contingentes de colonos romanos.

Nesse sentido, é possível, sem sombra de dúvida, relacionar a intensificação do assentamento rural com a colonização – desde que ela seja entendida desta maneira. A maior ocupação do campo não se dá porque os romanos o conquistaram e assim decidiram ocupar território, romanizando-o e antropocizando-o – mas porque camponeses itálicos de diferentes etnias estão migrando e buscando novas regiões para viver, num processo que não causa em si a transformação do assentamento identificado nos dois últimos capítulos, mas que converge com ela. O que quero enfatizar aqui é que o sujeito dessa história de transformação do assentamento é o campesinato. É verdade que esses camponeses se transformam em conquistadores ou em colonizadores eventualmente – e isso é parte importante do quadro histórico. Também é claro que esse campesinato está inserido de maneira subordinada em estruturas sociais, sofrendo pressões e sendo obrigado a enfrentar realidades sobre as quais ele não tem controle. Contudo, é em sua essência camponesa que ele é o protagonista dessa história. Isto é, a transformação do assentamento é determinada pelas decisões e escolhas que essas pessoas fazem sobre sua vida comunitária camponesa. Um estudo de quais são os fatores que estimulam ou pressionam essas decisões e escolhas é o próximo passo que esta investigação precisa dar.

---

<sup>1095</sup> Tito Lívio registra que os équos enviam uma colônia para Bola (Desde a fundação da Cidade, 4..49) e que os ancíates refundam Sático (7.27). BRADLEY, *Colonization and Identity in Republican Italy*, p. 167.

## Capítulo 5:

### Agricultura, comércio e exploração: a intensificação do assentamento rural em uma escala mediterrânea

*Não era dele a produção (quem era, enfim,  
mais pobre que ele?); mas p'r'o povo; ele levava  
nos dias de feira, no ombro a carga para a vila.  
Voltava, então, co' o bolso cheio e as costas leves  
trazendo, às vezes, do mercado, algum produto*

Pseudo-Virgílio<sup>1096</sup>

A pacificação e a interferência romana sobre os territórios conquistados teriam sido o estímulo fundamental para a intensificação do assentamento rural e o desenvolvimento de estruturas isoladas no campo na Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C.. Essa é uma hipótese muito difundida, contra a qual, porém, apresentei duas críticas empíricas básicas nos capítulos anteriores. Primeiro, não há total “pacificação” da região sob domínio romano; ademais, as diferentes interferências romanas na paisagem (drenagem de pântanos, construção de estradas, distribuições de terras) são muitas vezes superestimadas e, mesmo quando realmente podem ter tido algum impacto sobre o assentamento, serviriam apenas como explicações parciais para sua transformação. Desta maneira, é preciso entender os limites dessa explicação romanocêntrica e dar conta de uma nova linha explicativa para a intensificação do assentamento rural. Este capítulo terá, portanto, dois objetivos fundamentais: desprender a análise do processo de transformação do assentamento de uma abordagem romanocêntrica, trazendo a história romana para uma contextualização mediterrânea; e a partir deste ponto de partida desenvolver uma nova abordagem explicativa para esse processo que tenha nos camponeses, em suas ações e em seus conflitos de classe com a classe dominante que lhes explora, os protagonistas deste processo.

---

<sup>1096</sup> Pseudo-Virgílio, *Moreto*, linhas 79-83: uerum hic non domini (quis enim contractor illo?)/ sed populi prouentus erat, nonisque diebus/ uenalis umero fascis portabat in urbem,/ inde domum ceruice leuis, grauis aere redibat / uix umquam urbani comitatus merce macelli (tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior, disponível em: <https://escamandro.wordpress.com/2013/08/22/o-moretum-pseudo-virgilio/> Acessado em 13/03/2016)

## 1. *Desromanizando* a transformação do assentamento

Tendo como ponto de partida a necessidade de pensar a história romana no contexto mediterrânico, Nicola Terrenato percebeu um problema ainda mais fundamental nesta explicação romanocêntrica para a transformação do assentamento rural. Ainda que se pudesse deixar de lado as questões que eu levantei nos capítulos anteriores, uma crítica ainda mais incontornável (porque fundamentalmente empírica) ainda se manteria: a transformação do assentamento nessa época não acontece apenas nas regiões dominadas por Roma<sup>1097</sup>. O que Terrenato percebe é uma grande miopia romana na hipótese da “pacificação”. O estudo das regiões conquistadas por Roma ao longo desse período já mostrou que a cronologia da intensificação e dispersão do assentamento nem sempre converge perfeitamente com a conquista romana. Mais impactante, contudo, é o fato de que mesmo regiões que só vão ser conquistadas séculos depois por Roma apresentam processos de dispersão e intensificação do assentamento rural no período estudado por esta tese.

O que o arqueólogo italiano estimula é uma mudança de escala de análise. Ao abandonarmos a centralidade dada tradicionalmente à região sob domínio romano nos estudos históricos sobre esse período e colocarmos no nosso campo de visão um recorte espacial mais diverso e amplo, é possível perceber que diversas regiões fora da área de ação dos exércitos romanos, seja em outras regiões da Itália ou mesmo ao redor de todo o Mediterrâneo, estão vivenciando o mesmo processo de dispersão do assentamento nesta época. Identificar esse processo é fundamental para mudar a perspectiva de abordagem do problema da transformação no assentamento: se temos um processo histórico difundido por diversas regiões da bacia do Mediterrâneo, uma nova série de fatores para explicar esse processo precisa ser buscada. Começo esse capítulo, portanto, com uma identificação necessária, ainda que sumária, de algumas regiões para além da Itália central tirrênica que vivenciaram processos similares de transformação no assentamento rural. Tento assim, integrar a região estudada nessa tese em um quadro mais amplo – *stepping back to see the big picture*.

---

<sup>1097</sup> TERRENATO, Nicola, The essential countryside: the Roman world, *in*: ALCOCK, Susan E.; OSBORNE, Robin, **Classical Archaeology**, 2. ed. Chichester, West Sussex ; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012, p. 147; TERRENATO, Nicola, The clans and the peasants: reflections on social structure and change in Hellenistic Central Italy, *in*: TERRENATO, Nicola; DOMMELLEN, Peter Alexander René van, **Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2007, p. 19.

## 1.1. A transformação no assentamento para além da Itália central tirrênic

### 1.1.1. Itália Meridional

Podemos começar essa ampliação de horizontes pelo extremo sul da Itália. O quadro geral aqui, apesar de não ser totalmente similar, se assemelha em alguns aspectos centrais ao da Itália central tirrênic. Vejamos três exemplos de regiões no litoral do golfo de Tarento (ver mapa da figura 219): as regiões das antigas colônias gregas de Sybaris e Metaponto e a região do istmo de Salento. No sopé das montanhas ao norte de Sybaris (ver mapa da figura 220) é possível identificar uma hierarquização do assentamento já na Idade do Ferro (séc. IX-VIII a.C.) em torno dos assentamentos centrais em Timpone della Motta e Timpa del Castello, com inúmeros sítios rurais identificados para esse período na região. Contudo, ao longo dos períodos Arcaico e Clássico (séc. VIII a IV a.C.), não é possível identificar sítios rurais dispersos. Apenas no período Helenístico ocorre uma reocupação dessa região<sup>1098</sup> (ver mapa da figura 221).

Por outro lado, a região costeira não era ocupada na Idade do Ferro: sua ocupação se inicia com a fundação de Sibaris por colonos gregos em 720 a.C.. Em 510 a.C., Sibaris é destruída em uma guerra com outra colônia grega da região, Kroton. Porém, já no século V a.C., uma nova colônia, Túrios, é fundada por colonos gregos no antigo território de Sibaris. Uma grande quantidade de sítios rurais foi identificada na região. As cerâmicas datáveis permitem a afirmação de que parte significativa deles foram ocupados desde o período arcaico até a ocupação romana da região. Contudo, os métodos de publicação desses achados não permitem uma análise quantitativa mais detalhada<sup>1099</sup>.

Um pouco mais ao norte, na região onde colonos gregos fundariam Metaponto, se estabelece um assentamento nucleado na Idade do Ferro em Incoronata, que aparentemente desempenhou um importante papel na interação entre gregos e nativos na região antes mesmo da fundação de Metaponto<sup>1100</sup>. A arqueologia funerária permite afirmar que a partir do século VIII a.C. se desenvolve uma elite local enriquecida<sup>1101</sup>. A partir do século VII a.C. se inicia a ocupação do campo<sup>1102</sup>, porém uma verdadeira

<sup>1098</sup> ATTEMA, P. A. J.; BURGERS, G.-J. L. M.; LEUSEN, Martijn van, **Regional pathways to complexity: settlement and land-use dynamics in early Italy from the Bronze Age to the Republican period**, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 96–97, 105.

<sup>1099</sup> *Ibid.*, p. 89–91.

<sup>1100</sup> CARTER, Joseph Coleman, **Discovering the Greek countryside at Metaponto**, Ann Arbor: University of Michigan, 2006, p. 55–57.

<sup>1101</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>1102</sup> *Ibid.*, p. 64.



dispersão do assentamento só vai ocorrer no século VI a.C.<sup>1103</sup> e atingir seu apogeu na primeira metade do século V a.C.<sup>1104</sup> (ver gráfico da figura 222 e mapas da figura 223). Segue-se a isso um momento de um momento de crise no século V a.C. – cuja causa Joseph Carter identifica com uma elevação do nível das águas na região<sup>1105</sup>, mas que é impossível não comparar com a “crise do século V a.C.” da Itália central tirrênica. A segunda metade do século IV a.C. conhece mais uma vez uma grande dispersão do assentamento seguido, mas uma vez por uma crise no quinquênio seguinte – da qual, contudo, o território de Metaponto não se recuperará na antiguidade (ver gráfico da figura 222).

Mais um exemplo de região da Itália Meridional na qual ocorre uma importante dispersão do assentamento ao longo do século IV a.C. é o Istmo de Salento (ver mapa da figura 224). Também aqui os pesquisadores identificaram indícios de estratificação social a partir do século VIII a.C.<sup>1106</sup>, mesmo período no qual se identifica também o surgimento de uma hierarquia mais desenvolvida de assentamentos<sup>1107</sup>. Contudo, é apenas no período Helenístico (325-200 a.C.) que a dispersão do assentamento ocorre<sup>1108</sup>. O caso paradigmático é o território de Ória. Especialmente ao norte da cidade, região de solo mais fértil, se espalham diversos sítios de pequeno porte, identificados pelos pesquisadores como fazendas camponesas, enquanto o assentamento nuclear, em um processo similar àqueles vistos para Falérios, na Etrúria Meridional, e Sátrico, no Lácio, perde importância enquanto local de habitação, mantendo uma importância religiosa (ver mapas das figuras 225 e 226). Ória não é o único caso de intensificação do assentamento rural no Istmo de Salento: nos territórios de Brindisi (ver mapa da figura 227) e Valésio (ver mapa da figura 228), pesquisas arqueológicas também identificaram um padrão de assentamentos dispersos para o período helenístico<sup>1109</sup>.

### *1.1.2. Outras regiões no Mediterrâneo*

Certamente mais significativo ainda é o fato de esse aumento da densidade do assentamento rural construída por um processo histórico de dispersão do assentamento

<sup>1103</sup> *Ibid.*, p. 210.

<sup>1104</sup> *Ibid.*, p. 225.

<sup>1105</sup> *Ibid.*, p. 218.

<sup>1106</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 158.

<sup>1107</sup> *Ibid.*, p. 136–137.

<sup>1108</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>1109</sup> *Ibid.*; YNTEMA, Douwe, **In search of an ancient countryside: the Amsterdam Free University field survey at Oria, province of Brindisi, South Italy (1981-1983)**, Amsterdam: Thesis Publishers, 1993, p. 186.

não se restringir à Itália. Diversas outras regiões no Mediterrâneo central (ver mapa da figura 229) também vivenciam processo similar nesta época. Partindo de alguns estudos de síntese de projetos diversos de levantamentos de superfície (os *surveys of surveys*) para diferentes regiões da bacia do Mediterrâneo é possível identificar um vasto conjunto dessas regiões.

A partir da década de 80 a Sicília Ocidental foi alvo de projetos de levantamentos de superfície cujos resultados podem ajudar na composição do quadro do assentamento rural entre os séculos V e III a.C.. Nas regiões de Segesta, Entella, Monreale, Himera e Heracleia Minoa (ver mapa da esquerda na figura 230) é possível identificar, com alguma variação cronológica, a passagem de um padrão de assentamentos nucleares para uma ocupação do campo dominada por assentamento disperso entre os séculos V e III a.C.<sup>1110</sup>.

Levantamentos de superfície realizados na Sardenha também identificaram o mesmo processo. Em regiões pesquisadas, como Nora, Monte Sirai e Riu Mannu (ver mapa da direita na figura 230), o final do século V a.C. é marcado por uma expansão significativa no número de sítios rurais. O campo passa a ser densamente povoado por pequenos sítios dispersos identificados primordialmente como pequenas fazendas<sup>1111</sup>. Entre as pequenas ilhas do Mediterrâneo central, a dispersão do assentamento nesse período foi identificada em Pantelleria e é possível que tenha ocorrido em Malta e Gozo (ver mapa da figura 229) – nessas ilhas os pesquisadores identificaram um aumento importante no número de tumbas rurais isoladas nos séculos IV-III a.C., porém não há vestígios significativos de assentamentos rurais isolados<sup>1112</sup>.

Atravessando o Mediterrâneo central, em direção ao território da atual Tunísia, também é possível identificar áreas nas quais recentes levantamentos de superfície vêm identificando processos de dispersão do assentamento rural entre os séculos V e III a.C.. Na região do entorno das antigas Cartago e Thunga, o século III a.C. é marcado por um aumento muito significativo do número de pequenos sítios dispersos (ver mapa da figura

---

<sup>1110</sup> VAN DOMMELEN, Peter; GIAMMELLARO, Antonella Spanò; SPATAFORA, Francesca, Sicily and Malta: between sea and Countryside, *in*: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 134–147.

<sup>1111</sup> VAN DOMMELEN, Peter; FINOCCHI, Stefano, Sardinia: diverging landscapes, *in*: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 171–176.

<sup>1112</sup> VAN DOMMELEN; GIAMMELLARO; SPATAFORA, Sicily and Malta: between sea and Countryside, p. 149–153.

231). Mais ao sul, na ilha de Jerba, esse processo pode ser datado já para o século IV a.C.<sup>1113</sup> (ver mapas das figuras 232 e 234).

Deslocando-nos rumo ao Mediterrâneo oriental, é possível identificar na Grécia um número ainda maior de levantamentos de superfície (Argólida Meridional, Beócia meridional, Eubéia meridional, Keos setentrional, Lacônia, Megalópolis, Melos, Messênia, Vale do Nemea e Panakton – ver mapa da figura 234) que atestam um padrão de assentamento disperso entre o período clássico e o início do período helenístico (séculos V-III a.C.)<sup>1114</sup>, ainda que aqui o processo que mais tem chamado a atenção dos arqueólogos é justamente a reversão desse padrão, com o desaparecimento desses assentamentos no período seguinte, a partir do século II a.C.<sup>1115</sup>.

Ao longo de todo o Mediterrâneo, da atual Andaluzia espanhola<sup>1116</sup>, passando por Ibiza<sup>1117</sup>, Tell Rifa'at (no norte da Síria)<sup>1118</sup> até o estreito do Bósforo<sup>1119</sup>, inúmeros levantamentos de superfície têm apontado esse mesmo processo de intensificação da ocupação do campo via dispersão de pequenos sítios rurais isolados entre os séculos V e III a.C... Diante disso, Nicola Terrenato afirma que este período vivenciou a mais profunda transformação pela qual passou o padrão de assentamento humano no Mediterrâneo antigo<sup>1120</sup>.

Contudo, é preciso destacar que não há, entre os séculos V e III a.C., um processo homogêneo de dispersão do assentamento em *todo* o Mediterrâneo. Se voltarmos rapidamente nossos olhares para uma única ilha no Mediterrâneo oriental, Creta (ver

<sup>1113</sup> FENTRESS, Elizabeth; DOCTER, Roald F., North Africa: rural settlement and Agricultural Production, *in*: DOMMELEN, Peter Alexander René van; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 108–115.

<sup>1114</sup> ALCOCK, Susan E., Breaking up the Hellenistic world: survey and society, *in*: MORRIS, Ian (Org.), **Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 177.

<sup>1115</sup> ALCOCK, Susan E., **Graecia capta: the landscapes of Roman Greece**, Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 33–92; ALCOCK, Breaking up the Hellenistic world: survey and society, p. 187; ALCOCK, Susan E., The essential countryside: the Greek World, *in*: ALCOCK, Susan E.; OSBORNE, Robin (Orgs.), **Classical archaeology**, 2. ed. Chichester, West Sussex; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012, p. 141.

<sup>1116</sup> LÓPEZ CASTRO, José Luis, The Iberian Peninsula: landscapes of Tradition, *in*: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 95–96.

<sup>1117</sup> GÓMEZ BELLARD, Carlos, Ibiza: the making of new landscape, *in*: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 62–63.

<sup>1118</sup> ALCOCK, Breaking up the Hellenistic world: survey and society, p. 181.

<sup>1119</sup> ALCOCK, Susan E.; GATES, Jennifer; REMPEL, Jane E., Reading the Landscape: Survey Archaeology and the Hellenistic Oikumene, *in*: ERSKINE, Andrew (Org.), **A Companion to the Hellenistic World**, Oxford: Blackwell, 2003, p. 358–362.

<sup>1120</sup> TERRENATO, The essential countryside: the Roman world, p. 147.

mapa da figura 235), podemos perceber isso de maneira exemplar: enquanto na região de Sphakia (na parte oeste da ilha) e no Vale do Ayiofarango (parte meridional) é possível identificar o processo de dispersão, temos, nesse mesmo período, a paisagem rural na região vizinha da planície de Messara (também na parte meridional) dominada por assentamentos nucleares e a fértil planície de Lasithi (na parte leste da ilha) passando por um processo de abandono do campo<sup>1121</sup>. Se o levantamento de exemplos até aqui elencados não deixa dúvidas de que a dispersão do assentamento rural não é um fenômeno exclusivo da Itália central tirrênica sob domínio romano, ele certamente não é suficiente para dizer que a dispersão é um processo que abarca *todas* as regiões do Mediterrâneo.

De qualquer maneira, é importante frisar que os dados identificados rapidamente aqui, somados à identificação no capítulo anterior de que em vários casos a intensificação do assentamento rural em regiões da Itália central tirrênica antecipa-se à conquista romana, são suficientes para desacreditar a explicação da dispersão do assentamento na Itália central tirrênica como resultado simples e direto do impacto de Roma na região. A despeito do fato de que certamente o contexto de formação do sistema hegemônico romano implicou em determinadas particularidades na forma como esse processo ocorreu na Itália central tirrênica, ela não pode ser apontada como sua causa única, nem mesmo central. Alguns autores, inclusive, acreditam ser possível inverter a ordem causal neste caso: ao invés de a expansão romana ter causado a dispersão, o processo de dispersão estaria entre os fatores que possibilitaram a expansão romana<sup>1122</sup>.

## 1.2. A História romana em uma perspectiva mediterrânica

A identificação do quadro amplo de transformação dos padrões de assentamento coloca em questão o romanocentrismo das abordagens tradicionais sobre o impacto de Roma no assentamento das regiões conquistadas. Muitas vezes historiadores que estudam Roma nesse período inicial de sua história tratam como *sui generis* dinâmicas históricas romanas sem as comparar com processos coevos em outras regiões da bacia mediterrânica. Isso tem relação direta com a forma como o campo de estudos se estabeleceu.

<sup>1121</sup> ALCOCK, Breaking up the Hellenistic world: survey and society, p. 179–180.

<sup>1122</sup> PATTERSON, Helen; DI GIUSEPPE, Helga; WITCHER, Rob, Three South Etrurian “crises”: first results of the Tiber Valley Project, **Papers of the British School at Rome**, v. 72, p. 1–36, 2004, p. 13.

### 1.2.1. Uma revisão de premissas historiográficas

A História Antiga em geral e a Romana em particular se consolidaram como disciplinas acadêmicas em um contexto historiográfico dominado pela “história da nação” ao longo do século XIX<sup>1123</sup>. Incumbida da missão de resgatar as origens das nações europeias, a História Antiga forjou duas “histórias nacionais” antigas que ainda desempenham o papel de mitos fundadores da “civilização ocidental”: a História da Grécia (isto é, a história das cidades-Estado gregas<sup>1124</sup>) e a História de Roma (história que progressivamente parte da Cidade-Estado romana se expandindo primeiro pela Itália e depois pelo Mediterrâneo até a construção do Império romano<sup>1125</sup>). No caso específico da Roma republicana, a influência da perspectiva nacionalista faz, desde o século XIX, a unificação da Itália ser vista como um processo natural, dada uma pretensa unidade cultural sob a égide romana prévia à conquista. Nesse contexto historiográfico, são as Histórias da Grécia e Roma que importam no Mediterrâneo antigo: os berços da civilização Ocidental e das Nações ocidentais. Para usar uma precisa metáfora, outras cidades e regiões do Mediterrâneo só se tornam relevantes dentro dessa narrativa histórica quando “entram em contato com a lança macedônica ou com a espada romana”<sup>1126</sup>.

A História de Roma emoldura-se, assim, em um modelo essencialmente eurocêntrico. Em primeiro lugar, por ser uma forma particular de pensar a História a partir da Europa, naturalizando e universalizando como “a História Antiga” a história de uma região em particular<sup>1127</sup>. Além disso, também repete a própria estrutura narrativa eurocêntrica construída para a história europeia moderna e sua ação imperial. Os povos do Mediterrâneo antigo que não pertencem à estirpe grecorromana são tratados historiograficamente da mesma maneira que os povos não europeus modernos: como povos sem história<sup>1128</sup>. Além disso, tal moldura também é nacionalista e estadocêntrica, pois subjetiva o “Estado Romano” transformando-o no sujeito da história.

Como a intensificação do assentamento rural se repete em diversas regiões da bacia do Mediterrâneo, me senti compelido a tentar identificar processos gerais, para além da região sob domínio romano – isto é, tendências *mediterrânicas* – que me ajudassem a

<sup>1123</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz, **História Antiga**, São Paulo: Contexto, 2013, p. 20.

<sup>1124</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz, Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga, **Politeia: História e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2010, p. 53; VLASSOPOULOS, Kostas, **Unthinking the Greek Polis**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 36–63.

<sup>1125</sup> GUARINELLO, Uma Morfologia da História, p. 54.

<sup>1126</sup> PRAG, Jonathan R. W.; QUINN, Josephine Crawley (Orgs.), **The Hellenistic West**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 2.

<sup>1127</sup> GUARINELLO, Uma Morfologia da História, p. 51–52.

<sup>1128</sup> WOLF, Eric R., **A Europa e os povos sem história**, São Paulo: EDUSP, 2005.

entender este contexto histórico. Uma abordagem mediterrânica para a história de Roma e da Itália antes mesmo da integração política de toda a bacia do Mediterrâneo sob o Império romano é uma perspectiva que vem ganhando força nos últimos anos, inserindo a história romana na perspectiva de uma História do Mediterrâneo<sup>1129</sup> e estimulando o estudo comparado e integrado de regiões da bacia mediterrânica para além da Grécia e de Roma<sup>1130</sup>.

A história do Mediterrâneo que ganhou força na última década foi muito influenciada pela obra de Horden e Purcell – frente a qual uma série de críticas importantes foram levantadas. Ainda que em diversos momentos eu tenha apontado essa obra como base fundamental das minhas reflexões neste trabalho, reconheço que algumas das críticas que a obra sofreu são extremamente relevantes. Aqui é preciso identificar os limites da contribuição de *Corrupting Sea* para fazer o melhor proveito possível dos instigantes *insights* que a obra permite.

Como bem aponta Norberto Guarinello, “a mediterrização da História Antiga [nos termos propostos por Horden e Purcell] retira, precisamente, a história do Mediterrâneo”<sup>1131</sup>. Sobretudo, a própria *conectividade* mediterrânica, identificada pelos autores, é apenas uma possibilidade *histórica*, que precisa de determinadas condições *históricas* para se efetivar *historicamente*<sup>1132</sup> – e não um dado natural ou essencial da existência da sócio-ecologia mediterrânica. Assim, é preciso ter mente que esse quadro sócio-ecológico não apenas interage com elementos históricos mais dinâmicos (como formações de estruturas políticas de amplo alcance, como Impérios), mas também é ele próprio resultado de processos históricos – que mesmo podendo ser enquadrados na longa duração braudeliana continuam ainda assim sendo históricos. Este segundo aspecto foi bem enquadrado por Ian Morris com o conceito de “mediterrização”: um longo

---

<sup>1129</sup> HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas, **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**, Oxford: Blackwell, 2000, p. 9; HARRIS, William Vernon, **Rethinking the Mediterranean**, [s.l.]: Oxford University Press, 2005; ABULAFIA, David *et al*, **The Mediterranean in History**, [s.l.]: Getty Publications, 2011; HARRIS, William (Org.), **The Ancient Mediterranean Environment between Science and History**, Leiden ; Boston: BRILL, 2013; BROODBANK, Cyprian, **The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World**, Oxford ; New York: Oxford University Press, 2013; HORDEN, Peregrine; KINOSHITA, Sharon, **A Companion to Mediterranean History**, [s.l.]: John Wiley & Sons, 2014; ABULAFIA, David, **O grande mar**, [s.l.]: Editora Objetiva, 2014.

<sup>1130</sup> VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008; PRAG; QUINN (Orgs.), **The Hellenistic West**; QUINN, Josephine Crawley; VELLA, Nicholas C. (Orgs.), **The Punic Mediterranean: Identities and Identification from Phoenician Settlement to Roman Rule**, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.

<sup>1131</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz, Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio, **Mare Nostrum**, v. 1, 2010, p. 118.

<sup>1132</sup> GUARINELLO, **História Antiga**, p. 52–53.

processo histórico, não-linear, de integração das diversas sociedades que viviam ao redor do Mediterrâneo<sup>1133</sup>. A “mediterraneização” não é uma consequência natural à dinâmica sócio-ecológica do Mediterrâneo, como poderíamos inferir da formulação de Horden e Purcell, mas consequência direta da história dessas sociedades que viveram em torno do mar. Sendo assim, o bom uso dos *insights* permitidos pela obra de Horden e Purcell dependem da construção de um estudo que tenha na dinâmica histórica de (trans)formação dos elementos que eles identificam um aspecto central.

Superando esses problemas, a perspectiva de integrar a história romana em uma história mediterrânica me parece um caminho realmente necessário para renovar os estudos sobre a história romana. A partir dessa perspectiva é possível retirar dos romanos (e mais especificamente do Estado Romano) o monopólio sobre a agência histórica que a historiografia moderna lhes atribuiu, reinserindo-os em um mundo complexo cuja dinâmica depende da interação de inúmeros fatores e agentes. Para o estudo dos primórdios da história romana, normalmente focados em um recorte geográfico bastante restrito dado pelo que seria o território da cidade-Estado antes da construção de seu grande império, este é um procedimento ainda mais urgente e necessário. Enquanto nos estudos sobre o Império Romano o impacto de abordagens pós-coloniais já se fez sentir há algumas décadas, a desconstrução de uma história nacionalista sobre a conquista romana da Itália ainda dá seus primeiros, ainda que importantes, passos. Pôr esse contexto em uma perspectiva mediterrânica nos permite visualizar que o “impacto de Roma” é, no máximo, um fator dentro de um quadro histórico muito mais complexo<sup>1134</sup>.

Infelizmente, ainda que esta perspectiva seja crescentemente adotada nos estudos sobre os mundos romano, púnico e helenístico, a verdade é que o estudo do Mediterrâneo e sua integração antes da formação do Império Romano – perspectiva à qual este capítulo pretende integrar esta tese, portanto – ainda dá seus primeiros passos. Isso se reflete na existência de poucos estudos e informações essenciais para fundamentar empiricamente algumas das propostas explicativas que tentarei desenvolver. Inúmeras informações que abundam (ou ao menos existem em algum nível minimamente satisfatório) para a bacia do Mediterrâneo no período “romano” (isto é, sob o Império), escasseiam demasiadamente para o período aqui em estudo. Desde dados paleoclimáticos até a

<sup>1133</sup> MORRIS, Ian, Mediterraneanization, *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30–55, 2003.

<sup>1134</sup> STEK, Tessa Dieder, Cult, conquest, and “religious Romanization”. The impact of Rome on cult places and religious practices in Italy, *in*: STEK, Tessa Dieder; BURGERS, G.-J. L. M. (Orgs.), **The impact of Rome on cult places and religious practices in ancient Italy 132**, London: 2015, London: Institute of Classical Studies, 2015, p. 5–6.

identificação de transformações nos fluxos de circulação de ânforas passando por informações sobre a realidade agrícola, o mundo mediterrânico da segunda metade do primeiro milênio a.C. ainda é um terreno selvagem se comparado à muito mais bem desbravada primeira metade do primeiro milênio d.C.. O leitor verá esse autor digladiando-se com algumas poucas pistas a partir do qual ele tentará construir as melhores inferências que for capaz, mas será preciso reconhecer os limites do nosso conhecimento em diversos momentos do argumento que aqui será desenvolvido.

### *1.2.2. Global, local e regional: problemas de transposição teórica*

É preciso destacar ainda que a semelhança entre o desenvolvimento do assentamento em diversas regiões no Mediterrâneo, assim como a pretensão de fazer uma história para além de horizontes limitados por recortes geográficos enganosos, não podem esconder desenvolvimentos regionais específicos<sup>1135</sup>. É incontornável, por exemplo, que o processo de intensificação e/ou de dispersão em cada uma dessas regiões se deu em temporalidades distintas, mascarados pelo amplo recorte cronológico aqui adotado. Em algumas regiões, o processo começa antes mesmo do século V a.C; em outras, apenas já em meados do III a.C ou até mesmo posteriormente – quando em algumas regiões o processo já tinha até se revertido. Citando duas regiões mencionadas acima apenas a título de exemplo, quando a dispersão se inicia na ilha de Jerba, no período que se inicia por volta de 350 a.C., o assentamento disperso em Metaponto estava começando a entrar em crise, sofrendo um grande declínio.

No caso específico em análise nesta tese, a Itália central tirrênica, este não parece ter sido nem mesmo um processo linear, conhecendo idas e vindas: um desenvolvimento inicial no século VIII a.C. que ganha dinamismo no IV a.C. mas que parece sofrer uma importante crise, ao menos em regiões importantes, no V a.C., para apenas depois, entre o IV e o III a.C., retomar novamente o processo de intensificação. Não há porque duvidar que inúmeras especificidades locais certamente determinaram a forma como tais processos ocorreram. Nesse sentido é importante também identificar processos locais endógenos próprios de cada região, assim como diferentes possibilidades de resposta das populações dessas regiões aos processos mais gerais.

Não é preciso se render a uma falsa dicotomia entre história mediterrânica e história nacional. Para isso, faz-se necessário superar o enquadramento regional desses processos

---

<sup>1135</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 160.



históricos a partir de definições estadocêntricas e eurocêntricas, como território de determinado “povo” ou “civilização”. Territórios sob domínio de certas formações estatais, diferentes formas de identidade coletiva ou conjuntos de elementos culturais compartilhados por uma população não podem ser reificados como critérios únicos para delimitar a geografia da regionalidade, ainda que eles tenham papel importante nisso.

Ainda que este não seja o espaço mais adequado e eu não seja o mais qualificado a fazer uma recensão do conceito geográfico de região, algumas palavras sobre esse tema precisam ser pontuadas neste momento. Por um lado, é necessário superar uma abordagem determinista, naturalista ou mesmo possibilista do que é uma região, posto que todas elas negam o que mais nos interessa: o histórico. A referência clássica aqui é o geógrafo francês Paul Vidal de la Blache<sup>1136</sup>. Ainda que Vidal de la Blache não resume a delimitação de regiões apenas aos elementos naturais do clima, vegetação e relevo (pelo contrário, sua geografia é uma contraposição ao determinismo ambiental da geografia alemã de seu tempo)<sup>1137</sup>, a forma como ele analisa a relação destes fatores naturais com os elementos humanos e mesmo a forma como ele acaba por determinar as regiões em seu clássico estudo sobre a França, acabam por anistoricizá-las<sup>1138</sup>.

Nessa linha, mesmo se as diferentes regiões certamente podem determinar especificidades para os processos históricos, estabelecendo suas regionalidades, as regiões em si se mantêm intocáveis, perpetuando-se ao longo da história, como agentes históricos imunes à própria história. De certa maneira, esse é um problema que a perspectiva de Horden e Purcell sobre o Mediterrâneo, reiteradas vezes elogiada ao longo dessa tese, pode incorrer. É preciso, diante disso, desviar daquilo que Yves Lacoste chamou de “geografismos”, isto é, as metáforas que tomam como sujeitos porções do espaço terrestre<sup>1139</sup>.

Por outro lado, as linhas principais pelas quais o conceito de região tem sido renovado dentro da Geografia estão diretamente ligadas à reflexão sobre o processo contemporâneo de globalização<sup>1140</sup>. A preocupação central da reflexão sobre o regional

---

<sup>1136</sup> VIDAL DE LA BLACHE, Paul, **Tableau de la Géographie de la France**, [s.l.]: Hachette & Cie, 1903; Existe uma tradução para o português da introdução da obra em: VIDAL DE LA BLACHE, Paul, Introdução “Quadro da Geografia da França”, **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 141–145, 1999.

<sup>1137</sup> CORRÊA, Roberto Lobato, **Região e organização espacial**, [s.l.]: Editora Ática, 1986, cap. 3.

<sup>1138</sup> LACOSTE, Yves, **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**, [s.l.]: Papirus, 1997.

<sup>1139</sup> *Ibid.*

<sup>1140</sup> SANTOS, Milton, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, [s.l.]: EdUSP, 2002, p. 165; HAESBAERT, Rogério, **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**, [s.l.]: Bertrand Brazil, 2010.

hoje diz respeito à questão da homogeneização social, que seria uma força motriz conduzida pelo processo de globalização, e os espaços para a heterogeneidade, pensada como uma resistência local ao global ou, posto de outra forma, as maneiras locais de desenvolver de maneira própria os elementos globais. Talvez a ideia que resume isso de maneira mais sintética seja o conceito de “glocalização”, ou do estudo do “glocal”, proposto pela primeira vez por economistas japoneses para tratar do comércio global de produtos voltados para mercados locais (os produtos adaptados ao gosto local produzidos por grandes redes de fast-food são o melhor exemplo) e popularizado pelo sociólogo Roland Robertson para definir o padrão atual de convivência entre tendências universalizantes e particularizantes<sup>1141</sup>.

Tudo isso poderia parecer bastante aplicável ao caso em análise nesta tese, já que estou postulando a existência de determinados processos mediterrânicos concomitantes a desenvolvimentos específicos regionais. Essa mesma chave de leitura tem sido bastante influente e produziu desenvolvimentos bastante profícuos no estudo sobre interação cultural nas províncias do Império Romano (o processo tradicionalmente chamado de “romanização”), no qual o fator “global”, a dominação imperial romana, interage com fatores locais de maneiras distintas e específicas, gerando resultados próprios em cada uma das diferentes regiões<sup>1142</sup>. Mais recentemente, a própria ideia de globalização tem sido usada mais diretamente para estudar o mundo romano<sup>1143</sup>. Contudo, a aplicação

---

<sup>1141</sup> ROBERTSON, Roland, Comments on the “Global Triad” and “Glocalization”, *in*: INOUE, Nobutaka (Org.), **Globalization and Indigenous Culture**, Tokyo: Kokugakuin University, 1997; ROBERTSON, Roland, Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity, *in*: FEATHERSTONE, Mike; ROBERTSON, Roland; LASH (Orgs.), **Global Modernities**, London: Sage Publications, 1995; HAESBAERT, Rogério, Região, diversidade territorial e globalização, **Geographia**, v. 1, n. 1, 1999; Ver também o número dedicado ao conceito de “Glocal” da revista *art-e-fact*, com destaque para os artigos de Roland Robertson, Bruno Latour, Erik Swyngedouw e Maria Kaïka, Neil Brenner e Edward Soja. ROBERTSON, Roland, The conceptual promise of glocalization: commonality and diversity, **Art-e-fact. Strategies of resistance**, n. 4, 2005; LATOUR, Bruno, On the difficulty of being local, **Art-e-fact. Strategies of resistance**, n. 4, 2005; SWYNGEDOUW, Erik; KAÏKA, Maria, The making of glocal urban modernities: exploring the cracks in the mirror, **Art-e-fact. Strategies of resistance**, v. 4, 2005; BRENNER, Neil, Glocalization as a state spatial strategy: urban entrepreneurialism and the new politics of uneven development in western Europe, **Art-e-fact. Strategies of resistance**, n. 4, 2005; SOJA, Edward, On the concept of global city regions, **Art-e-fact. Strategies of resistance**, n. 4, 2005; O termo é citado por Broodbank para se referir à formação de identidades étnicas locais dentro do contexto de interação mediterrânica crescente a partir do século VIII a.C.. BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 659.

<sup>1142</sup> MILLETT, Martin, **The Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation**, [s.l.]: Cambridge University Press, 1992; WOOLF, Greg, **Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2000; MATTINGLY, D. J., **Imperialism, power, and identity experiencing the Roman empire**, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2011.

<sup>1143</sup> WITCHER, Robert, Globalisation and Roman imperialism: Perspectives on identities in Roman Italy, *in*: HERRING, Edward; LOMAS, Kathryn (Orgs.), **The emergence of state identities in Italy in the first millennium BC**, [s.l.]: Accordia Research Institute, University of London, 2000; HINGLEY, Richard, **Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire**, [s.l.]: Psychology Press, 2005; PITTS,

direta dos modelos conceituais desenvolvidos por geógrafos e sociólogos que estudam o fenômeno da globalização contemporânea para contextos históricos pré-capitalistas traz riscos enormes.

Todo o processo atual de globalização está diretamente ligado à característica expansiva da forma de reprodução do Capital na sociedade capitalista. Dada as formas específicas de funcionamento desse sistema econômico, sua expansão leva a subsunção de outros sistemas econômicos locais, integrando de maneira subordinada cada vez mais regiões em uma economia de escala global. Uma região, dessa maneira, é a realização em um quadro territorial específico da articulação de um processo geral, o modo de produção capitalista, elemento uniformizador, com a sedimentação histórica de processos particulares, elemento de diferenciação<sup>1144</sup>. A região nesse sentido, e mesmo o regionalismo, só pode existir na interação com o elemento global, e no caso do mundo moderno, esse elemento global é determinado pelo caráter expansivo do capitalismo.

Essa não é a realidade do Mediterrâneo antigo. Não estamos diante de um sistema econômico expansivo que subsume realidades locais, inserindo-as em uma economia global com uma lógica geral de funcionamento e as fazendo interagir com uma sociedade globalizada com a qual cada região desenvolve formas específicas de relação. No caso do Império Romano, talvez seja possível utilizar esse modelo como uma metáfora, identificando o Império como o elemento global expansivo – ainda que o sistema imperial não tenha uma forma de funcionamento intrinsecamente expansiva como tem o capitalismo. Contudo, nem mesmo esse uso metafórico é possível para o Mediterrâneo pré-imperial. O que estou chamando de processos gerais do Mediterrâneo antigo não é determinado pela existência de um sistema em expansão. Trata-se de processos de naturezas diversas e lógicas distintas.

Em um primeiro nível estão processos de amplo impacto geográfico que, conseqüentemente, afetam um conjunto de regiões diversas, mas sem serem verdadeiros processos de integração (o melhor exemplo que consigo imaginar são as mudanças climáticas). Um segundo nível é formado por processos de integração difusa, caracterizados pela disseminação de ferramentais materiais e mentais, ideias, hábitos e conhecimentos específicos por diferentes regiões, possibilitadas pela circulação de pessoas e produtos entre essas regiões (como inovações tecnológicas ou elementos

---

Martin; VERSLUYS, Miguel John (Orgs.), **Globalisation and the Roman World: World History, Connectivity and Material Culture**, New York, NY: Cambridge University Press, 2014.

<sup>1144</sup> CORRÊA, **Região e organização espacial**.

culturais). Um terceiro nível é composto por processos de incorporação de distintas regiões a instituições que assumem um caráter supralocal formando uma articulação institucional mais bem estabelecida (a formação de impérios é o exemplo mais óbvio, mas podemos incluir aqui desde sistemas comerciais mais complexos até a formação de grandes patrimônios fundiários de classes dominantes supralocais). Ainda que a ordem de exposição desses níveis indique níveis crescentes de integração, ela não estabelece uma sequência cronológica ou causal necessária. Muito pelo contrário, o arranjo histórico entre elementos classificáveis como de segundo ou terceiro nível é bastante complexo, sendo os de primeiro nível mais independentes.

De toda forma, estamos diante de processos diversos, que interagem e tem relações entre si, mas que não são determinados por uma lógica intrínseca única, como no caso da globalização capitalista. Processos de integração de diferentes aspectos das sociedades e comunidades em questão podem se desenvolver sem que haja subsunção de outros elementos a uma lógica geral de “globalização”. Em um exemplo simples: a formação de uma ordem imperial, como o Império romano<sup>1145</sup>, pode fazer parte de processos de integração importantes, ligados a maior circulação de pessoas, bens e ideias, sem que tudo isso determine uma transformação das relações de produção de cada uma dessas regiões. Não estamos tratando aqui de regionalismos frente a um sistema global, mas de realidades locais díspares frente a inexistência de um sistema global único. É preciso ter isso em mente para pensar o conceito de região para a realidade antiga.

Nesse sentido, a regionalidade no Mediterrâneo antigo não se constrói pela interação entre um processo geral, com lógica única, e as especificidades de um quadro territorial específico. Tal regionalidade se constrói de maneira complexa, pela interação das comunidades de uma região entre si e com seu quadro ambiental, como não poderia deixar de ser, mas em conjunção com processos diversos geograficamente mais amplos. A sedimentação histórica das dinâmicas sociais dessas comunidades cria particularidades que interagem com esses processos mais amplos, determinando especificidades locais múltiplas – que podem, inclusive, nos permitir a determinação de regiões diversas sobrepostas geograficamente se enfocarmos aspectos distintos de caracterização.

Como se dá a interação entre esses processos gerais e as realidades regionais? Em primeiro lugar, diferentes regiões podem vivenciar respostas diferentes a um mesmo processo geral. Da mesma forma que regiões com climas diferentes são afetadas de

---

<sup>1145</sup> Sobre a relação dialética entre a formação da ordem imperial e os processos de integração, ver: GUARINELLO, Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio.

maneira diferente por mudanças no clima global, regiões com configurações sociais, políticas, econômicas e culturais distintas podem responder de maneira diferente ao desenvolvimento das forças produtivas, à intensificação dos intercâmbios, à expansão do poder das classes dominantes, entre outros processos históricos.

Obviamente, esta proposta geral de como abordar a problemática da transformação dos assentamentos rurais no Mediterrâneo escapa às possibilidades desta tese. Duas obras recentes realizam estudos comparativos extremamente importantes sobre a transformação do assentamento em diferentes regiões do Mediterrâneo<sup>1146</sup> e talvez sejam os melhores pontos de partida para futuras pesquisas mais globais sobre o tema. Tentarei, neste capítulo uma contribuição bem mais modesta: delinear algumas possibilidades de processos mediterrânicos que tenham relação com a intensificação e dispersão do assentamento rural, apontando aspectos específicos da Itália central tirrênica nesse processo.

## 2. Intensificação da agricultura e expansão demográfica: o desenvolvimento das forças produtivas

O que identifiquei nos dois capítulos anteriores, em essência, é que conquistadores e colonizadores não podem ser os únicos sujeitos da história do assentamento rural na Itália central tirrênica dos séculos V a III a.C.. Os camponeses precisam subir ao palco da história – e não como cenário vivo, mas como protagonistas. O ponto fundamental nesta questão é que a *possibilidade* de viver em assentamentos isolados (supostamente aberta pela pacificação e pela colonização romana) não determinaria que as pessoas passassem *efetivamente* a viver nesse tipo de assentamento. É preciso ir bem além de indicar fatores que hipoteticamente *possibilitariam* a dispersão dos assentamentos para explicar esse processo: precisamos identificar fatores que *estimulariam* tal processo. Em resumo: mesmo se aceitarmos que a conquista e a colonização romanas permitiram aos camponeses viver longe dos muros, ainda é preciso explicar porque os camponeses escolheram viver longe dos muros – ou porque eles se viram obrigados a fazê-lo.

Estudos sobre tipos de padrão de assentamento e suas transformações mobilizam longas tradições acadêmicas na geografia, na etnografia e na arqueologia. São inúmeros os fatores que diferentes estudos elencam como fundamentais para explicar determinada

---

<sup>1146</sup> VAN DOMMELEN; GÓMEZ BELLARD (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**.

configuração do padrão de assentamento: desde a topografia e as formas de exploração dos recursos (que englobam elementos técnicos das forças produtivas, formas de propriedade da terra e tipos de atividade econômica desempenhados, por exemplo) até as formas de organização comunitária e de relações de poder.

Os estudos etnográficos sobre padrão de assentamento<sup>1147</sup> se baseiam em uma riqueza e variedade de informações inalcançáveis para os estudos arqueológicos. Frente à essa restrição, o recurso à modelação hipotética (*central place theory*, polígonos de *Thiessen*, etc.) tem sido uma das mais recorrentes respostas dos arqueólogos que estudam padrões de assentamento<sup>1148</sup>. Uma premissa fundamental para esses modelos é a concepção de “minimização de custos de movimento ou esforço”, que pressupõe ser a distribuição de assentamentos determinada por uma estratégia de redução da necessidade de movimento por parte de seus habitantes.

Considerando-se comunidades camponesas, o principal recurso a determinar a distribuição do assentamento nesse sentido são as terras de cultivo – ainda que não se deva subestimar a importância do acesso a outros recursos, como fontes de água, terras de pasto, reservas de caça e coleta, locais de extração de lenha, pedra e argila, entre outros. A partir desse princípio, alguns autores têm associado os diferentes padrões de assentamento a diferentes estratégias de produção e uso do solo<sup>1149</sup>. Isto é, para entender a dinâmica de transformação do assentamento rural, mais importante do que saber o que conquistadores ou colonizadores fazem em um território, temos que estar atentos ao que os camponeses fazem nesses territórios. Estes camponeses podem ser, é verdade, conquistadores ou colonizadores, mas seu papel histórico enquanto camponeses é que vai determinar essa dinâmica de transformação. Uma questão importante para essa discussão é que, a partir de um assentamento nucleado, a área agricultável pelos seus habitantes é limitada se comparada à área agricultável pela mesma quantidade de habitantes vivendo de maneira dispersa, dado o limite geográfico imposto pela necessidade de deslocamento diário até a terra de cultivo. Essa mesma necessidade, imposta pela moradia em um

---

<sup>1147</sup> Dois clássicos desta perspectiva de estudos, um sobre assentamento nuclear: SILVERMAN, Sydel, **Three Bells of Civilization: The Life of an Italian Hill Town**, [s.l.]: Columbia University Press, 1975; O outro sobre um assentamento disperso: GALT, Anthony H., **Far from the Church Bells: Settlement and Society in an Apulian Town**, Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1991.

<sup>1148</sup> EVANS, Susan; GOULD, Peter, Settlement models in archaeology, **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 1, n. 3, p. 275–304, 1982, p. 277–284.

<sup>1149</sup> STONE, Glenn Davis, Agricultural territories in a dispersed settlement system, **Current Anthropology**, v. 32, n. 2, p. 343–353, 1991, p. 343.

assentamento nucleado, contrasta com a possibilidade de morar nas imediações da terra cultivada no assentamento disperso, que possibilita contato facilitado com o cultivo<sup>1150</sup>.

Disso seria possível inferir que um processo de intensificação da ocupação do campo e de formação de assentamentos dispersos, como o identificado até aqui nesta tese, estaria potencialmente ligado à incorporação de novas terras agricultáveis, acessíveis por estruturas mais espalhadas pelo território, e à intensificação da agricultura, possibilitada pela moradia próxima às terras cultiváveis<sup>1151</sup>. Por que isto estaria acontecendo nesse momento? Começarei minha investigação por aquilo que na nomenclatura marxista tradicional seria identificado como elementos das forças produtivas: transformações nos padrões climáticos, demográficos e agrários poderiam estar por trás desses movimentos históricos.

## 2.1. Clima

Em parte, a intensificação da produção agrícola e a incorporação de novas terras à área cultivada poderiam ter sido estimuladas por uma melhoria nas condições climáticas que permitisse o aumento da produtividade agrícola. Isso possibilitaria maior (e mais intensa) produção nas terras já ocupadas, e/ou a incorporação de novas terras agricultáveis, antes marginais. A partir de alguns dados paleoclimáticos, é possível conjecturar a transição para um clima mais favorável à agricultura na bacia do Mediterrâneo a partir de meados do século VIII a.C. e que se consolidaria no século IV a.C.. Refiro-me, aqui, aos primórdios do que viria a ser o período conhecido como “Roman warm period”, entre cerca de 250 a.C. e 400 d.C.<sup>1152</sup>. William Jongman recentemente apontou este fato como umas das possíveis explicações para o desenvolvimento econômico no Mediterrâneo na segunda metade do primeiro milênio a.C.<sup>1153</sup>.

<sup>1150</sup> MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence, **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**, São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 268.

<sup>1151</sup> VAN DOMMELEN; GÓMEZ BELLARD (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, p. 214.

<sup>1152</sup> BÜNTGEN, Ulf *et al*, 2500 Years of European Climate Variability and Human Susceptibility, **Science**, v. 331, n. 6017, p. 578–582, 2011, p. 580; MCCORMICK, Michael *et al*, Climate Change during and after the Roman Empire: Reconstructing the Past from Scientific and Historical Evidence, **Journal of Interdisciplinary History**, v. 43, n. 2, p. 169–220, 2012, p. 174–184; MANNING, Sturt W., The Roman World and Climate: context, relevance of climate change, and some issues, *in*: HARRIS, William V. (Org.), **The Ancient Mediterranean Environment between Science and History**, Leiden ; Boston: Brill, 2013, p. 163; BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 626.

<sup>1153</sup> JONGMAN, Willem, Re-constucting the Roman Economy, *in*: NEAL, Larry; WILLIAMSON, Jeffrey G. (Orgs.), **The Cambridge History of Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Contudo, ainda é difícil identificar com precisão o impacto de variações na temperatura nas diferentes regiões da bacia mediterrânica. Nenhum estudo sistemático sobre o clima na Itália do período republicano romano foi realizado até hoje<sup>1154</sup> – o período imperial e, sobretudo, a época da queda do Império continuam monopolizando as atenções dos paleoclimatologistas. As fontes específicas de informações paleoclimáticas regionais que existem para as diferentes regiões mediterrânicas (análise de estalactites e estalagmites e dos anéis de árvores, acima de tudo) ainda foram pouco exploradas ou não nos dão informações para o período que aqui nos interessa<sup>1155</sup>. Isso é especialmente sensível posto que a variação na temperatura potencialmente acarreta impactos distintos em diferentes regiões<sup>1156</sup>.

Áreas semi-áridas do Mediterrâneo, como o Levante e o norte da África, ou secas, como a Ática e a Grécia central, podem ter sua capacidade agrícola reduzida com aumento da temperatura (contexto conjecturado pela ideia de “Roman warm period”), enquanto regiões mais temperadas, como as de maior altitude ou latitude, conhecem um aumento da produtividade agrícola graças ao aumento da umidade e da pluviometria<sup>1157</sup>. Significativo disso é o fato de alguns historiadores indicarem um aumento na temperatura média a partir do século XI (fenômeno conhecido como “Medieval Climate Anomaly”) como uma das possíveis explicações para a mudança de eixo econômico da bacia do Mediterrâneo (prejudicada pelo aquecimento) para a Europa Setentrional (favorecida pelo mesmo)<sup>1158</sup>. Talvez também seja sugestivo o fato de levantamentos de superfície realizados em diferentes regiões da Grécia terem identificado uma redução significativa no número de sítios a partir dos séculos II e I a.C., quando o Mediterrâneo passa a experimentar as consequências da plenitude do “Roman Warm Period”<sup>1159</sup>. A verdade, contudo, é que ainda temos poucas informações sobre as transformações climáticas antigas para fazer correlações históricas como essas.

---

<sup>1154</sup> Para uma boa revisão e síntese do que conhecemos até hoje, ver: HIN, Saskia, **The Demography of Roman Italy**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2013, p. 63–97.

<sup>1155</sup> MANNING, *The Roman World and Climate: context, relevance of climate change, and some issues*, p. 118; Para uma síntese exaustiva das mais diferentes fontes de informações paleoclimáticas disponíveis para o estudo das variações no clima da bacia mediterrânica nos últimos milênios ver: LUTERBACHER, Jürg *et al*, *A review of 2000 years of paleoclimatic evidence in the Mediterranean*, in: LIONELLO, P. (Org.), **The Climate of the Mediterranean Region: From the past to the future**, London: Elsevier, 2012.

<sup>1156</sup> MANNING, *The Roman World and Climate: context, relevance of climate change, and some issues*, p. 106.

<sup>1157</sup> *Ibid.*, p. 107–111.

<sup>1158</sup> BASCHET, Jerome, **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**, Rio de Janeiro: Globo, 2006.

<sup>1159</sup> ALCOCK, *The essential countryside: the Greek World*, p. 141; ALCOCK, **Graecia capta**, p. 33–92.



Tentativas de identificar os possíveis impactos regionais das mudanças climáticas gerais têm sido realizadas explorando-se os poucos dados específicos que se tem e utilizando-se de comparações com mudanças similares em época mais recentes, sobre as quais se conhece melhor os efeitos regionais específicos. A partir desse tipo de abordagem, Sturt Manning acredita que é possível conjecturar um aumento da umidade e da precipitação médias tanto no Mediterrâneo ocidental quanto oriental já a partir do século VIII a.C.<sup>1160</sup> – momento em que, como vimos anteriormente, ocorre um primeiro processo de dispersão do assentamento em diversas regiões da bacia mediterrânica.

Isto teria possibilitado um aumento da produtividade agrícola, dado que a variação na precipitação é um elemento de risco chave para a agricultura mediterrânica<sup>1161</sup>. Esta melhoria nas condições agrícolas teria sustentado a complexificação social ocorrida em diversas regiões do Mediterrâneo nessa época. Ainda segundo Manning, a partir do século IV a.C. teria início um momento de estabilidade da atividade solar que manteria as condições climáticas benéficas ao longo de todo o período romano, até pelo menos o século IV d.C.<sup>1162</sup>. Contudo, o próprio Manning reconhece a necessidade de desenvolvimento dos estudos nessa área do conhecimento para podermos inferir implicações das mudanças climáticas para essas sociedades com maior propriedade<sup>1163</sup>. A escrita de uma história do clima do Mediterrâneo antigo (e de seus possíveis impactos sobre a história das sociedades da região na época) ainda está por ser escrita.

## 2.2. Demografia

Acredito que outros caminhos de análise nos permitem construir hipóteses mais consistentes. A explicação para a dispersão do assentamento a partir de transformações na agricultura (incorporação de novas terras agricultáveis e intensificação da agricultura) se desdobra em dois cenários (não mutuamente excludentes): ou um aumento da produtividade média pessoa/hectare de terra trabalhada na agricultura mediterrânica antiga, no caso de uma população estável, ou um aumento demográfico. Explorarei o segundo cenário nesta subseção e o primeiro na subseção seguinte.

Estudos locais ou regionais têm identificado alguns indícios de crescimento demográfico no Mediterrâneo a partir do século VIII a.C.. Anthony Snodgrass, no mais

---

<sup>1160</sup> MANNING, *The Roman World and Climate: context, relevance of climate change, and some issues*, p. 112–114.

<sup>1161</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>1162</sup> *Ibid.*, p. 132–135.

<sup>1163</sup> *Ibid.*, p. 118.

conhecido desses estudos, identificou um processo de crescimento da densidade demográfica na Grécia arcaica a partir da arqueologia funerária<sup>1164</sup>. Contudo, a metodologia empregada por Snodgrass é, há algum tempo, alvo de críticas céticas<sup>1165</sup> e, no que concerne à região que mais nos interessa nesse estudo, não fui capaz de identificar estudos similares a partir da rica arqueologia funerária da Itália central tirrênica, com apenas uma exceção que pouco nos diz sobre transformações demográficas no período aqui em estudo<sup>1166</sup>.

De qualquer maneira, a maior parte desses estudos que identificam crescimento demográfico em diferentes regiões da bacia do Mediterrâneo ao longo deste período se baseia em informações arqueológicas para além do material funerário. Destacam-se, sobretudo, os inúmeros dados sobre aumento de produção, circulação e consumo dos mais diferentes tipos de cultura material nesse período.

Dentre esses dados, o mais recorrentemente citado como indício do aumento populacional é justamente o número crescente de pequenos sítios arqueológicos no mundo rural mediterrânico cuja ocupação é atestada para esse período. No que pese a circularidade que este argumento assumiria nesta tese (a intensificação do assentamento é explicada pelo crescimento demográfico e o crescimento demográfico é inferido a partir da intensificação do assentamento), pode ser bastante interessante acompanhar mais de perto como os dados dos levantamentos de superfície têm sido utilizados em estudos de demografia histórica.

O potencial do uso desse tipo de dados tem sido bastante explorado nos últimos anos na arqueologia mediterrânica. Todo um volume do *POPULUS Project*, uma importante série de eventos ocorridos na virada do milênio que tentou estimular a integração dos levantamentos de superfície realizados na bacia do Mediterrâneo, foi dedicado ao tema<sup>1167</sup>. Contudo, sem sombra de dúvidas o uso mais intenso desses dados tem sido em um debate específico e acirrado, sobre a evolução demográfica da Itália romana entre os séculos III e I a.C.<sup>1168</sup>.

---

<sup>1164</sup> SNODGRASS, Anthony M., **Archaic Greece: The Age of Experiment**, Berkeley: University of California Press, 1980.

<sup>1165</sup> MORRIS, Ian, **Burial and Ancient Society: The Rise of the Greek City-State**, Cambridge: Cambridge University Press, 1989; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 159.

<sup>1166</sup> HEURGON, Jacques, **Daily Life of the Etruscans**, London: Weidenfeld, 1964, p. 145–148. Ver o apêndice 6.

<sup>1167</sup> BINTLIFF, J. L.; SBONIAS, Kostas (Orgs.), **Reconstructing past population trends in Mediterranean Europe (3000 B.C.-A.D. 1800)**, Oxford: Oxbow Books, 1999.

<sup>1168</sup> O trabalho seminal nessa abordagem foi um artigo de Robert Witcher: WITCHER, Robert, The extended Metropolis: urbs, suburbium and population, **Journal of Roman Archaeology**, v. 18, 2005;

Essa utilização teve a pretensão de trazer informações novas e independentes para um empedernido debate que teve seu início longe dos estudos arqueológicos. Diferentes interpretações dos números dos censos romanos, informados por fontes literárias diversas, em especial os realizados no período augustano, deram origem a um debate ainda em andamento que opõe minimalistas (*low-counters*) e maximalistas (*high-counters*) nas estimativas sobre a população italiana nesse período<sup>1169</sup>.

A metodologia para o uso dos dados dos levantamentos para a demografia histórica é, a grosso modo, bem simples. Determina-se uma estimativa de números de habitantes para os tipos diferentes de assentamentos identificados em um levantamento e multiplica-se pela estimativa do número de sítios existentes na região, calculado a partir da densidade de sítios por km<sup>2</sup> identificada a partir do levantamento de superfície. Disso resulta uma ordem de grandeza em torno da qual a população daquela região em determinado momento provavelmente orbitaria<sup>1170</sup>.

Seguindo o preceito básico proposto por essa metodologia, e sem a pretensão de obter qualquer ordem de grandeza, seria razoável associar o aumento no número desses pequenos sítios dispersos ao longo do período que aqui nos interessa, os séculos V a III a.C., como um indício de aumento demográfico. É bem verdade que meu argumento de que esses sítios não podem ser diretamente identificados como habitações camponesas enfraquece essa metodologia. De toda forma, a expansão do assentamento camponês, ainda que constituído por estruturas mais diversas do que a mera imagem da “pequena fazenda” provavelmente se relaciona em algum nível com um aumento demográfico.

Nesse sentido, corrobora essa imagem um dado empírico fundamental sobre a Itália central tirrênica – e aqui passo a uma análise mais específica dessa região deixando de

---

Elizabeth Frentress aplicou o método proposto por Witcher para outra região da Itália central, o Vale do Albegna, e para uma ilha da costa da Tunísia, Jerba. FENTRESS, Elizabeth, *Peopling the countryside: Roman demography in the Albegna valley and Jerba*, in: BOWMAN, Alan K.; WILSON, Andrew (Orgs.), **Quantifying the Roman economy: methods and problems**, Oxford: Oxford University Press, 2009; Uma metodologia distinta da de Witcher, na qual se pretende identificar comparativamente tendências de aumento ou declínio no número de determinados tipos de assentamento e não números absolutos, foi proposta por LAUNARO, Alessandro, **Peasants and slaves: the rural population of Roman Italy (200 BC to AD 100)**, Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 84–97.

<sup>1169</sup> Seguindo a interpretação proposta por Karl Beloch no século XIX, Peter Brunt consolidou a interpretação tradicional da demografia da Itália Romana. BRUNT, P. A., **Italian manpower, 225 B.C.-A.D. 14**, Oxford: Oxford University Press, 1971; Esta interpretação foi severamente criticada por Elio Lo Cascio a partir dos anos 90. Ver, em especial: LO CASCIO, Elio, *The Size of the Roman Population: Beloch and the Meaning of the Augustan Census Figures*, **The Journal of Roman Studies**, v. 84, p. 23–40, 1994; Para uma boa síntese desse debate, construída por um minimalista, ver: SCHEIDEL, Walter, *Roman population size: the logic of the debate*, in: DE LIGT, Luuk; NORTHWOOD, Simon (Orgs.), **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden ; Boston: Brill, 2008 Ver também o apêndice 7.

<sup>1170</sup> WITCHER, *The extended Metropolis: urbs, suburbium and population*, p. 126–132.

lado o olhar mediterrânico mais amplo. Por mais que o surgimento desses sítios isolados esteja associado muitas vezes ao abandono de determinados assentamentos nucleares fortificados (em um processo clássico de dispersão *stricto sensu*), diversos assentamentos urbanos da Itália central tirrênica se expandem e se multiplicam na mesma época, com destaque para a cidade de Roma, obviamente. Isso caracteriza mais um processo de intensificação do assentamento rural, que depende de um aumento do contingente populacional, do que de mera dispersão de uma população possivelmente estável.

Dentre as regiões analisadas nos capítulos anteriores temos bons exemplos desse processo. A intensificação do assentamento rural no território de Sútrio, na Etrúria Meridional, foi contemporânea ao crescimento da cidade de Sútrio<sup>1171</sup>. Se a Veios republicana realmente não tinha mais a magnitude que a cidade chegou a ter nos tempos etruscos, a cidade parece ter recuperado parte de sua extensão habitada ao longo do processo de intensificação do assentamento rural nos séculos IV-III a.C.<sup>1172</sup>. Ainda na Etrúria Meridional, também a cidade de Nepete, no território falisco, parece ter vivenciado um crescimento da ocupação urbana ao longo do processo de intensificação do assentamento rural na região<sup>1173</sup>.

Já na planície do Pontino, a intensificação do assentamento no sopé dos montes Lepinos, concomitante ao abandono de alguns assentamentos nucleares (o que poderia indicar um processo clássico de dispersão do assentamento), parece ter estado diretamente relacionada à fundação de três cidades coloniais na região, Norba, Cora e Sécia<sup>1174</sup>. Assim, a intensificação do assentamento rural nessas regiões parece ter sido fruto de um real crescimento demográfico, e não de uma mera realocação de uma população demograficamente estável.

É bem verdade, contudo, que esse quadro não é ubíquo em todas as regiões estudadas. Em alguns lugares, ocorre um processo dispersão do assentamento *stricto sensu*. No território de Capena, para um exemplo da Etrúria Meridional, a intensificação do assentamento rural parece ter sido concomitante a um progressivo abandono da cidade

---

<sup>1171</sup> DUNCAN, Guy; REYNOLDS, J. M., Sutri (Sutrium): (Notes on Southern Etruria, 3), **Papers of the British School at Rome**, v. 26, p. 63–134, 1958, p. 92.

<sup>1172</sup> DI GIUSEPPE, Helga, Assetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, *in*: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen, **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 441.

<sup>1173</sup> DI GENNARO, Francesco *et al*, Nepi and territory: 1200 BC - 400 AD, *in*: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 883.

<sup>1174</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 150.

de Capena como local de habitação – ainda que a cidade aparentemente mantivesse funções administrativas importantes<sup>1175</sup>. O mesmo processo parece ter ocorrido ainda mais precocemente em Sátrico, na região do Pontino – com a particularidade da cidade ter se mantido um importante centro religioso<sup>1176</sup>. Nessas áreas, portanto, é menos certo que a dispersão do assentamento esteja necessariamente ligada a um crescimento demográfico.

Existem, todavia, diversas questões metodológicas acerca desse procedimento que devemos levar em consideração para matizar o significado demográfico da dispersão do assentamento. Todas elas estão diretamente ligadas aos limites do próprio levantamento de superfície enquanto estratégia metodológica da pesquisa arqueológica<sup>1177</sup>. Como podemos confiar em estimativas demográficas produzidas a partir do número de sítios identificados pelos levantamentos se não sabemos o quanto eles são representativos do número real de assentamentos no passado e de que tipo de assentamentos são eles vestígios? Dessa maneira, apesar de a imagem de uma bacia do Mediterrâneo cada vez mais populosa a partir do período arcaico, predominante na historiografia, ser coerente com o cenário de intensificação e dispersão de assentamento<sup>1178</sup>, ela precisa ser vista com um pouco de cautela. Sem negar por completo a existência de tal evolução demográfica, é provável que a dispersão também esteja ligada a transformações econômicas no seio da vida camponesa. O que nos leva ao nosso próximo tópico.

## 2.3. Sistemas agrários

### 2.3.1. O debate sobre a agricultura mediterrânica antiga

A possibilidade de intensificação da agricultura nos coloca à frente de um dos mais importantes debates sobre a história agrária do Mediterrâneo antigo. A partir de meados do século XIX, e com mais intensidade a partir do pós-guerra, a agricultura mediterrânica passou por um intenso processo de modernização, com adoção de fertilizantes industriais,

<sup>1175</sup> JONES, G. D. B., Capena and the Ager Capenas, **Papers of the British School at Rome (New Series Volume 17)**, v. 30, p. 116–207, 1962, p. 141–142.

<sup>1176</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 45–49; DE HAAS, Tymon, **Fields, farms and colonists: intensive field survey and early Roman colonization in the Pontine region, central Italy**, Eelde: Barkhuis, 2011, p. 187.

<sup>1177</sup> Ver Capítulo 3, seção 1.

<sup>1178</sup> Ambos os trabalhos citados como modelos primordiais para futuras análises mediterrânicas do processo de dispersão acreditam que o aumento demográfico é um dos fatores, mas não o único, para explicar tal processo: ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 131, 160; VAN DOMMELEN; GÓMEZ BELLARD (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, p. 234.

maquinaria e novos cultivos<sup>1179</sup>. Com isso, aos poucos foi desaparecendo um sistema agrário anteriormente predominante na bacia do Mediterrâneo que os historiadores agrários, a quem tal processo muito chamou atenção, denominaram “agricultura mediterrânica tradicional”<sup>1180</sup>.

Esse sistema agrícola mediterrânico funcionava a partir de fundamentos bem distintos de outros tipos de agricultura tradicional, como aqueles baseados em policulturas associadas à criação de animais<sup>1181</sup>. Ele consistia na rotação entre cultivo e alqueive (pousio herbáceo lavrado) que permitia a recuperação da fertilidade do solo em uma agricultura carente de fertilizantes naturais<sup>1182</sup> (ver esquema da figura 236). Essa carência de fertilizantes se dava, em primeiro lugar, pelo caráter transumante do pastoreio: dado o clima quente e seco do verão nas planícies costeiras, rebanhos maiores precisavam ser levados para as regiões montanhosas próximas onde podiam encontrar pastos de verão, alienando parte significativa do mais importante fator de fertilização do alqueive, o adubo animal, por metade do ano. Apenas os poucos animais (normalmente usados para tração) que podiam ser sustentados pelos reduzidos pastos de verão das terras baixas e pelo próprio alqueive realizavam a adubação deste<sup>1183</sup>.

Ademais, os limites técnicos (acima de tudo, a inexistência de cultivos de pastagem artificial e de meios de transporte mais eficientes) impediriam a difusão ampla de sistemas de estabulagem que garantissem acesso contínuo e vasto ao adubo natural<sup>1184</sup>. Isto é, a agricultura mediterrânica tradicional seria caracterizada pelo que os historiadores agrários chamam de divórcio entre agricultura e pastoreio. Um segundo fator que limitava a renovação da fertilidade da terra, exigindo a rotação bienal, era a existência limitada de leguminosas (naturalmente importantes para a fixação de nitrogênio no solo) cultiváveis no clima mediterrânico, o que impedia estratégias mais eficientes de rotação de cultivos<sup>1185</sup>.

---

<sup>1179</sup> GARRABOU SEGURA, Ramón, Revolución o revoluciones agrarias en el siglo XIX: su difusión en el mundo mediterráneo, in: SÁNCHEZ PICÓN, Andrés (Org.), **Agriculturas mediterráneas y mundo campesino: cambios históricos y retos actuales : actas de las Jornadas de Historia Agraria : Almería, 19-23 de abril de 1993**, [s.l.: s.n.], 1994, p. 95–109.

<sup>1180</sup> GRIGG, D. B., **The Agricultural Systems of the World: An Evolutionary Approach**, Cambridge: Cambridge University Press, 1974, p. 123–151.

<sup>1181</sup> Distinção clássica feita por WOLF, Eric, **Sociedades Camponesas**, 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

<sup>1182</sup> MAZOYER; ROUDART, **História das agriculturas do mundo**, p. 254.

<sup>1183</sup> *Ibid.*, p. 261.

<sup>1184</sup> *Ibid.*, p. 262; GRIGG, **The Agricultural Systems of the World**, p. 125.

<sup>1185</sup> FOXHALL, Lin; JONES, Martin; FORBES, Hamish, Human ecology and the classical landscape, in: ALCOCK, Susan E.; OSBORNE, Robin (Orgs.), **Classical archaeology**, 2. ed. Chichester, West Sussex ;

Durante décadas os estudiosos da história agrária do Mediterrâneo antigo acreditaram que esse sistema agrário tradicional era uma imposição da relação humana com o clima mediterrânico superável apenas com os grandes desenvolvimentos tecnológicos da agricultura moderna (fertilizantes químicos, aragem mecânica profunda, etc.). Dessa maneira, a agricultura no Mediterrâneo Antigo seguiria necessariamente padrões bem similares ao do modelo “tradicional”<sup>1186</sup>. Contudo, nas últimas décadas, muitos estudiosos do tema têm defendido a existência de um modelo alternativo de sistema agrário no Mediterrâneo antigo.

Paul Halstead, estudioso do Mediterrâneo pré-histórico, foi o primeiro a criticar sistematicamente esse uso do modelo de agricultura tradicional mediterrânica para o estudo da agricultura mediterrânica na pré-história e na Antiguidade. O eixo do argumento de Halstead está em afirmar que o sistema agrário tradicional ocupa um nicho ecológico-social que não é natural, mas historicamente criado<sup>1187</sup>. A partir disso, ele propõe duas objeções fundamentais à utilização do modelo de sistema agrário mediterrânico tradicional para a pré-história e Antiguidade.

Em primeiro lugar, o pousio bienal não é uma determinação imposta pelo ambiente mediterrânico ou por uma limitação técnica. É, na verdade, uma estratégia de redução da necessidade de trabalho do campesinato “tradicional” mediterrânico. Mais produtivo por hectare de terra cultivado (i.e., na razão produção/hectare), a rotação de cultivos permitida pelas leguminosas e pastagens artificiais demanda maior investimento de trabalho humano sendo, portanto, menos produtiva em termos de trabalho humano investido (i.e., na razão produção/trabalho). Dada condições sociais específicas desse campesinato tradicional, lhe era mais importante reduzir as necessidades de investimento de trabalho do que potencializar a produtividade do solo<sup>1188</sup>.

Em segundo lugar, a transumância ocorre em um contexto ecológico que foi produzido pela ação humana. Em especial, as pastagens de verão nas montanhas são consequência da intensiva utilização das florestas dessas regiões, que formam os maquis e garrigas (ou charnecas), formações arbustivas fechadas ou abertas, respectivamente, que

---

Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012, p. 102; MAZOYER; ROUDART, **História das agriculturas do mundo**, p. 254, 261, 268–277; GRIGG, **The Agricultural Systems of the World**, p. 125.

<sup>1186</sup> JARDÉ, A., **Les Céréales dans l'antiquité grecque**, Paris: [s.n.], 1925; SEMPLE, E.C., **The Geography of the Mediterranean Region: Its Relation to Ancient History**, London: [s.n.], 1932; MICHELL, H., **The Economics of Ancient Greece**, Cambridge: [s.n.], 1940.

<sup>1187</sup> HALSTEAD, Paul, Traditional and Ancient rural economy in Mediterranean Europe: plus ça change?, in: SCHEIDEL, Walter; REDEN, Sitta von (Orgs.), **The Ancient Economy**, London: Routledge, 2012, p. 54–55 O artigo foi originalmente publicado em 1987, e depois compilado nesta coletânea.

<sup>1188</sup> *Ibid.*, p. 61–63.

servem de pastagem de verão nas montanhas. Acreditando que esse processo de desmatamento não teria se consolidado antes dos últimos séculos, Halstead argumenta que a transumância estaria longe de ser o padrão inescapável do pastoreio no Mediterrâneo pré-histórico e antigo<sup>1189</sup>. Em conclusão, Halstead propõe a possibilidade de existência de um modelo alternativo de agricultura no Mediterrâneo, baseado em um sistema de rotação de culturas cerealíferas e leguminosas, uso intensivo de adubação e criação de animais em associação com a agricultura – um sistema dependente de uso intensivo do trabalho humano<sup>1190</sup>.

Poucos anos antes dos trabalhos de Halstead, Michael Jameson já havia proposto que um sistema de rotação entre cereais e leguminosas deveria ter predominado na Ática clássica<sup>1191</sup>. Corroborado pelas reflexões mais gerais de Halstead, o artigo de Jameson deu início a um intenso debate sobre o sistema agrário da Ática antiga. Peter Garnsey<sup>1192</sup> e T.W. Gallant<sup>1193</sup> propuseram análises que corroboravam esse modelo alternativo enquanto Robert Sallares<sup>1194</sup>, Signie Isager e J.E. Sydsgaard<sup>1195</sup> tentaram mostrar a impossibilidade de aplicação desse sistema agrário à Ática. Estes críticos do modelo alternativo destacavam, em especial, o fato de a Ática ser uma região de clima seco, o que tornaria a agricultura intensiva possível apenas com o uso de modernos sistemas de irrigação<sup>1196</sup>. Contudo, ainda que os críticos ao modelo alternativo estejam certos no que tange à Ática, eles mesmos não negam a possibilidade de aplicação desse modelo para outras regiões, especialmente no caso daquelas mais úmidas, como é o caso da Itália central tirrênic, por exemplo<sup>1197</sup>.

O debate sobre os sistemas agrários do Mediterrâneo antigo tem convergindo para a conclusão de uma provável predominância do sistema tradicional (baseado no alqueive e na transumância), mas com a também provável coexistência de diferentes sistemas

---

<sup>1189</sup> *Ibid.*, p. 57–60.

<sup>1190</sup> *Ibid.*, p. 64–66.

<sup>1191</sup> JAMESON, Michael H., Agriculture and Slavery in Classical Athens, *The Classical Journal*, v. 73, n. 2, p. 122–145, 1978.

<sup>1192</sup> GARNSEY, Peter, **Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World: Responses to Risk and Crisis**, Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 93–94.

<sup>1193</sup> GALLANT, T. W., Agricultural Systems, Land Tenure, and the Reforms of Solon, *Annual of the British School at Athens*, v. 77, p. 111–124, 1982.

<sup>1194</sup> SALLARES, Robert, **The ecology of the ancient Greek world**, London: Duckworth, 1991, p. 300–301.

<sup>1195</sup> ISAGER, Signe; SKYDSGAARD, Jens Erik, **Ancient Greek Agriculture: An Introduction**, London: Routledge, 2001, p. 108–113.

<sup>1196</sup> SALLARES, **The ecology of the ancient Greek world**, p. 300; ISAGER; SKYDSGAARD, **Ancient Greek Agriculture**, p. 112.

<sup>1197</sup> Isager e Skydsgaard criticam Halstead por não diferenciar as especificidades das agriculturas grega e italiana, por exemplo. ISAGER; SKYDSGAARD, **Ancient Greek Agriculture**, p. 113.



agrícolas (entre eles, os de maior intensidade de trabalho baseados na rotação cereais/leguminosas)<sup>1198</sup>. Voltando aos dois pontos centrais do argumento de Halstead, pode-se dizer o seguinte. Em primeiro lugar, a possibilidade de existência de sistemas de uso intensivo do trabalho agrícola não implica necessariamente em sua predominância completa e irrestrita – e o próprio Halstead não negaria isso, posto que defendia seu modelo como uma possibilidade alternativa, e não universal. Processos e contextos históricos específicos poderiam levar a uma intensificação agrícola, mas em outros lugares e épocas um padrão menos intensivo poderia ter sido estimulado por realidades distintas. Em segundo lugar, quanto à inexistência dos nichos ecológicos ocupados pela transumância, estudos sobre desmatamento no Mediterrâneo pré-histórico e antigo, que mostram níveis avançados de desmatamento mesmo antes da segunda metade do primeiro milênio a.C., vem negando a perspectiva crítica de Halstead<sup>1199</sup>.

Desta maneira, a preponderância relativa de cada sistema variaria de região para região e ao longo do tempo – inclusive, podendo-se supor um padrão de ciclos de expansão/intensificação e retração da agricultura<sup>1200</sup>.

### 2.3.2. *Intensificação da agricultura no Mediterrâneo (séculos V-III a.C.)*

Surge, neste ponto, uma possibilidade interessante de explicação para a intensificação e dispersão do assentamento rural: a adoção, ainda que limitada e parcial, de sistemas agrícolas mais intensivos pode ter sido, em níveis variáveis, um estímulo importante para muitos camponeses buscarem a residência dispersa no campo. Tanto Halstead quanto Garnsey chegam a apontar a dispersão do assentamento identificada nos primeiros levantamentos de superfície realizados ao redor da bacia do Mediterrâneo como indício para corroborar seus modelos de uma agricultura intensiva.

É bem verdade que Garnsey também afirma que a relação entre padrão de assentamento e formas de uso do solo nem sempre é tão linear e facilmente recuperável, e que a agricultura intensiva poderia muito bem coexistir com assentamentos nucleares<sup>1201</sup>. Contudo, é inegável que a intensificação da agricultura possui

<sup>1198</sup> FOXHALL; JONES; FORBES, *Human ecology and the classical landscape*, p. 102–106.

<sup>1199</sup> WILLIAMS, Michael, **Deforesting the Earth: From Prehistory to Global Crisis, An Abridgment**, Chicago: University of Chicago Press, 2010, p. 64–68; FOXHALL; JONES; FORBES, *Human ecology and the classical landscape*, p. 97; HARRIS, William V., *Defining and detecting Mediterranean deforestation, 800 BCE - 700 CE*, in: HARRIS, William (Org.), **The Ancient Mediterranean Environment between Science and History**, Leiden ; Boston: BRILL, 2013.

<sup>1200</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 264.

<sup>1201</sup> GARNSEY, **Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World**, p. 94.

compatibilidade maior com um assentamento disperso<sup>1202</sup>, e se não podemos meramente associar as duas coisas automaticamente, podemos usar esta pista como início de uma investigação. A questão, então, é: ocorreu de fato uma intensificação da agricultura em regiões da bacia mediterrânica nesse período que poderia estar na raiz da explicação da dispersão do assentamento nessas regiões?

A transição de um sistema baseado no alqueive para modelos mais intensivos, baseados na rotação de culturas ou no *ley-farming* (ou *convertible husbandry*)<sup>1203</sup> possivelmente ocorreu em algum nível em regiões específicas. Graeme Barker e Tom Rasmussen afirmam que dados arqueobotânicos e osteológicos (especialmente a análise de cáries em dentes de ossadas datadas para o período) sugerem que a rotação entre cereais e legumes já era praticada em algum nível na Etrúria pré-romana<sup>1204</sup>. O cultivo de leguminosas demanda investimento laboral constante e intensivo, dada a necessidade de constante limpeza e irrigação. É, portanto, convergente com um assentamento disperso.

Identificar a difusão de elementos técnicos que permitem ou facilitam uma agricultura mais intensiva é uma forma possível de tentar detectar o nível de adoção desses novos sistemas. O uso de ferro nos implementos agrícolas, por exemplo, parece ter se disseminado ao redor de todo o Mediterrâneo por volta desse período<sup>1205</sup>, o que possivelmente desempenhou papel essencial na ocupação de solos mais pesados<sup>1206</sup> e no desenvolvimento de técnicas necessárias para uma agricultura mais intensiva<sup>1207</sup>. Estudos arqueozoológicos indicam a difusão da criação de gado bovino<sup>1208</sup>, o que possivelmente também está associado à agricultura intensiva. Por fim e mais importante, a prática da adubagem parece ter se difundido significativamente também a partir dessa época. Ao

<sup>1202</sup> HALSTEAD, Traditional and Ancient rural economy in Mediterranean Europe: plus ça change?, p. 63–64.

<sup>1203</sup> Sistema no qual se alternam ciclos de cultivo de cereais com ciclos de cultivo de pastagens artificiais. A adoção desse sistema foi um dos pilares da Revolução Agrícola europeia nos tempos modernos. Ver: GRIGG, **The Agricultural Systems of the World**, p. 165; MAZOYER; ROUDART, **História das agriculturas do mundo**, p. 369–372; Geoffrey Kron tem defendido enfaticamente a existência de sistemas agrícolas mais produtivos no mundo romano, entre eles o lay-farming. Ver, em especial: KRON, Geoffrey, Roman ley-farming, **Journal of Roman Archaeology**, v. 13, 2000.

<sup>1204</sup> BARKER, Graeme; RASMUSSEN, Tom, **The Etruscans**, Oxford: Blackwell, 1998, p. 193–194.

<sup>1205</sup> SNODGRASS, **Archaic Greece**, p. 359–364; CRADDOCK, P., **Early metal mining and production**, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995, p. 259–260; VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos, Conclusion, in: VAN DOMMELEN, Peter; GÓMEZ BELLARD, Carlos (Orgs.), **Rural landscapes of the Punic world**, London: Equinox, 2008, p. 236.

<sup>1206</sup> ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 90; JOOLEN, Ester van, **Archaeological Land Evaluation: A Reconstruction of the Suitability of Ancient Landscapes for Various Land Uses in Italy Focused on the First Millennium BC**, Rijksuniversiteit Groningen, Groningen, 2003, p. 113.

<sup>1207</sup> VAN DOMMELEN; GÓMEZ BELLARD, Conclusion, p. 236.

<sup>1208</sup> SPIVEY, Nigel Jonathan; STODDART, Simon, **Etruscan Italy**, London: Batsford, 1990, p. 66–67.

menos é o que indica a interpretação clássica sobre o padrão de distribuição de fragmentos de cerâmica ao redor de pequenos sítios identificado em inúmeros levantamentos de superfície ao redor de todo o Mediterrâneo.

Por estarem concentrados em densidades muito baixas, esses fragmentos são classificados nos levantamentos como “desagregados” (*off-site material*), isto é, materiais encontrados fora dos limites espaciais específicos definidos como um sítio. Dentre as diversas interpretações possíveis para forma de distribuição desse material, a mais influente hoje na arqueologia mediterrânica foi proposta por John Bintliff e Anthony Snodgrass a partir dos dados do levantamento na região da Beócia, na Grécia. Segundo o modelo proposto por eles, os camponeses dessa região teriam ao longo da história coletado o excremento humano e animal junto com outros dejetos sólidos domésticos (em especial, cacos de cerâmica) e os dispersado pelos campos de cultivo como forma de adubagem do solo<sup>1209</sup>. Nas últimas décadas, materiais desagregados foram assim interpretados em diversos levantamentos de superfície<sup>1210</sup>.

Por conta de sua concentração muito exígua (e a conseqüente ausência de fragmentos facilmente datáveis) é sempre difícil precisar a origem cronológica do material desagregado. De maneira geral, pressupõe-se que sua produção é contemporânea a dos materiais encontrados nos sítios ao redor dos quais eles se encontram. Seguindo esse raciocínio, pode-se utilizar a proliferação do material desagregado ao longo do processo de dispersão do assentamento como indício da intensificação da agricultura entre os séculos V e III a.C. nas diversas regiões em que essa transformação foi identificada.

Corroborar essa imagem de intensificação da adubagem do solo as quantidades altíssimas de adubo sugeridas por autores romanos posteriores que escreveram sobre

<sup>1209</sup> BINTLIFF, John; SNODGRASS, Anthony, Off-Site Pottery Distributions: A Regional and Interregional Perspective, **Current Anthropology**, v. 29, n. 3, p. 506–513, 1988, p. 508.

<sup>1210</sup> DE HAAS, Tymon, Beyond dots on the map: intensive survey data and the interpretation of small sites and off-site interpretation, in: ATTEMA, Peter; SCHÖRNER, Günther, **Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories**, Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 2012, p. 60–61; COCCIA, S.; MATTINGLY, D. J.; BEAVITT, P.; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines: The Rieti Survey 1988-1991, Part I, **Papers of the British School at Rome**, v. 60, p. 213–289, 1992, p. 274; Destaco aqui, dentre esses levantamentos, aquele realizado na região de Rieti, na Itália central tirrênica, no qual os pesquisadores identificaram o material desagregado lá encontrado como vestígio de técnicas de adubação do solo. COCCIA, S.; MATTINGLY, D. J.; BREHM, B.; *et al*, Settlement History, Environment and Human Exploitation of an Intermontane Basin in the Central Apennines: The Rieti Survey 1988-1991, Part II. Land-Use Patterns and Gazetteer, **Papers of the British School at Rome**, v. 63, p. 105–158, 1995, p. 117–119.

agricultura<sup>1211</sup>. Essa informação é um dos fundamentos do modelo de Geoffrey Kron de uma agricultura romana extremamente intensiva e produtiva, dado que as quantidades indicadas nessas fontes são superiores às registradas pela agricultura italiana moderna até meados do século XX, e mesmo da agricultura extremamente intensiva da Inglaterra e da Holanda do século XIX, em plena revolução agrícola<sup>1212</sup>. Os séculos V a III a.C. poderiam ter assistido aos primórdios dessa intensificação que atingiria seu apogeu entre os séculos I a.C. e I d.C..

A associação direta entre materiais desagregados e intensificação da adubação tem sido, contudo, questionada nos últimos anos. A partir da análise da composição do material desagregado, de sua disposição geográfica e topográfica entre outros fatores, muitos arqueólogos tem afirmado a necessidade de uma análise mais detalhada desses materiais para identificar corretamente seu processo de formação em cada caso específico – que pode estar, ou não, ligado à adubação do solo<sup>1213</sup>.

Diante disso, torna-se extremamente relevante o modelo proposto por P. Hayes no início da década de 90. Hayes propõe a associação de alguns padrões de distribuição de material desagregado com determinados tipos de sistema agrícola, levando em consideração a interferência de outros fatores, como a topografia<sup>1214</sup>. A partir desse modelo, Tommy de Haas avaliou os resultados encontrados pelos levantamentos de superfície da região do Pontino, identificando alguns elementos relevantes para o argumento que tento desenvolver aqui.

Comparando os achados na área entre Âncio e Sátrico com os da planície do Pontino, de Haas observa que nesta a proporção de materiais de construção em relação aos cacos de cerâmica é maior, o que indica que este material tem sua origem ligada a destruição de antigas construções<sup>1215</sup>. Enquanto isso, na primeira área, não apenas a

---

<sup>1211</sup> Plínio, *História Natural*, 17.50; Columela, *Sobre as coisas do campo*, 2.15.1; Paládio, *O trabalho da agricultura*, 10.3.2.

<sup>1212</sup> KRON, Geoffrey, The Much Maligned Peasant. Comparative perspectives on the productivity of the small farmer in classical antiquity., in: LIGT, Luuk de; NORTHWOOD, Simon, **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden: Brill, 2008, p. 76.

<sup>1213</sup> ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F.; DAVIS, Jack L., Intensive survey, agricultural practice and the landscape of Greece, in: MORRIS, Ian (Org.), **Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994; FENTRESS, Elizabeth, What are we counting for?, in: FRANCOVICH, Riccardo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Extracting meaning from ploughsoil assemblages**, Oxford: Oxbow, 2000.

<sup>1214</sup> HAYES, P. P., Models for the distribution of pottery around former agricultural settlements, in: SCHOFIELD, A. J., **Interpreting artefact scatters: contributions to ploughzone archaeology**, Oxford: Oxbow, 1991, p. 81–92.

<sup>1215</sup> DE HAAS, Beyond dots on the map: intensive survey data and the interpretation of small sites and off-site interpretation, p. 72.

proporção de cacos de cerâmica nos achados desagregados é maior como também a densidade total dos achados desagregados, indicando sua provável relação com a agricultura intensiva<sup>1216</sup>. Esses dados são bastante coerentes com a história do assentamento dessas áreas no período que aqui nos interessa: a intensificação da exploração agrícola em uma área já previamente ocupada, entre Âncio e Sático, e o desbravamento pioneiro de uma área de terras marginais, na planície do Pontino<sup>1217</sup>.

Além da adubação, a intensificação da agricultura no clima mediterrânico demanda práticas de irrigação do solo. Como vimos, este é o ponto, inclusive, que fez diversos historiadores duvidarem da possibilidade de um sistema agrário mais intensivo na Ática antiga. Contudo, o contexto da Itália central tirrênic – e possivelmente de outras regiões do Mediterrâneo que vivenciam o mesmo processo de dispersão do assentamento nesta época – é diferente.

Parte da Itália central tirrênic desta época estava recortada por amplos sistemas de canais subterrâneos conhecidos como *cuniculi*. O mais famoso e imponente desses sistemas é o encontrado nos arredores da cidade de Veios, somando-se a este, diversos outros sistemas menores, identificados por toda a Etrúria meridional e o Lácio. Apesar da dificuldade em datar a construção desses canais, os arqueólogos costumam apontar os séculos entre 800 e 300 a.C. como o período de construção dessas estruturas<sup>1218</sup>.

A atribuição de suas funções é, todavia, mais controversa. Franco Ravelli acredita que os *cuniculi* tinham a função principal de escoar água potável para o consumo dos antigos habitantes da região – e mudanças climáticas teriam os tornado pouco eficientes a partir de meados do século III a.C., e por isso sua construção teria sido abandonada<sup>1219</sup>. Em uma interpretação divergente, Sheldon Judson e Anne Kahane afirmam ser a drenagem de vales a função principal dos *cuniculi*. A partir de uma convincente análise da distribuição topográfica e da geomorfologia dos solos onde se encontram os *cuniculi*,

<sup>1216</sup> *Ibid.*, p. 68–69.

<sup>1217</sup> Ver capítulo 4, seção 1.2.

<sup>1218</sup> RAVELLI, Franco; HOWART, Paula, Etruscan cuniculi: tunnels for the collection of pure water, *in: Transactions of the Twelfth International Congress on Irrigation and Drainage*, Fort Collins, USA: [s.n.], 1984, v. 2; JUDSON, Sheldon; KAHANE, Anne, Underground Drainageways in Southern Etruria and Northern Latium, *Papers of the British School at Rome (New Series Volume 18)*, v. 31, p. 74–99, 1963, p. 88–89; ATTEMA, Peter, *An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC*, Groningen: Rijksuniversiteit Groningen, 1993, p. 223–224.

<sup>1219</sup> RAVELLI; HOWART, Etruscan cuniculi: tunnels for the collection of pure water; RAVELLI, Franco; HOWART, Paula, Irrigation and drainage in the writings of the early Roman authors, *in: Transactions of the Thirteenth International Congress on Irrigation and Drainage*, Casablanca, Marrocos: [s.n.], 1989, v. 2 Sobre como interpretações construídas sobre dados paleoclimáticos ainda são muito frágeis, ver seção 2.1 deste capítulo.

Judson e Kahane mostram que os canais subterrâneos drenavam a água que formava os pequenos córregos que entrecortavam os vales típicos das regiões de mares de morro da Itália central tirrênica (ver diagrama da figura 237)<sup>1220</sup>.

Seguindo esta segunda interpretação, é possível afirmar que os *cuniculi* foram um elemento central para o processo de incorporação de novas terras agricultáveis, convergente com o processo de dispersão do assentamento. Esse uso dos *cuniculi* somado à expansão das áreas onde se encontra material desagregado (que ainda que não seja interpretado como indício de práticas de adubação, pode ser usado com indício de ocupação e uso do solo), ao recuo das áreas florestadas (indicado pelos estudos paleobotânicos e provavelmente causado pelo desflorestamento visando a transformação dessas áreas em solos agricultáveis)<sup>1221</sup> e à construção de terraços (que visam a transformação de regiões de topografia íngreme em solos agricultáveis) são fortes indícios de uma expansão da agricultura muito significativa por toda a Etrúria e Lácio<sup>1222</sup>. Graeme Barker e Tom Rasmussen ilustram tal processo com imagens mostrando a ocupação agrícola de solos (identificada a partir da presença de material arqueológico desagregado) em três pequenas áreas da região de Tuscania ao longo dos períodos “Pré-histórico tardio”, “Etrusco” e “Romano” (ver imagens da figura 238).

Por outro lado, os estudiosos dos *cuniculi* são categóricos em afirmar que seu uso para a irrigação era certamente limitado. Isto se dá, sobretudo, pela inexistência de estruturas de armazenamento de água associadas aos *cuniculi*. Sem as cisternas, que alguns séculos depois se tornariam muito comuns na região<sup>1223</sup>, era impossível utilizar a água coletada pelos *cuniculi* durante o verão chuvoso no momento em que ela seria mais importante para a agricultura intensiva, nos invernos secos do clima mediterrânico<sup>1224</sup>.

É verdade que tudo isso não descarta por completo a existência de uma agricultura irrigada, ainda que em menor escala, na Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C.. Por um lado, o uso da água coletada por um ou outro *cuniculus*, assim como por outras estruturas de drenagem e coleta de água, não devem ser descartadas por completo<sup>1225</sup>. Um indício disso pode ser identificado nas palavras do oráculo de Delfos

<sup>1220</sup> JUDSON; KAHANE, *Underground Drainageways in Southern Etruria and Northern Latium*, p. 91.

<sup>1221</sup> JOOLEN, *Archaeological Land Evaluation*, p. 69, 118; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 12, 61.

<sup>1222</sup> BARKER; RASMUSSEN, *The Etruscans*, p. 195–197; SPIVEY; STODDART, *Etruscan Italy*, p. 69.

<sup>1223</sup> WILSON, Andrew, *Villas, horticulture and irrigation infrastructure in the Tiber valley*, in: **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008, p. 734–749.

<sup>1224</sup> JUDSON; KAHANE, *Underground Drainageways in Southern Etruria and Northern Latium*, p. 91.

<sup>1225</sup> HORDEN; PURCELL, *The Corrupting Sea*, p. 247.

sobre a tomada de Veios por Roma, como transmitido por Tito Lívio<sup>1226</sup>: o texto menciona a utilização das águas drenadas do Lago Alba para irrigação dos campos, a despeito de a função primordial dessa obra hídrica ter sido regular o volume do lago.

Além disso, o uso da água das chuvas para a irrigação de cultivos de verão, sem a necessidade de estruturas elaboradas de armazenamento, portanto, é bastante factível, em especial para áreas de solos vulcânico e argiloso, abundantes na Itália central tirrênica<sup>1227</sup>. Contudo, uma agricultura intensiva, irrigada e difundida em larga escala provavelmente só se consolidou nos séculos seguintes, para os quais foram identificadas cisternas e outras estruturas para armazenamento de água em grande quantidade.

Neste cenário, a difusão de cultivos que demandam grande intensidade de trabalho, ainda que sem a implicação em uma mudança drástica no sistema agrário, deve ter sido por si só o contexto mais importante de transformações na agricultura que explicam a dispersão do assentamento. O cultivo arbustivo, acima de tudo, possivelmente se difundiu consideravelmente nessa época. Esse é um tipo de cultivo que demanda níveis de atenção constante muito altos, em especial na limpeza das ervas daninhas. É, portanto, mais compatível com uma presença constante próxima à terra cultivada, e com o assentamento disperso por consequência.

A intensificação do cultivo de vinhedos e oliveiras na bacia do Mediterrâneo é provavelmente um elemento chave desse quadro. Ambos, mas em especial o vinhedo, são cultivos que exigem uma intensidade de trabalho bastante acentuada<sup>1228</sup>. Mesmo na agricultura mediterrânica tradicional, esses cultivos são variáveis fundamentais nas estratégias de intensificação do trabalho agrícola<sup>1229</sup>, e, portanto, mesmo regiões que desconhecem um sistema agrícola mais intensivo poderiam vivenciar uma intensificação relativa com a expansão desses cultivos<sup>1230</sup>.

Apesar de vinhedos e oliveiras serem cultivados na bacia do Mediterrâneo desde a idade do Bronze, muitos pesquisadores apontam o século VIII a.C. como um marco na retomada da difusão desses cultivos depois de alguns séculos de retração, em especial das oliveiras<sup>1231</sup>. Ao longo dos séculos seguintes, essa retomada ganharia ainda mais força:

---

<sup>1226</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 5.16. THOMAS, Robert; WILSON, Andrew, *Water supply for Roman farms in Latium and South Etruria*, **Papers of the British School at Rome**, v. 62, p. 139–196, 1994, p. 143.

<sup>1227</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>1228</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 215–216.

<sup>1229</sup> GRIGG, **The Agricultural Systems of the World**, p. 127.

<sup>1230</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 216.

<sup>1231</sup> SALLARES, **The ecology of the ancient Greek world**, p. 92, 305–306; BRUN, J.-P., **Archéologie du vin et de l'huile de la préhistoire à l'époque hellénistique**, Paris: Éditions Errance, 2004, p. 80–88; contra

Van Dommelen e Gómez Bellard identificam a expansão dos olivais e vinhedos por todo o mundo púnico como um dos elementos fundamentais para entender o processo de dispersão do assentamento nessas regiões<sup>1232</sup> – e os autores apontam que o mundo púnico se insere, na verdade, em um processo mediterrânico maior<sup>1233</sup>. Para a Itália especificamente, a difusão do cultivo de uvas em larga escala teria se iniciado no século VIII a.C. e a da oliva no século VI a.C.<sup>1234</sup>.

Apenas a integração comparativa de levantamentos de superfície, estudos arqueobotânicos e avaliações de potenciais usos do solo realizados ao redor da bacia do Mediterrâneo poderá dizer em que nível a expansão desses cultivos e desses sistemas agrícolas mais intensivos realmente se deu nas distintas regiões da bacia do Mediterrâneo onde ocorreram processos de dispersão do assentamento. Com o crescente número de pesquisas nessas áreas de estudo sobre o Mediterrâneo antigo, é provável que as próximas décadas nos permitam aprofundamentos significativos neste tema. O dados esparsos que temos por enquanto já indicam, contudo, que tanto uma expansão das áreas agricultáveis quanto a intensificação da agricultura foram processos importantes a partir do século VIII a.C. e que ganharam ainda mais força entre os séculos V e III a.C.. Associar esses dois processos com a concomitante intensificação do assentamento rural parece bastante lógico.

A imagem que eu gostaria de sugerir neste momento é a de camponeses vivendo em um assentamento tipologicamente diversificado, esquadrihado no primeiro capítulo, e espacialmente disperso, como identificado ao longo do terceiro e quarto capítulos. Parte do processo histórico que enquadra o desenvolvimento deste panorama é a intensificação e a expansão da agricultura, que estimula a presença mais constante destes camponeses em uma quantidade maior e mais dispersa de lotes de terra cultivados ou usados como pasto. Isso certamente inclui a imagem mais tradicional de uma família camponesa vivendo em uma casa isolada e cultivando de maneira (semi)intensiva um lote próximo a essa residência. Contudo engloba, também, imagens alternativas.

No primeiro capítulo considere a possível existência de estruturas que funcionam como pontos avançados da expansão de determinadas atividades produtivas (ocupados sazonalmente ou de maneira mais perene a depender do tipo de produção). Neste sentido,

---

FOXHALL, Lin, **Olive Cultivation in Ancient Greece: Seeking the Ancient Economy**, Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 14–15.

<sup>1232</sup> VAN DOMMELEN; GÓMEZ BELLARD, Conclusion, p. 234.

<sup>1233</sup> *Ibid.*, p. 238.

<sup>1234</sup> SPIVEY; STODDART, **Etruscan Italy**, p. 67–68.



mencionei os sítios de San Martino e Poggio dell'Amore, escavados pelo *Roman Peasant Project* na região de Cinigiano e interpretados como locais de ocupação sazonal ligados ao pastoreio, e os sítios de Podere San Mario e Podere Cosciano, escavados no vale do Cecina, cuja interpretação como casas camponesas eu contestei, apontando como possíveis locais de trabalho ligados à arboricultura na região<sup>1235</sup>. Assim, poderíamos imaginar um assentamento em parte composto por algumas estruturas prevalentemente produtivas dispersas pelo território sob cultivo ou usado como pastagem – estruturas essas que se tornam cada vez mais comuns com a intensificação da atividade agro-pastorial ao longo dos séculos V a III a.C. em diversas regiões da bacia do Mediterrâneo.

De toda forma, a expansão e intensificação da agricultura não encerram o questionamento posto por este capítulo. Se for correto afirmar que muitos camponeses passaram a viver longe dos muros por conta de estratégias de expansão e intensificação da agricultura, ainda é necessário responder por que esses camponeses resolveram adotar tais estratégias de expansão e intensificação.

### 3. Integração econômica do Mediterrâneo e a exploração do campesinato

Em um artigo no final da década de 80, os arqueólogos Curtis Runnels e Tjeerd van Andel enfrentaram um questionamento similar, mas tratando de uma região específica. Parte da equipe que realizou o levantamento de superfície na Argólida meridional, Grécia, os autores pretendiam explicar porque o assentamento humano aqui variara historicamente entre os padrões nuclear e disperso. A partir de um modelo extremamente simples, eles argumentaram que essa região vivenciou processos de dispersão do assentamento em momentos históricos nos quais a região se integrou às redes comerciais externas, mediterrânicas. Segundo os autores, os habitantes da região buscavam, nesses momentos, intensificar sua produção agrícola visando ter maior acesso às vantagens dessa inserção nas redes comerciais – e a intensificação da agricultura levaria a uma dispersão do assentamento<sup>1236</sup>.

Este é um princípio simples e interessante para começar a reflexão sobre as causas da intensificação da agricultura e da dispersão do assentamento no Mediterrâneo dos séculos V a III a.C., e em especial para a Itália central tirrênic. A intensificação da

---

<sup>1235</sup> Ver Capítulo 1, subseções 1.2 e 1.3.

<sup>1236</sup> RUNNELS, Curtis N.; ANDEL, Tjeerd H. van, The Evolution of Settlement in the Southern Argolid, Greece: An Economic Explanation, *Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens*, v. 56, n. 3, p. 303–334, 1987, p. 327–328.

agricultura, contexto explicativo central da dispersão do assentamento segundo o que argumentei até aqui, pode estar diretamente ligada a uma procura por aumentar os excedentes visando sua comercialização.

Existem alguns bons dados materiais, ainda que pouco sistematizados, sobre aumento de intercâmbios no Mediterrâneo ao longo dos séculos V a III a.C.. Talvez seja possível, portanto, tentar aplicar o modelo de Runnels e van Andel em um nível mediterrânico. Antes, contudo, é preciso passar em revista esses dados.

### 3.1. Indícios materiais de intensificação dos intercâmbios no Mediterrâneo

O principal vestígio que nos permite identificar um aumento na circulação de produtos no Mediterrâneo entre os séculos V e III a.C. é a cerâmica. Vasilhames produzidos nesse período em várias áreas do Mediterrâneo são encontrados em distintas regiões para além de suas áreas de produção. Isto é bastante significativo porque as cerâmicas não são indício de sua própria circulação apenas. Por um lado, cerâmicas de transporte como as ânforas servem como indício da circulação de seus conteúdos, vinho e azeite de oliva sobretudo, mas também outros produtos<sup>1237</sup>. Já cerâmicas de mesa, sejam elas as finas, com elaboradas pinturas e formas, ou as comuns provavelmente são indício de uma circulação mais variada de produtos que não deixaram vestígios arqueológicos, posto que dificilmente navios circulariam pelo Mediterrâneo com cargas compostas exclusivamente por tais cerâmicas<sup>1238</sup>.

Infelizmente, enquanto o estudo quantitativo da circulação de cerâmicas (sobretudo as ânforas) no Império Romano já se consolidou há muito tempo, o mesmo tipo de estudo para o Mediterrâneo “pré-romano” ainda dá seus primeiros passos<sup>1239</sup>. Contamos apenas com alguns dados pouco sistematizados que, ainda assim, permitem a visualização de um Mediterrâneo progressivamente mais integrado já nos primeiros séculos da segunda metade do primeiro milênio a.C..

O mais bem sistematizado dado sobre aumento da circulação de produtos e pessoas pelo Mediterrâneo nessa época é o famoso gráfico sobre número de naufrágios

<sup>1237</sup> Sobre a difusão das ânforas pelo Mediterrâneo a partir do século VIII a.C., ver: BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 636.

<sup>1238</sup> Esta percepção parte do pressuposto, majoritariamente aceito nos dias atuais, de que mesmo as cerâmicas finas não eram consumidas no mundo antigo como bens de luxo. WILSON, Andrew, *Trading across the Syrtis: Euesperides and the Punic world*, in: PRAG, Jonathan R. W.; QUINN, Josephine Crawley (Orgs.), **The Hellenistic West**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 126.

<sup>1239</sup> *Ibid.*, p. 127, 130.

encontrados pela arqueologia subaquática datados por períodos de cinquenta anos<sup>1240</sup>. Presença certa em todos os textos que tentam advogar por uma economia romana pujante e mercantil, tal gráfico mostra um acentuado pico na navegação mediterrânica entre os séculos I a.C. e I d.C (se aceitarmos que nenhum outro motivo para além do aumento no número de navegações realizadas explica o aumento do número de naufrágios nesse período). Contudo, um tanto eclipsado por esse realçado cume, os séculos V a III a.C. já se destacam frente aos séculos anteriores como um período de incremento significativo nas navegações (ver gráfico da figura 239).

Recentemente, tal uso quantitativo dos achados de naufrágios tem sido questionado. Os vieses determinados por regiões mais bem vasculhadas pela arqueologia subaquática e por tipos de cargas mais facilmente encontrados são destacados como deturpações possíveis para a imagem consolidada do gráfico que sobe constantemente até o apogeu clássico do Império Romano e depois declina também com padrão quase linear<sup>1241</sup>. É possível argumentar que a ordem de grandeza estabelecida por esse gráfico é tão grande que mesmo com descontos e normalizações determinadas por diferentes matizações, dificilmente teríamos uma imagem tão diferente dessa de crescimento no número de naufrágios ao longo da segunda metade do primeiro milênio a.C.. Ademais, a concentração de achados no Mediterrâneo ocidental – possibilidade usada para questionar se no Mediterrâneo oriental tanto o crescimento quanto a queda no número de naufrágios seriam tão acentuadas – ainda nos permite pensar o quanto a região da Itália central tirrênica estava justamente se inserindo em dinâmicas de circulação de pessoas e produtos mais amplas nesse momento. Além disso, a observação dos achados particulares de cada um desses naufrágios mostra, muitas vezes, a presença de produtos de diversas origens em um único navio, o que mostra a conexão comercial de várias regiões do Mediterrâneo<sup>1242</sup>. Contudo, a verdade é que enquanto estudos mais sistemáticos não realizarem esses exercícios de matização metodológica desses dados, é razoável lidar com eles com certa precaução.

Podemos inverter o caminho da abordagem. De dados sistematizados sobre todo o Mediterrâneo, pode-se tentar visualizar a realidade dos intercâmbios entre os séculos V e III a.C. a partir de um estudo de caso específico. A cidade de Euesperides (ver mapas das

---

<sup>1240</sup> Produzido por: PARKER, A.J., **Ancient shipwrecks of the Mediterranean & the Roman provinces**, Oxford: Archaeopress, 1992, p. 549.

<sup>1241</sup> GIBBINS, David, Shipwrecks and Hellenistic trade, in: ARCHIBALD, Zofia H. *et al* (Orgs.), **Hellenistic Economies**, London: Taylor & Francis, 2000, p. 205–210.

<sup>1242</sup> BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 677.

figuras 240 e 241), fundada por colonos gregos em 580 a.C. e posteriormente abandonada por volta de meados do século III a.C. tem sido objeto de um estudo arqueológico bastante sistemático nos últimos anos<sup>1243</sup>. Como não foi ocupada posteriormente, os dados recolhidos em Euesperides são precisamente pertinentes ao período que pretendo escrutinar aqui. Os resultados divulgados mostram uma cidade em contato com a produção de outras regiões do Mediterrâneo: especialmente com o mundo grego, naturalmente (afinal de contas, a cidade é uma colônia grega), mas também com o Mediterrâneo central – ânforas e cerâmicas de mesa italianas, assim como ânforas e, sobretudo, cerâmicas de mesa cartaginesas foram encontradas em Euesperides<sup>1244</sup>.

O que se percebe a partir desse exemplo é o aumento paulatino da circulação de produtos pelo Mediterrâneo: em primeiro lugar, dentro de determinados “bolsões”, que progressivamente passam a se conectar entre si em um segundo momento. Mark Lawall identifica a partir dos achados de ânforas de diferentes origens no Mediterrâneo Oriental, justamente essa conexão cada vez maior entre diferentes “bolsões” de circulação regional de produtos. Se no século V a.C. existem áreas bem delimitadas, no Egeu Setentrional, Egeu Meridional e Adriático, dentro das quais as ânforas produzidas nessas regiões circulam, no século III a.C. já é possível identificar a conexão entre as diferentes regiões<sup>1245</sup> e, extremamente relevante para este estudo, a presença significativa de ânforas italianas no Mediterrâneo Oriental.

As ânforas do tipo Greco-Itálico, datadas para o período entre os séculos IV e II a.C., são o grande testemunho material do aumento da conectividade da Itália central com outras regiões do Mediterrâneo durante esse período. A dispersão do tipo A, seguindo a classificação pioneira de Elizabeth Will e ainda amplamente aceita (com algumas correções pontuais apenas), mostra a circulação deste tipo de ânfora por todo o Mediterrâneo entre meados do século IV a.C. e as primeiras décadas do século III a.C.<sup>1246</sup>.

A principal região de circulação das Greco-Itálicas tipo A, seu “bolsão inicial”, é o Mediterrâneo central, na região identificada por Jean-Paul Morel como um triângulo comercial entre a Itália central (tendo Roma como centro local), o norte da África

<sup>1243</sup> WILSON, Trading across the Syrtes: Euesperides and the Punic world, p. 120–122.

<sup>1244</sup> *Ibid.*, p. 125–145.

<sup>1245</sup> LAWALL, Mark, Consuming the West in the East: Amphoras of the western Mediterranean in the Aegean before 86 BC, *in: Old pottery in a new century: innovative perspectives on Roman pottery studies*, Catania: [s.n.], 2006, p. 268–270.

<sup>1246</sup> WILL, Elizabeth Lyding, Greco-Italic Amphoras, *Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens*, v. 51, n. 3, p. 338–356, 1982, p. 341.

(Cartago como centro) e sul da França (Marselha como centro)<sup>1247</sup>. Grandes quantidades de ânfora greco-italica do tipo A foram encontradas na Itália, Sicília, Norte da África, sul da França e Espanha. Em menores quantidades, este mesmo tipo é encontrado em algumas regiões do Mediterrâneo oriental, como na Grécia, Síria e no Mar Negro<sup>1248</sup>, mostrando os primórdios da presença econômica italiana no Mediterrâneo oriental<sup>1249</sup>.

Ainda que não tão bem conhecidos como seus similares do período tardo-republicano e imperial, as origens das diferentes fabricações de ânforas Greco-Itálicas começaram a ser identificadas nos últimos anos. Isso nos permite associar diretamente o processo de dispersão do assentamento rural na Itália central tirrênica com a circulação de ânforas produzidas nessa região ao longo do Mediterrâneo central. A partir de estudos tipológicos e petrológicos, Glória Olcese e sua equipe têm mostrado que ânforas produzidas em regiões da Itália central tirrênica, como a Campânia e o Lácio, são encontradas em diversas regiões do Mediterrâneo central, desde o norte da África até o sul da França, assim como em naufrágios na costa dessas regiões<sup>1250</sup> (ver mapa da figura 242). No mesmo sentido, o estudo das primeiras estampas latinas encontradas em ânforas do século III a.C. também mostram a circulação de ânforas centro-italianas por essa mesma região. As ânforas com estampa *Tr.Loisius*, por exemplo, possivelmente originárias da região de Pompéia<sup>1251</sup>, são encontradas em diversas regiões do Mediterrâneo central (Sul da Itália e Sicília, sobretudo, mas também sul da França e norte da África), assim como, em menor escala, no Mediterrâneo Oriental (Egeu meridional e delta do Nilo – ver mapa da figura 243).

<sup>1247</sup> MOREL, Jean Paul Maurice, *Early Rome and Italy*, in: SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard P. (Orgs.), **The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 501.

<sup>1248</sup> WILL, *Greco-Italic Amphoras*, p. 342–344.

<sup>1249</sup> Existe um importante debate sobre a presença de comerciantes romanos no Egeu nos séculos III e II a.C.. Elizabeth Will defende a tese de que mesmo antes da conquista romana da região, os romanos já exerciam uma hegemonia econômica ali. WILL, *Greco-Italic Amphoras*; Para posições mais céticas sobre esse poderio comercial romano, ver: RAUH, Nicholas K., *Rhodes, Rome, and the Eastern Mediterranean wine trade, 166-88 BC*, in: GABRIELSEN, Vincent *et al* (Orgs.), **Hellenistic Rhodes: Politics, Culture, and Society**, [s.l.]: Aarhus University Press, 1999; LUND, J., *Transport amphorae as evidence of exportation of Italian wine and oil to the eastern Mediterranean in the Hellenistic period*, in: **Between and Orient and Occident: studies in honor of P. J. Riis**, Copenhagen: [s.n.], 2000, p. 77–99.

<sup>1250</sup> OLCESE, Gloria, *The production and circulation of Greco-Italic amphorae of Campania*, **Skyllis**, v. 7, n. 1-2, p. 60–75, 2005, p. 61.

<sup>1251</sup> As outras possíveis origens das ânforas com esta estampa são a Sicília e o sul da Itália. Contudo, estas duas hipóteses se baseiam apenas na quantidade de ânforas com essa estampa nessas regiões, enquanto a hipótese pompeiana se baseia nas origens do nome e na semelhança tipológica com outras ânforas da Campânia. TCHERNIA, André *et al*, *Aires de production des gréco-italiques et des DR. 1*, in: **Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche. Actes du colloque de Sienne**, Roma: École Française de Rome, 1989, v. 114, p. 30–31.

Não são apenas as ânforas centro-italianas que circulam pelo Mediterrâneo central nesse período – as cerâmicas de mesa também o fazem, sobretudo as famosas cerâmicas de verniz negro do “*Atelier des Petites Estampilles*”. Inicialmente, estas cerâmicas foram identificadas por Jean-Paul Morel como produto de um único ateliê romano – e, segundo o autor, primeiro exemplo atestado arqueologicamente de um empreendimento econômico romano que exporta seus produtos na esteira da expansão militar romana<sup>1252</sup>. Atualmente, todavia, sabe-se que esses vasos são produzidos em inúmeros ateliês espalhados pela Itália central, mostrando a inserção dessa região em amplas redes de circulação de produtos<sup>1253</sup> (ver mapa da figura 244).

Um dos locais onde ânforas greco-italicas foram encontradas no Mediterrâneo foi o *opiddum* de Pech-Maho, no sul da França (ver mapa da figura 245) – incluindo ânforas com o selo “M.LVRI”<sup>1254</sup>. Esse parece ter sido um entreposto comercial bastante importante para o comércio envolvendo a população local, gregos, etruscos e romanos. Entre os achados mais importantes que nos permitem visualizar isso, está uma inscrição em grego jônico sobrepondo outra inscrição etrusca em uma placa de chumbo encontrada no local na década de 50 e datada para meados do século V a.C.<sup>1255</sup>. A inscrição grega revela detalhes das trocas comerciais envolvendo um elaborado sistema de crédito<sup>1256</sup>. Outras inscrições de mesma natureza foram descobertas em Ampúrias, colônia grega na península ibérica, razoavelmente próxima a Pech-Maho, datadas para o período entre o final do século VI a.C. e meados do século IV a.C.<sup>1257</sup>.

<sup>1252</sup> MOREL, Jean-Paul, *Etudes de céramique campanienne, I: L’atelier des petites estampilles*, **Mélanges d’archéologie et d’histoire**, v. 81, n. 1, p. 59–117, 1969, p. 113–117.

<sup>1253</sup> DI GIUSEPPE, Helga, **Black-gloss ware in Italy: production management and local histories**, Oxford: Archaeopress, 2012, p. 62; ROTH, Roman Ernst, *Before Sigillata: Black-Gloss Pottery and Its Cultural Dimensions*, in: EVANS, Jane DeRose (Org.), **A Companion to the Archaeology of the Roman Republic**, Chichester, West Sussex ; Malden, MA: John Wiley & Sons, 2013, p. 90.

<sup>1254</sup> TCHERNIA *et al*, *Aires de production des gréco-italiques et des DR*. 1, p. 20.

<sup>1255</sup> Sobre a descoberta das inscrições e seu contexto arqueológico, ver: LEJEUNE, Michel; POUILLOUX, Jean; SOLIER, Yves, *Etrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho (Aude)*, **Revue archéologique de Narbonnaise**, v. 21, n. 1, p. 19–59, 1988.

<sup>1256</sup> Para interpretações do texto e estudos sobre seu significado histórico, ver: ÁLVAREZ SANTIAGO, Rosa, *En torno al plomo de Pech Maho*, **Faventia**, v. 11, n. 2, p. 163–179, 1989; CHADWICK, John, *The Pech-Maho Lead*, **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 82, p. 161–166, 1990; SOMOLINOS, Helena Rodríguez, *The Commercial Transaction of the Pech Maho Lead: A New Interpretation*, **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 111, p. 74–78, 1996; PÉBARTHE, Christophe; DELRIEUX, Fabrice, *La transaction du plomb de Pech-Maho*, **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 126, p. 155–161, 1999.

<sup>1257</sup> MUSSO, Olimpio, *Il piombo iscritto di Ampurias: note linguistiche e datazione*, **Empúries: revista de món clàssic i antiguitat tardana**, n. 48, p. 156–159, 1986; SLINGS, S.R., *Notes on the lead letters from emporion*, **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 104, p. 111–117, 1994; SANTIAGO ÁLVAREZ, Rosa-Araceli, *Comercio profesional: infraestructura personal y operacional. Repaso del léxico y selección de inscripciones*, **Faventia**, v. Extra, n. Supplementa2, p. 0205–231, 2013.

Estudando o mundo púnico dessa mesma época, Antonella Giamellaro, Francesca Spatafora e Peter Van Dommelen identificam a concomitância entre a dispersão do assentamento e o aumento na circulação de ânforas e cerâmicas de mesa em diversas regiões do Mediterrâneo central<sup>1258</sup>. A conexão entre esses dois processos coevos pode ser inferida a partir da presença de cerâmicas “importadas” no próprio material encontrado pelos levantamentos de superfície nos pequenos sítios isolados. Tanto na Etrúria Meridional quanto na região do Pontino os pesquisadores encontraram esse tipo de sítio cerâmica “estrangeira”, em especial de outras regiões da Itália, mas também de outras regiões do Mediterrâneo<sup>1259</sup>.

No centro urbano de Veios é possível identificar um padrão interessante de consumo de cerâmicas que ilustra bem o processo de integração do Mediterrâneo. Foram encontradas poucas cerâmicas importadas que pudessem ser datadas para o período entre o século VIII e a primeira metade do século VI a.C.. Contudo, há uma presença significativa de cópias de cerâmicas de outras regiões da Itália e da Grécia, sobretudo áticas, produzidas localmente nesse recorte temporal. Ou seja, havia contato e troca de ideias entre essas regiões, mas Veios ainda não se inserira de fato nas redes de circulação de produtos. Para a segunda metade do século VI e ao longo do século V a.C., contudo, é possível identificar o consumo local de cerâmicas importadas dessas regiões<sup>1260</sup>.

Outro fenômeno diretamente relacionado a esse aumento dos intercâmbios é a progressiva monetarização da economia em diversas regiões da bacia do Mediterrâneo. A presença de moedas estrangeiras nas diversas regiões do Mediterrâneo não é tão impressionante como no caso da cerâmica. Contudo, isso é compreensível dado às especificidades de sua circulação: a moeda utilizada nas trocas em cada uma das regiões

---

<sup>1258</sup> VAN DOMMELEN; GIAMMELLARO; SPATAFORA, Sicily and Malta: between sea and Countryside, p. 156.

<sup>1259</sup> DI GIUSEPPE, Assetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, p. 434; KAHANE, Anne; THREIPLAND, Leslie Murray; WARD-PERKINS, John Bryan, The “Ager Veientanus”, North and East of Rome, **Papers of the British School at Rome**, v. 36, 1968, p. 71; DI GIUSEPPE, Helga; BOUSQUET, Alessandra; ZAMPINI, Sabrina, Produzione, circolazione e uso della ceramica lungo il Tevere in epoca Repubblicana, *in*: COARELLI, Filippo; PATTERSON, Helen (Orgs.), **Mercator placidissimus: the Tiber Valley in antiquity: new research in the upper and middle river valley: Rome, 27-28 February 2004**, Roma: Quasar, 2008; ATTEMA, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, p. 219–220.

<sup>1260</sup> PATTERSON, Helen *et al*, The re-evaluation of the South Etruria Survey: the first results from Veii, *in*: PATTERSON, Helen, **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 17.

tende a ser a moeda local e as moedas estrangeiras que são utilizadas nessas trocas muitas vezes acabam sendo fundidas para a cunhagem de moedas locais<sup>1261</sup>.

Contudo, a própria monetarização das economias locais é um indício de aumento da importância de sua inserção em redes de intercâmbio mais amplas – ainda que este fator não seja por si só a única explicação para a monetarização<sup>1262</sup>. Com raízes na Grécia do século VII a.C., tal processo passa por uma importante inflexão ao longo do período que interessa a esta tese. Entre os séculos V e III a.C., o Mediterrâneo assiste não só à maior difusão da cunhagem de moedas de ouro e prata, já utilizadas anteriormente, mas também à difusão de moedas de bronze<sup>1263</sup>.

Apesar de não terem grande impacto no valor total de dinheiro circulante, dado seu baixo valor de face, a difusão das moedas de bronze indica uma maior capilaridade da monetarização da economia. A principal função cumprida por moedas de tão baixo valor é justamente servir de meio de troca e pagamento para pequenos valores, o que indica um grau crescente de utilização de moedas em atividades cotidianas, como intercâmbios de pequena escala<sup>1264</sup>. Isso é particularmente importante para esta tese: o desenvolvimento de moedas de pequeno valor e sua presença nos pequenos assentamentos isolados sugerem a inserção da economia camponesa nesses intercâmbios monetarizados. Reforça essa imagem a presença de moedas dessa época em regiões do interior da Itália onde, até então, não havia qualquer indício de monetarização<sup>1265</sup>.

Na Itália central, especificamente, a Campânia parece ter sido uma área importante de cunhagem nos séculos V e IV a.C., seguindo modelos gregos<sup>1266</sup>. Apesar de já haver cunhagem romana no século IV a.C., é no século III a.C. que Roma começa a cunhar moedas de maneira sistemática<sup>1267</sup>. Outros centros de cunhagem importantes na Itália central tirrênica nesse período foram identificados nas cidades de Tarquínios, Tuder (moderna Todi, na Úmbria), Reate, Preneste e Carséolos (cidade égua colonizada por

---

<sup>1261</sup> WILSON, Trading across the Syrtes: Euesperides and the Punic world, p. 125.

<sup>1262</sup> VON REDEN, Sitta, **Money in Classical Antiquity**, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 18.

<sup>1263</sup> *Ibid.*, p. 23–33; BURNETT, Andrew, Early Roman coinage and its Italian context, in: METCALF, William (Org.), **The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage**, Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 298.

<sup>1264</sup> VON REDEN, **Money in Classical Antiquity**, p. 32.

<sup>1265</sup> BURNETT, Early Roman coinage and its Italian context, p. 297.

<sup>1266</sup> CRAWFORD, Michael Hewson, **Coinage and Money Under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean Economy**, [s.l.]: University of California Press, 1985, p. 26–27.

<sup>1267</sup> *Ibid.*, p. 30–42.



Roma em 301 a.C.<sup>1268</sup>). Praticamente todos esses centros cunham moedas de baixo valor<sup>1269</sup>.

Com tantos indícios sobre a intensificação da circulação econômica nesse período, precisamos pensar entender esse processo dentro do contexto social e econômico do mundo mediterrânico do período.

## 3.2. Comércio e economia agrária

### 3.2.1. O caráter do comércio em uma sociedade agrária pré-capitalista

Penso que o ponto de partida para a reflexão sobre o comércio no Mediterrâneo antigo é reconhecer que estamos diante de sociedades e comunidades de base camponesa, de economias fundamentalmente agrárias. É verdade que a economia do campesinato é tradicionalmente pensada como uma economia de subsistência: os camponeses viveriam isolados do mundo, buscando uma produção que contemplasse suas necessidades e, apenas ocasionalmente, vendendo eventuais excedentes e usando esses ganhos para adquirir os poucos objetos que possuíam que não eram fabricados por eles próprios. Peter Garnsey afirma, sobre o campesinato greco-romano, que uma inserção mais significativa nas relações de mercado colocaria a subsistência em risco por, para além das incertezas do clima, o camponês estar se expondo às vicissitudes do mercado<sup>1270</sup>. Assim, tentar destacar o caráter camponês para explicar o desenvolvimento comercial poderia parecer um paradoxo.

Essa visão tem sido, todavia, questionada nos estudos sobre o campesinato já há algumas décadas e, mais recentemente, também nos estudos sobre o campesinato romano. Inúmeros estudos, sobre o campesinato em geral<sup>1271</sup> e sobre o campesinato romano em particular<sup>1272</sup>, têm ressaltado a racionalidade na tomada de decisões e a capacidade

<sup>1268</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 10.3.2; 10.13.1.

<sup>1269</sup> CRAWFORD, *Coinage and Money Under the Roman Republic*, p. 43.

<sup>1270</sup> GARNSEY, *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World*, p. 56; Thomas Gallant, tratando especificamente do campesinato grego, segue a mesma linha GALLANT, Thomas W., *Risk and Survival in Ancient Greece: Reconstructing the Rural Domestic Economy*, [s.l.]: Stanford University Press, 1991, p. 101.

<sup>1271</sup> SCOTT, James C., *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, New Haven: Yale University Press, 1977; POPKIN, Samuel L., *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*, Berkeley: University of California Press, 1979; BRUSH, Stephen B., *The Myth of the Idle Peasant: Employment in a Subsistence Economy*, in: HALPERIN, R.; ROW, J. (Orgs.), *Peasant livelihood*, New York: St. Martin's Press, 1975; FIRTH, Raymond; YAMEY, B. S., *Capital, Saving and Credit in Peasant Societies: Studies from Asia, Oceania, the Caribbean and Middle America*, London: Routledge, 2013; MASSCHAELE, James, *Peasants, Merchants and Markets: Inland Trade in Medieval England, 1150-1350*, New York: Palgrave Macmillan, 1997.

<sup>1272</sup> DE LIGT, Luuk, *Fairs and markets in the Roman Empire: economic and social aspects of periodic trade in a pre-industrial society*, Amsterdam: Gieben, 1993; MORLEY, Neville, *Metropolis and*

produtiva desse grupo social, assim como a importância de sua inserção em redes de troca, intercâmbio e crédito. Disso, contudo, não é necessário inferir que os camponeses romanos sejam empreendedores capitalistas operando em uma sociedade de mercado.

Desde David Ricardo a análise moderna sobre o comércio tem pensado esse tipo de intercâmbio como resultado de uma especialização regional da produção e de uma divisão estrutural do trabalho. A busca por maiores ganhos com a produção estimularia a especialização da produção voltada para o atendimento de determinados nichos de mercado<sup>1273</sup>. Isto é, o comércio funcionaria como o articulador de uma progressiva divisão do trabalho, estimulada pela busca por maximização dos lucros, seja de produtores diretos, seja de grandes proprietários. A inserção do campesinato em redes comerciais significaria, dentro desta chave de leitura, que estes possuem “uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana (...) a intercambiar, permutar”<sup>1274</sup>, postulada pela economia clássica – isto é, que suas tomadas de decisão estariam submetidas à racionalidade econômica capitalista.

A verdade é que esta explicação não dá conta do comércio na realidade romana – e mesmo a pré-capitalista em geral. Em parte, isso é determinado por limites materiais: a especialização da produção no contexto agrário do Mediterrâneo antigo era demasiadamente arriscada<sup>1275</sup> e a tecnologia de transporte encarecia demais a circulação de produtos<sup>1276</sup>. Uma ampla economia de mercado conectando todo o mundo mediterrânico não era algo realizável pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas de então.

Mais importante, contudo, são as diferenças na estrutura social: trata-se de uma realidade distinta da sociedade capitalista, na qual a troca de mercadorias desempenha um papel social estruturante. O elemento fundamental da sociedade de mercado é a unificação em um único sistema social do acesso à apropriação de uma gama quase ilimitada de elementos necessários à reprodução das condições sociais: todos os bens e serviços estão à venda no mercado e todas as formas de obtenção de ingressos derivam da venda de

---

**Hinterland: The City of Rome and the Italian Economy, 200 BC-AD 200**, Cambridge: Cambridge University Press, 2002; KRON, *The Much Maligned Peasant. Comparative perspectives on the productivity of the small farmer in classical antiquity.*; GHISLENI, Mariaelena *et al*, *Excavating the Roman Peasant I: Excavations at Pievina (GR)*, **Papers of the British School at Rome**, v. 79, p. 95–145, 2011.

<sup>1273</sup> RICARDO, David, **Princípios de economia política e tributação**, São Paulo: Abril, 1996, p. 97; BANG, Peter F., **The Roman bazaar: a comparative study of trade and markets in a tributary empire**, Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2008, p. 72.

<sup>1274</sup> SMITH, Adam, **A riqueza das nações**, São Paulo: Abril, 1996, p. 73.

<sup>1275</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 272.

<sup>1276</sup> BANG, **The Roman bazaar**, p. 73.

bens<sup>1277</sup>. Assim, burgueses tem acesso à força de trabalho e meios de produção através do mercado, enquanto proletários tem acesso aos bens necessários à sua sobrevivência comprando-os no mercado com o pagamento pela venda de sua força de trabalho. A estrutura social é toda ela perpassada pelas relações de mercado, portanto. Por isso o modelo ricardiano consegue dar conta da aparência da realidade mercantil capitalista: os agentes sociais *aparentam* ser indivíduos isolados travando contatos entre si através das trocas mercantis<sup>1278</sup>.

Isso não existe nas realidades pré-capitalistas. Não porque não existam sistemas de intercâmbio mercantil ou mesmo mercados (como m minúsculo – para diferir do Mercado com M maiúsculo usado para nomear aquele sistema unificador), mas porque estes não se integram como um sistema geral unificador que permita o acesso generalizado aos elementos necessários à reprodução das condições sociais. Isto se dá porque elementos fundamentais da reprodução social das diferentes classes sociais não estão plenamente inseridos nas relações mercantis<sup>1279</sup>, o que está diretamente relacionado com a inexistência de uma verdadeira expropriação dos produtores diretos de seus meios de produção<sup>1280</sup>.

Uma consequência fundamental para o comércio nessas diferentes realidades é a distinção de qual é a “substância” do comércio: enquanto na sociedade de mercado os bens comercializados são fruto de uma produção especializada e voltada para a mercantilização (isto é, são verdadeiras mercadorias), nas sociedades pré-capitalistas a substância do comércio é o excedente da produção local<sup>1281</sup>. Luuk de Ligt afirma que duas forças motrizes fundamentais levavam os camponeses a se inserirem nas relações de comércio: a necessidade ou desejo de ter acesso a produtos ou serviços indisponíveis localmente e a necessidade de adquirir dinheiro para o pagamento de taxas e rendas

---

<sup>1277</sup> POLANYI, Karl, A economia como processo instituído, *in*: **A subsistência do homem - e ensaios correlatos**, Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012, p. 310.

<sup>1278</sup> Esta é a essência do que Marx chamou de o “fetiche da mercadoria”. MARX, Karl, **O capital: Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 146–158.

<sup>1279</sup> POLANYI, Karl, **A Grande Transformação**, 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2011, cap. 6.

<sup>1280</sup> MARX, **O capital**, cap. 24.

<sup>1281</sup> BANG, **The Roman bazaar**, p. 77; Sobre a historicidade da forma Mercadoria, ver GREGORY, Chris A., **Gifts and Commodities**, [s.l.]: Academic Press, 1982, p. 8; Para a centralidade da forma mercadoria na sociedade capitalista, obviamente ver: MARX, **O capital**, cap. 1–4; Para um estudo de um caso que ressalta a especificidade das relações de intercâmbio pré-capitalistas, ver: PACHÁ, Paulo, **Formas de intercâmbio e dominação: as relações de dependência pessoal no medievo ibérico (IV-VIII)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 69–97.

cobradas em espécie<sup>1282</sup>. Ainda que precisem ser complexificados, os dois motivos identificados por de Ligt me parecem apontar no sentido correto. A inserção da produção local excedente nas redes de intercâmbio se dá em dois planos: diretamente pelos próprios produtores diretos, os camponeses; ou por formas que fazem os ganhos produzidos por essa comercialização chegarem às classes dominantes. Tratarei destes dois planos nas próximas subseções, respectivamente.

### 3.2.2. *Campesinato e comércio na Itália central tirrênica*

Um ponto de partida interessante para pensar a inserção dos camponeses nas redes de intercâmbio foi estabelecido por Horden e Purcell em *Corrupting Sea*. Tendo como ponto de partida os pressupostos da nova história ambiental, os autores pensaram o campesinato em sua relação com o ambiente com o qual eles interagem. Eles afirmam, então, que uma das estratégias fundamentais dos camponeses em sua interação com o ambiente mediterrânico é a “redistribuição” de uma produção diversificável e estocável – e que esse é um elemento fundamental da História do Mediterrâneo na longuíssima duração<sup>1283</sup>.

A inserção em redes de troca e intercâmbio é, segundo este modelo, parte fundamental das estratégias socioeconômicas dos camponeses no Mediterrâneo para dirimir os riscos da prática agrícola no ambiente mediterrânico. Ademais, tais redes são facilmente criadas – dada a “conectividade” do Mediterrâneo, determinada pela coexistência de “microrregiões” delimitadas pela topografia e pelo clima e de vias de conexão entre elas, facilitadas especialmente pelo mar fechado de, relativamente, fácil navegação<sup>1284</sup>. Esse argumento é importante porque tradicionalmente se relacionou as estratégias camponesas de contenção de riscos com a busca por autossuficiência alimentar, que levaria a unidade familiar a certa autonomia e mesmo isolamento com relação ao mundo externo<sup>1285</sup>. Horden e Purcell mostram oportunamente que esse isolamento não é compatível com tais estratégias de diminuição de risco.

---

<sup>1282</sup> DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 40; De Ligt está se baseando no texto seminal de Hopkins sobre a relação entre taxas, rendas e as transformações na economia imperial romana. HOPKINS, Keith, Taxes and Trade in the Roman Empire (200 B.C.–A.D. 400), **The Journal of Roman Studies**, v. 70, p. 101–125, 1980.

<sup>1283</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, cap. 6.

<sup>1284</sup> *Ibid.*, cap. 5.

<sup>1285</sup> Antes mesmo da obra de Horden e Purcell, Luuk de Ligt já havia confrontado essa associação entre estratégias de diminuição de riscos e busca por autossuficiência. DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 130–131.

Nesse primeiro plano, a inserção dos camponeses mediterrânicos em redes de intercâmbio é, portanto, parte constituinte de suas estratégias sociais de administração dos recursos naturais e sociais que eles dispõem visando melhor adaptação e segurança na sua relação com o ambiente – e não o resultado de uma estratégia de especialização e divisão internacional do trabalho buscando o lucro. É verdade que esses camponeses desenvolvem essas estratégias de maneiras distintas. Por exemplo, em regiões próximas a mercados consumidores pujantes, como grandes cidades, a produção de hortifrutigranjeiros visando o comércio diário nas cidades costuma ser uma estratégia bastante adotada pelos camponeses<sup>1286</sup>. Este comportamento pode ser interpretado como resultado de agentes economicamente racionais aproveitando oportunidades de mercado, mas inserindo-o em um quadro mais amplo da economia e da sociedade camponesa me parece melhor entendido como parte dessas práticas que Horden e Purcell chamam de diversificação e distribuição.

De Ligt, no mais profundo estudo sobre mercados locais no Império Romano já realizado, distinguiu dois níveis de inserção do campesinato nessas redes comerciais<sup>1287</sup>. Ainda que seja um estudo baseado no material disponível sobre o Império (cronologicamente bem posteriores e geograficamente mais amplos do que os utilizados nesta pesquisa), seu modelo – baseado em estudos históricos e antropológicos sobre sociedades agrárias complexas – me parece bastante útil para minha reflexão<sup>1288</sup>.

O primeiro nível de inserção do campesinato no comércio é horizontal (rural-rural)<sup>1289</sup>, fundamentado em trocas entre os próprios camponeses. De Ligt discute o nível de desenvolvimento de uma verdadeira divisão do trabalho dentro desse grupo social, destacando a possibilidade de existência de alguns artesãos vivendo no meio rural, possivelmente itinerantes, que fabricavam determinados itens que não eram produzidos regularmente pelas famílias camponesas<sup>1290</sup>. Sem prejuízo a essa elaboração, não é

---

<sup>1286</sup> FRAYN, Joan M., **Markets and fairs in Roman Italy: their social and economic importance from the second century BC to the third century AD**, Oxford: Clarendon, 1993, p. 61–64; DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 138–139; MORLEY, **Metropolis and Hinterland**, p. 86–90.

<sup>1287</sup> DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**.

<sup>1288</sup> *Ibid.*, p. 112–113; Roman Roth fez um bom uso do modelo de de Ligt para estudar a circulação de cerâmica na Itália central entre os séculos III e II a.C.. ROTH, Roman Ernst, **Styling Romanisation: pottery and society in central Italy**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 88–93.

<sup>1289</sup> De Ligt se baseia nas classificações usadas nos estudos de Sidney Mintz e Thomas Eighmy. MINTZ, Sidney W, **Internal market systems as mechanisms of social articulation**, in: RAY, Verne F. (Org.), **Intermediate societies, social mobility and communication**, Seattle: Bobbs-Merrill, 1959, p. 21; EIGHMY, Thomas H., **Rural Periodic Markets and the Extension of an Urban System: A Western Nigeria Example**, **Economic Geography**, v. 48, n. 3, p. 299–315, 1972.

<sup>1290</sup> DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 131–133.

necessário supor que houvesse dentro das comunidades camponesas uma rígida divisão entre agricultores e artesãos para conjecturar a existência de um ativo sistema de circulação de produtos entre os camponeses: mesmo que a atividade artesanal tivesse na mão de famílias que também estivessem envolvidas em atividades agropastoris, isso não determina que a produção dessa família fosse plenamente autossuficiente – e seguindo o modelo de Horden e Purcell, dificilmente seria. Diferentes tipos de produção artesanal, assim como diferentes tipos de cultivos poderiam ser produzidos e demandados em proporções e dimensões diversas pelas diferentes unidades familiares ao longo dos anos, estimulando trocas e intercâmbios mesmo em um quadro macroeconômico no qual não pudesse ser identificado um alto grau de divisão do trabalho.

Em um segundo nível, o campesinato se insere em relações verticais com o meio urbano. Aqui entra em jogo tanto o necessário abastecimento alimentar da cidade (relações rural-urbano)<sup>1291</sup> quanto o acesso por parte do campesinato de produções urbanas (urbano-rural)<sup>1292</sup>. Ainda que não seja possível, como argumentei na introdução, fazer uma divisão rígida entre produção rural e urbana definindo aquela como primária e esta como secundária e terciária, as relações econômicas entre campo e cidade não podem ser negligenciadas. Mais uma vez, não é preciso conjecturar uma rígida divisão do trabalho em termos macroeconômicos para identificar a importância dos intercâmbios entre cidade e campo.

Em termos quantitativos, por mais que a produção de alimentos no meio urbano não possa ser negligenciada, certamente a parte mais substancial dos alimentos consumidos no próprio meio urbano deveria vir do meio rural. Isso certamente é ainda mais preciso para grandes cidades<sup>1293</sup>, como provavelmente já era o caso de Roma nesse período<sup>1294</sup>. Qualitativamente, por outro lado, é possível conjecturar que camponeses buscassem eventualmente acesso a tipos específicos de alimentos produzidos nas cidades ou em seus subúrbios. Parece-me razoável, também, supor que a maior parte dos produtos manufaturados consumidos pelos camponeses fossem produzidos no próprio meio rural – seja obtido pela produção dentro das próprias unidades familiares, seja obtido pelo comércio horizontal. Contudo, isso não nos impede de destacar a obtenção de alguns tipos específicos de produtos manufaturados dependessem da relação com o meio urbano.

---

<sup>1291</sup> *Ibid.*, p. 136–142.

<sup>1292</sup> *Ibid.*, p. 142–149.

<sup>1293</sup> MORLEY, *Metropolis and Hinterland*, p. 24.

<sup>1294</sup> Ver apêndices 6 e 7.

Tratando da produção e circulação da cerâmica de verniz negro no terceiro capítulo, citei o estudo de Helga Di Giuseppe que demonstrou que a maior parte dos centros de produção destas cerâmicas estavam localizados no meio urbano<sup>1295</sup>. Ao mesmo tempo, sabemos que ao menos parte do campesinato tinha acesso a esses produtos por conta da sua identificação em sítios classificados como vestígios de estruturas muito possivelmente ligados ao campesinato. Provavelmente, essas cerâmicas finas são a parte arqueologicamente visível de uma circulação mais ampla de produtos urbanos pelo meio rural.

Essa perspectiva ressalta a importância dos locais onde os camponeses, ainda que vivendo dispersos pelo campo, se reuniam para realizar esses intercâmbios – assim como outras atividades sociais, políticas e culturais. É verdade que trocas, comerciais ou não, entre casas ou entre comunidades camponesas vizinhas provavelmente desempenhavam um papel muito importante para o cotidiano social e para a economia camponesa<sup>1296</sup>. A escassa presença desse tipo de comércio nas fontes literárias antigas não é de se estranhar, dado o viés social da produção literária antiga, e não pode servir como indício de sua pouca importância<sup>1297</sup>.

De toda forma, temos boas informações sobre a importância que os mercados periódicos desempenhavam nessa realidade. De Ligt, tendo o período imperial como foco de estudo, identifica uma série de referências a mercados periódicos rurais que deviam ter como principal função a reunião de camponeses para realizar trocas horizontais<sup>1298</sup>. Ele destaca, contudo, que esse quadro é marcante em regiões de pouca urbanização. Em áreas mais urbanizadas, como a Itália central tirrênic, os mercados periódicos realizados nas cidades parecem ter tido uma prevalência destacada<sup>1299</sup>. Esses mercados são o local das relações verticais entre cidade e campo, mas também deviam servir em boa parte mesmo para as relações horizontais entre os próprios camponeses.

Dentro da tradição romana, esses mercados periódicos das cidades da Itália central tirrênic são realizados nas *nundinae*, o dia que marca o final do ciclo de oito dias (nove, no sistema de contagem inclusiva dos romanos) do calendário romano e que acabou

---

<sup>1295</sup> Ver capítulo 3, subseção 1.3.2.

<sup>1296</sup> DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 133–134.

<sup>1297</sup> Luuk de Ligt, tendo o Império Romano como foco de atenção, identifica algumas passagens que mencionam o que poderia ser entendido como formas deste tipo de comércio. Ver Apuleio, *Metamorfoses*, 7.15; 7.20; 8.19; Talmud de Jerusalém, Maaserot, 2:3 (49d). *Ibid.*, p. 134.

<sup>1298</sup> *Ibid.*, p. 134–135.

<sup>1299</sup> *Ibid.*, p. 129.

virando sinônimo de mercado periódico em latim<sup>1300</sup>. Macróbio, nas *Saturnálias*, faz referência a diferentes tradições antiquárias sobre a origem das *nundinae*. Enquanto o historiador do século II a.C. Caio Semprônio Tuditano remetia a organização das *nundinae* ao próprio Rômulo, Cássio Hemina (contemporâneo de Tuditano) e Varrão (do século posterior) indicavam Sêrvio Túlio como seu criador<sup>1301</sup>. De toda forma, chama a atenção que já no século II a.C. as *nundinae* eram vistas como uma instituição de priscas eras, cuja criação era remetida aos dois grandes “legisladores” da constituição romana do período monárquico.

Chama a atenção também, ainda nas informações que Macróbio nos dá sobre relatos antigos acerca das *nundinae*, a diversidade de funções a que elas dão espaço. Somos informados pelas *Saturnálias* que Públio Rutílio Rufo, cônsul em 105 a.C., escrevera que as *nundinae* foram estabelecidas para que os romanos pudessem ir à cidade para fazer comércio e reconhecer as leis (*ad mercatum legesque accipiendas*) e que os candidatos às magistraturas usavam a grande aglomeração de pessoas em Roma nesses dias para se fazerem ser vistos. Ainda segundo Rutílio Rufo, essa prática se esvaíra em seu tempo porque a cidade passara a ter sempre grandes aglomerações e, portanto, os candidatos precisavam se fazer serem vistos a todo tempo<sup>1302</sup>. Tito Lívio pinta um cenário semelhante ao citar uma lei de 358 a.C. proposta pelo tribuno Caio Petélio, que visava combater o uso de claque por “homens novos” para fazer campanha em mercados urbanos e rurais (*nundinae et concilabula*)<sup>1303</sup>.

Parte desse caráter político das *nundinae* em Roma parece ter sido esvaziado pela lei Hortênsia de 287 a.C., que teria proibido a convocação de assembleias nesses dias. No conjunto da lei de 287 a.C., que tinha como objetivo primordial estabelecer que as decisões da Assembleia da Plebe (os plebiscitos) tivessem força de lei<sup>1304</sup>, a medida

<sup>1300</sup> KER, James, “Nundinae”: the culture of the Roman week, *Phoenix*, v. 64, n. 3/4, p. 360–385, 2010, p. 360.

<sup>1301</sup> Macróbio, *Saturnália*, 1.16.32-33. *Ibid.*, p. 361.

<sup>1302</sup> Macróbio, *Saturnália*, 1.16.34-35.

<sup>1303</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 7.15.13. Myles McDonnell associa essa lei identificada por Lívio com a lei citada em Plauto, *Amphitruo*, 65-81. MCDONNELL, Myles, *Ambitus and Plautus' Amphitruo 65-81*, *The American Journal of Philology*, v. 107, n. 4, p. 564–576, 1986; Peter Brunt afirma que este é um anacronismo de Lívio que refletiria práticas do período gracano no século IV a.C.. BRUNT, P. A., *The army and the land in the Roman Revolution*, in: **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**, Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 250, n.41. O paralelismo com o trecho de Plauto, contudo, me parece advogar contra esta interpretação.

<sup>1304</sup> Gaio, *Instituições*, 1.1.3, *Instituições de Justiniano*, 1.2.4, *Digesto de Justiniano*, 1.2.2.8. Duas leis anteriores registradas pelas narrativas históricas, as leis Valério-Horácias de 449 a.C. (ver Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 3.55) e a lei Púbia de 339 a.C. (ver Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 8.12) tem disposições similares. Tim Cornell interpreta isso como uma lenta evolução histórica de diminuição das amarras que os patrícios eram capazes de estabelecer sobre os plebiscitos que só foram por completo



relativa às *nundinae* aparentemente visava contrabalancear o impacto da medida, proibindo a realização de assembleias em Roma nos dias em que havia uma concentração expressiva de plebeus na cidade – ainda que mantivesse aberta a possibilidade de os camponeses aproveitarem sua presença em Roma para conduzir ações legais<sup>1305</sup>. Por fim, é importante destacar que ao lado dessas atividades econômicas e políticas, as *nundinae* parecem ter tido relações com outros tipos de atividades, desde de atividades religiosas<sup>1306</sup>, banquetes, entre outras atividades sociais<sup>1307</sup>.

Roma não era o único lugar onde se realizavam *nundinae*, obviamente. Dois “verbetes” do texto de Sexto Pompeu Festo sobre o significado das palavras, baseado na obra do antiquário augustano Vêrrio Flaco, nos informam sobre a realização de *nundinae*: tratando das *praefecturae*<sup>1308</sup>, Festo lista as localidades onde a lei é administrada e *nundinae* são realizadas e, ao falar dos *uici*<sup>1309</sup>, ele os caracteriza como locais sem estatuto político ou jurídico mas onde ainda assim são realizados *nundinae*. Robert Knapp, analisando as informações da lista de *praefecturae*, sugere que Vêrrio Flaco deve ter se baseado em uma lista que fazia referência a práticas administrativas romanas sobre a Itália nos séculos III e II a.C.<sup>1310</sup>.

Além disso, centro locais (*minor centers*) também devem ter desempenhado papéis significativos nas redes de comércio camponês. Dependendo da distância que determinadas famílias ou comunidades camponesas vivessem dos centros urbanos, esses

---

vencidas com a lei de 287 a.C., já em um contexto de formação de uma nobreza patrício-plebeia que dará fim ao período de conflito entre patrícios e plebeus. CORNELL, Tim, **The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000–264 BC)**, London; New York: Routledge, 1995, p. 277–278, 343–344 e 378.

<sup>1305</sup> Macróbio, Saturnália, 1.16.29, citando Júlio César, para a proibição da convocação de assembleias nas *nundinae* e 1.16.30, citando Grânio Liciano, para a realização de ações legais. Sexto Pompeu Festo (Sobre o significado das palavras, p.176L) e Plínio, o antigo (História Natural, 18.13) afirmam que o objetivo da proibição de reunião em assembleia durante as *nundinae* é evitar que os camponeses se dispersem das atividades no mercado. KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 362, 366–367.

<sup>1306</sup> Macróbio, Saturnálias, 1.16.30 designa as *nundinae* como *feriae Iovis*, associação corroborada por inscrições que se referem ao culto de Júpiter Nundinarius (por exemplo, CIL 3.10820 - Mercúrio Nundinator também aparece no material epigráfico). Sobre a epigrafia, ver: MACMULLEN, Ramsay, Market-Days in the Roman Empire, **Phoenix**, v. 24, n. 4, p. 333–341, 1970, p. 336; Plutarco, Questões romanas, 42, 275b, menciona uma associação tradicional entre as *nundinae* e Saturno. KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 363–364.

<sup>1307</sup> KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 363–364.

<sup>1308</sup> Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.262L. Festo divide as localidades em dois grupos, aquelas para as quais são enviados prefeitos do corpo de 26 magistrados eleitos pelo povo (entre as quais ele lista Cápuia, Cumas, Casilino, Volturmo, Literno, Puteoli, Acerra, Suéssula, Atella e Calácia) e aquelas para as quais são enviados quatro legados escolhidos pelo Pretor (entre as quais ele lista Fundi, Fórmias, Cere, Venafro, Allifas, Priverno, Anagnia, Frusino, Reate, Saturnia, Nursia, Arpino, “entre outros”).

<sup>1309</sup> *Ibidem*, p.502L.

<sup>1310</sup> KNAPP, Robert, Festus 262L and Praefecturae in Italy, **Athenaeum**, v. 58, p. 14–38, 1980, p. 30–31, 36.

centros locais deviam ser onde estes realizavam mais corriqueiramente seus contatos com o mundo exterior. Ainda que numa região crescentemente urbanizada, como a Itália central tirrênica na segunda metade do primeiro milênio a.C., essas distâncias não fossem muito significativas, em algumas regiões específicas esse poderia ser o caso. Ademais, diferentemente do mercado realizado nas cidades, o campesinato local é o principal agente das atividades sociais nesses centros. Portanto, o funcionamento desses como nexos de redes de intercâmbio é um indício central para identificar a inserção do campesinato em tais redes.

Os *fora*, centros administrativos com locais de mercado e santuários, fundados muitas vezes próximo às estradas romanas, e que serviam de ponto de apoio para viajantes e de ligação entre o mundo externo e o campo ao redor<sup>1311</sup>, parecem ter desempenhado papel importante nesse caso. Pesquisadores holandeses identificaram no Fórum Ápio, na planície do Pontino<sup>1312</sup>, uma grande densidade de cerâmicas – significativamente maior do que em sítios dispersos e mesmo de outros centros locais identificados na região – assim como uma grande proporção de ânforas. Somadas ao tamanho do sítio e sua localização junto à Via Ápia, esses achados permitiram a interpretação do local como um importante centro de contato para as redes de intercâmbio da região, fundado na transição do século IV para o século III a.C.<sup>1313</sup>.

Algumas das cidades listadas no “verbete” *praefecturae* de Festo reaparecerem em uma série de inscrições de calendários de mercados encontradas entre o Lácio meridional e a Campânia, datadas para o século I d.C.<sup>1314</sup>. Ainda que sempre analisadas em conjunto, é verdade que essas listas provêm de materialidades muito diversas: temos desde um grafite na parede de uma taberna em Pompéia, no que parece ser o rascunho de um cálculo para identificar os dias em que os dias de mercado cairiam em diferentes cidades no próximo mês<sup>1315</sup> (ver figura 246) até um parapegma (dispositivo para manter controle sobre a identificação de eventos cíclicos – ver figura 247) que provavelmente era exposto

<sup>1311</sup> DYSON, Stephen L., **Community and Society in Roman Italy**, Baltimore: John Hopkins University Press, 1992, p. 49; RUOFF-VÄÄNÄNEN, Eeva, **Studies on Italian fora**, [s.l.]: Franz Steiner Verlag, 1978; TOL, Gijs *et al*, Minor centres in the pontine plain: the case of Forum Appii and Ad Medias, **Papers of the British School at Rome**, v. 82, p. 109–134, 2014, p. 110.

<sup>1312</sup> Ver Capítulo 3, subseção 3.1.

<sup>1313</sup> TOL *et al*, Minor centres in the pontine plain, p. 121–122.

<sup>1314</sup> Para uma lista completa deste tipo de fonte, ver: STORCHI MARINO, Alfredina, Reti interregionali integrate e circuiti di mercato periodico negli indici nundinarii del Lazio e della Campania, *in*: LO CASCIO, Elio (Org.), **Mercati permanenti e mercati periodici nel mondo Romano: atti degli Incontri capresi di storia dell’economia antica (Capri 13-15 ottobre 1997)**, Bari: Edipuglia, 2000, p. 97–107.

<sup>1315</sup> MACMULLEN, Market-Days in the Roman Empire, p. 339.

em um *forum*<sup>1316</sup>, passando por listas sobre as quais pouco podemos saber dado seu estado fragmentado.

Existem dificuldades significativas no estudo destas listas. Interpretá-las estritamente como itinerários para aqueles que desejavam visitar mercados em cidades diferentes não é possível, pois não há uma racionalidade geográfica nas listas<sup>1317</sup>. Ademais, algumas cidades muito distantes dos locais onde estas listas foram produzidas podem aparecer nelas, apontando a impossibilidade de alguém usá-las como itinerário de viagens diárias. Roma, por exemplo, aparece no grafite de Pompéia, distante 200 km. Uma das listas de Allifas, no Sâmnio, indica a cidade de Lucera, na Apúlia. A significativa distância entre as duas cidades, 70 km, ainda que não tão grande quanto a entre Pompéia e Roma, somada a dificuldade da viagem pelo terreno montanhoso, inviabiliza uma viagem rápida para participar pontualmente de um dia de mercado e logo retornar. Nos dois casos, de toda forma, é possível interpretar a presença dessas cidades como referências de *nundinae* importantes – Roma por ser a grande capital, Lucera por ser um mercado importante de ovelhas e lã<sup>1318</sup>. Além disso, no caso de Roma, o próprio fato de ser a grande cidade e capital poderia torna-la uma referência importante para os calendários locais de mercado, mesmo que não fosse um mercado acessível no dia-a-dia<sup>1319</sup>.

Mesmo a identificação das listas como ordens cronológicas da realização de *nundinae* em diferentes cidades é disputado, posto que as mesmas cidades aparecem em posições diferentes em listas diferentes. Frente a esse “caos”<sup>1320</sup>, duas possíveis soluções são postas: as listas não são contemporâneas e retratam modificações nos dias de realização de *nundinae* em algumas cidades<sup>1321</sup>, ou algumas cidades realizavam mais de uma *nundinae* dentro do ciclo de oito dias<sup>1322</sup> (talvez em locais diferentes da cidade)<sup>1323</sup>.

<sup>1316</sup> STORCHI MARINO, Reti interregionali integrate e circuiti di mercaro periodico negli indices nundinarii del Lazio e della Campania, p. 103.

<sup>1317</sup> KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 379.

<sup>1318</sup> MORLEY, *Metropolis and Hinterland*, p. 170; FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 41–42.

<sup>1319</sup> KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 380.

<sup>1320</sup> MACMULLEN, Market-Days in the Roman Empire, p. 339.

<sup>1321</sup> STORCHI MARINO, Reti interregionali integrate e circuiti di mercaro periodico negli indices nundinarii del Lazio e della Campania, p. 113.

<sup>1322</sup> SHAW, Brent D., Rural markets in North Africa and the political economy of the roman Empire, *Antiquités africaines*, v. 17, n. 1, p. 37–83, 1981, p. 66, n.2; DE LIGT, *Fairs and markets in the Roman Empire*, p. 114, n.37; STORCHI MARINO, Reti interregionali integrate e circuiti di mercaro periodico negli indices nundinarii del Lazio e della Campania, p. 117–119.

<sup>1323</sup> Joan Frayn destaca que várias cidades romanas possuíam mais de um local para comércio. FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 55.

De toda forma, estas listas deixam clara a existência de uma rede de *nundinae* na Campânia do início do período imperial – e a sistemática coincidência de locais listados por Festo me faz acreditar que esse não é um sistema recentemente criado nesse período e que seus primórdios podem ser identificados, pelo menos, no século III a.C.. Ademais, a despeito de todas as dificuldades de interpretação, um fato fundamental é claro: diferentes locais têm seus dias de mercado em dias diferentes do ciclo de oito dias, o que permite o deslocamento de pessoas de um lugar para o outro para participar, frequente ou ocasionalmente, de mercados em cidades diferentes<sup>1324</sup>. Além disso, a geografia desse sistema (ver mapa da figura 248) nos permite identificar uma importante interação entre as cidades costeiras (e seus portos) da Campânia e as regiões no interior montanhoso da Itália<sup>1325</sup>.

Por fim, mercados de menor periodicidade, que poderíamos chamar de feiras, também desempenhavam um papel importante no sistema de intercâmbios italianos. Essas feiras tinham relação direta com a realização de determinados festivais, como mostram os *Fasti Maffeani* (calendário epigráfico datado para o início do século I d.C.) para o caso de Roma: ao menos três feiras realizadas em Roma (de três ou quatro dias) ocorriam logo após festivais religiosos importantes (os *Ludi Apollinares*, *Romani* e *Plebeii*)<sup>1326</sup>.

Segundo Estrabão, o santuário de Lucus Feroniae, centro de culto da deusa Feronia no território de Capena, Etrúria Meridional, era o local de realização de um festival anual, que Dionísio de Halicarnasso associa como um momento de realização de intercâmbios mercantis desde antes da conquista romana da região<sup>1327</sup>. O fato de este ser o único centro arcaico da região que ocupa uma posição “aberta” (isto é, não está incrustada em um local topograficamente favorável a defesa militar) já levou arqueólogos que estudaram a região a conjecturar que a fundação desse assentamento tivesse relação com uma função de parada para viajantes e comerciantes que circulavam pelo vale do Tibre. Tito Lívio, ao mencionar a detenção de comerciantes romanos em Lucus Feronia como um dos incidentes que levaram a guerra entre romanos e sabinos no tempo do rei Tulo Hostílio,

<sup>1324</sup> DE LIGT, *Fairs and markets in the Roman Empire*, p. 115–116; MORLEY, *Metropolis and Hinterland*, p. 169.

<sup>1325</sup> DE LIGT, *Fairs and markets in the Roman Empire*, p. 116; MORLEY, *Metropolis and Hinterland*, p. 170–174.

<sup>1326</sup> CIL I, p.223-228. DE LIGT, *Fairs and markets in the Roman Empire*, p. 60; FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 134.

<sup>1327</sup> Estrabão, *Geografia*, 5.2.9, Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 32.1. FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 135.

nos dá uma pista do quanto esses festivais e templos podiam funcionar como “portos de comércio”<sup>1328</sup>. Além disso, sabe-se, por exemplo, que a região era uma rota de comércio de sal importante desde o período arcaico<sup>1329</sup>.

Outra feira que parece ter sido importante na Itália central tirrênica ocorria na colônia latina de Fregellas, no vale do rio Liri, fundada em 328 a.C.. Estrabão conta que em seu tempo, mesmo depois da destruição da cidade por Roma em represália a uma rebelião da colônia em 125 a.C., o local ainda recebia de tempos em tempos moradores de cidades vizinhas para a realização de alguns ritos, quando também ocorriam intercâmbios<sup>1330</sup>. Dada a periodicidade e a distância das localidades citadas, tanto Joan Frayn quanto Luuk de Ligt interpretam essa informação de Estrabão como a notícia de realização de um tipo de feira associado a um festival<sup>1331</sup>. Frayn conjectura ainda que esse festival, e sua feira associada, já existiam antes da destruição da cidade – e talvez mesmo antes da fundação da colônia romana<sup>1332</sup>.

Ao invés de um campesinato autônomo, autossuficiente e isolado, a imagem que emerge dos estudos mais recentes sobre o campesinato romano é, portanto, a de um grupo social que interage ativamente com o mundo além de suas fazendas e comunidades. Tal imagem converge com a ideia de um campesinato em constante movimento e interação social, que defendi no primeiro capítulo, ao tratar do problema da classificação dos sítios identificados pelos levantamentos<sup>1333</sup>, e no capítulo anterior, ao tratar das colônias no período inicial da República<sup>1334</sup>.

Uma questão premente emerge, porém, neste ponto do argumento: se a diversificação e distribuição da produção são características intrínsecas ao comportamento socioambiental do campesinato mediterrânico na longuíssima duração, como argumentam Horden e Purcell, como relacioná-las às transformações que se dão na diacronia<sup>1335</sup>, como a intensificação dos intercâmbios na segunda metade do primeiro

<sup>1328</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da cidade, 1.30.5. *Ibid.*, p. 140; O conceito vem de Karl Polanyi: POLANYI, Karl, Ports of Trade in Early Societies, *The Journal of Economic History*, v. 23, n. 01, p. 30–45, 1963.

<sup>1329</sup> JONES, Capena and the Ager Capenas, p. 127.

<sup>1330</sup> Estrabão, *Geografia*, 5.3.10.

<sup>1331</sup> DE LIGT, *Fairs and markets in the Roman Empire*, p. 59; FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 139.

<sup>1332</sup> FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 140.

<sup>1333</sup> Ver capítulo 1.

<sup>1334</sup> Ver capítulo 4, subseção 3.2.

<sup>1335</sup> Esta é, justamente, uma das mais importantes críticas ao trabalho de Horden e Purcell: a dificuldade de seu modelo geral dar conta das transformações históricas que o Mediterrâneo vivencia ao longo do amplíssimo recorte temporal com o qual eles trabalham, desde e a Idade do Bronze até o final da Idade Média. Sobre isso ver, por exemplo: BANG, *The Roman bazaar*, p. 70–71, esp. n.29.

milênio a.C., identificada na subseção anterior? A inserção do campesinato nessas redes de intercâmbio certamente não era uma novidade: Horden e Purcell situam o surgimento desse Mediterrâneo *conectado* séculos antes do período aqui em escrutínio. É possível apontar, contudo, alguns fatores que teriam estimulado e/ou permitido os camponeses da bacia do Mediterrâneo entre os séculos V e III a.C. a intensificar suas trocas e intercâmbios em níveis inéditos.

A possível melhoria nas condições climáticas e o avanço nas técnicas agrícolas nesse período, identificadas acima, possibilitaram o aumento da produção e, conseqüentemente, do excedente disponível para os intercâmbios. Mais precisamente, seguindo o modelo de interação camponesa com o ambiente mediterrânico proposto por Horden e Purcell, tais avanços nas forças produtivas levaram não só ao simples aumento da produção, mas também à maior diversificação dessa produção – atestada pelos diversos indícios de expansão de novos cultivos, apontados acima – assim como à busca de novas possibilidades de “redistribuí-la” – o que explicaria, em parte, o aumento dos intercâmbios.

Certo é, todavia, que a estratégia voluntária de diversificação e distribuição da produção camponesa não é a única explicação para a intensificação dos intercâmbios – assim como para as suas correlacionadas intensificação da agricultura e dispersão do assentamento. A inserção do campesinato nesse mundo mais amplo, *mediterrânico*, não foi igualitária e horizontal. Sua submissão e exploração por classes dominantes locais e supralocais é parte ainda mais fundamental desse contexto.

### **3.2. Exploração, extração de excedentes e comércio**

#### *3.2.1. Ascensão das classes dominantes supra-locais e a exploração dos produtores diretos*

O historiador dinamarquês Peter Bang afirma que a magnitude e a forma que a circulação de excedentes assumiu no Mediterrâneo antigo não é resultado dos excedentes gerados por produtores diretos autônomos, mas pelos grandes excedentes extraídos dos produtores diretos pelas classes dominantes<sup>1336</sup>. No que pese a importância das estratégias camponesas de “redistribuição” para o desenvolvimento do comércio mediterrânico, ignoradas por Bang, parece-me que ele tem razão neste ponto: a intensificação da

---

<sup>1336</sup> *Ibid.*, p. 77.

circulação de produtos no Mediterrâneo anda lado a lado com a formação de classes dominantes cada vez mais poderosas em diversas regiões da bacia mediterrânica<sup>1337</sup>.

No Mediterrâneo Oriental, é nessa época que se dá a formação dos diversos reinos helenísticos na esteira das conquistas de Alexandre Magno. Andrew Wilson afirma que o aumento no fluxo de riquezas para o Mediterrâneo desencadeado pelos saques da conquista alexandrina no Crescente Fértil assim como os novos contatos econômicos entre essa região e o Mediterrâneo são elementos fundamentais para entender o crescimento do comércio no Mediterrâneo entre os séculos IV e III a.C.<sup>1338</sup>.

Não são apenas as cortes helenísticas que demonstram essa intensificação da hierarquização social no Mediterrâneo. O Mediterrâneo ocidental vivencia nessa mesma época a expansão do Império Cartaginês, incorporando regiões do Mediterrâneo ocidental às redes de circulação de produtos, pessoas e ideias do Mediterrâneo central (ver mapa da figura 249). Mesmo antes de tudo isso, já a partir de meados do século VI a.C., percebem-se diversos indícios de acentuação da hierarquização social na Itália central, como ricas sepulturas e “palácios principescos”<sup>1339</sup>. Ainda no contexto de um Mediterrâneo dominado por Cidades-Estado, é possível identificar um processo de formação de elaboradas hierarquias de cidades, controladas por cidades cada vez maiores e mais poderosas<sup>1340</sup>. É na esteira desses processos, que assistimos na Itália central tirrênica a articulação de várias classes dominantes supralocais em torno da hegemonia da cidade de Roma, que iniciará a formação de um poderoso domínio sobre toda a Itália.

Não foi apenas – nem principalmente – por incorporar novas regiões e mais recursos às redes de intercâmbio mediterrânicas que a formação dessas poderosíssimas classes

<sup>1337</sup> Broodbank aponta para o início desse processo no século VIII a.C.: BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 641.

<sup>1338</sup> WILSON, Trading across the Syrtis: Euesperides and the Punic world, p. 154; Vale a pena notar que a tese de Wilson se assemelha estruturalmente à tese clássica de que o comércio no Mediterrâneo baixo-medieval teria sido “renascido” pelo influxo de butins vindo das cruzadas somado a “abertura” do mar para os europeus depois de séculos de dominação islâmica. Ver: PIRENNE, Henri, **As cidades na Idade Média**, Lisboa: Europa-América, 1962; PIRENNE, Henri, **Maomé e Carlos Magno: o impacto do Islã sobre a civilização europeia**, Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2010; Broodbank de certa maneira recua essa correlação entre império e comércio para o século VIII a.C. ao relacionar o desenvolvimento comercial desse período com o impacto da expansão do Império Assírio. BROODBANK, **The Making of the Middle Sea**, p. 628.

<sup>1339</sup> CARAFA, Paolo, Il paesaggio etrusco-italico, in: PATTERSON, Helen (Org.), **Bridging the Tiber: approaches to regional archaeology in the Middle Tiber Valley**, London: British School at Rome, 2004, p. 48; DI GIUSEPPE, Aspetti territoriali nella media valle del Tevere dall'epoca orientalizzante a quella repubblicana, p. 434; ATTEMA, **An Archaeological Survey in the Pontine Region. A Contribution to the Early Settlement History of South Lazio, 900 -100 BC**, p. 220; ATTEMA; BURGERS; LEUSEN, **Regional pathways to complexity**, p. 47–49.

<sup>1340</sup> BINTLIFF, John, Going to market in antiquity, in: OLSHAUSEN, Eckart; SONNABEN, H. (Orgs.), **Zu Wasser und zu Land. Verkehrswege in der antiken Welt**, Stuttgart: [s.n.], 2002, p. 212.

dominantes imperiais estimulou a intensificação do comércio, contudo. Como em qualquer sociedade de classes, a crescente hierarquização social no Mediterrâneo dos séculos V a III a.C. foi sustentada por um correspondente crescimento na exploração dos produtores diretos. E o crescimento da extração de excedentes desses produtores diretos é um fator chave para entender esse desenvolvimento das redes de circulação de produtos.

Mais do que meras elites locais dominando o campesinato de sua região, assistimos nessa época a formação de classes dominantes supralocais, muitas vezes imperiais, em diversas regiões do Mediterrâneo – incluindo a Itália central tirrênic. Peter Bang aponta precisamente que, em processos desse tipo em economias agrárias, como é o Mediterrâneo da época, o crescimento da extração de excedentes encontra um limite prático muito sério: esses grupos dominantes passam a controlar uma quantidade de excedentes maior do que o que eles poderiam instrumentalizar *diretamente* na reprodução das bases de seu poder<sup>1341</sup>.

A partir disso, a realização desta extração de excedentes como forma de reprodução da condição social da classe dominante que a realiza passa a depender da *transformação* desses excedentes em outros produtos e serviços, pois os excedentes extraídos não são capazes de garantir, qualitativamente, todas as necessidades sociais da reprodução e expansão do poder desta classe dominante. Isto torna necessário que tais excedentes possam ser transformados em um meio flexível de obter bens e serviços não acessíveis diretamente pela exploração da economia rural. A comercialização dos produtos e a monetarização da economia convergem como a solução prática dessa questão<sup>1342</sup>. Ou seja, para as classes dominantes o comércio antigo funciona como um mecanismo de flexibilização dos excedentes por elas extraídos, e não como um organizador de uma hipotética divisão internacional do trabalho.

Como se dava a extração de excedentes e sua “flexibilização”? Formas diversas podem se desenvolver e é preciso lembrar que “desde o princípio da humanidade foram inventadas múltiplas formas de exploração do homem [e das mulheres]”<sup>1343</sup>. É possível tentar dar conta desse quadro geral a partir de tipologias. Em sua obra magna, G.E.M de Ste. Croix estabelece uma divisão entre formas indiretas e coletivas de exploração e

---

<sup>1341</sup> BANG, **The Roman bazaar**, p. 120.

<sup>1342</sup> *Ibid.*, p. 114, 120; BANG, Peter Fibiger, Trade and Empire — In Search of Organizing Concepts for the Roman Economy, **Past & Present**, v. 195, n. 1, p. 3–54, 2007, p. 32–33.

<sup>1343</sup> PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier, **A história da escravidão**, [s.l.]: Boitempo Editorial, 2009, p. 426.



formas diretas e individuais de exploração no mundo greco-romano<sup>1344</sup>. No primeiro grupo, Ste. Croix dá conta de realidade em que a classe dominante se beneficia coletivamente de alguma forma de exploração. Agrupa-se aqui pagamentos e prestação de serviços que são rendidos à autoridade do Estado ou outros agentes institucionais de tipo coletivo e difuso, como santuários e templos. Ste Croix identifica três formas principais de efetuação da exploração indireta e coletiva: taxação, seja em espécie ou gênero; serviço militar; e serviços civis<sup>1345</sup>. Como o próprio Ste. Croix reconhece, a forma como esses pagamentos de taxas ou serviços se transformam em extração de excedentes pela classe dominante varia muito, dependendo das diversas formas de estado que existiram na realidade do Mediterrâneo antigo ao longo da história e mesmo nesse período aqui estudado.

No caso da Itália central tirrênica, me parece que o fundamento central da exploração indireta se deu a partir do serviço militar<sup>1346</sup>, que gerava butins prevalentemente apropriados pela classe dominante, conquistas territoriais que parecem ter permitido a expansão do patrimônio fundiário dos mais ricos e um sistema imperial em formação que estava sob controle do Senado e dos principais magistrados da República, todos oriundos da classe dominante. É possível perceber uma relação direta entre essa forma de exploração e seu desenvolvimento com as transformações econômicas acima identificadas: Crawford relaciona diretamente o início da cunhagem romana com o início do pagamento de soldo ao exército e com o conseqüentemente necessário início de cobranças de tributos e indenizações para financiar esse pagamento<sup>1347</sup>. Até mesmo para pôr em movimento seu sistema hegemônico através de um amplo sistema de exigências militares sobre os aliados, Roma precisa, portanto, de um sistema econômico monetarizado que vai se inserir no quadro de transformações econômicas até aqui delineado.

No segundo grupo, Ste. Croix lista todos aqueles que estão submetidos a alguma forma de exploração do trabalho por membros individuais da classe proprietária, dando destaque à escravidão e outras formas de trabalho compulsório, mas também incluindo

---

<sup>1344</sup> STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice De, **The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests**, Ithaca: Cornell University Press, 1989, p. 205–208.

<sup>1345</sup> *Ibid.*, p. 206–207.

<sup>1346</sup> Sobre como o serviço militar dos camponeses pode servir como forma de extração de excedentes, ver: HOPKINS, Keith, **Conquerors and slaves**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 24.

<sup>1347</sup> CRAWFORD, **Coinage and Money Under the Roman Republic**, p. 22–24.

arrendatários, insolventes e mesmo trabalhadores assalariados. Estes são aqueles que estão sob exploração direta, aquela mais facilmente perceptível aos olhos do analista.

O adjetivo “individual”, usado por Ste. Croix, se refere ao fato de membros individuais da classe dominante extraírem esses excedentes. Deve-se evitar uma possível confusão terminológica aqui. Em uma tipologia sobre as formas de trabalho compulsório, Yvon Garlan diferencia formas coletivas, nas quais toda uma comunidade é submetida coletivamente a um trabalho compulsório, de formas individuais propriamente ditas, nas quais pessoas são retiradas de sua comunidade e reinseridas individualmente em outras comunidades, sendo desenraizadas socialmente<sup>1348</sup>. Aqui, o adjetivo “individual” se refere ao destino da pessoa submetida ao trabalho compulsório, e não mais aos membros da classe dominante que se aproveitam deste trabalho. A categoria “exploração direta e individual” de Ste. Croix, na verdade, engloba as duas categorias de Garlan, tanto o trabalho compulsório coletivo quanto o individual, e ainda algumas outras realidades que não envolvem trabalho compulsório em sentido estrito, como arrendamento de terras e trabalho assalariado.

### 3.2.2. Terra e trabalho na Itália central tirrênic

#### 3.2.2.1. Clientela e *Nexum*: formas de trabalho compulsório?

Nossas informações sobre as formas de exploração dos produtores diretos na Itália central tirrênica não são muito consistentes e se limitam quase que exclusivamente à informações sobre leis romanas que podiam afetar as formas de trabalho. A *clientela* e o *nexum* são duas instituições identificadas tradicionalmente como formas de trabalho compulsório a qual os camponeses romanos se viam submetidos nos primeiros séculos da República romana. Contudo, é necessário ser um tanto prudente ao lidar com o que sabemos sobre essas instituições.

O tema da clientela, especificamente, é um árduo e antigo objeto de debate na historiografia<sup>1349</sup>. Na famosa passagem em que Dionísio de Halicarnasso identifica como Rômulo teria estipulado as relações entre patrões e clientes<sup>1350</sup>, e no qual há uma

<sup>1348</sup> GARLAN, Yvon, **Slavery in Ancient Greece**, [s.l.]: Cornell University Press, 1988, p. 88–102; Sobre a questão do desenraizamento social e inserção social marginalizada como elemento central da escravidão, ver: PATTERSON, Orlando, **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**, São Paulo: Edusp, 2008.

<sup>1349</sup> Para uma revisão historiográfica das visões tradicionais sobre a clientela, com destaque para a interpretação clássica de Mommsen, ver: SAGRISTANI, Marta, **La clientela romana: función y trascendencia en la crisis de la república**, Córdoba: Ferreyra, 2006, p. 90–101.

<sup>1350</sup> Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2.9-10.

comparação entre a situação destes com os dos *penestai* tessálios (um tipo de trabalhadores dependentes “presos à terra”) e os *thêtes* atenienses (última categoria censitária da divisão dos cidadãos estabelecida por Sólon) os termos mais específicos ainda são razoavelmente gerais: os patrões deveriam proporcionar segurança aos clientes em assuntos privados e públicos e estes deveriam dar suporte financeiro aos patrões em momentos de necessidade (casamento da filha, pagamento de resgates, pagamentos de multas, entre outros). As previsões sobre a relação entre patrões e clientes presentes na lei das doze tábuas seguem também uma linha genérica<sup>1351</sup>. Na verdade, *cliente* parece um termo genérico para determinar um quadro amplo de relações de dependência pessoal, estabelecido por algum tipo de vínculo hierarquizado, que poderiam englobar realidades distintas<sup>1352</sup>.

Os *suodales* de Públio Valério no *Lapis Satricanus*, por exemplo, podem ser vistos como clientes. Isto é, o exército de um desses *condottiere* que mencionei no terceiro capítulo era formado por pessoas que tinham laços pessoais com esse líder, baseados provavelmente na dinâmica de redistribuição dos butins conquistados. Os clientes que acompanharam Atta Clausus para Roma, contudo, não deviam necessariamente serem todos soldados: possivelmente temos famílias camponesas autônomas, alguns camponeses empobrecidos que trabalham como jornaleiros, entre outras possibilidades, todos ligados ao líder clânico por laços de fidelidade. Cornell sugere que ao longo do tempo o movimento plebeu se tornou uma alternativa à submissão às redes clientelares da classe dominante<sup>1353</sup>. Na prática, isso deve ter sido uma dinâmica social complexa, com grupos da comunidade camponesa em parte buscando uma situação econômica, social e política mais autônoma pela via do movimento plebeu, mas muitas vezes sendo pressionada pelas poderosas imposições desses grupos da classe dominante.

Quanto ao *nexum*, somos capazes de conhecer aspectos mais específicos por conta das prescrições presentes na lei das doze tábuas, de 450 a.C.. Aulo Gélio cita e comenta uma passagem dessa lei que trata das condições impostas aos devedores insolventes, nos garantindo boas informações sobre a questão da dívida na Roma do século V a.C.<sup>1354</sup>. O credor deveria levar o devedor ao fórum a fim de que a dívida fosse oficialmente reconhecida por um magistrado, momento a partir do qual o devedor tinha trinta dias para

---

<sup>1351</sup> Lei das Doze Tábuas, 8.21.

<sup>1352</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 289–291.

<sup>1353</sup> *Ibid.*, p. 291.

<sup>1354</sup> Aulo Gélio, *Noites Áticas*, 20.1.

cumprir a obrigação devida. Ao final desse período, caso isso não ocorresse, credor e devedor deviam se encontrar novamente com o magistrado no fórum, que determinaria que este estava sob tutela daquele. A partir deste momento, o credor poderia acorrentar o devedor, mas era obrigado a alimentá-lo. Mais um período de trinta dias era estabelecido para que a situação fosse resolvida. Para além do cumprimento da obrigação original, duas outras possibilidades surgiam: o devedor poderia trabalhar compulsoriamente para o credor, tornando-se na prática um escravo-por-dívida; ou uma terceira parte (chamada de *uindex*) poderia interceder a favor do devedor, pagando pela obrigação não cumprida originalmente.

Nesse segundo caso, o devedor passava a estar ligado a essa terceira parte por uma obrigação conhecida por *nexum*. Esse termo tem sido, de maneira geral, utilizado para definir a escravidão-por-dívidas na Roma arcaica, mas originalmente se referia apenas a essa segunda situação – posteriormente, o termo será utilizado de maneira muito mais ampla para definir obrigações determinadas por um contrato<sup>1355</sup>. Ainda segundo a lei das doze tábuas, apenas um *adsiduus* (a classe censitária que permitia a participação no exército de cidadãos) poderia ser *uindex* de outro *adsiduus*, enquanto qualquer um poderia ser *uindex* de um cidadão *proletarius* (classe censitária mais baixa, excluída do exército). Ao final do segundo prazo de trinta dias, se o devedor não tivesse cumprido sua obrigação, nenhum *uindex* tivesse aparecido ou o credor não tivesse chegado a algum acordo com o devedor, ele podia levar o devedor em correntes por três *nundinae* consecutivas para anunciar publicamente o montante devido. Se a situação se mantivesse a mesma, o credor levaria o devedor mais uma vez ao magistrado que agora o autorizaria a executar o devedor ou vendê-lo em território estrangeiro além do Tibre (*trans tiberim peregre*)<sup>1356</sup>.

Para entender plenamente o significado social desse mecanismo jurídico é preciso estarmos atentos ao que realmente é a dívida enquanto instituição social. Em um livro que recebeu grande atenção nos últimos anos, o antropólogo David Graeber difundiu a ideia fundamental de que a dívida não surge, como a teoria econômica clássica prevê, do resultado da complexificação das interações de trocas entre os indivíduos. A dívida, como Graeber mostra, é resultado das hierarquias de poder e não das interações econômicas<sup>1357</sup>.

---

<sup>1355</sup> Sobre o *nexum* enquanto forma contratual, com uma lista exaustiva de fontes que tratam o tema, ver: BUCKLER, William Hepburn, **The Origin and History of Contract in Roman Law: Down to the End of the Republican Period**, London: C. J. Clay and sons, 1895, p. 22–31.

<sup>1356</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 280–281; FORSYTHE, Gary, **A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War**, [s.l.]: University of California Press, 2006, p. 217–218.

<sup>1357</sup> GRAEBER, David, **Debt: The First 5,000 Years**, [s.l.]: Melville House, 2012, cap. 2.

Seu perspicaz método de argumentação, que destaca que o dinheiro surge *depois* da dívida, é bastante importante e claramente aplicável ao caso da Roma arcaica – vale destacar que a data tradicional da primeira cunhagem de moedas em Roma, 338 a.C., é um século posterior a lei das doze tábuas e quase contemporânea da lei que porá fim ao (ou ao menos limitara o) *nexum*<sup>1358</sup>.

O que está em jogo nessas relações de dívida, como bem destacou Cornell, não é o “empréstimo” em si, mas o laço de obrigação criado<sup>1359</sup>. O procedimento de imposição de uma escravidão-por-dívidas presente na lei das doze tábuas certamente é a regulação de um mecanismo que visa pressionar os devedores para garantir uma enorme “margem de manobra” para os credores na hora de uma negociação. Como se percebe na própria lei das doze tábuas, pessoas em situações sociais diferentes poderiam se ver pressionadas por esse mecanismo, e é muito provável que situações diversas pudessem ser geradas a partir daí. Mesmo Tito Lívio parece reconhecer que os devedores insolventes eram compostos por pessoas em situações diferentes: ao tratar das agitações que levariam à primeira secessão da plebe, ele menciona “escravos por dívidas (*nexi*), presos e não-presos (*uincti solutique*)”<sup>1360</sup>. Cornell acredita que isso possa refletir uma distinção entre aqueles que estavam nessa situação por conta de um processo por dívidas como descrito pela lei das doze tábuas e aqueles que entraram nessa situação de maneira mais “voluntária” (isto é, pessoas em condições sociais extremas que se submetiam a essa situação)<sup>1361</sup>. Acredito que não precisamos ser tão precisos na identificação de dois grupos distintos – apenas reconhecer que o *nexum* é um modelo geral de criação de obrigações que pode assumir formas distintas.

Uma das formas de obrigação deveria ser o trabalho compulsório, isto é, a “escravidão-por-dívidas” em sua forma mais clássica. Essa forma devia se desdobrar em possibilidades diversas, desde a submissão do devedor à condição de trabalhador fixado nas propriedades do credor, mas chegando a possibilidades menos rígidas, com obrigações de trabalho mais específicas, em determinadas épocas do ano agrícola e para determinadas atividades. Se analisamos com calma o tratado de Catão, percebemos que existem ali uma série de situações de trabalho agrícola específicos que não são realizadas

---

<sup>1358</sup> *Ibid.*, p. 230.

<sup>1359</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 283; Graeber tem uma boa discussão para distinguir o intercâmbio da dívida. O fundamental é que a dívida cria uma obrigação, um laço social permanente entre credor e devedor GRAEBER, **Debt**, p. 122.

<sup>1360</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.23.8.

<sup>1361</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 282.

pelos escravos da fazenda, mas por trabalhadores sazonais. Catão vive em uma realidade em que não existe mais o *nexum* e esses trabalhadores sazonais parecem ser camponeses livres dos arredores da propriedade, arregimentados por relações de vizinhança e como trabalhadores assalariados. Em uma realidade em que formas de submissão desse campesinato através de formas de cobrança de dívidas estivessem disponíveis, contudo, é razoável imaginar esses tipos de trabalho sendo arregimentado pelos grandes proprietários dessa maneira.

Não obstante, essa pressão da dívida que a classe dominante era capaz de exercer sobre o campesinato não devia gerar única e exclusivamente a escravidão-por-dívidas em sua forma mais acabada. Obrigações de outros tipos, como pagamentos em espécie podem também fazer parte de uma vasta gama de mecanismos de extração de excedentes que esse mecanismo de pressão social por conta da dívida possibilitava. Isso precisa ser pensado em paralelo com a questão da terra. O controle dos grupos da classe dominante sobre a propriedade da terra só faz sentido se entendermos como ela pode ter sido explorada. Diante dos mecanismos que podemos imaginar a partir do problema da dívida, tanto uma exploração direta da terra se utilizando de *proletarii* submetidos a escravidão-por-dívidas, quanto uma exploração mais indireta de camponeses pequenos proprietários, baseado em algo nas linhas do que modernamente entenderíamos como o arrendamento, seriam possíveis.

#### 3.2.2.2. As disputas pelas formas de propriedade da terra

Essa segunda possibilidade é importante para entender o problema da disputa acerca das formas de propriedade da terra. É possível perceber a partir das narrativas históricas que se identificava, na memória sobre os séculos iniciais da República, um controle dos patrícios sobre a propriedade das terras conquistadas por Roma. Diante disso, Christopher Smith afirma que o patriciado surge como uma articulação de determinados grupos de poder – que estão na origem de outra instituição tão importante para a Roma arcaica quanto obscura, a *gens* – que conseguem garantir sua posição social destacada e dominante no processo da expansão romana na segunda metade do século VI a.C., no final do período monárquico. Isto é, o patriciado seria o resultado da formação de determinados grupos que se estabelecessem como uma classe dominante ao conseguirem controlar os ganhos econômicos, sociais e políticos do sistema político romano que se constitui como um poder hegemônico em sua região na segunda metade do século VI

a.C.<sup>1362</sup>. O controle desse grupo sobre a apropriação da terra conquistada parece ter sido um elemento central desse poder – e não por acaso um dos pontos centrais do conflito entre patrícios e plebeus nos séculos seguintes será justamente sobre o controle dessas terras conquistadas. O modelo de Smith me parece fazer sentido, contudo, para pensar a classe dominante em termos mais amplos – e não só o patriciado, que seria um grupo dentro desse quadro mais amplo e que só se consolidaria com o “fechamento do patriciado”, isto é, a construção do patriciado enquanto um grupo fechado em si detentor de diversos privilégios que se dá ao longo do século V a.C.<sup>1363</sup>.

Alguns autores defendem que a propriedade da terra no período monárquico e no início do período republicano era dominada por esses clãs da classe dominante que as fontes chamam de *gens*. A expressão *ager gentilicus* é usada para definir essa forma de propriedade da terra. Segundo alguns dos propositores dessa teoria, *o ager gentilicus* seria explorada de maneira coletiva pela *gens*, contudo a maioria acredita que o líder ou os líderes das *gentes* distribuíssem parcelas para serem exploradas privadamente por membros da família, clientes e dependentes em geral de cada *gens*<sup>1364</sup>. O grande problema dessa tese é que a expressão *ager gentilicus* inexistente nas fontes e as bases empíricas para falar nessa forma de propriedade da terra são bastante frágeis<sup>1365</sup>. Contudo, a ideia de que

<sup>1362</sup> SMITH, **The Roman Clan: The Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2006, p. 304–305.

<sup>1363</sup> DE SANCTIS, Gaetano, **Storia dei Romani, vols. I-II: La conquista del primato in Italia**, Torino: Fratelli Bocca, 1907; CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 252–255.

<sup>1364</sup> Festo afirma que os senadores eram chamados de “Patres” por que distribuíssem terras entre seus dependentes como se esses fossem seus filhos. Sexto Pompeu Festo, *Sobre o significado das palavras*, p.289 Lindsay. CAPOGROSSI COLOGNESI, Luigi, **La terra in Roma antica : forme di proprietà e rapporti produttivi.**, Roma: La Sapienza, 1981; HERMON, Ella, **Habiter et partager les terres avant les Gracques**, Rome: École française de Rome, 2001, p. 54.

<sup>1365</sup> Basicamente, fala-se em três indícios da existência da propriedade clânica da terra. O primeiro são os nomes das primeiras tribos rurais romanas – dentre os quais, vários são de gentes. Uma interpretação possível é que essa associação entre tribos e gentes tem origem em uma sobreposição de suas territorialidades. O exemplo que substanciaria essa ideia é o segundo indício: contam as narrativas históricas que Atta Clausus, quando migrou para Roma com seus familiares, clientes e dependentes, recebeu um território para se instalar que seria a origem da tribo Cláudia (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.16; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 5.40.3-5; Suetônio, *Tibério*, 1; Plutarco, *Publícola*, 21.4-10). O último indício da existência de uma forma clânica de propriedade da terra na Roma primeva é uma série de dispositivos legais previstos na lei das doze tábuas que parecem apresentar ao menos algumas reminiscências históricas de uma propriedade clânica. As bases empíricas dessa proposta têm sido sistematicamente criticadas nos últimos anos. Alguns tomam a história de Atta Clausus como uma completa invenção a partir da qual não se pode desenvolver qualquer conjectura sobre a história da Roma monárquica ou proto-republicana. Outros, mais convincentemente, destacam que a lista de gentes que dão nomes a tribos soa estranha: famílias importantes no período, como os Valérios, Postúmios e Quíncios estão ausentes, enquanto outras famílias que não parecem ter destaque no início da República, como os Romílios e os Papírios, estão presentes. E por fim, não há qualquer menção à propriedade clânica na lei das doze tábuas e a herança por parte do gens é na verdade uma herança recebida por membros do gens, não pela gens – além de se tratar de uma possibilidade secundária em comparação com a linha sucessória direta dentro da família agnática. OGILVIE, Robert Maxwell, **A Commentary on Livy: Books I-V**, Oxford: Clarendon Press, 1965, p. 273–274; SMITH, **The Roman Clan**, p. 237–238, 247; ROSELAAR, Saskia T.,

a propriedade da terra conheceu *formas* diferentes de apropriação e que os conflitos sobre a terra não se limitavam ao debate *quantitativo* sobre a distribuição de terra, mas também *qualitativo*, quanto a legitimidade de diferentes formas de apropriação, me parece fundamental.

Nas palavras de Marx, toda a produção da vida social é uma apropriação da natureza no interior de (e mediada por) uma determinada forma de propriedade. Assim, a propriedade (no sentido de apropriação social da natureza) é uma condição da produção da vida social. Contudo, como muito bem destaca o próprio Marx, é completamente abusivo deduzir deste fato que uma forma específica de propriedade (a propriedade privada moderna) seja a forma natural desta apropriação se realizar<sup>1366</sup>. Este salto ideológico, que pretende aquilo que é particular à nossa formação social como sendo natural e universal às sociedades humanas, deforma nossas análises sobre o passado e legitima o *status quo* em nossa própria sociedade. Para evitar esta abordagem anacronizante, é preciso encarar o problema da apropriação/propriedade de outra maneira.

A historiadora catalã Rosa Congost, inspirada em Marc Bloch, afirma que a propriedade deve ser pensada como *obra*. Isto significa que o estudo da propriedade não pode se importar apenas com as condições legais e nominais da propriedade. Deve-se ter como foco a identificação do conjunto das formas sociais de apropriação e distribuição social dos recursos sociais e seus benefícios<sup>1367</sup>. Neste sentido, ainda segundo Congost, cabe realizar um verdadeiro estudo das *condições de realização da propriedade*, no qual a propriedade não é dada como pressuposto, mas como resultado da interação de diferentes forças sociais – no interior de uma sociedade dinâmica e conflituosa<sup>1368</sup>. Não se deve perder de vista que as formas de propriedade sobre a terra estão sempre combinadas com formas específicas de organização do processo produtivo que se realiza nele e das formas de redistribuição dos produtos deste trabalho<sup>1369</sup>.

No contexto destas disputas acerca das formas de apropriação de recursos fundamentais para a reprodução social dos diferentes grupos sociais surgem os direitos de propriedade, entendidos como conjunto de regras abstratas sobre o acesso ao controle, uso, transferência e transmissão de todo e qualquer aspecto da realidade social que possa

---

**Public Land in the Roman Republic: A Social and Economic History of Ager Publicus in Italy, 396-89 BC**, Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 22.

<sup>1366</sup> MARX, Karl, **Grundrisse**, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 43.

<sup>1367</sup> CONGOST, Rosa, **Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”**, Barcelona: Editorial Critica, 2007, p. 17.

<sup>1368</sup> *Ibid.*, p. 21–22.

<sup>1369</sup> *Ibid.*, p. 84.



ser objeto de disputa – regras estas que sempre são prescritivas, proscritivas e restritivas<sup>1370</sup>. Em boa parte das sociedades esses direitos de propriedade são regulados em algum nível por normatizações estatais. Porém, isso não pode nos levar a uma abordagem jurisdicista ou estatista do problema dos direitos de propriedade limitando nossa atenção às formas de propriedade delimitadas pela normatização estatal<sup>1371</sup>. Tais normas não criam direitos de propriedade em um vácuo social. Na verdade, elas protegem determinados direitos de propriedade (formas específicas de determinados grupos controlarem determinados recursos) desprotegendo e deslegitimando outros direitos de propriedade existentes na sociedade – e esse duplo movimento de proteção e deslegitimação de diferentes direitos de propriedade é determinado pelos conflitos sociais e sua relação dinâmica com o Estado<sup>1372</sup>. Por isso Rosa Congost enfatiza que ao estudar os direitos de propriedade devemos sempre ter em mente perguntas fundamentais: que direitos se exerciam? Que direitos eram reivindicados? Que direitos eram contestados? E nos três casos: por quem?<sup>1373</sup>

Dentro desse espírito que o problema da “questão agrária” romana deve ser pensada. Não temos muitas informações diretas sobre o período monárquico, mas a inexistência de um padrão de propriedade fundiárias baseada no hipotético *ager gentilicus* não implica no abandono total da ideia de que a classe dominante romana tinha no controle sobre a terra um elemento central de sua condição social – muito menos que a propriedade da terra era certamente apropriada de maneira privada. Todo o conflito em torno da “lei agrária” que se desenvolverá nos primeiros 150 anos da República parecem girar em torno do controle da classe dominante sobre o que os autores antigos identificarão como o *ager publicus*. Essas terras, que tradicionalmente são identificadas como o resultado das conquistadas romanas, parecem ter sido controladas de alguma maneira pelas classes dominantes, e a contestação da plebe a essa condição vai ser uma bandeira do movimento plebeu ao longo de muito tempo. Smith acredita, a partir disso, que o controle sobre a propriedade da terra em partes específicas do território romano deve ter sido um elemento fundamental para alguns grupos dessa classe dominante, mas

---

<sup>1370</sup> GODELIER, Maurice, **The Mental and the Material. Thought Economy and Society**, London ; New York: Verso, 1986, p. 76.

<sup>1371</sup> CONGOST, **Tierras, leyes, historia**, p. 39.

<sup>1372</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>1373</sup> *Ibid.*, p. 57.

que era desafiado por formas alternativas de propriedade da terra e outras formas de poder político<sup>1374</sup>.

A primeira notícia que temos sobre essas disputas é a lei agrária proposta pelo cônsul Espúrio Cássio em 486 a.C.<sup>1375</sup>, que é seguida por uma série de tentativas de tribunos da plebe, eventualmente apoiados por algum cônsul, de pôr em prática um projeto de constituição de uma comissão que distribuiria terras à plebe<sup>1376</sup>. As narrativas históricas, atraídas magneticamente pelas linhas narrativas do conflito da época dos irmãos Graco, acreditam que estamos diante de uma reivindicação de distribuição de *ager publicus* para a plebe a que se opõem os patrícios porque eles ocupavam essas terras. Se pensarmos o debate sobre a questão agrária em termo de disputa por formas de apropriação da terra, outros caminhos mais interessantes se abrem.

Luigi Capogrossi-Colognesi foi o primeiro a destacar o fato de que a distribuição de *ager publicus* para a plebe não é uma mera redistribuição de terras: há uma privatização da terra no processo. No caso gracano isso fazia menos diferença, porque as terras públicas a serem distribuídas estavam sendo apropriadas privadamente pelos grandes proprietários, então o que se tem na verdade é uma disputa por redistribuição da propriedade da terra. Contudo, se consideramos que isso que as nossas fontes entendem por *ager publicus* era uma forma distinta de apropriação da terra, as leis agrárias do início da República estão lidando com uma questão distinta. Essa ideia levou Capogrossi-Colognesi a propor que estas leis agrárias tinham como objeto não a mera redistribuição da propriedade da terra, mas uma verdadeira mudança na forma de propriedade da terra<sup>1377</sup>. Essa ideia geral me parece preciosa, por trazer a questão das disputas pelas formas de propriedade, destacada pela historiografia que estuda o tema da propriedade da terra em outras temporalidades, para o estudo desta questão clássica na Roma antiga.

Capogrossi-Colognesi, contudo, pensa uma transformação de um padrão baseado no *ager gentilicus*, que como mencionei anteriormente é uma hipótese frágil, para o padrão clássico da propriedade privada romana levado a cabo pela pressão política dos plebeus. Eu gostaria de propor um modelo distinto. Em primeiro lugar, acredito em uma

---

<sup>1374</sup> SMITH, *The Roman Clan*, p. 249.

<sup>1375</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.41; Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 8.69-79.

<sup>1376</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 2.42-44; 2.48, 2.52, 2.54, 2.61, 2.63, 3.1. Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 8.87-91, 9.1-2, 9.5, 9.17, 9.23, 9.25, 9.27, 9.32, 9.37-38, 9.51-52, 9.59, 9.69.

<sup>1377</sup> CAPOGROSSI COLOGNESI, *La terra in Roma antica*, cap. 1 e 8; Ella Hermon desenvolveu recentemente ideias na mesma linha. HERMON, *Habiter et partager les terres avant les Gracques*.

transformação mais complexa: como Smith argumenta, diferentes grupos da classe dominante romana deveriam se relacionar com a propriedade da terra de maneira distinta entre o final do período monárquico e o início do republicano. Uma forma de propriedade próxima ao que se pensa como o *ager gentilicus* não deve ser descartada como uma das realidades existentes, mas não podemos generalizá-la. Em segundo lugar, a própria transformação deveria envolver maneiras distintas de reorganização das formas de propriedade da terra em regiões específicas. As nossas fontes parecem ter interpretado as notícias que tinham sobre essa diversidade enquadrando-as em três propostas sobre o *ager publicus*: a divisão da terra com os aliados; o aluguel das terras para gerar recursos para o erário; e divisão de parcelas entre os plebeus.

Não sabemos exatamente o que era entendido como *ager publicus* nesse momento da história romana – nem mesmo se esse não é um tratamento anacrônico dado as fontes, como Capogrossi-Colognesi sugere, para identificá-lo com o *ager gentilicus*. O mais longe que acho prudente irmos na reinterpretação dessas informações é entender que essa ideia de *ager publicus* nas nossas fontes deve aglutinar formas distintas de propriedade da terra que os grupos da classe dominante romana controlavam em níveis e formas diversas. No contexto de reorganização sócio-política do início da República, formas distintas de apropriação dessa terra parecem ter ganho força. A grosso modo, até porque não temos informações suficiente para tentar destrinchar mais esse quadro, as três propostas identificadas nas fontes podem ser reinterpretadas como três formas diferentes de reorganização da propriedade fundiária que se relacionam com três formas diferentes de rearticulação dos grupos sociais.

Ella Hermon identifica o debate sobre a propriedade da terra nesse período entre o *Foedus Cassianum* e a lei das doze tábuas como um período de desenvolvimento “conceitual” da forma de propriedade da terra. Ainda segundo a historiadora canadense, o conceito de *ager publicus* é gestado nesse momento através do desenvolvimento de três formas de *occupatio*: “gentílica”, “federal” e viritana<sup>1378</sup>. Buscando uma formulação menos específica para evitar afirmações mais detalhadas que não possam ser embasadas de forma alguma nas fontes, eu gostaria de sugerir uma formulação tripartite também que de alguma maneira se relaciona com a proposta de Hermon.

A preocupação com a divisão das terras com os latinos se insere no quadro da rearticulação horizontal dos diferentes grupos da classe dominante – e o episódio de

---

<sup>1378</sup> HERMON, *Habiter et partager les terres avant les Gracques*, p. 105–110.

Espúrio Cássio, que propõe a distribuição de terras aos latinos e hérnicos, é o caso exemplar. Não sabemos exatamente como seria o controle dessas terras, mas a preocupação aqui está em inserir grupos da classe dominante estabelecidas nas comunidades latinas. As duas outras propostas podem estar relacionadas a formas diferentes de rearticulação desses grupos da classe dominante com a base camponesa da sociedade, tanto seus clientes e dependentes, quanto os camponeses autônomos – que ao fim e ao cabo, não deviam formar dois grupos sociais completamente distintos entre si. O que as fontes tratam como distribuição de terras pode ter sido, em alguns casos, o reconhecimento da propriedade da terra por parte de famílias camponesas que já a apropriavam, mas que tinham que pagar rendas a senhores de terras patrícios que controlavam a propriedade da terra. O que as fontes identificam como aluguel de terras públicas seria, na verdade, um conjunto de formas de cobrança dessas rendas.

Existe algum debate sobre as origens do arrendamento de terras na Itália romana. No estudo seminal sobre o tema, o historiador holandês Philip de Neeve identifica que as fontes começam a falar em arrendamento da terra a partir do século II a.C.. Antes disso, é possível que o arrendamento já existisse, mas de Neeve considera que não era uma forma muito difundida entre a classe dominante de explorar sua propriedade fundiária – que seria prioritariamente explorada na forma de *plantations* administradas por *vilicus* e trabalhadas por escravos. Mesmo para o século II a.C. ele considera o arrendamento uma forma marginal ainda, sendo apenas no século I a.C. que ela se estabeleceria como uma das formas centrais no repertório dos modos de exploração da propriedade fundiária pela classe dominante romana<sup>1379</sup>. Peter Brunt questionou essa análise em um sentido bastante importante: ele destaca que as fontes que aparecem mencionando o arrendamento a partir do século I a.C. são tipos de textos que nós não temos preservados para os séculos anteriores, sobretudo os textos jurídicos<sup>1380</sup>.

Nesse sentido, existiria um grande problema para argumentar sobre a inexistência do arrendamento antes do século II a.C. a partir do silêncio das fontes. Seguindo essa trilha e tendo em mente que algum tipo de arrendamento tem sido identificado como um instrumento importante para as classes dominantes em praticamente todas as sociedades pré-industriais, Luuk de Ligt identificou alguns instrumentos legais presentes na lei das doze tábuas como ferramentas que permitiam o enquadramento legal necessário para o

---

<sup>1379</sup> DE NEEVE, Philip W., **Colonus: Private Farm-tenancy in Roman Italy During the Republic and the Early Principate**, Leiden ; Boston: Brill, 1984, p. 119–121.

<sup>1380</sup> BRUNT, The army and the land in the Roman Revolution, p. 248.

funcionamento de alguma forma de arrendamento<sup>1381</sup>. Um tipo de ação extra-judicial que permitia o penhor de bens de alguém que devia um pagamento sem o envolvimento de magistrados, a ação *per pignoris capionem*, teria permitido a cobrança de rendas<sup>1382</sup>. Já a norma que tornava um filho livre do poder paterno caso esse o vendesse por três vezes<sup>1383</sup>, mostra que o vocabulário da venda está sendo usado para algum tipo “arrendamento” na forma de *nexum* dos filhos. Isto é, o pai não está vendendo o filho e posteriormente readquirindo de alguma maneira seu poder sobre ele, mas está cedendo esse poder e o recuperando depois de um tempo determinado previamente<sup>1384</sup> – mas a lei das doze tábuas estabelecia um limite para a prática. Pensando qual poderia ser a dinâmica disso em uma sociedade agrária, a cessão dos filhos como trabalho compulsório para um senhor fundiário como forma de pagamento de dívidas causadas pelo pagamento de rendas é um cenário bastante plausível.

Nathan Rosenstein mostrou grandes reservas a essa interpretação. Segundo ele, ainda que esses instrumentos previstos na lei das doze tábuas pudessem ser usados para fundamentar o arrendamento de terras, não há nenhuma indicação nas fontes que isso tenha acontecido. Reconhecendo, porém, que essa linha de raciocínio nos leva a argumentos *ex silentio*, Rosenstein tenta argumentar que o arrendamento não converge com o quadro geral do que sabemos sobre a sociedade romana antes do século II a.C.. Em primeiro lugar, ele aponta que a plebe demonstra um grande poder de mobilização e o poder da cidadania nas sociedades mediterrânicas antigas as tornam muito diferente das outras sociedades pré-industriais. Nas palavras de Rosentein, “não há razões para imaginarmos a priori que os cidadãos no período republicano médio teriam aceitado ficar numa posição em que fossem forçados a ter que arrendar terras de ricos proprietários para sobreviver”<sup>1385</sup>. Em segundo lugar, ele aponta que, caso o arrendamento fosse central para a exploração da terra pela classe dominante, os altos níveis de recrutamento militar durante a guerra anibálica teriam afetado diretamente o rendimento dos proprietários.

<sup>1381</sup> DE LIGHT, Luuk, Studies in legal and agrarian history II: tenancy under the Republic, **Athenaeum**, v. 88, p. 377–391, 2000.

<sup>1382</sup> Lei das Doze Tábuas, 12.1.; Gaio, *Instituições*, 4.26-30.

<sup>1383</sup> Lei das Doze Tábuas, 4.2. Gaio (*Instituições*, 1.132) interpreta essa passagem como a venda do filho como escravo, que se torna um liberto, voltando para o poder paterno, e é novamente vendido como escravo e assim sucessivamente, até que na terceira vez que se torna liberto, ele está livre do poder paterno.

<sup>1384</sup> CORNELL, **The Beginnings of Rome**, p. 283.

<sup>1385</sup> ROSENSTEIN, Nathan Stewart, **Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic**, Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2004, p. 181.

Contudo, as menções que temos a reclamações dos proprietários nesse sentido dizem respeito ao recrutamento de escravos, não de arrendatários<sup>1386</sup>.

Acredito que o problema dos argumentos de Rosenstein residem em certa essencialização da “Roma primitiva”. A ideia de que a plebe foi capaz de obter ganhos significativos ao longo da história implica precisamente que ela não esteve em uma posição tão privilegiada ao longo de todo esse período. A própria luta pela distribuição de terras e pelo fim do *nexum* mostram que essa população estava sujeita a uma situação social nada favorável durante boa parte desse período, e a situação favorável que Rosenstein identifica é resultado de um processo histórico, e não um estado de coisas da essência da República romana em seus primeiros séculos. Nesse sentido, o problema do recrutamento de camponeses no final do século III a.C. não pode ser usado como argumento para todo o período entre os séculos V e III a.C. – muito pelo contrário, as vitórias da plebe que o próprio Rosenstein identifica certamente mudaram o quadro social e econômico. Assim, as conquistas da plebe no século IV a.C. provavelmente modificaram um quadro de formas de exploração mais diretas sobre a base camponesa existente no século V a.C.

Uma das vitórias da plebe parece ter sido justamente na questão concernente à propriedade da terra. Entre 424 e 383 a.C., uma série de propostas de leis para distribuição de terras aos plebeus em territórios recém-conquistados é mencionada pelas fontes<sup>1387</sup>. Fica claro, me parece, que a dinâmica das agitações agrárias aqui é determinada pela conquista territorial que esse novo sistema político da República patrícia consegue alcançar. Em termos muito gerais, pode-se dizer que a base camponesa que forma o exército de cidadãos pressiona o patriciado para obter quinhões dos ganhos dessa conquista, enquanto estes usam essas terras conquistadas para expandir suas riquezas e seu poderio.

De toda forma, mais uma vez é preciso pensar a questão agrária para além da mera distribuição da propriedade da terra, pensando na disputa pelas formas de propriedade. Em dado momento, Tito Lívio afirma que teria sido melhor para os patrícios realizar a distribuição de terras em Bola, uma das cidades conquistadas nesse momento, para acalmar os ânimos e dissipar a esperança de uma reforma agrária que arrebataria aos patrícios as

---

<sup>1386</sup> *Ibid.*, p. 182 Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 26.35.5.

<sup>1387</sup> Tito Lívio, Desde a fundação da Cidade, 4.36.2, 4.43.6, 4.44.7, 4.47-49, 4.51-53, 5.11-12, 5.24, 5.30, 6.4-6, 6.11, 6.21.4, Plutarco, *Camilo*, 7.2-4. Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 14.102.4.

terras públicas que eles ilegalmente ocupavam<sup>1388</sup>. Possivelmente Lívio está sendo anacrônico aqui e pensando nos limites à ocupação de terras públicas que serão determinadas pela lei Licínia-Séxtia sobre a propriedade da terra, que algumas décadas depois mudará a relação dos patrícios com o *ager publicus*. De toda forma, chama a atenção a ideia geral de que a conquista das terras leva primordialmente ao seu controle por patrícios e que o movimento plebeu precisa de grande organização e enfrentamento para obter conquistas nesse ponto.

Existe uma passagem sugestiva em Lívio para entender essa disputa. Tratando das agitações de 416 a.C., ele conta que a lei proposta pelos tribunos Espúrio Mecílio e Marco Metílio de dividir para todos os cidadãos as terras tomadas aos inimigos levaria o estado a confiscar a fortuna de grande parte da nobreza. Lívio explica isso com uma frase confusa e objeto de algum debate que talvez seja melhor citar *in toto*: isto aconteceria “pois não havia quase nenhuma gleba de terra, numa cidade constituída por assim dizer em solo estrangeiro, que não tivesse sido conquistada pelas armas, e só os plebeus possuíam terras vendidas ou distribuídas pelo Estado”<sup>1389</sup>. Smith acredita que há um problema filológico aqui, e que o texto precisa de uma emenda, estabelecendo que só os plebeus *não* possuíam terras vendidas ou distribuídas pelo Estado – sua ideia é que os patrícios monopolizavam o *ager publicus* e que a questão agrária plebeia diz respeito à tentativa de quebrar esse controle e obter acesso a essas terras<sup>1390</sup>.

Acredito que existe uma explicação alternativa que não precisa apelar para um argumento filológico que inverte o sentido do texto. O texto, como foi transmitido até hoje, nos dá duas informações. Partindo da hipérbole de que o território romano é todo formado por terras conquistadas, ele diz que essa é a razão da distribuição viritanas de terras retirar terras do patriciado: a informação bruta é que as terras conquistadas são *a priori* controladas por estes. A segunda parte da frase de Lívio explica como os plebeus conseguiam superar esse domínio imediato dos patrícios sobre as terras conquistadas: pelo arrendamento ou pelos projetos de distribuição viritanas. Mais uma vez o que parece existir aqui é uma disputa pelo que, um tanto anacronicamente, poderíamos chamar de “legitimidade jurídica” de diferentes formas de apropriação da terra, e não só uma questão de monopólio patrício sobre a terra conquistada. Seguindo a ideia geral de Ella Hermon,

---

<sup>1388</sup> *Ibidem*, 4.51.5-6.

<sup>1389</sup> *Ibidem*, 4.48.2-4: nec enim ferme quicquam agri, ut in urbe alieno solo posita, non armis partum erat, nec quod uenisset adsignatumue publice esset praeterquam plebs habebat.

<sup>1390</sup> SMITH, *The Roman Clan*, p. 242.

depois de uma fase de desenvolvimento conceitual, agora estamos vendo um momento de disputa “factual” entre formas de apropriação<sup>1391</sup> – isto é, a disputa por como as terras incorporadas são apropriadas.

O momento crucial nessa disputa parece ter sido a Lei Licínia-Sêxtia sobre a propriedade da terra de 367 a.C.. A tradição registra que uma das leis propostas pelos tribunos Licínio e Sêxtio limitava à quantidade de terra que um cidadão podia ser proprietário à 500 *iugera* (cerca de 126 ha.)<sup>1392</sup>. Há algum tempo se destaca o quanto a natureza dessa lei diverge das “leis agrárias” discutidas até então: essa não trata da forma de ocupação de um território específico, mas sobre a propriedade da terra de maneira geral. A lei Licínia-Sêxtia seria a primeira das *leges de modo agrorum*<sup>1393</sup>.

Essa lei têm sido objeto de um grande debate historiográfico há mais de um século, tendo dois pontos de controvérsia centrais: a limitação de 500 *iugera* é considerada por muitos anacrônica para se atribuir a uma lei do século IV a.C. e um limite genérico à propriedade fundiária, como as fontes parecem apontar, tem sido reinterpretado desde Niebuhr como uma limitação à propriedade de *ager publicus* especificamente. Quanto ao primeiro ponto, o ceticismo quanto ao número registrado pelas fontes baseia-se no fato de que, no século IV a.C., não havia uma quantidade suficiente de *ager publicus* que permitisse uma propriedade fundiária tão vasta para uma quantidade significativa de membros da classe dominante romana. Esses historiadores acreditam que a lei atribuída a 367 a.C. pode ter estipulado um limite menor e acabou sendo emendada por outras leis subsequentes, sendo que a tradição projetou para o momento original esses valores posteriores.

Se essa solução proposta parece bastante razoável e é muito possível que algo nessa linha tenha ocorrido, por outro lado o motivo para desacreditar o limite de 500 *iugera* não me parece sustentável: a ideia de que apenas se todos os senadores ou um grupo muito

<sup>1391</sup> HERMON, **Habiter et partager les terres avant les Gracques**, p. 119–125.

<sup>1392</sup> Tito Lívio (Desde a fundação da Cidade, 6.35.5), na verdade, é o único que identifica essa lei com os dois tribunos. Todas as outras fontes que mencionam essa lei a identificam como obra de Licínio Estolão: Plutarco, Camilo, 39.5; Plínio, o Antigo, História Natural, 18.4.17; Varrão, Sobre as coisas do campo, 1.2.9; Columella, Sobre as coisas do campo, 1.3.11; (Pseudo-)Sexto Aurélio Victor, Os homens ilustres da cidade de Roma, 20; Valério Máximo, Ditos e feitos memoráveis, 8.6.3; Aulo Gélíio, Noites Áticas, 6.3.37 (citando Catão), 6.3.40 (citando Tiro, um comentarista do discurso de Catão citado). Para uma análise mais detalhada de todas essas passagens, ver: RICH, John, *Lex Licinia, Lex Sempronia*; B.G. Niebuhr and the limitation of landholding in the Roman Republic, *in*: DE LIGT, Luuk; NORTHWOOD, Simon (Orgs.), **People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14**, Leiden ; Boston: Brill, 2008, p. 543–552.

<sup>1393</sup> ROSELAAR, **Public Land in the Roman Republic**, p. 95–96; GARGOLA, Daniel, **Lands, Laws, and Gods: Magistrates and Ceremony in the regulation of public lands in Republican Rome**, Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1995, p. 129–138.



substancial de membros da classe dominante possuísse mais de 500 *iugera* de terras públicas ocupadas a lei faria sentido projetada sobre esse contexto a lógica gracana de desapropriação e redistribuição de terras que excedessem esse limite. Não temos nenhuma informação nesse sentido – pelo contrário, as fontes indicam que aqueles que excediam esse limite eram apenas multados<sup>1394</sup>. Para avaliar a questão do limite de 500 *iugera* é necessário, na verdade, entender do que se tratava a lei, e aí passamos à segunda polêmica.

Niebuhr estabeleceu a ortodoxia atual que considera que a lei Licínia-Séxtia *de modo agrorum* limitava apenas a ocupação de *ager publicus* e não a propriedade de maneira geral a partir do verbo utilizado por Tito Lívio para explicar a lei: *possidere*, que em termos legais significaria posse, mas não necessariamente propriedade, e não *habere*, que seria o termo apropriado para propriedade. Isto é, a lei não regularia a propriedade, mas a posse sobre terras que não se possuía a propriedade, isto é, o *ager publicus*<sup>1395</sup>. Recentemente, Dominic Rathbone atacou esta ortodoxia mostrando que a distinção de significado entre *habere* e *possidere* não é tão absoluto no vocabulário latino e, sobretudo, que a nossa única fonte pré-gracana, o trecho de Catão citado por Aulo Gélíio, usa o verbo *habere*<sup>1396</sup>.

Fazendo uma análise detalhada de como Lívio apresenta a retórica pela “lei agrária”, John Rich mostrou que há uma clara diferença entre como são apresentados os argumentos dos tribunos do século V e início do IV a.C. e os de Licínio e Sêxtio no texto liviano. Enquanto aqueles insistem sistematicamente que os patrícios estão se apoderando de terras públicas (isto é, recém-conquistadas), Licínio e Sêxtio acusam os patrícios de ocuparem injustamente terras – sem adjetivar em nenhum momento essas terras como públicas ou recém-conquistadas<sup>1397</sup>. Esse é um aspecto literário fundamental, porque dentro da ideia de que essas narrativas são projeções do episódio gracano para o passado, a ausência da retórica do *ager publicus* na reconstrução dos discursos de Licínio e Sêxtio parece ser uma incongruência forte – que poderia ser indício de uma notícia histórica sólida nas fontes que Lívio utilizou. Aparentemente, como o próprio Rich avalia, isso

<sup>1394</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.16.9; 10.13.14.

<sup>1395</sup> Sobre o contexto da obra de Niebuhr e sua interpretação da lei agrária, ver: RICH, *Lex Licinia, Lex Sempronia*: B.G. Niebuhr and the limitation of landholding in the Roman Republic, p. 521–543; Sobre esse debate, ver: ROSELAAR, **Public Land in the Roman Republic**, p. 104–105.

<sup>1396</sup> RATHBONE, Dominic, The control and exploitation of *ager publicus* in Italy under the Roman Republic, in: AUBERT, Jean-Jacques (Org.), **Tâches publiques et entreprise privée dans le monde romain: Actes du Diplôme d'Études Avancées, Universités de Neuchâtel et de Lausanne, 2000-2002**, Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Faculté des lettres et sciences humaines, 2003, p. 145–146.

<sup>1397</sup> RICH, *Lex Licinia, Lex Sempronia*: B.G. Niebuhr and the limitation of landholding in the Roman Republic, p. 555–557.

significa que a lei Licínia-Séxtia parece ter significado uma mudança na estratégia plebeia quanto a questão agrária. Rich acredita que isso se deu no sentido de uma luta pela limitação da propriedade fundiária em Roma, incluindo a ocupação em terras públicas ou propriedades privadas.

Acredito que duas considerações nos permitem colocar a proposta de Rich em novas bases. Em primeiro lugar, a lei Licínia-Séxtia se dá em um contexto, como argumentei no quarto capítulo, de rearticulação entre grupos da classe dominante patrícia e latina, e talvez seja o caso de entende-la para além da disputa entre grandes e pequenos proprietários. Daniel Gargola sugere, por exemplo, que essas *leges de modo agrorum* pré-gracanas como formas de leis suntuárias, estimuladas por questões internas da classe dominante<sup>1398</sup>. No quadro de formação de uma oligarquia que controla com maior igualdade interna o poder, uma lei restringindo o controle sobre o acesso a maior riqueza que sustenta essa condição de classe dominante faz bastante sentido. Essa interpretação ainda ajuda a entender o limite de 500 *iugera*, caso ele esteja historicamente correto: o objetivo não era reduzir o tamanho das propriedades fundiárias das famílias da classe dominante, mas impedir que alguns poucos membros da classe dominante controlassem uma quantidade muito grande de terras se destacando do grupo oligárquico como um todo.

Tudo isso, contudo, precisa ser avaliado dentro da discussão levantada por Luigi Capogrossi-Colognesi, mencionada acima, de que as leis agrárias do início da República lidam com disputas por formas de propriedade da terra para além de questões quantitativas sobre patrimônios fundiários. Segundo a interpretação do historiador italiano, a lei de 367 a.C. marcaria o ponto de inflexão de um processo, que já começara no século V a.C., de deterioração da apropriação gentilícia da terra em favor de uma forma de propriedade mais próxima do que entendemos como o conceito de propriedade privada<sup>1399</sup>. A tese de Capogrossi-Colognesi conseguiu poucos adeptos. A maioria dos estudiosos são muito refratários à ideia de que a propriedade privada não existia na Roma do século V a.C.. De toda forma, a noção básica de que há uma mudança no sujeito apropriador no direito de propriedade, passando de uma entidade mais coletiva, como o clã, para uma entidade mais específica, o núcleo familiar, é bastante sugestiva.

---

<sup>1398</sup> GARGOLA, *Lands, Laws and Gods*, p. 143–145.

<sup>1399</sup> CAPOGROSSI COLOGNESI, *La terra in Roma antica*, cap. 1 e 8.; HERMON, *Habiter et partager les terres avant les Gracques*, p. 143–172.

É preciso colocar a lei Licínia-Séxtia em perspectiva com as leis agrárias da virada do século V para o IV a.C.. Estas leis visavam, de maneira geral, a criação de pequenos lotes de propriedade dos camponeses. O que a lei Licínia-Séxtia parece fazer é usar esse modelo formal, a ideia de lotes de propriedade privada de uma família, para reorganizar a forma como a classe dominante se apropria da terra. Como vimos acima, a classe dominante romana de uma maneira geral e, a partir de algum momento do século V a.C., o patriciado especificamente, tinha um controle apriorístico sobre as terras conquistadas. Não sabemos exatamente como esse controle se exercia na prática, mas é provável que modelos de exploração distintos existissem entre os diferentes grupos da classe dominante. A lei Licínia-Séxtia estabeleceria, a partir de então, uma formulação legal, a propriedade privada baseada nos conceitos de *dominium* e *usus*, que regularia toda a propriedade da terra.

Essa transformação ocorrer em um momento em que novos grupos da classe dominante regional estão sendo rearticulados dentro do núcleo de poder romano faz bastante sentido: esses grupos buscam uma reformulação da forma como a propriedade da terra é controlada em Roma para se colocarem em uma posição economicamente mais favorável em relação aos grupos mais antigos que tinham um grande controle sobre os modelos antigos de propriedade da terra. Contudo, essa lei certamente não foi mero resultado de um acordo dentro do topo da pirâmide social: não há porque ignorarmos as informações de que ela teve um conteúdo popular importante. O interesse da base camponesa da comunidade cívica romana em pressionar por essa transformação devia passar pela mudança na relação com esses grandes proprietários que formavam a classe dominante romana, e isso tem relação direta com a dinâmica de transformações nas formas de exploração que vão se consolidar na segunda metade do século IV a.C..

O desenvolvimento deste tipo de apropriação da terra, mais próximo do conceito de propriedade privada, muito provavelmente está ligado a busca de proteção da propriedade sobre terras cultivadas de maneira mais intensa. Terrenato acredita que desenvolvimentos deste tipo nas formas de propriedade da terra podem estar, justamente, ligados à intensificação do assentamento<sup>1400</sup>. Contudo acredito que a ordem lógica aqui é inversa: as transformações no sistema agrário e no padrão de assentamento levam a formas

---

<sup>1400</sup> TERRENATO, Nicola, The clans and the peasants: reflections on social structure and change in Hellenistic Central Italy, *in*: TERRENATO, Nicola; DOMMELEN, Peter Alexander René van, **Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic**, Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2007, p. 17.

específicas de apropriação do solo e novas formas de propriedade legal da terra passam a surgir dos conflitos e disputas sociais decorrentes disso. Isto é, essas “leis agrárias” são resultado do conflito pela busca do reconhecimento e proteção legal a formas de apropriação da terra que estão se desenvolvendo – e não novas formas de propriedade da terra geram formas novas de se apropriar a terra. De toda forma, é importante que formas jurídicas definam e protejam esse tipo de propriedade, dando estabilidade para esse tipo de apropriação. Desse modo, essas mudanças nas formas de propriedade da terra devem, sim, ser levadas em consideração como parte do contexto explicativo local e regional para esse processo de transformação no assentamento.

A grande questão aqui passa a ser, contudo, a geografia disso. A lei diz respeito à propriedade da terra na comunidade cívica romana, e é difícil mensurar o quanto este modelo foi exportado para as regiões conquistadas – na verdade, é muito difícil identificar de maneira geral como se deu, ao longo dos séculos, o uso ou a imposição das normas legais aprovadas em Roma nas diferentes cidades sob sua hegemonia<sup>1401</sup>. Isso certamente se deu de maneiras distintas a depender das formas como diferentes comunidades foram inseridas no sistema hegemônico romano. As colônias fundadas *ex nouo*, como Cosa, podem ter se utilizado de maneira mais integral desse aparato jurídico. Colônias fundadas em cidades já existentes, assim como cidades transformadas em municípios romanos podem tê-lo adotado de maneira mais híbrida. Cidades que se mantiveram como aliadas independentes, por sua vez, possivelmente não adotaram, nesse primeiro momento, instrumentos jurídicos romanos. Contudo, se eu estiver correto em apontar que essas formas jurídicas são um desenvolvimento para proteger modos de apropriação da terra ligados às transformações econômicas identificadas no capítulo anterior, talvez seja possível considerar que a aplicação do modelo romano ou a criação local de modelos convergentes possam ter feito parte do quadro em outras regiões.

### 3.2.2.3. Lutas contra o endividamento e a expansão da escravidão

No tocante à questão da dívida e do *nexum*, as vitórias da plebe no século IV a.C. parecem significativas. A dívida aparece como uma questão social central a partir do

---

<sup>1401</sup> Existem algumas fontes interessantes para o estudo da aplicação do direito romano nas regiões conquistadas na época do Império, como arquivos em papiros descobertos no Egito, algumas inscrições e arquivos encontrados nas províncias do norte europeu e o arquivo em tábuas de madeira do Sulpícios, descoberto na região de Pompéia. Sobre isso, ver: CAMODECA, Giuseppe, *La prassi giuridica municipale: il problema dell'effettività del diritto romano*, in: CAPOGROSSI COLOGNESI, Luigi; GABBA, Emilio (Orgs.), **Gli statuti municipali**, Pavia: IUSS Press, 2006.

episódio de “conspiração” de Mânlio Capitolino, um patrício acusado de aspirar a tirania em 384 a.C. depois de conquistar o favor da plebe quitando as dívidas de cidadãos submetidos ao *nexum*<sup>1402</sup>. Outras “agitações” tendo essa questão como tema central aparecem nas décadas seguintes, sugerindo que a instituição da dívida está passando por transformações importantes<sup>1403</sup>. Essa trajetória atingirá seu cume no final do século com a lei Petélia, segundo Tito Lívio, aprovada em 326 a.C., e segundo Varrão, em 313 a.C.<sup>1404</sup>.

Lívio informa que a lei modificava o procedimento previsto na lei das doze tábuas, impedindo que um devedor fosse acorrentado enquanto aguardasse a pena – a não ser que ele houvesse cometido crimes. Com isso, todos os escravos-por-dívidas nessa situação teriam sido libertados. Ainda segundo Lívio, a partir de então os bens do devedor, e não sua pessoa, passavam a responder pelas dívidas<sup>1405</sup>. Varrão informa, complementarmente, que todos aqueles que prestaram juramento foram libertados da condição de escravos-por-dívida<sup>1406</sup>, do que se depreende que os devedores deveriam garantir que seus bens podiam cobrir suas dívidas para que a imposição do *nexum* fosse relaxada<sup>1407</sup>.

Mesmo na tradição antiga, essa lei acabou identificada como uma abolição da escravidão-por-dívidas. Moses Finley, em seu arguto modelo sobre o surgimento de sociedades escravistas, comparou a lei Petélia à medida de Sólon que proibia a

<sup>1402</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.14

<sup>1403</sup> Tito Lívio (*Desde a fundação da Cidade*, 6.1) conta que, em 380 a.C., diante de dificuldades para a realização do censo, os tribunos da plebe denunciavam que os senadores não queriam revelar o montante das dívidas, para não demonstrar assim que uma parte dos cidadãos era devorada pela outra. Uma sedição teve início, impedindo o recrutamento, até que um ataque dos prenestinos fez Tito Quíncio Cincinato ser nomeado ditador e um exército ser formado (6.27-28). Entre 376 e 367 a.C., no contexto das propostas de leis pelos tribunos Licínio e Sêxtio, que tratarei a seguir, é proposta uma lei que fazia debitar do montante devido o valor já pago em juros e permitia o pagamento do restante devido em três parcelas anuais (6.35.4-5). Em 357 a.C., os tribunos Marco Duílio e Lúcio Menênio conseguem aprovar uma lei estabelecendo os juros a  $\frac{1}{12}$  (8,33%) ao ano (7.16.1.), em 352 a.C., um quinquênviro é estabelecido para emprestar dinheiro do erário a cidadãos endividados para dar fim ao problema do endividamento (7.21.6-8.). Em 347 a.C., os cônsules Públio Valério Publícola e Caio Márcio Rústilo, seguindo orientações do Senado para estabelecer a concórdia, buscaram aliviar o pagamento de juros excessivos (7.21.5), em 344 a.C., há registro de penas severas a usurários (7.28.9) e, em 342 a.C., segundo algumas das fontes de Lívio, uma Lei Genúcia contra a usura teria sido apresentada ao povo (7.42.1.).

<sup>1404</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.28; Varrão, *Sobre a língua latina*, 7.105. Por conta da identificação liviana dessa lei com os cônsules de 326 que ela ficou conhecida como lei “Petélia-Papíria”, já que o outro cônsul do ano era Lúcio Papírio. A lei é associada de maneira geral, contudo, apenas com Petélio. Talvez nenhuma das datas esteja precisamente correta, pois aparentemente Lívio escolheu sua data pelo ano em que Caio Petélio Libo Visolo foi cônsul, e Varrão pelo ano em que ele foi ditador – e é possível que a lei tenha sido aprovado num ano em que ele tenha sido tribuno da plebe FORSYTHE, *A Critical History of Early Rome*, p. 313.

<sup>1405</sup> *Ibidem*, 8.28.8-9.

<sup>1406</sup> Varrão, *Sobre a língua latina*, 7.105.

<sup>1407</sup> FORSYTHE, *A Critical History of Early Rome*, p. 315.

escravização de cidadãos atenienses – paralelo, na verdade, já feito por Cícero<sup>1408</sup> – identificando estas leis como momentos de virada fundamental para o surgimento do que ele identifica como a terceira e mais importante pré-condição para o surgimento de uma sociedade escravista: a incapacidade da classe dominante de uma sociedade em submeter a população interna à formas de trabalho compulsório. Segundo o modelo de Finley, a forma plena e acabada da escravidão, a “escravidão-mercadoria”, não é uma forma tão comum de submissão dos produtores diretos e de obtenção de trabalho compulsório<sup>1409</sup>. Além de uma concentração da riqueza (especialmente propriedade fundiária) suficiente para demandar trabalho extra-familiar permanente e o desenvolvimento do comércio em um nível suficiente para possibilitar a obtenção de ganhos que paguem os custos de se comprar um escravo, o ponto fundamental para determinar que uma classe dominante irá utilizar trabalhadores escravizados como um fator substancial da exploração de seu patrimônio fundiário é a resistência bem-sucedida da base camponesa da sociedade a ser submetida a formas variadas de trabalho compulsório<sup>1410</sup>.

O final do século IV a.C. seria, para Finley, um momento fundamental no estabelecimento da escravidão em Roma: impedida a submissão à escravidão-por-dívidas de seus compatriotas camponeses, a classe dominante romana teria passado a se utilizar de escravos estrangeiros obtidos através do comércio escravista para trabalhar suas propriedades<sup>1411</sup>. Finley conscientemente diverge, aqui, do modelo que identifica o desenvolvimento da escravidão romana apenas no século II a.C., no pós-segunda guerra anibálica. Em termos gerais, olhando o processo na média para longa duração, acredito que Finley está correto.

Alguns pontos importantes, contudo, precisam ser destacados sobre a aplicação do modelo de Finley para a Itália central tirrênica. Em primeiro lugar, a lei Petélia não parece ter abolido por si só a escravidão-por-dívidas. Não só o que sabemos sobre a lei aponta no sentido de que ela apenas restringia o antigo rigor do poder que credores tinham sobre devedores (sem vedar por completo a possibilidade de alguém, caso se mostrasse um devedor insolvente, fosse submetido a um regime de trabalho compulsório), como nossas

---

<sup>1408</sup> Cícero, *Sobre a República*, 2.34.59.

<sup>1409</sup> FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**, Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 69–79.

<sup>1410</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>1411</sup> *Ibid.*, p. 86–89.

fontes indicam alguns episódios nos quais é possível reconhecer a permanência da escravidão-por-dívidas em momentos posteriores à aprovação da lei<sup>1412</sup>.

Isso não significa que o *nexum* tenha permanecido como um instrumento central para a submissão da base camponesa romana pela classe dominante na virada do século IV para o III a.C.. Acredito que temos bons motivos para aceitar a tradição antiga de que o *nexum* foi combatido de maneira bem-sucedida pelo movimento plebeu. Se no final do século III a.C. ainda podemos identificar trabalhadores escravizados por conta de sua insolvência, no século I a.C. Varrão irá tratar os *obarii* (aqueles que trabalham por obrigações de sua dívida) como uma categoria histórica (do tempo dos “nossos antepassados”) ou estrangeira (“ainda se encontram em grande número na Ásia, no Egito e na Ilíria”)<sup>1413</sup>. Contudo, mais do que resultado de uma proibição da escravidão-por-dívidas pretensamente identificada com a lei Petélia, isso provavelmente foi resultado de um movimento mais dilatado no tempo de insurgência da base camponesa romana contra o *nexum* e o uso do endividamento como ferramenta de opressão social de maneira geral – que mostra um ganho de força social e política por parte dessa base camponesa ao longo do século IV a.C.. A lei Petélia é parte desse processo em conjunto com as leis anteriores que limitavam a capacidade dos credores em multiplicarem as dívidas e manterem perpetuamente pessoas sob seu domínio.

Ao mesmo tempo em que vemos essa diminuição da capacidade da classe dominante em submeter os camponeses, começam a aparecer bons indícios de que aquilo que Finley identifica como “escravidão mercadoria” passava a ser uma forma de submissão de trabalho compulsório bastante utilizada pela classe dominante. Um primeiro elemento são os números gigantescos de pessoas escravizadas que as narrativas históricas identificam como resultado dessas guerras. Ainda que esses números sejam pouco confiáveis em termos absolutos, é razoável identifica-los como resultado de uma memória histórica de um momento em que as conquistas romanas passaram a ter como subproduto escravizações em massa. Parte significativa dessas pessoas escravizadas certamente podem ter sido inseridas no mercado escravista mediterrânico, abastecendo economias escravistas no Império cartaginês ou nos reinos helenísticos, por exemplo.

---

<sup>1412</sup> Tito Lívio (*Desde a fundação da Cidade*, 23.14.3-4) conta que, em 216 a.C., em meio à invasão anibálica, os cônsules se veem forçados a recorrer a todos os tipos possíveis de medidas para garantir o recrutamento de um grande exército. A primeira medida é recrutar duas legiões urbanas formadas por escravos, depois formar coortes na Gália e no Piceno e, diante da permanência do problema, apelar à última medida cabível: declarar que prisioneiros e endividados acorrentados teriam seu castigo extinto caso se engajassem no exército

<sup>1413</sup> Varrão, *Sobre as coisas do campo*, 1.17.2.

Contudo, é difícil imaginar que essas escravizações estavam prioritariamente ligadas a um papel de Roma como exportador de escravos: parte ainda mais significativa devia abastecer a própria economia da Itália central tirrênica que se tornava cada vez mais escravista<sup>1414</sup>.

Dois episódios que dizem respeito, na verdade, à manumissão e aos libertos, também apontam para o fato de que o número de escravos no mundo romano entre os séculos IV e III a.C. já era bastante relevante. O primeiro é a aprovação, em 357 a.C., de uma taxa de  $\frac{1}{20}$  (5%) sobre o preço de um escravo que fosse libertado<sup>1415</sup>. Se o objetivo da lei era estabelecer um rendimento para o erário, isso deve significar que o número de manumissões já era relevante nesse momento da história. Um episódio ainda mais significativo é o debate sobre a inscrição de libertos nas tribos romanas. Em algum ano entre 234 e 219 a.C., temos a informação de que os libertos passam a ser alistados nas quatro tribos urbanas, e não mais por todas as tribos<sup>1416</sup>. A interpretação hegemônica disso é que esta é uma estratégia para diminuir o peso político-eleitoral dos libertos, o que só faz sentido se o número de manumissões, e consequentemente de escravos, é relevante<sup>1417</sup>.

Entre a segunda metade do século IV e o século III a.C., parece ter se constituído um sistema econômico agrário no mundo romano baseado em propriedades da classe dominante exploradas diretamente com uso de trabalho escravo associado à exploração indireta do sobretabalho camponês, seja pelo desenvolvimento de formas de arrendamento, seja pelo uso do trabalho camponês de maneira sazonal nessas propriedades que usavam trabalho escravo<sup>1418</sup>. Esse modelo básico pode ser identificado no tratado sobre o campo de Catão, escrito na primeira metade do século II a.C., que em termos mais gerais identifica a importância de uma boa relação com a vizinhança como forma de, entre outras coisas, obter trabalho em momentos necessárias<sup>1419</sup>, e em

<sup>1414</sup> FINLEY, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, p. 86; CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 333, 393.

<sup>1415</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.16.7-8.

<sup>1416</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, resumo do livro 20. Sobre a questão da inscrição dos libertos nas tribos romanas ao longo da República, ver: TREGGIARI, Susan, *Roman Freedmen During the Late Republic*, [s.l.]: Clarendon Press, 1969, p. 39–43.

<sup>1417</sup> DUMONT, Jean C., *Servus: Rome et l'esclavage sous la République*, [s.l.]: École Française de Rome, 1987.

<sup>1418</sup> Defendi esse modelo para os séculos II e I a.C. em minha dissertação de mestrado analisando os tratados de Catão e Varrão. Acredito que esse quadro não é completa invenção deste período, mas a consolidação de um processo que se inicia ainda no século IV a.C. KNUST, José Ernesto Moura, *Senhores de escravos, senhores da razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (séculos II-I a.C.)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, cap. 4.

<sup>1419</sup> Catão, *Sobre o cultivo dos campos*, 4.1.



momentos mais específicos identifica formas diversas de trabalho sazonal que provavelmente envolviam justamente esses camponeses vizinhos<sup>1420</sup>. O padrão de assentamento disperso, com *uillae* e assentamentos associados ao campesinato convivendo lado a lado, é a fundamentação material desse quadro abstrato.

Esse modelo de desenvolvimento das formas de exploração do campo, contudo, tem um problema geográfico sério. Mais uma vez estamos diante de desenvolvimentos que podem ser vislumbrados e em algum nível medidos a partir das transformações jurídicas romanas e de episódios relatados pelas narrativas históricas que tem Roma como eixo central – o que nos leva mais uma vez a questionar o quanto isso foi relevante para as regiões que estavam sendo conquistadas e postas sob a hegemonia romana na Itália central tirrênica de maneira geral. Obviamente, o que eu disse sobre as possibilidades de variedade de casos no tocante ao problema da propriedade fundiária vale também para as formas de submissão dos produtores diretos, mas aqui temos algumas informações que me permitem ser um pouco mais específico.

Pelo menos para o caso da Etrúria, podemos ter uma ideia geral de que existia ali formas bastante elaboradas de submissão dos produtores diretos. É famosa a passagem em que Dionísio de Halicarnasso se refere a dependentes dos grandes líderes da Etrúria como *penestai*, o termo usado para se referir a uma forma de dependência típica da Tessália. Tal passagem tem sido tradicionalmente utilizada para indicar a existência de algum tipo de forma de trabalho compulsório próxima ao modelo da Tessália, ou dos hilotas espartanos, entre os etruscos<sup>1421</sup>, mas não é muito seguro fazer grande elucubrações sobre a economia etrusca a partir de uma passagem tão lateral de um único autor. Parece-me mais prudente mantermos apenas uma ideia mais genérica de que formas de dependência pessoal que determinavam formas de trabalho compulsório, sobre as quais não conhecemos maiores detalhes, deviam existir ao menos em algumas partes da Etrúria pré-romana.

Além disso, dois termos etruscos encontrados em inscrições datadas para os séculos VI a III a.C. se referem a duas categorias sociais que são tradicionalmente interpretadas como parte de um quadro escravista: os *lautni* ou *lautnitha* são traduzidos como

---

<sup>1420</sup> *Ibidem*, 14 (construção da sede), 16 (queima da cal), 21.5 (instalação do eixo do descaroador), 136 (último amanho à terra), 137 (cuidado do vinhedo), 144 (colheita das azeitonas), 145 (processamento das azeitonas), 146 (“venda das azeitonas no pé”, que é na verdade uma espécie de terceirização de uma atividade, a colheita).

<sup>1421</sup> MASSA-PAIRAULT, Françoise-Hélène, The Social Structure and the Serf Question, in: TORELLI, Mario (Org.), **The Etruscans**, [s.l.]: Rizzoli, 2001.

libertos<sup>1422</sup>, enquanto existe algum debate sobre como traduzir *etera*, como escravos ou como algum tipo de situação jurídica mais próxima dos libertos<sup>1423</sup>. Algumas figuras em pinturas parietais, especialmente de cenas de banquete, também têm sido interpretadas como representação de escravos etruscos<sup>1424</sup>. Soma-se ainda as informações que temos sobre três revoltas na Etrúria identificadas por diferentes tipos de fontes como revoltas escravas. Provavelmente a primeira delas é a ocorrida em Arrécio e debelada pelo pretor tarquinense Aulo Espurina, citado na inscrição conhecida como “Elogio dos Espurina”, citada no quarto capítulo<sup>1425</sup>. A seguinte é a revolta em Volsínios em 265 a.C. debelada pelos romanos<sup>1426</sup>.

A última delas, uma revolta em 196 a.C., provavelmente já se insere em um contexto social distinto, ligado justamente à intensificação do uso do trabalho escravo no contexto da expansão romana – outra revolta similar e quase contemporânea (datada para 198 a.C.) é registrada em Sécia, por exemplo. A grande questão, todavia, é justamente entender como esses dois processos, expansão da escravidão e conquista romana, estiveram conectados. O modelo de Finley, que associa a expansão da escravidão em Roma ao fim da escravidão-por-dívidas conquistada pelos camponeses-cidadãos romanos não dá conta disso: diversas regiões sob hegemonia romana não recebem o direito à cidadania e, a princípio, a base camponesa desses locais ainda estaria sujeita a submissão a formas de trabalho compulsório. Nessas regiões, é provável que formas distintas de trabalho compulsório tenham convivido com a escravidão-mercadoria por muito tempo<sup>1427</sup>.

---

<sup>1422</sup> Lautni é um derivado de lautn, que significa “família”. O termo significa, literalmente, “da família”, e é interpretado como um uso similar ao que existia em latim para o termo familia. PALLOTTINO, Massimo, **The Etruscans**, [s.l.]: Penguin Books, 1955, p. 150–151; BARKER; RASMUSSEN, **The Etruscans**, p. 101; BENELLI, Enrico, Slavery and Manumission, in: TURFA, Jean MacIntosh (Org.), **The Etruscan World**, London: Routledge, 2014, p. 450–451.

<sup>1423</sup> PALLOTTINO, **The Etruscans**, p. 151; BARKER; RASMUSSEN, **The Etruscans**, p. 102.

<sup>1424</sup> BRIGGS, Daphne Nash, Servants at a Rich Man’s Feast: Early Etruscan Household Slaves and Their Procurement, **Etruscan Studies**, v. 9, n. 1, p. 153–176, 2002.

<sup>1425</sup> Ver capítulo 4, subseção 2.3.1. TORELLI, Mario, **Elogia Tarquiniensia**, [s.l.]: Sansoni, 1975; BENELLI, Slavery and Manumission, p. 449.

<sup>1426</sup> Dião Cássio, História Romana, 10.42 (= Zonaras, Epítome de História, 8.4-8); (Pseudo-)Sexto Aurélio Victor, Homens ilustres da cidade de Roma, 36.2. Alguns autores preferem reinterpretar essa revolta de escravos como uma revolta de “plebeus” marginalizados. BENELLI, Slavery and Manumission, p. 449.

<sup>1427</sup> Em um artigo bastante antigo já, Richard Haywood aponta algumas passagens no corpus ciceroniano que podem ser lidos como vestígios de formas de “servidão” no século I a.C.. HAYWOOD, Richard M., Some Traces of Serfdom in Cicero’s Day, **The American Journal of Philology**, v. 54, n. 2, p. 145–153, 1933.

### 3.2.3. *Extração de excedentes e desenvolvimento do comércio*

Essas diferentes formas de exploração direta dos produtores diretos geram meios muito diversos de inserção dos excedentes extraídos no comércio. A forma mais simples é a estabelecida pela renda cobrada em espécie. Keith Hopkins, em um trabalho extremamente influente nos estudos sobre a economia romana, estabeleceu um modelo que identifica a intensificação da produção agrícola e de sua mercantilização como consequência da necessidade dos produtores diretos de obter moedas para pagar taxas e rendas cobradas em espécie<sup>1428</sup>. Nesse caso, a própria extração de excedentes já se daria de maneira “flexibilizada” para a classe dominante, que em um segundo momento faria uso dessa liquidez econômica para reproduzir e expandir as bases de sua condição de classe dominante.

Nesse caso, o comércio realizado pelos camponeses para obter essa liquidez econômica muito provavelmente não teria uma natureza nem uma espacialidade diferente daquela que identifiquei acima. Aquele comércio estimulado pelas demandas e necessidades da economia interna do próprio campesinato seria o mesmo que garantiria os recursos monetários para esses pagamentos. Aconteceria, contudo, um estímulo a intensificação da produção e da comercialização para gerar um aumento dos rendimentos da economia camponesa para dar conta de todas essas necessidades.

Segundo o argumento de Hopkins, isso teria acontecido especialmente posteriormente ao período aqui estudado, tendo início justamente a partir de 200 a.C. – o objetivo central de Hopkins é explicar o crescimento econômico no Império Romano. Não é o caso de argumentar aqui que o processo identificado por Hopkins deve ser cronologicamente recuado: sem sombra de dúvidas a magnitude e as características da expansão da atividade econômica no Império Romano são incomparáveis ao período que esta tese lida. De toda forma, no sentido em que cobranças de rendas em espécie se realizavam no período aqui estudado, o mecanismo básico identificado por Hopkins, ainda que em um grau muito menor, estava em funcionamento.

Outras formas de exploração gerariam, contudo, formas distintas de comercialização. Desde o pagamento de rendas em gênero até a formação de grandes patrimônios fundiários explorados diretamente pela classe dominante cuja produção se voltava para o comércio – o que se difunde nesse período em diversas regiões do Mediterrâneo<sup>1429</sup> – temos situações nas quais as classes dominantes precisam lidar mais

---

<sup>1428</sup> HOPKINS, Taxes and Trade in the Roman Empire (200 B.C.–A.D. 400).

<sup>1429</sup> Ver Capítulo 2, subseção 3.3.2.

diretamente com a “flexibilização” desse excedente extraído. Sem dúvidas, esta poderia se utilizar dos mesmos espaços de comércio que os camponeses utilizavam para realizar suas atividades comerciais. No último século da República e no primeiro século do Império, momentos em que a extração de excedentes pela classe dominante é muito maior e a necessidade desta “flexibilização” era ainda maior, podemos perceber as atividades da classe dominante claramente nesses mercados<sup>1430</sup>. Essa ter sido a realidade desses mercados desde os séculos anteriores.

Contudo, acredito que esse segundo plano do comércio pré-capitalista, estimulado pela extração de excedentes e a necessidade de sua flexibilização, está diretamente ligado ao desenvolvimento do comércio de longa distância. Nesta realidade, voltando às contribuições de Peter Bang, o comércio e os comerciantes passam a desempenhar um papel fundamental para a reprodução das bases materiais e imateriais da condição social da classe dominantes. O caráter dessas conexões comerciais que se desenvolvem no Mediterrâneo central ao longo dos séculos V a III a.C. se assemelha em muito ao que Peter Bang identifica para o Império Romano<sup>1431</sup>: isto é, percebe-se a formação de diversas comunidades de comerciantes “expatriados” em cidades que desempenham o importante papel denexo local nas redes comerciais mediterrânicas. Essas comunidades de comerciantes atuam em um mercado perpassado por relações pessoais que estruturam os canais de circulação de produtos – aquilo que Bang chama de *Bazaar* para diferenciá-lo do Mercado impessoal das sociedades capitalistas<sup>1432</sup>.

Existem inúmeros indícios, listados recentemente por Elizabeth Fentress<sup>1433</sup>, da existência dessas comunidades de comerciantes agindo como os sujeitos da integração do “triângulo comercial”, nas palavras de Jean-Paul Morel, entre a Itália central, o sul da França e o norte da África<sup>1434</sup>. A Sicília e a Magna Grécia parecem ter sido palcos

---

<sup>1430</sup> Andreau identifica uma concentração da atividade dos argentarii (banqueiros que garantiam fluidez para compradores em leilões) em cidades que também aparecem nos índices nundiarii. Além disso, identifica também uma complexificação dos tipos de atividades realizados nesses mercados. ANDREAU, Jean, **La Vie financière dans le monde romain: les métiers de manieurs d’argent : (IV siècle av.A.C. III siècle ap. J.C.)**, [s.l.]: École française de Rome, 1987, p. 328–329, 520–521; Cícero em uma carta a seu irmão Quinto (Familiares, 3.1.3) conta sobre a compra de uma propriedade por cem mil sestércios adquirida em um leilão realizado “na última nundinae em Arpino”. DE LIGT, **Fairs and markets in the Roman Empire**, p. 114.

<sup>1431</sup> BANG, **The Roman bazaar**, cap. 5.

<sup>1432</sup> *Ibid.*, p. 197–201.

<sup>1433</sup> FENTRESS, Elizabeth, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, in: PRAG, Jonathan R. W.; QUINN, Josephine Crawley (Orgs.), **The Hellenistic West**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 157–167.

<sup>1434</sup> É preciso lembrar que essa era uma região de intensa interação militar entre diversos agentes, púnicos, gregos, etruscos, romanos, entre outros. Uma boa síntese desses conflitos pode ser lida em: ABULAFIA, **O grande mar**, cap. 7.

privilegiados deste processo, até mesmo por conta de sua centralidade geográfica dentro deste triângulo. Diodoro Sículo menciona em sua *Biblioteca Histórica* a presença de mercadores cartagineses em cidades da Sicília, em especial Siracusa<sup>1435</sup>, assim como a venda de produtos para comerciantes cartagineses em Agrigento<sup>1436</sup>. No sentido oposto, Diodoro também menciona a presença de uma comunidade grega em Cartago<sup>1437</sup> assim como a existência de santuários gregos em cidades púnicas, como a própria Cartago<sup>1438</sup> e Motya<sup>1439</sup>, e interpretados por Fentress como indício da presença grega nessas cidades<sup>1440</sup>. Heródoto, por sua vez, já havia mencionado em sua História comerciantes gregos negociando em empórios púnicos<sup>1441</sup>.

Esse mesmo tipo de interação é identificável na Itália central tirrênic. A presença de artesãos e comerciantes gregos em cidades etruscas é atestada desde o século VI a.C., mesma época em que os contatos entre etruscos e púnicos começam a também ser atestados – tanto no que diz respeito a presença de cartagineses na Itália quanto a de etruscos no norte da África<sup>1442</sup>. Os contatos comerciais entre Roma e Cartago, antes da primeira guerra púnica, parecem ter sido, de alguma maneira, regulares. O maior testemunho histórico disso são os tratados estabelecidos entre as duas cidades.

Existe algum debate sobre quantos tratados e em quais datas eles teriam sido firmados por conta de incongruências entre as diferentes fontes que os mencionam (Políbio, Tito Lívio e Diodoro Sículo, em especial). Contudo, com uma argumentação muito convincente e fundamentada, John Serrati identificou seis tratados, os cinco mencionados por Políbio como autênticos (509, 348, 279/278, 241 e 226 a.C.) e o tratado de 306 a.C. que Políbio afirma ser uma invenção de um historiador filo-cartaginês, Filinos

<sup>1435</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca histórica*, 14.46.1.

<sup>1436</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca histórica*, 13.81.4. A presença – e a integração em algum nível – dos cartagineses em cidades sicilianas como Siracusa é corroborada pelo fato de alguns personagens conhecidos da história púnica serem filhos, por parte de pai ou mãe, de sicilianos: segundo Heródoto, Amílcar era filho de mãe siracusiana (Heródoto, *História*, 7.165) e segundo Políbio, Hippocrates e Epicycles (oficiais de Aníbal) eram netos de um refugiado siracusiano na África (Políbio, *História*, 7.2.4).

<sup>1437</sup> Diodoro Sículo, *Biblioteca histórica*, 14.77.5.

<sup>1438</sup> *Ibidem*, 14.77.4-5.

<sup>1439</sup> *Ibidem*, 14.53.2. corroborado pela presença de inscrições funerárias em grego encontradas pela escavação do sítio da cidade. JEFFERY, Lilian Hamilton, **The Local Scripts of Archaic Greece: A Study of the Origin of the Greek Alphabet and Its Development from the Eighth to the Fifth Centuries B.C.**, [s.l.]: Clarendon Press, 1990, p. 272.

<sup>1440</sup> FENTRESS, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, p. 158–159.

<sup>1441</sup> Heródoto, *História*, 7.157-8.

<sup>1442</sup> FENTRESS, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, p. 160–163.

de Agrigento<sup>1443</sup>. Os três primeiros tratados, de 509, 348 e 306 a.C, tem alguns aspectos bem reveladores sobre essa integração do Mediterrâneo central. Os termos dos tratados, seguindo o descrito por Políbio<sup>1444</sup>, tentam dar conta de uma ampla variedade de conexões náuticas na região, vedando a presença de comerciantes romanos em algumas regiões de controle púnico, como a Sardenha e a Líbia, e regulando tal presença em outras dessas regiões, como a Sicília.

O comércio entre cidadãos cartagineses e romanos em ambas as cidades era avalizado pelo tratado de 348 a.C., indicando a presença de comerciantes cidadãos de uma cidade na outra. Richard Palmer, ao estudar as relações pré-bélicas entre Roma e Cartago, sugeriu justamente a existências de enclaves de mercadores púnicos em Roma, no *uicus africanus* e no *uicus sobrius*, locais onde existiam altares para cultos de origem africana e também onde ocorreriam *nundinae*, o que serviria de indício para relacionar essas comunidades com a prática comercial<sup>1445</sup>. Convergente com esse quadro, temos uma referência importante da presença de comerciantes romanos em uma região avançada do Norte da África, a Numídia, para o final do século II a.C.: Salústio cita a presença de comerciantes romanos vivendo nas cidades de Cirta e Vaga no início das escaramuças locais que levariam à famosa Guerra de Jugurta<sup>1446</sup>.

A presença púnica em outras cidades do Lácio, também sugerida pelos termos dos três primeiros tratados, que previam certas interdições para ação bélica púnica na região, convergem com alguns dados arqueológicos: materiais votivos de origem púnica foram encontrados em santuários em Ardea e Âncio<sup>1447</sup>, assim como três placas de ouro com inscrições em púnico e etrusco encontradas em Cere, dedicadas pelos magistrados locais a uma deusa púnica<sup>1448</sup>. Existem alguns modelos possíveis para explicar a presença desses elementos culturais púnicos no Lácio do século V a.C., dentre eles a presença de comunidades de comerciantes de origem púnica vivendo ali.

Esses primeiros tratados entre Cartago e Roma são normalmente interpretados como um instrumento da potência hegemônica no Mediterrâneo central na época, o Império comandado pela cidade de Cartago, para construir regiões de exclusividade

<sup>1443</sup> SERRATI, John, Neptune's Altars: The Treaties between Rome and Carthage (509-226 B.C.), *The Classical Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 113–134, 2006.

<sup>1444</sup> Políbio, *História*, 3.22-26

<sup>1445</sup> PALMER, Robert, **Rome and Carthage at Peace**, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997; FENTRESS, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, p. 164.

<sup>1446</sup> Salústio, *Guerra de Jugurta*, 21.2 e 26.1.

<sup>1447</sup> FENTRESS, Strangers in the city: elite communication in the Hellenistic central Mediterranean, p. 165.

<sup>1448</sup> SERRATI, Neptune's Altars, p. 117.

comercial para seus comerciantes. Certamente isso ocorre, como fica claro no caso da proibição a atuação de comerciantes romanos na Sardenha, mas acredito que esses tratados envolvem também uma outra dimensão.

Chama a atenção, no tratado de 509, a “cláusula” que determina que nenhum comerciante deve concluir negócio sem a presença de um arauto e que os negócios realizados com a presença desses terá garantia “estatal”. Ao invés de um livre comércio sendo limitado por regulações estatais, o que parece acontecer nesse contexto é a criação dos caminhos pelos quais o comércio flui – que não são *naturais*, mas socialmente construídos. Isto é, em uma chave de leitura neoinstitucional, seria possível identificar nesse tratado a tentativa de construção de instituições que fundamentem o funcionamento do comércio, instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico<sup>1449</sup>. Associando essa noção com outra chave de leitura, baseada nas teses de Peter Bang e sua noção de construção do *bazaar*, é possível identificar, nessa cláusula, a ação da *mão nada invisível* que rege o comércio pré-capitalista<sup>1450</sup>.

Nesse sentido, acredito que é possível identificar nessa cláusula, ainda, uma tentativa de parte das classes dominantes do Mediterrâneo central, através do aparelho estatal cartaginês no qual elas estavam organizadas, de canalizar esses fluxos comerciais que se constroem de maneira a beneficiá-los. Não é por acaso que os dois temas que predominam nos tratados entre Cartago e Roma são a atividade militar e a atividade comercial: império e comércio são duas categorias fundamentais para entender a reprodução dessas classes dominantes em sua condição social<sup>1451</sup>. Fazendo uma comparação talvez um pouco abusiva, gostaria de recorrer à bela imagem construída por Luís Felipe de Alencastro em sua análise sobre a construção do sistema colonial português no Atlântico Sul, no qual ele diz que a coroa portuguesa precisa construir formas de fazer os rios coloniais fluírem para o mar metropolitano<sup>1452</sup>. Através desses tratados com Roma – que na verdade fazem parte de uma ampla rede de tratados de teor similar<sup>1453</sup> – a classe dominante imperial cartaginesa não estava meramente apelando a medidas protecionistas para criar áreas de exclusivismo comercial, estava tentando regular os intercâmbios no

---

<sup>1449</sup> NORTH, Douglass C., **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 27–35.

<sup>1450</sup> BANG, **The Roman bazaar**, p. 144.

<sup>1451</sup> BANG, Trade and Empire — In Search of Organizing Concepts for the Roman Economy, p. 25–31.

<sup>1452</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de, **O Trato Dos Videntes**, São Paulo: Companhia Das Letras, 2000, p. 22.

<sup>1453</sup> SERRATI, Neptune’s Altars, p. 115.

Mediterrâneo central para que estes efetivamente redundassem em proventos que fundamentassem sua reprodução social.

Talvez seja possível ver a classe dominante que se articula em torno de Roma fazendo o mesmo. Tito Lívio nos conta que depois da derrota da revolta latina contra Roma, em 338 a.C., o Senado romano estipulou que os povos latinos não poderiam mais unir-se entre si em matrimônio, manter relações comerciais ou reunir-se em Assembleia<sup>1454</sup>. O que estava em jogo aqui era a construção de um novo quadro de relações entre Roma e os latinos, que dava fim à dinâmica de ligas e confederações e criava um sistema relações hierárquicas entre Roma e cada uma das comunidades latinas, pondo Roma no centro de um sistema de poder centro-italiano. Esse rearranjo cria toda uma nova dinâmica na relação entre Roma e suas aliadas, um passo a mais na construção da hegemonia romana sobre a região<sup>1455</sup>.

Contudo, aqui me interessa especificamente a proibição que os povos latinos fizessem comércio entre si, podendo fazer comércio apenas com Roma. Obviamente que seria inviável para as forças romanas estabelecerem *de facto* uma lógica tão rígida, e acredito que não era isso que estava em jogo. Joan Frayn aponta, ao meu ver acertadamente, que esse controle sobre o *ius commercium* deveria estar focado no intercâmbio realizado nos mercados mais institucionalizados (como as *nundinae*) e, especialmente, nos locais de mercado nas cidades<sup>1456</sup>. Sherwin-White, na mesma linha, afirma que o *ius commercii* não é meramente o direito de comprar e vender, mas o direito a tratar contratos que são reconhecidos pelas cortes romanas<sup>1457</sup>. Acredito que estamos mais uma vez diante não só da construção das instituições que fundamentem o funcionamento do comércio, mas também de tentativas de direcionar esses fluxos comerciais. A decisão do Senado busca a construção de meios para que as atividades comerciais na Itália sob sua hegemonia gerem rendimentos para a classe dominante romana.

Talvez seja possível interpretar a passagem de Festo sobre as *praefecturae*<sup>1458</sup> em linha similar: não seria por acaso que locais de realização de *nundinae* e a ação de magistrados ou de legados de magistrados romanos se sobreponham. O controle do estado

<sup>1454</sup> Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 8.14.10.

<sup>1455</sup> CORNELL, *The Beginnings of Rome*, p. 347–352.

<sup>1456</sup> FRAYN, *Markets and fairs in Roman Italy*, p. 117–118.

<sup>1457</sup> SHERWIN-WHITE, A. N., *The Roman citizenship*, 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1973, p. 33.

<sup>1458</sup> Sexto Pompeu Festo, Sobre o significado das palavras, p.262L. Sobre o (pouco) que sabemos sobre a atuação desses enviados romanos, ver: KNAPP, *Festus 262L and Praefecturae in Italy*, p. 36–37.



romano sobre esses locais tem relação direta com uma regulamentação do comércio que permita que este se substancie como um meio de sustentação da classe dominante romana. Para um período posterior, Alfredina Storchi Marino propõe uma sugestiva interpretação de algumas diferenças entre as listas presentes nos *indices nundinarii*. Nas listas encontradas em Allifas e Suéssula, no lugar do nome da cidade, aparecem os gentílicos desses povos no dativo plural. A historiadora italiana, fazendo paralelo com um texto baixo imperial<sup>1459</sup>, conjectura que isso poderia ser eco da existência de um decreto oficial romano reorganizando de maneira centralizada a realização das *nundinae* (por exemplo, *nundinae Cumanis orinantur* – Nundinae são ordenadas para os habitantes de Cumas)<sup>1460</sup>.

É possível concluir de tudo isso, acredito, que a ascensão de classes dominantes supralocais ou imperiais no Mediterrâneo estimulou de maneiras diversas o desenvolvimento do comércio mediterrânico e a monetarização de sua economia. E isto faz parte do quadro geral de transformações sociais e econômicas que estimulou a intensificação do assentamento em diversas regiões do Mediterrâneo, em geral, e da Itália central tirrênica, em particular.

---

<sup>1459</sup> Palingenesia de leis do período teodosiano, 15.5. Ver: HONORÉ, Tony, **Law in the Crisis of Empire, 379-455 AD: The Theodosian Dynasty and Its Quaestors with a Palingenesia of Laws of the Dynasty**, [s.l.]: Clarendon Press, 1998.

<sup>1460</sup> STORCHI MARINO, Reti interregionali integrate e circuiti di mercarò periodico negli indices nundinarii del Lazio e della Campania, p. 113–114, 127; O exemplo é de: KER, “Nundinae”: the culture of the Roman week, p. 379.

## Conclusão

Na Itália central tirrênica dos séculos V a III a.C., a maior parte dos seres humanos viviam em comunidades camponesas e a dinâmica de sua vida social era dada pelo pertencimento a essa comunidade e por esse caráter camponês. Aceita esta afirmação, é imprescindível superarmos teorias elitistas da história, que explicam as transformações históricas pela ação de grandes personagens – sejam indivíduos da elite, os “grandes nomes”, sejam abstrações reificadoras, como o “estado romano” – e que relegam os camponeses à posição de cenário fixo e imutável da história. Faz-se necessário buscar explicações históricas em contextos de transformação social no qual essas comunidades camponesas se inserem. Isso não significa que os camponeses determinam a história por suas vontades e desejos. Para além de todo o problema possível de se discutir sobre a racionalidade das ações sociais, esse campesinato estabelece relações com a base natural de sua comunidade em termos que lhe escapam de sua vontade, assim como se insere em relações sociais conflituosas com classes dominantes que constroem mecanismos de exploração do sobretrabalho desses camponeses. Esse conjunto de relações sociais que tem a comunidade camponesa como base da realidade material é o eixo explicativo da sociedade deste tempo. Ela não determina a história romana unilateralmente, mas toda a essa história precisa ser explicada tendo esse fato como referência. Esta noção epistemológica é o núcleo explicativo de todo o argumento desta tese.

A partir desta noção fundamental que encarei meu objeto de estudo: identificar como o assentamento rural da Itália central tirrênica se transforma e se complexifica ao longo dos séculos V a III a.C.. Parte fundamental dessa complexificação, e tema privilegiado por este estudo, foi a dispersão de pequenos assentamentos isolados pelo campo. Tradicionalmente esses assentamentos foram identificados como casas camponesas. Mostrei no primeiro capítulo, contudo, que diferentes tipos de estruturas podem ter sido utilizados pelos camponeses: a vida social e econômica do campesinato é mais complexa do que se imagina a princípio, e a noção de “casa camponesa” como estruturas do assentamento redundantes em si não dá conta dessa complexidade. No segundo capítulo, aponte para o fato de que nesse momento já existiam edifícios rurais ligados às classes dominantes, as chamadas *uillae*, que tradicionalmente são identificadas com os séculos centrais da história romana. A realidade social da Itália central tirrênica nesse período está longe de uma comunidade igualitária de agricultores, além da

complexidade da própria comunidade camponesa é preciso ter em conta para o estudo dessa realidade a relação conflituosa entre essa base camponesa e a classe dominante que baseia sua condição social a partir da exploração e da extração de excedentes dessa base camponesa.

No terceiro e no quarto capítulos mostrei como a complexificação do assentamento se dá especificamente em diversas regiões da Itália central tirrênica. De maneira geral, é possível afirmar sem reservas que a intensificação do assentamento rural é um processo difundido por toda a Itália central tirrênica entre os séculos V e III a.C., com as especificidades locais discutidas nos capítulos. Paralelamente, tentei identificar linhas gerais da relação dessas regiões com Roma, pondo à prova o quanto a ação romana por si só, como conquistadora ou como colonizadora, poderia ser realmente o fator explicativo central para a transformação do assentamento – como a maioria das análises até hoje tem reivindicado. Acredito que mostrei ao longo de ambos os capítulos que a intensificação do assentamento, um quadro difundido por toda a Itália central tirrênica, não pode ser associada prioritariamente com a ação romana. A tese da “pacificação” dá ao Estado Romano um caráter de Estado-Nação moderno, monopolizador da violência, que ele não é capaz de ter, e a tese da “colonização” perde de vista que, sem entender porque camponeses efetivamente se descolavam para esse tipo de assentamento, não é possível explicar a relevância de construções de estradas, drenagens de terrenos alagadiços e distribuição de lotes de terra para a transformação do padrão de assentamento.

O contexto explicativo para tudo isso precisa ser, justamente, a vida social camponesa. Não é óbvio nem natural, contudo, que o enquadramento espacial da análise desse campesinato seja o território conquistado por Roma. Abandonando a miopia romana, um dado empírico – a concomitância na dispersão do assentamento em diversas regiões do Mediterrâneo – serviu de ponto de partida para essa reflexão, que, contudo, se escora em reflexões teóricas recentes que têm proposto uma nova abordagem ao estudo do Mediterrâneo antigo que fuja da chave de leitura eurocêntrica e nacionalista. O que se percebe nisso é a existência de fatores históricos mediterrânicos que implicam em transformações na vida social camponesa. O último capítulo da tese busca justamente lidar com esse fato, enquadrando o contexto explicativo para o processo de transformação do assentamento rural em uma perspectiva mediterrânica.

Partindo da primazia epistemológica da análise da vida social das comunidades camponesas que fundamenta minha abordagem, identifiquei uma transformação nas práticas agrícolas do Mediterrâneo neste período como ponto de partida para entender a

intensificação do assentamento rural. Para entender essas mudanças, contudo, era preciso ir além. Fatores ligados ao que no jargão marxista chamamos de “forças produtivas” formam um primeiro grupo de elementos analisados para entender essa mudança. Apesar das variadas dificuldades em fundamentar empiricamente cada um dos fatores apontados, identifiquei possíveis melhorias nas condições climáticas para a agricultura mediterrânea (que permitiram intensificação e expansão das áreas cultivadas), prováveis desenvolvimentos de novos instrumentos, técnicas e sistemas agrícolas assim como difusão de cultivos mais intensivos, além de um quase certo crescimento demográfico para o período estudado nesta tese.

Em um segundo nível explicativo, busquei identificar o contexto social dessas transformações. Aqui era preciso entender quais teriam sido os fatores sociais que teriam levado os homens e mulheres que viviam nas comunidades camponesas deste tempo a desenvolver estas transformações das forças produtivas – ou, no caso das mudanças sobre as quais eles não tinham controle direto, como se adaptaram a elas. Nesse nível, identifiquei o claro aumento e difusão social da circulação de produtos e da integração entre diversas regiões da bacia mediterrânea e a visível formação de classes dominantes supralocais e imperiais em diversas dessas regiões. Mostrei que o desenvolvimento do comércio nessa realidade pode estar diretamente relacionado com um aumento da produção de excedentes, mas que longe de uma explicação capitalista para esse processo, é preciso entendê-la dentro da realidade agrária deste mundo, o que me levou a associar a intensificação da produção agrícola e o aumento da circulação com as dinâmicas sociais internas do campesinato assim como com o aumento da exploração desses camponeses pelas classes dominantes supra-locais que emergiam no momento.

Essas informações me levam a construir a seguinte hipótese. Diante de melhorias gerais nas condições das forças produtivas – talvez um clima mais favorável e mais provavelmente o desenvolvimento de novas técnicas e instrumentos agrícolas, assim como um crescimento demográfico –, houve uma importante intensificação e diversificação da produção agrícola em diversas regiões do Mediterrâneo. Dois processos simultâneos ocorrem a partir de então: a diversificação e a inserção dessa maior produção em redes de intercâmbio gerou graus variados de desenvolvimento econômico para o campesinato de muitas regiões; a existência desse maior excedente aumentou o poder de determinadas classes dominantes locais, permitindo que elas expandissem seus domínios para além das regiões sobre as quais elas previamente impunham suas relações de dominação e exploração.

Temos, portanto, ocorrendo em paralelo, a melhoria das condições econômicas do campesinato em diversas regiões – o aumento do consumo de cerâmica e materiais de construção mais resistentes, como alvenaria, que torna esse campesinato cada vez mais visível arqueologicamente, é o melhor indício desse processo – e o aumento do poder de classes dominantes supralocais, imperiais, que exploram esse campesinato. A concomitância entre desenvolvimento econômico dos produtores diretos e aumento da exploração sobre eles pode parecer *a priori* um contrassenso. Normalmente identificamos aumento da exploração com aumento da pobreza e, no sentido contrário, aumento da riqueza (entendida como aumento da capacidade de consumo) como melhoria nas condições sociais gerais de uma população. Roman Roth, por exemplo, ao identificar desenvolvimentos sensíveis no consumo de cerâmicas por grupos de “não-elite” em duas regiões por ele estudadas (Volterra e Capenas), afirma que há “claros sinais de real desenvolvimento econômico observável por toda as escalas sociais”. Diante disso o autor conclui categoricamente que “é, portanto, possível e mesmo provável que a Romanização tenha sido, *a priori*, experimentada como um fenômeno positivo”<sup>1461</sup>.

Destacar indícios de grande capacidade de consumo do campesinato romano é uma forte tendência recente nesse campo de estudos. Tal abordagem foi recentemente relacionada por Uiran Gebara da Silva com posições políticas neodesenvolvimentistas, que associam diretamente aumento da capacidade de consumo com melhoria nas condições sociais de um determinado grupo<sup>1462</sup>. Na mesma medida que governos neodesenvolvimentistas, como o do Partido dos Trabalhadores no Brasil entre 2002 e o momento em que escrevo esta tese, têm sido criticados por resumir a busca por melhores condições de vida das classes subalternas ao incentivo à sua capacidade de consumir, Uiran questiona se esses indícios de consumo camponês apontam mesmo para a realidade de melhorias nas condições sociais do campesinato. Se o proletariado brasileiro continua enfrentando problemas sociais graves mesmo consumindo mais eletrodomésticos, os camponeses romanos também poderiam estar mais sujeitos a formas de exploração ainda que consumindo mais vasilhames de cerâmica.

A verdade é que se aumentos absolutos da taxa de exploração realmente pressionam os produtores diretos na direção da miséria extrema, aumentos relativos dessa taxa em

---

<sup>1461</sup> ROTH, **Styling Romanisation**, p. 205.

<sup>1462</sup> SILVA, Uiran Gebara, Campesinato galo-romano na Antiguidade Tardia: um neodesenvolvimentismo?, in: **III Encuentro Internacional de Investigadores Jóvenes sobre Sociedades Precapitalistas**, La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2015.

contextos de aumento da produtividade geral *podem* ser (ainda que não *necessariamente* sejam) acompanhados do desenvolvimento da condição econômica dos produtores diretos<sup>1463</sup>. Minha hipótese é a de que esse processo ocorre em algumas regiões da bacia do Mediterrâneo ao longo da segunda metade do primeiro milênio a.C., sendo que as realidades locais devem ter variado bastante.

O desenvolvimento das forças produtivas identificado acima devia estar relacionado tanto com a pressão da classe dominante pelo aumento da extração de excedentes e das taxas de exploração quanto com o comportamento cooperativo e adaptativo dos produtores diretos<sup>1464</sup>. O desenvolvimento da economia camponesa e o aumento da extração de excedentes por parte das classes dominantes mediterrânicas estimulam, por sua vez, a intensificação dos intercâmbios, tanto locais quanto os de média

---

<sup>1463</sup> Sem sombras de dúvidas o contexto histórico para o qual essa possibilidade mais tem sido discutida é a Inglaterra da Revolução Industrial, e é partir desse debate que vislumbrei essa possibilidade teórica. Analisando as formas de exploração capitalista, Karl Marx identifica teoricamente a possibilidade de haver simultaneamente um crescimento contínuo da massa dos meios de subsistência do trabalhador e o decréscimo no valor da força de trabalho, o que resultaria em um crescimento relativo na taxa de mais-valor extraída na exploração do trabalho do proletariado pela burguesia - e, portanto, em produtores diretos progressivamente mais explorados e mais distantes economicamente daqueles que lhes exploram, ainda que crescentemente vivendo em condições materiais melhores.. MARX, Karl, **O capital: Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, cap. 15; Um longo debate envolvendo historiadores e economistas sobre as condições de vida dos trabalhadores ingleses nos primórdios da Revolução Industrial, conhecido como standard-of-living debate, teve início a partir da publicação de CLAPHAM, J. H., **An Economic History of Modern Britain, 1820-1850**, Cambridge: Cambridge University Press, 1939. Clapham argumentava, contra a percepção hegemônica até então, que a condição de vida dos trabalhadores havia melhorado ao longo da Revolução Industrial. Esta imagem foi fortemente defendida por autores liberais que pretendiam defender o Capitalismo de seus críticos. Surgiu assim a linha “otimista” do debate. E.g. ASHTON, Thomas S., **The Industrial Revolution: 1760-1830**, Oxford: Oxford University Press, 1948; Autores de filiação marxista, por outro lado, buscaram contra-argumentar fundamentando empiricamente a visão tradicional de piora nas condições de vida dos trabalhadores. Surgia assim a corrente “pessimista”. E.g. HOBBSAWM, E. J., *The British Standard of Living 1790-1850*, **The Economic History Review**, v. 10, n. 1, p. 46–68, 1957; Atualmente, há certo consenso de que no início da Revolução Industrial as condições de vida da classe trabalhadora não melhoraram, e muito possivelmente tenham piorado, mas que a partir de certo momento – cuja definição também é alvo de debates – houve uma melhoria dos indicadores socioeconômicos do proletariado inglês. FEINSTEIN, Charles H., *Pessimism Perpetuated: Real Wages and the Standard of Living in Britain during and after the Industrial Revolution*, **The Journal of Economic History**, v. 58, n. 3, p. 625–658, 1998, p. 652; WILLIAMSON, Jeffrey G., **Did British Capitalism Breed Inequality?**, London: Routledge, 2013, cap. 12; contra: HOBBSAWM, Eric J., **A era das revoluções: Europa, 1789-1848**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, cap. 11; Mais interessante, me parece, frente a esse debate, é o argumento de Edward Thompson de que mesmo que em termos quantitativos tenha havido melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, as mudanças drásticas a que essas populações foram submetidas pelas transformações na sua forma de vida os fizeram experimentar essa época como um momento de piora em sua realidade de vida, o que muitas vezes os estimulou a lutar contra essa realidade. THOMPSON, Edward Palmer, *Economia moral revisitada*, in: **Costumes em comum**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Talvez seja um insight interessante para se pensar o contexto de conflitos entre classes dominantes e camponeses no Mediterrâneo no período aqui estudado: ainda que o contexto de melhoria nas condições de vida desses produtores diretos esteja corretamente identificado, a mudança no quadro geral das formas de exploração e o aumento relativo dessa exploração pode ter gerado um quadro de insatisfação entre o campesinato.

<sup>1464</sup> HORDEN; PURCELL, **The Corrupting Sea**, p. 255.

e longa distância. Criando um “círculo virtuoso”, a existência de cada vez mais vias de circulação de excedentes permite e estimula a intensificação da produção, seja aquela controlada diretamente pelo campesinato, seja aquela controlada e gerida pelas classes dominantes.

Esse é o quadro geral, *mediterrânico*, que emerge dos conhecimentos que temos hoje sobre as diversas regiões da bacia do Mediterrâneo entre os séculos V e III a.C.. É bem verdade que nossos conhecimentos sobre esse período têm avançado bastante e ainda precisam de maior sistematização. Estudos regionais específicos também são necessários para corroborar, confirmar ou negar o quadro geral aqui rascunhado. Além disso, a negação de uma história *nacional* romana nos séculos V a III a.C. e a integração da Itália central tirrênica a uma história *mediterrânica* não pode nos cegar para especificidades regionais e locais. A existência de uma integração mediterrânica, estimulada por um desenvolvimento econômico e capitaneada pela formação de classes dominantes imperiais ao redor da bacia mediterrânica, não cria uma homogeneidade no desenvolvimento histórico de cada uma das diferentes regiões que fazem parte desse processo.

Um bom exemplo disso são as diferentes configurações locais da relação entre classes dominantes e produtores diretos. Acima aponte que, em termos gerais, existe uma concomitância entre o desenvolvimento da economia camponesa e o aumento da extração de excedentes por parte das classes dominantes. Em diferentes regiões, contudo, esse quadro apresentou configurações específicas. Podemos perceber isso por exemplos emblemáticos e extremos. Em Atenas, aparentemente os produtores diretos viveram, ao menos no início do recorte cronológico analisado por essa tese, um momento de apogeu, conseguindo impor limites importantes à extração de excedentes pelas classes dominantes<sup>1465</sup>. Na quase vizinha Esparta, temos por outro lado um exemplo claro de classe dominante que impõe uma severa extração de excedentes sobre os produtores diretos, sobretudo o grupo dos Hilotas, pressionando-os na direção da pobreza extrema. Entre esses dois casos extremos, diversas outras regiões devem ter vivenciado configurações específicas desse processo geral.

Essas respostas locais aos processos gerais podem, inclusive, ter consequências divergentes. Estudos etnográficos mostram, por exemplo, que diferentes arranjos de

---

<sup>1465</sup> Pelo menos na interpretação de Ste.Croix e Ellen Wood. STE. CROIX, **The Class Struggle in the Ancient Greek World**, p. 96–97, 141, 206, 284–288; WOOD, Ellen Meiksins, **Peasant-citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy**, London: Verso, 1989.

relações de produção podem influenciar as formas de padrão de assentamento<sup>1466</sup>. Nesse sentido, Stephen Hodkinson argumentou que as necessidades de controle espartano sobre os hilotas influenciaram na organização dos assentamentos rurais nas regiões dominadas por Esparta: em regiões distantes do centro espartano predominam assentamentos nucleares, possivelmente administradas por “chefes hilotas” dos quais falam algumas fontes<sup>1467</sup>. No final do último capítulo aponte para as especificidades que as formas de relações de produção e de propriedade da terra assumem na Itália central tirrênica e como elas fazem parte do contexto de transformação do padrão de assentamento rural – ainda que fazendo parte do contexto geral.

Ademais, nem só processos mediterrânicos fazem a roda da história girar. A perspectiva de uma História *do* Mediterrâneo, a despeito de todas as suas vantagens que defendi nesta tese, não pode nos fazer abandonar um fato fundamental: os sujeitos da história são os homens e mulheres que a viveram, não o ambiente onde elas viveram. Ainda que não o façam como o queiram, são estes homens e mulheres que *fazem* a história<sup>1468</sup>. Posta a inexistência de uma lógica geral sistêmica nessa integração mediterrânica antiga, fica ainda mais premente ter as dinâmicas históricas específicas de cada região em conta.

Nesse sentido, elementos endógenos e específicos de cada região, criados voluntária ou involuntariamente pelos diferentes grupos sociais que ali viveram, também são fundamentais para a dinâmica da história. A importância disso é ressaltada pelo fato de, dentro de cada uma dessas regiões, a integração com o quadro mediterrânico não ser socialmente homogêneo. Isto é, enquanto alguns grupos estão melhor inseridos nesse mundo mais amplo, sobretudo os membros das classes dominantes imperiais e os comerciantes, outros certamente vivem esse mundo externo com muito menos frequência, e aqui certamente se inclui a maior parte do campesinato. Diversas questões específicas da região que me interessa nesta tese, a Itália central tirrênica, foram pontuadas nesta tese: a mudança local das formas de conflito militar, no terceiro capítulo; as transformações do que significou o processo de conquista romana em momentos diversos da história, debatido entre o final do terceiro e o início do quarto capítulos; associado a isso, o que a dinâmica da colonização romana, discutida no final do quarto capítulo; e, por fim,

<sup>1466</sup> STONE, Agricultural territories in a dispersed settlement system, p. 353–354.

<sup>1467</sup> HODKINSON, Stephen, Spartiates, helots and the direction of the agrarian economy: toward an understanding of helotage in comparative perspective, *in*: KATSARI, Constantina; DAL LAGO, Enrico (Orgs.), **Slave Systems: ancient and modern**, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

<sup>1468</sup> MARX, Karl, **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**, [s.l.]: Boitempo Editorial, 2011, p. 25.



algumas formas específicas de como transformações mais gerais, como a intensificação da produção agrícola e do comércio, se deram na prática nessa região, discutidas no quinto capítulo.

Em conclusão, já em meados do século III a.C., a vida social na Itália central tirrênica estava ancorada em um assentamento complexo. No topo da hierarquia de assentamentos já se destacava a cidade de Roma, como grande centro urbano da região. Uma série de cidades importantes, como Cápuia, se colocava em um nível abaixo, ao qual se seguiam uma série de cidades menores, algumas aldeias, assentamentos fortificados e locais de convergência da comunidade, como santuários, *fora* e outros centros locais. De toda forma, a característica mais distintiva do assentamento a partir desse período é a grande quantidade de pequenos assentamentos isolados dispersos pelo meio rural que denotam uma intensificação enorme da ocupação do campo. Estes assentamentos não são resultado de um mero deslocamento da população que passa a viver em casas isoladas no campo ao invés de viverem aglomeradas em assentamentos fortificados. É claro que o deslocamento populacional é um aspecto do processo, mas esses assentamentos isolados representam, como argumentei ao longo da tese, uma realidade muito mais complexa do que a que imaginamos para o campesinato romano do período. Essa ocupação intensa e complexa do campo é um elemento fundamental para entender a base camponesa da sociedade romana ao longo dos séculos seguintes e os processos de transformação histórica que ocorrem nos períodos subsequentes ao estudado por essa tese precisam ter esse quadro em conta.